

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Edmund Burke e Silva Lisboa:

Escritos políticos, diferentes leituras

Rosemary Saraiva da Silva

NITERÓI

Julho, 2018

ROSEMARY SARAIVA DA SILVA

Edmund Burke e Silva Lisboa:
escritos políticos e diferentes leituras

Dissertação de mestrado apresentada ao
Curso de História da Universidade Federal
Fluminense, como requisito para obtenção
do Grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. GUILHERME P. C. PEREIRA DAS NEVES

Niterói, julho de 2018.

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG

S586e Silva, Rosemary Saraiva da
Edmund Burke e Silva Lisboa: Escritos políticos, diferentes leituras / Rosemary Saraiva da Silva ; Guilherme Paulo Castagnoli Pereira das Neves, orientador. Niterói, 2018. 360 f.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2018.m.75295970787>

1. Revolução Francesa. 2. Iluminismo. 3. Conservadorismo. 4. Liberalismo. 5. Produção intelectual. I. Título II. Neves, Guilherme Paulo Castagnoli Pereira das, orientador. III. Universidade Federal Fluminense. Instituto de História.

CDD -

Agradecimentos

Realizar sonhos acalentados por anos é um objetivo que todos procuram, mas fiz um caminho que, por vezes, me pareceu tortuoso demais: trabalhar, casar, cuidar de filhos, criá-los até vê-los seguir seus próprios caminhos. Foi difícil manter acesa a chama de fazer um novo caminho acadêmico.

Tudo fica mais fácil quando ao lado se tem um companheiro por mais de trinta anos que nos conhece tão bem e que nos valoriza, além de filhos maravilhosos que compreendem o quanto é importante para você buscar realizar um sonho de juventude.

Já agradei a eles outras vezes, em outras fases desse caminho em busca da nova vida voltada à História, e vou continuar a agradecer sempre, pois eles merecem muito: OBRIGADA. Meu marido Antonio Augusto, meus filhos Bruno e Diogo são o que de melhor construí na vida. São os meus maiores incentivadores para buscar uma nova vida após anos dedicados a uma carreira profissional administrativa, bem distante da vida acadêmica.

Em orações lembro meus pais Augusto e Darcy que me deram meios para me educar e buscar chegar ao Mestrado numa área bem diferente da minha primeira graduação e o quanto eles me auxiliaram com a criação dos meus filhos, especialmente, quando fui fazer o curso de Licenciatura em História.

Agradeço também aos professores que me estimularam no decorrer do Mestrado e muito acresceram ao conteúdo da pesquisa com informações úteis e valiosos ensinamentos: Lúcia Bastos, Ana Carolina Delmas, Fabiano Vilaça, Bruna Soalheiro, todos da UERJ, e Giselle Venâncio, Luciano Figueiredo, Renato Franco e Silvia Patuzzi, da UFF. Um agradecimento especial ao Professor Rodrigo Elias por ter aceito participar da banca e pelas interessantes sugestões ao texto final.

Por fim, um agradecimento especial para o meu orientador, Prof. Guilherme Pereira das Neves, que foi o responsável pela minha escolha pela História, há mais de 40 anos, quando ainda em no início de sua carreira, foi meu professor no antigo Ginásio (hoje, Ensino Fundamental), além do incentivo que sempre me deu para participar do processo seletivo e em desenvolver o tema dessa dissertação.

Resumo

O letrado Silva Lisboa, que mais tarde seria conhecido como Visconde de Cairu, aceitou a incumbência que lhe foi dada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho e fez uma tradução da principal obra literária do irlandês Edmund Burke, *Reflexões sobre a Revolução na França*, vertendo-a para o português. São conhecidas duas edições dessa nova obra, em 1812 e 1822. Dada a importância do seu conteúdo contrarrevolucionário pareceu à Coroa Portuguesa ser interessante que tais críticas ao movimento revolucionário francês fossem divulgadas em seu principal território e, naquele momento, sede do Império Português. A pesquisa realizada buscou esclarecer que tipo de tradução fora feito por Silva Lisboa, e identificar o motivo pelo qual a dedicatória existente na primeira edição de 1812, dirigida ao nobre inglês Visconde de Strangford e *in memoriam* do ministro e benfeitor de Silva Lisboa, D. Rodrigo, não fez parte da segunda.

Para tanto, foi necessário contextualizar a realidade vivida pelos dois personagens, dignos representantes do mundo letrado, tão influenciado pelas diversas vertentes das Luzes europeias, e também o estudo analítico das edições da obra do brasileiro, a fim de que se pudesse chegar ao melhor entendimento quanto à obra publicada pelo brasileiro pode representar uma adaptação ou uma releitura ajustada à realidade vivida nos dois momentos das publicações pela monarquia portuguesa.

Palavras-chaves: Silva Lisboa, Edmund Burke, revolução, contrarrevolução, Iluminismo, Conservadorismo, Revolução Francesa, Liberalismo.

Abstract

The literate Silva Lisboa, later to be known as Viscount of Cairu, accepted the assignment given to him by D. Rodrigo de Sousa Coutinho and made a translation of the main literary work of the Irish Edmund Burke, *Reflections on the Revolution in France*, pouring it to Portuguese. Two editions of this new work are known in 1812 and 1822. Given the importance of its counterrevolutionary content, it seemed to the Portuguese Crown to be interesting that such criticisms of the French revolutionary movement should be disseminated in its main territory and at that time the seat of the Portuguese Empire. The research carried out sought to clarify what kind of translation was made by Silva Lisboa, and to identify the reason why the dedication existing in the first edition of 1812, addressed to the English nobleman Visconde de Strangford and *in memoriam* of the minister and benefactor of Silva Lisboa, D. Rodrigo, was not part of the second.

For that, it was necessary to contextualize the reality lived by the two characters, worthy representatives of the literate world, so influenced by the various aspects of the European Lights, as well as the analytical study of the editions of the Brazilian work, so that one could arrive at the best understanding as to the work published by the Brazilian may represent an adaptation or a reread adjusted to the reality lived in the two moments of the publications by the Portuguese monarchy.

Keywords: Silva Lisbon, Edmund Burke, revolution, counterrevolution, Enlightenment, Conservatism, French Revolution, Liberalism.

Sumário

Introdução.....	8
Capítulo 1 – VENTOS DE MUDANÇAS, NOVOS TEMPOS.....	15
1.1. A Inglaterra e as Mudanças do século XVIII	15
1.2. Portugal no século XVIII.....	22
1.3. O século XIX e os novos ares políticos	30
1.3.1. Os diversos conceitos de Revolução.....	30
1.3.2. A Revolução Francesa (1789-1799).....	37
1.3.3. A Era Napoleônica (1799-1815).....	41
1.3.4. Os movimentos de independência na América Latina.....	47
1.3.5. A Corte de Portugal na América (1808-1821).....	50
1.3.6. Os movimentos revolucionários de 1817	54
1.3.7. A Revolução liberal do Porto e as cortes	62
Capítulo 2 – EDMUND BURKE E O IMPÉRIO BRITÂNICO	67
2.1. A formação do intelectual Edmund Burke.....	69
2.2. A participação no The Club	78
2.3. A atuação política de Burke	93
2.4. A resposta ao amigo francês após a Revolução.....	107
2.5. As reações às ideias contrarrevolucionárias de Burke.....	116
2.5.1. A crítica feminina de Mary Wollestonecraft (1759-1797)	118
2.5.2. A visão do revolucionário Thomas Paine (1737-1809)	124
2.5.3. A crítica fundamentada de James Mackintosh (1765-1832)	132
2.6. O pensamento burkeano ultrapassa o século XVIII.....	138
Capítulo 3 – SILVA LISBOA E O IMPÉRIO PORTUGUÊS	151
3.1. D. Rodrigo e um novo caminho para o Império.....	168

3.2. O funcionário leal à Coroa Portuguesa.....	174
3.3. O início com os escritos econômicos.....	180
3.4. Os embates literários econômicos	186
3.4.1. Manuel Luís da Veiga	188
3.4.2. Joaquim José Rodrigues de Brito	196
3.5. Os embates panfletários políticos	202
Capítulo 4 – RELEITURA DE UM LIVRO.....	217
4.1. A questão editorial e a censura no Antigo Regime	233
4.1.1. A censura e a liberdade de expressão no Brasil	239
4.2. O autor, o editor e a obra	246
4.3. O dilema da tradução	260
Capítulo 5 – A DESCOBERTA DE UMA OBRA	273
5.1. A obra de Edmund Burke criada por Silva Lisboa	277
5.2. A situação conjuntural do Reino Unido	285
5.3. A análise detalhada de cada edição	288
5.3.1. A publicação pela Imprensa Régia em 1812	292
5.3.2. As publicações pela Viúva Neves e filhos em 1821 e 1822	309
Considerações Finais.....	339
Referências.....	342
Fontes.....	342
Bibliografia.....	344
Internet	358

Introdução

A história é um profeta com o olhar voltado para trás: pelo que foi, e contra o que foi, anuncia o que será.

Eduardo Galeano (1940-2015)

Antes de detalhar o trabalho de pesquisa realizado, os objetivos e a metodologia adotada, é importante relatar o meu encontro com esses dois personagens. Começou aos poucos, sem muito sentir a forma como foi se dando essa aproximação, quando vi, eles já haviam se tornado parte do meu dia-a-dia.

Lembro, primeiramente, da menção dos nomes dos dois ainda nos tempos de escola ou de faculdade, mas não me despertaram qualquer interesse ou curiosidade que pudesse levar a leituras mais aprofundadas.

Entretanto, no final do ano de 2014, passei por uma banca de jornal e vi um exemplar da revista *Filosofia-Conhecimento Prático* que trazia como título de sua matéria principal: “EDMUND BURKE: A vida e a obra de um dos filósofos essenciais para compreender os fundamentos do pensamento conservador”.¹ Na hora não me interessei, mas no dia seguinte a comprei para poder fazer uma leitura com mais atenção e procurar entender mais sobre Burke e seu pensamento conservador. Quem era esse homem? Foi só um pensador, ou fez algo a mais no seu tempo? Eu não sabia, só ouvia falar que ele havia escrito um livro sobre a Revolução Francesa e que se opunha ao que esse movimento significava. Mas que argumentos ele usou para se opor a esse marco da história mundial? Que repercussão o livro teve à época?

Já o Silva Lisboa, que eu conhecia mais como sendo o Visconde de Cairu, tinha ficado na minha memória por ter sido homenageado no fascículo nº 16 que compunha o volume II da coleção *Grandes Personagens da Nossa História*, publicada pela Editora Abril Cultural na década de 1970, organizada por Sérgio Buarque de Holanda². Seu retrato reproduzido do original em óleo de Vieira de Campos, pertencente à Associação Comercial de Salvador, sempre me marcou: um homem sério, taciturno. Sua presença marcante também podia ser vista em outro quadro, o de R. Nunes pertencente a Câmara de Vereadores de Salvador, desta vez ao lado de José

¹ SCHULZ, Gerson Nei Lemos. *Um Gênio Conservador* (In) Revista Conhecimento Prático: Filosofia, ano 7, Edição 51 –, São Paulo: Escala, outubro/novembro 2014, p. 28 a39

² *Grandes Personagens da Nossa História*, volume II, São Paulo: Abril Cultural, p.285 a 300.

Bonifácio, ambos conselheiros do novo Império Brasileiro, mas não necessariamente amigos ou parceiros, por vezes adversários de ideias e posicionamento político.

Só que sempre vi e li o nome do Visconde associado ao decreto da Abertura dos Portos, assinado por D. João na parada em Salvador, em meio ao trajeto de Lisboa para o Rio de Janeiro. Era um difícil momento, o de ter decidido transferir a maior parte da Corte portuguesa para o novo continente, para, assim, a garantir a manutenção de sua coroa diante das ações dos invasores franceses que haviam entrado em Portugal. Ficou a curiosidade: será que Silva Lisboa era só isso, um homem que redigiu um documento responsável pela liberalização do comércio do Brasil com outras nações, dando privilégios aos ingleses? O que esse homem fez a mais para ser tantas vezes citado em diversos trabalhos de pesquisas sobre a história do Brasil?

Quando descobri que os dois personagens, Burke e Silva Lisboa, haviam se ligado pelo fato da principal obra do primeiro e outros de seus textos terem sido trabalhados pelo segundo numa obra que visava popularizar o pensamento do irlandês no reino português, vi que seria o momento oportuno de conhecê-los um pouco melhor.

Ainda em busca de maiores informações sobre eles, descobri numa consulta ao Google duas citações ao Visconde de Cairu em fontes que nunca imaginaria encontrar. Elas estavam registradas em dois livros psicografados por Chico Xavier: *Brasil Coração do Mundo, Pátria do Evangelho* (1938), ditado pelo espírito de Humberto de Campos, e *Os Mensageiros* (1944), ditado pelo espírito André Luiz. O mais estranho era que Silva Lisboa vinha de família tão católica, que seu pai o queria padre e até o deixou em Coimbra sem mesada quando ele desistiu de estudar Cânones.

No primeiro livro espírita, a citação ao Visconde de Cairu encontra-se no capítulo XVI, onde há referência ao período de D. João VI no Brasil³, quando Silva Lisboa “consegue do soberano a abertura de todos os portos da colônia ao comércio universal”. Cabe destacar ainda o trecho em que é mencionado o acordo com os ingleses: “E note-se que semelhante providência, a base primordial da autonomia brasileira, teve seus antecedentes, indiscutivelmente, na atuação das forças espirituais que presidiam aos movimentos iniciais da emancipação, porque, na convenção secreta de Londres, em 22 de outubro de 1807, um dos pontos essenciais que deveriam ser

³ XAVIER, F. C. *Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho*, Rio de Janeiro: FEB, p. 135

observados, em troca da proteção de George III à casa de Bragança, no sentido de sua fuga para a colônia distante, era o da abertura dos portos do Brasil à livre concorrência da Inglaterra, reservando-se tal direito somente aos interesses britânicos”.

Com relação ao segundo livro espírita, este traz em seu capítulo XXI a menção ao nome de Silva Lisboa, Visconde de Cairu, numa passagem em que o espírito de André Luiz estava conhecendo as condições da vida no mundo espiritual, após já ter narrado sua volta ao *Nosso Lar*. No citado capítulo intitulado “Espíritos dementados”⁴, André Luiz está acompanhando o trabalho desenvolvido por um outro espírito orientador denominado Alfredo, quando são por um cavalheiro, “denotando nobre aprumo”, de nome Aristarco, que exclamava:

- “E a solução do meu processo, senhor Alfredo? Sinto-me prejudicado pelos parentes de má fé. Minha parte na herança dos avós é cobiçada pelos primos. Segundo já lhe fiz ver, meu quinhão é superior aos demais. Soube, todavia, que o Visconde de Cairu interpôs toda a sua influência contra mim. Ninguém ignora tratar-se de um grande velhaco. Que não poderá ele fazer com as artimanhas políticas? Está mal informado a meu respeito. O senhor enviou meu pedido ao Imperador?”

Aquietado pelas palavras serenas de Alfredo, quando lhe diz que medite nos bens sublimes que poderá alcançar, diante da Vida Eterna, aconselha-o a que esqueça os primos ambiciosos e o Visconde que não o compreendeu. Sorrindo, sem a mesma inquietação de antes, Aristarco responde: “É verdade! Os tratantes morrerão...”.

Descontando o aspecto de crença quanto aos textos espíritas serem mensagens recebidas por Chico Xavier do mundo espiritual, mas serve para atizar a curiosidade pelo fato de que o famoso médium tinha um nível de escolaridade muito restrito, pois a origem humilde lhe impediu de chegar a graus superiores de educação. Como Chico Xavier saberia tanto sobre Silva Lisboa, sua influência na Corte e sua personalidade?

Juntar os dois personagens, Edmund Burke e Silva Lisboa, seria uma boa oportunidade de conhecer mais sobre eles mesmos, seus feitos, suas obras e o quanto cada um deles contribuiu para seus países e também para o pensamento político-econômico. Foi dado o pontapé inicial para construir meu projeto de pesquisa.

Avaliou-se, então, que essa análise da obra que unia os dois, propunha uma pesquisa que necessitaria de uma contextualização do mundo e tempo em que

eles viveram, destacando fatos e pessoas pudessem ter contribuído na formação e na vida profissional dos protagonistas. Ambos apresentavam semelhanças e diferenças profundas, ora economistas liberais, ora políticos conservadores, defensores de mudanças, desde que fossem mantidas as condições monárquicas.

Buscou-se seguir esse caminho de olhar a história por uma análise que mais se aproximasse do real, das ideias ou pensamentos originais dos personagens, dentro do possível. Tal tarefa seria próxima ao impossível, pois nenhum deles deixou um diário relatando o que exatamente pensavam quando fizeram suas obras, mesmo que em escritos posteriores fizessem algumas referências sobre isso.

Não se buscava ser *profeta*, como diz Eduardo Galeano, mas um simples relator de fatos reais, vividos em épocas distantes, que por vezes ultrapassando duzentos anos. Como afirma Koselleck, “escrever a história de um período significa fazer afirmações que nunca poderiam ter sido feitas naquele período”.⁵

Seria uma proposta restrita ao tempo em que os dois livros (o de Burke e o de Silva Lisboa, em suas duas edições) foram produzidos, talvez chegando próximo ao momento do retorno de D. João VI a Portugal que levariam em pouco mais de um ano à Independência do Brasil.

É mister destacar que os dois foram produtos de seu tempo. Suas ideias e sentimentos, transmitidos em seus escritos refletiam o que era a sociedade de Antigo Regime, com comportamentos e tradições que divergiam muito do que seria imposto pelos novos tempos de modernidade, tais como as monarquias constitucionais, os direitos do homem, e outras “novidades” que surgiram a partir da Revolução Francesa, mote do principal trabalho escrito por Burke.

A partir dessa obra de Burke, teve início o que se denominou de *pensamento conservador liberal*, vê-se que as ideias ali expostas puderam contribuir para as novas políticas implantadas na Europa, além do que as áreas coloniais no início do século XIX, inspiradas pela própria Revolução Francesa e pela Americana, buscaram se libertar de suas metrópoles europeias.

Com base nessa proposta, após o capítulo inicial que trata da contextualização do quadro político vivido por Inglaterra e Portugal, seguiram-se os capítulos que abordaram resumidamente a formação dos dois escritores políticos, em tempo, espaço e ambiente social que viveram. É, portanto, um capítulo que

⁴ XAVIER, F. C. *Os Mensageiros, pelo espírito André Luiz*, Rio de Janeiro: FEB, 2010, p. 135

⁵ KOSELLECK, R. *Estratos do Tempo: estudos sobre história*, 2014, p. 107

contextualiza as mudanças que se viam surgir no século XVIII, com a participação de uma *geração esclarecida* que, dentro de suas áreas de atuação, buscou construir um mundo melhor, mais justo e menos conflituoso, embora os embates entre as partes envolvidas (pobres e ricos, colonos e governantes das metrópoles) fossem ainda constantes. Portugal e Inglaterra passaram por momentos de extremo temor quanto ao próprio futuro, sentimento esse que se deslocou para as áreas coloniais, em especial, as terras americanas. Chegando ao ápice no final do século XVIII, quando ocorreu a Revolução Francesa em 1789 e, a seguir, a ascensão de Napoleão Bonaparte até os primeiros anos do século seguinte.

A partir dessa base que permite conhecer um pouco da vida e das experiências dos dois personagens, a começar pelo segundo capítulo, que nos leva a conhecer um pouco de Edmund Burke, um homem basicamente de ações políticas, que deixa marcas importantes através de seus discursos proferidos no Parlamento e em seus escritos. Foi um homem determinado em defender suas ideias, mesmo que essas fossem contrárias às ações dos governantes; um pensador preocupado com o novo mundo que se vislumbrava para o século XIX, no qual não iria viver. Ao defender suas ideias atraiu para si críticas de diversas origens, cujas argumentações se contrapunham às ideias de Burke, e essas mesmo não tão divulgadas no século XX, podem ressurgir agora diante de um crescente movimento conservador que se observa pelo mundo do século XXI.

O terceiro capítulo apresenta o tempo e lugares por onde andou, se educou e trabalhou o baiano José da Silva Lisboa, transitando pela Universidade de Coimbra e retornando a Salvador, onde pode travar contato com o príncipe regente, D. João, no momento em que houve a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, em 1808, fazendo com que, logo a seguir, fosse convidado a trabalhar na nova capital do Império, para onde foi reestabelecida toda a organização política, social, econômico e jurídico do Império Português. Com as mudanças advindas da derrota de Napoleão, as Cortes do Porto, o retorno de D. João VI a Portugal, viu o Brasil se transformar num novo país independente em 1822, por ação do regente Príncipe Pedro, a quem passou a prestar seus serviços mais dedicados até seus últimos dias de vida.

Já o quarto capítulo dá início ao que se concretizará na pesquisa principal a respeito da obra de Silva Lisboa com os textos selecionados de Burke. Esse capítulo teve o objetivo de ser um arcabouço metodológico e conceitual para a discussão sobre discursos, formas de interpretação, adaptação, releitura de textos e de como essa

história cultural pode ajudar a compreender as obras e seus autores, também editores e tradutores, tudo o mais que gira dentro do estudo da história dos livros e do mercado editorial dos séculos XVIII e XIX.

Esse capítulo trata da questão intrínseca do livro e como ele se apresentou nos séculos XVIII e XIX; a questão autoral, como era vista naquele período; a questão editorial, a produção e consumo de obras literárias; se essas leituras poderiam influenciar na sociedade a qual eram dirigidas através do discurso utilizado; também sobre o papel das traduções na divulgação das ideias oriundas de outras partes do mundo, o uso desse conhecimento nas questões políticas. Também é estudada a pressão que os censores puderam exercer na produção e distribuição dessas obras no mundo europeu e no reino luso-brasileiro, começando pela escolha de quais obras puderam ser traduzidas e publicadas, considerando a política de controle do conhecimento.

O quinto e último capítulo foi destinado aos objetos principais de estudo da pesquisa, que são as duas obras, produzidas uma em função da outra: os escritos de Burke juntando suas reflexões sobre a Revolução Francesa, destinadas a um jovem francês, em conjunto com suas Cartas da Paz Regicida e outra destinada a responder a nobres que, no Parlamento, se colocaram contra a concessão à Burke de uma pensão pelos bons serviços prestados à Grã-Bretanha, já que Silva Lisboa se vale desse conjunto para produzir os seus *Extractos*.

A análise comparativa se prende ao conteúdo entre a primeira e a segunda edição da obra intitulada *Extratos das Obras Políticas e Econômicas de Edmund Burke*, compilada e traduzida por José da Silva Lisboa.

A edição de 1812, publicada no Brasil, constituída por partes resumidas da obra de Edmund Burke, *Reflexões sobre a Revolução na França*, de 1790, e por quatro cartas escritas pelo político irlandês entre os anos de 1792 a 1796, a última escrita pouco tempo antes de sua morte em 1797.

A segunda edição dessa obra de Silva Lisboa só ocorreu em 1822 com o título alterado para *Extratos das Obras Políticas e Econômicas do grande Edmund Burke*, já não contendo dedicatória, iniciando logo pelo prefácio, também já sem os dois primeiros parágrafos, entre outras alterações, como exclusão de uma das cartas e do apêndice.

Desta feita, ainda restava buscar identificar nessas duas edições da obra de Silva Lisboa o objetivo que levou à publicação das mesmas, considerando que a

primeira publicação apresentava uma dedicatória ao Lord Strangford, responsável pela escolta inglesa na transferência da Corte portuguesa para o Brasil, e a citação do papel relevante para execução da obra que cabia D. Rodrigo de Sousa Coutinho, e na segunda, de 1822, tal oferecimento desaparece, levantando questões a responder sobre a razão que teria levado Silva Lisboa a fazer essa exclusão, como também as razões pelas quais teria optado por publicá-la através de uma tipografia portuguesa no ano de 1822, quando o momento político parecia indicar que logo ocorreria uma possível separação entre Portugal e Brasil.

No decorrer do processo investigativo foi encontrada uma edição desconhecida, nunca mencionada, que estava escondida no acervo da Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa. Uma edição feita pela mesma Nova Impressão Viúva Neves e Filhos, de Lisboa, em 1821, só que o título divergia dos outros dois e apresentava uma pista interessante a ser seguida: *Extratos das Obras Políticas e Econômicas do Grande Edmund Burke* “mui úteis para a Regeneração de Portugal”. Essa edição apresenta a mesma constituição da edição de 1822, motivo pelo qual a análise das duas foi feita em conjunto, como se fossem uma só edição (da década de 1820).

Por fim, a análise propriamente dita da obra de Silva Lisboa, cujas três edições foram comparadas entre si, levou às possíveis respostas para compreender o objetivo da produção, na verdade, em três tempos diferentes da política do Império Português.

Quanto ao propósito de expor as ideias defendidas por Burke em momentos de transição política no Brasil não foi possível tratar no presente trabalho, ficando adiada essa avaliação, pois em muito o alongaria nesse momento. Em tempos de ressurgimento do pensamento conservador, será muito interessante o estudo da interpretação dada por Silva Lisboa aos textos de Edmund Burke.

Como disse o escritor norte-americano, William Faulkner, *o passado nunca está morto; nem sequer é passado*; portanto, está feito o convite para seguir por essas páginas no caminho que levou às respostas nunca imaginadas como possível resultado da pesquisa, lançando um novo olhar para esses livros editados em nome de Silva Lisboa na segunda década dos Oitocentos.

Capítulo 1 – Ventos de Mudanças, Novos Tempos

As revoluções dos tempos não costumam recuperar uma verdade enjeitada e perdida, cuja falta tanto mal faz a tantas nações.

John Milton, *Areopagítica* (1644)

Dizem que as coisas não acontecem por acaso, que somos produtos do tempo e do lugar onde vivemos. Para compreender melhor o pensamento de homens como Edmund Burke e José da Silva Lisboa, profundamente influenciados pelo processo histórico de seus países, será necessário que pensemos no que eles conheceram com relação às mudanças ocorridas nos anos que os antecederam e nos que ele viveram.

Todos os textos produzidos pelos dois trazem em seus conteúdos as vivências de cada um deles, pois também eram produtos de seu tempo.

1.1. A Inglaterra e as Mudanças do século XVIII

Os ventos das mudanças já estavam presentes desde o século XVII, quando, segundo Christopher Hill, *o mundo ficou praticamente de ponta cabeça*, destacando-se o trajeto percorrido pela Inglaterra com a passagem da dinastia Stuart, recheando os livros de história de crises dinásticas, alterações de titularidade no trono e disputas de religiões, sempre colocando o povo em dúvida sobre ser católico ou protestante, considerando as diversas ramificações surgidas após o processo da Reforma iniciada com o rei Henrique VIII (1491-1547), da dinastia Tudor.

Na apresentação escrita por Renato Janine Ribeiro no livro *O Mundo de Ponta-Cabeça*, de Christopher Hill, é lembrado que “com os Stuarts o confronto entre rei e Parlamento vai-se tornar rotineiro, até resultar em guerra; isso mudará o próprio perfil constitucional na Inglaterra”.⁶

A Revolução de 1688 trouxe também no seu bojo a Lei da Tolerância, de 1689, que terminou por privar a Igreja Anglicana de seu monopólio religioso. Além

⁶ HILL, Christopher. *O Mundo de Ponta-Cabeça*, 1987, p. 13

disso, houve também nesse período revoluto inglês a publicação do panfleto de John Milton, *Areopagítica* (1644), que é considerado como o texto que primeiro defendeu a liberdade de imprensa. Milton (1608-1673), poeta e parlamentar, leu seu conteúdo no Parlamento, apresentando argumentos contra a censura prévia e a favor da razão, destacando a responsabilidade fundamental do direito de escrever e de opinar. Para John Milton, um livro só poderia ser proibido se tivesse sido publicado, cabendo ser examinado e refutado antes de ser eventualmente condenado.

Hill menciona o fato de quanta razão tinha Milton em se orgulhar da “nobre e poderosa nação, que se levanta como um homem forte que acaba de acordar e livrar-se de algemas que pareciam invencíveis,...uma nação que não é lenta e entorpecida, mas tem a mente pronta, engenhosa e penetrante, aguda no invento, sutil e nervosa no discurso, capaz de atingir os mais altos pontos a que possa aspirar a capacidade humana”.⁷

Por fim, na conclusão de seu livro, Hill menciona:

Mas também existem mudanças mais demoradas, mais lentas, mais profundas nos processos mentais, sem as quais os gestos heroicos ficariam totalmente desprovidos de sentido. Estas mudanças nos escapam, se nos perdemos no detalhe; somente podemos apreciar a dimensão das mudanças se nos dispomos a examinar o começo e o fim da Revolução – se é que palavras tão vagas podem se aplicar a um processo que sempre começa e nunca termina. De uma perspectiva mais distanciada podemos medir as colossais transformações que precipitaram a Inglaterra no mundo moderno. E talvez possamos manifestar uma certa gratidão a todos esses radicais anônimos que anteviram e tentaram implantar não o nosso mundo contemporâneo, porém algo muito mais nobre, algo que ainda não se realizou: o mundo de ponta-cabeça.⁸

Embora se possa achar que a Revolução Puritana, que destronou e matou Carlos I em 1649, e a Revolução Gloriosa que fez com que Jaime II fugisse para a França com a mulher e o filho sejam semelhantes, em razão de que nos dois casos os monarcas enfrentaram líderes populares, ao final ambas são diferentes, já que, na segunda, não há nenhuma guerra civil. Na revolução de 1688 até os monarquistas (rebatizados de *tories*, conservadores) estavam contra o rei, como também se observa que há um agrupamento diferente dos antigos partidos, sem esquecer que surge uma oportunidade para discutir velhas questões. Após um período de muitas polêmicas, era

⁷ Idem, 1987, p. 345

necessário viver uma época de maior sensatez para resolver os problemas existentes. Talvez o sentimento de desilusão ajude aos homens a se tornarem sábios.⁹

Apesar da expulsão de Jaime II ter sido um ato revolucionário, o movimento que se viu tinha um espírito contrário ao revolucionário, uma vez que não veio para acabar com a lei, nem para coagir pessoas a adotarem um novo modelo de opinião em política e religião, mas veio para dar liberdade sob e pela lei, uma vez que era ao mesmo tempo liberal e conservadora. Na opinião de Trevelyan

na nossa Revolução os dois grandes partidos, na Igreja e no Estado, uniram-se para salvar as leis da terra da destruição de Jaime; feito tal, e tendo deste modo se tornado juntos, e ao mesmo tempo separadamente, senhores da situação em fevereiro de 1689, nem os membros do partido *whig* nem os membros do partido *tory* seriam objeto de perseguição, tanto pelo poder real, quanto pelo partido oposto no Estado. [...] A mais conservadora de todas as revoluções da história também foi a mais liberal. Se Jaime tivesse sido derrubado somente pelos whigs ou somente pelos tories o Acordo que se seguiu à sua queda não teria sido tão liberal, ou tão permanente.¹⁰

Ao final da Revolução de 1688 a Inglaterra viu o final definitivo do antigo regime, passando a organizar um império comercial de extrema eficiência e um sistema de dominação de classes que se revelou resistente ao tempo. Também as novas ideias tiveram mais espaço para se expressar em todos os campos. Entretanto, ainda se via o quanto a ética protestante dominava as atitudes morais das classes médias. Quando essa se extinguiu, em 1695, não foi preciso renovar a lei da censura pois os próprios formadores de opinião se autocensuravam. O mundo estar de ponta-cabeça, na expressão de Christopher Hill, não correspondia a uma oposição à ordem vigente, mas apenas à constatação de que uma nova ordem havia sido colocadas para a sociedade.

É, então, que surge o século XVIII, já se iniciando com uma nova dinastia no comando da Grã-Bretanha, a Casa de Hanover, de origem externa ao território, mas que se ajustou às esperanças de tranquilidade, com a religião protestante como a oficial, acalentando o espírito dos súditos que os tempos revoltos haviam se encerrado. Os casamentos que entrelaçavam as monarquias europeias e problemas de

⁸ Ibidem, 1987, p. 365-366

⁹ TREVELYAN, G M. *A revolução inglesa: 1688-1689*, 1982, p. 4

¹⁰ Idem, 1982, p. 5

falta de sucessores diretos levaram mais uma vez à linha sucessória inglesa ser continuada por estrangeiros.

Embora unida ao País de Gales desde 1284, à Irlanda desde 1603, a Inglaterra formaliza a união com a Escócia a partir de maio de 1707, se convertendo em um só reino, a Grã-Bretanha. Com isso, o Parlamento inglês, recebeu quarenta e cinco deputados que representavam o território escocês e o primeiro soberano foi a Rainha Ana (1665-1714). Foi também nesse momento que se desenvolveu o sistema bipartidário, representado pelos partidos *Whig e Tory*, que nos anos seguintes passaram a se revezar no comando do governo britânico, adotando políticas que podem ser caracterizadas, respectivamente, em termos simplificados, como liberais e conservadoras.

Ainda quanto aos fatos relacionados à Escócia e Irlanda no que tange ao Acordo da Revolução de 1688, a Irlanda tinha que ser reconquistada antes que viesse a se submeter a novo soberano. Depois de muitas idas e vindas, o Acordo para a Irlanda a deixou na mesma situação, representando a continuação e o reforço de um mau sistema que já havia.

A Escócia, que não estava na mesma condição da Irlanda e das colônias americanas, já que não dependia em absoluto do Parlamento Inglês, tendo um Parlamento próprio que podia propor leis e dispor da Coroa da Inglaterra. Eram duas Coroas separadas, embora estivessem na mesma cabeça desde 1603, o que havia tornado a Grã-Bretanha uma *monarquia dual*, onde cada um dos reinos tinha suas próprias leis e seus tribunais, seu Poder Executivo, seu Parlamento e sua Igreja.

Entretanto, se em 1689 a Escócia poderia ter conservado Jaime VII como rei ou ter elegido outro para sucedê-lo, mesmo que não fossem Guilherme e Maria, tal fato não aconteceu, preferindo seguir o exemplo da Inglaterra quanto à disposição da coroa, declarando que Jaime a havia perdido. Há de se mencionar que o Acordo Escocês da Revolução de 1689 foi feito pelos próprios escoceses, só que mesmo assim a dificuldade de governar a Escócia continuou tão grande após a revolução quanto era antes. A resistência estava com os clãs das montanhas, que não eram governados nem pelo rei, nem pela lei da Escócia, somente por seus próprios chefes, e esses estavam divididos entre apoiar o novo rei Guilherme ou não. De 1689 a 1707, o

Parlamento escocês teve atuação independente até mais ativa do que em qualquer outro período anterior.

Aos poucos surgia um espírito de independência entre os escoceses, o que tornaria impossível manter a monarquia dual. A solução veio com o reinado de Ana, quando a união entre os dois reinos foi levada adiante com a concordância entre os dois parlamentos em se fundirem num só: o Parlamento da Grã-Bretanha. Foi assim negociado um tratado em termos de igualdade entre duas regiões, que passaram a constituir um só reino. A união de 1707 deixou para a Escócia sua Igreja presbiteriana e seus tribunais de Justiça, além de proporcionar-lhe a vantagem do comércio livre com a Inglaterra e suas colônias. Estava formado o Império Britânico, onde cabia aos escoceses papel importante, graças a condições muito vantajosas.¹¹

Para os monarcas do século XVIII, no entanto, havia uma nova empreitada a enfrentar. Desta vez foi com os súditos que residiram fora do espaço britânico. Esses súditos de além-mar, que, por diversas razões - dentre elas o direito de professar uma religião de forma mais tranquila -, optaram por viver e habitar um território desconhecido, localizado no novo continente americano e lá trabalhar, construir um lar que fosse quase um paraíso, sem nunca desistir de se sentir um súdito do rei inglês, com toda a fidelidade esperada.

Inclusive, é importante destacar que o destronamento de Jaime II foi recebido calorosamente pela maioria dos colonos americanos, uma vez que a política religiosa do rei e sua amizade com a França (os franceses de Quebec e os jesuítas franceses aliados dos índios eram considerados perigosos para as desprotegidas fronteiras do Oeste) haviam suscitado temores. Além disso, as tendências absolutistas de Jaime entraram em violento conflito com a demanda de independência virtual das colônias, em especial a de Massachusetts e de Nova York, que, com a revolução, se levantaram contra a autoridade hostil do governador, que obedecendo a ordens do monarca havia mutilado a autonomia das colônias, suprimindo as assembleias eletivas. Pode-se até supor que a Revolução Inglesa de 1688 teve o efeito de atrasar a Revolução Americana, pois tendeu a suavizar a violenta tensão entre as demandas de autonomia governamental das colônias e a pretensão de Jaime em exercer as

¹¹ TREVELYAN, *A revolução ...*, 1982, p.102

prerrogativas reais além-mar, já que ele seguia a política de “Domínio da Nova Inglaterra”, que podia destruir as liberdades americanas.¹²

Ao contrário da Revolução Francesa, que teve como causas reais atos de tirania, o movimento conhecido como Revolução Americana foi entendida como um evento de uma peculiar motivação conservadora e intelectual, derivada não da opressão em si, mas de uma opressão esperada, guiada pela razão e pela devoção a princípios como “sem representatividade, nada de imposto”.¹³ Dessa forma, os americanos passaram a entender a revolução como um embate moral pela liberdade contra a crueldade da tirania britânica.

O Tratado de Paz de Paris, em 1763, encerrou a Guerra dos Sete Anos, disputa entre a Grã-Bretanha e França pelo domínio comercial e marítimo das colônias da Índia e da América do Norte, que tinha tido início em 1756. Infelizmente, essa vitória britânica trouxe um alto impacto sobre o tesouro, duplicando a dívida pública nacional que chegou ao expressivo número de 128 milhões de libras esterlinas. Foi necessário sair em busca por novas fontes de arrecadação. A opção mais estratégica era a tributação das colônias na América do Norte, cujos colonos eram vistos como muito prósperos. Entre a população branca não havia pobreza, já que a renda obtida era razoável, os impostos eram baixos e os governos das províncias não tinham dívidas a pagar. Embora as colônias também tivessem contribuído durante a guerra, o fardo mais pesado recaía no Tesouro britânico.¹⁴

Duas novas medidas foram adotadas com o objetivo de aumentar os impostos: a *Lei do Açúcar ou da Receita*, de 1764, que criava impostos sobre a importação de melaço e de outros produtos derivados do açúcar; e a *Lei do Selo*, de 1765, que exigia que todos os documentos legais e materiais impressos, como os jornais, incluíssem o custo de um selo.¹⁵

Entretanto, a cobrança de impostos e o sentimento de serem súditos diferenciados, reduzidos a integrantes de uma subclasse, fez com que movimentos populares se insurgissem contra essas ações do governo e acalentassem também a

¹² Ibidem, 1982, p. 95-96

¹³ WOOD, G. S. *A revolução americana*, 2013, p. 20

¹⁴ MIDDLETON, R. *A Guerra da Independência dos Estados Unidos da América, 1775-1783*, 2013, p.22

¹⁵ Idem, 2013, p. 23

esperança de que estavam construindo uma nova nação, um novo país que fosse exemplo de liberdade em sua concepção mais ampla.

John Adams expressou essa mudança ocorrida nos corações e mentes da população ao dizer que “a revolução estava consumada antes do início da guerra”. Era o início de um processo transformador que conduziu os Estados Unidos à sociedade liberal e democrática do mundo moderno. A revolução eliminou o que ainda restava dos padrões advindos do território europeu, que tinham por base o comportamento de súditos e as relações sociais de dependência. No decorrer do processo, o povo americano passou a ter uma visão de futuro muito diferente, passando a enxergar-se como líder de uma revolução mundial pautada no republicanismo e na liberdade.¹⁶

Os súditos do território americano sentiam orgulho de fazer parte de uma nação que havia protegido seus direitos por meio de um governo constitucional, o que contrastava com a realidade das demais monarquias absolutistas da Europa. Os americanos sentiam orgulho de serem britânicos.¹⁷

O detonador do conflito entre os colonos americanos e o governo britânico ocorreu quando foi aprovada uma lei parlamentar que beneficiava a Companhia da Índias Orientais, responsável por importar chá do Oriente, e que, na América, prejudicava os negociantes do produto, que passava a pagar novo imposto. Vista como medida que pressupunha o direito do Parlamento de criar tributos, os patriotas, disfarçados de índios Mohawk e liderados por Samuel Adams, tomaram a decisão de abordar os navios e atiraram a carga de chá na baía de Boston. Foi a *Festa do Chá de Boston*.¹⁸

A partir desse momento, a reação do governo britânico foi contundente e deu-se início ao processo que levou à Declaração de Independência dos Estados Unidos em julho de 1776, embora os combates continuassem até 1783. Entretanto, apesar da Revolução Americana, após as Revoluções Puritana e Gloriosa, foi o Parlamento inglês que passou a assumir o papel preponderante, fazendo com que a monarquia se apresentasse cada vez mais como constitucional ao longo do século XVIII.

¹⁶ WOOD, *A revolução...*, 2013, p. 24

¹⁷ MIDDLETON, *A Guerra...*, 2013, p. 25

¹⁸ Idem, 2013, p. 29

Outro vento de mudança importante ocorreu na área econômica, já que a mecanização da indústria têxtil e o desenvolvimento dos processos de transformação do ferro se iniciam também no século XVIII, mas avançando pelo início do século XIX. As antigas atividades agrícolas ou mesmo comerciais adquirem novos perfis com as inovações tecnológicas; por exemplo, com o uso da máquina a vapor, que muito auxiliou a expansão do comércio pela melhoria das rotas de transportes, incluindo aí o aparecimento da estrada de ferro.

É importante destacar também que por volta de 1780, os irlandeses obtêm sua independência na Constituição, após séculos de dominação dos ingleses, contando com uma rejeição por parte dos irlandeses quanto à moção de união proposta em 1799, após a ocorrência de rebeliões em 1798. Somente na virada de 1800/1801 as ilhas da Grã-Bretanha e Irlanda se uniram para formar um novo Estado, denominado de *Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda*.

É nesse período de mudanças estruturais políticas, econômicas e sociais que Edmund Burke atuou intelectual e politicamente.

1.2. Portugal no século XVIII

Enquanto isso, mesmo passando pela restauração da monarquia em 1640, após o período de domínio espanhol, devido a um interregno dinástico, os reis em Portugal não se afastaram das concepções e estruturas do Antigo Regime, nem houve avanços significativos nas áreas econômicas, sociais ou científicas.

Como lembra Elias,

a instauração do poder absoluto do príncipe, que é ao mesmo tempo o resultado e o princípio de um novo equilíbrio social, é acompanhada de evoluções mais significativas, designadas como constitutivas do processo civilizador. No Ocidente, entre os séculos XII e XVIII, as sensibilidades e os comportamentos efetivamente se modificaram profundamente por dois fatos fundamentais: a monopolização, pelo Estado, da violência que obriga ao controle das pulsões e assim pacifica o espaço social; e o estreitamento das relações interindividuais, que implica necessariamente um controle mais severo das emoções e dos afetos.¹⁹

¹⁹ ELIAS, N. *A Sociedade de Corte*, 2001, p. 19

Nas palavras de Villalta o que havia em comum entre Portugal e Brasil nesse período eram: o absolutismo; o “capitalismo comercial”; a sociedade fundada nos privilégios de nascimento e na preeminência do clero; a força da Igreja católica, da Inquisição e da intolerância religiosa. O destaque dentre esses elementos é o “absolutismo” por sua centralidade e por suas especificidades em Portugal e no Brasil, adquirindo dois aspectos próprios no caso luso-brasileiro: o caráter patrimonialista da monarquia portuguesa e a existência de uma sociedade de Corte em Portugal.²⁰ Em suma, os traços característicos de uma sociedade de Antigo Regime.

O século XVIII encontra o Império Português expandido por várias áreas dispersas pelos continentes, mas sua economia estava baseada na sua maior colônia, aquela conhecida por América Portuguesa ou Brasil.

Após enfrentar ataques de outras nações ao território americano, os portugueses se viram envolvidos, indiretamente, em guerras com França, Inglaterra, Espanha e Holanda, por ataques à costa brasileira e até mesmo instalação de uma área dominada pelos holandeses por 24 anos.²¹ Era a colônia controlada pela Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais, que se expandiu por grande parte da região Nordeste entre os anos de 1630 e 1654 e que chegou até Angola por alguns anos.

A retomada dessa área teve participação ativa de grupos de brasileiros aliados aos portugueses que desembarcaram em Recife para lutar pelo controle dessa área importante para a economia colonial e até da Metrópole, já que era a maior produtora de açúcar.

O território denominado de Nova Holanda ocupou sete das dezenove capitanias do Brasil no século XVII, tendo por principais cidades Mauritsstad (Recife/Pernambuco), Frederikstad (João Pessoa/Paraíba) e Nieuw Amsterdam (Natal/Rio Grande do Norte). Foi sob o comando de Maurício de Nassau que a colônia alcançou seu apogeu entre os anos de 1636 a 1644, vivendo um período de prosperidade cultural, econômica e de liberdade religiosa, não havendo perseguição aos que professavam religião diversa da católica, como protestantes e judeus.²²

²⁰ VILLALTA, L. *O Brasil e a crise do Antigo Regime português (1788-1822)*, 2016, p. 26-27

²¹ SERRÃO, J. *Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640*, 1968, p. 72-78, 208-234

²² MELLO, E. C. *O Brasil holandês (1630-1654)*, 2010, p.161-327

Quanto aos judeus, que já haviam sido expulsos da Península Ibérica no século anterior e buscaram refúgio na Holanda, acabaram sendo atraídos pela liberdade de religião concedida a eles e resolveram imigrar para a nova colônia na América Portuguesa, chegando a fundar em Recife a primeira sinagoga das Américas, *Kahal Zur Israel*. A reconquista pelos portugueses propiciou novo movimento dos judeus que se deslocaram em direção à América inglesa, estabelecendo-se em Nova York.

As Batalhas dos Guararapes nos anos de 1648-1649 foram vencidas pelos luso-brasileiros, mas só em 1654 houve a capitulação e a saída dos holandeses das terras nordestinas do Brasil. Entretanto, a formalização do Tratado de Haia se deu em 1661, enquanto a paz com a Espanha teve de esperar até 1688.²³

Na América, reconquistada a região pela união de brasileiros e portugueses, as atenções do governo português com relação ao Brasil ficaram voltadas para a obtenção de recursos que pudessem manter a Metrópole e os gastos da Corte de seus soberanos, embora a segunda metade do século XVII tenha sido de crise, devida parcialmente ao crescimento da produção em áreas das Antilhas. Em compensação, os cinquenta anos seguintes constituíram o auge da exploração das *minas gerais*, com a extração de ouro e diamantes, o que também levou ao crescimento do comércio de escravos ligando o Brasil às colônias portuguesas na África, com vistas ao mercado de mão-de-obra barata para a implementação da atividade mais rentável à época.

Como resultado, destaca Laura de Mello e Souza, sobre a América portuguesa, passou a pairar “o duplo temor da ameaça externa (os franceses e demais estrangeiros que investiam sobre a costa brasileira) e da interna (os colonos sem peias, senhores da vontade e determinação)”, já que o interior da colônia invadido pelos caçadores de ouro apresentava um desequilíbrio sem precedentes: até o século XVII o interior era habitado por índios e alguns aventureiros da terra, mas com as descobertas das minas atraíram a cobiça dos homens vindos de todos os lugares, sejam os habitantes luso-brasileiros de Salvador ou do Rio de Janeiro, ou mesmo reinóis que se

²³ MELLO, E. C. *O Negócio do Brasil*, 2011, p. 22-258

atreveram a ultrapassar o oceano em busca do enriquecimento rápido e fácil.²⁴ Por isso,

Invasão estrangeira, revolta popular, deslocamento do eixo econômico em decorrência da descoberta do ouro, insatisfação das elites, desvendamento de segredos que garantiam a riqueza imperial lusitana e pagavam alianças internacionais, essas as muitas faces da crise desabada sobre a América portuguesa e responsável pelo reordenamento do Império, nunca mais o mesmo desde então, e mais que nunca fadado a um destino atlântico.²⁵

Ao mesmo tempo, o período assistiu à construção das novas instituições que vieram a criar o Estado na época contemporânea. Fernando Novais, em sua obra *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, em perspectiva um tanto superada, considera que essas mudanças estavam anunciadas “pelas revoluções inglesas do século XVII”, e se efetivassem com

o grande ciclo das revoluções liberais [que] se abre com a independência das colônias britânicas e constituição dos Estados Unidos da América (1783), nos Cantões Suíços (1782), nas Províncias Unidas (1783), nos Países Baixos Austríacos (1787) para atingir na Revolução Francesa (1789) a sua mais completa configuração. Todos esses dramáticos acontecimentos se prendem ao mesmo processo estrutural de ruptura do absolutismo [...] Da França, o vendaval se expande para toda a Europa e para o Novo Mundo, [...] e se prolonga até os meados do século XIX.²⁶

Seguindo esses rumos com relação mais a questões políticas (absolutismo dando espaço às monarquias constitucionais) do que à questões econômicas, não somente afetas ao sistema colonial mas também ao crescente liberalismo econômico, não é possível deixar de destacar os seguintes fatos²⁷:

- 1) A revolução industrial inglesa apresentava um desenvolvimento irreversível, exigindo a abertura dos mercados ultramarinos consumidores de produtos manufaturados, sendo que a política de autonomização e desenvolvimento econômico dos países ibéricos dificultava a penetração dos produtos ingleses nos mercados do ultramar pelas vias metropolitanas; os interesses do industrialismo

²⁴ SOUZA, L. M. *O Sol e a Sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*, 2006, p.81

²⁵ Idem, 2006, p. 105

²⁶ NOVAIS, F. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, 2001, p. 3-4

²⁷ Idem, 2001, p. 119-212

inglês levavam a uma ruptura do pacto colonial, pois se voltava para remoção da figura do intermediário das metrópoles;

- 2) Iniciava-se a campanha inglesa contra o tráfico negreiro, que era a forma indireta de atacar o antigo sistema colonial;
- 3) Portugal chegava ao último quartel do século XVIII apresentando uma larga margem de atraso econômico em relação às demais potências europeias: competição política e concorrência comercial exacerbadas, pressionando sobre o exclusivo colonial; crise geral de mentalidade, em especial, com o crescimento nas colônias de inquietações populares a partir de movimentos revolucionários bem sucedidos em outras áreas no continente americano;
- 4) Portugal tinha dificuldades em manter o controle das colônias, considerando a desproporção entre a imensidão dos domínios e a pequenez da metrópole; apesar das reformas impostas durante o governo pombalino, estruturando de forma mais sistemática a política mercantilista lusitana além de implantar ações de definição territorial e preservação das fronteiras através da decisão de transferir a capital do Estado do Brasil para o Rio de Janeiro e da sede do governo do Estado do Maranhão para Belém do Pará, cabendo a defesa territorial a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão com a instalação de toda uma linha de fortificações;
- 5) Outro problema enfrentado por Portugal é aquele relativo ao “exclusivo”, com o aparecimento das ações de piratas, corsários, contrabandistas, e também após a independência das colônias inglesas a legislação e instruções se voltaram a barrar a penetração mercantil externa da colônia por diversas nações europeias, em especial, por parte dos ingleses, crescendo o comércio ilícito por toda a costa brasileira;
- 6) O Brasil, maior colônia de Portugal, mantinha suas bases estruturadas na economia exportadora e na sociedade escravista, o que propiciava o crescimento de tensões em virtude das proibições de comercializar com

outros países sem a participação dos representantes da metrópole, como também de instalar manufaturas em suas terras;

- 7) Por conseguinte, para a monarquia absolutista, no final do século XVIII, a crise se apresentava como um conjunto de problemas, que se agravavam na nova conjuntura e havia outros que surgiam em função das condições internacionais, sendo esse o entendimento de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro da Marinha e Ultramar a partir de 1796; surge, assim, um plano de fomento da exploração econômica do Brasil, removendo os obstáculos ao pleno funcionamento do sistema colonial na nova conjuntura.

Tais ventos de mudanças atingem, assim, as terras brasileiras e, quando o século XIX é alcançado, se transformam numa tempestade de alta ameaça ao controle dos portugueses. A partir de 1808, inicia-se uma nova rota, forçada pelos eventos vindos da França, em continuidade ao processo revolucionário detonado em 1789.

Além desses fatos políticos e econômicos, é mister delimitar o papel que os letrados ilustrados portugueses tiveram nesse período, na medida que passaram a integrar-se à nova estrutura administrativa do Império Português. É na Universidade de Coimbra que diversos estudantes brasileiros de famílias abastadas (oriundos de Minas Gerais, Bahia e São Paulo, dentre outros lugares) tiveram a chance de tomar contato com novas ideias: leituras de obras escritas por autores até proibidos, como o Abade Raynal, Rousseau, Locke, Voltaire, Pope, entre outros; além de terem a chance de fazer viagens a outros reinos, como a Inglaterra, onde ouviram relatos da Revolução Americana e conheceram técnicas fabris. Esses contatos possibilitavam estudar a ideia que levasse à independência do Brasil, como possivelmente aconteceu com o decano da geração mais velha de bacharéis de nacionalidade brasileira, o poeta e advogado de Vila Rica, Cláudio Manuel da Costa.²⁸

Claudio Manuel da Costa, Tomás Antonio Gonzaga e Ignácio José de Alvarenga Peixoto, foram homens que tiveram acesso a esse mundo ilustrado, seja em Coimbra ou no núcleo cultural criado nas Minas Gerais, onde livros e informações costumavam chegar a eles de forma rápida e sem passar pela burocracia da metrópole.

²⁸ MAXWELL, K. *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*, 1999, p. 159

Eles formaram o grupo conhecido como os Inconfidentes de Vila Rica, movimento revoltoso dissolvido em 1789, mas que teve como inspiração a Revolução Americana, que apresentava uma semelhança com a situação que viviam na região de Minas, em especial, no que tange às cobranças do quinto real sobre a produção de ouro, que, se não alcançado, geraria um tributo *per capita* (derrama) que faz lembrar os impostos cobrados dos colonos americanos.

Maxwell afirma que a intenção do grupo de conspiradores mineiros era a criação de um estado republicano e constitucional em Minas Gerais; parlamentos deveriam ser estabelecidos em cada cidade, subordinados a um parlamento principal; criar uma universidade a ser fundada em Vila Rica, além de revogar totalmente todas as leis e códigos do passado.²⁹ Os homens de Minas acreditavam que poderiam ser livres, independentes e republicanos, esclarecendo que o movimento teria sido planejado antes da Revolução Francesa.

Os movimentos populares que ocorreram nos anos finais do século XVIII com o objetivo de confrontar o governo da metrópole, quase sempre de forma a se posicionar contra os excessos tributários, apresentavam nas lideranças homens ditos letrados, que ora eram pegos por terem em seu poder livros *perigosos*, ora por trocarem informações com líderes de revoltas estrangeiros, sendo, por isso, classificados como ameaças à Coroa portuguesa.

É nesse grupo de novos estadistas que se inclui o baiano José da Silva Lisboa, formado nos bancos da Universidade de Coimbra, fazendo parte daquela *Geração de 1790*, como os indica Kenneth Maxwell em *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*, quando menciona que a reforma empreendida na Universidade de Coimbra pelo Marquês de Pombal proporcionou a matrícula entre os anos de 1772 e 1785 de cerca de trezentos estudantes brasileiros.³⁰

Alguns desses homens, que integraram uma geração de estadistas luso-brasileiros formados na tradição do reformismo ilustrado, participaram do processo de dissolução do império português na América e da implementação de projetos de Estados nacionais modernos, e, dentre eles, se destaca José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838).

²⁹ Idem, 1999, p. 163

De acordo como Ana Rosa Clochet da Silva, José Bonifácio “representou a síntese de um pensamento gestado no decorrer da sua trajetória de vida, herdeiro, em muitos aspectos, de um *perfil intelectual* e de *atuação prática* delineada a partir do reinado de José I (1750-1777), quando as reformas encetadas por seu principal ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, marcaram o início da fecundação das *Luzes* no Reino e, nele, de um amplo processo de reflexão sobre os rumos do Império”.³¹ No entender dessa autora, José Bonifácio, por ter sido formado na tradição do reformismo ilustrado, viria a se destacar numa perspectiva de longa duração quando da sua participação no novo governo do Brasil independente, considerado como principal mentor e viabilizador do modelo Monárquico-Constitucional implantado em 1822.

Repensar os rumos do Império implicava impor uma dinâmica desenvolvimentista que unia os destinos do pequeno reino de Portugal e da dinastia que o governava à preservação dos seus domínios ultramarinos, considerando a colônia de maior relevância para esses objetivos: o território na América, o Brasil.

O ponto inicial se deu com o *despotismo esclarecido* do reinado de D. José I (1750-1777); a etapa seguinte é a Monarquia Temperada do reinado mariano/joanino (1777-1820); ao final, chega-se à Monarquia Constitucional, sendo que essa etapa já inclui papel de destaque para o Brasil, visto que o período fica restrito aos anos de 1820 a 1822. E nessas fases da política luso-brasileira, nos momentos destacados, assumem papéis relevantes o Marquês de Pombal, D. Rodrigo de Sousa Coutinho e José Bonifácio de Andrada e Silva, com suas visões de mundo e consciência das mudanças que vinham ocorrendo, tornaram-se elos para se chegar aos projetos que partem do *Império Português*, passando ao *Império Luso-Brasileiro* até chegar ao *Império brasileiro*.³²

E é nesse ponto que também aparece José da Silva Lisboa, que passa a ter contato com a administração e a política do reino na gestão de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, tanto em Portugal quanto no Brasil e nisso se inclui também seu filho, Bento da Silva Lisboa.

³⁰ Ibidem, 1999, p. 157-208

³¹ SILVA, A. R. C. *Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*, 2006, p. 22

³² Idem, 2006, p. 23

Embora ambos tenham trabalhado ao lado de D. Rodrigo, é José da Silva Lisboa que se destaca primeiro perante o príncipe regente, D. João, no momento em que prepara o primeiro ato assinado por este ao chegar nas terras brasileiras: a abertura dos portos às nações amigas.

Dessa maneira, a crise do Antigo Regime ficou marcada na América portuguesa por uma sequência de fatos que se seguiram à transferência da Corte para o Rio de Janeiro, em 1808, a elevação desta colônia à condição de Reino Unido, em 1815, e preservação de um herdeiro legítimo da Coroa no Brasil por ocasião do retorno do monarca, D. João VI, a Portugal em abril de 1821, o que acabou por dar azo à formação do Estado e da Nação brasileira.

1.3. O século XIX e os novos ares políticos

O maior destaque do início do século XIX é a continuidade do processo revolucionário francês com Napoleão na expansão dos domínios franceses pela Europa. Resistência surgiu em um pequeno país, Portugal, tendo como regente um príncipe que teve a audácia de remover a maior parte do contingente que formava a sua Corte para além do Atlântico e estabelecer-se na sua maior colônia, o Brasil, aí tendo permanecido por treze anos, mas deixando a semente de uma nova nação a ser governada por quase todo aquele século por seus descendentes.

Desta feita, apesar de ter efeitos mais contundentes no século XIX, há necessidade de, mais uma vez, retornarmos ao último quartel do século XVIII para entendermos como o processo da Revolução Francesa repercutiu de tal forma tanto nos reinos afetados, direta ou indiretamente, pelas ações tomadas por Napoleão Bonaparte em suas conquistas, quanto nas áreas coloniais do continente americano.

1.3.1. Os diversos conceitos de *Revolução*

Contudo, antes de iniciar a análise proposta, cabe lembrar os conceitos de Revolução existentes a serem considerados:

- *REVOLUÇÃO* significa tempos revoltos; revoltas, perturbações na República; revolução dos astros; na Astronomia, é a perfeita circulação

da esfera ou do astro que se restitui ao ponto, donde principiou o seu movimento; *Revolução no Estado* é mudança, nova forma de governo;³³

- REVOLUÇÃO significa movimento pela órbita, giro; revolução dos astros, planetas; um giro inteiro do planeta na sua órbita; revolução física no mundo, alterações como terremotos;³⁴
- *REVOLUÇÃO* significa na Astronomia giro dos astros; mudança política, transtorno.³⁵

Já Hannah Arendt, em sua obra *Sobre a Revolução* (1963), deixa registrado seu entendimento quanto ao que seria revolução, considerando alguns pontos relevantes do processo revolucionário³⁶:

- Na Antiguidade a mudança política estava sempre junto com a violência;
- Nas revoluções modernas a questão social passou a ter um enorme papel, juntando-se às motivações econômicas;
- Desde a Antiguidade os tiranos sobem ao poder com o apoio da plebe ou dos pobres, tendo como incentivo o desejo popular de igualdade de condições;
- A questão social passa a desempenhar um papel revolucionário quando os homens começam a duvidar de que a pobreza fosse inerente à condição humana, nascendo da experiência colonial americana, a partir dos pensamentos de Locke e Adam Smith, que inspiraram a prosperidade nas colônias do Novo Mundo, com a ideia de que labuta e trabalho seriam a fonte de todas as riquezas;
- O que impulsionou o processo revolucionário na Europa não foi a Revolução Americana, mas o fato de que na América existiam condições sociais que viabilizaram a transformação de colônia para república democrática, onde o novo continente dava novas

³³ BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez & Latino, de 1712-1728*, p. 319

³⁴ SILVA, A. M. *Diccionario da lingua portuguesa, de 1789* (recompilado em 1813), p. 629

³⁵ PINTO, L. M. S. *Diccionario da lingua brasileira, de 1823*

³⁶ ARENDT, H. *Sobre a Revolução*, 2011, p.47-92

condições para se ter um novo homem, com sentimento de liberdade e igualdade;

- O conceito moderno de revolução era desconhecido antes das duas grandes revoluções do final do século XVIII, ao ponto de Condorcet resumir que *a palavra “revolucionário” só pode ser aplicada a revoluções cujo objetivo é a liberdade;*
- A compreensão das revoluções da era moderna está na convergência entre a ideia de liberdade e a experiência de um novo início; surge a ideia dos três grandes direitos primários: a vida, a liberdade e a propriedade;
- Pode-se falar em revolução quando a violência é empregada para constituir uma forma de governo diferente, gerando um novo corpo político, libertando o povo da opressão para se alcançar a liberdade;
- As revoluções começam como restaurações ou renovações; os atores revolucionários eram agentes num processo que consistia no fim definitivo de uma ordem antiga e no nascimento de um mundo novo;
- A primeira vez que a palavra revolução foi usada com esse sentido teria ocorrido em 1660, na Inglaterra, quando foi restaurada a monarquia e depois foi em 1688, quando os Stuarts foram expulsos e o poder soberano passou para as mãos de Guilherme e Maria, ou seja, foi uma restauração do poder monárquico à sua virtude e glória anteriores;
- Ao examinar a Revolução Francesa e a Americana, vê-se que ambas foram empreendidas por homens que estavam convencidos de que iriam restaurar a antiga ordem das coisas que fora perturbada e violada pelo despotismo da monarquia absoluta ou pelos abusos do governo colonial; ou seja, eles queriam voltar aos velhos tempos, quando as coisas eram como deveriam ser;
- Esses homens que deram início ao processo de “restauração” foram os mesmos que terminaram a “revolução”, na busca pelas antigas liberdades, suas ideias e teorias sobre a Constituição

britânica, os direitos dos ingleses e as formas de governo colonial resultaram numa declaração de independência, mesmo que inicialmente não houvesse o desejo de uma separação por parte dos colonos americanos;

- Não há como dizer que tais homens eram “conservadores” ou “revolucionários”, já que a ideia de conservadorismo surgiu na reação à Revolução Francesa, sendo que, nas palavras de Tocqueville, cita Hannah Arendt, “podia-se crer que o objetivo da revolução iminente era não a derrubada do antigo regime, e sim sua restauração”, já que o que se viu a seguir da fase de Terror que levou á morte de Luís XVI foi a consagração de Napoleão como Imperador;
- No decorrer dos processos revolucionários, os homens perceberam que não era mais possível fazer a restauração e o que devia ser feito seria começar algo totalmente novo;
- Neste ponto, os revolucionários setecentistas tomaram consciência de que esse novo início podia ser um fenômeno político, cujo resultado era uma novidade que eles teriam que tratar de forma diferenciada, pois era irreversível;
- Essa irreversibilidade advinha da participação da multidão em marcha, que no caso francês, ocupara as ruas de Paris, tornando-se um levante da plebe para obter sua liberdade; pobres e oprimidos se faziam ouvir e ver, saindo das sombras e seguindo a luz da liberdade;
- Daí a associação do movimento com a violência, alternando revolução e contrarrevolução, tornando os atores do movimento incapazes de controlar o curso dos acontecimentos.

Conclui Arendt que a Revolução Francesa, que acabou em desastre, adquiriu foros de história mundial, inspirando novos movimentos nos séculos XIX e XX, ao passo que a Revolução Americana, que foi um sucesso, se manteve como um acontecimento de importância apenas local.

Entretanto, é no *Dicionário de Política* (1983), organizado por Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino que se aprofunda o conceito de forma mais esclarecedora, fazendo, inicialmente, uma distinção entre revolução, rebelião e golpe de estado. O conceito proposto por Pasquino para “REVOLUÇÃO é a tentativa, acompanhada do uso da violência, de derrubar as autoridades políticas existentes e de as substituir, a fim de efetuar profundas mudanças nas relações políticas, no ordenamento jurídico-constitucional e na esfera sócio-econômica”.³⁷

Também se buscam as origens do termo e do conceito através de uma contextualização histórica, iniciando na Antiguidade com o conceito usado por Platão e Aristóteles, que trataram as formas cíclicas de governo envolvendo as mudanças na composição política da classe dominante, não se atendo a questões sociais ou econômicas. A seguir, transita pela Renascença, pelas revoluções inglesas até se ater às Revoluções Americana e Francesa. Como Hannah Arendt, Pasquino também destaca que foi a Revolução Francesa que determinou o conceito que ficou mais conhecido para o termo “revolução”:

de mera restauração de uma ordem perturbada pelas autoridades, se passa à fé na possibilidade da criação de uma “ordem nova”; da busca da liberdade nas velhas instituições, se passa à criação de novos instrumentos de liberdade; enfim, é a razão que se ergue contra a tradição ao legislar uma constituição que assegurasse não só a liberdade, mas trouxesse também a felicidade ao povo.³⁸

No verbete ainda são abordadas as causas da revolução; avaliam-se guerrilha e revolução; trata dos conceitos relativos à revolução permanente e contrarrevolução, concluindo com um olhar para o futuro da revolução, sem esquecer-se de considerar como último ponto a crise da ideia de revolução. Importante destacar que uma das fontes utilizadas por ele foi o livro já citado de Arendt, o que justifica que ambos percorram uma mesma trilha.

Não se deve esquecer, contudo, de ressaltar que ainda no verbete REVOLUÇÃO, Pasquino menciona Marx e Engels, na obra *Revolução e Contrarrevolução na Alemanha (1851-1852)*, em edição italiana de 1949, quando esses tratam da ira revolucionária representada pelas necessidades sociais e respostas do sistema, conferindo-lhes o papel de promotoras desses movimentos revolucionários, citando trecho no qual eles apontam que

³⁷ BOBBIO, N [et al.]. *Dicionário de Política*, 1998, p. 1121-1130

³⁸ Idem, 1998, p. 1123

onde quer que se gere uma convulsão revolucionária, tem de existir como base qualquer necessidade social que as instituições envelhecidas não deixam satisfazer. Tal necessidade pode não se fazer sentir ainda com aquela força e amplitude que seriam necessárias para lhe garantir um sucesso imediato, mas toda a tentativa de a reprimir com violência só fará com que ela renasça cada vez mais forte, até quebrar suas cadeias.³⁹

Antes dessa citação, Pasquino refere-se ao pensamento de Marx por ele ter indicado que a Revolução surgirá como instrumento essencial para a conquista da liberdade, quando essa decorre do fim da exploração do homem pelo homem e, por consequência, com a possibilidade de vencer a pobreza, mas também a Revolução pode ser o meio de conseguir a igualdade, através da justiça social, possibilitando ao homem desenvolver plenamente todas as suas qualidades. O homem, na opinião de Marx, se transforma no artífice desse movimento a Revolução, quando produtor alienado e frustrado, e pode chegar à vitória quando busca desenvolver plenamente as suas potencialidades criadoras. Pasquino ainda lembra que foi Marx que ”fundindo perfeitamente os dois elementos acentuados pelos iluministas — liberdade e felicidade — apresenta a perspectiva da sua consecução simultânea pela libertação do homem produtor” e que “desde então a Revolução despontará como panaceia dos males de qualquer sociedade e atuará como símbolo poderoso e como estímulo na vitória sobre a opressão e sobre a escassez de recursos”.⁴⁰

Por último, é importante citar as ideias expostas por Mona Ozouf na obra *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*, feita sob a organização conjunta com François Furet. Para essa autora, *Revolução* é um termo originário com sentido astronômico: é o movimento que traz as coisas de volta a seu ponto de partida. O termo, sob o aspecto humanístico, sugere o eterno retorno de algumas formas políticas devidamente inventariadas; apresenta algumas dificuldades, tais como: a necessidade do retorno a uma condição anterior; a passividade que criaria em homens destinados a registrá-las, mas não a fazê-las; a ausência de qualquer novidade.⁴¹

Em outro ponto no desenvolvimento do conceito do termo *Revolução*, Mona Ozouf destaca que os dois principais fatos utilizados como referência não conseguiram separar as significações concorrentes da palavra revolução: a revolução inglesa e a revolução americana. A Revolução de 1688 apresenta duas interpretações:

³⁹ BOBBIO, N [et al.]. *Dicionário de Política*, 1998, p. 1124

⁴⁰ Idem, 1998, p. 1123

⁴¹ OZOUF, M. (In) *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*, 1989, p. 840-851

do lado religioso, seria uma revolução-retorno; do lado absolutista, como mais uma revolução numa história inglesa marcada pela alternância irregular dos reinados felizes e dos reinados infelizes.

Já a Revolução americana é classificada por Ozouf como uma “revolução feliz”, muito mais brilhante é o papel que ela reserva à vontade humana, mas ressalta que os que a classificam como uma restauração em virtude de que foram as liberdades inglesas, experimentadas pelo povo americano, que o tornaram capaz de fazer uma revolução para reconquistarem os direitos anteriores. Só que isso não impediu que o retorno à ordem levasse a América a desordens no decorrer do processo, chegando a um ponto desconhecido e inesperado: a declaração de independência. Ao final, sempre há dois tipos de revolução.

Um aspecto importante se dá quando se estuda o movimento revolucionário, é que sejam boas ou más, as revoluções destronam reis, mas também os restabelecem, trazendo progresso e retrocesso. Logo, os homens as temem, por traduzirem instabilidade política, demonstrando que os envolvidos nesses processos não detêm domínio sobre os acontecimentos. Ao iniciar não sabem como vai terminar.

Outra observação feita por Ozouf é quanto à Revolução Francesa. Destaca o quanto ela foi um grande espetáculo, que causou espanto aos contemporâneos. Um personagem é lembrado pela sua capacidade de mais rápido ter recobrado o senso analítico dos fatos que estavam acontecendo na França: “Que espetáculo, que atores!”. Tratava-se de uma frase escrita por Edmund Burke a Lorde Charlemont.⁴²

Menciona Ozouf que o primeiro efeito daquele acontecimento foi

o de desacreditar a ideia segundo a qual a Revolução Francesa poderia ser a restauração de uma ordem social anterior. Não há dúvida de que podemos encontrar textos ambíguos que se servem da palavra restauração, como os que apresentam Luís XVI como restaurador das liberdades francesas. Mas o que se procurava, precisamente, restaurar?⁴³

Mais uma vez há a comparação entre a Revolução Americana e a Francesa indica que a primeira serviu para desatar um laço já muito frouxo mas que devia conservar, enquanto que a segunda, desfez nós muito bem atados só que nada devia ser conservado.

⁴² Idem, 1989, p. 842

⁴³ Ibidem, 1989, p. 843

Conclui a autora que a força ambígua no conceito de revolução vem justamente da fusão de duas ideias antinômicas: a da necessidade irresistível da Revolução que serve aos revolucionários para justificar o sacrifício heroico dos indivíduos ao grande acontecimento, e a absolver, por antecipação, todos os caminhos que toma.

1.3.2. A Revolução Francesa (1789-1799)

Há de se mencionar, mesmo que sucintamente, os fatos que deram azo à Revolução Francesa nos anos finais do século XVIII, quando a França passava por grave situação política, financeira e social.

Esse quadro de crise se torna propício para o surgimento de um movimento revolucionário, inflado por hábeis políticos que souberam manipular a massa desassistida e desesperada, faminta e sem perspectiva, de maneira que as ideias iluministas tiveram espaço para serem disseminadas, como já haviam sido no processo da Revolução Americana.

Segundo A. Soboul, a Revolução, que assinalou a elevação da sociedade burguesa e capitalista na história da França, teve como sua característica essencial o fato de ter realizado a unidade nacional do país por meio da destruição do regime senhorial e das ordens feudais privilegiadas, chegando ao final a estabelecer uma democracia liberal, o que faz com que sirva de exemplo de modelo clássico da revolução burguesa.⁴⁴

Em Georges Lefebvre, *1789 O Surgimento da Revolução Francesa* o estudo aponta para uma revolução sob diversos ângulos: aristocrática, burguesa, popular, camponesa, o que demonstra que havia mais de um grupo envolvido no movimento de enfrentamento ao governo de Luís XVI.⁴⁵

Lefebvre lembra que a França no final do século XVIII continuava tendo uma estrutura social aristocrática, sendo a terra a única riqueza e com isso, os proprietários eram donos daqueles que dela necessitavam para trabalhar e viver. A última revolta da aristocracia havia ocorrido no século XVII, já que, aos poucos, o rei despojara os senhores do seu poder político, mantendo sob sua autoridade tanto

⁴⁴ SOBOUL, A. *A Revolução Francesa*. 2007, p. 7

⁴⁵ LEFEBVRE, G. *1789 O Surgimento da Revolução Francesa*, 2011, p. 41-194

nobres quanto os representantes do clero. Mesmo mantendo privilégios, os nobres não se conformavam com o fato de passarem a ser súditos.

Com relação à burguesia, para Lefebvre, a ascensão desse grupo se deveu ao renascimento do comércio e da indústria, apresentando uma nova forma de riqueza, a mobiliária. A partir do século XVI, a burguesia assumira um lugar nos Estados Gerais, sob o nome de Terceiro Estado, destacando-se que seu progresso veio também com as descobertas marítimas e a exploração de novas terras, nos novos continentes recém-descobertos e objeto de investidas dos navegadores franceses. Além dessas atividades comerciais, a burguesia também se envolvia com a monarquia no momento em que passa a ser fonte de fornecimento de dinheiro e ter seus mais destacados membros ocupando cargos na administração estatal. Enquanto o papel desempenhado pela nobreza decrescia, o da burguesia estava em alta, uma vez que o poder econômico crescia nas mãos desse novo grupo.⁴⁶

Outro aspecto, segundo Lefebvre, diz respeito ao fato de que, enquanto a Inglaterra passara por revoluções políticas, mas onde a evolução social ocorrera num clima de certa tranquilidade, a França já traçara outro caminho, pois a transformação veio associada à violência prolongada, posteriormente, pelo desempenho dos exércitos napoleônicos no continente europeu.

Quanto às causas, o item que merece maior destaque por parte de Lefebvre refere-se à crise governamental iniciada a partir da convocação dos Estados Gerais e para a qual Luís XVI não encontrou solução, levando à rebelião do povo contra o despotismo e a aristocracia. Contudo, o povo não foi a força motriz inicial, já a burguesia não dispunha de meios para forçar o rei a convocar a assembleia, nem camponeses e operários a tinham. Quem dispunha de meios para essa ação junto ao monarca eram os nobres e o clero que através da Assembleia, Parlamento e Estados provinciais, podiam exercer a força necessária para coagir o rei. Ao fim e ao cabo, coube à aristocracia abrir os caminhos para a revolução burguesa, para a revolução popular das cidades e para a revolução camponesa, mas acabou sepultada pelos escombros do Antigo Regime.⁴⁷

Para Alfred Cobban, por sua vez, a Revolução Francesa representou a derrocada do antigo sistema político da monarquia e a criação de um novo sistema político na forma do Estado napoleônico, embora a história política tenha dado pouca

⁴⁶ Idem, 2011, p.37-38

⁴⁷ Ibidem, 2011, p. 39

importância ao fundo social que se apresentava naquele momento, deixando de considerar que as categorias sociais envolvidas (burgueses, aristocratas, *sans-culottes*) são, na verdade, categorias políticas.⁴⁸

Já consideradas as avaliações do que teria causado e como isso teria ocorrido no processo revolucionário, incluindo aí a crise do Antigo Regime, a miséria, a fome (más colheitas em 1788), o desemprego, carestia (o aumento do preço do pão em julho de 1789) que afetavam diretamente o povo, e gerando novas concepções de sociedade, de cultura e de política, é mister referenciar às fases pela qual a Revolução Francesa passou e que tanto assustou as monarquias europeias.

Carlos Guilherme da Mota em *A Revolução Francesa: 1789-1799*, cuja primeira edição apareceu no ano do bicentenário da Revolução Francesa, lembra que a Revolução foi responsável pela derrubada da aristocracia e do absolutismo na França, como também por introduzir a monarquia constitucional, em 1791, para, em passo seguinte, implantar a Primeira República, que vigorou de 1792 a 1804. Na continuidade, essa Primeira República vê-se dividida em diversas fases: o período da Convenção, de 1792-1795, em que se dá a morte na guilhotina de Luís XVI e da rainha Maria Antonieta, em janeiro de 1793; o período do Diretório, de 1795 a 1799, e a do Consulado, a partir do golpe de Napoleão, que dura até 1802.⁴⁹

O período de 1789 a 1791 corresponde ao da Assembleia Nacional Constituinte, convocada por ação do Terceiro Estado em oposição à monarquia. Essa Constituinte, estabelecida em 9 de julho de 1789, contava com o apoio de parte do clero e de deputados reformistas da nobreza; entretanto, os fatos se desenvolveram de forma descontrolada a partir de certo ponto, com a tomada da Bastilha, em 14 de julho de 1789, e uma insurreição nos campos. Em resposta, a Constituinte abole os privilégios feudais e proclama a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Mesmo assim, a revolução popular estava em andamento nas ruas de Paris, enquanto o *Grande Medo* se dissemina no interior da França, com agitação, medo e violência. A pressão popular faz com que Luís XVI retorne de Versalhes para Paris e se torna prisioneiro da Assembleia.⁵⁰

Entre 1791-1792 esteve instalada a Assembleia Legislativa, que se pode caracterizar por ser uma monarquia constituinte, quando há uma divisão entre

⁴⁸ COBBAN, A. *A Interpretação Social da Revolução Francesa*, 1989, p.133

⁴⁹ MOTA, C. G. *A Revolução Francesa: 1789-1799*, 1989, p. 14

⁵⁰ Idem, 1989, p. 16

monarquistas (aqueles que querem preservar o poder do rei independente) e a maioria dos representantes da Constituinte, que consideravam sua principal atribuição a defesa do papel dos cidadãos na fiscalização e controle do governo. Contudo, a guerra com a Prússia, a agitação popular que atemorizava principalmente os deputados da Assembleia, além da tentativa de fuga de Luís XVI, serviram de detonadores para o colapso do regime em setembro de 1792.

Nesse ponto, inicia-se o terceiro período, que abrangeu os anos de 1792 a 1795. Com o estabelecimento da Convenção Nacional, é implantado o regime da República. Dá-se a divisão política entre o grupo dos *girondinos* (liberais, ligados às províncias e preocupados com a guerra externa em andamento) e *montanheses* (sustentados pelos *sans-culottes* de Paris, que são favoráveis ao prosseguimento da guerra externa e também da revolução interna). A seguir, no início de 1793, a condenação do rei conduziu Luís XVI à guilhotina.

No momento em que os *jacobinos* passam a dominar a Convenção, sob a liderança de Robespierre (1793-94), atuando contra a invasão estrangeira e os levantes contrarrevolucionários, configura-se o *despotismo da liberdade*. É a fase do Grande Terror, que acabou por se voltar até contra seus líderes, ao perderem o apoio popular, levando Robespierre e Saint-Just, entre outros, à guilhotina. É a Reação Termidoriana.

Por fim, de 1795 a 1799, entre a instalação do Diretório e o golpe de 18 Brumário que levou à ascensão do general Napoleão Bonaparte ao governo, a França vê a instituição da Constituição do Ano II, na qual ficou definida a democracia burguesa, representando o meio-termo do processo revolucionário.

O exército francês já havia contido as forças estrangeiras, representadas pelos exércitos da Prússia, Holanda e Espanha, abafando um perigo que advinha da reação dos realistas. Com isso, o exército passa a ocupar o papel anteriormente desempenhado pelos *jacobinos* e *sans-culottes*, e responsabilizando-se pela criação de “Repúblicas irmãs” em torno da França.

Desde 1790, a Revolução estava implantada no seio do exército, onde de um lado havia a oficialidade composta exclusivamente por fidalgos natos e de outro, os soldados e oficiais subalternos oriundos da parte menos favorecida da população. Havia uma revolta iminente devido a dois fatores: a divergência de opiniões entre a oficialidade em geral e a tropa; o regime de pagamento no Exército. Devido à autonomia administrativa que havia no Exército, os pagamentos eram frequentemente imponíveis, já que as verbas distribuídas dependiam da movimentação das unidades

da corporação. Alguns oficiais agiam de forma desonesta, praticando manobras de descontos arbitrários sobre o soldo da tropa, ou mesmo pelo furto dos fundos do regimento. Essa prática vinha de tempos remotos, quando as unidades pertenciam a proprietários particulares.

Havia desconfiança mútua entre superiores e inferiores, atos de hostilidade eram normais, gerando ódios de caserna que afetavam a disciplina das unidades. A soldadesca se farta de ser roubada e maltratada (se reclamavam da falta de pagamento, recebiam em troca chibatadas) e ações de revolta para cobrança dos valores devidos se espalham pelos regimentos.⁵¹

Foi nesse meio, no Regimento de Artilharia da cidade de Valence, à margem do Ródano, que se destaca um tenente paupérrimo, que reside por economia em casa de um barbeiro. Chamava-se Napoleão Bonaparte.⁵² Em 1797, ele vence os austríacos na Itália, fazendo crescer seu prestígio. O ano de 1799 traz a dissolução da Assembleia e sua substituição pelo Diretório, composto por três cônsules provisórios: Napoleão, Sieyès e Ducos. Somente em 1804 a República também chega ao fim.⁵³

Por cerca de dez anos, a França viveu momentos turbulentos, passando de monarquia a república, mas é do seio do movimento revolucionário que surge um líder, que, no entanto, se autoproclama Imperador.

1.3.3. A Era Napoleônica (1799-1815)

Em novembro de 1799, esperava-se o início de uma estabilidade política na França com o poder em mãos de Napoleão, primeiro como Cônsul provisório (1799), depois como Cônsul vitalício (1802) e como Imperador hereditário (1804), posição em que permaneceu por mais dez anos. Ao longo desse período, para o restante da Europa, a França converteu-se em ameaça permanente, seja pelas ideias que propagava, seja pelas conquistas que realizava.

Nascido em 1769 na ilha da Córsega, incorporada pela França, Napoleão era o segundo dos doze filhos do casal Charles Bonaparte e de Laetitia Ramolini, e um dos oito filhos sobreviventes, juntamente com outros quatro irmãos. Pertenciam a uma pequena nobreza marginal de Ajácio, vivendo à custa de pés de vinha e de

⁵¹ CORREA, M. P. *Primórdios da Revolução Francesa*, 2009, p. 279-301

⁵² *Idem*, 2009, p. 300

⁵³ MOTA, C. G. *op. cit.*, 1989, p. 16-17

oliveiras. Ainda criança, Napoleão e a família, por decisão do pai, mudam-se para a França. Ele se torna aluno em escola militar, beneficiário da educação gratuita dirigida aos filhos da nobreza pobre implantada por editos de 1776.

Napoleão e um dos seus irmãos iniciaram sua carreira militar em Brienne (1779-84), onde possivelmente aprendeu a falar francês, já que em casa e na infância a língua usada era o corso, mas manteve o sotaque italiano. Em 1785, foi designado para servir como subtenente de artilharia no regimento Le Fère. A Revolução levou tempo a alcançá-lo, embora nada o ligasse aos vencidos de 1789. Já no posto de capitão de artilharia, ainda sem qualquer envolvimento com o confronto militar, foi aos 24 anos que se tornou partidário de Robespierre, cuja autoridade ilimitada o atraía. Inicia então sua excepcional carreira militar, quando, em 1794, comandante da artilharia do exército da Itália, vence a ofensiva contra os austríacos. E, no período de Termidor, seus talentos militares foram reconhecidos, quando sustentou a defesa republicana contra os jovens monarquistas revoltados contra a Convenção.

Paralelamente, ao casar-se com Josefina de Beauharnais, em 1796, conseguiu de certa forma entrar na sociedade, mesmo sendo ela uma mulher de reputação um tanto arruinada. A partir de então, o pequeno nobre corso julgava com severidade a burguesia, a que nunca pertencera, ao mesmo tempo que um sentimento o unia àquela classe: o amor-ódio pela aristocracia, a paixão da igualdade. Mais tarde, divorciou-se de Josefina alegando que não podia dar-lhe um filho e casou-se, em 1810, com uma herdeira Habsburgo, Maria Luísa da Áustria (irmã de D. Leopoldina, futura Imperatriz do Brasil), mas nem assim pode realizar o sonho de um Império universal.

Na campanha da Itália, em 1794, conquista a região do Piemonte dos austríacos e impõe a paz à casa de Saboia; e expulsa os austríacos da Lombardia e ocupa Milão. A Itália estava vencida, saqueada, submetida a pagamento de resgate. Na última cidade, passou a viver num palácio tal como um soberano, em nada lembrando que se tratava de um general da República francesa; cercou-se de uma corte, onde reinava uma severa etiqueta, e lá tinha o poder total. Logo se cercou dos irmãos e irmãs, que se beneficiaram de suas vitórias.

Ainda em outubro de 1797, assina a paz de Campoformio com os austríacos. O Diretório o nomeia general-chefe do exército da Inglaterra, que continua sendo o inimigo invencível. Também é nomeado representante da França no Congresso de Rastadt. Bonaparte é popular, a partir dos relatos de suas façanhas que se

espalham pelo território francês através da distribuição de jornais que ele mesmo mandara imprimir na Itália.

É François Furet no verbete dedicado ao personagem Bonaparte no *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*, que ressalta uma confiança feita pelo general já tomado por planos mais do que ambiciosos para seu futuro na França:

O que fiz até aqui ainda não é nada. Estou apenas no início da carreira que me cumpre percorrer. Vocês acreditam que foi para aumentar a grandeza dos advogados do Diretório, dos Carnot, dos Barras, que triunfei na Itália? Acreditam que o faço para fundar uma República? Que ideia! Uma república de 30 milhões de homens! Com os nossos costumes, com os nossos vícios! Que possibilidade existe para isso? É uma quimera a que se apegaram os franceses, mas que passará, como tantas outras. Os franceses sentem necessidade de glória, das satisfações da vaidade. Mas de liberdade eles não entendem nada...⁵⁴

Contudo, ele não se deixa enganar pelos elogios que lhe são dirigidos por Talleyrand, Ministro das Relações Exteriores, pois crê que o sentimento de todos é de inveja:

Eis a paz à la Bonaparte. O Diretório está contente, o público encantado. Tudo vai da melhor maneira possível. Talvez haja algumas gritarias dos italianos; mas dá na mesma. Adeus, general pacificador! Adeus, amizade, admiração, respeito, reconhecimento: não sabemos onde parar a enumeração.⁵⁵

De qualquer modo, após tantas lutas, a população está surpresa que as novas elites se mostrem iguais àquelas que foram afastadas. Parecia ao povo que somente Bonaparte se salvava: era um homem novo, que não participara das jornadas revolucionárias, tampouco do período do Terror. Como o povo, fora uma testemunha dos fatos ocorridos entre 1789 e 1794. Após a campanha no Egito (1798-1801), quando o processo revolucionário parecia anunciar um novo período de Terror, Bonaparte, ao regressar à França como herói, torna-se senhor da situação e representante do povo no governo. Segue-se, assim, o Golpe de Estado, o 18 Brumário (9 de novembro de 1799), que o faz primeiro cônsul e inicia o período mais feliz de sua vida. Ele quer ser visto como um “homem sensato, de bem, o salvador”, como constava dos panfletos distribuídos e vendidos nas esquinas de Paris.⁵⁶

⁵⁴ FURET, F. *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*, 1989, p. 208-221, p.212

⁵⁵ GALLO, M. Carra de Talleyrand a Bonaparte, Brumário do Ano VI (novembro de 1797), *Revolução Francesa*, v. 2, 2012, p. 335

⁵⁶ Idem, 2012, p. 381

Um mês depois, em 24 frimário do Ano VIII (15 de dezembro de 1799), a nova Constituição foi apresentada aos franceses, para ser aprovada em plebiscito. No mesmo momento, os três cônsules proclamam uma *Mensagem ao povo*: “Cidadãos, a Revolução está fixa nos princípios que lhe deram início: ela acabou.”⁵⁷

A partir de então, internamente, a França passou a ser reorganizada por meio de uma série de reformas nos setores administrativo, jurídico, financeiro e educacional: o território passou a ser dividido em departamentos e esses em comunas, permitindo a centralização rápida e eficiente nas questões administrativas. Modificou o sistema de recolhimento de impostos; criou o Banco da França; e emitiu novas moedas. Conseguiu valiosos financiamentos que viabilizaram a realização de grandes obras públicas, como estradas, pontes, canais, barragens, além de atualizar as instalações portuárias. Desenvolveu o comércio e incrementou as condições iniciais para as atividades industriais na França. Ordenou o funcionamento de numerosas escolas públicas, antes escassas, para o ensino em diversos graus (crianças, adolescentes e jovens). A França viu ser construído um Estado moderno.

A elaboração do Código Civil, denominado de Código Napoleônico, por sua vez, estabeleceu normas claras e precisas sobre os princípios da liberdade individual dos cidadãos e de sua igualdade perante a lei, tornando-se modelo para várias legislações de Estados modernos. Destaque-se que mesmo antes, já estava em curso esse trabalho de unificação jurídica.

Com isso, Napoleão buscou dar um novo arcabouço às estruturas administrativas do Estado francês, deixando sempre sua marca pessoal, e colocando a ordem e a autoridade acima de todas as necessidades dos homens. Conforme indica Furet, sua maior ambição era dominar sem partilhar o poder.⁵⁸

Reconhecido como herdeiro da Revolução, o Estado administrativo que instaurou apresentava como fundamento principal a universalidade da lei. Embora cometesse atos arbitrários por vezes, como também restabelecesse uma nobreza à qual concedia vantagens, Bonaparte exercia grande domínio e fascínio sobre o país, em especial, por apresentar-se como delegado da soberania popular, atuando de forma zelosa para que as leis fossem respeitadas e aplicadas a todos.

No entanto, como menciona Furet, acabou por transformar o seu principado republicano num reino pessoal, dependente do seu caráter e de seu destino.

⁵⁷ Ibidem, 2012, p. 386

⁵⁸ FURET, F. op. cit, 1989, p. 215

Com a sua sagração, em 1804, ascendeu à condição de rei herdeiro, independente da França revolucionária. Isso exacerbou o seu caráter dominador pelo exercício do poder absoluto disposto em suas mãos, com a mania de controlar e decidir tudo. Já os franceses só contavam com um futuro político de substituição, mas recheado de dúvidas e incertezas, pois, se os Bourbons reassumissem o poder, trariam de volta os nobres, mas se a República retornasse poderiam sofrer novos períodos de Terror, de desordem ou de guerras.⁵⁹ Bem o percebeu Ludwig van Beethoven, inicialmente simpatizante da Revolução Francesa, que, ao saber da coroação, rasgou a dedicatória na primeira paginada *Sinfonia Heróica, para celebrar a memória de um grande homem*, alegando que o general francês, que admirara, não passava de um indivíduo comum, ao ponto de se tornar um tirano.⁶⁰

De fato, dos 15 anos de governo de Napoleão, 14 foram de guerra. A principal campanha militar foi contra o Reino Unido (1803-1814), em decorrência da superioridade naval dos britânicos, sendo poucas as batalhas em terra. Foram os ingleses também que apoiaram a rebelião espanhola na Guerra Peninsular (1808-1814), além de apoiar a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil em 1808.

O bloqueio naval imposto pela Inglaterra contra a costa francesa em 1806 levou Napoleão a decretar em novembro do mesmo ano o início do Bloqueio Continental de forma a isolar a Grã-Bretanha do comércio com os países do continente. Só que essa atitude francesa fracassou devido à corrupção, contrabando e da dificuldade de impor tal bloqueio a todos os portos da região. Apesar do bloqueio, a Inglaterra intensificou o comércio de produtos coloniais vindos do Extremo Oriente, dos Estados Unidos, da América Latina, se valendo dos portos do Mar do Norte, do Mediterrâneo e de Portugal, seu mais fiel e antigo aliado.

Outros enfrentamentos militares a destacar foram: a Terceira Coalizão (1803), envolvendo a Inglaterra e seus aliados Áustria, Rússia, Reino de Nápoles; a Quarta Coalizão (1806-1807), contra a Inglaterra, Prússia, Rússia, Saxônia e Suécia; e a Quinta Coalizão (1809), contra Inglaterra e Áustria. Em 1812, a Rússia se desligou do bloqueio continental após ter aderido em 1807, alegando os grandes prejuízos econômicos que estava sofrendo com a interrupção do comércio com a Inglaterra. Em resposta, Napoleão declarou guerra à Rússia, iniciando sua derrocada a partir das

⁵⁹ Idem, 1989, p. 219

⁶⁰ NEVES, L. M. B. P. *Napoleão Bonaparte: imaginário e política em Portugal*, 2008, p. 33

investidas feitas em novembro, quando o frio, as doenças e a fome dizimaram o exército francês.

Com a vitória da Rússia, a assinatura do Tratado de Fontainebleau leva Napoleão ao exílio na ilha de Elba, em 1814, embora mantivesse o direito a uma pensão de dois mil francos, a escolta de quatrocentos militares, bem como a manutenção do título de Imperador. Sem receber os valores que lhe deviam ser pagos, afastado da mulher e do filho, além de informações de que poderia ser banido para local mais longínquo, Bonaparte planeja e executa a sua fuga de Elba, em fevereiro de 1815, retornando à França, onde havia sido restaurada a monarquia dos Bourbons, subindo ao trono Luís XVIII, irmão de Luís XVI.

Durante o prazo de cem dias, governou a França novamente, estabelecendo uma nova constituição baseada no liberalismo e contrariando os partidários da República, que desejavam a volta da revolução e a perseguição aos nobres. Todavia, as nações europeias se unem e enfrentam o exército francês. Napoleão ainda tenta resistir e até chega a entrar na Bélgica, em junho de 1815. A derrota final se dá na Batalha de Waterloo por uma coligação de tropas anglo-prussianas, comandadas pelo General Wellington. Assim, é obrigado a abdicar pela segunda vez, sendo deportado para a Ilha de Santa Helena, onde morre em 1821.

Nas palavras de Chateaubriand escritas no epitáfio de Napoleão, ele

tinha suas raízes no coração dos franceses, inclinados militarmente ao poder, encantados, democraticamente, pelo nível. Subindo ao trono, fez o povo sentar-se com ele, rei proletário; humilhou os reis e os nobres em suas antecâmaras; nivelou as classes, não rebaixando-as, mas elevando-as; o nível descendente teria suscitado mais a inveja plebeia, o nível ascendente lisonjeou mais seu orgulho. A vaidade francesa foi também satisfeita com a superioridade que Bonaparte nos conferiu sobre o resto da Europa. Outra causa da popularidade de Napoleão deriva da desgraça de seus últimos dias. Depois de sua morte, à medida que se conheceu melhor o que ele sofrera em Santa Helena, as pessoas começaram a comover-se; esqueceu-se a sua tirania, para lembrar-se de que depois de ter primeiro vencido os nossos inimigos, depois de os ter atraído à França, defendera-nos contra eles. Imaginamos que nos salvaria hoje da vergonha em que estamos mergulhados; sua reputação foi reconstituída entre nós por seu infortúnio; sua glória cresceu com a sua infelicidade.⁶¹

⁶¹ FURET, F. op. cit., 1989, p. 220-221

1.3.3. Os movimentos de independência na América Latina

Efeito das conquistas de Napoleão Bonaparte na Europa, intensificaram-se os movimentos para a independência das colônias espanholas na América Latina, que fragmentaram o território colonial em mais de uma dezena de repúblicas, ao contrário da separação ocorrida na América portuguesa, que se converteu em império independente, o Brasil.

Após três séculos de domínio, as colônias espanholas sobreviviam da exportação de produtos primários, dependendo de marinha mercante estrangeira, dominadas por uma elite senhorial, pouco disposta a economizar e a investir. Essa situação também se verificava na metrópole. Uma única diferença econômica entre a metrópole e as colônias era que essas produziam metais preciosos, o que tornava um caso raro na história colonial: uma economia colonial dependente de uma metrópole subdesenvolvida.

Na segunda metade do século XVIII, em função do declínio da produtividade, os Bourbons tentaram modernizar a sua economia, sua sociedade e suas instituições. Buscaram-se respostas nas ideias dos fisiocratas para estabelecer o primado da agricultura e o papel do Estado; recorreu-se ao mercantilismo para dar continuidade à exploração mais eficiente dos recursos coloniais; buscou-se no liberalismo econômico a solução para eliminar as restrições ao comércio e à indústria. A meta era projetar novas estruturas, reformar as existentes e, na economia, desenvolver a agricultura mais do que estimular a indústria.⁶²

Entretanto, a Espanha perdeu a oportunidade de realizar as mudanças fundamentais e acabou por abandonar a estrada da modernização no século XVIII, mesmo havendo na segunda metade daquele século uma modesta recuperação econômica, com destaque para a indústria e o comércio colonial catalãos, mantendo-se a Espanha uma economia agrária, servindo o comércio marítimo para escoar essa produção agrícola. As medidas modernizadoras do rei Carlos III (1759-1788) eram para revitalizar um setor tradicional da economia, mas manteve metrópole e colônias na mesma situação. Só que o possível sucesso da monarquia absolutista dependia do caráter do monarca. Nesse caso, cabia a Carlos IV (1788-1808) fazê-lo, mas ele não apresentou a credibilidade necessária para tal.⁶³

⁶² BETHELL, L. (org.) *História da América Latina: Da Independência a 1870*, 2001, p. 19

⁶³ Idem, 2001, p. 21-23

O governo espanhol estava nas mãos de Manuel Godoy, o novo primeiro-secretário, considerado um *valido* clássico, que chegara ao cargo somente pelo favorecimento real, não possuindo quaisquer qualificações para exercê-lo. A destacar o fato de Godoy ver a América espanhola somente como uma fonte de metais preciosos e seu povo, como meros pagadores de impostos.

Assim, se a Espanha não era um parceiro comercial de suas colônias, nem tampouco um fornecedor de produtos industriais, essas áreas encontraram uma alternativa: a Inglaterra, que exportava parcela substancial da sua produção industrial para o ultramar. No decorrer do século XVIII, com o desenvolvimento da produção industrial, o comércio inglês passou a depender cada vez mais dos mercados coloniais, em especial das áreas que constituíam a América espanhola.

Como lembra Bethell o império espanhol na América tinha seu governo estabelecido com base nos grupos de poder local: administração, Igreja e elite local, sendo que essa última tinha direitos adquiridos sobre a terra, a mineração, o comércio, além de laços permanentes de parentesco e aliança com a burocracia colonial, com a corte do vice-rei e com os juízes da audiência. Desta forma, eram esses grupos que podiam desenvolver formas eficientes de resistência ao distante governo imperial, cuja fraqueza e necessidade de renda eram de conhecimento dos membros da elite local.⁶⁴

Contudo, os Bourbons viam essa situação como inaceitável. Logo, buscaram alterar as relações entre os principais grupos de poder, sendo a administração a primeira a romper o equilíbrio, ampliar a função do Estado em prejuízo do setor privado, acabando por afastar a classe governante local. A partir da década de 1750, dois expedientes, em particular, foram adotados: imposição de monopólios sobre número crescente de mercadorias (fumo, bebidas alcoólicas, pólvora, sal, entre outros); e a avocação pelo governo da administração direta dos impostos, que antes eram arrendados a contratadores privados. Era a remodelação do governo imperial, centralizando os controles e modernizando a burocracia. Foram criados novos vice-reinados e outras unidades administrativas; surgem os intendentess e novos métodos de governo e com isso, novos dispositivos administrativos e fiscais passam a ser aplicados, o que somente podia ser visto pelas elites locais como um ataque aos seus interesses.

⁶⁴ Ibidem, 2001, p. 24-25

Outro ponto a ser considerado: a situação do exército. Como a Espanha não tinha recursos para manter no seu território americano grandes contingentes de tropas regulares, passou a depender fundamentalmente das milícias coloniais, reforçadas por unidades peninsulares. Na medida que a defesa dos interesses do império espanhol ficava cada vez mais confiada à milícia colonial, a própria milícia se tornava um problema de segurança interna.

Diante disso, começam a surgir movimentos de rebelião em diversas partes, durante todo o século XVIII. Se antes os conflitos sociais e raciais eram velados, com as novas condições, eles acabaram expostos mais claramente.

Leslie Bethell ressalta que,

por volta de 1810, a mera existência dos Estados Unidos exercia grande influência, e o exemplo próximo da liberdade e republicanismo continuou sendo uma inspiração ativa na América espanhola, um exemplo ainda não contaminado pelas desconfianças relativas à política desse poderoso vizinho.⁶⁵

Por outro lado, diferentemente do que acontecia na América portuguesa, as colônias espanholas possuíam universidades instaladas, o que facilitava a circulação de ideias iluministas e revolucionárias. Newton, Locke, Adam Smith, Descartes, Montesquieu, Voltaire, Diderot, Rousseau, Condillac e D'Alembert, além de Thomas Paine, John Adams, Jefferson e Washington eram lidos com frequência.

Muitos dos precursores e chefes do movimento de independência visitaram os Estados Unidos e conheceram instituições livres. A Constituição e a Declaração de Independência dos Estados Unidos foram traduzidas para o espanhol e cópias foram trazidas por comerciantes norte-americanos as regiões coloniais. Essa experiência republicana do vizinho do norte em muito inspirou aqueles hispano-americanos que buscavam direitos à vida, à liberdade e à felicidade. Como a experiência francesa não os entusiasmava, o modelo que veio a ser seguido foi o do federalismo norte-americano.⁶⁶

Com a invasão da península ibérica, a abdicação sucessiva dos reis Carlos IV e Fernando VII e a instalação de José Bonaparte, irmão de Napoleão, como novo rei da Espanha, guerras civis e revoluções eclodiram por toda a parte nas Américas entre os anos de 1808 e 1833. Uma após a outra, as colônias foram se separando do jugo espanhol, processo viabilizado pelo enfraquecimento interno da Espanha que não

⁶⁵ BETHELL, L. *op. cit.*, 2001, p. 67

⁶⁶ *Idem*, 2001, p. 67

teve como impedi-lo. Do Prata à Nova Espanha, de Buenos Aires ao México, os movimentos de libertação tomaram conta da América Latina. A “burguesia crioula”, considerada elemento social de segundo plano, ao afirmar-se cada vez mais, passou a aspirar por uma constituição do tipo americana.⁶⁷

Em 1808 as colônias se recusaram a reconhecer José Bonaparte como rei aliaram-se com Fernando VII, que, afastado do trono, ainda tinha esperanças de voltar a governar. Até que isso acontecesse, as colônias decidiram administrar a si mesmas e exigir o retorno às velhas tradições municipais, ao cabildo aberto, Assembleia local aberta a todos, apesar de a Junta central espanhola ter-se oposto, e atribuindo-lhes uma representação irrisória nas Cortes que estavam para se reunir em Cádiz.

Diante da situação, Bolívar e seus seguidores, entre eles o cônego chileno Madariaga, constituem uma Junta cuja soberania todos os cabildos reconhecem. Logo, Venezuela, na Nova Granada, e Buenos Aires, no Prata, expulsam vice-reis e capitães-gerais a partir de 1810.⁶⁸

Em 1815, com a derrota final de Napoleão e o Congresso de Viena, Fernando VII retornou ao trono, e decide retomar as colônias, mas os movimentos de independência ainda estavam em curso. Com a liderança de Simon Bolívar, venezuelano, e de José de San Martín, argentino, as lutas pela independência alcançam êxito entre as colônias da América do Sul. De 1816 a 1821, San Martín e suas tropas libertam Chile, Argentina e Peru; de 1819 a 1826, é Bolívar quem conduz Venezuela, Colômbia e Equador à independência.

Esses movimentos das colônias americanas não receberam apoio das potências europeias. Exceção foi a Inglaterra, por interesses comerciais, além dos Estados Unidos. A última colônia espanhola a se tornar uma república foi o Uruguai em 1828.

1.3.5. A Corte de Portugal na América (1808-1821)

Com o avanço das tropas de Napoleão Bonaparte nas fronteiras de Portugal, após já ter conquistado a Espanha e afastado o rei Fernando VII, o reino

⁶⁷ CROUZET, M. *História Geral das Civilizações. A Sociedade do Século XVIII perante a Revolução*, 1995, v. 12, p. 277

⁶⁸ Idem, 1995, v. 12, p. 279-280

português se transformara num importante ponto para o enfrentamento com a Inglaterra.

Em finais de 1806, Napoleão havia decretado o Bloqueio Continental fechando o comércio da Europa aos ingleses, mas Portugal não dava sinais de que iria aderir. Não havendo resposta por parte da Coroa portuguesa à decretação do Bloqueio Continental, Napoleão enviou uma nota diplomática em julho de 1807 exigindo o encerramento dos portos aos ingleses, a prisão de todos os cidadãos ingleses que viviam em Portugal, o confisco dos navios e bens britânicos e o rompimento das relações diplomáticas com o governo inglês.

Somente, então, o governo português sentiu que teria de decidir-se entre a invasão do reino pelos franceses, que levaria à deposição da dinastia dos Braganças, e o bombardeio de Lisboa pelos navios ingleses, ao que se somaria a perda dos territórios ultramarinos. A única opção a esse dilema consistia na mudança da sede da monarquia para o Brasil, seguindo um plano que já existia desde os tempos da Guerra dos Sete Anos ou mesmo antes, a fim de garantir a Coroa de D. Maria I, substituída a essa altura por seu filho, o príncipe-regente D. João.⁶⁹

Em agosto de 1807, os enviados diplomáticos franceses apresentaram um ultimato ao governo de D. João: ou Portugal declarava guerra à Inglaterra até o dia 1º de setembro, ou os exércitos franco-espanhóis invadiam Portugal. Em 27 de outubro, um tratado assinado entre França e Espanha dividia o território português em duas partes: a província de Entre-Douro-e-Minho, com capital no Porto, era dada ao rei da Etrúria com o título de *reino da Lusitânia Setentrional*; o Alentejo e o Algarve pertenceriam a Manuel Godoy, favorito da corte espanhola e primeiro-ministro (1792-1798), formando o *principado dos Algarves*; da parte restante de Portugal se decidiria quando voltasse a paz. Em novembro, o general francês Junot atravessou a fronteira portuguesa com um poderoso exército, começando a invasão.⁷⁰

Considerando que os franceses tinham um exército invencível, conhecido por espalhar o terror por toda a parte, o governo português nem cogitou de opor resistência. Preferiu a manobra arriscada de atravessar o Atlântico, sob proteção britânica, aconselhando que os franceses fossem bem recebidos no reino, a fim de evitar maior derramamento de sangue.

⁶⁹ MARQUES, A. H. O. *Breve História de Portugal*, 2009, p. 397

⁷⁰ Idem, 2009, p. 397

Havia consciência em Portugal dessa situação, como também da importância das colônias no jogo político europeu. É o marquês de Alorna, quem, ainda em 1801, sugeriu a D. João uma estratégia como única saída:

V.A.R. tem um grande império no Brasil, e o mesmo inimigo que ataca agora com tanta vantagem, talvez que trema e mude de projeto, se V.A.R. o ameaçar de que se dispõe a ir ser Imperador naquele vasto território adonde pode facilmente conquistar as colônias espanholas e aterrar em pouco tempo todas as potências da Europa.⁷¹

Contudo, instalado o impasse, coube a um ilustrado assumir o comando e inverter o quadro de encurralamento e fuga na imagem positiva de atitude “nobre e resoluto” do governante em defesa do reino e de seus súditos. D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o secretário de estado entre 1796 e 1803 que caíra em desgraça por sua fidelidade à Grã-Bretanha, apresentou ao príncipe regente a mesma sábia estratégia de retirada da Corte de Lisboa e imediata instalação da monarquia no Brasil, argumentando que tal decisão era uma saída mais digna e honrosa do que aceitar as condições impostas por Napoleão.

Era do interesse da Inglaterra a transferência da Corte para o Brasil, pois com isso garantia a continuidade do comércio, podendo significar a livre entrada de seus produtos no novo mercado que era o Brasil. Conforme Maria de Lourdes V. Lyra, em 12 de novembro de 1807, o jornal *Le Moniteur*, órgão oficial do governo francês, ainda buscava desestimular os portugueses atacando duramente a política inglesa e pondo em dúvida a segurança de suas alianças:

O Príncipe Regente de Portugal perde seu trono; perde-o por causa das intrigas dos ingleses [...] Que faz, pois a Inglaterra, essa aliada poderosa? Olha com indiferença o que se passa em Portugal. Que fará, quando Portugal for tomado? Irá apossar-se do Brasil [...] A queda da Casa de Bragança constituirá mais uma prova de ser inevitável a perda de todos quantos se unirem aos ingleses.⁷²

O embarque no cais de Belém se deu no dia 27 de novembro de 1807, mas a partida só ocorreu no dia 29, chegando a frota à América nos primeiros meses de 1808. Portugal ficava sob a regência de cinco membros e dois secretários, presididos pelo marquês de Abrantes. O exército francês entrou em Lisboa no dia 30 de novembro. Pretendia aprisionar o príncipe regente e a família real, mas não conseguiu.

⁷¹ LYRA, M. L. V. *A Utopia do Poderoso Império*, 1994, p. 109

⁷² Idem, 1994, p. 115

Houve confisco, pilhagem, roubos, mortes e prisões, já que vilas, aldeias e povoações pobres viam-se de repente assaltadas pela soldadesca desgarrada de seus regimentos pelo mau tempo, maus caminhos e a falta de alimentos. Mais pareciam bandos de aventureiros indisciplinados que forças regulares.⁷³

O exército português foi parcialmente dissolvido e transformado numa *Legião Portuguesa*, que seguiu para a Espanha e depois para a França, a fim de combater com as forças de Napoleão, participando inclusive da campanha da Rússia. No entanto, não tardou a aparecer resistência popular através de ações de guerrilha contra os invasores.⁷⁴ O General Junot não tardou a dissolver a Junta criada por D. João e passou a governar Portugal como terra conquistada sob ocupação militar estrangeira. Desde logo, introduziu

novos elementos seus no governo e por decreto de primeiro de fevereiro de 1808 nomeou um novo grupo para governar Portugal, que era capitaneada por ele, Junot, acompanhado de Hermann, Pedro de Mello Breyner, Azevedo, Lhuitte, Castro, Vienes Vaublanc e conde de Sampaio.⁷⁵

A situação em Portugal se manteve nessas condições, inclusive contando com ações do exército inglês no seu território, até que, no começo de março de 1811, cansados de esperar e abatidos na moral, os franceses iniciaram a retirada. O comandante inglês Wellington seguiu-os de perto, derrotou-os de novo e os obrigou a passar a fronteira em outubro.

Na Espanha, o exército inglês, acrescido de contingentes portugueses, e ajudado pelos naturais, continuou a empurrar os franceses até Toulouse, na primavera de 1814. A plena independência e integridade de Portugal foram restauradas com o Congresso de Viena, após quatro anos de guerra que deixaram o país em situação miserável, já que as invasões e a ocupação francesas devastaram boa parte de Portugal, sobretudo ao norte do Tejo. Depois do terremoto de 1755, o período da invasão francesa foi o que mais causou prejuízos aos portugueses em todas as áreas: econômica, social, cultural, sem contar a quantidade de vidas perdidas.⁷⁶

O governo joanino destacou-se por diversos fatos relevantes: a abertura dos portos, o processo civilizatório que marcou o Rio de Janeiro, a criação do reino-

⁷³ BENEVIDES, F. F. *No Tempo dos Franceses*, 2012, 2012, p. 13

⁷⁴ MARQUES, A. H. O. *Op. cit.*, p. 398

⁷⁵ BENEVIDES, F. F. *op. cit.*, 2012, p. 23

⁷⁶ *Ibidem*, 2009, p. 399-400

unido, a morte da rainha D. Maria I, a aclamação de D. João VI, a crescente tensão entre Lisboa e as províncias.⁷⁷

Movimentos revolucionários começam a acontecer, seja no Brasil, seja em Portugal, em virtude das novas condições políticas a partir da derrota de Napoleão. Era um novo quadro político se desenhando dos dois lados do Atlântico. Sejam os brasileiros se sentindo mais importantes e fortes dentro do Império português, sejam os portugueses, que sem a presença de seu monarca em seu território, sentiam-se menosprezados e diminuídos em seu papel, tudo isso delineava uma crescente insatisfação, que viria à tona de forma mais definitiva e decisiva a partir de 1820.

1.3.6 – Os movimentos revolucionários de 1817

Nas palavras de Ana Rosa Clochet “um processo que, partindo de visões diferenciadas sobre o significado dos fenômenos em curso, deu o tom das disputas entre os habitantes dos dois Reinos em torno da figura real, alimentando todo um debate que, permeando a Revolução Liberal de 1820, desembocaria na independência brasileira, em 1822”. Continua a autora afirmando que

é somente a partir de 1817 que esses homens apresentaram uma mais completa concepção do significado e alcances desse acirrado processo de disputas, que marcara o desfecho da crise do Antigo Regime português. Naquele ano, a descoberta de uma conspiração arquitetada em Lisboa, contra a dinastia de Bragança e a regência portuguesa, simultaneamente à revolta ocorrida na capitania de Pernambuco, agudizaram as tensões em torno dos dois pontos que então se reprisavam nas visões transatlânticas da crise: as constatadas fragilidades do *Sistema Imperial* – seja no que se refere à preservação do Reino Unido, seja no concernente à própria manutenção da integridade brasileira – e do *regime político vigente*.⁷⁸

É importante dizer que foram experiências políticas diferentes, já que as condições e as representações simbólicas tinham divergências, pois

do lado português, os efeitos da invasão francesa e da ausência do rei; internamente no Brasil, as circunstâncias diversas gestadas no decorrer do processo colonizador e afetadas pelos acontecimentos mais recentes (a vinda da Corte, a reinserção internacional do Brasil, sua elevação a Reino) – que informam o encaminhamento da

⁷⁷ GRINBERG, K., SALLES, R. (org.) *O Brasil Imperial vol. I (1808-1831)*, 2014, p. 59

⁷⁸ SILVA, A. R. C. *Inventando a Nação – Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*, 2006, p. 268

crise, o qual, por ambas as porções imperiais, teve como patrimônio comum o sistema de ideias e práticas liberais então em voga.⁷⁹

Assim, vamos nos dedicar mais especificamente aos fatos que marcaram os anos de 1817 e 1820 em Portugal, com destaque especial a esses dois movimentos revolucionários ocorridos no mesmo ano de 1817, que muito abalaram o governo monárquico português. Esses movimentos conspirativos, em marcha tanto em Portugal como no Brasil, surgem não somente devido ao aumento nas medidas de repressão à sua volta, como também porque é “no seio das sociedades secretas que os descontentes vão congeminar um importante movimento de operacionalidade revolucionária, o que reflecte uma efectiva tomada de consciência liberal por parte de certos sectores da sociedade portuguesa”.⁸⁰

A primeira, ocorrida em março de 1817, teve lugar em Pernambuco, a principal e mais rica capitania do Brasil, que influenciada por ideias iluministas propagadas pelas sociedades maçônicas, viu surgir um movimento revoltoso que tinha como objetivo a emancipação daquela região, com proclamação da independência e implantação do regime republicano.

A população pernambucana vivia em clima de opressão e generalizado descontentamento, juntando-se a isso, se via uma precária situação das tropas que eram mal pagas e mal alimentadas, fatos derivados de uma falta de uniformidade nas regras da administração das capitanias, pois a falta de pagamento era responsabilidade do governo local. Além disso, a capitania passava por uma fase de escassez de gêneros alimentícios, em decorrência da prioridade dada às culturas de exportação (algodão e cana-de-açúcar) e da seca havida em 1816, tornando necessário que alimentos básicos fossem importados, o que os tornava encarecidos pelos impostos. Estava montado o cenário propício para a eclosão de uma revolta popular.

Os objetivos dos revoltosos pernambucanos estavam influenciados também pelo desejo de impor o combate ao absolutismo monárquico português, criticado pelos enormes gastos da Família Real e de demais membros da Corte instalada no Rio de Janeiro. Para poder fazer frente aos gastos da Corte, D. João havia feito um decreto cobrando impostos das demais regiões que passaram a ser obrigadas a cobrar quantias e remetê-las ao Erário através da atuação dos governos das capitanias.

⁷⁹ Idem, 2006, p. 268

Tal desfalque na arrecadação local acabava por dificultar com isso a manutenção da própria capitania, e, logo, essa situação acabou por gerar grande descontentamento no povo pernambucano. Entre eles estavam militares e religiosos, que se viram envolvidos no movimento revolucionário em busca de condições mais justas para exercerem suas atividades e condições de vida para si e suas famílias.

Contando com a participação de diversos religiosos, muitos deles oriundos do Seminário de Olinda, a revolta também ficou conhecida como a “revolução dos padres”. Um dos participantes, Frei Caneca, ao final, foi preso, mas voltaria a se envolver num movimento revolucionário sete anos depois, quando foi condenado à morte (Confederação do Equador, em 1824).

O movimento pernambucano foi liderado por Domingos José Martins e contou com a participação de Antonio Carlos de Andrada e Silva, um dos irmãos de José Bonifácio, e também com diversos militares, que dominaram o governo, se apossaram do tesouro, instalando um governo provisório e proclamaram a República. Chegaram a convocar uma assembleia constituinte formada por representantes eleitos em diversas comarcas. Estabeleceram a divisão de poderes: executivo, legislativo e judiciário, além de manter o catolicismo como religião oficial, mas respeitada a liberdade de culto, bem como foi proclamada a liberdade de imprensa e abolidos alguns impostos. Contudo, a escravidão foi mantida.

Durante o curto período em que durou a revolta, cerca de três meses, foram feitas tentativas de obter apoio das capitanias vizinhas, mas não lograram êxito.

O governo do Rio de Janeiro logo providenciou o envio de tropas por terra e por mar para reprimir o movimento. Em pouco tempo a capitania de Pernambuco estava cercada, levando os revoltosos a recuar e o governo provisório se rendeu em maio do mesmo ano de 1817. Ao final, treze revoltosos foram executados pelo crime de lesa-majestade, sendo um deles o líder Domingos José Martins; o Padre João Ribeiro se suicidou; Frei Caneca e o irmão de José Bonifácio ficaram presos por quatro anos.

Dentre os movimentos com viés separatistas que aconteceram no Brasil até então, esse foi o único que conseguiu passar da fase conspiratória, chegando a ter os revoltosos instalados num governo provisório, além do que fez com que o governo monárquico sentisse sua confiança nos súditos brasileiros abalada, pois viu o quanto

⁸⁰ MATTOSO, J. Op. cit., 1998, p. 47

as novas ideias liberais estavam difundidas pelo território brasileiro, servindo de incentivo aos sentimentos nacionalistas e libertários.

Já o segundo movimento ocorrido no ano de 1817 foi identificado em terras portuguesas, três anos antes da Revolta liberal do Porto. Todavia, é importante destacar que estavam envolvidas nesses movimentos acontecidos em Portugal duas associações que merecem ser mencionadas. Em 1817, é a vez da associação de caráter político, Supremo Conselho Regenerador, promover a *Conspiração de Gomes Freire de Andrade* e, em 1818, outra associação secreta, o Sinédrio, levará à ocorrência da Revolta no Porto, em 1820.

Entre os membros da sociedade secreta e paramaçônica revolucionária denominada de Supremo Conselho Regenerador de Portugal, Brasil e Algarves, criada em Lisboa no mesmo ano de 1817, é que surgiu a conspiração em questão, cujo objetivo era o de afastar ingleses e outros estrangeiros do controle militar do país e o de promover a “salvação e independência” de Portugal, a ser alcançado com a criação de um novo governo. Essa sociedade tinha extensões em outras localidades de Portugal e até mesmo possuía uma pequena gráfica, onde eram publicadas as proclamações com as justificativas do movimento e foram presos muitos de seus membros após serem denunciados em maio de 1817 (logo depois de encerrada a Revolução em Pernambuco).

Também nesse movimento revolucionário havia a participação de militares, os regressados a Portugal após prestarem serviços ao exército napoleônico e alguns deles eram maçons. Um deles, que ocupava o cargo de Grão-Mestre desde 1816, era o General Gomes Freire de Andrade, que foi acusado de ser o principal mentor da conspiração.⁸¹

O movimento conspiratório fora descoberto pelo marechal William Carr Beresford, irlandês de nascimento, alto comandante do exército britânico, que participou de grande parte da Guerra Peninsular, comandando as tropas aliadas anglo-lusas contra os exércitos franceses que invadiram Portugal, sob o comando dos generais Junot, Soult, e Massena. Na verificação dos documentos apreendidos no processo de devassa instaurado pode-se perceber que dentre as intenções dos revoltosos estava a derrubada de Beresford e o afastamento de todos os oficiais ingleses, a fim de poder reorganizar a administração do Estado, o comércio e o plano

⁸¹ Ibidem, 1998, p. 48

para as tropas. Tudo isso num espírito regenerador, mas não havia como em Pernambuco uma intenção de se implantar o regime republicano em Portugal; visava apenas “restituir, por meio de uma nova dinastia e da instalação de uma monarquia constitucional, a figura de um rei justo e identificado aos interesses dos súditos, situação essa rompida pela distância do monarca e a indesejada intermediação de Beresford”.⁸²

O processo em rito sumário foi mandado instaurar pelos governadores, nomeando juízes de imediato, com duração no período de maio a outubro de 1817.

Em outubro de 1817, o processo chega ao fim, sendo proferida a sentença condenatória determinando a morte de 12 presos, na maioria militares, inclusive, a de Gomes Freire, além de deportação, expulsão e até absolvição de outros. As execuções ocorreram em 18 de outubro de 1817 em dois lugares distintos em Lisboa: em São Julião da Barra, foi executado Gomes Freire por enforcamento, além de ter seus membros mutilados e suas cinzas lançadas ao mar, enquanto que os demais condenados foram executados em idênticas condições no Campo de Santana, ao longo do dia e da noite.⁸³

Na continuidade do processo revolucionário liberal que tomou conta de Portugal naqueles anos, os executados foram considerados os primeiros “mártires da liberdade” em Portugal, sendo que a memória deles foi reabilitada após intensa campanha dos periódicos portugueses, com destaque para *O Português* e *O Campeão*, o que aconteceu em 1820 quando foi pedida a revisão da sentença, sendo a mesma anulada em 1821, beneficiando aqueles que foram deportados e expulsos, ou mesmo os que haviam conseguido escapar de serem presos afastando-se do país.

Era um projeto conspiratório que “defendia uma mudança política no sentido da independência nacional, através de uma clara oposição antibritânica”⁸⁴, pois desde a ajuda prestada pelos ingleses para a expulsão dos franceses do território português, via-se o quanto os militares britânicos tinham conseguido se infiltrar no governo dos regentes, sem contar com o poder do comércio inglês na economia de Portugal e Brasil.

Como se vê esse movimento refletiu os sentimentos dos portugueses que se sentiam “abandonados pelo seu monarca; queixavam-se da constante drenagem de

⁸² SILVA, A. R. C. Op. cit, 2006, p. 274

⁸³ MATTOSO, J. Op. cit, 1998, p. 48

⁸⁴ Ibidem, 1998, p. 48

dinheiro para o Brasil na forma de rendas e contribuições; lamentavam o declínio comercial e o permanente desequilíbrio do orçamento; ressentiam-se da influência britânica no exército e na Regência, etc”.⁸⁵ Também há de se ressaltar que a execução dos revoltosos “teve profunda influência no surto de uma consciência liberal entre o exército e a burocracia. Longe de evitar futuras rebeliões, apenas serviu para as estimular, uma vez que os opositores ao regime, e com eles muitos outros até então indiferentes, se convenceram da tirania dos governantes e da impossibilidade de conseguir, por meios pacíficos, quaisquer modificações no *status-quo*”.⁸⁶

Ao que se vê os acontecimentos de origem revolucionária ocorridos tanto no Brasil quanto em Portugal no ano de 1817 apresentaram em seus discursos as mesmas questões: o problema de coesão imperial e a sustentação da monarquia absolutista. Nesse ponto constata-se o relevante papel do Brasil no jogo político da época, se colocando como a melhor opção para sede do Império, o que na visão dos ministros de D. João indicava a possibilidade de preservação do poder monárquico na América, considerando que Portugal se via sob forte ingerência dos ingleses.

Outro fato que influenciava a opção de ter o Brasil como sede da monarquia portuguesa era estar mais distante da Espanha, onde já havia sido instalada a forma de governo constitucional em março de 1812, com a instalação das Cortes de Cádiz, que haviam ratificado os princípios fundamentais de sua Constituição: soberania popular, que reside no povo e não no rei; a legitimidade dinástica de Fernando VII, como chefe de Estado; a separação de poderes, com a independência e inamovibilidade dos juízes; e a inviolabilidade dos deputados no exercício de seu mandato. Ao assumir o trono após a derrota francesa na Guerra Peninsular, Fernando VII foi obrigado a jurar que respeitaria a Constituição.

Como espelho dessa situação Ana Rosa Clochet indica parte de uma correspondência do Conde de Casaflores, ministro espanhol no Rio de Janeiro, enviada à Espanha em 15 de novembro de 1817, onde ele relatava suas impressões do clima político que se encontrava o Rio de Janeiro e a Corte joanina:

A ideia do grande poder deste *Império Português no Brasil* está arraigada na mente de S. M. Fidelíssima, na do Príncipe Herdeiro e na de todos ou quase todos os Fidalgos, sendo esta a causa porque encaram estes tão bem a resolução de seu Soberano de permanecer aqui. Em uma palavra, estando em Lisboa consideram-se sob a dependência da Inglaterra e com um vizinho muito mais poderoso

⁸⁵ MARQUES, A. H. O. Op. cit., 2009, p. 446

⁸⁶ Idem, 2009, p. 446

que Portugal como é a Espanha, e aqui se consideram livres e em estado da Monarquia, por cuja razão em um caso extremo abandonarão aquele para conservar o Brasil [...]⁸⁷

O quadro político indicando o Brasil como sede da monarquia fez com que a repressão contra os revoltosos pernambucanos fosse violenta, visto que havia a necessidade de sedimentar as bases da monarquia entre os súditos brasileiros e com isso, ao eliminar os dissidentes, restaria convencer os hesitantes a se juntarem ao corpo político da grande Nação portuguesa. O rigor punitivo para os crimes de rebeldia e traição se fazia necessário para demonstrar a força do regime monárquico, como também ações de clemência real com os mesmos revoltosos seriam vistos como exemplos do poder do rei, era a representação simbólica se impondo. Daí ter sido editada a carta régia de fevereiro de 1818, enviada a Recife, na qual D. João VI suspendia “as devassas por crimes políticos em qualquer parte do Reino, incluindo Pernambuco, devendo ser procedido o julgamento dos considerados cabeças, únicos sobre os quais deveria recair a pena capital”⁸⁸.

Como já mencionado também a celebração do Ato de Aclamação de D. João VI em fevereiro de 1818 foi outro exemplo da importância da representação simbólica nas monarquias absolutistas de Antigo Regime, que também servira para evidenciar o empenho em difundir os tradicionais valores da monarquia portuguesa. Todos esses atos serviam para despertar os ânimos mais conservadores da sociedade brasileira, para que os súditos das terras americanas pudessem se sentir como os demais, que viviam em diferentes reinos do continente europeu, com a mesma relação de vassalagem e fidelidade ao rei.

Contudo, a situação que estava sendo vivida nas duas partes principais do Reino Unido não indicava que poderia se manter tal união e interesses recíprocos; havia a preocupação com a penetração dos princípios liberais em Portugal, seja através dos periódicos, seja pelas Sociedades Secretas, pois ambos tinham já provado seu poder de persuasão nos movimentos revolucionários.

Portanto, os acontecimentos de 1817 que tantas repercussões despertaram no Reino Unido, abalaram a monarquia, deixaram expostos os males desta, e ainda possibilitaram a propagação das ideias liberais que viriam a causar mais transtornos à D. João VI nos anos seguintes.

⁸⁷ SILVA, A. R. C. Op. cit, 2006, p. 275

⁸⁸ Idem, 2006, p. 277

O tempo era de riscos de agitações populares, até em função também da resistência por parte de D. João VI a restituir ao Reino de Portugal a antiga condição de sede da monarquia, e tais movimentos acabaram se canalizando em ações de grupos de liberais que levariam ao movimento revolucionário de 1820, instaurado a partir da cidade do Porto.

Cabe aqui também destacar o Sinédrio, que foi uma associação secreta paramaçônica fundada no Porto em janeiro de 1818 pela ação conjunta dos juristas Manuel Fernandes Tomás e José da Silva Carvalho, sendo posteriormente admitidos o também jurista, José Ferreira Borges, e o comerciante, João Ferreira Viana.

No período de 1818 a 1820 outros nove membros foram admitidos, todos com o dever de “guardar a maior lealdade uns para com os outros e o mais inviolável segredo e que, se rompesse um movimento anárquico ou uma revolução [...] se combinariam para aparecer a conduzi-la para o bem do País e da sua liberdade, guardada sempre a devida fidelidade à Casa de Bragança”. Mesmo citando a possível ocorrência de um movimento revolucionário, o Sinédrio não tinha ainda definido um projeto com esse intento, mas que estava preparada para tanto.⁸⁹

Foi com a deflagração do movimento revolucionário de agosto de 1820, na mesma cidade do Porto, que o Sinédrio se tornou militante na causa e agressor. Esse ativismo político do Sinédrio teve como

causas principais o sentimento de abandono político e a má situação econômica de Portugal, a interferência inglesa nos assuntos portugueses, a restauração das instituições liberais na Espanha e o receio de que uma revolução inevitável rompesse por tumultos populares e agitação anárquica.

Essa movimentação dos membros do Sinédrio durou nos anos de 1819 e 1820, se encerrando no momento em que teve lugar a Revolução em 24 de agosto de 1820, quando as tropas comandadas pelo coronel Cabreira formaram no Campo de Santo Ovídio, no Porto, e ouviram as proclamações justificativas do movimento: salvar a pátria através de reformas guiadas pela razão e pela justiça e não pela anarquia; defender a instalação de um governo provisório que convocaria as cortes e estas seriam responsáveis pela preparação de uma Constituição, além de salvaguardar a Dinastia de Bragança e a “Santa Religião”.⁹⁰

⁸⁹ MATTOSO, J. Op. cit, 1998, p. 49

⁹⁰ Ibidem, 1998, p. 50-51

Assim, em meio a militares e populares os discursos foram aclamados e logo a seguir instituiu-se no Porto uma junta de governo presidida pelo Brigadeiro António da Silveira, tendo em seu grupo a participação de membros da nobreza e da burguesia, além de clérigos e militares liderados pelo Sinédrio, que encerrou sua existência naquele momento inaugural do liberalismo em Portugal.⁹¹

Essa experiência revolucionária teve por lema a *Regeneração* da sociedade lusitana. Era o desejo dos seus participantes verem Portugal retomar o seu lugar de metrópole perante os territórios coloniais, se confrontando com os projetos do governo monárquico que estava mais inclinado para o lado do Brasil como sede do Reino.

1.3.7 – A Revolução liberal do Porto e as Cortes

A partir desse momento onde se destacaram os pronunciamentos militares, surgiu o movimento que causou grande mudança na sociedade portuguesa e, por conseguinte, na brasileira, pois veio com o intuito de alterar as estruturas de um estado de Antigo Regime, ficando conhecido com o nome de Regeneração de 1820, tendo durado cerca de três anos e com consequências que vão da Independência do Brasil à implantação da República em Portugal.⁹²

Já em 15 de setembro de 1820 viu-se a instauração do governo interino através da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino.

Inicialmente houve certa resistência por parte dos membros do governo regencial, que considerou o ocorrido um ato de rebelião; entretanto, como houve muitas adesões ao movimento em Lisboa, resolveram tomar em suas mãos o destino do movimento e convocaram as antigas Cortes. Em 1º de outubro de 1820 houve a fusão dos dois governos revolucionários, divididos em dois órgãos: a Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, encarregada da administração, e a Junta Provisional Preparatória das Cortes, responsável pela convocação das Cortes e das matérias a serem debatidas, devendo ser efetivada em janeiro de 1821.⁹³

Instalado o governo provisório, logo se providenciou a comunicação ao rei dos acontecimentos, além de se preocuparem com questões importantes referentes à

⁹¹ Ibidem, 1998, p. 51

⁹² Ibidem, 1998, p. 51

⁹³ SILVA, A. R. C. Op. cit, 2006, p. 288

censura e à liberdade de imprensa. Em 31 de outubro é dirigido ao povo português um manifesto onde é apresentada a ideia de convocação das Cortes, já definidas como uma representação nacional. Com isso abre-se pela primeira vez em Portugal a discussão sobre assuntos constitucionais no tocante a “unicamerilismo ou bicameralismo”.⁹⁴

O Governo provisório não era unanimidade, havia oposição e isso era visível nas publicações da imprensa. Parte dos descontentes com o posicionamento moderado do governo provisório apresentaram uma representação para que a eleição dos deputados se fizesse em Portugal pela forma prescrita na Constituição espanhola de 1812, mas a Junta Preparatória das Cortes não acatou. Surge logo a contestação por parte de militares, que reunidos no Rossio e com apoio do juiz do povo da Casa dos Vinte e Quatro, decidem adotar as bases da Constituição espanhola, além de fazerem mudanças nos nomes que compunham o governo provisório. Nova reação vem da imprensa e das sociedades secretas que desde o início apoiaram o movimento e a força da opinião pública fazendo com que os membros afastados fossem reconduzidos e os novos afastados.⁹⁵

Ao final do ano de 1820, a ordem estava restabelecida, a forma das eleições já estava regulada, e um texto constitucional estava em elaboração, tendo por autor Frei Francisco de São Luís, um dos principais estrategistas do novo governo. A proposta constitucional era moderada, incluindo a opção pelo bicameralismo. O Frei também foi autor de um dos textos fundadores da Revolução de 1820: *Manifesto da Nação Portuguesa aos Soberanos e Povos da Europa*, de 15 de dezembro.⁹⁶

As Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa foram instaladas em 26 de janeiro de 1821, sendo sua responsabilidade elaborar o texto escrito da Constituição durante o período de 1821-1822. Coube à imprensa acompanhar o trabalho e com isso despertar nos cidadãos uma maior intervenção na *res publica*. Os discursos dos deputados foram reproduzidos em quase todos os periódicos, levando os debates das tribunas ao conhecimento e acompanhamento do povo.

Uma das primeiras ações dos deputados foi a de nomear um novo governo, a Regência, que se manteve ativo até o regresso do rei D. João VI em 1821.

⁹⁴ MATTOSO, J. Op. cit, 1998, p. 53

⁹⁵ Idem, 1998, p. 53

Logo depois de iniciados os trabalhos a partir de fevereiro de 1821, vários projetos foram sendo aprovados, como: o da liberdade de imprensa, o da elaboração de códigos civil e criminal, o da extinção dos direitos banais, o da abolição da Inquisição e do Juízo da Inconfidência, o da redução do número de regulares de ambos os sexos, o da concessão da anistia aos presos políticos, o da abolição dos privilégios exclusivos e o da abolição do Comissariado. Outro feito das Cortes foi a instalação da primeira instituição bancária em Portugal – o Banco de Lisboa, ainda no ano de 1821.⁹⁷

As discussões mais acaloradas estavam afetas a assuntos mais delicados, tais como a escolha do modelo unicameral ou bicameral, dos poderes do rei e das Cortes, das bases constitucionais, da Constituição e da independência ou união ao Brasil. Apesar disso, a Constituição foi jurada e festivamente celebrada em Portugal em outubro e novembro de 1822. Em dezembro de 1822 se inicia outra fase da Constituição, que ainda vai se prolongar até 1823.

Enquanto isso, no Rio de Janeiro, a discussão estava em torno, inicialmente, do retorno de D. João a Portugal, havendo quem defendesse o retorno dele e outros que quem deveria ser enviado seria o príncipe D. Pedro. Em 16 de janeiro de 1821 chega ao Rio de Janeiro o Conde de Palmela trazendo notícias acerca dos projetos dos vintistas e destacando a importância de que um membro da família real estivesse presente em Portugal nesse momento.

Circula no Rio de Janeiro um folheto escrito em francês que defendia a permanência do rei no Brasil (*Questão Política: se o Rei e a Família Real de Bragança Devem Voltar a Portugal ou Ficar no Brasil?*). Mesmo tendo sido de imediato censurado e proibido de circular o texto fez grande sucesso entre aqueles que sabiam falar francês, ao ponto de ser traduzido e introduzido em Portugal, onde suscitou manifestações sobre a pertinência da ideia de união ou separação do Brasil.

Em fevereiro de 1821, D. João VI jurava a nova ordem constitucional e decide, mesmo contra sua vontade, regressar a Portugal com toda a família, exceção feita à D. Pedro que ficaria no Brasil na condição de regente. O embarque acontece em 25 de abril de 1821 e a chegada a Lisboa em 3 de julho depois de uma demorada viagem de mais de três meses.

Com ele retornaram além dos familiares reais, vários ministros, oficiais, diplomatas e suas respectivas famílias, totalizando um séquito de aproximadamente

⁹⁶ Ibidem, 1998, p. 53.

⁹⁷ Ibidem, 1998, p. 54

quatro mil pessoas, contudo, onze personagens da comitiva não puderam desembarcar por determinação das Cortes, entre eles o conde de Palmela, o ministro Tomás Vila Nova Portugal e os secretários Francisco Bento Targini e o visconde de Rio Seco, Joaquim José de Azevedo.⁹⁸

Ao chegar a Lisboa, D. João VI foi olhado com desconfiança por muitos liberais, que viam nele “o dirigente natural de uma corrente de opinião conservadora e anticonstitucional”, mesmo já tendo até jurado as bases da futura Constituição. Todavia, D. João não traiu seu juramento, aceitou tudo aquilo que as Cortes e os governos lhe foram impondo, muito embora tenha mantido seu governo com ministros conservadores. Durante dois anos teve um bom comportamento como o primeiro monarca constitucional português. Os apoiadores do movimento absolutista se voltaram para a rainha Carlota Joaquina e seu filho, o infante D. Miguel.⁹⁹

Mesmo havendo discordâncias entre aqueles que deram início ao movimento revolucionário num ponto eles se uniam: de que era necessário pôr fim à autonomia do Brasil e em regressar à antiga situação das relações de Portugal para com a sua ex-colônia. A Constituição que estava sendo redigida se apresentava altamente progressiva, buscando mudar as instituições, abolir privilégios, ao ponto de ter havido por parte de facções do exército a tentativa de golpe de Estado e até rebeliões armadas que não tiveram êxito.¹⁰⁰

A ideia de *Regeneração*, nas palavras de Ana Rosa Cloclot,

pressupunha a recuperação econômica do Reino mediante o aproveitamento das potencialidades ultramarinas e, em particular, do Brasil, reafirmando assim um modelo de exploração colonial que, formulado desde a época dos intelectuais da Academia de Lisboa, era concebido pela dinamização do comércio atlântico e da exclusividade das indústrias portuguesas na antiga colônia.¹⁰¹

Pelo que se via, a *Regeneração* era a volta de uma política econômica retrógrada em relação ao Brasil, que se contrapunha ao Tratado de 1810, que era um indicativo do caráter antibritânico do movimento vintista, além do que acirrava a hostilidade entre brasileiros e portugueses.

Não cabe a esta pesquisa aprofundar-se nas questões políticas ou econômicas que envolveram as Cortes e o Brasil, mas somente mencionar o contexto

⁹⁸ Ibidem, 1998, p. 55.

⁹⁹ MARQUES, A. H. O. Op. cit. 2009, p. 447.

¹⁰⁰ Idem, 2009, p. 448

¹⁰¹ SILVA, A. R. C. Op. cit., 2006, p. 293.

em que se deu início ao rompimento e seguinte independência brasileira, não se esquecendo do posicionamento do príncipe D. Pedro em negar-se a retornar a Portugal, decidindo-se a ficar no território brasileiro em 9 de janeiro de 1822, como também a todo o desdobramento político que fez com que ele se decidisse a proclamar a Independência em setembro de 1822.

O objetivo de descrever esses momentos vividos pela monarquia portuguesa nos anos de 1817 a 1822 está afeto ao fato de que as duas edições portuguesas da obra de Silva Lisboa foram publicadas nos anos de 1821 e 1822, não sendo possível indicar com maior precisão o momento em que foram distribuídas ao público leitor.

Entretanto, chamou atenção o fato de que Silva Lisboa tivesse deixado passar praticamente uma década desde a primeira edição para se interessar por uma nova edição, justamente num momento que mesmo tendo um cunho revolucionário, se apresentasse com propostas tão retrógradas com relação a sua terra natal, que sempre foi por ele cuidada nas políticas desenvolvidas por D. João VI nos treze anos em que reinou no Rio de Janeiro.

Para melhor indicação do que pode ter propiciado as novas edições, passamos a uma análise mais detalhada de cada uma delas, não perdendo o foco do momento em que foram publicadas.

Capítulo 2 – EDMUND BURKE E O IMPÉRIO BRITÂNICO

As pessoas não serão capazes de olhar para a posteridade, se não tiverem em consideração a experiência dos seus antepassados.

Edmund Burke (1729-1797)

Edmund Burke pode ser identificado como um político irlandês que atuou no Parlamento inglês por vários anos e que fez uso de seus discursos para defender suas ideias, por vezes conservadoras, por vezes liberais e contestadoras. Mesmo sem querer, foi polêmico e talvez esse seja um ponto de coincidência com o nosso Silva Lisboa.

Um dos pensadores que mais se dedicou a estudar Burke foi Russel Kirk, de cuja obra *Edmundo Burke: Redescobrimo um gênio* foram extraídas algumas informações biográficas a partir das quais novas pesquisas foram realizadas com vistas a tentar resgatar quem era esse homem que passou a ser sinônimo de um tipo de pensamento político: o conservadorismo.¹⁰²

Nascido em Dublin, na Irlanda, no dia 12 de janeiro de 1729, filho de Richard Burke e de Mary (Nagle) Burke, tendo sido batizado na igreja medieval de St. Michan. Os pais formavam o que se chamava de “casamento misto”, pois o pai, Richard Burke (1700-1761), era membro da Igreja da Irlanda (anglicano), e a mãe, Mary (1702-1770), era católica. O casal teve quinze filhos¹⁰³, porém somente quatro sobreviveram: Garrett (1725-1765) e Richard (1733-1794), que como Edmund foram criados na religião anglicana, e Juliana (1728-1790), que foi criada como “na antiga fé cristã”, foi por toda a vida uma fervorosa católica.¹⁰⁴ Essa diferenciação de criação religiosa era um costume da época, quando os filhos homens eram direcionados para a fé do pai e as filhas eram criadas seguindo a fé professada pela mãe.¹⁰⁵

Ter sua origem marcada pela dupla religiosidade em casa por vezes lhe trouxe problemas na vida política, chegando a ter sido suspeito de ser um papista ou mesmo um jesuíta disfarçado, fama que lhe foi lançada pelo 1º Duque de Newcastle, Thomas Pelham-Holles (1693-1768), membro do partido *whig*.

¹⁰² KIRK, R. *Edmund Burke: Redescobrimo um gênio*, 2016, p. 107-127

¹⁰³ COWIE, L. W. *Edmund Burke: 1729-1797, a Bibliography*, 1994, p. 5

¹⁰⁴ KIRK, R. Op. cit., 2016, p. 132

Entretanto, por questões de possuir uma saúde frágil, se viu afastado dos pais, indo morar com os avós maternos no Condado de Cork, entre as idades de seis a onze anos.

Burke sempre privou por manter sua vida familiar sempre obscura, muito embora tenha se tornado um homem público, mesmo em suas conhecidas correspondências poucas vezes abria detalhes de sua vida. Para aqueles estudiosos que se dedicam a escrever sua biografia, sempre é destacada suas diferentes e muitas facetas: o Burke, homem; o Burke, líder de partido; o Burke, filósofo. Todavia, é o Burke, homem público que se impõe, já que foi nesse aspecto que ele pôde demonstrar o poder do intelecto e foi através de suas atuações e colocações políticas que alcançou as maiores honrarias de seu tempo, ao ponto de sua vida privada ser considerada desinteressante, mesmo tendo vivido de modo exemplar. Daí a dificuldade de se ter informações de como viveu sua vida, além da política e das ações parlamentares.

Burke sempre se empenhou em aliviar as dificuldades pelas quais a Irlanda natal passava, isso desde muito novo; quando ainda na universidade propôs um imposto especial sobre as rendas dos proprietários que residiam em locais afastados de suas terras. Ele aprendeu desde cedo a amar a antiga Irlanda rural, já que fora criado pelos avós, Edmund Nagle e Catherine Fitzgerald Nagle, na propriedade que tinham em Ballyduff, próximo de Castletown Roche, no Condado de Cork.

O pequeno Edmund foi para a escola no Manonimy Castle, uma pequena fortaleza em péssimo estado de conservação que ficava na propriedade da família Nagle¹⁰⁶; as aulas eram dadas pelo professor O'Halloran, mestre-escola de classe inferior, que lhe propiciou a leitura clássica e medieval, tornando os romances medievais uma obsessão, eram a sua paixão.

Retornou por breve período à casa dos pais em Dublin, mas essa ficava numa região que sofria vez por outra com efeitos de inundações do Rio Liffey, o que a tornava insalubre para o menino de saúde frágil. Assim, em 1741, foi enviado à escola *quacker* de Ballitore, no condado de Kildare, juntamente com os irmãos Garrett e Richard¹⁰⁷. É o primeiro passo para a construção do pensamento e da carreira política de Edmund Burke.

¹⁰⁵ COWIE, L. W. Op. cit., 1994, p. 5

¹⁰⁶ COWIE, L. W. Op. cit., 1994, p. 5

¹⁰⁷ Idem, 1994, p. 5

2.1. A formação do intelectual Edmund Burke

Todo homem que direciona sua vida profissional para atuar em prol da sociedade, especialmente, passando boa parte do seu tempo dedicado a buscar o quê crê que seja justo para a sociedade onde vive, teve uma formação que propiciou esse conteúdo intelectual.

Já se iniciando pelo fato de ser um irlandês que construiu uma carreira parlamentar na Inglaterra, dividida por questões religiosas, Burke nasceu num lar constituído por pais que professavam religiões diferentes, dando-lhe uma educação diversificada, para dizer o mínimo.

O começo formal se deu quando foi matriculado na escola *quacker* de Ballitore, dirigida por um mestre admirável, Abraham Shackleton (1697-1771), cujo filho, Richard Shackleton (1726-1792), tornou-se seu amigo mais dileto, mantendo a amizade por muitos anos. Burke sempre foi simpático aos membros da *Sociedade de Amigos* (Religious Society of Friends), nome pelo qual os *quackers* são conhecidos como comunidade. Posteriormente, já atuando como político, Burke defendeu a causa dos Dissidentes (*Dissenters*), mas somente até o advento da Revolução Francesa, quando se indispôs com um dos representantes dos Dissidentes Racionais, Richard Price, pastor e líder do grupo, que fez um sermão em defesa dos revolucionários franceses.

E aí cabe um questionamento quanto a essa escolha, uma vez que Burke não pertencia ao mesmo grupo religioso, motivando novas pesquisas paralelas:

a) *Quackers*:

Grupo religioso cujas origens foram objeto da análise de Christopher Hill no livro, *O Mundo de Ponta-Cabeça*, no seu capítulo 10, intitulado “Ranters e Quackers”¹⁰⁸, pode-se ver que essa denominação referia-se a vários grupos religiosos de origem comum no movimento protestante britânico do século XVII. Também eram chamados de *Sociedade Religiosa dos Amigos* ou simplesmente de *Sociedade dos Amigos* ou mesmo somente de *Amigos*.

¹⁰⁸ HILL, C. *O Mundo de Ponta-Cabeça: Ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*, 1987, p. 228-251

Tinham por característica a defesa do pacifismo e da simplicidade, rejeitando qualquer organização clerical, vivendo no recolhimento, na pureza moral e na prática ativa do pacifismo, da solidariedade e da filantropia.

Foi criado em 1652 pelo inglês George Fox, pretendendo ser um movimento de restauração da fé cristã original após séculos de apostasia. A denominação de *Sociedade dos Amigos* começou a ser usada já no século XVII ao reagir contra o que considerava ser abusos adotados pela Igreja Anglicana. O nome *quacker* (em inglês corresponde a “tremedores”) foi uma forma de ridicularizar os membros da sociedade, que depois passaram a usar a denominação como até hoje são conhecidos.

As ações de Fox eram adotadas ao interromper os serviços religiosos dos anglicanos e lançar acusações, isso para proclamar a doutrina do espírito interior, já bastante difundida à época. Fox chegou a ser preso em 1654 sob a suspeita de conspirar contra o governo, porém foi protegido por Cromwell. Depois a divulgação das ideias era feita por panfletos, como num texto de 1659 que era de denúncia vigorosa, num momento de extrema crise política na Inglaterra, quando os radicais ainda acreditavam que teriam sucesso no seu movimento. Depois a divulgação das ideias era feita por panfletos, como num texto de 1659 que era de denúncia vigorosa, num momento de extrema crise política na Inglaterra, quando os radicais ainda acreditavam que teriam sucesso no seu movimento.

Os *quackers* também eram chamados de “vadios de cabeça redonda”, que derivava do termo *Roundhead* (cabeça redonda) usado para identificar os radicais políticos. Também os membros do clero passaram a ser atacados pelos *quackers*, quanto às custas, ao dízimos e ao caráter consagrado dos edifícios eclesiásticos.

Atitudes pelas quais os *quackers* eram acusados pelos conservadores de se rebelar contra os costumes eram que eles se recusavam a tirar o chapéu perante superiores ou a tratá-los usando a segunda pessoa do plural (you), uma vez que negar a honra do chapéu era um gesto de protesto social praticado popularmente desde muito tempo. Todavia, esse gesto de protesto social reaparece durante a Revolução Francesa, quando o chapéu é um sinal de libertação, motivo pelo qual os membros do Terceiro Estado mantinham-se cobertos mesmo na presença do rei.¹⁰⁹

¹⁰⁹ Idem, 1987, p. 241-242

Parte dos membros emigrou para os Estados Unidos após forte perseguição por parte do rei inglês Carlos II. Em 1681, sob a liderança de William Penn, criaram a colônia da Pensilvânia. Um quacker se notabilizou no movimento de independência dos Estados Unidos foi também amigo e depois oponente de Burke, Thomas Paine.

b) *Ballitore:*

Vila do Condado de Kildare, conhecida justamente por sua ligação histórica com os *quackers*, pois, em 1685, dois deles, John Barcroft e Abel Strettel estavam viajando a cavalo de Dublin a Cork, quando decidiram parar para descansar no topo de uma colina próxima à fronteira entre Kildare e Wicklow, próximo às margens do Rio Griese.

Foi assim que eles decidiram fazer daquele vale o lugar para se estabelecerem com suas famílias, começando a cultivar a terra, plantar árvores. Esse assentamento tornou-se a vila de Ballitore, que foi a primeira vila *quacker* tanto na Inglaterra quanto na Irlanda, e em toda a Europa.¹¹⁰

A escola *quacker* de Bellitore foi fundada em 1726 e atendia aos *quackers* de muitas partes da Irlanda, bem como as crianças locais, protestantes e católicas.

Edmund Burke permaneceu dedicado ao seu antigo mestre, Abraham Shackleton, a quem chamava de "plantador de eras futuras".

A escola *Quaker*, cujas atividades foram encerradas no século XIX, teve seu prédio demolido somente em agosto de 2013 para dar lugar a uma expansão das instalações da empresa de alimentos Glanbia. Essa decisão causou grande alvoroço na cidade, vez que muitos habitantes argumentaram o valor histórico do prédio para a cidade por ter sido o local onde tantas crianças de tantas origens e lugares haviam estudado. Até 2011, o local havia sido preservado pelas autoridades, mas depois disso foi revisto, levando a sua demolição.¹¹¹

c) *Abraham Shackleton:*

Nascido em Bingley, Yorkshire no ano de 1697 numa família *quacker*, que só aprendeu latim aos 20 anos de idade, posteriormente, aprendeu grego e

¹¹⁰ Disponível em: www.thebandordhaughtons.co.uk/page_ballitorequakervillage.htm (consulta em 30/08/2017)

matemática, embora nunca tenha se graduado numa universidade. Acabou por se tornar professor ao trabalhar numa escola em Yorkshire, casando-se com Margaret Wilkinson, parente de outro professor.

Foi para a Irlanda como tutor particular de duas famílias *quackers*, proprietários de terras em Carlow e, por sugestão de seus empregadores, resolveu abrir sua própria escola em Ballitore. Esta começou a funcionar em 1º de março de 1726, contando com trinta e oito alunos, não só vindos da Irlanda, mas de lugares distantes como a Noruega e até da Jamaica. A influência da diversidade de culturas em Ballitore deve ter contribuído significativamente para o meio educacional muito mais amplo em evidência na escola, um meio que contrastou fortemente com o ambiente de aprendizagem bastante reduzido fornecido pelos internatos provinciais.¹¹²

Manteve-se como diretor da escola até 1756, sendo que, durante esses trinta anos, educando quatrocentos meninos da Inglaterra, Escócia, ou descendentes de franceses e trinta e quatro originários da Irlanda, sendo que desses o mais famoso foi Edmund Burke. A partir da aposentadoria de Abraham Shackleton, a direção da escola foi passada para seu filho Richard, até que, em 1779, esse renunciou ao cargo em favor de seu filho, Abraham. Em 1806, quem assume a direção é o genro do fundador, James White. Todos sempre deram destaque aos estudos clássicos.

Ao entrar na escola em 1741, Burke teve suas habilidades reconhecidas por Shackleton e eles continuaram amigos por toda a vida. Em 1769, ao comparecer a reunião anual da Sociedade de Amigos em Londres teve a oportunidade de visitar Burke em sua residência em Beaconsfiel.

Shackleton morreu em 24 de junho de 1771, sendo sepultado em Ballitore, deixando o filho Richard e a filha Elizabeth. Burke dizia que “ele era realmente um homem de singular piedade, retidão e virtude, e ele tinha, juntamente com essas qualidades, uma natural elegância, boa natureza e uma simplicidade não afetada que o coração pode dar”.¹¹³

Foi quando residia em Ballitore que Burke viu surgir sua aversão ao poder arbitrário, como também o seu princípio de que a mesma justiça deve resguardar o duque e o camponês.

¹¹¹ Disponível em: www.thejournal.ie/old-quaker-school-kildare-glanbia-1050067-Aug2013/ (consulta em 23/09/2017)

¹¹² BRANNIGAN, C. *Ballitore Quaker School and its unique curriculum, 1726-1836*, 1985, p. 305

¹¹³ Disponível em: [https://en.wikisource.org/wiki/Shackleton,_Abraham_\(DNB00\)&olid=4990279](https://en.wikisource.org/wiki/Shackleton,_Abraham_(DNB00)&olid=4990279) (consulta em 30/08/2017)

O evento envolvia um homem pobre que foi obrigado a derrubar sua modesta moradia porque o inspetor de estrada afirmara que a construção estava perto da via pública. Burke, ainda jovem, se indignou com o ocorrido, uma injustiça cometida contra o indefeso homem a partir de uma atitude tirânica injustificada. Burke incitou os companheiros de escola a juntar-se a ele para reconstruir o casebre. O incidente foi relatado em 1862 com a publicação dos escritos de Mary Leadbeater, filha de Richard Shackleton.¹¹⁴

Shackleton dizia que seu pessoal era bem qualificado, não necessariamente todos eram os *quackers*, mas escolhidos por ele mesmo por suas qualificações, ensinando aos meninos os clássicos (grego, latim) e história, matemática e geografia, literatura inglesa e arte escrita e composição. Enquanto as escolas provinciais *quackers* ensinavam com um currículo limitado, dispensando seus alunos ao atingirem a idade de 14 anos, a escola de Ballitore preparava seus alunos para a carreira profissional (contador, estenógrafo, etc.) e muitos dos alunos *não-quackers* para entrarem na Universidade, como aconteceu com o próprio Burke.¹¹⁵

Após dois anos estudando nessa escola *quacker*, Burke havia recebido uma sólida formação em Humanidades, inclusive, adquirindo a admiração por Virgílio, que muito sutilmente perpassa toda a sua visão de ordem social, comprovando que a escola tinha sido uma boa escola para prepará-lo para sua vida política.

Em outubro de 1786, por ocasião de sua última visita à Irlanda, Edmund Burke pôde incluir uma passagem à Ballitore, indo até a sua antiga escola, naquele momento já tendo por diretor o neto do seu admirado professor Abraham Shackleton. Sentira saudades das árvores que foram cortadas desde o seu tempo, procurou pelos antigos amigos. A Irlanda nunca mais o veria e nem ele a Irlanda.

Curiosamente, um ano após o falecimento de Burke, em 1798, Ballitore se tornou o campo de batalha de uma insurreição irlandesa, quando a população foi saqueada, incendiada, sofrendo atrocidades cometidas por ambos os lados. Essa insurreição durou vários meses colocando irlandeses contra ingleses. Os Irlandeses Unidos, grupo que organizou a rebelião, tinha ideais republicanos inspirados pelas Revoluções Americana e Francesa.

¹¹⁴ KIRK, R. Op. cit., 2016, p. 146

¹¹⁵ BRANNIGAN, C. Op. cit., 1985, p. 304

Em grande parte devido à influência desse internato dos meninos famosos, Ballitore tornou-se conhecida, no final do século XVIII e início do século XIX, como a "Atenas da Irlanda". A escola foi a mais importante e, de longe, a mais bem sucedida das escolas irlandesas *quackers* do século XVIII.

O passo seguinte foi dado, em 1744, quando o jovem Edmund é transferido para o Trinity College, em Dublin, quando a habilidade de Abraham Shackleton como excelente professor dos clássicos se traduziu nos resultados obtidos por seu aluno mais famoso e bem-sucedido. Burke para ser admitido foi examinado por um professor sênior e lhe foi cobrado conhecimentos das obras de Horácio, Virgílio e Homero.

Posteriormente, o próprio Edmund Burke, em uma carta dirigida ao amigo Richard Shackleton, que substituíra o pai na direção expressou toda sua gratidão:

Eu não posso expressar, nem tenho a habilidade de fazê-lo, o quanto eu sou agradecido a seu pai pelas extraordinárias dores e cuidados que ele tomou comigo, de modo a merecer o elogio do meu tutor, e tudo o que posso fazer é para comportar-me para não trazer escândalo para ele ou sua escola.¹¹⁶

O Trinity College (*The College of the Holy and Undivided Trinity of Queen Elizabeth near Dublin*) está estabelecido em Dublin desde 1592, sendo a única faculdade constituinte da Universidade de Dublin, a mais antiga da Irlanda, com quem forma a instituição educacional de maior prestígio no país. A Universidade foi fundada pela rainha Elizabeth I da Inglaterra onde antes fora um antigo mosteiro agostiniano, ficando no College Green, uma praça da capital irlandesa, no lado oposto à antiga sede do Parlamento.

Sua fundação foi parte importante na consolidação do poder da monarquia Tudor na Irlanda e foi vista por muitos como a universidade de ascendência protestante durante sua história. Embora os católicos e os dissidentes tenham sido autorizados a entrar em 1793, contando com a mesma oportunidade concedida pelas Universidades de Cambridge e Oxford. Contudo, certas restrições sobre a adesão à faculdade permaneceram até 1837, como bolsas de estudo, que eram reservadas somente para os protestantes.¹¹⁷

¹¹⁶ Idem, 1985, p. 307

¹¹⁷ Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Trinity_College,_Dublin (consultado em 30/08/2017) e <https://www.tcd.ie/about/history/> (consultado em 23/09/2017)

Dentre os mais conhecidos alunos do Trinity College estão o escritor e autor de *As viagens de Gulliver*, Jonathan Swift; o romancista e autor de *Drácula*, Bram Stoker; o escritor e dramaturgo, autor de *O Retrato de Dorian Grey*, Oscar Wilde; o físico Ernest Walton (prêmio Nobel de Física de 1951); o dramaturgo Samuel Beckett (prêmio Nobel de Literatura de 1969); a ativista pacifista Mairead Maguire (prêmio Nobel da Paz de 1976) e o bioquímico William Campbell (prêmio Nobel de Medicina de 2015).

Edmund Burke, ao entrar para o Trinity College, foi agraciado com uma bolsa de estudos para o curso de Estudos Clássicos, fundando, posteriormente, uma sociedade de debates e publicando uma revista, a *Reformer* (Reformador), para a qual se manteve escrevendo no período de janeiro e abril de 1748, inclusive atuando como editor da mesma publicação. Continuou seus estudos em disciplinas humanísticas, incluindo aí o interesse precoce pela Teologia. Seus autores favoritos eram William Shakespeare, Edmund Spenser, John Milton, Edmund Waller e Edward Young; dentre os antigos e clássicos, Virgílio, Cícero, Salústio, Homero, Juvenal, Luciano, Xenofonte e Epiteto.

No entanto, há quem diga que, como Samuel Johnson, ele leu de tudo que pôde enquanto esteve no Trinity College, demonstrando muito interesse por diversas áreas do conhecimento, como matemática, lógica, história e poesia.

Apesar de tudo isso, Burke expressou em uma de suas cartas dirigidas ao amigo Richard Shackleton que receava que a sociedade ilustrada e complacente do século XVIII não conseguisse durar muito, por estarem passando por tempos decadentes, onde todas essas ideias pudesse se tornar uma ilusão. Temia que a ignorância voltasse a rondar mais uma vez, trazendo a obscuridade, citando a obra de Alexander Pope (1688-1744), *The Dunciad*, que continha críticas mordazes à inaniidade e estupidez da sociedade de sua época.¹¹⁸

Foi aos dezenove anos, ainda estudante em Trinity College, que Burke escreveu o primeiro esboço de sua obra *Philosophical Enquiry into the Origins of Our Ideas of the Sublime and Beautiful* (Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas ideias do Sublime e do Belo), que, contudo, só foi publicada em 1757. Foi sua contribuição para a teoria estética. Como se vê, ao contrário dos outros jovens de sua

¹¹⁸ KIRK, R. Op. cit, 2016, p. 147

idade que preferiam se voltar para a poesia lírica, Burke, por aversão à abstração e da paixão pelos poetas, preferiu seguir pela análise teórica.

Em 1748, Burke conclui o curso e obtém o grau de *Bachelor of Arts*, sendo que anos após fez o seguinte registro de seus tempos de estudante no *The Annual Register*: “Aquele que vive no *college*, após ter a mente suficientemente abarrotada de conhecimento, é como um homem que, tendo construído, aparelhado e provido de víveres um navio, o encerrasse em uma doca seca.”

Parece que com esse pensamento, Burke decidia-se pela vida de homem de letras e dos negócios públicos, abandonando a ideia de se tornar membro do corpo docente da universidade, como poderia se supor que viesse a acontecer dada a sua dedicação aos estudos e por ter continuado a viver no Trinity College por alguns meses após a graduação.

De acordo com a decisão do pai, Richard Burke, o jovem Edmund decide se estabelecer em Londres onde chega em 1750 com a objetivo de se tornar um *barrister* (classe superior dos dois tipos de advogados do sistema inglês, ao qual é reservada a defesa nas Reais Cortes Superiores de Justiça e vetado o contato com os clientes).

Burke estudou, então, Direito na *Honorable Society of the Middle Temple*, que é uma das quatro associações profissionais de *barristers* com sede em Londres, as chamadas *Inns of Court*, responsáveis até 1852 pela educação legal e pelo treinamento desse tipo de advogados. Entretanto, as *Inns of Court* deixavam a desejar, porque os estudos faziam pouca referência à doutrina do Direito, se atendo somente a noções restritas. Isso fez com que o jovem estudante, aos poucos, se afastasse de Middle Temple, mesmo já tendo lido muito Direito e considerar que a ideia de justiça dominava seus pensamentos. Decide, então, seguir a profissão das letras.¹¹⁹

Em 1752, conhece seu futuro editor Robert Dodsley. Em 1756, Burke publica anonimamente o livro *A Vindication of Natural Society* (Uma Vindicação da Sociedade Natural).

Além de ter sido um ativista político, não se pode esquecer que ele foi um ensaísta destacado pela obra *Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas ideias do Sublime e do Belo*, cuja primeira edição ocorreu em abril de 1757, que se tornou um dos mais importantes tratados de seu tempo nesse campo da estética, sendo

¹¹⁹ Idem, 2016, p. 149-150

reconhecida sua influência sobre o conceito kantiano do sublime. Os fundamentos dessa obra teriam sido formulados após ter comprado um exemplar do tratado de Longino *Sobre o sublime*, amadurecendo a ideia por dez anos.¹²⁰

O ano de 1757 é marcante para Burke por se casar em março com Jane Mary Nugent, com quem permanece casado até seu falecimento. A decisão de se casar também foi definitiva para que buscasse um meio de vida mais estável, já que vivera por alguns anos do ofício de escritor-fantasma para políticos *whigs*. Voltou-se para a atividade das letras, tornando-se um escritor de temas variados, ao ponto de ser considerado como o principal arquiteto do sistema político moderno, embora não como líder partidário, mas por ser um atento observador dos movimentos políticos de sua época, por vezes, até parecia ter o poder de adivinhar o futuro que certos movimentos tomariam.

Publica o livro *An Account of the European Settlements in America* (Um Relato das Colônias Europeias na América) e inicia a escrita de duas obras sobre a História da Inglaterra que só foram publicadas em 1811.

Nasce em 09 de fevereiro de 1758 seu filho único Richard Burke.

Se seus pensamentos expõem contradições, isso tem origem nas diversas circunstâncias que nortearam suas emoções, mesmo desprezando alguns ícones do Iluminismo como Rousseau e Voltaire, que qualificava como audaciosos experimentadores da nova moral e que seriam confusos decadentes, Burke teve outros pensadores que muito o influenciaram.

Como já mencionado anteriormente, Burke não foi o que se considera um teórico político, pois sempre se mostrou desconfiado da doutrina abstrata e do dogma teórico. Seus textos eram meras expressões de seu pensamento, defesas de suas ideias. Provavelmente, ao escrever seus textos ou discursos, nunca pensou que pudesse vê-las em discussão por tantos anos.

Até mesmo sua principal obra, *Reflexões sobre a Revolução na França*, foi a mais pura expressão da sua crença de que a Revolução Francesa foi um marco representativo de ignorância e brutalidade, que teve seu momento mais grave após a publicação de sua obra, quando foi implantado o regime de opressão na fase do

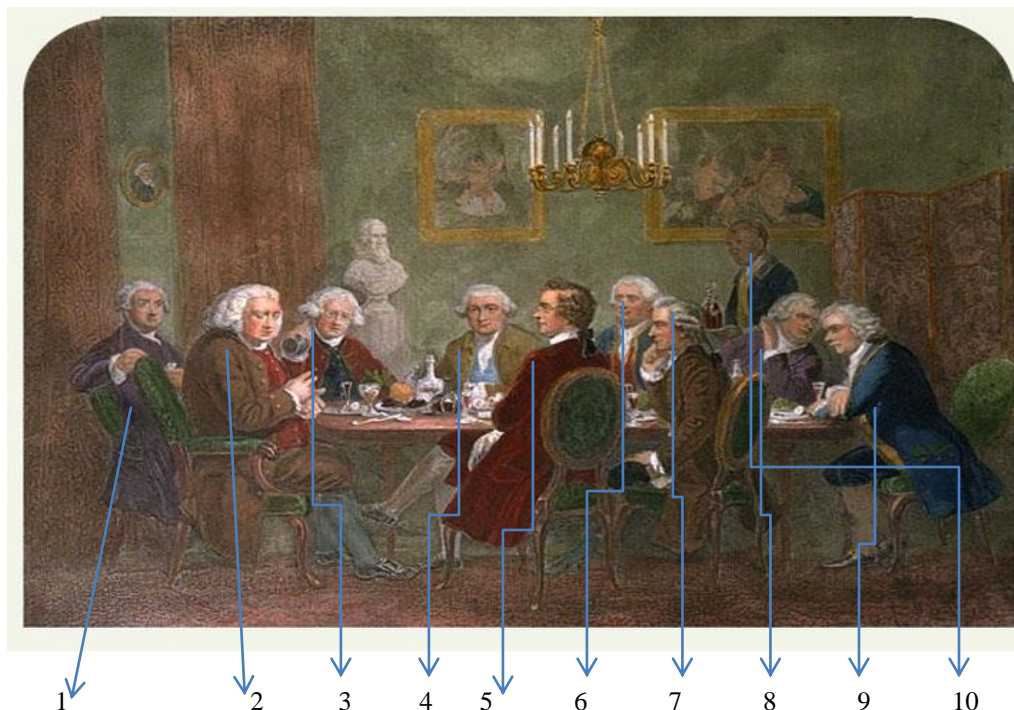
¹²⁰ BURKE, 2013, p. 15-16

Terror, quando até homens bons foram mortos sem aparente motivação, apenas por discordarem dos rumos que o movimento havia tomado.

2.2. A participação no The Club

Em fevereiro de 1764, Edmund Burke se junta ao Dr. Samuel Johnson e ao Sir Joshua Reynolds para fundar *The Club*, um grupo literário de debates que se reunia semanalmente, congregando, outras importantes personalidades da época, como David Garrick, Oliver Goldsmith, Adam Smith, Edward Gibbon, James Boswell e Charles James Fox. *The Club* se tornara um espaço de sociabilidade onde esses homens, que se tornaram expoentes em suas áreas de atuação, se valiam para discutir temas relevantes tanto para o pensamento político, econômico e artístico de seu tempo.

A gravura abaixo retrata uma das reuniões feitas na casa de Sir Joshua Reynolds, representando os membros iniciais:



- 1 – James Boswell (1740-1795): biógrafo;
- 2- Samuel Johnson (1709-1784): poeta, ensaísta, moralista, biógrafo, crítico literário e lexicógrafo;
- 3 – Sir Joshua Reynolds (1723-1792): pintor retratista;

- 4 – David Garrick (1717-1779): ator, dramaturgo, produtor teatral;
 5 – **Edmund Burke**
 6 – Pasquale Paoli (1725-1807): patriota corso, que liderou levantes populares em oposição à dominação genovesa e francesa na ilha de Córsega;
 7 – Charles Burney (1726-1814): compositor, cravista, organista e historiador de música;
 8 – Thomas Warton (1728-1790): poeta, crítico e historiador literário;
 9 – Oliver Goldsmith (1728-1774): dramaturgo, poeta, assistente de botica;
 10 – Francis Barber (1742-1801): mordomo jamaicano de Samuel Johnson.

Esta gravura foi feita, em 1851, por James William Edmund Doyle (1822-1892), antiquário e ilustrador inglês, que vem a ser tio do popular escritor Arthur Conan Doyle, autor das histórias do detetive *Sherlock Holmes*. Ainda um jovem artista, Doyle abandonou a profissão e devotou seu tempo aos estudos históricos, passando a ilustrar ele mesmo seus trabalhos de pesquisa em História, como *A Chronicle of England, B.C. 55 – A.D. 1485*, publicado em Londres no ano de 1864.¹²¹

Quem eram esses homens retratados nessa gravura? A que se dedicavam em seus afazeres diários? Qual a importância de cada um deles nas possíveis discussões ocorridas no *The Club*? Saber um pouco de cada um deles pode ajudar a compreender a formação do pensamento de Burke, suas ideias e a forma como ele as expunha.

James Boswell (1740-1795), escocês nascido em Edimburgo, que ficou conhecido por ter escrito a biografia de um de seus contemporâneos, o literato inglês Samuel Johnson, trabalho esse que ficou registrado como sendo a primeira grande biografia escrita em língua inglesa. Estudou no curso de artes da Universidade de Edimburgo entre os anos de 1753 a 1758; depois continuou seus estudos na Universidade de Glasgow, onde frequentou as aulas e palestras de Adam Smith. Foi nesse período da vida que se converteu ao Catolicismo, chegando a pensar em se tornar um monge. Em 1762, foi aprovado no teste oral do curso de Direito e no ano seguinte, já morando em Londres, passou a escrever para o *London Journal*, quando encontrou pela primeira vez com Samuel Johnson, ficando amigos imediatamente.¹²²

Passou um tempo viajando pela Europa, atravessando diversos países, sendo que, durante esse período de dois anos, ele conheceu Jean Jacques Rousseau,

¹²¹ Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/James_William_Edmund_Doyle (consultado em 30/08/2017)

¹²² Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/James-Boswell> (consultado em 30/08/2017)

Voltaire e numa viagem à Córsega conheceu Pasquale Paoli. Suas anotações de viagem foram publicadas em dois livros: *Boswell in Holland e Boswell on the Great Tour*. Chegou a apoiar o movimento corso contra a França, enviando armas e dinheiro aos revoltosos.

Somente em 1766 Boswell conclui o curso de Direito e se torna advogado, atuando por dez anos, sem deixar de, ao menos um mês a cada ano, se encontrar com Samuel Johnson e com o grupo de literatos a que pertenciam. Johnson faleceu em 1784 e a biografia escrita por Boswell foi publicada em 1791.

Em 1787, atuou de forma a persuadir William Wilberforce a liderar o movimento de abolição da escravidão no Parlamento, mas logo depois veio a ser um inimigo da causa, chegando a apoiar a escravidão através do seu poema *No Abolition of Slavery, or the Universal Empire of Love*. Publicado em 1791.¹²³

Boswell levou uma vida intensa, às voltas com mulheres (mesmo após o casamento com a prima Margareth Montgomery em 1769), jogo, bebida, que deterioraram sua saúde, falecendo em 1795 após ter vivido a vida intensamente, mesmo tendo períodos depressivos.

Samuel Johnson (1709-1784), escritor e pensador inglês, mais conhecido por suas contribuições à língua inglesa como poeta, ensaísta, moralista, biógrafo, crítico literário e lexicógrafo, que foi um devoto anglicano comprometido com o partido Tory.

Filho de livreiro, sempre demonstrou grande inteligência, que na Lichfield Grammar School foi um excelente aluno de latim. Mesmo apresentando desde a infância tiques nervosos que, após sua morte, foram identificados como indicativos de que ele era portador da Síndrome de Tourette, ele foi um excelente aluno e aos dezesseis anos passou a trabalhar como tutor por seus conhecimentos dos clássicos e começou ainda na juventude a escrever poemas e traduzir versos.¹²⁴

Infelizmente, pelas dificuldades financeiras da família, teve que abandonar os estudos em Oxford e passou a trabalhar como preceptor e tradutor.

¹²³ Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/James_Boswell (consultado em 30/08/2017)

¹²⁴ Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Samuel_Johnson (consultado em 30/08/2017)

Chegou a fundar uma escola, mas o negócio fracassou. Em 1737 vai para Londres onde passa a atuar como crítico e jornalista. Em 1755 publica o *Dicionário* da língua inglesa, que lhe deu o reconhecimento pelo rei George III com o pagamento mensal de uma pensão anual de £300, a partir de 1762, o que lhe propiciou uma modesta e confortável independência pelos seus vinte e dois anos restantes de vida, após já ter sido até preso por dívidas.

Esse benefício lhe foi conseguido pelo Conde de Bute, a quem Johnson questionou se a pensão o forçaria a promover uma agenda política ou a apoiar vários políticos, ele foi informado por Bute que a pensão não é dada por qualquer coisa que se faça, mas pelo que se fez, é um reconhecimento pelos serviços prestados à nação.

Em 1765 apresentou uma edição comentada das obras de Shakespeare e, entre os anos de 1779 e 1783, publicou sua obra-prima no campo da crítica literária que se tornou um dos textos fundamentais da estética do neoclassicismo inglês: *Vidas dos mais eminentes poetas ingleses*, composta em quatro volumes.

Johnson, que na juventude tendeu a ser um opositor do governo, publicou na década de 1770 uma série de panfletos em favor de várias políticas governamentais: *The False Alarm*, um panfleto político atacando John Wilkes, em 1770; *Thoughts on the Late Transactions Respecting Falkland's Islands*, contra a guerra com a Espanha, em 1771; *The Patriot*, uma crítica sobre o que ele via como um falso patriotismo, em 1774, que no ano de 1775 levou o autor a proferir a famosa frase: "*Patriotism is the last refuge of a scoundrel*" ("O patriotismo é o último refúgio do canalha"); *Taxation No Tyranny*, o último panfleto publicado em 1775, onde defendia os Atos Coercivos e foi uma resposta às Declarações de Direitos do Primeiro Congresso Continental da América, ao protestar contra a tributação sem representação.

Nesse último panfleto Johnson argumentou que, ao emigrar para a América, o colono voluntariamente abriu mão de poder de votar diretamente, mas ainda tinha direito a um tipo de representação à distância no Parlamento. Johnson denunciou os partidários ingleses dos separatistas americanos como traidores para este país e esperava que o assunto fosse resolvido sem derramamento de sangue.

A saúde de Johnson, tanto física quanto mental e psicológica, foi se deteriorando aos poucos. Faleceu em 1784, tendo sido sepultado na Abadia de Westminster.

Sir Joshua Reynolds (1723-1792), pintor retratista inglês, tornou-se um dos principais retratistas do século XVIII por sua técnica e habilidade que influenciaram as gerações futuras. Seu estilo era identificado pelas cores em fortes pinceladas e por ter como modelos mulheres e crianças. Foi o primeiro presidente da Academia Real Inglesa de Artes, em 1768, sempre se preocupando em divulgar a arte através de seus trabalhos.¹²⁵

Era o terceiro filho do Reverendo Samuel Reynolds, diretor do Plympton Free Grammar School em Plymouth. A pintura entrou na sua vida ainda jovem, aos 12 anos e em 1740 saiu de Plymouth, sua cidade natal, para estudar em Londres com o retratista Thomas Hudson. Em 1749, parte em viagem pelo Mediterrâneo, passando por Lisboa, Cádiz, Argélia e Minorca, indo a seguir em direção à Livorno e Roma na Itália, onde fica por dois anos e acabou adoecendo com uma forte gripe, que causou surdez. Mesmo assim, continuou sua viagem, passando por Florença, Bolonha, Veneza e seguindo para Paris, retornando à Londres em 1752.

Reynolds trabalhava muito em seu estúdio e raramente descansava, apenas sendo gregário com seus amigos intelectuais, Samuel Johnson, Oliver Goldsmith, Edmund Burke, Giuseppe Baretti, Henry Thrale, David Garrick e Angelica Kauffman. E foi a amizade com alguns desses intelectuais da época que o levou a fundar *The Club* em 1764. É importante ressaltar que Burke e Reynolds se tornaram os principais teóricos britânicos da Estética do período, mesmo que Burke tenha feito apenas um único livro sobre o assunto, a já mencionada “Uma Investigação Filosófica sobre a Origem de Nossas Ideias do Sublime e do Belo”.

É nomeado cavaleiro pelo rei George III em 1769 e torna-se o pintor do rei em 1784, substituindo Allan Ramsay. Em 1789, Reynolds perde a visão do olho esquerdo, o que o força a se retirar e em 1791 recebe a homenagem de James Boswell, quando esse lhe dedica seu livro sobre a vida de Samuel Johnson.¹²⁶

¹²⁵ Disponível em: https://www.artble.com/artists/joshua_reynolds (consultado em 30/08/2017)

¹²⁶ Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Joshua_Reynolds (consultado em 30/08/2017)

Em novembro de 1791, Reynolds, sentindo não ter mais forças para fazer um testamento, escreve um texto no qual registra suas últimas vontades, deixando como executores: Edmund Burke, Edmond Malone e Phillip Metcalfe. Falece em fevereiro de 1792 em sua casa em Londres, tendo a companhia de Edmund Burke, que nas horas seguintes escreveu um elogio ao amigo Reynolds, no qual destacou os seus atributos como pessoa e artista e sua importância para seu tempo e seu país. Reynolds está sepultado na Catedral de St. Paul.

David Garrick (1717-1779) foi ator, dramaturgo, gerente e produtor teatral inglês, de grande influência no mundo cênico do século XVIII, foi pupilo e amigo de Samuel Johnson. Começou no teatro amador no papel principal na peça *Ricardo III*, de Shakespeare. Críticos eram quase unânimes em dizer que Garrick não era um bom autor teatral, mas seu trabalho em adaptar as obras de Shakespeare para seus contemporâneos era notável, como também de peças antigas, recuperadas depois de tempos esquecidas, como as da época da Restauração.¹²⁷

Garrick pertencia a uma família com raízes huguenotes franceses da região de Languedoc, no sudeste da França; seu avô, David Garric, era de Bordeaux, que após a revogação do Edito de Nantes, em 1685, fugiu para Londres junto com o filho Peter. Ao chegar à Inglaterra alterou seu nome para Garrick.¹²⁸

Durante sua carreira artística participou de várias companhias teatrais, apresentando-se pelo império britânico. Foi um grande admirador da obra de Shakespeare, dedicando-se a promover diversos eventos para homenagear o *bardo* e encenando suas obras. Garrick foi gerente do Teatro Real, Drury Lane, até sua aposentadoria em 1776, falecendo três anos depois em sua casa em Londres. Foi o primeiro ator a ter a honra de ser sepultado na Abadia de Westminster.

Pasquale Paoli (1725-1807), patriota corso que liderou os levantes populares em oposição à dominação genovesa e depois francesa da ilha de Córsega. Foi um dos homens mais influentes de seu tempo, inspirando com a sua constituição democrática da Córsega e com a afirmação do direito à autodeterminação dos povos, o movimento de independência americano. É um dos poucos estrangeiros honrados com o direito de ser sepultado na Abadia de Westminster.

¹²⁷ Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/David_Garrick (consultado em 30/08/2017)

Como seu pai participou dos primeiros levantes corsos contra os genoveses, Paoli se exilou aos 14 anos de idade com o seu pai na cidade de Nápoles, na Itália, onde recebeu o essencial da sua formação, tornando-se um conhecedor dos clássicos e fluência nas línguas italiana, francesa e inglesa. Interessou-se pela leitura dos escritos de filósofos políticos e pelas novas ideias revolucionárias da França, como Rousseau, Voltaire e Montesquieu.

Aos dezesseis anos se alista no exército napolitano, frequentando a Academia Real de Artilharia para buscar a carreira de oficial, sem nunca se afastar das leituras políticas. Em 1755, participa do movimento corso contra os genoveses para proclamar o Reino da Córsega, mas que era organizado com uma estrutura política de república. É Paoli quem organiza a aprovação da constituição do novo país, sob influência das leituras de Montesquieu, tornando-se o primeiro documento legal que introduzia a separação dos poderes e o verdadeiro voto universal, pois incluía as mulheres e estrangeiros residentes. A Córsega se torna o primeiro Estado democrático europeu do Século das Luzes, suscitando a admiração expressa de Rousseau e Voltaire.¹²⁹

Paoli é nomeado chefe do executivo, governando segundo a orientação liberal, mas se comportando como um *déspota esclarecido*. Logo, instalou a imprensa na ilha, em 1758, com o primeiro periódico intitulado *Ragguagli dell'isola di Corsica* (Notícias da Ilha da Córsega) sendo o jornal oficial. Em 1764, funda a primeira Universidade, que foi fechada em 1769, quando a ilha fica sob o domínio francês.

Paoli era adepto do fisiocratismo, introduzindo na ilha a produção de batatas em 1766 e funda um porto fortificado e faz cunhar moeda com a efígie da nação corsa em 1762.

A experiência democrática corsa atrai a atenção da intelectualidade progressista europeia e o interesse das colônias inglesas na América do Norte. É Rousseau que aconselha James Boswell a visitar a Córsega para descrever sobre a nova experiência governativa. Apesar de manter um relacionamento amigável com o governo francês, a Córsega vê sua situação mudar, quando é assinado o Tratado de Versalhes de 1768, quando Gênova cede à França a soberania sobre a Córsega como

¹²⁸ Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/David-Garrick> (consultado em 30/08/2017)

garantia das suas dívidas. Essa “venda” faz com que Paoli proclame um levante contra a França em maio de 1768.

Em maio de 1769, Paoli é derrotado e é obrigado a render-se à França. Perseguido, teve que procurar o exílio, partindo para Londres em junho de 1769, sendo aclamado como herói em todos os países que passa, na Itália, Áustria, Países Baixos e na chegada à Grã-Bretanha, onde é recebido com todas as honras, ao ponto de lhe ser concedida uma residência e uma generosa pensão. Graças à amizade com Boswell, logo Paoli se integra à vida social em Londres, sendo admitido por Sir Joshua Reynolds no *The Club* e na Royal Society of Finest Art. Em 1778, é iniciado na Maçonaria por Sir John Pringle, médico pessoal da rainha.

Após a Revolução Francesa, Paoli vai à Paris, em abril de 1790, sendo apresentado ao rei Luís XVI pelo Marquês de La Fayette, sendo recebido com honras dedicadas a um estadista. A delegação corsa é recebida na Assembleia Constituinte, tendo Paoli como seu maior representante, ao ponto de fazer uma intervenção e ser longamente aplaudido, quando propõe a integração corsa na França.

Em setembro de 1790, Paoli retorna à Córsega, sendo recebido como herói e nomeado para os cargos de presidente do diretório departamental da Córsega e comandante da Guarda Nacional. Ao passar do tempo, o entusiasmo inicial se esvai, já que a sonhada liberdade não chega realmente à ilha mesmo com a integração em França. Iniciam movimentos contrarrevolucionários na ilha.

Com a ascensão do jacobinismo em setembro de 1792 na França, começa a rápida erosão da autonomia corsa, fazendo com que, em 1793, Paoli procure o apoio inglês para obter a secessão da ilha. Em julho de 1793, o governo republicano francês declara Paoli como proscrito e inimigo. Mesmo procurando apoio britânico, Paoli vê dificuldades em libertar a ilha do poderio francês, o que só ocorre em 1794, quando são convocadas eleições, sendo proclamada a separação da Córsega em relação à França, o que estabeleceu o Reino Anglo-Corso, com nova Constituição aprovada e criando o cargo de vice-rei, que Paoli esperava ocupar. Para os ingleses, a ilha se tornou um protetorado e designam como vice-rei Sir Gilbert Elliot.¹³⁰

¹²⁹ Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Pasquale-Paoli> (consultado em 30/08/2017)

¹³⁰ Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Pasquale_Paoli (consultado em 30/08/2017)

Desapontado, isolado e acusado por Elliot de entravar o governo e de conspirar, Paoli se vê obrigado a se exilar novamente em Londres, não mais retornando à Córsega. Sua carreira política estava acabada. Em 1796, Napoleão comandando as tropas francesas, expulsa os ingleses da ilha e se prepara para governar a França.

Paoli dedica seus anos finais a ser um observador da vida política, como nunca se casou, cuida dos sobrinhos e leva uma vida pacata até seu falecimento em fevereiro de 1807, sendo sepultado no cemitério de Saint Pancras, em Londres. Somente em 1889 seu corpo é trasladado para a capela da família na ilha de Córsega e na Abadia de Westminster há um monumento fúnebre em sua homenagem, cujo epitáfio recorda Paoli como estadista e precursor do direito dos povos.

Charles Burney (1726-1814) foi compositor, cravista, organista inglês que se dedicou a ser também historiador da música da Inglaterra. Estudou com Edmund Burke, James Burney e Thomas Arne. Começou sua educação formal na Shrewsbury School em 1737 e mais tarde, em 1739, foi para The King's School em Chester, onde seu pai vivia e trabalhava, à época. Seu primeiro professor de música foi o Sr. Baker, que era organista da catedral. Quando, aos 15 anos, retornou para sua cidade natal Shrewsbury deu continuidade aos seus estudos de música por três anos, junto com seu meio-irmão, James Burney, que já era organista na igreja de St. Mary, e depois foi enviado à Londres para ser pupilo de Thomas Arne por três anos.¹³¹

Em 1749 foi indicado organista da Igreja de São Dionísio e atuou como cravista nos *Neus Concerts*. Em 1751, por questões de saúde, muda-se para Norfolk, onde assumiu o órgão da igreja local, vivendo lá por nove anos, quando se dedicou a escrever sobre a história da música. Voltou a Londres em 1760, quando publicou várias obras musicais, com destaque para concertos para cravo que eram muito admirados. Recebeu o grau de doutor em música pela Universidade de Oxford em 1769. Viajou pela Europa para fazer pesquisas teóricas, conhecendo a França e Itália, o que o levou a publicar *The Present State of Music in France and Italy* (1771), muito elogiado por Samuel Johnson.¹³²

¹³¹ Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Charles_Burney (consultado em 30/08/2017)

¹³² Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Charles-Burney> (consultado em 30/08/2017)

Burney teve um retrato pintado por Sir Joshua Reynolds em 1781 para a biblioteca de Henry Thrale. Ele tinha um amplo círculo de conhecimentos entre os ilustres artistas e homens literários de sua época. Ao mesmo tempo, ele pensou em escrever uma vida de seu amigo Samuel Johnson, mas desistiu da ideia quando viu que havia uma multidão de biógrafos que se precipitaram a se dedicar a essa tarefa.

Novas viagens a outros países o incentivaram a escrever novas obras históricas dedicadas à música ou à teoria musical. Em 1773 é eleito membro da Royal Society; em 1783 é indicado para ser organista do Hospital Chelsea, cargo que ocupou até sua morte, e, em 1810, é indicado como membro correspondente do Institute de France.

Thomas Warton (1728-1790) foi historiador literário, crítico e poeta inglês. Era filho do poeta e Reverendo Thomas Warton, o *velho*, e irmão mais novo de Joseph Warton, também crítico literário.¹³³ Estudou no Trinity College e se graduou em Oxford em 1747, onde foi selecionado como Poeta Laureado nos anos de 1747 e 1748. Foi admitido como professor de poesia na universidade em 1757, posto que ocupou por dez anos. Em 1771, tornou-se reitor da Kiddington em Oxfordshire, permanecendo até sua morte. Foi amigo e rival de Samuel Johnson.

Entretanto, ficou conhecido pela obra em três volumes da *History of English Poetry* (1774-81), que abordava a poesia inglesa entre os séculos XI e XVI. Mesmo apresentando falhas e sendo criticada por isso, foi considerada a mais importante obra histórica sobre o tema.

Como poeta, Warton estava mais inclinado a versos, odas e sonetos leves e famosos, que ajudaram a reviver a forma, que havia ficado fora de moda, sendo que ele é mais lembrado por seu interesse no primitivismo, que era uma etapa importante para o romantismo. Seu mais famoso poema é *The Pleasures of Melancholy* (1747), escrito de forma anônima dois anos antes de sua publicação, quando Warton ainda era um adolescente de 17 anos.¹³⁴

¹³³ Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Thomas-Warton-the-Younger> (consultado em 30/08/2017)

¹³⁴ Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Thomas_Warton (consultado em 30/08/2017)

Oliver Goldsmith (1728-1774) nasceu na Irlanda, foi romancista, dramaturgo e poeta que ficou conhecido por sua novela *The Vicar of Wakefield* (1766), seu poema pastoral *The Deserted Village* (1770), e suas peças *The Good-Natur'd Man* (1768) e *She Stoops to Conquer* (1771). Seu pai foi curador anglicano da paróquia de Forghney e seu avô foi clérigo e diretor da Escola Diocesana de Elphin, onde Oliver estudou.

Em 1744 Goldsmith foi para o Trinity College, em Dublin, mas ao negligenciar seus estudos em teologia e direito, seu rendimento foi caindo, ao ponto de, em 1747, ser expulso do Trinity College. Isso se deu devido ao fato de ter participado, juntamente com outros quatro estudantes, de uma revolta que atacou a prisão de Marshalsea.¹³⁵

Somente em 1749 se graduou como Bacharel em Artes, mas sem a distinção disciplinar que poderia ter. Apesar disso, era conhecido por seu gosto por roupas finas, de jogar cartas, de cantar músicas irlandesas e de tocar flauta.

Por um curto período de tempo viveu em companhia de mãe, quando tentou se aventurar em várias profissões sem sucesso, inclusive, tendo estudado medicina na Universidade de Edimburgo de 1752 a 1755, sem maior interesse. Acabou por perambular pelas regiões de Flandres, França, Suíça e do norte da Itália, vivendo por sua conta, e se valendo de sua flauta, um verdadeiro andarilho.

Em 1756, foi viver em Londres, onde ocupou vários cargos, mas esteve permanentemente em dívida por ser viciado em jogos de azar. Goldsmith acabou por produzir textos para as editoras de Londres, mas seus poucos trabalhos permitiram que entrasse em contato com Samuel Johnson, o que lhe deu a chance de se tornar membro fundador do *The Club*. Lá, através do colega Edmund Burke, conheceu Sir George Savile, que mais tarde lhe conseguiria um emprego na Thornill Grammar School.

A combinação de sua obra literária e seu estilo de vida dissoluto fizeram com que fosse conhecido como um "idiota inspirado", inclusive, pelo fato de durante um tempo ter se valido do uso do pseudônimo "James Willington" para publicar, em

¹³⁵ Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Oliver-Goldsmith-Anglo-Irish-author> (consultado em 30/08/2017)

1758, a tradução da autobiografia do huguenote Jean Mareilhe, cabendo destacar que o nome escolhido pertencia a um dos seus colegas no Trinity College.¹³⁶

Sua morte prematura em 1774 pode ter sido em parte devido ao diagnóstico errado de uma infecção renal. Goldsmith foi enterrado no interior da Temple Church, igreja construída pelos antigos Templários no século XII em Londres. Há um monumento a ele no centro de Ballymahon, na Irlanda, e também há na Abadia de Westminster um epitáfio escrito por Samuel Johnson.

Interessante observar que a gravura feita por James William Edmund Doyle tenha registrado a presença de **Francis Barber** (1724/3-1801), o mordomo jamaicano de Samuel Johnson. Tal detalhe fez com que se pesquisasse sobre quem fora esse homem, escravo comprado por Johnson em 1752 e que lhe foi fiel até sua morte, tendo sido, inclusive, declarado por esse como seu herdeiro, a quem deveria ser entregue a quantia de £ 70 por ano por curadores.

Francis Barber nasceu escravo na Jamaica numa plantação de cana de açúcar com o nome original de Quashey. Com a idade de 15 anos foi levado para a Inglaterra pelo Coronel Richard Bathurst, cujo filho de mesmo nome era amigo chegado de Samuel Johnson. Barber foi mandado para a escola em Yorkshire.

Johnson ficou bastante deprimido quando sua esposa morreu em 1752, o que fez com que os Bathurst cedessem Barber para ser seu valete duas semanas após o falecimento da Elizabeth Johnson. Embora à época a questão legal da escravidão na Inglaterra se mantivesse de forma ambígua, quando o Coronel Bathurst morreu dois anos depois, ele deu a Barber sua liberdade em seu testamento, acrescida de um pequeno legado de £ 12. Cabendo ressaltar que o próprio Johnson era um defensor da abolição da escravidão, quer fosse na Inglaterra ou nas colônias americanas.

Estando livre, Barber foi trabalhar como boticário em Cheapside, mantendo sempre contato com Johnson. Também foi marinheiro, servindo a bordo de vários navios da Marinha britânica, mas voltou para Londres em 1760 para ser o criado de Johnson. Nos últimos anos de vida de Johnson, ele atuou como assistente dele na revisão de seu famoso *Dicionário* e de outras obras. Barber também foi uma

¹³⁶ Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Oliver_Goldsmith (consultado em 30/08/2017)

fonte importante para Boswell sobre a vida de Johnson nos anos anteriores ao início da amizade entre Boswell e Johnson.

Barber é frequentemente mencionado na biografia de Johnson escrita por Boswell e em outras fontes contemporâneas. É lembrado que no momento de expressar sua vontade em testamento, Johnson teria perguntado a Sir John Hawkins, mais tarde seu primeiro biógrafo, o que ele deveria deixar para Barber. Sir John teria feito referência ao fato de que, normalmente, um nobre daria 50 libras por ano a um empregado mais dedicado; entretanto, Johnson decidiu-se pela quantia de £ 70.

Sir Hawkins desaprovou essa decisão, e, depois da morte de Johnson, criticou publicamente a generosidade em favor de um negro. As notícias sobre o legado foram amplamente divulgadas pela imprensa londrina. Johnson, de fato, deixou a quantia de £ 750 em poder de seu amigo Bennet Langton, da qual ele deveria pagar uma anuidade ao empregado e amigo Barber.

No testamento de Johnson ficou expresso seu desejo de que Barber se mudasse de Londres para Lichfield, em Staffordshire, cidade natal de Johnson, onde foi residir em companhia de sua família. Barber abriu uma loja de roupas e mais tarde uma pequena escola de aldeia nas proximidades de Burntwood.

Barber também recebeu por legado livros e papéis de Johnson, além de um relógio de ouro. Todavia, o dinheiro de sua herança não durou e Barber vendeu sua loja, como também as recordações de Johnson para pagar suas dívidas. Ele morreu em Stafford em 13 de janeiro de 1801 devido a uma operação mal sucedida num hospital em Staffordshire.

Como se vê, foram homens que tiveram vidas muito semelhantes à de Edmund Burke, o que os aproximava seja por suas origens, crenças religiosas, ou ideias políticas ou filosóficas. Todos construíram carreiras destacadas em suas áreas e se tornaram exemplos de homens esclarecidos quanto ao tempo em que viviam.

Com relação ao *The Club*, os encontros, no início, ocorreram uma vez por semana na *the Turk's Head Tavern* (Taverna Cabeça de Turco), limitado a uma dúzia seleta de “bons companheiros”: literatos, políticos, condes e barões, a qualquer tempo.

Embora o lema do *The Club* tenha sido “*Let it be perpetual*” (Deixa que seja perpétuo), ele deixou de existir no século XX. Uma história do *Club* foi publicada pela primeira vez em 1914, mas para celebrar os duzentos e cinquenta anos do *Club* ocorrido em 2014, uma editora de livros raros, *Henry Sotheran’s*, ofereceu para a venda um livro chamado *New Annals of The Club*, formado por ensaios de David Cannadine, Peter Hennessy e Charles Saumarez Smith, com 142 páginas, contendo 41 ilustrações coloridas. O preço está em £100 (cem libras, o equivalente a R\$ 422,00).¹³⁷

Na taverna, estabelecida à Gerrard Street, Soho, em Londres, onde foi fundado *The Club* as reuniões aconteciam uma vez por semana, às 19 horas; posteriormente, os encontros foram reduzidos a uma vez a cada quinze dias, enquanto o Parlamento estava em sessão, e foram realizadas em salas na St. James Street. Embora a ideia de fundar esse clube literário tenha sido de Joshua Reynolds, é nome de Samuel Johnson que está mais intimamente associado ao Clube.

O lema do Clube (“*Esto perpetua*”, em latim, “Deixe-o ser perpétuo”, traduzido para o português) tem por origem a última declaração moribunda de Paolo Sarpi (1552-1623), o teólogo veneziano e filósofo e especialista em direito canônico que proferiu essas palavras para a República veneziana, cuja independência ele devotamente adotou.

A introdução da frase foi provavelmente através de Sir Joshua Reynolds, que foi para a Itália por sua formação superior em arte e pintura renascença com os mestres italianos contemporâneos.

Além dos fundadores, são membros de primeira hora o próprio Burke, Oliver Goldsmith, John Hawkins, Topham Beaclerk, Antony Chamier, Bennet Langton e Christopher Nugent. A seguir, a adesão foi apenas por eleições unânimes. Os membros existentes apresentariam uma bola negra se um candidato não fosse apreciado.

Logo após o estabelecimento dos nove originais, Samuel Dyer tornou-se o primeiro membro eleito. John Hawkins deixou de ser membro em 1768, sofrendo

¹³⁷ Disponível em: www.finebooksmagazine.com/fine_books_blog/2014/12/dr-johnsons-dining-club.phtml (consultado em 30/08/2017)

ostracismo por seu abuso verbal contra Burke. A adesão foi então aumentada para 12; os novos assentos foram preenchidos pelo advogado Robert Chambers, e os escritores Thomas Percy e George Colman. Uma adesão aos 12 foi considerada ideal para manter uma exclusividade qualitativa. Do objetivo de Johnson, Percy afirmou:

Pretendia-se que o Clube consistisse em tais homens, pois, se apenas dois deles se encontrassem, eles poderiam se entreter sem querer que mais uma companhia passasse a noite de forma agradável.

O membro Charles Burney, admitido mais tarde, escreveu que Johnson queria um grupo "composto pelos representantes de todas as profissões liberais e literárias" e "que fosse alguém para encaminhar as nossas dúvidas e discussões, que por cuja ciência podemos ser esclarecidos".¹³⁸

O Clube cresceu para 16 membros em 1773, e depois para 21 no final de 1775. Em seguida foram aceitos como novos membros: David Garrick, Adam Smith (economista e filósofo), Sir William Jones (filólogo), George Steevens (comentarista de Shakespeare), James Boswell (periodista, autor), Charles James Fox (Membro do Parlamento, Casa dos Comuns, *whig*), George Fordyce (médico / químico), James Caulfeild, 1º conde de Charlemont, Agmondesham Vesey (irlandês, Membro do Parlamento, representante do condado de Kildare), Sir Thomas Charles Bunbury, Edward Gibbon (autor, historiador) e Thomas Barnard (bispo da Igreja Anglicana).

Quando em 1783 o proprietário da taverna morreu e a propriedade foi vendida, *The Club* mudou para Sachville Street. Em 1791, a associação passou a incluir outros membros: Bispo Thomas Percy, Joseph Banks, Joseph Warton, Lord Spencer, Lord Palmerston.

Quanto aos membros que compõem o Club ao final do século XIX, destacam-se: John Tyndall, Sir Frederic Leighton e Lord Houghton, Henry Reeve, Lord Macaulay, Thomas Huxley, Lord Acton, Lord Dufferin, W. H. E. Lecky e o primeiro-ministro Lord Salisbury.

Já para o século XX é importante mencionar que Winston Churchill e F. E. Smith desejaram juntar-se ao The Club, mas foram considerados controversos demais. Em resposta, em 1911, eles fundaram The Other Club, que continua a manter-

se como uma sociedade de jantar política. Enquanto isso, o Clube é conhecido por ter sobrevivido pelo menos até 1969.¹³⁹

Em texto publicado na revista *Standpoint*, Mark Fisher (1968-2017), “Inside the Club”, é lembrado o papel desse clube criado por Joshua Reynolds e Samuel Johnson, começando com a frase pela qual Reynolds descreve a dívida que tinha com Johnson: "Pode ser dito ter formado a minha mente, e tirou dela uma grande quantidade de lixo".¹⁴⁰

Uma das proposições de Fisher ressalta que a Revolução Francesa expôs falhas no The Club: Boswell se opôs, Fox foi a favor e, até o final do século XVIII, este espaço ocupado por alguns representantes do pensamento Iluminista (Adam Smith também era um membro, embora não popular) tornou-se gradualmente mais político e mais ligado à estrutura da sociedade, elegendo aristocratas como o irlandês Lord Charlemont, membro da Sociedade de Dilettanti e amigo de Robert Adam e David Hume. The Club foi um bom exemplo de um lugar de convivência onde se reuniam homens voltados à cultura e ao conhecimento, que permaneceu ativo por muito mais tempo que aqueles que o fundaram imaginariam, chegava a confirmar a crença de que Montaigne tinha razão em considerar a conversa "o exercício mais fecundo e mais natural de nossas mentes".¹⁴¹

Cabe ainda mencionar que além de participar do *The Club*, Edmund Burke também participou dos círculos *Blue Stocking Society* com Elisabeth Montagu (1718-1800), que incentivava a participação de mulheres em atividades intelectuais no século XVIII. Sem esquecer sua constante troca de correspondência com Hume e Adam Smith.¹⁴²

2.3. A atuação política de Burke

Burke havia se tornado um célebre homem de letras, inclusive, tendo recebido elogios por parte de James Mackintosh, seu outrora adversário, que, ao compará-lo a William Shakespeare declarou que “suas obras continham o mais vasto

¹³⁸ Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/The_Club_\(dining_club\)](https://en.wikipedia.org/wiki/The_Club_(dining_club)) (consultado em 30/08/2017)

¹³⁹ Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/The_Club_\(dining_club\)](https://en.wikipedia.org/wiki/The_Club_(dining_club)) (consultado em 30/08/2017)

¹⁴⁰ FISHER, M. *Inside the Club* (in) *Standpoint*, March, 2015

¹⁴¹ Idem, *Standpoint*, March, 2015

¹⁴² GARCÍA-HERNANDEZ, J.R. *Edmund Burke: la solución liberal reformista para la Revolución francesa*, 2016, p. 31

suprimento de sabedoria política e moral passível de encontrar-se em qualquer outra obra que fosse”. Outro dos seus críticos, William Hazlitt, que em muito divergia de Burke, também observou que “se há autores de prosa mais grandiosos que Burke, ou estão fora do curso de meus estudos ou além de meu raio de compreensão”. Por fim, é importante lembrar o que foi dito por William Lecky: “Haverá tempo em que já não serão lidos. Nunca haverá tempo em que os homens não fiquem mais sábios por lê-los”.¹⁴³ Tornou-se um homem admirado tanto por amigos quanto por adversários, que reconheciam nele um talento para trabalhar as palavras e pensamentos que ficaram muito mais conhecidos através dos discursos que proferiu no Parlamento durante sua carreira política.

Ainda como amante das letras, em 1758, escreveu para Robert Dodsley uma história da Inglaterra até o final do reino de João Sem-Terra (*An Essay Towards an Abridgment of the English History In Three Books*), sendo que só parte dela foi publicada e outro tanto nem chegou a ser escrito. Diante desse trabalho, mesmo incompleto, vê-se o quanto a História tem significado para Burke, sempre se tornando presente em seus discursos e escritos de maior importância. Uma questão que ele defendia referia-se ao fato de que a apreensão do passado permite se conjecturar sobre o futuro, mas a crença de Burke quanto à história estava ligada à ação da Providência Divina, seguindo de acordo com os caminhos traçados por Deus. Essa preocupação fica mais evidente justamente no escrito das suas *Reflexões sobre a Revolução na França*.¹⁴⁴

Como as atividades políticas foram aos poucos ocupando o tempo de Burke, foi obrigado a se afastar do *The Annual Register*, onde se dedicou a parte editorial, sendo repassadas as suas atividades a alguns de seus amigos.

A primeira tentativa para conjugar a atividade literária com a política ocorreu quando, em 1759, Burke se esforçou em vão, valendo-se do prestígio de alguns amigos, a persuadir William Pitt, o Velho, a indicá-lo para cônsul britânico em Madri.¹⁴⁵

Ainda em 1759, Edmund Burke foi apresentado por James Caulfeild, 1º Conde de Charlemont, a William Gerard Hamilton, na época um político em ascensão de grandes posses e interesses literários. Hamilton precisava de assistência para

¹⁴³ KIRK, 2016, p. 159-160

¹⁴⁴ Idem, 2016, p. 163

¹⁴⁵ Ibidem, 2016, p. 166

escrever seus discursos e Burke, pelo seu talento, seria o mais indicado, embora tal ajuda fosse intercalada com sua própria atividade literária, nos invernos e verões.

Em 1761, Burke assume o cargo de secretário particular de William Gerard Hamilton e passa os invernos em Dublin, acompanhando o patrão (1761/62 e 1762/63). Pode-se considerar que o ano de 1761 seja o do início de sua carreira política, pois Burke intimamente familiarizado com os assuntos irlandeses e com sua história, tendo por isso um papel importante no Parlamento Irlandês.

A decisão de Burke a se dedicar a essa vida política teve como objetivo poder trabalhar de forma a buscar a melhoria das condições dos irlandeses, além de que essa atividade lhe trouxe melhores condições financeiras do que ele conseguia somente com a sua atividade literária.

No mesmo ano, Burke passa a escrever um tratado contra as “leis papistas” que oprimiam os católicos irlandeses, que constituíam a grande maioria da população da Irlanda, sem esquecer suas próprias origens (mãe e irmã católicas), ele via que essa parte da população havia sido privada de direitos civis a partir da subida ao trono britânico da dinastia Hanover. As leis penais que atingiam os católicos da Irlanda faziam com que esses não estivessem a salvo da aplicação, mesmo que rara das leis, além de não terem garantia da posse de suas terras e tampouco podiam exercer cargos públicos. Não esquecendo que a Irlanda era eminentemente rural, pobre, superpovoada e mal cultivada.¹⁴⁶ Edmundo Burke se dedicou ao trabalho no texto desse tratado até 1765, só que o mesmo fica incompleto, sendo somente publicado em 1839 como *Fragmentos de um Panfleto Relativo às Leis contra o Papado na Irlanda*.

Mesmo com todo o interesse de Burke e a boa vontade de William G. Hamilton em defender a reforma irlandesa amistosa com os católicos, não tinham condições de vencer os interesses protestantes no Parlamento irlandês. Hamilton, como Secretário-Geral da Irlanda, conseguiu nomear funcionários públicos e obteve das autoridades irlandesas uma pensão de trezentas libras para Burke, como forma de recompensá-lo pelos serviços políticos prestados em vez de lhe pagar um salário. Em 1764, Hamilton é substituído do cargo por Hugh Percy, 1º Duque de Northumberland,

¹⁴⁶ KIRK, 2016, p. 167

levando à demissão de Burke que retornou à Londres e, a partir de então, nunca mais pode exercer influência direta na Irlanda; entretanto, permaneceu lutando todos os anos no Parlamento britânico por justiça para os irlandeses, em particular, para os irlandeses católicos. Burke era visto por muitos como um homem que, primeiro, via as coisas e os homens para depois buscar princípios gerais que pudessem ser aplicáveis às situações.¹⁴⁷

Com seu retorno à Londres, Burke se afastou de William G. Hamilton, embora este esperasse contar com os seus serviços em virtude de ter sido o responsável pela concessão da pensão irlandesa à Burke. Ao perceber isso, Burke renunciou ao benefício, embora pudesse mantê-lo mesmo estando separado de seu patrono político. A mera citação por parte de Hamilton de que Burke deveria abandonar definitivamente suas atividades literárias, que não lhe garantia uma condição financeira estável, fez com que Edmund Burke optasse por continuar sendo um autor, além de se sentir mais tranquilo por não ter mais que tratar de preocupações de Estado, sentia-se livre.¹⁴⁸

Quem acabou ficando com a vaga de Burke de conselheiro de William G. Hamilton, foi o amigo Samuel Johnson, que aparentemente não conseguia viver sem essas ligações políticas. Já por outras motivações (chamado ao dever público), Burke se vira arrastado para a política faccionária, a qual não abandonou até os *whigs* serem dilacerados pela Revolução Francesa, pois era um homem de consciência e que tinha experiência nos interesses públicos.

Burke opta por uma das facções *whigs*, uma vez que os *tories* praticamente haviam deixado de existir como um partido coerente, já não oferecendo oportunidade a quem quisesse trabalhar pelo bem comum ou buscava uma chance de ser nomeado a um cargo público. Foi o amigo William Burke quem o apresentou a Ralph Verney, 2º Conde de Verney, que era membro do grupo *whig* liderado pelo Marquês de Rockingham.

Esse grupo era visto como formado por reformadores moderados, cujas ideias políticas se assemelhavam às de Burke. O outro grupo *whigs* era formado por políticos ligados a John Russell, 4º Duque de Bedford, que eram conhecidos pela fama de corruptos, sem princípios e excêntricos, o que afetava a intenção de Burke para seu retorno às atividades políticas. Desde que a dinastia Hanover assumira o

¹⁴⁷ Idem, 2016, p. 168-169

trono inglês (mais interessados em seus territórios alemães do que nas questões inglesas), os reis pouco interferiam nas ações dos nobres (de maioria *tory*) e dos políticos *whigs*. Os *whigs* estavam governando pela corrupção do Parlamento e do eleitorado.¹⁴⁹

Todavia, dentro do partido *whig* ainda havia muitos homens que lutavam pela liberdade e pelos direitos privados, tinham coragem e energia para agir nesse sentido. Encontrando oposição por parte do rei George III, que vez por outra se aliava a um ou a outro grupo, mesmo a contragosto, a pior oposição vinha dos homens letrados e eruditos, como o Visconde de Bolingbroke, Jonathan Swift, Alexander Pope, Samuel Johnson e antes deles, de John Locke.

Nesse grupo mais consciente dos *whigs* se destaca a figura do Marquês de Rockingham, que ao mesmo tempo era do grupo de oposição aos “amigos do rei” que apoiavam o rei George III e aos inescrupulosos *whigs* liderados pelo Duque de Bedford.

Em julho de 1765, Burke passa a ser secretário de Lord Rockingham, antes deste se tornar primeiro-ministro; conseguira adquirir uma reputação considerável com Rockingham, podendo dar ordens e coerências às ideias; era uma boa companhia e também sua habilidade com as falas e escrita que indicavam ser detentor de um raciocínio rápido, além de ser extremamente confiável.

Era o homem indicado para ajudar Rockingham a assumir o governo e lá se manter por um bom tempo, mas o efeito para Burke dessa nova ligação a um ambicioso político foi se ver condenado a uma carreira parlamentar, pois precisava do salário do cargo para se manter e a sua família. Mesmo recebendo outras ofertas tentadoras de outras facções, Burke, como era de sua personalidade, permaneceu leal às amizades políticas adquiridas em 1765.

Quando Rockingham foi convidado para formar o novo governo em substituição ao grupo formado por Bedford, os “amigos do rei” e *tories*, Burke se torna seu secretário particular e se vê no centro do poder pela primeira vez. Só que esse novo posto lhe trouxe problemas, uma vez que não lhe pagavam salário algum e com isso se viu obrigado a se valer de empréstimos junto a Rockingham (valores que só lhe foram perdoados com a morte desse).

¹⁴⁸ Ibidem, 2016, p. 170

¹⁴⁹ KIRK, 2016, p. 171 e 172

O pouco que recebia, não compensava o trabalho que executava, uma vez que era feito mediante a utilização de uma pequena compensação financeira através do *Secret Service Fund* (fundo que servia para pagar por espionagem e propaganda política no estrangeiro, era uma “verba secreta” que servia para fazer pagamentos a membros não assalariados do ministério).

Burke assumira também o controle dos correligionários para comparecer às sessões do parlamento, era o homem de ideias do governo. Seu destino parecia ter se definido Lorde Verney o apoia para concorrer a uma vaga como representante do município de Wendover, onde o nobre tinha total influência.¹⁵⁰

Assim, em dezembro de 1765, é eleito para a Câmara dos Comuns representando o município de Wendover. Eleito, começa a proferir discursos que o tornam conhecido por suas posições economicamente liberais e politicamente conservadoras, fazendo em janeiro de 1766 seu primeiro discurso sobre uma petição de Manchester em repúdio ao *Stamp Act* (Lei do Selo) de Lord Greenville, que veio a ser revogada em março, quando foi aprovado o Ato Declaratório, que determina o direito do Parlamento de impor suas leis às colônias britânicas na América do Norte e aos seus habitantes.

Vê-se que nesse primeiro período a principal ocupação de Burke no Parlamento se ateve a cuidar da crise nas colônias norte-americanas, embora suas ações conciliatórias não tivessem obtido o êxito esperado, fez surgir um novo Burke, um filósofo em ação, um estadista, que ainda jovem, aos trinta e seis anos, estava preparado para adotar uma ação política fundamentada num pensamento filosófico, que se valeria da imprensa política para brigar pelas ideias que acreditavam serem as melhores para o Império Britânico e seus diversos territórios.

Pelas defesas que fazia quanto aos colonos norte-americanos deixava a falsa impressão de que seria favorável à causa revolucionária. Entretanto, nunca foi a favor de nenhuma revolução, exceção feita à Revolução Gloriosa de 1688, que, em sua opinião, não seria uma revolução, mas um movimento que objetivava evitar uma revolução. Contudo, com relação aos colonos, Burke via com bons olhos as reclamações dos oponentes mais moderados, em especial, sobre as políticas coloniais rigorosas do rei George III. Revoluções e movimentos separatistas seriam grandes males, e sua posição era de fazer o possível para evitar que ocorressem.

¹⁵⁰ Idem, 2016, p. 176-177

As colônias norte-americanas haviam crescido e prosperado, sem a ajuda do rei e do Parlamento, estavam rumando em direção do autogoverno, sendo que poderia ter continuado a ter uma ligação livre com o Império Britânico, mas o rei George III e a maioria que o apoiava no Parlamento faziam de tudo para assegurar o direito de suserania absoluta sobre os americanos, súditos de ascendência europeia, a começar com a participação deles no pagamento da defesa militar do Império. Essa opção pela tributação das colônias foi um erro do rei e de seus ministros por ser inoportuna e enfrentou o orgulho dos colonos que exigiam ter os mesmos direitos de ingleses ou irlandeses.

O rei era teimoso e limitado, via-se como um patriota, defensor do bem comum ou do povo inglês contra a oligarquia *whig* que usurpara a autoridade real. Só que um rei como George III, por vezes tendo ações que indicavam um comportamento de um louco, ao morrer, foi alvo de muitas homenagens por parte de seu povo, por ser considerado um soberano de bom caráter e de bom coração, o primeiro verdadeiro inglês da Casa de Hanover, chegando a ser chamado de “Father of his People” (Pai do Povo). Pena ser favorável às ideias de um poder real absolutista, podendo agir como bem lhe aprouvesse.

Foi o terceiro mais longo reinado britânico (59 anos 3 meses 6 dias), só perdendo para a atual rainha, Elizabeth II, e para a rainha Vitória. George III já era um nativo inglês e fez questão de ressaltar tal fato no discurso proferido ao Parlamento quando de sua ascensão ao trono.

Disputas políticas no parlamento, conflitos militares contra a França (Guerra dos Sete Anos), além de movimentos revolucionários a partir das áreas colônias na América, e, ao final do século XVIII, ainda viu surgirem guerras contra a França revolucionária e napoleônica, só encerradas em 1815. Além disso, tratava-se de um rei com distúrbios mentais que o afastaram várias vezes do poder, de forma definitiva a partir de 1810, sendo substituído pelo filho regente, que para os colonos representou um tirano, a ponto de com suas decisões incrementar o desejo de independência americana.

A vida política de Burke se deu durante o reinado de George III (1760-1820) e muitas vezes teve que se posicionar contra as decisões do seu monarca, como ocorreu quando defendeu os colonos americanos dos excessos fiscais determinados pelo rei. George III era visto como favorecendo ministros *tories*, o que o levou a ser denunciado por *whigs* como um autocrata.

Burke bateu-se com o rei e com a maioria dos ministros por trinta anos, defendendo a posição que as políticas adotadas por George III ao diminuir as liberdades norte-americanas eram tão arbitrárias quanto às do rei James II. Contudo, sua posição não incluía ações radicais, como as adotadas pelos revolucionários franceses. Burke manteve-se sempre leal à instituição da Coroa, ao ponto de reconhecer o direito da Coroa de governar a América do Norte, e, caso necessário, tributar, da mesma maneira que aos ingleses, aos escoceses e aos irlandeses, nem mais, nem menos.

A mudança na imagem do rei ocorreu em período posterior à morte de Burke, já no século XIX, atingindo o auge da popularidade em 1810, quando se afastou definitivamente por questões de saúde (dores de reumatismo, cego por uma catarata, depressão profunda pela morte da filha mais nova e favorita, a princesa Amélia), sendo considerado permanentemente insano no final do ano de 1811, vivendo em reclusão até a sua morte.

Ainda cabe destacar que os anos que se seguiram foram de trabalho árduo para Burke, se envolvendo também nos assuntos indianos, além de passar por dificuldades financeiras durante a maior parte desse período. Contudo, foi a época em que produziu três obras (duas delas discursos publicadas como panfletos) que figuram entre as suas melhores: *Speech on American Taxation* (Discurso sobre a Tributação Americana); *Speech on Moving Resolutions for Conciliation with the Colonies* (Discurso sobre as Deliberações Propostas para a Conciliação com as Colônias) e *Letter to the Sheriffs of Bristol* (Carta aos Delegados Eleitores de Bristol). Burke já havia se tornado o que seria até o fim de seus anos como membro do Parlamento: um líder de oposição.¹⁵¹

Em 1770, Burke publica *Thoughts on the Cause of the Present Discontents* (Reflexões sobre a Causa dos Atuais Descontentes) e por intermédio de eleição dos colonos no final do ano, em assembleia, Edmund Burke é mantido como agente para Nova York para o período de 1771 a 1774 em Londres.

Ressalte-se que essa indicação seria criticada como conflito de interesses, contudo, era comum aos membros da Câmara dos Comuns tornar-se, com o conhecimento de todos, agentes pagos (como os atuais lobistas) das colônias ou de outros grupos com interesses sérios na corte ou no Parlamento. A quantia que lhe seria

paga (quinhentas libras) seria muito bem vinda para as finanças enfraquecidas de Burke e nunca lhe fez alterar suas posições políticas. Se Burke representava Nova York, a colônia de Massachusetts tinha como agente o Dr. Benjamin Franklin.

Entre janeiro e fevereiro de 1773, Edmund Burke viaja para Paris, na França. Em abril de 1774, Burke pronuncia o citado “Discurso sobre a Tributação Americana”, cabendo ressaltar que em dezembro de 1773 tinha havido a Festa do Chá de Boston, protesto dos colonos americanos contra a Lei do Chá (*Tea Act*), que fora promulgado em maio de 1773, aumentando a tributação do produto nas colônias norte-americanas, com o monopólio do comércio para a Companhia das Índias Orientais. A aprovação do *Boston Port Act* (Lei do Porto de Boston) em março de 1774 por grande maioria em ambas as casas do Parlamento, foi uma retaliação ao protesto dos colonos e deixariam Boston economicamente sufocada. Somente Edmund Burke e William Dowdeswell protestaram com veemência.

Burke é novamente eleito para a Câmara dos Comuns, em novembro de 1774, desta vez representando Bristol. Manteve sempre posições que defendiam um mínimo de prudência e moderação rejeitando o culto ao progresso, tão característico do Iluminismo. Pode ser dito que Burke tinha um temperamento impetuoso pela forma como que arduamente defendia suas ideias, contudo, não se pode dizer que tenha escrito nenhum tratado sobre teoria política, pois seus pensamentos ficaram registrados somente em cartas, discursos, panfletos e obras de circunstância, sempre se utilizando de efusões líricas ou polêmicas, visando, na maioria das vezes, obter um resultado prático.

Após se eleger para a Câmara dos Comuns, em 1774, o seu primeiro discurso relevante foi o já citado *Speech on Moving Resolutions for Conciliation with the Colonies* (Discurso sobre as Deliberações Propostas para a Conciliação com as Colônias), tendo em vista que já havia movimentos de protestos contra as decisões do monarca com relação aos impostos cobrados das colônias americanas.

Em um de seus discursos Burke chega a dar uma definição do que seria um partido: seria um grupo de homens ligados por um interesse público que atuariam como um elo entre o rei e o Parlamento, de forma a apoiar e moderar as ações do governante. Nesse mesmo sentido diria que o parlamentar seria um representante dos

¹⁵¹ KIRK, op. cit., 2016, p. 189-190

interesses de uma comunidade e não um simples delegado de seus desejos particulares.

Logo a seguir, a situação se agrava e em abril de 1775 ocorrem as batalhas de Lexington e Concord, em Massachusetts, sendo o início da Guerra de Independência que se estenderia até setembro de 1783, sendo que, ainda no final de 1775, é realizada na Pensilvânia, na cidade de Filadélfia, a primeira sessão do Segundo Congresso Continental, que reunia os cinquenta e seis delegados que representavam as treze colônias da América do Norte. Em julho de 1776, esses delegados votam pela independência da Grã-Bretanha que foi confirmada, em 4 de julho, com a assinatura da Declaração de Independência dos Estados Unidos, originalmente composto pelas treze colônias.

Enquanto todo esse processo de independência e enfrentamento entre americanos e ingleses, Burke mantém-se na oposição ao rei, a grande maioria do Parlamento e a opinião pública dominante. Em 1777, publicou a citada obra *Letter to the Sheriffs of Bristol*, na qual defendeu a liberdade civil denunciando

a suspensão parcial dos mandados de habeas corpus pelo gabinete e denunciando publicamente uma guerra realizada e conduzida sem atenção à prudência, para o estadista sábio precede ao direito e ao poder.¹⁵²

Edmund Burke sempre se colocou na posição de um defensor da conciliação e da paz, mesmo não simpatizando com o recurso dos colonos a um suposto direito natural, como constava da Declaração de Independência de 1776. Para ele a liberdade civil é produto de uma experiência social, de acordos e de compromisso entre as partes envolvidas.

Mais uma vez, Burke expõe suas ideias ao escrever *Address to the King* (Discurso ao Rei), que não foi proferido em plenário, mas remetido por carta ao Marques de Rockingham, com vistas a que fosse levada ao rei uma proposta de solução para o problema dos Estados Unidos, mesmo que não fosse uma pessoa a quem o rei tivesse algum apreço. Ressalte-se que o Marques de Rockingham tinha grande influência política, uma vez que em 1782 viria a ocupar o cargo de primeiro ministro no segundo gabinete *whig* até sua morte em julho daquele mesmo ano, sendo substituído por William Petty, Conde de Shelburne.

¹⁵² Idem, 2016, p. 203

Em 1780, Burke perde a representatividade por Bristol, mas é eleito novamente para a Câmara dos Comuns através do pequeno município de Malton. Em fevereiro de 1782, as atenções políticas de Burke estão dirigidas à Companhia das Índias Ocidentais, quando redige o primeiro relatório que trata dos problemas que envolviam a administração de Warren Hastings em Bengala, mas, em junho de 1783, Burke apresenta o nono relatório sobre os erros no sistema de comércio adotado pelos britânicos na região de Bengala, havendo ainda mais um relatório sobre os usos inapropriados de recursos pela Companhia das Índias Ocidentais em novembro, o que levou Burke a dirigir-se à Câmara dos Comuns através do *Speech on Fox's East India Bill* (Discurso sobre o Projeto de Lei de Fox para a Índia Ocidental).

As ações de Burke se intensificam quando, em 1784, publica um protesto contra as interferências do rei George III na política britânica, que levou à queda do gabinete de coalizão Fox-North (Charles James Fox e Lord North) para favorecer a eleição do gabinete *tory* de William Pitt em substituição ao gabinete *whig* de William Henry Cavendish-Bentinck, Duque de Portland. Essa publicação recebeu o título de *A Representation to His Majesty* (Uma Representação a Sua Majestade).

Já em 1788 as atenções de Burke são dirigidas à questão da escravidão, quando debate na Câmara dos Comuns sobre a necessidade de abolir o comércio de escravos. Outro pronunciamento de destaque em dezembro desse mesmo ano foi seu apoio à proposta de entregar a regência ao então Príncipe de Gales, o futuro rei George IV, por causa dos problemas de saúde mental do rei George III, mantendo o mesmo apoio em novos pronunciamentos no início de 1789, quando também fez outros discursos sobre o comércio dos escravos no mês de maio.

Em 1790, Burke retoma sua luta contra o comércio de escravos e em fevereiro, trata da Revolução Francesa numa passagem do texto *Speech on the Army Estimates* (Discurso sobre as Estimativas do Exército) e, em novembro, acontece a publicação da obra *Reflexões sobre a Revolução na França*. Em poucos meses, essa obra é traduzida e publicada em francês, alemão e italiano.

Entretanto, foi proibida na Espanha, onde ainda a Inquisição demonstrava sua força na censura a livros que pudessem servir de divulgação do que estava ocorrendo na França, mesmo que o conteúdo contivesse críticas ao processo revolucionário, como era o caso da obra em lide.

Burke, que fora um defensor da Revolução Americana e de muitas causas liberais, diante de novo movimento revolucionário, se opõe a este, com o objetivo de

criticar os reformistas e simpatizantes do processo revolucionário francês. Essa reação conservadora de Burke lhe causou a perda do apoio de muitos parlamentares e simpatizantes *whigs*, sobretudo daqueles que defendiam a necessidade de reformas no sistema político-parlamentar inglês. Mesmo recebendo várias críticas que defendiam um ideal de mudança, as questões argumentadas no panfleto de Burke foram utilizadas por outros que, como ele, procuravam evitar a disseminação do ideário revolucionário francês na Grã-Bretanha, que poderia causar instabilidade nas instituições inglesas e a destruição do modelo de moderado regime monárquico-parlamentar, além de ser ameaça à hegemonia dos grandes proprietários territoriais.

Diante disso, viu-se o fortalecimento da liderança política do Primeiro-Ministro William Pitt, o Moço, que representava a ala mais realista e fisiológica do partido *Whig*, permitindo que se fizesse alianças mais claras e definidas com os *Tories*, defensores radicais da monarquia, do Anglicanismo e das tradições britânicas. Formaram-se governos de coalizão que sustentaram uma estratégia de enfrentamento à França, nas questões externas, e aos grupos democráticos radicais, nas questões internas.¹⁵³

Em 1793, após as mortes do rei francês Luís XVI e da sua rainha Maria Antonieta, guilhotinados por decisão do governo revolucionário, Edmund Burke começa a escrever *Remarks on the Policy of the Allies with Respect to France* (Observações sobre a Política dos Aliados a Respeito da França).

O ano de 1794 se inicia com novidades para Burke, no momento em que a oposição *whigs* ao gabinete *tory* de William Pitt divide-se em dois grupos e o Duque de Portland decide seguir os conselhos de Burke e declara apoio público ao primeiro-ministro na guerra contra a França, mas o processo revolucionário francês se intensifica, com o início da fase do Grande Terror, com a morte de Danton, em abril, e a subida ao poder de Robespierre assumindo o cargo de presidente da Convenção.

Edmund Burke se aposenta do Parlamento em 21 de junho de 1793 e no mês de agosto perde seu filho único Richard. Em final de agosto, Burke recebe a garantia de pagamento de uma pensão de duas mil e quinhentas libras por ano durante a sua vida e a de sua mulher, por decisão tomada em conjunto pelo primeiro-ministro, William Pitt, e o rei George III.

¹⁵³ SOARES, L.C. *A Albion Revisitada: ciência, religião, ilustração e comercialização do lazer na Inglaterra do século XVII*, 2007, p.126-127.

Mesmo não mais ocupando cargo político, Edmund Burke escreve a *Letter to William Smith* (Carta a William Smith), em janeiro de 1795, na qual defende a emancipação católica, ressaltando que, em 1793, havia sido aprovada uma lei britânica que emancipava os católicos irlandeses. Burke, ainda em 1795, começa a escrever a quarta e última das *Letters on a Regicide Peace* (Cartas sobre a Paz Regicida), em resposta ao panfleto *Remarks on the Apparent Circumstances of the War* (Observações sobre as Aparentes Circunstâncias da Guerra), da autoria de William Eden, Barão de Auckland. Contudo, esse texto que foi o primeiro escrito por Burke sobre o assunto, só veio a ser publicado postumamente junto com a terceira, sendo que as duas primeiras ainda foram lançadas em vida pelo autor, em 1796. No ano de 1796, em fevereiro, Burke também publica a Carta a um Nobre Senhor (*Letter to a Noble Lord*).

Mesmo com a saúde debilitada, Edmund Burke não para de escrever, trabalha na terceira das quatro *Letters on a Regicide Peace* (Cartas sobre a Paz Regicida); entretanto, não consegue finalizá-lo, que é postumamente editado e publicado juntamente com a quarta carta pelos editores Walter King e French Laurence.¹⁵⁴

O momento final de Edmund Burke chega em 9 de julho de 1797, em sua propriedade em Beaconsfield, após uma carreira de quase cinquenta anos, defendendo ideias que julgava serem as mais justas para o seu povo, seja escrevendo, seja discursando no Parlamento.

O político Edmund Burke ficou conhecido pela defesa de suas ideias no Parlamento, mas sua forma de expô-las indicava o quanto ele era um bom orador e um ferrenho defensor de suas crenças num mundo mais justo, de acordo com sua concepção de mundo. Sua vida foi um longo esforço para evitar ou coibir a revolução, seja ela nos domínios ingleses (colônias norte-americanas, na Índia) ou na Irlanda, sua terra natal, ou na França ou em qualquer outro território europeu. Todavia, a antiga ordem estava se esvaindo, o “mundo estava de ponta-cabeça”.

Segundo Peter Stanlis, autor de *Edmund Burke in the Twentieth Century*, citado na obra de Russell Kirk¹⁵⁵, os objetivos políticos mais cruciais da carreira de Edmund Burke foram oito:

¹⁵⁴ KIRK, R. op. cit., 2016, p.127

¹⁵⁵ Idem, 2016, p. 208-209

- 1) Manter a estrutura tradicional do Estado britânico, centrado na divisão e no equilíbrio dos poderes;
- 2) Definir os limites constitucionais da prerrogativa e da influência reais;
- 3) Ampliar a autoridade legislativa da Câmara dos Comuns e manter a independência de seus membros;
- 4) Defender a organização e uso dos partidos políticos como parte legítima e publicamente aceita do processo político;
- 5) Ampliar os direitos civis e os privilégios econômicos da Constituição britânica para todos os súditos britânicos tanto quanto forem necessários para cumprir as grandes finalidades da sociedade – a justiça distributiva e a comutativa, a boa ordem e a liberdade;
- 6) Demonstrar os princípios da soberania e da liberdade civil para o Império Britânico ao estabelecer uma regra equitativa entre a metrópole e todas as colônias;
- 7) Defender a ordem civil histórica da Europa como uma comunidade cristã contra o materialismo cientificista e a sensibilidade romântica dos filósofos do Iluminismo, que desejavam estabelecer uma nova ordem social com base em teorias metafísicas abstratas a respeito do homem e da sociedade;
- 8) Conjugiar em todos os problemas práticos um exame completo das circunstâncias históricas, de “prudência” ou de conveniência, por um lado, com normas éticas e legais, por outro.

Ao analisar-se a trajetória de Edmund Burke, pode-se até supor que tivesse o poder do vaticínio, pois anteviu a Revolução Americana, mas foi incapaz de evitá-la; como também seguiria esse caminho a sua Irlanda, em tempos após sua morte, e a mais destacada de suas profecias relaciona-se com a Revolução Francesa. Para ele, esse movimento despedaçaria a Europa, até que todo o continente fosse subjugado pela força e por um mestre, que poderia ser identificado pela figura de Napoleão Bonaparte.

A grande preocupação de Burke residia na implantação da anarquia a partir da violência que se verificou no movimento de 1789. Era como se todas as revoluções se voltassem a devorar seus filhos.

Como escreveu Kirk, quando aquele menino, filho de um advogado, nasceu em 1729, não se podia prever que ele alcançasse tamanha distinção, já que os Burkes eram provincianos, não ricos, mas que um dia se descobriu uma pessoa de tanto talento, que num de seus discursos, *Letter to a Noble Lord*, descreveu ao fim o seu percurso na vida pessoal e política:

A cada fase do curso de minha vida (pois a cada etapa tive contratempos e sofri oposição), e a cada obstáculo que encontrei, fui obrigado a exhibir meu passaporte, repetidas vezes, para provar meu único título à honra de ser útil a meu país, em uma demonstração de que não era de todo alheio às leis e a todo o sistema de interesses, tanto no estrangeiro quanto na pátria. Do contrário, nenhuma posição, nenhuma tolerância, nem mesmo para mim.¹⁵⁶

2.4. A resposta ao amigo francês após a Revolução

Como já mencionado anteriormente, durante boa parte do século XVIII, houve uma hegemonia no Parlamento, com a presença forte do partido *Whig* na cena política inglesa, enquanto que os *Tories* permaneceram afastados, muito por conta do envolvimento do partido nas duas tentativas de retorno dos Stuarts através das Revoltas Jacobitas, em 1715 e 1745. A influência dos *Tories* se concentrava nos setores mais ortodoxos da Igreja Anglicana e nas áreas rurais; entretanto, nos anos de 1780, já sem o risco da volta dos Stuarts, os *Tories* passaram aos poucos a voltar à Corte, participando mais ativamente da vida política inglesa.

Com relação aos *Whigs*, havia uma ala que buscava por uma reforma no sistema político-eleitoral, o fim das restrições aos dissidentes religiosos (protestantes não-anglicanos), enquanto outra ala, mas apegada ao poder, mantinha atitudes não bem vistas, beneficiando-se da corrupção e adotando práticas clientelísticas. Todavia, as duas alas se viram em confronto no momento em que o Primeiro-Ministro William Pitt apresentou ao Parlamento uma proposta de reforma político-parlamentar, o que resultou num aprofundamento da crise entre as partes, exacerbando o radicalismo democrático e revolucionário dentro e fora do partido liberal.¹⁵⁷

O ano de 1789 mostra-se bastante conturbado, especialmente na França, com a convocação dos Estados Gerais pelo rei Luís XVI, a tomada da Bastilha e a

¹⁵⁶Ibidem, 2016, p.132

¹⁵⁷ SOARES, L. C. *A Albion Revisitada: ciência, religião, ilustração e comercialização do lazer na Inglaterra do século XVIII*, 2007, p. 125.

destituição da maioria dos poderes do rei francês, que marcou o que ficou conhecido como sendo a primeira fase da Revolução Francesa, denominada de Assembleia Constituinte. E, já chegando ao final do ano, no mês de outubro, há a invasão do palácio de Versalhes que força a transferência do rei para Paris.

Recorrendo a Soares, resta destacar que o declínio do Partido *Whig* se intensificou quando eclodiu a Revolução Francesa e seu processo se radicalizou. Os *Whigs* estavam divididos claramente: a ala reformista, que demonstrava simpatia pelo movimento francês, e a ala fisiológica, que viam tais acontecimentos no território francês como uma ameaça aos interesses nacionais britânicos pelo seu radicalismo e sentimento antimonárquico, tão presentes nos grupos revolucionários mais expressivos.¹⁵⁸

Ainda em 1789, logo após a Queda da Bastilha, um jovem aristocrata francês, Charles-Jean-François Depont enviou uma carta à Burke perguntando-lhe sobre suas ideias a respeito do movimento revolucionário francês. Burke respondeu com duas cartas, sendo que a segunda e mais longa só foi redigida em novembro de 1790, tornando-se o panfleto intitulado de *Reflexões sobre a Revolução na França*. Publicado em novembro de 1790, o trabalho foi um best-seller instantâneo: treze mil exemplares foram comprados nas primeiras cinco semanas e, no seguinte mês de setembro, passou por onze edições.

Essa segunda resposta só surgiu em função de Burke ter tomado conhecimento do discurso feito por Richard Price na Old Jewry Meeting-House, da congregação presbiteriana em Londres. Na verdade, tratava-se de um sermão, no qual Price fazia a defesa da Revolução Francesa, tendo sido publicado com o título de *A Discourse on the Love of Our Contry* (Um Discurso sobre o Amor ao Nosso País).

Embora tenha sido um defensor da Revolução Americana e de outras causas liberais, Burke desta vez assume diferente postura, mais conservadora, tornando-se um dos grandes expoentes desta segunda corrente dentro do partido *Whig*, quando, em 1790, publica seu livro *Reflections on the Revolution in France, and on the proceedings in certain societies in London relative to the event*, com o objetivo de criticar os reformistas e simpatizantes do processo revolucionário francês.

Mas quem são esses dois homens que levaram Burke a escrever a sua obra mais conhecida?

¹⁵⁸ Idem, 2007, p. 125-126

Charles-Jean-François Depont (1767-1796), o jovem a quem Burke endereçou seu celebrado panfleto sobre a Revolução Francesa, havia passado algum tempo na Inglaterra, quando teve a honra de gozar da hospitalidade de Burke em sua propriedade em Beaconfield. Já contando com a amizade deste, escreveu-lhe uma carta, logo após os eventos na França, pedindo que o amigo irlandês se manifestasse sobre esses fatos.

Burke, com grande complacência, pronto para satisfazer os desejos de seu jovem correspondente, acabou por registrar seus sentimentos livremente em uma carta, mas não a enviou de imediato, mantendo-a consigo por certo tempo para uma apreciação mais detalhada, evitando que se deixasse levar pelo um espírito violento que se implantava em Paris.

Depont teve que conter o seu desejo de conhecimento com a demora na resposta de Burke, considerando que também toda a Europa estava esperando o que estava por vir. Burke cumpriu a palavra empenhada na primeira carta e enviou-lhe a segunda carta assim que se sentiu pronto para apresentar suas expectativas e apreensões. Na primeira carta havia-lhe informado, ao mesmo tempo, sobre o quanto tinha voltado seus pensamentos para o assunto, e pediu que ele esperasse, que logo que possível, voltaria a se comunicar com ele.

Já a segunda carta que enviou ao amigo francês foi aquela que terminou sendo o célebre panfleto, que passou a ser objeto de discussão geral nos últimos três meses de 1790.

Burke, com o mesmo respeito dedicado ao seu correspondente, dissimulou o nome dele no seu escrito, apenas dizendo que se tratava de uma carta, que essa era resposta de questionamentos feitos por um amigo francês. Depont, no entanto, revelou o segredo, e deu licença para a publicação de sua resposta, o que veio a ocorrer logo a seguir ao trabalho de Burke, em 1791.¹⁵⁹

A resposta de Depont ao amigo Burke é um panfleto impresso em Londres através da gráfica J. Debretts, fundada em 1769 e ainda em atividade, agora com o nome de Debreet's (www.debretts.com). O proprietário, John Debreet (1753-1822), nasceu em Londres, filho de Jean Louys de Bret, um cozinheiro de origem huguenote.¹⁶⁰

¹⁵⁹ DEPONT, C.J.F. *Answer to the Reflections of the Right Hon. Edmund Burke*, 1791, p. 1-2.

¹⁶⁰ Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Debrett%27s> (consulta em 12/10/2017)

Aos treze anos, John Debrett foi aprendiz de um livreiro e editor de Piccadilly, Robert Davis. Ele permaneceu lá até 1780 quando passou a trabalhar com outro livreiro, John Almon, onde editou e publicou sua primeira edição de *The New Peerage* em 1769, e passou a produzir pelo menos três outras edições. *The New Peerage* era um compêndio de três volumes que tratava da história dos antigos nobres da Inglaterra, Escócia e Irlanda, contendo as respectivas genealogias. Debrett assumiu o negócio de John Almon, estabelecido na Burlington House em Piccadilly, em 1781.

Em 1790, Almon passou a responsabilidade pela redação para John Debrett, que, em 1802, colocou seu nome nos dois pequenos volumes que compunham *The Correct Peerage of England, Scotland e Ireland*. Sua loja continuou a ser lugar de encontro dos *whigs*, enquanto os *tories* se encontravam na loja vizinha de Stockdale.

Entre as publicações de Debrett estavam uma nova edição do *The New Foundling Hospital for Wit* (1784), em seis volumes, e *Asylum for Fugitive Pieces in Prose and Verse* (1785-1788), em quatro volumes.

Debrett era um homem gentil e bondoso, mas sem aptidões comerciais. Talvez por isso tenha se declarado falido por duas vezes. Mesmo assim, Debrett continuou como livreiro e se aposentou em 1814, passando a viver em parte com uma pensão de sua esposa e, em parte, de suas compilações. Ele foi encontrado morto em sua casa na Rua Upper Gloucester, Regent's Park, em 15 de novembro de 1822 e foi enterrado em St James's, Piccadilly.¹⁶¹

Em uma publicação da Liberty Fund de Indianápolis/EUA, de 1992, intitulada *Futher Reflections on the Revolution in France* (Outras Reflexões sobre a Revolução na França), cujo prefácio e organização couberam a Daniel E. Ritchie, professor de literatura inglesa no Bethel College, foram reunidos sete textos de Edmund Burke que têm ainda relação com a análise da Revolução Francesa.

A publicação dessa obra teve por objetivo demonstrar que Burke não se contentou em produzir a sua obra mais famosa, mas que continuou a escrever contra os jacobinos até sua morte em 1797, como por exemplo: a “Carta a um membro da Assembleia Nacional” (maio/1791), na qual ataca Jean Jacques Rousseau, ou “Apelo do novo ao velho Whig” (agosto/1791), no qual apresenta sua defesa da Revolução

¹⁶¹ Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/John_Debrett (consulta em 12/10/2017)

Gloriosa de 1688, ou “Carta a um nobre senhor” (fevereiro/1796), em que ele defende sua vida e carreira contra seus detratores.

Contudo, deixa-se de analisar em profundidade tanto essa primeira carta de Burke quanto a publicação da carta resposta de Depont a Burke, por não ser de interesse ao trabalho de pesquisa proposto neste momento, o que pode vir a ser feito futuramente, ressaltando que muitos que escrevem sobre Burke chegam a questionar a existência de Depont.

Resta a dúvida quanto a outra personagem que em muito influenciou Burke a produzir suas *Reflexões sobre a Revolução na França*: Richard Price.

Richard Price (1723-1791) foi um filósofo moral galês, pregador (ministro da igreja dissidente da Inglaterra), político republicano liberal e matemático. Na política atuava de forma mais ativa quando se envolvia em causas radicais, republicanas e liberais, como a Revolução Americana. Manteve contatos intensos com revolucionários que depois ficaram conhecidos como Pais Fundadores dos Estados Unidos.

Price passou a maior parte de sua vida adulta como ministro da *Newington Green Unitarian Church*, nos arredores de Londres, pois era filho de Rhys Price, um ministro dissidente. Nasceu em Tyn Ton, uma fazenda na aldeia de Llangeinor, Glamorgan, País de Gales. Na juventude foi para a Inglaterra, onde passou o resto de sua vida.

Estudou em Moorfields, Londres. Ao deixar a academia em 1744, Price tornou-se capelão em Stoke Newington, depois de uma aldeia ao norte de Londres. Ele também realizava as leituras de sermões no Old Jewry, onde Samuel Chandler era ministro. Em junho de 1757 casou-se com Sarah Blundell, em Leicestershire.

Em 1758, Price mudou-se para Newington Green, e se instalou num terraço de um prédio antigo, datado de 1658, que ainda está em pé, sendo o terraço de tijolos mais antigo de Londres; Price tornou-se ministro da comunidade de Newington Green.

Em casa, ou em sua própria igreja, Price era visitado por Franklin, Thomas Jefferson e Thomas Paine; e outros políticos americanos como John Adams, que seria o segundo presidente dos Estados Unidos e sua esposa Abigail; e políticos britânicos como Lord Lyttleton, Earl Stanhope e William Pitt, o Velho. Ele também conhecia os filósofos David Hume e Adam Smith.

Mary Wollstonecraft, que também escreveria críticas a obra de Edmund Burke, instalou sua escola para meninas em Newington Green em 1784. Era uma anglicana, mas frequentava os serviços religiosos ministrados por Price, onde os fiéis de todos os tipos eram bem-vindos.

Wollstonecraft, através de Price, conheceu o editor radical Joseph Johnson. As idéias que Wollstonecraft concebera a partir dos sermões proferidos em Newington Green a empurraram para um despertar político. Mais tarde, publicou *A Vindicação dos Direitos dos Homens* (1790), uma resposta à denúncia de Burke da Revolução Francesa em ataque a Price; e *A Vindication of the Rights of Woman* (1792), estendendo os argumentos de Price sobre a igualdade para as mulheres. O nome de Price aparece quatorze vezes no diário de William Godwin, o futuro marido de Wollstonecraft.

O apoio que Price deu às colônias da América do Norte britânica na Guerra da Independência Americana o tornou famoso. No início de 1776, publicou *Observações sobre a Natureza da Liberdade Civil, os Princípios de Governo e a Justiça e Políticas da Guerra com a América*. Sessenta mil exemplares deste folheto foram vendidos em dias; e uma edição barata foi emitida, que vendeu duas vezes mais cópias. Ele elogiou as propostas de William Petty, Lord de Shelburne, para as colônias e atacou o Ato Declaratório de 1766.

Entre os seus críticos estavam Adam Ferguson, William Markham, John Wesley e Edmund Burke. Rapidamente, Price se tornou um dos homens mais conhecidos da Inglaterra, sempre pregando pela liberdade em Londres, e diz-se que seu primeiro panfleto, já citado, teve uma participação na determinação dos americanos para declarar sua independência. Quanto ao segundo panfleto sobre a guerra com a América e as dívidas da Grã-Bretanha, circulou na primavera de 1777.

O nome do Price tornou-se identificado com a causa da independência americana. Franklin era um amigo íntimo; correspondia com Turgot; e no inverno de 1778 foi convidado pelo Congresso Continental a ir para a América e auxiliar na administração financeira dos estados, uma oferta que ele recusou.

Em 1781, ele, unicamente com George Washington, recebeu o grau de Doutor em Direito do Yale College. Pregava em congregações lotadas e, quando Lord Shelburne tornou-se primeiro-ministro em 1782, recebeu o cargo de seu secretário particular. No mesmo ano ele foi eleito membro honorário estrangeiro da Academia Americana de Artes e Ciências.

Price escreveu também *Observações sobre a importância da Revolução Americana e os meios de torná-la um benefício para o Mundo* (1784). Bem recebido pelos americanos, sugeriu que o maior problema do Congresso era a falta de poderes centrais.

Price era um milenarista, via a Revolução Francesa de 1789 como o cumprimento da profecia. No 101º aniversário da Gloriosa Revolução, em 4 de novembro de 1789 foi celebrado um jantar comemorativo na Sociedade da Revolução de Londres, onde Price pregou um sermão intitulado *Um Discurso sobre o Amor de nosso País* e logo começou a campanha de panfletos, conhecida como *a Controvérsia da Revolução*, sobre as questões políticas levantadas pela Revolução Francesa.

Price expôs seu pensamento baseado num paralelo corajoso entre a Revolução Gloriosa de 1688 e a Revolução Francesa de 1789, argumentando que a primeira tinha espalhado ideias esclarecidas e abriu o caminho para a segunda. Com sua fala, Price exortou o público a se despojar de preconceitos nacionais e abraçar a "benevolência universal", um conceito de cosmopolitismo que implicava o apoio à Revolução Francesa e o progresso das idéias "iluminadas". Foi chamado "um dos grandes debates políticos na história britânica".¹⁶²

No jantar da Sociedade da Revolução de Londres que se seguiu, Price também sugeriu que a Sociedade devia enviar seu apoio à Assembleia Nacional em Paris. Este foi o início de uma correspondência com muitos clubes jacobinos em Paris e em outros lugares na França. Embora a Sociedade da Revolução de Londres e os clubes jacobinos concordassem com os princípios básicos, sua correspondência mostrou uma sensação de crescente mal-entendido à medida que os jacobinos franceses se tornaram mais radicais e seus correspondentes britânicos, incluindo Price, não estavam preparados para tolerar a violência política, ao ponto de decidir se afastar desse relacionamento entre clubes e Sociedade.

Para melhor compreensão do papel da Sociedade da Revolução de Londres é necessário fazer um retrospecto. Formada para comemorar a Revolução Gloriosa de 1688, havia rumores de que teria se iniciado ainda naquele mesmo ano; entretanto, os primeiros registros das reuniões começam em 16 de junho de 1788. Sua participação incluiu religiosos (ministros dissidentes, como Price), comerciantes e

¹⁶² Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Richard_Price (consultado em 12/10/2017)

reformistas políticos proeminentes, como John Horne Tooke, Thomas Brand Hollis e John Cartwright.

Além de defender os princípios da revolução de 1688, a Sociedade apoiou a causa da reforma política e religiosa. Embora tenha começado como uma associação predominantemente de classe média de membros reformados, tornou-se cada vez mais radical em suas atividades, estabelecendo estreitos vínculos com a Sociedade de Informação Constitucional e se tornando correspondente com a Assembleia Nacional Francesa e alguns dos principais representantes dos clubes jacobinos.

Todos os anos, a partir de 1788, a Sociedade realizava uma celebração anual em 4 de novembro para comemorar o aniversário do rei Guilherme III, soberano que assumiu o trono após aquele movimento revolucionário.

A celebração inaugural contou com a participação de cerca de 800 membros e convidados, tendo iniciado com a pregação de um sermão no *the Old Jewry*, como era conhecida a sede da congregação Presbiteriana inglesa estabelecida na rua de mesmo nome desde 1701. *The Old Jewry street* é conhecida por historicamente ser área de concentração dos judeus desde os tempos Guilherme, o Conquistador. Tornou-se o centro financeiro de Londres pelas atividades mais comuns àquele grupo. Ao final da cerimônia religiosa, seguiu-se um grande jantar na *Crown and Anchor Tavern on the Strand*.¹⁶³

Naquela famosa comemoração em 1789, Richard Price terminou com um forte aviso aos oponentes da reforma:

Treme todos os opressores do mundo! Lembre-se de todos os apoiantes de governos servos e hierarquias servas! Não exija mais (absurdamente e perversamente) a reforma, a inovação. Agora você não pode segurar o mundo na escuridão. Não se esforce mais contra o aumento da luz e a liberalidade. Restaure a humanidade seus direitos e consente na correção dos abusos, antes que eles e vocês sejam destruídos juntos.¹⁶⁴

A refutação de Burke veio na forma da obra *Reflections on the Revolution in France* (1790), onde atacou Price, cujos amigos Paine e Wollstonecraft se lançaram na briga para defender seu mentor; William Coxe era outro oponente, discordando de Price na interpretação de "nosso país". Em 1792, Christopher Wyvill publicou a

¹⁶³ Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Old_Jewry_Meeting-house e https://en.wikipedia.org/Old_Jewry (consultados em 12/10/2017)

¹⁶⁴ Cf. Discurso, 1789, pp. 50-1. Disponível em http://www.romanticismanthology.com/timeline/currentaffairs/currentaffairs_14.html (consultado em 12/10/2017)

Defence of Dr. Price and the Reformes of England, um pedido de reforma e moderação.

Embora tenha tido essa controvérsia política com Burke, Price também escreveu sobre questões financeiras e teológicas.

Em 1769, em uma carta a Benjamin Franklin, fez algumas observações sobre a expectativa de vida e a população de Londres, que foram publicadas naquele mesmo ano. Os pontos de vista de Price incluíram os efeitos prejudiciais das grandes cidades e a necessidade de alguns constrangimentos no comércio e movimento da população. A questão era de interesse para os escritores europeus em geral. A forma quantitativa da teoria de Price sobre o despovoamento contrastante na Inglaterra e no País de Gales ascendeu a uma queda aproximada da população de 25% desde 1688. Foi discutido numericamente por Arthur Young em sua *Aritmética Política* (1774), que levou também à crítica dos fisiocratas.

Em maio de 1770, Price apresentou à Royal Society um artigo sobre o método apropriado de cálculo dos valores das reversões contingentes. Seu livro *Observations on Reversionary Payments* (1771) tornou-se um clássico, em uso por cerca de um século e fornecendo a base para cálculos financeiros de sociedades de seguros e benefícios.

A "tabela de Northampton", uma tabela de vida compilada pela Price com dados de Northampton, tornou-se padrão por cerca de um século no trabalho atuarial. Em consequência, foi bom para o negócio de seguros e adverso para as anuidades de financiamento. Também se tornou conhecido pela tabela de amortização de empréstimos que ganhou força na França pela massificação de consumo, dando origem ao sistema francês de amortização que leva seu nome, a *Tabela Price*.

Em 1767, Price recebeu o diploma honorário da Universidade de Aberdeen, e em 1769, outro da Universidade de Glasgow. Em 1786, Sarah Price morreu, não havia filhos pelo casamento. Em 19 de abril de 1791, Price morre, sendo que seu funeral aconteceu em Bunhill Fields e o sermão de seu funeral coube a Joseph Priestley.¹⁶⁵

Também o discurso proferido por Richard Price que motivou Burke a escrever sua obra *Reflexões sobre a Revolução na França* não será objeto de análise no presente trabalho, podendo ser posteriormente avaliada em conjunto com as cartas

¹⁶⁵ Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Richard_Price e https://pt.wikipedia.org/wiki/Richard_Price (consultadas em 12/10/2017)

trocadas entre Deport e Burke, sob nova ótica de análise das controvérsias geradas a partir do movimento revolucionário francês.

A solicitação de um jovem francês, ansioso por uma previsão positiva, fez com que o pensador Burke se pronunciasse de forma crítica quanto ao movimento revolucionário. Esse movimento, em princípio, indicava uma grande mudança no mundo em que viviam, só que as palavras escritas por Burke foram lidas como uma reação contrarrevolucionária do irlandês, em especial, quando viu que um outro cidadão britânico demonstrava apoio àquela revolução que, ao seu ver, causaria o encerramento de um mundo e demonstrava que o que estava a vir no futuro em muito divergia daquilo que ele entendia como mudanças para um mundo melhor.

Burke esperava mudanças, mas feitas de forma mais racional, sem tanta paixão, de forma controlada, sem violência e viu em suas previsões que a França trilhava por um caminho diverso do que o Império Britânico havia seguido. Com isso, ainda havia o temor de que tais ideias mais atrevidas pudesse alterar o que já havia conseguido em termos de governança moderada e justiça ao povo, segundo Burke.

2.5. As reações às ideias contrarrevolucionárias de Burke

A obra de Burke acabou por provocar críticas que o veem como um contrarrevolucionário.

Na obra *Reflexões sobre a Revolução na França* Burke se opõe ao movimento que, para ele, havia sido erguido sobre mentiras e violência com também combate a democracia por vê-la como um regime capaz de expressar as mais cruéis opressões sobre a minoria. Em contraponto, admirava a Constituição britânica, que guarda uma sabedoria profunda por conter uma vasta e sutil harmonia de costumes, de preconceitos, de instituições concretas e estruturadas durante séculos, enquanto que as novas constituições conteriam um conjunto de regras e princípios gerais. Sua defesa pela tradição levou-o a ser considerado o pai do Conservadorismo anglo-americano.

Mesmo publicada em novembro de 1790, a obra principal de Edmund Burke recebeu de imediato críticas, a começar ainda no mesmo mês, quando surge a primeira edição de *A Vindication fo the Rights of Men* (Uma Vindicação dos Direitos do Homem), de autoria desconhecida, que fazia críticas à obra de Burke, sendo que a

segunda edição publicada no mês seguinte apresentava como autora Mary Wollstonecraft.

A crítica seguinte vem em março de 1791, quando Thomas Paine, um dos ativistas da Independência das treze colônias na América do Norte, publica a primeira parte da obra, *Rights of Man* (Direitos do Homem), que é uma resposta ao ataque feito por Burke à Revolução Francesa.

Entretanto, no texto relativo à descrição da cronologia da vida de Edmund Burke na edição de 2016 do livro *Edmund Burke: Redescoberto um gênio*, de Russell Kirk¹⁶⁶, da autoria de Jeffrey O. Nelson e Alex Catharino, consta que a mais bem fundamentada crítica à obra de Burke sobre a Revolução Francesa foi *VindiciæGallicæ: A Defence of the French Revolution and its English Admirers against the Accusations of the Right Hon. Edmund Burke* (*VindiciæGallicæ: Uma Defesa da Revolução Francesa e de Seus Admiradores Ingleses contra as Acusações do Hon. Edmund Burke*), publicada em abril de 1791 por James Mackintosh.

Curioso observar que o posicionamento de Burke com relação ao movimento revolucionário francês também lhe trouxe embates no Parlamento, quando em meio a um exasperado debate ocorrido em maio referente à Lei de Quebec, os *whigs* do grupo de Fox zombaram dele quando esse abordou a questão francesa, o que acabou por criar uma ruptura entre os líderes do partido *whig*. Sem alterar suas convicções, Burke escreve e publica em dezembro de 1791 o texto *Thoughts on French Affairs* (Considerações sobre as Questões Francesas).

Inicia-se o ano de 1792 e a questão da Revolução Francesa ainda ronda Edmund Burke, seja através da Sociedade dos Correspondentes de Londres, liderada por Thomas Hardy, que foi fundada em janeiro com o objetivo de difundir na Grã-Bretanha os ideais radicais da Revolução Francesa, seja com a publicação em fevereiro de 1792 da segunda parte de *Direitos do Homem*, de Thomas Paine. Ainda há de ser citado que o juiz John Reeves funda em novembro do mesmo ano a Associação para Preservar a Liberdade e a Propriedade contra Republicanos e Niveladores, com o objetivo de conter a atuação da Sociedade dos Correspondentes de Londres.

¹⁶⁶ KIRK, R. op. cit., 2016, p.121

2.5.1 – A crítica feminina de Mary Wollstonecraft (1759-1797)

A liberdade é a mãe da virtude, e se as mulheres sejam, por sua própria constituição, escravas e não tenham permissão para respirar o forte e revigorante ar da liberdade, devem sempre se esgueirar como exóticas, e ser reconhecidas belas falhas na natureza.

Mary Wollstonecraft, *A Vindication of the Rights of Woman* (1792)

Em primeiro lugar, tem-se que mencionar que mulher era essa que, sendo aliada de Richard Price, se posicionou contra as análises feitas por Burke sobre o movimento revolucionário francês.

Mary Wollstonecraft foi uma escritora inglesa do século XVIII, que se destacou como filósofa e defensora do direito das mulheres numa época em que tal comportamento era impensável. Escreveu romances, tratados, um livro de narrativa de viagem, um sobre a história da Revolução Francesa, outro de boas maneiras e livros infantis. Dentre seus escritos se destaca o mais conhecido que se intitula *Uma defesa dos direitos da mulher (Rights of Woman with Strictures on Moral and Political Subjects, 1792)*, cujo argumento principal é que as mulheres não são, por natureza, inferiores aos homens, mas que essa diferença vem em decorrência da falta de educação e escolaridade, coisas que lhes são negadas desde a mais tenra idade.

Somente no século XX as pesquisas se voltaram para os seus escritos, pois até então o que mais chamava a atenção era sua vida privada, uma vez que estava recheada de relacionamentos não convencionais para uma mulher da sua época: teve dois relacionamentos infelizes com Henry Fuseli (Johann Heinrich Füssli, 1741-1825), pintor suíço, e Gilbert Imlay (1754-1828), empresário americano; e depois, se casou com William Godwin (1756-1836), jornalista, filósofo e novelista inglês, considerado um dos primeiros expoentes do utilitarismo e um dos primeiros proponentes modernos do anarquismo.

Com Gilbert Imlay, teve sua primeira filha, Fanny Imlay, mas morreu aos 38 anos quando deu a luz a sua segunda filha, Mary Wollstonecraft Godwin, que também se tornaria escritora e famosa com o nome de Mary Shelley, com sua obra *Frankenstein*.

Na tenra infância, teve uma vida confortável, mas a situação da família foi se degradando à medida que seu pai se envolvia em negócios especulativos, além dele

ser violento com sua mãe em episódios de alcoolismo. Na adolescência Mary passou a defender sua mãe dos ataques de seu pai, adotando também uma postura maternal em relação a suas irmãs, Everina e Eliza, durante toda a sua curta vida.

Teve duas grandes amigas, Jane Arden, em cuja casa respirou uma atmosfera intelectual, e Frances Blood, sendo que essa última foi talvez a mais importante, pois foi através dela que Wollstonecraft decidiu tomar um rumo independente em 1778, por estar descontente com a vida em família.

Nesse período, Wollstonecraft foi trabalhar como dama de companhia da viúva Sarah Dawson, mulher temperamental, o que dificultava muito o relacionamento entre elas, ao ponto de ter inspirado a descrever o lado negativo dessa profissão em sua obra, *Pensamentos sobre a educação de filhas* (1787). Em 1780, Mary teve que retornar à casa de seus pais para cuidar da mãe que estava à beira da morte. Contudo, após o falecimento da mãe, Mary não voltou a trabalhar com Dawson, indo morar com a família da amiga Frances Blood, a quem chamava de Fanny.

Aos poucos, vivendo com a família Blood, pode ver que seu relacionamento com a amiga Frances estava um tanto idealizado, pois a amiga tinha valores tradicionais femininos que se contrapunham aos de Mary. Todavia, manteve os laços de amizade com Fanny e sua família por toda a vida.

As divergências entre as amigas surgiram quando da impossibilidade financeira de manter o sonho de viverem de forma independente, vivendo juntas e se apoiando mutuamente, seja emocional ou financeiramente. Só que, enquanto Mary e suas irmãs, junto com Fanny, haviam criado uma escola numa comunidade de dissidentes ingleses, Fanny abandonou o projeto para ficar noiva e, após o casamento, foi morar em Lisboa, para tratar de sua precária saúde. Quando Fanny engravidou, Mary deixou a escola e foi cuidar da amiga, mas essa faleceu e o sonho da escola foi desfeito. Esse período serviu de inspiração para outra obra de Mary, o seu primeiro romance *Mary: A Fiction* (1788).

Para recomeçar sua vida, Mary se valeu da ajuda de amigos para conseguir um emprego como preceptora das filhas da família anglo-irlandesa Kingsborough, na Irlanda. Também essa vivência se refletiu na obra de Mary, ao escrever o livro de histórias infantis, *Original Stories from Real Life* (1788).

Em sua obra, *Thoughts on the Education of Daughters* (1787), reflete sobre as poucas opções de carreira para as mulheres mais pobres, mas respeitáveis no

capítulo cujo título traduzido é “Situações pouco afortunadas das mulheres, educadas a preceito, e deixadas sem fortuna”. Foi ao escrever sobre esse ponto na vida das mulheres que Mary decidiu, apenas um ano depois de estar trabalhando como educadora, partir finalmente para uma carreira como escritora. Tal escolha foi radical, considerando que, à época, era raro uma mulher sobreviver de forma independente como escritora.

Mary foi viver em Londres, apoiada pelo editor liberal Joseph Johnson, trabalhando e vivendo de forma independente: aprendeu francês e alemão; traduziu textos; fez trabalhos de revisão, principalmente de romances para a revista *Analytical Review* de propriedade de seu editor. Foi nessa ocasião, ao frequentar os jantares em casa do editor que pode travar conhecimento com personagens radicais como Thomas Paine e William Godwin, que viria a ser seu marido no futuro.

Ainda na época que estava em Londres, teve sua primeira relação amorosa com o pintor Henry Fuseli, que era casado. Inicialmente era uma relação platônica, mas ele acabou por rejeitá-la e com isso, Mary partiu para viver na França, onde participou dos acontecimentos revolucionários descritos na sua obra, *A Vindication of the Rights of Men, in a Letter to the Right Honourable Edmund Burke* (1790). Essa obra a tornou famosa, pois foi sua resposta à crítica conservadora de Edmund Burke. Mary chegou a ser comparada a Paine, cuja obra *Rights of Man* (1791) se mostraria como a mais popular das respostas a Burke.

Wollstonecraft estava em Paris desde dezembro de 1792, podendo acompanhar a execução de Luís XVI e acompanhar o turbilhão de violência que assolava a França. Procurou se juntar a outros expatriados ingleses, quando conheceu seu primeiro companheiro, Gilbert Imlay, um aventureiro americano, que não tinha intenções de se casar com ela. Em maio de 1794 deu à luz a sua primeira filha, Fanny, que recebeu o nome em homenagem a sua amiga de juventude.

Nem a gravidez nem a maternidade a afastaram da atividade intelectual, chegando a escrever a obra *An Historical and Moral View of the French Revolution*, escrito enquanto estava vivendo no Havre e que foi publicada em Londres em 1794. Tratava nessa obra da história dos primeiros dias da revolução na França.

Com o agravamento das relações entre Inglaterra e França, os cidadãos britânicos que viviam na França passaram a estar em situação de grande risco, o que fez com que Imlay registrasse Mary como sua esposa, em 1793, apesar de não serem

casados, protegendo-a na situação de esposa de um americano. Amigos ingleses como Thomas Paine foram detidos e outros até foram condenados à guilhotina.

Para manter a legitimidade da filha, numa sociedade tão tradicional, Mary passou a se referir a si mesma como “Sr^a Imlay”. Contudo, o companheiro acabou por deixá-la, apesar de ter prometido ir ao Havre para onde Mary havia se transferido para dar à luz a sua filha, reduziu as cartas que lhe enviava e também as visitas se transformaram em ausência. Ela passou a suspeitar que ele tivesse se envolvido com outra mulher. Mary estava sozinha, uma jovem mãe com uma filha pequena, em meio de uma revolução.

Regressa a Londres em abril de 1795 e, ao procurar Imlay, essa a rejeita definitivamente. Em maio de 1795 tenta o suicídio, com veneno, mas Imlay salvou-lhe a vida. Após esse evento, Mary passa a dedicar-se aos seus negócios e vai para a Escandinávia junto com a filha e uma criada, fazendo um relato das suas viagens em cartas enviadas à Imlay, que acabaram por se transformar na obra *Letters Written in Sweden, Norway and Denmark*, publicada em 1796. Retorna à Londres, confirma que seu relacionamento com Imlay está encerrado e tenta mais uma vez o suicídio, saindo numa noite chuvosa em direção ao rio Tâmis, para deixar suas roupas pesadas antes de saltar. Todavia, foi salva por um desconhecido que a vira saltar.

Voltou às atividades intelectuais, frequentando o círculo literário de Joseph Johnson, do qual participavam Mary Hays, Elizabeth Inchbald e Sarah Siddons e Willian Godwin, por quem se apaixonou. O relacionamento foi evoluindo e Mary ficou grávida novamente, motivando a decisão de se casarem para que o filho ao nascer fosse legítimo. Com isso, descobriu-se que Mary não havia sido casada com Imlay e, com isso, o novo casal perdeu muitos amigos. O casamento foi em março de 1797 e passaram a viver em casas contíguas para manter a independência e chegavam ao ponto de se comunicarem por cartas. Foi uma relação estável e feliz, embora curta pela morte dela em decorrência de septicemia advinda da placenta ter se rompido no parto da filha Mary, pois as infecções puerperais eram habituais na época, levando ao óbito da mãe em seguida.

Mary Wollstonecraft faleceu em setembro de 1797, deixando Godwin desolado, sendo que seus restos mortais foram trasladados pelo seu neto Percy Florency Shelley para o túmulo familiar em Bounemouth em 1851.

Em 1798, Godwin publicou *Memoirs of the Author of A Vindication of The Rights of Woman*, obra na qual ele retratou a mulher com amor, compaixão e

sinceridade, mas que chocou os leitores ao revelar os filhos ilegítimos de Wollstonecraft, os seus casos amorosos e as tentativas de suicídio.

No Brasil coube a Nísia Floresta a responsabilidade pela primeira tradução da obra de Mary Wollstonecraft ainda no século XIX.¹⁶⁷

O que uma mulher que vivia sua vida de forma bem avançada para sua época criticou na obra de Burke?

A obra, *A Vindication of the Rights of Men in a Letter to the Right Honourable Edmund Burke*, foi publicada na forma de panfleto político algumas semanas após a publicação da obra de Burke, *Reflexões sobre a Revolução na França*, em 1790. Foi por isso a primeira resposta na guerra panfletária (“Controvérsia da Revolução”), iniciada a partir da defesa da monarquia constitucional, da aristocracia e da Igreja Anglicana e que se confrontava com as ideias de liberais como William Godwin, Thomas Paine e a própria Wollstonecraft, que defendiam o republicanismo, o socialismo agrário, a anarquia e a tolerância religiosa.

Nessa resposta, a primeira entre cinquenta a setenta respostas oriundas de vários autores, Wollstonecraft ataca a retórica que Burke utilizou para defender os privilégios hereditários. Enquanto alguns detratores de Burke citavam a pena que ele demonstrava por Maria Antonieta, Wollstonecraft foi a única que viu no texto de Burke uma linguagem sexista, pois destacou que Burke justificava uma sociedade igualitária fundada sobre a passividade das mulheres. Também criticava a forma pela qual Burke confiava na tradição e nos costumes, já que ela acreditava no progresso como representante do pensamento iluminista.

O escrito de Mary Wollstonecraft logo se tornou um sucesso, sendo recebido com comentários positivos em todos os jornais importantes da época, cabendo destacar que a primeira edição foi publicada anonimamente e se esgotou em três semanas. Já na segunda edição constava o nome da autora e as críticas, além de avaliarem o texto como panfleto político, também era de relevância destacar o fato de que se tratava de uma obra de uma mulher escritora.

Para alguns dos estudiosos da obra de Wollstonecraft, sua obra de resposta a Burke evitou um minucioso enfoque político a favor de uma crítica mais ampla aos alicerces de *Reflexões*. O raciocínio da autora é principalmente moral, não se tratando de uma refutação das teorias políticas de Burke, senão uma exposição das cruéis

¹⁶⁷ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Mary_Wollstonecraft (consultado em 02/08/2017)

injustiças que essas teorias pressupõem. Outro detalhe é que no seu texto Mary Wollstonecraft permitiu-se responder não só essa obra de Burke, mas também a sua primeira obra, *Investigação sobre o Sublime e o Belo*.¹⁶⁸

Escrita sob a forma de uma carta dirigida ao próprio Burke, segue a dinâmica da obra deste que responde ao jovem francês Depont; logo, são textos que seguem as associações mentais dos autores enquanto as escrevem. Assim, a resposta de Mary centra-se nas inconsistências lógicas de Burke, como o seu apoio à Revolução Americana e à Lei da Regência, em contraste com sua falta de apoio aos revolucionários franceses.

No texto de Wollstonecraft o dissidente Richard Price surge como um herói, sendo associado ao Iluminismo, especialmente com a ideia de que a civilização pode progredir mediante o debate racional, relacionando-o com a razão, a liberdade, a discussão livre, a superioridade mental, o cultivo da mente, a excelência moral, a benevolência ativa, a orientação para o presente e o futuro e a rejeição ao poder e à riqueza, que seriam valores apreciados pela classe média.

Mary acreditava na noção iluminista de progresso e rejeitava a alegação de que as ideias antigas não poderiam ser melhoradas e também criticava Burke por tolerar a escravidão. Afirma a autora que simpatizar com a Revolução Francesa é humano, acusa Burke de manipulação, chamando sua obra de propaganda.

Nessa obra e na seguinte (*A Vindication of the Rights of Woman with Strictures on Moral and Political Subjects*) Wollstonecraft cita que se todas as pessoas devem ser julgadas por seus méritos e as mulheres devem estar incluídas nesse grupo.

Enfatiza que a virtude da nação britânica depende da virtude de seu povo. Em grande parte, ela derruba a distinção entre privado e público e exige que todos os cidadãos cultos recebam a oportunidade de participar da esfera pública.

Alguns podem até dizer que o sucesso da obra de Mary Wollstonecraft se deveu ao seu preço de um xelim e seis pence, que correspondia à metade do preço do livro de Burke, mas seria uma forma de depreciar o trabalho dessa mulher que esteve à frente de seu tempo.

¹⁶⁸ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Uma_Reivindicao_dos_Direitos_dos_Homens (consulta em 17/10/2017)

2.5.2 – A visão do revolucionário Thomas Paine (1737-1809)

O governo, mesmo quando perfeito, não passa de um mal necessário; quando imperfeito, é um mal insuportável.

Thomas Paine, *Common Sense* (1776)

Thomas Paine foi um político britânico, panfletário, revolucionário, inventor, intelectual e um dos Pais Fundadores dos Estados Unidos da América, tendo sido o autor de dois panfletos que influenciaram o início da Revolução Americana, inspirando os rebeldes a declararem a Independência da Inglaterra em 1776. Suas ideias refletiam a retórica iluminista quanto aos direitos do Homem.

Nascido em Thetford no condado inglês de Norfolk, oriundo de família de poucas posses, estudou em escolas locais até os treze anos, quando começou a trabalhar com seu pai na fábrica de espartilho da família. Filho de casal de religiões diferentes, como Burke, de pai quacker e mãe anglicana, mas, ao contrário do que aconteceu com Burke, Paine foi batizado na igreja da mãe por decisão dos pais, vislumbrando que as portas poderiam ser abertas para ele no futuro sendo anglicano. Contudo, o pai era mais religioso e o filho sempre o acompanhava nas reuniões quackers. Já adulto, Paine viria a criticar a austeridade dos quackers, mas pode-se constatar que tal atitude de severo moralismo moldou sua personalidade profundamente, expressado na convicção de Paine quanto ao fato de que as leis deveriam ser claras e simples, não havendo desculpas para desobedece-las, além de sua preferência em sempre se dispor a defender os fracos contra os fortes.¹⁶⁹

Os efeitos de ser fruto de um casamento misto causaram em Paine um resultado diferente do que em Burke, já que Paine se preocupava mais com as disputas religiosas, que, a seu ver, eram inúteis e que a moralidade, de forma diversa da religiosidade, era o que realmente importava. Mais uma vez a severidade dos *quackers* realçava a personalidade dele.

Devido às dificuldades financeiras da família que o impediram de continuar seus estudos, Paine se tornou um dedicado autodidata, em virtude de sua inteligência e sede de conhecimento.

Aos dezessete anos tentou se alistar em um navio corsário, mas seus pais o impediram. Entretanto, no início da Guerra dos Sete anos, conseguiu se juntar a outro

¹⁶⁹ LEVIN, Y. *O grande debate: Edmund Burke, Thomas Paine e o nascimento da esquerda e da direita*, 2017, p. 32.

navio corsário, período em que ganhou algum dinheiro, sendo essa uma época pouco conhecida de sua biografia. Após esse breve período vivendo em Londres, foi em busca de melhores condições de vida em Dover, começando a trabalhar em sua própria oficina de espartilhos já no vilarejo de Sandwich. Embora não gostasse desse trabalho, era dele que retirava seu sustento e nos momentos livres se dedicava à leituras de poesia, história e ciências.

Em 1758, retorna a Londres, se casa com Mary Lambert em 1759 e meses depois a esposa falece no parto juntamente com o filho natimorto. O desespero com a perda dos seus amados lhe transtorna a vida, abandonando a profissão e a casa vazia. Tenta outras atividades como fiscal de impostos (coletor itinerante de taxas sobre café, chá e álcool), quando tomou contato com a realidade vivida na coleta de impostos, setor notadamente corrupto, além do combate ao contrabando e o mercado negro das mercadorias. Alguns dos seus colegas aceitavam ser subornados (dizem que ele mesmo chegou a ser acusado de má conduta) e todo esse quadro deixou-o consciente do grau de corrupção governamental e do abuso sofrido pelos trabalhadores.

Seguiu a vida atuando em outras profissões, como professor, pastor anglicano, mas não se firmou em nenhuma delas. Casou-se em 1771 pela segunda vez com uma *quacker*. Em 1772, quando trabalhava em East Sussex, juntou-se com alguns companheiros de trabalho e tentaram junto ao Parlamento conseguir melhores salários e condições, sendo que coube a Paine fazer as exposições por escrito e defende-los junto aos representantes do governo. Foi a sua primeira experiência numa ação política, que levou também a produzir o primeiro texto político, atribuindo ao panfleto o título de *The Case of the Officers of Excise* (O caso dos oficiais de coleta de impostos).

Considerando sua própria experiência de vida, com a pobreza circulando sua família e a perda da primeira esposa, o texto do panfleto teve impacto impressionante, destacando o seguinte trecho:

Aquele que nunca passou fome pode argumentar elegantemente sobre a sujeição de seu apetite e aquele que jamais conheceu a penúria pode discorrer belamente sobre o poder dos princípios. Mas a pobreza, como o luto, tem uma surdez incurável e nunca ouve: a oratória perde seu apelo e 'ser ou não ser' se torna apenas uma pergunta.¹⁷⁰

¹⁷⁰ Idem, 2017, p. 34

Todavia, mesmo confirmando seu talento na escrita política, não conseguiu comover o Parlamento e seu empenho em passar todo o inverno de 1773-74 afastado do trabalho para distribuir cópias do panfleto e abordando os membros do Parlamento em Londres, acabou sendo inútil, pois lhe custou o emprego, afundou em dívidas e ainda custou-lhe o segundo casamento, sendo abandonado pela esposa.¹⁷¹

Em Londres, para onde se dirigiu em busca de melhores chances, acabou por conhecer Benjamim Franklin através de um amigo comum. Franklin era, então, o representante das colônias americanas na Grã-Bretanha e estava sempre em busca de talentos para juntar-se a ele. Ao conhecer Paine, ficou impressionado com sua inteligência e motivação. Logo o aconselhou a tentar a vida nas colônias americanas.

Assim, em 1774, Paine partiu para a América com uma carta de recomendação de Franklin, que o descrevia como um jovem inteligente e valoroso. Chegando a Filadélfia, em novembro daquele ano, começou a trabalhar com Robert Aitken, impressor e editor da *Pennsylvania Magazine*. Graças a sua habilidade com a escrita, Paine tornou-se editor apenas um ano e meio após sua chegada, com seu nome constando pela primeira vez na publicação de maio de 1775.

O primeiro artigo foi contra a escravidão e o comércio de escravos, mas sua produção textual tinha uma ampla variedade de assuntos sociais e políticos. Nesse primeiro artigo fazia uma denúncia do comércio de escravos, chamando a atenção de Benjamin Rush, médico e estadista, que levou Paine para o círculo interno da elite política e literária da cidade. A lei que aboliu a escravidão na Pensilvânia em 1780 teve o preâmbulo escrito por Paine.

Os escritos de Paine demonstravam suas habilidades retóricas e seu conhecimento das visões liberais iluministas, com destaque para a questão dos direitos individuais, sua teoria de governo como guardião dos direitos, sua raiva pela violação desses mesmos direitos e sua paixão pela justiça em nome dos mais fracos.

Se for feita uma comparação entre a escrita de Burke e de Paine, vê-se que o primeiro transmitia a complexidade da vida social e política, até pela sua formação acadêmica, enquanto que o segundo transmitia simplicidade ao expor suas opiniões liberais, assumindo a voz da maioria mais desvalida, tendo por base sua própria experiência de vida.

¹⁷¹ Ibidem, 2017, p. 34

Ao se juntar a um grupo apresentado por Rush, Paine se aproxima dos líderes locais e acaba, posteriormente, por participar ativamente do processo de separação dos Estados Unidos e Inglaterra.

Em meio a um dos momentos mais conturbados desse conflito, já no final de 1775, escreve um extenso panfleto com o objetivo de persuadir as pessoas a lutarem ao lado dos revolucionários e as elites coloniais a apoiarem o movimento de independência. Inicialmente, o texto teve como título *Plain Truth* (Simples Verdade), mas ao mostrar ao amigo Rush, esse incentiva-o a publicar rapidamente e ainda sugere um novo título: *Common Sense* (Senso Comum).

Esse panfleto de cinquenta páginas era um ataque declarado à Coroa inglesa, à noção de monarquia hereditária e às práticas e premissas da política inglesa, sendo que na primeira página já apresentava aos leitores os assuntos que analisaria:

A origem e o funcionamento do governo em geral, com concisas observações sobre a constituição inglesa; a monarquia e a sucessão hereditária; pensamentos sobre o presente estado dos assuntos americanos; e a presente competência dos Estados Unidos, com uma miscelânea de reflexões.¹⁷²

Essa publicação de 1776 defende ideias como o governo existe para assegurar liberdade e segurança a cidadãos iguais entre si e qualquer governo que falhe em fazer isso não é digno desse nome, dando direito aos colonos americanos a lutar pela independência da metrópole britânica. Posteriormente, outros dezesseis dos seus panfletos revolucionários foram reunidos sob o título de *The American Crisis* (1776-1783), tratando em cada um de uma exigência particular do movimento de independência, sem se esquecer de incluir também palavras de estímulo aos soldados que estavam lutando naquele período de guerra.

Após a Independência, tendo assinado a Declaração, já estava muito conhecido na América, mas continuava pobre, sendo obrigado a trabalhar, desta vez na engenharia de construção de pontes. Com essa atividade viajou para a Inglaterra, na primavera de 1787, em busca de financiamento para o projeto da ponte, sendo recebido pelo Duque de Portland, que mandou instalar uma ponte na estação de Paddington, projeto elogiado por engenheiros e considerado um eminente inventor.

Paine sempre acreditou que a Revolução Americana fora o início de um capítulo revolucionário na história do mundo através da disseminação de ideias como

os princípios universais de igualdade e liberdade, coisas que não poderiam mais ser contidas. Por isso, esperava que esses ideais se espalhassem tanto pela Grã-Bretanha quanto pelo continente europeu.

Paine estava na França até o fim do verão de 1787, quando já se apresentavam situações de alvoroço na população. No outono, já voltara à Grã-Bretanha ainda em busca de mais financiamentos para seus projetos de pontes, e também para contatar alguns dos que haviam apoiado a causa americana, entre eles, Edmund Burke. Havia esperança em Paine de que Burke e outros líderes *whigs* compartilhassem da mesma concepção no tocante aos movimentos revolucionários, principalmente, porque durante a atividade parlamentar dos britânicos, esses haviam feito discursos de apoio aos colonos americanos, pelos quais eram bem conhecidos e reconhecidos nos dois lados do Atlântico.

Contudo, por outro lado, Burke tinha conhecimento das atividades de Paine nas colônias americanas e da fama que havia alcançado. Não se sabia se Burke tivera a oportunidade de ler *Senso Comum* antes de conhecer o autor. Mas em sua *Letter to the Sheriffs of Bristol* (Cartas aos xerifes de Bristol), de 1777, Burke menciona de passagem “o autor do celebrado panfleto que preparou a mente do povo para a independência” dá uma indicação de que teria conhecimento sobre a obra de Paine, em especial, por tentar justificar as ações do autor do panfleto como se esse tivesse sido levado a tais atitudes em virtude dos excessos cometidos pelos representantes do governo inglês na área colonial. Só que como não há qualquer referência a qualquer tipo de combate as opiniões radicais sobre política que estavam contidas em *Senso Comum*, fica a dúvida quanto à leitura integral da peça, pois parece improvável que o irlandês não reagisse às ideias caso as tivesse conhecido.¹⁷³

Não obstante, a primeira reunião formal entre eles ocorreu no verão de 1788, quando se encontraram para jantar e passaram vários dias juntos na casa de Burke, fatos registrados pelo próprio em sua correspondência. Ao que parece, as discussões políticas foram deixadas de lado, mas eles se deram bem e permaneceram em contato após a visita. Há uma carta de janeiro de 1789 na qual Paine dirige-se a Jefferson, que estava em Paris, citando que era relativamente íntimo do Sr. Burke.

Durante a temporada passada na França, Thomas Paine teve a oportunidade de se aproximar dos líderes da ala radical da política francesa, o que o

¹⁷² LEVIN, Y. Op. cit, 2017, p. 36-37

¹⁷³ Idem, 2017, p. 40

tornou membro natural num momento em que a revolução estava prestes a acontecer. Nesse instante, desistiu de volta para casa na América, pensando que poderia prestar ajuda aos franceses ou ingleses em benefício dos Estados Unidos.

Burke, ao contrário, como já mencionado anteriormente estava mais preocupado com questões da política interna inglesa, com o agravamento da saúde mental do rei George III e a eminente decisão de se instaurar a regência do Império, o que levaria a uma crise política.

Não obstante, o interesse de Burke estar voltado para questões internas, no momento em que a agitação crescia na França, houve algum interesse por parte de outros políticos ingleses. Paris passava por tempos sombrios logo após a queda da Bastilha, estabelecendo os estágios iniciais do processo revolucionário, quando as exhibições de raiva (a decapitação do oficial-chefe da Bastilha em praça pública) vinham acompanhadas por pedido de justiça e de um novo sistema de governo, construído tendo por base os ideais iluministas de igualdade e liberdade.

Em agosto, é publicada uma declaração contendo seus princípios básicos, inspirada pela Declaração de Independência dos Estados Unidos. A francesa ficou conhecida como Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, onde era pedido um governo representativo e respeito pela dignidade humana.

Não havia ainda uma definição sobre que caminho o processo revolucionário iria tomar: se enveredaria pelo terror e anarquia ou se tornaria exemplo de uma nova ordem política, iluminista e racional.

Nesse momento, a reação inglesa foi positiva, muitos dos companheiros *whigs* de Burke, como o líder do partido, Charles James Fox, acreditavam que os franceses se mobilizavam para liberalizar o governo, quase no mesmo caminho tomando pelos ingleses após a Revolução Gloriosa. O próprio Fox havia se pronunciado com entusiasmo ao afirmar que a queda da Bastilha era o maior e melhor evento já ocorrido no mundo.

Ao que parece a reação de Burke foi mais reservada, pois reconhecia os problemas, as injustiças do velho regime, mas eram as reações violentas que o preocupavam. Só que onde ele pressentia o caos e o terror se instalando na França, Thomas Paine via uma fase do processo de revolução que levaria até o governo legítimo e a garantia dos direitos.

Esperando que o movimento revolucionário pudesse ter uma resposta por parte da Inglaterra, Thomas Paine escreveu a obra *Direito dos Homens*, onde apelava

para o bom senso, enfrentava a política financeira implantada na Inglaterra pelo governo de William Pitt, que reagiu contra Paine e pela supressão do livro.

Desde 1788 quando chegou a Paris, entrou em contato com alguns dos líderes iniciais da Revolução, entre ele, o Marquês de Lafayette, como também teve a oportunidade de submeter seus planos de inventivos à Academia de Ciências. Quando houve o evento na Bastilha, Lafayette presenteou Washington com a chave da prisão, que lhe devia ser entregue pelas mãos de Paine, mas esse permaneceu na Europa, envolvido com os projetos de suas pontes e outros interesses financeiros. Impedido de cumprir a missão que Lafayette havia lhe designado, escreveu a Washington dizendo que encontraria outra pessoa para assumir seu lugar no transporte da chave tão simbólica, encerrando a carta com a seguinte frase: “Não tenho a menor dúvida do sucesso final e completo da Revolução Francesa.”¹⁷⁴

Em busca do apoio de Burke, Paine lhe escreveu diversas cartas nas quais relatava a situação que via e vivia na França, em meio ao processo revolucionário, sendo que isso acabou por deixar Burke mais alarmado ainda com o rumo que a situação estava tomando.

Na última carta, escrita em 17 de janeiro de 1790, na qual passava adiante um relato recebido de Thomas Jefferson, antes de este retornar aos Estados Unidos, é mencionado que a Assembleia Nacional, nas palavras de Jefferson, “estava disposta a pôr fogo nos quatro cantos do reino e perecer com ele em vez de ceder um milímetro em seu plano para uma mudança total de governo”, como também é acrescida a própria visão de Paine que as ações que demonstrassem um agressivo esforço para superar antigas tradições e estabelecer racionalmente uma nova identidade nacional para a França, zerando o passado e encorajando a constituição de uma nova França. A esperança de Paine era que seus relatos servissem para encorajar Burke a apoiar a causa revolucionária, pois para ele esse movimento francês seria precursor de outras revoluções na Europa.¹⁷⁵

O efeito não foi o esperado, muito pelo contrário. A carta só serviu para confirmar as preocupações de Burke quanto ao extremismo do movimento e aumentou seus medos quanto ao efeito corrosivo na reverência do povo pelas instituições políticas e pelas tradições da sociedade.

¹⁷⁴ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Thomas_Paine (consultado em 02/08/2017)

¹⁷⁵ LEVIN, Y. Op. cit, 2017, p. 46

Eram visões diferentes: para Paine, falar de revolução era falar de destituição, de se livrar do peso de gerações de mau governo e iniquidade, deixando apenas a sociedade, essencialmente em seu estado natural; para Burke, qualquer movimento de mudança deveria se dar através de uma reforma lenta e incremental.¹⁷⁶

Ao escrever sua obra, *Os Direitos dos Homens*, cuja primeira parte foi publicada em março de 1791 por J. S. Jordan, Paine relutantemente reconhece o direito do povo de escolher um monarca, mas na segunda parte, já escrita um ano depois da primeira e no auge da Revolução Francesa, ele se declara um republicano absoluto. Em toda obra, seja na parte I quanto na II, encontram-se referências nominais a Burke e críticas a sua reação diante do movimento revolucionário tão bem recebido por Paine.

Já desde o prefácio da parte I de sua obra, há explícita referência a Burke, a quem via como um contrarrevolucionário:

Quando a Revolução Francesa irrompeu, decerto proporcionou ao Sr. Burke uma oportunidade de fazer algum bem caso estivesse para isso predisposto; em lugar disso, tão logo percebeu os velhos preconceitos produzindo sua corrosão, de imediato começou a plantar as sementes de um novo hábito inveterado, como se temesse que a Inglaterra e a França deixassem de ser inimigas. Que existem homens em todos os países que vivem da guerra e graças à manutenção dos conflitos das nações é tão chocante quando verdadeiro. Mas quando aqueles que estão engajados no governo de um país se dedicam a semear a discórdia e cultivar preconceitos entre as nações, isso se torna indesculpável.

No que respeita a um parágrafo neste trabalho alusivo ao fato do Sr. Burke ter uma pensão, o relatório com a informação esteve circulando por algum tempo, ao menos dois meses; e como, com frequência, uma pessoa é a última a ficar ciente do que mais lhe interessa saber, eu o mencionei, de modo que o Sr. Burke possa dispor de uma oportunidade de contestar o rumor, se o julgar apropriado.¹⁷⁷

Quanto ao que escreve na Parte II, publicada em fevereiro de 1792, que se inicia direcionada ao Marquês de Lafayette, Paine, em novo prefácio, explica que

Uma outra razão para adiar o resto da obra era o fato do Sr. Burke ter prometido em sua primeira publicação retomar o assunto numa outra oportunidade e realizar uma comparação entre o que chamava de Constituições inglesa e francesa. Consequentemente, mantive-me no aguardo de seu pronunciamento. Desde então ele publicou dois trabalhos, sem fazê-lo – o que certamente não teria omitido se a comparação tivesse sido a seu favor.

¹⁷⁶ Idem, 2017, p. 193-194

¹⁷⁷ PAINE, T. *Direitos do Homem*, 2005, p. 133 (grifos do próprio autor)

[...] Conheço o Sr. Burke o suficiente para saber que o faria se pudesse. Mas em lugar de contestá-los, ele se apressa em consolar-se declarando que “fez sua parte”. Ele não fez sua parte. Não cumpriu sua promessa da comparação das Constituições. Ele deu início à polêmica, lançou o repto e fugiu dele. E agora ele se colocou numa *posição delicada* com sua própria opinião de que “o tempo do cavalheirismo passou!”¹⁷⁸

Se a primeira parte foi publicada na França, já que o editor inglês Joseph Johnson fora ameaçado por agentes do governo caso o fizesse, a segunda parte apresenta a curiosidade de que a tradução francesa feita por François Lanthenas eliminou a dedicatória a Lafayette, por acreditar que Paine o exaltava muito, já que o nobre era visto como um simpatizante realista à época. O debate entre Paine e Burke era o confronto entre inovação e tradição, igualdade e hierarquia, revolução e ordem, resumidamente.

Ainda na França, Paine ao se opor à execução do rei Luís XVI, a quem era grato por ter apoiado à Revolução Americana, despertou a fúria dos jacobinos: foi expulso da Convenção e depois preso como estrangeiro, só sendo solto após a intercessão do novo Primeiro-Ministro norte-americano Monroe, a quem deveu o fato de não ter sido guilhotinado.

No retorno à América, também foi preso, quando já escrevia *A Idade da Razão*. Depois disso, caiu no ostracismo, doente e hostilizado pela maioria dos antigos amigos. Foi injustamente acusado de imoralidade e intemperança, passando os últimos anos na solidão e na pobreza. Morreu em 1809

2.5.3- A crítica fundamentada de James Mackintosh (1765-1832)

Por um tempo realmente seduzido pelo amor do que eu pensava ser a liberdade, me aventurei a opor-me às suas Opiniões sem nunca deixar de venerar seu caráter ... não posso dizer ... que eu possa até agora concordar com todas as suas opiniões sobre a presente política da Europa, mas posso afirmar com verdade que subscrevo os seus Princípios gerais, que os considero como a única base sólida tanto da ciência política como da prudência política.

James Mackintosh - Carta à Burke em 22 de dezembro de 1796¹⁷⁹

¹⁷⁸ Idem, 2005, p. 133

¹⁷⁹ Disponível em https://en.wikipedia.org/wiki/James_Mackintosh (acesso em 17/10/2017), trecho traduzido livremente pela autora, referente carta constante de R. B. McDowell and John A. Woods

Sir James Mackintosh foi jurista, político e historiador escocês, tendo interesse e estudos em diversas áreas, como jornalista, juiz, administrador, professor, filósofo, político, médico e advogado.

Nasceu em Aldourie, perto de Inverness. Ambos os pais pertenciam a velhas famílias dos Highlands. Sua mãe faleceu quando ainda era criança, seu pai esteve sempre ausente, tendo sido educado e criado pela avó, estudando no Seminário Fortose. Ainda adolescente, aos treze anos, já se proclamava um *whig*, procurando persuadir seus amigos a acompanhá-lo para assistir aos debates na Câmara dos Comuns.

Em 1780 foi estudar no King's College, na Universidade de Aberdeen, e, em 1784, iniciou seus estudos em medicina na Universidade de Edimburgo. Ele participou plenamente de movimentos intelectuais, tornando-se amigo de Benjamin Constant (1769-1830), mas não negligenciou seus estudos médicos e obteve seu diploma em 1787.

Ao deixar a Escócia para fazer carreira na Inglaterra e tendo fracassado como médico, ele estava dando os primeiros passos para se tornar um advogado. Uma vez instalado em Londres, ele se apoiou no jornalismo e formou estreitas relações em círculos que buscavam reformas no sistema de representação parlamentar, mas havia chegado justamente na época do julgamento de Warren Hastings, quando também ocorriam períodos de afastamentos do rei George III por problemas mentais. Já demonstrava interesse maior nas questões políticas do que nas atividades profissionais com que ocupava seu tempo. Foi membro fundador da Sociedade para a Prevenção da Crueldade contra os Animais.

Casou-se com Catherine Stuart, em 1789, e com ela teve três filhas: Mary, Maitland e Catherine, nascidas entre 1789 a 1795. Ficou viúvo em 1797 e casou novamente no ano seguinte com Catherine Allen, que faleceu em 1830. Tiveram dois filhos (Robert, que faleceu na infância, e Robert James) e duas filhas (Frances e Bess) entre 1800 e 1806.

Logo demonstrou interesse também em acompanhar os eventos que causaram ou precederam a Revolução Francesa. Em abril de 1791, aos vinte e cinco

anos, ele publicou sua obra *Vindiciae Gallicae: A Defence of the French Revolution and its English Admirers* sua resposta à obra de Edmund Burke. Esta obra colocou o autor no primeiro lugar entre os publicistas europeus, e com isso, ganhou a amizade de alguns dos homens mais destacados da época. Com o sucesso obtido após a publicação, Mackintosh decide, finalmente, desistir da atividade na medicina, optando por atuar na área legal.

Vindiciae Gallicae foi o veredicto de um filósofo liberal sobre o desenvolvimento da Revolução Francesa até a primavera de 1791. Os excessos dos revolucionários o obrigaram alguns anos depois a se opor a eles e concordar com Burke, mas sua defesa anterior dos direitos do homem é uma declaração valiosa do ponto de vista de um *Whig* culto na época. Mackintosh foi o primeiro a ver as *Reflexões* de Burke como "o manifesto de uma contrarrevolução".

Sua defesa da Revolução Francesa e seus apoiadores ingleses contra as acusações de Edmund Burke em *Reflections on the Revolution in France* revelaram-se bem sucedidas em avançar suas perspectivas dentro de uma ala do Partido Whig no Parlamento ligada à Charles James Fox, que declarou escolher o livro de Mackintosh como aquele que fez mais justiça à Revolução Francesa, preferindo-o ao de Burke ou o de Thomas Paine.

Após os *Direitos do Homem* de Paine, o livro de Mackintosh foi a resposta mais bem sucedida dada a Burke, como pensam alguns dos estudiosos da obra do irlandês. Já para outros, se não fosse pelo livro de Mackintosh, as opiniões anti-revolucionárias de Burke se tornariam universais entre as classes educadas, o que permitiu que ele se tornasse "o apóstolo do liberalismo".¹⁸⁰

A resposta de Mackintosh a Burke apareceu tarde em uma sequência de respostas que começou com Mary Wollstonecraft e continuou com obras de Catharine Macaulay, Joseph Priestley, e a primeira parte dos *Direitos do Homem* de Thomas Paine. Como o título latino indica (*Vindiciae Gallicæ*¹⁸¹ ou Reclamação Galesa ou Defesa Francesa), e especialmente quando comparado com o trabalho mais popular e incendiário de Paine, a resposta de Mackintosh foi escrita para um público educado, capaz de entender o que se pretendeu discutir a partir do próprio título.

¹⁸⁰ Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/James_Mackintosh (consultado em 17/10/2017)

¹⁸¹ Cf. *Dicionário do Latim Essencial*, 2014, p. 448: *Vindiciae* ou *uindiciae* corresponde a "pedido de posse provisória, reclamação em juízo".

Apesar de competir com Burke em seu uso da retórica e do aprendizado histórico, a marca distintiva do diagnóstico de Mackintosh do estado do francês e a política inglesa foi a sua preocupação com as chamadas "causas gerais". Ele afirmou estar lidando com o "caráter político e coletivo" de instituições e eventos em uma França em oposição à ênfase de Burke na acusação moral e na conspiração entre indivíduos e agrupamentos culposos. Na leitura dos fatos feita por Mackintosh, a França pré-revolucionária sofria de uma forma de despotismo atribuível ao declínio de sua aristocracia feudal em virtude da ascensão de novas classes de cidadãos, que passaram a ocupar novos lugares na sociedade francesa.

Ao contrário da Inglaterra, a França não aceitou de forma natural que benefícios fossem associados ao crescimento de novas classes (comerciais, profissionais e financeiras), que se tornavam mais capazes para sustentar instituições representativas do que a nobreza terratenente. Considerando que a sociedade francesa estava enfraquecida, "doente", as primeiras medidas tomadas para criar novas instituições em torno das quais a nação poderia estar unida eram justificadas.

Isso incluiu a opção mais revolucionária, uma forma unitária de governo centrado na Assembleia Nacional. A seguir seria proposta a adoção de outras medidas que buscariam remediar a situação em que a sociedade francesa se encontrava, tais como: a abolição dos privilégios corporativos associados a membros da nobreza e o clero, e a nacionalização da propriedade da igreja como suporte para uma nova moeda. Os excessos populares e os males parciais não eram uma parte essencial da Revolução e poderia ser atribuída à necessidade de enfrentar as ameaças colocadas por dissensão interna e invasão externa.

Contudo, o diagnóstico e a defesa de Mackintosh da Revolução basearam-se em uma mistura impressionante de argumentos buscados junto a outros pensadores representativos na Grã-Bretanha: David Hume sobre o papel da opinião e as classificações do meio na política e a impermanência das formas mais tradicionais de governo; Adam Smith sobre as conexões entre comércio, produtivo trabalho e liberdade; e o relato de Montesquieu sobre o surgimento do absolutismo na França à custa das ações parlamentares, desequilibrando a relação entre os poderes (executivo e legislativo). Para isso foi adicionado invocação de uma orgulhosa "Commonwealth" ou tradição republicana de resistência à monarquia absoluta, com seus heróis escoceses, George Buchanan e Andrew Fletcher, e o devido reconhecimento das ações desses.

Mackintosh condenou Burke pelo fracasso em compreender a verdadeira natureza de instituições francesas e as tensões colocadas sobre elas pela iminente falência do que seria denominado posteriormente de Antigo Regime. Em vez de invocar a história constitucional inglesa como o padrão, Mackintosh apelou para uma perspectiva europeia mais cosmopolita, que ligava as fortunas das nações ao crescimento do comércio internacional de bens e ideias. Em lugar do apelo de Burke ao precedente e à herança, ele via com esperança a mudança de critérios para a instauração de um o governo legítimo em um tempo futuro.

O debate provocado por Burke invocava a comparação entre a natureza da constituição inglesa e o significado de 1688 e a nova era que estava surgindo com eventos na França ocorridos a partir de julho de 1789. Para Mackintosh, o legado de 1688 apesar de ter sido genuinamente revolucionário nos princípios que adotou, também estava incompleto e se corrompeu.

A corrupção do sistema estaria evidente na influência real e na venalidade parlamentar, o que minava o sistema. Os poderes de impeachment e controle sobre as finanças do estado atribuídas à Câmara dos Comuns agora era meramente nominal. Desigualdades no sistema de representação tornou-se uma forma de opressão, pois, por vezes, as decisões da Câmara dos Comuns não refletiam mais a vontade popular.

Tornou-se uma conspiração projetada para aprovar as decisões tomadas pelo ministério que governava, deixando de realizar o devido controle sobre o poder executivo. As conquista da revolução não estava mais visível na Inglaterra, mas poderia ser retomado com uma reforma.

Ao preparar a terceira edição de sua obra, *Vindiciae Gallicae*, Mackintosh adicionou uma previsão confiante de que a Revolução seria permanente e que os esforços para suprimi-la falharia. Esses esforços de simplesmente unir os franceses em torno de suas novas instituições, e o fracasso marca o fim dos governos despóticos em toda a Europa. Da mesma forma, as tentativas para assediado dissidentes e outros ingleses aos partidários da Revolução foram um sinal desesperado da fraqueza dos governos *tories* que só podia contribuir para a sua morte.

Não obstante toda essa crença demonstrada por Mackintosh nos efeitos positivos da Revolução Francesa, o passar do tempo e o desenvolvimento do processo revolucionário, tomando caminhos não imaginados, fizeram com que ele reavaliasse sua opinião quanto ao que fora indicado por Burke em sua obra.

Como resultado da violenta mudança de eventos na França que levaram à execução de Luís XVI e ao surgimento da Guerra entre a França e a Inglaterra no ano seguinte, Mackintosh foi forçado a recuar do ataque a Burke, tornando-se cada vez mais ansioso para distanciar-se de sua defesa anterior da Revolução.

Em 1796, ele havia feito uma desculpa pessoal elaborada para Burke ao lhe escrever uma carta onde expressou seus sentimentos quanto ao que ele havia escrito em sua obra, mencionando que, em princípio, teria se oposto às opiniões que ali foram expostas; entretanto, concordava com as que versavam sobre a política atual da Europa, considerando os princípios gerais propostos por Burke, que se tornariam base sólida da Ciência Política e da Prudência Política.

Ao que Burke respondeu que Mackintosh teria sido o melhor advogado da sua causa, apoiando-o com base na verdade e na reflexão madura, e que essa mudança de opinião muito o alegrava. Todavia, havia quem apostasse que Burke estava cético quanto ao que considerava a "suposta conversão" de Mackintosh. Mesmo assim, Burke convidou Mackintosh para passar o Natal com ele em sua casa em Beaconsfield, onde este ficou impressionado com conversa travada com Burke, quando esse expôs minuciosamente e com precisão todo fato relativo à Revolução Francesa.

Fica sob suspense se a mudança de ponto de vista de Mackintosh foi verdadeira ou não, mas a vida continuou além dessa disputa entre cidadãos britânicos a partir do movimento revolucionário surgido na vizinha França.

Como advogado, Mackintosh dirigiu seus maiores esforços público através de suas palestras no ano de 1799 sobre a lei da natureza e as nações, das quais o discurso introdutório foi publicado e correu para várias edições; também foi famoso seu discurso em 1803 defendendo Jean Gabriel Peltier, um refugiado francês, num processo de difamação instaurado por Napoleão, visto que Peltier teria argumentado que Napoleão deveria ser morto no momento em que a Grã-Bretanha e a França estivessem em paz. O discurso foi amplamente publicado em inglês e também em toda a Europa em uma tradução francesa. Em 1803, ele foi tornado Cavaleiro.

Ele foi nomeado juiz principal de Bombaim, ocupando o cargo em 1804. Alguns meses após sua posse no cargo fundou a Sociedade Literária de Bombay em sua casa, onde um círculo de intelectuais e amigos se reunia para discutir a história, a geografia, a zoologia e botânica do subcontinente, bem como seus povos e línguas, costumes e religiões. O grupo evoluiria para a Sociedade Asiática de Mumbai.

No entanto, ele não se sentia em casa na Índia, onde ficou doente, e recuperou a felicidade ao partir para a Inglaterra em novembro de 1811. Recusou a oferta para retomar a vida política sob a ala do partido *Tory* dominante, apesar das perspectivas de mandato. Entrou no Parlamento em julho de 1813 como um *Whig*, primeiramente, como representante por Nairn até 1818, e depois por Knaresborough, até sua morte.

A carreira parlamentar de Mackintosh foi marcada por seu liberalismo: ele se opôs às medidas reacionárias do governo conservador; Ele apoiou e, mais tarde, conseguiu com seus esforços para reformar o código criminal; e assumiu uma liderança tanto na emancipação católica quanto no *Bill Reform*. De 1818 a 1824, em concomitância com a atividade política de parlamentar, foi professor de direito e política geral no East India Company's College em Haileybury e foi nomeado Comissário para os assuntos da Índia sob a administração *Whig* de 1830.

A morte prematura de Sir James Mackintosh aos sessenta e seis anos foi atribuída a um osso de frango ficando preso na garganta, causando um episódio de engasgamento traumático, causando-lhe longo sofrimento por cerca de um mês, até o seu falecimento em 30 de maio de 1832. Foi sepultado no cemitério de Hampstead.

2.6. O pensamento burkeano ultrapassa o século XVIII

Foram escritas várias obras antirrevolucionárias sobre a Revolução. Burke escreveu um livro revolucionário contra a Revolução.

Novalis, escritor alemão, pseudônimo de Georg Philipp Friedrich von Hardenberg (1772-1802) - *Fragmente* (1798)

Burke, durante grande parte de sua carreira política, permaneceu na oposição, logo, fora do governo. Ao morrer, em 1797, teve seu momento de triunfo a partir das denúncias relativas à situação da França após a Revolução, mas ainda uma batalha incerta, pois muito ainda estava por vir.

A partir do seu falecimento, os historiadores registraram o esvanecimento daquela ordem governada pelo que Burke descrevia como espírito da religião e o espírito do cavalheirismo. Foi mais do que um líder partidário e um homem do seu

tempo. Burke, porém, não desapontou, nem é arcaico, ainda fala ao nosso tempo, escreveu seu maior admirador, Russell Kirk.¹⁸²

Se no século XIX ainda era usado como pensador político para justificar algumas reações à própria Revolução Francesa e suas consequências, como o fez Silva Lisboa, em língua portuguesa, ao chegar o século XX, foi resgatado por outros distintos pensadores políticos, aos quais cabe algum destaque.

O autor da citação inicial, Georg Philipp Friedrich von Hardenberg (1772-1801), mais conhecido pelo pseudônimo *Novalis*, um dos mais importantes representantes da primeira fase do romantismo alemão de finais do século XVIII, também fora influenciado fortemente pelas novas ideias surgidas a partir do movimento revolucionário francês, tendo a crença que o que se estava vivendo seria equivalente a derrubada das “Muralhas de Jericó”. Revelava-se um romântico místico, que acreditava numa possível restauração de uma república cristã, que considerava desaparecida desde a Reforma Protestante, que em muito modificara a sua região de origem.

A influência de Burke sobre Novalis é inestimável, mesmo que não se possa afirmar que Burke mudou completamente as opiniões políticas de Novalis, especialmente em relação à Revolução Francesa. Novalis menciona Burke apenas uma vez em suas obras¹⁸³, mas é uma referência notável e demonstra certa influência de Burke no pensamento alemão. A frase destacada de Novalis sobre Burke indica o quanto ele ficou impressionado com as ideias de Burke que vieram a serem consideradas no pensamento político subsequente na Alemanha. Novalis compartilhava a desconfiança de Burke por definições e princípios, embora sua hostilidade ao racionalismo tenha fontes muito diferentes das do pensador inglês. Burke desconfiava dos princípios e defendia uma política que se baseava na tradição e na evolução porque tratava a história de seu país como uma unidade orgânica que nem a revolução conseguiria interromper.¹⁸⁴

Novalis e os românticos repudiaram os princípios da Revolução Francesa, pois viam na Revolução apenas a antítese, o que significava tão pouco para eles como

¹⁸² Idem, 2016, p. 134

¹⁸³ NOVALIS, *Pólen: fragmentos, diálogos, monólogos*, 2001, p. 98.

¹⁸⁴ ARIS, R. *History of Political Thought in Germany 1789-1815*, 2006, p. 270

a tese constituída pelo século XVIII. Eles estavam preocupados com a síntese, pois se opunham aos princípios da liberdade e da igualdade alardeados pelos revolucionários, já que para Novalis e seus companheiros uma sociedade baseada na igualdade lhes parecia muito longe do seu ideal estético e orgânico.¹⁸⁵

Não foi somente a visão de Burke com relação à Revolução, mas também toda a sua visão da natureza do Estado. O que mais tocou Novalis no trabalho de Burke foi a crítica deste à aplicação de um método analítico racionalista à vida do homem no Estado.¹⁸⁶

Vê-se que ainda em seu tempo, mas fora dos limites do Império Britânico, Burke já demonstrava o quanto sua principal obra se tornaria um texto de grande destaque no pensamento político a partir de então, pois, afinal, as *Reflexões* foram logo traduzidas para o francês (em menos de um mês depois de publicada na Inglaterra), alemão, italiano e até em espanhol (em uma edição clandestina). Até o falecimento de Burke haviam sido vendidas cerca de 30 mil cópias na Inglaterra. Já na França, até a terceira edição, foram mais de 10 mil exemplares vendidos.

Gérard Gengembre, autor do verbete “Burke” no *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*, organizado por Furet e Ozouf, lembra que a obra de Burke foi traduzida na Alemanha desde 1791, tendo influenciado Brandès, conhecido por *Considérations politiques sur la Revolution française*, de 1790, e *Sur quelques conséquences de la Révolution française par rapport à l’Allemagne*, de 1792, além de Rehberg, autor de *Recherches sur la Révolution française*, de 1793, e Gentz, o tradutor, denominado o Burke alemão.¹⁸⁷

Já na época dos eventos, Burke era visto como um representante do movimento contrarrevolucionário. Se o movimento em si foi ineficaz, o pensamento político foi responsável pela elaboração de uma doutrina sistemática que ainda muito se refletiria no decorrer do século XIX, demonstrando certa hostilidade ao novo mundo que parecia ter nascido a partir da Revolução Francesa. Essa hostilidade ficou explícita através da publicação da obra de Burke, onde ele expressou suas

¹⁸⁵ Idem, 2006, p. 271

¹⁸⁶ GERMANA, N. A. *The Anxiety of Autonomy and the Aesthetics of German Orientalism*, 2017, p. 114

¹⁸⁷ FURET, F e OZOUF, M. *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*, 1989, p. 940

preocupações com o desenvolvimento dos acontecimentos mesmo antes deles tomarem efetivamente esse rumo. Era o diagnóstico pessimista que o movimento revolucionário já nascera “doente”, sem perspectiva de que os efeitos fossem positivos para a população.

Burke, como se sabe, foi o primeiro a introduzir, no debate sobre a Revolução Francesa, a comparação com a experiência inglesa ocorrida no século anterior, baseando-se no entendimento de que na Inglaterra houve a fundação de instituições livres, enquanto que a França produziu décadas de instabilidade durante todo o processo revolucionário. Na mesma direção de comparação entre movimentos, Tocqueville se vale da Revolução Americana em substituição da Revolução Gloriosa.

O pensamento contrarrevolucionário formulou uma crítica da democracia, que era o instrumento mais destacado para efetivar os cortes dos laços que ligavam os súditos da monarquia e as instituições nacionais no momento em que tornavam esses indivíduos iguais, sem divisão de estados, dotados de direitos naturais, que passavam a se associar de forma livre em nome de uma identidade comum e buscavam representação junto ao governo instituído para tal.¹⁸⁸

Outro autor que se interessou por Burke, já no século XX, foi Isaiah Berlin, que o viu como um “inimigo da Ilustração” Quem realça essa imagem é Gertrude Himmelfarb, em seu livro *Os Caminhos para a Modernidade: os Iluminismos Britânico, Francês e Americano*, que no capítulo 3 se dedica a estudar o próprio Edmund Burke.

Ao tratar do papel de Burke no Iluminismo britânico, Himmelfarb relembra que tanto ele quanto Paine eram discípulos confessos de Adam Smith, exemplo digno do Iluminismo, enquanto que dos seus discípulos Burke foi aquele a quem tal status tem sido negado, sendo caracterizado como o que reagiu ao Iluminismo, ou nas palavras de Berlin, seria um exemplo de “contra-Iluminismo”. O texto em questão é o primeiro (“The Counter-Enlightenment”) do livro de Berlin, *Against the Current: Essays on the History of Ideas*, publicado pela primeira vez em 1979. Himmelfarb cita que no ensaio de Berlin sobre o contra Iluminismo, “ele

¹⁸⁸ Idem, 1989, p. 661-666

descreve a ideia de uma sociedade orgânica, tal como pensada por Burke, como tendo implicações fortemente conservadoras e, na realidade, reacionárias”.¹⁸⁹

Gertrudes Himmelfarb, historiadora americana, expoente da interpretação conservadora da história e da historiografia, menciona que não somente os críticos de Burke o qualificam como um representante do contra Iluminismo, mesmo seus admiradores tinham essa concepção, vendo que isso também se aplicaria à Revolução Francesa. Observa-se, então, que nem todos os historiadores ou estudiosos do pensamento político admitem que Edmund Burke fosse um representante do Iluminismo, justamente por seu pensamento conservador, tão ligado às tradições. Entretanto, Burke nunca se opôs diretamente ao Iluminismo, somente ao movimento revolucionário por suas bases liberais e pluralistas, seus alvos eram Voltaire e Rousseau.

Dentre os contemporâneos de Burke havia quem o admirasse, como Edward Gibbon, nítido representante do Iluminismo. Gibbon concordava com o que pensava Burke com relação ao movimento revolucionário francês, ao chamar seus integrantes de fanáticos e bárbaros. Em continuidade ao seu capítulo sobre Burke, a autora discorre sobre vários aspectos tanto da obra quanto do político e autor irlandês para, ao final, destacar que o mais notável havia sido a antecipação por parte de Burke dos eventos graves que estavam no caminho dos revolucionários franceses. Chegava-se a uma revolução de sentimentos, costumes e opiniões morais, que se tornou a lógica e a dinâmica do Terror, ressalta a historiadora que conclui pela contribuição distintiva de Burke para a análise da Revolução Francesa e para o próprio Iluminismo.¹⁹⁰

Voltando a Isaiah Berlin (1909-1997), encontram-se novas menções a Edmund Burke em outro livro, *Rousseau e outros cinco inimigos da Liberdade*, onde foram reunidos por Henry Hardy textos de palestras transmitidas pela rádio BBC entre 1951/52, quando Berlin ainda contava com a idade de 43 anos. Os destacados “cinco inimigos” que acompanham Rousseau foram Helvétius, Fichte, Hegel, Saint-Simon e Maistre, pensadores cujas ideias tiveram papel de destaque na época da Revolução Francesa, sempre se referindo à questões de filosofia política e moral.

¹⁸⁹ HIMMELFARB, G. *Os Caminhos para a Modernidade: os Iluminismos Britânico, Francês e Americano*, 2011, p. 197

As citações ao nome ou ideias de Burke estão inclusas nas palestras referentes à Fichte, Hegel, Saint-Simon e Maistre, das quais extraem-se as seguintes ideias:¹⁹¹

- em Fichte (1762-1814): “o ser é algo relacionado com a sociedade, não apenas produto da história e da tradição, mas esteja igualmente unido a outros seres humanos através da miríade de laços espirituais indissolúveis de Burke, que exista apenas como parte de um padrão geral, do qual constitui um elemento”. É como Fichte começa a dirigir-se a uma concepção teológica do ser; Berlin destaca a analogia entre o indivíduo e a nação, uma metáfora orgânica secularizada por Burke e por Rousseau e com muito poder em Fichte, pensador alemão responsável pela difusão de uma ideia de liberdade que se encontra em contraste e desacordo com o que defendiam pensadores ingleses, franceses e americanos no final do século XVIII e XIX;

- em Hegel (1770-1831): os indivíduos estão inseridos no contexto social do próprio tempo e lugar, ligados aos seus semelhantes, familiares e à cidade em que vivem, à raça, religião, ao país, aos vivos e aos mortos e aos ainda não nascidos: a grande sociedade dos vivos e dos mortos da qual Burke havia falado; “para compreender um homem, temos de compreender o seu ambiente social, os seus amigos e as suas relações, os seus superiores e inferiores, o que faz e o que lhe fazem e por quê e por quem, não apenas porque isso o dá a conhecer, mas porque ele literalmente não existe a não ser como parte desse padrão total, assim como um som não existe numa melodia, a não ser como um ingrediente específico dessa melodia particular, executada num instrumento particular no contexto partícula em que a música é tocada”;

- em Saint-Simon (1760-1825): é mencionado por Berlin como sendo “o mais notável de todos os profetas do século XX” - em vida era visto como um lunático inspirado que escrevia mal, mas sua reputação melhorou postumamente; como Burke, Saint-Simon também era muito centrado na História; ele “reclama não apenas aquilo que Burke chama “uma parceria em toda a ciência, um parceria em toda a arte, uma parceria em toda a virtude”, embora creia nisso ardentemente, claro, mas

¹⁹⁰ Idem, 2011, p. 98-122

¹⁹¹ BERLIN, I. *Rousseau e outros cinco inimigos da liberdade*, 2005, p. 94, 97, 125,156,179 e 184.

igualmente numa parceria no sentido mais literal (no sentido em que o Estado de Burke decididamente não era pensado como uma parceria), uma parceria nos negócios, na manufatura – precisamente o que Burke rejeitava - uma parceria no comércio, na indústria, na transação de tudo aquilo de que os seres humanos necessitam, e no conhecimento, sem o qual os homens nada conseguem fazer”; na visão de Saint-Simon o fim da sociedade não é só o bem comum, mas “o autodesenvolvimento, a melhor aplicação, para satisfação das necessidades humanas, do conhecimento adquirido pelas ciências, nas artes e ofícios, a disseminação desse conhecimento e o desenvolvimento e máxima acumulação dos seus frutos, ou seja, a combinação mais proveitosa de todas as atividades individuais, na esfera das ciências, das artes e dos ofícios”;

- em Maistre (1753-1821): escritor, filósofo, diplomata e advogado, tendo sido um dos proponentes mais influentes do pensamento contrarrevolucionário ultramontano (era natural do reino de Saboia) no período seguinte à Revolução Francesa; era favorável à restauração da monarquia hereditária, que via como uma instituição de inspiração divina, também era a favor da suprema autoridade do Papa, tanto nas matérias religiosas como nas matérias políticas; foi, segundo Berlin, “uma figura assustadora para muitos dos seus contemporâneos, por aquilo que escreveu e não por aquilo que era”, sendo que seus contemporâneos não tiveram a oportunidade de conhecê-lo; Maistre, fortemente influenciado por Burke, acreditava que “tudo o que remonte à bruma da antiguidade foi criado por Deus e não pelo homem”; “a história, afinal, é o nosso único professor e a política é apenas história experimental”, aqui Maistre fala como Burke, na opinião de Berlin, ao defender o preconceito exatamente nos mesmos termos como sendo o conjunto das crenças dos séculos testadas pela experiência, “é o revestimento que a humanidade adquiriu ao longo dos séculos, pela tradição, testado em muitas situações diferentes, e libertarmo-nos dele é ficarmos nus e a tremer perante as forças destrutivas da vida”.

Pode-se observar que as diversas ideias e concepções defendidas por Burke, possibilitam a leitura por outros e adaptações a serem usadas para a defesa de novas ideias, políticas, morais e religiosas.

Outro pensador político que também faz menção à Burke em seu trabalho, é J. G. A. Pocock, em seu livro, *Linguagens do Ideário Político*, onde incluiu o irlandês em dois capítulos.

No capítulo 9 intitulado como “Josiah Tucker e Burke, Locke e Price: um Estudo sobre as Variedades do Conservadorismo no século XVIII”, as citações a Burke referem-se a questões que abordam o conservadorismo das ideias; o radicalismo em potencial na defesa de suas argumentações; suas posições adversas com relação à Revolução Americana e à Francesa; as disputas entre *Whigs* e anglicanos, iluministas e tridentinos, representadas pela religiosidade de Burke e Maistre; o confronto entre conservadorismo e revolução com o desafio da tradição, tendo Burke como filósofo das tradições: Direito Natural e Consuetudinário, piedade romana e prudência, fé cristã e cavalaria medieval.

Pocock menciona que “se o conservadorismo é a defesa da ordem existente, o conservadorismo do século XVIII era a defesa de uma revolução, que se tivesse terminado em oligarquia e restrição da política, não seria suficiente para tornar sua defesa um simples exercício de tradicionalismo”.¹⁹²

Ao final desse capítulo, Pocock afirma que quando Burke “observou os procedimentos dos revolucionários franceses, logo viu neles um programa de sistemática destruição das maneiras e substituição das mesmas por um código de comportamento social completamente novo e antinatural”. Ainda lembra que a Universidade de Oxford recusou um título honorífico a Burke, no apogeu de sua fama contrarrevolucionária, porque seus membros não estavam seguros quanto à sua relação com o clero e o seu desejo de liberar os católicos irlandeses não estava desvinculado de seu desejo por uma religião, em última análise, civil.¹⁹³ Não pode ser esquecido que o capítulo em questão aborda a figura de Tucker, um contemporâneo de Burke, que acompanhou seu caminho político e seus escritos até sua morte e que tinha suas próprias concepções acerca dos efeitos da Revolução Francesa, que não será tratado neste momento.

¹⁹² POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*, 2013, p. 204-205

¹⁹³ Idem, 2013, p. 241-242

No mesmo livro de Pocock há outro capítulo, o de nº 10, intitulado “A Economia Política na análise de Burke da Revolução Francesa”, onde a análise dos pensamentos de Edmund Burke é feita sob novo ângulo: o da economia política.

Esse ensaio trata tanto da obra de Burke, *Reflections on the Revolution in France*, e como também de suas *Letters on a Regicide Peace*, tendo por base um texto anterior de Pocock publicado em 1960 intitulado de “Burke and the Ancient Constitution: A Problem in the History of Ideas”, no qual argumentava que algumas passagens das *Reflexões*, juntamente com outros discursos e textos de Burke, “deviam ser entendidos no contexto de uma tradição de pensamento consuetudinária, estabelecida à época de Sir Edward Coke, e que elas continham alusões explícitas e conscientes a essa tradição e ao seu próprio lugar nela”.¹⁹⁴

Contudo, no novo ensaio, Pocock defende a tese de que passagens importantes das *Reflections* e das *Letters* podem, de modo análogo, “ser situadas em uma tradição de pensamento completamente diferente, que será denominada *economia política*”; mas não se propõe a investigar as relações entre as duas tradições, ou “as possíveis coerências e incoerências, no texto e no pensamento de Burke, decorrentes do fato de estarem ambas presentes”. Burke, para Pocock, poderia ser lido em ambos os contextos, contudo, a resposta de Burke à revolução parece diferente quando considerada como a resposta de um constitucionalista “consuetudinária” e quando considerada como a de um expoente da economia política, sendo fundamental estabelecer que ela pode ser vista de ambas as maneiras.

Lembra Pocock que o termo *economia política* pode ser usado a partir do final do século XVIII, sendo usado à época como forma de denominar a ciência nascente da riqueza das nações, ou como a política de administrar a riqueza pública. É nesse ponto que ressalta que Burke era um admirador do trabalho de Adam Smith e que as duas peças analisadas contêm longas passagens dedicadas “à análise do estado da receita tanto na França revolucionária (1790) quanto na beligerante Grã-Bretanha (1796)”. Outro uso para o termo denotaria uma forma mais ideológica, que “tinha por meta estabelecer as condições de vida morais, políticas, culturais e econômicas nas sociedades mercantilistas em desenvolvimento: um humanismo mercantilista, como

¹⁹⁴ Ibidem, 2013, p. 246

pode ser chamado, que enfrentou o desafio posto pelo humanismo cívico ou republicanismo clássico à qualidade de vida em tais sociedades”.¹⁹⁵

Como se pode observar, Burke apresentava em seus trabalhos várias facetas que permitem a quem os lê constituir novas interpretações. Isso pode dar uma pista sobre a obra que Silva Lisboa produziu a partir de sua própria leitura dos textos e discursos escolhidos, publicando-os em épocas diferentes com prováveis objetivos diversos, mas sempre com um olhar baseado em suas próprias convicções.

Cabe lembrar também outro autor, o espanhol José Ramón García-Hernández, diplomata de carreira, doutor em Ciências Políticas, graduado em Ciências Econômicas, mas atualmente é deputado do Partido Popular representando Ávila, que escreveu a obra *Edmund Burke: la solución liberal reformista para la revolución francesa*, em 2016, onde busca superar uma série de erros sobre as interpretações dos escritos de Burke quanto aos princípios liberais e reformistas que justificam sua ação política. Destaca que os princípios descritos pelo escritor irlandês inspiraram liberais modernos como Hayek, entre outros, como também aqueles que têm opiniões políticas anglo-saxãs distintas que trabalham como renovações ideológicas no atual mundo globalizado, motivando o “renascimento” de Burke em diversos estudos pelo mundo e cita duas frases de Burke, extraídas da obra *Thoughts on the cause of the presente discontents*:¹⁹⁶

A democracia como uma comunidade que une Deus com os homens e estes com seus antepassados, com o presente e com seus descendentes.

Quando os homens maus concordam, o bem deve se associar; de outra forma, eles falharão, um por um, um sacrifício inoportuno em uma luta desprezível.

Na opinião desse autor, *Reflections* é uma obra liberal reformista, que serve de alerta severo aos revolucionários radicais de toda época e condições, além de ressaltar que houve interesse pelo pensamento de Burke no período da Guerra Fria ante o desarme intelectual do conservadorismo e o desprezo que lhe foi dado pelos

¹⁹⁵ POCOCK, J.G.A. Op cit, 2013, p. 246-247

¹⁹⁶ GARCÍA-HERNANDEZ, J. R. *Edmund Burke: la solución liberal reformista para la Revolución francesa*, 2016, p. 25

marxistas, sendo um dos objetivos da obra do espanhol resgatar o trabalho do irlandês para uma melhor compreensão de sua relevante contribuição ao pensamento político.

Embora Burke tenha morrido com fama e reconhecimento social mesmo com sua grande estatura política, a complexidade e a profusão de seu trabalho obstruem seu conhecimento real. E, no entanto, a influência de seu pensamento salvou a democracia nos séculos XIX e XX. Podemos afirmar sem medo o erro que salvou a civilização ocidental da barbárie em pelo menos três ocasiões: o primeiro contra Napoleão, depois na Segunda Guerra Mundial, onde Churchill demonstra sua afiliação com o pensamento de Burke e, finalmente, na Guerra Fria revitalizando os argumentos ocidentais.

O trabalho do autor espanhol busca fazer uma nova biografia de Burke, mas centrada em sua linha de pensamento para diversas áreas, pois vê-se que a estrutura do livro se divide entre: a defesa da liberdade; seu pensamento político e sua influência do século XVIII ao XXI; a resposta liberal de Burke a crise de legitimidade do século XVIII; a busca da resposta liberal na obra de Burke antes das *Reflexões* e o reflexo dessa obra sobre a Revolução Francesa. Além dessa análise, o autor ainda trata de outras obras escritas sob forma de discursos ou panfletos entre os anos de 1791 a 1796, dentre elas estão inclusas as que também foram objeto de análise de Silva Lisboa no século XIX, como por exemplo: “Carta a um nobre senhor” e “Carta sobre a perspectiva de uma Paz regicida”.¹⁹⁷

Por fim, não se pode deixar de mencionar um dos autores atuais que mais se dedica ao conservadorismo: Roger Scruton, que em *O que é Conservadorismo*, o escritor, filósofo e jornalista inglês apresenta uma obra que se detém em questões dogmáticas, diferenciando a filosofia e o pensamento político conservador, mostrando que há quem acredite que não há uma política conservadora, não há nenhum pensamento conservador ou visão geral da sociedade que motive os conservadores a agir, pois sua ação é mera reação; sua política, a procrastinação e sua crença, a nostalgia.

Quanto às citações de Burke, elas estão no capítulo que trata da “Atitude Conservadora”, onde é destacado o papel que lhe cabe numa política conservadora a

¹⁹⁷ Idem, 2016, p. 11-14

ponto de ser chamado de “Pai Fundador” do Partido Conservador; no capítulo “Autoridade e Obediência”, a questão se prende ao fato de Burke defender que a individualidade ameaça a obediência, isso ocorre quando numa sociedade em que a individualidade procura conceber a si mesma em oposição às instituições e às tradições a partir das quais emerge, levando a uma ameaça à ordem civil; no mesmo capítulo há um item sobre a tradição no qual se considera a ideia de Burke quanto ao “conhecimento social”, preso às tradições, hábitos e costumes que envolvem as sociedades e pode afetar a economia.¹⁹⁸

No capítulo “A Constituição e o Estado” o item denominado “Democracia” usa a ideia de Burke relativa ao princípio da constituição, não aceitando o direito de voto universal como parte necessária ao processo democrático ou mesmo que isso estivesse relacionado com a legitimidade da lei; em continuidade, também é ressaltado o pensamento de Burke que vê a sociedade como um contrato, mas diferentemente dos revoltosos franceses e Rousseau, o irlandês reconhece que o contrato precisaria incluir não apenas os vivos, mas os não nascidos e os mortos, sendo que para esses Burke observava que também tinham um interesse permanente em nosso respeito por eles, o que é reconhecido por lei, quando somos obrigados a realizar a vontade expressa num testamento, independentemente de ser ou não de interesse de mais alguém.¹⁹⁹

Nesse mesmo capítulo intitulado de “A Constituição e o Estado”, Scruton cita Burke ao lembrar o “princípio da hereditariedade”, que possibilita a análise política sob a perspectiva de longo prazo e, ao final desse capítulo, ainda cabe a menção quanto ao item “Governo e Partido” no qual é dito que “Burke estava correto na sua intuição de que a política partidária é um baluarte contra a fragmentação da vida política, que poderia, de outro modo, ocorrer sob o processo da democracia. Pela influência do partido, os votos são registrados não como uma manifestação da vontade individual, mas, de forma ampla, como um gesto de fidelidade a um estilo de governo; e a continuidade do partido é sentida como a substituta mais próxima para a continuidade da nação”.²⁰⁰

¹⁹⁸ SCRUTON, R. *O Que é Conservadorismo*, 2015, p. 45, 76 e 86-87

¹⁹⁹ Idem, 2013, p. 109 e 111

²⁰⁰ Ibidem, 2013, p. 127-128

Por fim, no capítulo 8, “Establishment”, a referência à Burke se prende ao item “Religião” por tratar da ideia de uma sociedade cristã, na qual o conservadorismo inglês e o costume cristão possuiriam uma ligação nas convicções políticas, sendo que Burke é usado como exemplo de quem não acreditava ingenuamente na religião que apoiava, sendo um tipo de pessoa que não poderia ser considerada um religioso. Entretanto, ao se tratar da questão de Igreja e Estado influenciando os pensamentos políticos da sociedade e seus princípios conservadores, Burke era um daqueles que via na religião uma força essencialmente conservadora e importante na manutenção da ordem numa sociedade.

Ao se concluir o presente capítulo, constata-se que foi feito um resgate das diversas facetas de Edmund Burke: de político, de intelectual, de ativista político e de escritor, para entender um pouco das suas ações e dos seus pensamentos, que ganharam o mundo e foram lidos e discutidos em todas as partes desde o século XVIII. Ora idolatrado, ora esquecido, vê-se o retorno no século XXI do pensamento conservador, o que demanda a volta da discussão de questões relevantes para compreender o que foi o chamado “pensamento conservador” em seu próprio tempo.

Capítulo 3 – SILVA LISBOA E O IMPÉRIO PORTUGUÊS

Não saber o que aconteceu antes do teu nascimento seria para ti a mesma coisa que permanecer criança para sempre.

Marcus Tullius Cícero (106aC-43aC)

Conhecer e entender a vida de pessoas que viveram antes de nós é uma das atribuições do historiador, que sempre busca, em suas pesquisas, compreender em que circunstâncias viviam seus personagens, objeto da pesquisa. Com esse trabalho, procurou-se conhecer não só o personagem, seu modo de pensar, como também o seu lugar, o seu tempo.

Para tanto, seguindo o que foi feito no capítulo anterior com relação à biografia de Burke, também buscou-se mostrar alguns fatos da biografia de Silva Lisboa. Essa é a maneira pelo qual aquele que busca conhecer um personagem deve agir, cabendo destacar que Edmund Burke (1729-1797) deixou muitas cartas dirigidas a amigos e companheiros de vida pública, além de haverem registros de sua infância nos locais em que viveu. Com relação à Silva Lisboa os recursos não são tão precisos e pouca documentação existe além da própria memória deixada pelo filho Bento numa sessão do IHGB.

Como disse a escritora Virgínia Woolf em seu ensaio sobre biografia a respeito da ação do biógrafo que deve levar em consideração o que pode ou não fazer, quando se diz a verdade sobre o personagem já morto, distinguindo aqueles sobre os quais o biógrafo ainda pode ter contato com outras pessoas que o conheceram ou quando o biografado viveu em tempos distantes sem deixar maiores registros de fatos ocorridos, fazendo com que o biógrafo se valha da criatividade e preencha as lacunas com sua imaginação:

[...] somos forçados a dizer que o problema está na própria biografia; ela impõe condições que devem ser baseadas em fatos, que podem ser verificados por outras pessoas além do artista. Se o autor inventa fatos como um artista os inventa – fatos que ninguém mais pode verificar – e tenta combiná-los com fatos de outra sorte, eles destroem um ao outro.²⁰¹

²⁰¹ WOOLF, V. A Arte de Biografia. *Revista Dispositiva*, 2012/13, p. 204

Lembra ainda Woolf que

[...] o biógrafo deve ir à frente do resto de nós, detectando falsidades, irrealidades, e a presença de convenções obsoletas. Seu senso de verdade deve estar vivo e na ponta dos dedos. E, novamente, desde que vivemos um tempo em que mil câmaras estão apontadas por jornais, cartas e diários, de todos os ângulos, em direção a cada personagem, ele deve estar preparado para admitir versões contraditórias a respeito de uma mesma face. A biografia ampliará seu escopo mediante a visada escrutinadora de pontos embaraçosos. E dessa diversidade toda surgirá não uma vida desordenada, mas uma unidade mais rica.²⁰²

Após aplicar essa teoria da biografia à Burke, foi necessário buscar também por fontes que nos permitissem chegar mais próximo a quem fora José da Silva Lisboa (1756-1835), aquele que ficaria na história como Visconde de Cayru ou Cairu, título concedido pelo Imperador D. Pedro I, em 1826.

Ambos foram homens nascidos no século XVIII, enquanto o primeiro faleceu poucos antes da mudança de século, o segundo viveu até o início da terceira década do século XIX. Foram dois intelectuais, influenciados pelas ideias iluministas, também foram homens de religião, mesmo em lados diferentes do cristianismo (protestante e católico), que transferiram para seus escritos suas concepções de moral, economia, política e sociabilidade.

Embora fossem contemporâneos Burke e Lisboa, viveram realidades diferentes, tiveram trajetórias diversas, mas semelhantes em contradições e controvérsias. Sempre atentos aos acontecimentos, ambos acompanharam as mudanças advindas dos processos revolucionários na América do Norte e na França e suas consequências.

Em sua obra *Memórias da vida pública de Lord Wellington, part. I, p. 3*, publicada em 1815, é o próprio José da Silva Lisboa quem caracteriza o que representa para ele um trabalho de biografia:

A biographia dos grandes homens tem sido desde alta antiguidade objeto de escriptos uteis, ainda que as veaes desaceitos, e até proscriptos pelos que, segundo argúe Tacito, em vão tentam abolir a consciência do gênero humano, e amortecer a lembrança das acções egrégias, para nada ocorrer de honesto nos que desejam fazer cousas dignas de fazerem, como no liberal governo de Trajano aconselhava

²⁰² Idem, 2012/13, p. 206

o seu panegyrista Plínio, para também deixar testemunho de sua existência.²⁰³

Silva Lisboa nasceu na Bahia, no dia 16 de julho de 1756, filho do português Henrique da Silva Lisboa e da baiana Helena Nunes de Jesus (da Silva). Foi economista, historiador, jurista, publicista e político, tendo participado ativamente do processo de independência do Brasil. A ele foi creditada a promoção de importante reforma econômica realizada na América Portuguesa logo a seguir da chegada da Família Real em 1808: a abertura dos portos às nações amigas.

A partir desse encontro com o príncipe-regente, D. João, foi levado a viver no Rio de Janeiro, onde faleceu em 20 de agosto de 1835 após uma vida de intenso trabalho e dedicação aos governantes dos Impérios Português e Brasileiro.

Numa viagem feita pelos tempos vividos por Silva Lisboa, um ponto de relevante destaque é o seu lugar de origem: Salvador, na Bahia, a primeira capital da colônia americana. Fundada por Tomé de Souza em 1549, permaneceu como principal cidade até 1763, quando a capital do Estado do Brasil foi transferida para o Rio de Janeiro, por determinação do Marquês de Pombal, por questões econômicas e estratégicas. Ao longo desse período, Salvador foi a capital da principal colônia do Império Português, seu centro administrativo, político, militar e econômico, com isso, ultrapassou a condição de pequeno povoado, cercado por fortes e muros, para se tornar um centro mais amplo e de população considerável.

Com a transferência da capital para o Rio de Janeiro, Salvador se manteve como uma das mais estruturadas cidades da colônia, devido ao seu relevante papel econômico para o Império. Tanto a parte urbana quanto a do Recôncavo, se destacavam como produtores e distribuidores de produtos diversos para outras áreas coloniais, seja por produtos agrícolas, como por áreas de atividade pecuária ou mesmo de mineração. O comércio baiano se estendia não só pelo mercado interno colonial, como para a metrópole, a Ásia e a África, movimentando o porto de Salvador e conferindo à cidade o título de cidade mercantil, com destaque para o açúcar, o tabaco, couro, aguardente, melado, algodão, arroz, cacau, café, madeira e azeite de baleia. Sejam os produtos exportados já citados, sejam os importados (tecidos, louças, ferragens, pólvora, chumbo, alcatrão, farinha de trigo, vinho, vinagre e azeite de oliva,

²⁰³ CABRAL, A. V. Vida e escriptos de José da Silva Lisboa. *Revista Brasileira*, 1881, p. 235

tecidos e especiarias da Índia ou escravos e cera da África), todos transitavam por Portugal.²⁰⁴

Silva Lisboa pode acompanhar a mudança de *status quo* de Salvador, quando deixou de ter a mesma relevância no panorama colonial português. Ainda menino, viu sua cidade ser rebaixada para uma simples província, pois deixava de ser o principal ponto comercial do Brasil, substituído pelo do Rio de Janeiro, que era considerado como tendo melhores condições para tal por sua localização geográfica mais próxima às rotas de comércio africano e asiático.

Em carta escrita ao amigo Domingos Vandelli, Diretor do Real Jardim Botânico de Lisboa, em 1781, Silva Lisboa expressa sua opinião sobre a cidade de Salvador, ao dizer que achava “agradável a vista da cidade, porque edifícios construídos desde a praia até o sumo da montanha representam a figura de um anfiteatro, que seria ainda mais brilhante se a regularidade da arquitetura aformoseasse mais o exterior da casa”²⁰⁵

Istvan Jancsó ressalta que o último quartel do século XVIII na Bahia é um período de euforia econômica, retomando uma fase econômica positiva cujo ponto alto está entre os anos de 1790 e 1820.²⁰⁶ A sociedade de Salvador era formada por grupos, diferenciados pela natureza de seus direitos e privilégios: os nobres (os nobilitáveis) e os não-nobres (os impedidos a receberem nobilitação). Excluídos do estrato social estavam os escravos e o “povo mecânico”, que sequer tinham a chance de aspirar a uma nobilitação por exercerem “funções sórdidas, humildes e plebeias”, que eram impróprias para os ditos cidadãos honrados.²⁰⁷

Apesar da nobreza daquela sociedade não ser o equivalente à europeia, se assemelhava no tocante ao fato de não se dedicar a profissões ditas infamantes, ou seja, aquelas mecânicas, e também por ostentar um estilo de vida compatível com o viver em nobreza: terem escravos, riqueza (real ou ostentada), além do reconhecimento público desta condição através da inserção individual numa das três espécies de Nobreza destacadas por Istvan Jancsó, tendo por base a obra *Privilégios*

²⁰⁴ SOUSA, A. P. *A Bahia no século XVIII: Poder político local e atividades econômicas*, 2012, p. 32,33,38 e 39

²⁰⁵ JANCÓS, I. *Na Bahia contra o Império: História do Ensaio de Sedição de 1798*, 1996, p. 60

²⁰⁶ Idem, 1996, p. 65

²⁰⁷ Ibidem, 1996, p. 75

da nobreza e fidalguia de Portugal, de Luiz da Silva Pereira de Oliveira (1806): a *teológica*, pela prática de virtudes; a *natural*, recebida de forma hereditária e de linhagem sendo passada de pais aos filhos; *civil, ou política*, uma qualidade concedida pelo monarca expressa ou tacitamente, ou adquirida por prescrição em consequência de riquezas anteriores.²⁰⁸

Outro grupo de grande importância na sociedade soteropolitana é o dos comerciantes, que se dedicavam ao grande comércio interprovincial ou transoceânico. Estava nas mãos desses homens toda a circulação monetária do comércio baiano. Junto a esse grupo atuavam também os atravessadores de gêneros, intermediários entre os produtores de artigos de subsistência e o comércio varejista da cidade.

Mais um grupo a se mencionar, no qual se incluía Silva Lisboa, é aquele que atuava como uma camada flutuante, que possuía prestígio, por ser formada pelos letrados, com qualificação profissional vinda de formação superior advinda dos bancos universitários de Portugal: homens de leis, médicos e professores. Nesses casos, a fortuna era alicerçada em laços familiares e casamentos de bom efeito.

Havia também os que não exerciam atividades que exigissem uma formação intelectual e que, por isso, acabavam sendo incluídos no rol do *povo mecânico*, que se caracterizaram por profissões como as de boticário, caixeiro de trapiches, músico, piloto, mestre e capitão de embarcações, entre outras.

Dentre os mestres de artes mecânicas e ofícios estão os ourives, escultores, talhadores de madeira, talhadores de pedra, pedreiros, calafates, alfaiates, marceneiros, pintores, que, por vezes, alcançavam posições de destaque, com uma situação material confortável. Jancsó cita que

resultou burla as disposições que regulamentavam o acesso à Carta de Exame mediante conjunto de provas supervisionado pelo Senado da Câmara, visto que, havendo alterações em antigas posturas, foi determinado que “nenhum oficial, ou qualquer outra pessoa, cujo trato careça de licença carta de exame [...] do senado da Câmara para usar dela, não se valha de licença, carta de exame ou Regimento concedido à diversa pessoa tomando para esse fim o nome de terceiro ausente ou defunto”, sob pena de cadeia.²⁰⁹

²⁰⁸ Ibidem, 1996, p. 76

²⁰⁹ JANCÓS, I. Op. cit, 1996, p. 83

Embora se saiba se Silva Lisboa se incluía no grupo dos letrados, formado pela Universidade de Coimbra, muito pouco se sabe dos seus pais, o mínimo foi informado pelo filho Bento no seu discurso em homenagem ao pai no IHGB. Nesse texto há somente citação de que o pai teria sido arquiteto, termo que na época designava todos aqueles que se dedicavam à “arte de edificar e construir edifícios, fortificações”, sendo, portanto, caracterizada como ocupação mecânica.²¹⁰

Citando Maria Beatriz Nizza da Silva, Tereza Kirschner em seu livro que trata da trajetória de Silva Lisboa, destaca que “no fim do Antigo Regime a diária paga a um arquiteto era pouco mais do que a de um carpinteiro ou pedreiro e seu saber não o elevava ainda acima dos artesãos, pois ao contrário dos engenheiros militares, não recebiam uma formação profissional específica”.²¹¹

Ressalte-se que como tal atividade era feita com o uso das mãos, isso a diminuía numa sociedade em que mais se valorizava a origem e a nobreza de um homem. Mesmo assim, o pai de Silva Lisboa propiciou aos filhos uma educação esmerada e tornando-os homens participantes na política do Império Português.

Kirschner ainda cita um comentário feito pelo conterrâneo Cipriano Barata, adversário político de Silva Lisboa, que revela a origem humilde da família:

eu conheci como as palmas da minha mão entre os fidalgos modernos, um visconde que até a idade de vinte e dois anos andou com casaca de cotovelos rotos, botões caídos e chapéu casquete, e às vezes de vestes de ganga rotas e chinelos, o qual depois vários lances da fortuna e traições à pátria fizeram chibantão; e o pai deste, até vinte anos nunca teve sapatos,; sua camisa e calça eram de aniagem e rota; e em lugar de chapéu servia um pedaço de bambaquerê atado na cabeça, no qual também lhe fazia às vezes de lenço, e era ajudante e remador de uma canoa de pescar tainhas. Um irmão dele e tio daquele, todo esfarrapado, tomava esmolas na portaria de São Francisco e trazia atrás de si os moleques que o apupavam [...]²¹²

Em busca de mais informações sobre as origens familiares, encontrou-se no prefácio do volume VIII da obra *Annaes do Rio de Janeiro*, referência feita por

²¹⁰ LISBOA, B. S. *Revista Trimensal de História e Geografia do IHGB*, tomo primeiro, nº 1, abril de 1839, p. 185 a 191

²¹¹ KIRSCHNER, T. C. *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu: Itinerários de um Ilustrado Luso-Brasileiro*, 2009, p. 17-18

²¹² Idem, 2009, p. 18

Pedro Calmon a um texto biográfico lido em 1840 numa sessão do IHGB em homenagem à Balthazar da Silva Lisboa pelo sobrinho Bento:

Nasceu na Bahia, a 6 de janeiro de 1761, filho de Henrique da Silva – que ainda não se subscrevia *Silva Lisboa* – e de Helena de Jesus e Silva. Henrique da Silva, mestre pedreiro, aparece com esta condição (e aquele nome) no *Livro de Irmãos da Santa Casa da Misericórdia*. Natural de Lisboa, para se distinguir de outros Henriques da Silva, fez o que comumente faziam os portugueses emigrados – os Braga, os Guimarães, os Porto, os Cintra, os Viana, os Coimbra, os Chaves -, completou a assinatura do nome com a terra do berço. Estabelecendo uma diferença, criou uma dinastia. Também outros que chegavam do Minho, que vinha da Estremadura, que eram de Trás-os-Montes ou saíram das Beiras. A dinastia doutoral dos Silva Lisboa, cujo *patriarca* o é da nossa independência econômica, o primogênito do casal honrado de Henrique da Silva e Helena de Jesus. Pelos passos deste acertou os seus Balthazar da Silva Lisboa, mais novo cinco anos.²¹³

É possível cogitar que o pai, Henrique da Silva, tenha tido a oportunidade de transformar sua empreitada profissional de *ajudante e remador de canoa de pescar tainhas*, como mencionado por Cipriano Barata, para mestre de obras ou arquiteto por ocasião do terremoto em novembro de 1755 em Lisboa, quando houve o retorno de numerosos profissionais a Portugal para reconstruir a capital destruída. Essa oportunidade pode ter feito com que entrasse em contato com membros do governo da metrópole e, ao retornar ao Brasil, teve indicações daqueles para atuar em obras na cidade de Salvador, como, por exemplo, através da Santa Casa de Misericórdia, instituição que recebia ajuda financeira e administrativa da sua principal unidade estabelecida em Lisboa.

Carlos Ott, após pesquisas nos arquivos da Santa Casa de Salvador, indica que

pedreiros e carpinteiros eram vistos frequentemente no edifício da Santa Casa, fazendo aqui um reparo, ali outro maior [...] De vez em quando, havia também trabalho para ferreiro ou serralheiro e, outros, para marceneiro.²¹⁴

Na introdução de sua obra, Carlos Ott cita uma descoberta feita referente à nova Igreja de São Bento, em Salvador, cujo projeto era do século XVII, em estilo neoclássico, feito pelo monge beneditino arquiteto Frei Macário de São João. Esse

²¹³ LISBOA, B. S. *Annaes do Rio de Janeiro*. Vol. VIII, 1967, p. 16

²¹⁴ OTT, C. *A Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Salvador*, 1960, p. 77

novo templo, que substituiu a igreja destruída por ocasião da invasão dos holandeses, fora construído, em parte, no século XVIII pelo mestre-pedreiro, Henrique da Silva Lisboa. Foi encontrado também registro em arquivo sobre outro trabalho que fora atribuído àquele profissional:

Em 22 de junho de 1755, a Mesa da Santa Casa resolveu entregar a restauração de uma casa na rua do Bispo “ao mestre pedreiro Henrique da Silva (Lisboa), mestre de toda a satisfação e verdade, a quem os Religiosos Beneditinos desta Cidade derão as obras da sua Igreja que as está fazendo, mas por pararem com elas e se achar este desocupado”. [ASCMS, (7)fls. 79v]²¹⁵

Para melhor análise da situação da profissional do pai de Silva Lisboa, destaca-se o trabalho de Kátia Mattoso, no qual são analisadas duas séries de salários: a primeira formada pelos salários de seis categorias de trabalhadores da construção (mestre carpinteiro, mestre pedreiro, oficial de pedreiro, servente homem e servente mulher), sendo os serventes tinham um estatuto jurídico equivalente ao de escravos, enquanto que os demais são trabalhadores livres recebendo salários diários; a segunda é concernente a doze categorias de empregados da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, cuja estrutura salarial é semelhante à dos funcionários do Estado, civis e militares, com salários em base anual.²¹⁶

Esses dados estatísticos fornecem uma ideia de quanto era o ganho, em época de abundância e crescimento econômico, por profissões ditas mecânicas dentre as quais se incluía a do pai de Silva Lisboa. Com esses ganhos, ele teve a possibilidade de enviar os filhos para estudarem em Portugal e se tornarem pessoas respeitáveis na sociedade colonial em que viviam.

Na continuidade das pesquisas foi encontrada outra referência ao fato do Sr. Henrique da Silva Lisboa ter sido mestre de obras da Santa Casa de Misericórdia, desta feita, em livro de autoria de Pedro Calmon, *A bala de ouro: história de um crime romântico* (1947), narrativa sobre crime passionai cometido em 1847 pelo professor João Estanislau da Silva Lisboa, de 28 anos, filho de mãe inglesa e pai português de alta finança do Império Português, contra sua jovem aluna Júlia Fetal, de

²¹⁵ Idem, 1960, p. 11 e 124

²¹⁶ MATTOSO, K. M. Q. *Da Revolução dos Alfaiates à Riqueza dos Baianos no século XIX*, 2004, p. 47-48

20 anos, em virtude de ter rompido o compromisso de noivado existente entre eles após se interessar por outro rapaz.²¹⁷

A despeito do sobrenome do autor desse crime, João Estanislau da Silva Lisboa, ser semelhante ao da família do futuro Visconde de Cairu, não há condições de se afiançar se ele ou mesmo se eu avô, Antonio da Silva Lisboa, homem de grande prestígio na Bahia do século XVIII, poderiam pertencer ao mesmo ramo familiar.

O que chama a atenção para esse homem de tal prestígio na cidade de Salvador, é que o mesmo fora familiar do Santo Ofício, sendo natural da Freguesia de São Nicolau, da cidade de Lisboa, filho legítimo de José da Silva e de Joana Maria, dados esses constantes nos registros do quadro social da Santa Casa, em 1768, e da Ordem 3ª de São Francisco, da qual foi Ministro em 1766. Em 1756, foi um dos promotores para angariar donativos para a reconstrução de Lisboa após o terremoto que destruiu boa parte da cidade. Em 1759, foi nomeado administrador dos bens sequestrados aos Jesuítas, o que confirma sua importância social, como também é indicativo disso o fato de seu nome constar como moedeiro da Bahia em documento de 1762.

Outra questão que parece aproximá-los é o fato de que o primeiro participou do comércio marítimo na condição de negociante proprietário de navios, conforme foi descrito por Francisco Borges de Barros, em *Novos Documentos para a História Colonial*, sendo descrito como um rico armador, além de um dos maiores exportadores de açúcar, tabaco e pau-brasil, além de grande traficante de escravos. Foi também administrador do contrato de dízimos, por volta de 1800.

O rico comerciante faleceu em agosto de 1812, na casa nobre de sua propriedade, na Ladeira da Montanha, próximo à Praça Castro Alves. Neste solar, como diz Marieta Alves, recebia a nobreza de seu tempo e a oficialidade das fragatas que ancoravam no porto baiano. Deixou viúva D. Mariana Lucatelli Lisboa e cinco filhos, o mais velho dos quais, João Estanislau da Silva Lisboa que se casou em Calcutá, na Índia, com a inglesa D. Maria Ana da Silva (assim consta no inventário do sogro), pais do futuro professor João Estanislau da Silva Lisboa, nascido em 1819 na cidade de Calcutá, que ficou conhecido pelo crime passional cometido em 1847.

²¹⁷ CALMON, P. *A bala de ouro: história de um crime romântico*, 1947, p. 26

Aprofundadas as pesquisas, textos produzidos por Marieta Alves, responsável pela identificação dessa família de prestígio financeiro no século XVIII na Bahia, aduzem que os registros do patrimônio acumulado por Antonio da Silva Lisboa após meio século de atividades no comércio marítimo ficaram prejudicados, tendo em vista que o inventário não foi concluído devido ao falecimento da viúva, mesmo tendo havido continuidade em 1839, mas não foram encontradas as declarações iniciais de D. Mariana que englobariam todo o vultoso patrimônio construído pelo casal.²¹⁸

Considerando que não há maiores informações sobre os pais de Henrique da Silva Lisboa, ou mesmo de seu ramo familiar, surgem dúvidas sobre as ligações com o citado armador, principalmente, se for levando em conta àquela menção de Cipriano Barata quanto a sua atividade na área pesqueira. Sem contar com o fato de haver envolvimento desse rico comerciante e armador na reconstrução de Lisboa, também a sua ligação com a Santa Casa de Misericórdia, e que a atividade de comércio marítimo foi o primeiro assunto abordado por Silva Lisboa, ainda na juventude, em seu destacado livro *Princípios de Direito Mercantil e Leis da Marinha*, de 1798. Também são lembradas por Marieta Alves as correspondências trocadas por ele com Domingos Vandelli, em 1781, abordando a importância desse tipo de comércio para a economia baiana que dessa forma se ligava aos continentes europeu, asiático e africano.²¹⁹

De raízes católicas, mesmo desconhecendo a origem da mãe, apenas partindo-se do princípio de que era uma brasileira baiana, sem maiores informações sobre o resto da família, ainda é possível identificar o grupo familiar a partir dos filhos e descendentes:

- a) **Baltazar da Silva Lisboa**²²⁰: nascido em 6 de janeiro de 1761, foi historiador e magistrado, tendo exercido suas atividades de juiz de fora e membro do Tribunal de Justiça da Bahia na Comarca de Ilhéus; é o irmão que mais se destacou depois de José, tendo estado envolvido em

²¹⁸ ALVES, M. *O Comércio Marítimo e Alguns Armadores do século XVIII na Bahia*. (In) Revista de História, USP, v. 40, nº 81, 1970, p. 179-181

²¹⁹ Idem, 1965, p. 137-139

²²⁰ Disponível em: <https://www.geni.com/people/Balthasar-da-Silva-Lisboa/6000000061231967858> (acessado em 06/09/2017)

eventos destacados na História, que podem ser citados oportunamente a medida em que se relacionarem com a vida do irmão mais velho. Se graduou em direito civil e canônico pela Universidade de Coimbra, exercendo os cargos de desembargador da Relação do Rio de Janeiro, do Conselho de Sua Majestade D. Pedro I. Foi autor dos *Annaes do Rio de Janeiro*, publicado em 1834-35 em sete tomos e de outras obras. Faleceu em 14 de agosto de 1840;

- b) **Antonio da Silva Lisboa**²²¹: provavelmente, fosse também formado pela Universidade de Coimbra, pois há indícios de que fosse esse o irmão que morreu de enjoo na viagem de retorno de Lisboa para a Bahia. Provavelmente, foi por causa do falecimento desse irmão que Silva Lisboa foi obrigado a estudar teologia, mesmo sem vocação para tanto, apesar de toda a sua religiosidade. Era um desejo do pai que ele seguisse por tal ramo de estudos, mas por não concordar viu-se privado de sua mesada, motivo pelo qual teve que se candidatar ao cargo de Professor de Grego e Hebraico no Colégio das Artes²²²;
- c) **Paulino da Silva Lisboa**: na pesquisa realizada por Alfredo do Valle Cabral, esse irmão teria sido empregado público, que trabalhava na Alfândega da Bahia; teve um filho de nome João da Silva Lisboa, que se celebrizou na Guerra da Cisplatina e morreu como Capitão de Mar e Guerra.²²³
- d) **Daniel da Silva Lisboa**²²⁴: não identificada sua data de nascimento, mas pode ser identificado como sendo eclesiástico, doutor em Cânones pela Universidade de Coimbra, foi Cônego da Sé da Bahia, capelão do Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa na Bahia; entrou para os registros históricos em virtude de sua morte, pois compartilhou com a Madre Joana Angélica um dos momentos mais relevantes das revoltas que ocorreram em períodos que

²²¹ Disponível em: <https://www.geni.com/people/Antonio-da-Silva-Lisboa/6000000062672630854> (acessado em 06/09/2017)

²²² CABRAL, A V. Op. cit, 1881, p. 285

²²³ Idem, 1881, p. 286 e 287

²²⁴ Disponível em: <https://www.geni.com/people/Daniel-da-Silva-Lisboa/6000000062672516929> (acessado em 06/09/2017)

antecederam à independência. O capelão Daniel foi espancado e morto com golpes de coronhadas pelos soldados que invadiram o Convento após assassinarem com golpes de baioneta a abadessa Joana Angélica, que defendeu com seu próprio corpo as demais internas em 19 de fevereiro de 1822. Ambos tornaram-se mártires da luta antilusitana que levaria à libertação da Bahia em 2 de julho de 1823, num movimento de revolta contra a monarquia portuguesa, mesmo após a independência do Brasil, já ocorrida em setembro de 1822.

Com relação ao próprio José da Silva Lisboa, sabe-se que fez os estudos preparatórios na Bahia a partir dos oito anos, sempre demonstrando grande amor às letras, estudou filosofia racional e moral no Convento dos Frades Carmelitanos de Salvador, além de aprender música e a tocar piano. Ao concluir os estudos iniciais foi mandado pelo pai para Lisboa, onde se aplicou à Retórica na aula do professor Pedro José da Fonseca e depois foi estudar na Universidade de Coimbra, em 1774, onde fez os cursos jurídico e filosófico, terminando em 1778.

Em paralelo aos estudos na Universidade, Silva Lisboa também se dedicou ao estudo das Sagradas Letras, que lhe permitiram conhecer o grego e hebraico, o afincou foi tal, que se candidatou ao concurso público no qual foi aprovado e se apresentou ao Reitor e Reformador da Universidade, D. Francisco de Lemos, Bispo de Coimbra, sendo nomeado, por carta acadêmica, como professor substituto dessas disciplinas no Colégio das Artes de Coimbra.

Na Universidade tornou-se bacharel em Direito Canônico e ao mesmo tempo concluiu os cursos de Filosofia e Medicina. Ao voltar a Lisboa, procurou entrar no serviço da Magistratura, mas teve que retornar a Salvador, na Bahia, em 1778, para prover o cargo de professor de filosofia racional e moral para a cidade de Salvador, na Bahia, trabalhando por 19 anos e foi também professor de grego por cinco anos. Retorna, portanto, à terra natal já como funcionário da Coroa portuguesa.

Foi nessa época de volta à terra natal que se casou com D. Anna Benedita de Figueiredo, com quem teve 14 filhos, dos quais apenas cinco sobreviveram, a saber:

- a) **Bento da Silva Lisboa**²²⁵, nascido em Salvador na data de 04/02/1793, ainda jovem, quando mudou para o Rio de Janeiro junto com seu pai, foi convidado a trabalhar com D. Rodrigo de Sousa Coutinho como oficial da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, em 1809²²⁶; foi responsável, aos 18 anos, pela tradução da obra de Adam Smith, *Riqueza das Nações*, publicado em português pela Imprensa Régia em 1811 e ofertado ao soberano, D. João. Manteve-se atuando na diplomacia portuguesa até abril de 1823, quando se demitiu e retornou ao Brasil para servir ao novo monarca.

Recebeu por decreto de D. Pedro I o título de 2º Barão de Cairu em 21/10/1825. Foi o diplomata brasileiro que contratou o casamento de Pedro II com D. Teresa Cristina de Bourbon-Duas Sicílias, em 1840; foi Ministro de Negócios Estrangeiros do Império Brasileiro, em 1846, e foi agraciado como a Comenda Imperial da Ordem de Cristo, tornou-se membro fundador do IHGB. Foi membro da Maçonaria, desde 1836, chegando a ocupar, inclusive, o mais alto posto de Grão Mestre do Grande Oriente do Brasil a partir de 1863. Faleceu em 26 de dezembro de 1864.

A esposa Ana Rita Lecor, nascida no Algarve em 1808, com quem se casou em 14/06/1828 faleceu logo a seguir a ele, enquanto ambos residiam à Rua Mata-Cavalos nº 108 (atual Rua Riachuelo). Foram os dois sepultados no Cemitério São João Batista.

A filha Maria, nascida em 30/03/1829 no Rio de Janeiro, faleceu em 15/11/1867, não constando que tenha casado ou deixado descendentes. Foi sepultada também no Cemitério São João Batista.

- b) **Nicolau da Silva Lisboa**²²⁷, nascido em 10/09/1801, foi Chefe de Polícia, juiz e desembargador de Pernambuco no Tribunal da Relação e Desembargador da Conservatória dos Inglezes no Rio de Janeiro.

²²⁵ Disponível em <https://www.geni.com/people/Bento-da-Silva-Lisboa-2º-Barão-de-Cairu/600000061229200214> (acessado em 06/09/2017)

²²⁶ MORAES, A. J. M. *Apontamentos Biographicos do Barão de Cayru*, 1863, p. 2-3

²²⁷ Disponível em: <https://www.geni.com/people/Nicolau-da-Silva-Lisboa/600000061231493328> (acessado em 06/09/2017)

Casou-se com D. Maria do Carmo Monteiro de Barros, nascida em 28/01/1805, filha de Lucas Antonio Monteiro de Barros, 1º Visconde de Congonhas do Campo, e de Maria Teresa Joaquina de Sauvan.

O avô materno de D. Maria do Carmo, Dr. Manuel Monteiro de Barros, fidalgo da Casa Real foi médico de câmara da rainha D. Maria I de Portugal. O pai de D. Maria do Carmo, nascido em Congonhas do Campo, foi juiz de fora nas Ilhas dos Açores e ao retornar ao Brasil ocupou o cargo de Auditor de Vila Rica e depois, em 1808, foi nomeado desembargador da Relação da Bahia, mantendo-se também como auditor em Vila Rica.

O casal Nicolau e Maria do Carmo, ele falecido em 06/07/1856, ocupando o cargo de Desembargador e presidente da Relação do Rio de Janeiro, e ela em 12/11/1875, tiveram dez filhos, dos quais pouco se sabe com relação aos descendentes:

- 1) Maria Tereza de Carvalho, nascida em 29//10/1826 (não foi possível identificar a data do óbito), casou-se com José Afonso de Carvalho, com quem teve uma filha, Maria Izabel Afonso de Carvalho;
- 2) José da Silva Lisboa, nascido em 14/10/1827, falecido em 29/06/1901, foi casado com Inácia da Silva Lisboa com quem teve uma filha, Eufrosina da Silva Lisboa, nascida em 24/09/1859 e falecida em 11/10/1870; foi esse neto, seu homônimo, que providenciou o translado dos restos mortais de Silva Lisboa para o Mosteiro de São Bento;

Pouco se sabe dos filhos: Lucas da Silva Lisboa, nascido em 12/10/1828 e falecido em 05/02/1880; Mariana Raimunda Monteiro de Barros, nascida em 22/01/1833 (sem data de falecimento conhecida); Maria Luísa da Silva Lisboa, nascida em 29/08/1834 e falecida em 12/09/1903; Maria do Carmo da Silva Lisboa, nascida em 30/06/1836 e falecida em 02/04/1838.

Quanto aos filhos: Maria Rita da Piedade da Silva Lisboa, Ana Isabel Valle (da Silva Lisboa), Bento Daniel da Silva Lisboa e Maria da Silva Lisboa, não foi possível sequer obter outros dados além dos nomes.

- c) **Joana da Silva Lisboa (Lecor)**²²⁸, nascida em 18/11/1805 na cidade de Salvador, se casou em 06/09/1832 com Luís Pedro Lecor, nascido no Algarve, que era irmão da esposa de seu cunhado Bento, e sobrinho do Visconde de Laguna, Carlos Frederico Lecor, que comandou tropas na Guerra Cisplatina em 1826. Luís Pedro faleceu de tifo em 11/08/1879 em sua residência no Campo da Aclamação nº 91 (atual Praça da República). Joana faleceu em 07/08/1882, em sua residência na Rua João Caetano nº 40, tendo sido sepultada junto ao marido no Cemitério São João Batista. Joana permaneceu recebendo, anualmente desde 1838 até sua morte, os benefícios a cargo do Estado correspondentes à pensão de quinhentos mil-réis por parte de seu pai e novecentos mil-réis pela de seu tio Baltazar da Silva Lisboa, que ainda em vida lhe obteve semelhante mercê.²²⁹

O filho do casal, que recebeu o nome do tio-avó, Carlos Frederico Lecor, nasceu em 05/08/1834 no Rio de Janeiro e faleceu em 27/05/1856, aos 22 anos, solteiro, sem descendentes. Residia à Rua do Senado 39 e foi sepultado no Cemitério São João Batista.

- d) **Eufrosina da Silva Lisboa**²³⁰, não foi possível localizar quaisquer dados sobre essa filha: data de nascimento, ou mesmo se casou ou deixou descendentes, só se sabe por Alfredo do Valle Cabral que faleceu em 1852;²³¹

²²⁸ Disponível em <https://www.geni.com/people/Joana-da-Silva-Lisboa/6000000061229928837>

²²⁹ CABRAL, A. V. *Vida e escriptos de José da Silva Lisboa*. Revista Brasileira, 1881, p. 287

²³⁰ Disponível em: <https://www.geni.com/people/Eufrosina-da-Silva-Lisboa/6000000061231452198> (acessado em 06/09/2017)

²³¹ CABRAL, A. V. Op. cit, 1881, p. 287

- e) **Izabel da Silva Lisboa**²³², não foi possível localizar quaisquer dados sobre essa filha: data de nascimento, ou mesmo se casou ou deixou descendentes, mas Alfredo do Valle Cabral indica que a mesma teria falecido no ano de 1860.²³³

Em 1811, Silva Lisboa sofreu o maior golpe em sua vida familiar, quando falece sua inseparável companheira. Resignou-se com a perda, mas devido ao período de luto de um ano não publicou obra alguma, retornando em 1812 justamente com a obra ora em análise, *Extractos das obras políticas e econômicas de Edmund Burke*, que foi seguida de outras duas, embora anonimamente: *Memoria econômica sobre a franqueza do commercio dos vinhos do Porto* e *Ensaio sobre o estabelecimento de bancos, para o progresso da indústria e riqueza nacional* (que pode ter sido anônima também, sendo difícil a identificação da existência de um exemplar).²³⁴

A família de José da Silva Lisboa, ao que parece, não deixou descendente, extinguindo-se ainda nos netos. Entretanto, os filhos conseguiram alcançar postos de destaque na sociedade brasileira nas fases imperiais, ao tempo de D. Pedro I e D. Pedro II, prestando relevantes serviços, reconhecidos como tais, pelos imperadores através da concessão dos títulos de Barão e Visconde de Cairu.

José da Silva Lisboa faleceu no dia 20 de agosto de 1835, às 5 horas da manhã, em casa na Rua da Ajuda nº 68, após um período de três meses de sofrimento em decorrência de prolongada enfermidade. Estava com a idade de 79 anos e manteve-se viúvo desde 1811.

Seu sepultamento ocorreu no Convento do Carmo, de cuja ordem era confrade e advogado, tendo grande acompanhamento de tochas e bastante concorrido pelo povo.²³⁵ O anúncio de seu falecimento foi registrado em nota bastante elogiosa publicada no *Diário do Rio de Janeiro*, nº 17, da sexta-feira, dia 21 de agosto de 1835, onde foi destacado como erudito, jurisconsulto, criador da Junta do Comércio, político aguerrido, um verdadeiro patriota, um insigne brasileiro que sempre defendeu as leis e a Constituição, homem virtuoso, destacando seu caráter de bom amigo, pai e destacado homem de letras.

²³² Disponível em: <https://www.geni.com/people/Izabel-da-Silva-Lisboa/6000000061231020685> (acessado em 06/09/2017)

²³³ CABRAL, A. V. Op. cit, 1881, p. 287

²³⁴ Idem, 1881, p. 245

²³⁵ Ibidem, 1881, p. 278

Também o periódico *O Pão D'Assucar*, nº 64, de 21 de agosto de 1835, noticiou nas duas primeiras páginas o passamento de José da Silva Lisboa, em espaço de três colunas, sob o título de “A sentida morte do Exmº Visconde de Cairu”, encerrando com a seguinte exaltação:

Morreo o Grande Silva Lisboa: filhos de Caramuru, e de Paraguassu, dizei hum terno adeos ao vosso Patrício! Brasileiros em geral, derramai sobre o túmulo do honrado Patriota huma lágrima de dor e de saudade! Visconde, voa ao Eterno: a terra te seja leve adeos; para sempre...

Posteriormente, seus restos mortais foram trasladados por seu neto o Dr. José da Silva Lisboa para as catacumbas do Mosteiro de São Bento, onde se acham dentro de uma pequena urna funerária com inscrição, dada pelo núncio Scipião Domingos Fabrini, impressa em latim numa chapa metálica, segundo descreve Alfredo do Valle Cabral em sua obra sobre Silva Lisboa:

JOSEPH A SILVA LISBOA
VICECOMES CAYRUCENSIS DIVINIS
HUMANISQUE LITTERIS PERITISSIMUS
RELIGIONIS MONARCHIE CONSTITUTIONIS
PATRIE SCRIPTIS CONCIONIBUS STRENUUS
PROPUGNATOR.
HIC OBDORMIT
NATUS SOTEROPOLI BAHIEN. XVII KAL.
AUG. ANNO CH. MDCCXLVI.
FLUMINIS JANUARIII CURUM
CONSUMAVIT COTOGENARIUS
XIII KAL. SEPTEMBRIS
MDCCCXXXV

De acordo com Alfredo V. Cabral a tradução literal é a seguinte: “Aqui jaz José da Silva Lisboa, visconde de Cayru, muito versado nas letras divinas e humanas, extrenuo propugnador da religião, da monarchia, da Constituição e da pátria, não só nos seus escriptos, mas também nas assembléas. Nasceu na cidade de S. Salvador da Bahia de Todos os Santos, a 16 de julho de 1746 (aliás 1756) faleceu aos 80 annos de idade a 20 de agosto de 1835”.²³⁶

²³⁶ Ibidem, 1881, p. 279

O reconhecimento final pelos cinquenta e sete anos de dedicação aos governantes se realizou através de um decreto assinado pelo regente interino, Bernardo Pereira de Vasconcelos, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, em 9 de maio de 1838, em nome do Imperador D. Pedro II, através do qual foi concedida pensão às três filhas, Joana, Eufrosina e Isabel, cujo valor anual a ser repartido entre elas correspondia a um conto e quinhentos mil-réis, contudo esta mercê dependia da aprovação da Assembleia Geral.

Depois da morte de Silva Lisboa, em 1840, a Câmara Municipal em sua homenagem denominou uma pequena travessa, então sem nome, que liga o Beco do Propósito com o de Manuel de Carvalho, de Beco do Cayru (atualmente, denominado de Travessa Vieira Fazenda, ao lado do Clube Naval, no cruzamento das Avenidas Rio Branco e Almirante Barroso). À época de seu falecimento, Silva Lisboa residia justamente nesse local, vez que a Rua da Ajuda cruzava o espaço onde foi aberta a Avenida Rio Branco, com o nome de Avenida Central, durante a reforma do Prefeito Pereira Passos em 1904.²³⁷

Também em sua homenagem foi colocado um retrato pintado a óleo por José Rodrigues Nunes na Biblioteca Pública da Bahia, há também dois outros retratos: um feito por Sousa Lobo que ficou exposto nos salões da Typographia Nacional e mais um retrato no IHGB, sendo que esse, a princípio, serviria de molde para que fosse feito um busto por Araújo Porto Alegre.²³⁸

3.1. D. Rodrigo e um novo caminho para o Império

Quando novos riscos e iminentes perigos se aproximam para a conservação da independência da Monarquia (...) quando se considera que Portugal por si mesmo muito defensável, não é a melhor parte da Monarquia; que depois de devastado por uma longa e sanguinolenta guerra, ainda resta ao seu soberano, e aos seus povos o irem criar um poderoso império no Brasil, donde se volte a reconquistar o que possa ter perdido na Europa.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1803)

²³⁷ GERSON, B. *História das Ruas do Rio*, 2013, p. 121

Portugal estava prestes a perder sua soberania com a chegada dos franceses em suas fronteiras nos últimos meses de 1807 e a monarquia portuguesa passava por um dos momentos mais críticos da sua história, com um dilema a ser resolvido: enfrentar as tropas de Napoleão Bonaparte ou transferir a Corte para o Brasil. É nesse momento que volta à cena uma das figuras de maior relevância no período: D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

Depois de ter presidido o Erário Régio (1801-1803), de ter enfrentado uma fase conturbada por conflitos diplomáticos europeus, de acirramento das disputas e intrigas da Corte portuguesa, situações essas que dificultaram a concretização de seus planos político-econômicos, levando a sua demissão, D. Rodrigo viveu quatro anos em exílio forçado em sua Quinta de Lagoalva.²³⁹

Como lembra Maria de Lourdes V. Lyra, “recorrer à colônia Brasil, como refúgio seguro em situações limites, já ocorrera outras vezes a Portugal, mas só no momento de extrema debilidade do Reino frente aos interesses de contendores mais fortes, a decisão saía do campo da sugestão remota para o da imposição inadiável”.²⁴⁰

D. Rodrigo não se furtou a argumentar a importância dessa opção no momento em que era retomada a guerra entre a França e a Inglaterra, em 1803, já que a conservação da Corte na Europa era um risco grande a ser corrido. Desde 1801, Sousa Coutinho defendia essa ideia como uma saída digna e honrosa. Entretanto, enfrentou fortes resistências, em especial, por parte dos negociantes e nobres que se opunham à política do favorecimento ao Brasil, pois viam nisso o fim dos monopólios e dos contratos reais, além de que a transferência da Corte implicava na perda do *status* para Portugal de ser a sede da Monarquia.

D. Rodrigo também defendia a mesma posição dos ingleses, que já se haviam dispostos a assegurar o embarque da Corte portuguesa para o Brasil, o que fez com que fosse taxado de “anglófilo”. Frente a tanta oposição e pressões contra, mesmo sendo considerado um “super-ministro”, Sousa Coutinho se viu forçado a afastar-se do governo.²⁴¹

Não se deve esquecer, contudo, que D. Rodrigo era um representante da elite ilustrada de Portugal, da chamada Geração de 1790. Nasceu em Portugal, filho

²³⁸ CABRAL, A. V. Op. cit, 1881, p. 400

²³⁹ POMBO, N. *Dom Rodrigo de Sousa Coutinho: pensamento e ação político-administrativa no império português (1778-1812)*, 2015, p. 26.

²⁴⁰ LYRA, M. L. V. *A Utopia do Poderoso Império: Portugal e Brasil: bastidores da política (1798-1822)*, 1994, p. 107.

de um destacado governador de Angola do período pombalino, afilhado do próprio Marquês de Pombal, sua mãe era neta do emboaba Matias Barbosa, o “Cabeça de Ferro”, cuja sesmaria fora recebida do governador de Minas Gerais e do Rio de Janeiro pelos serviços prestados à Coroa, tendo se transformado no registro de Matias Barbosa, que tinha a atribuição de recolher os “direitos de entrada” sobre os produtos que transitavam em Minas Gerais, deixando, ao falecer, grande fortuna em ouro, prata e escravos.²⁴²

D. Rodrigo cursou o Colégio dos Nobres e o curso jurídico da Universidade de Coimbra, iniciando a carreira diplomática após a morte de D. José, em 1777, como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário na Corte da Sardenha, permanecendo em Turim de 1779 a 1796. Durante esse período, pode consolidar o seu pensamento sobre diferentes matérias essenciais ao desempenho governativo a que viria a ser chamado, pois logo ao regressar de Turim foi designado a ocupar o cargo de Ministro e Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos. Dessa forma, conquistou lugar de destaque no gabinete do Príncipe Regente, D. João, sendo que, após o período de afastamento já citado, regressou com novo empenho e força política no final de 1807, a tempo de acompanhar a viagem da Corte para o Brasil. Assumiu a responsabilidade pela principal estratégia adotada logo a seguir: a fase de abertura da economia portuguesa e brasileira no contexto da guerra peninsular.²⁴³

Em seus escritos, “Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América” (1797), Sousa Coutinho define as regras a serem obedecidas no relacionamento entre os diversos domínios ultramarinos com a metrópole, que confirmam os princípios da política de exclusivo colonial preconizados pela economia mercantilista. Não obstante, com o passar dos anos, suas ideias foram se modificando e, a partir de 1808, D. Rodrigo passou a ser o mais ferrenho defensor dos princípios do livre-comércio aplicados às relações econômicas internacionais. Tal mudança resultou de uma opção estratégica decorrente da nova conjuntura política e diplomática, na qual a manutenção da soberania política implicava em se fazer acordos econômicos entre os diversos países.²⁴⁴

²⁴¹ Idem, 1994, p. 112

²⁴² POMBO, N. Op. cit., 2015, p. 36

²⁴³ CARDOSO, J. L. *Portugal como Problema: A Economia como Solução – Do Mercantilismo à Ilustração (1625-1829)*, 2009, p. 263-264.

²⁴⁴ Idem, 2009, p. 264.

Exemplos desse novo pensamento econômico são a abertura dos portos do Brasil, em 1808, e a assinatura dos Tratados de Amizade e comércio de Portugal com a Inglaterra, firmado em 1810. Ambos estavam fundamentados no princípio da liberdade de comércio, em troca do apoio dos ingleses em ações militares que libertariam Portugal das tropas de Napoleão Bonaparte.

A adesão de D. Rodrigo à ideologia do liberalismo econômico pode ser entendida, na opinião de José Luís Cardoso, “como corolário de um processo de assimilação doutrinal que, no seu caso, foi fortemente marcado pela leitura precoce da *Riqueza das Nações* de Adam Smith”.²⁴⁵

Como cita José Luís Cardoso, “para Sousa Coutinho, tal como para José da Silva Lisboa, ambos leitores atentos de Adam Smith, as vantagens inerentes à modificação do antigo sistema colonial não ofereciam qualquer espécie de dúvida. [...] Quer na metrópole, quer no Brasil, procurava-se pôr em prática um “sistema grande e liberal de comércio””.²⁴⁶

Outro aspecto de relevância no pensamento de D. Rodrigo de Sousa Coutinho é o que se refere às preocupações com movimentos revolucionários, em especial, os ocorridos na independência dos Estados Unidos da América (1776) e na Revolução Francesa (1789). Os efeitos sociais, políticos e ideológicos desses movimentos repercutiram de forma diferenciada na política portuguesa e nas reflexões de D. Rodrigo, considerando que a emancipação das Treze Colônias, com seu ideário republicano, servira de exemplo para os membros da elite colonial que viriam a participar da Inconfidência Mineira, em 1789. Com relação à Revolução Francesa, a ameaça estava na circulação das ideias “antimonarquistas”, que poderiam afetar diretamente a Coroa portuguesa.²⁴⁷

Em 28 de janeiro de 1808, o príncipe D. João abriu os portos às “nações amigas”, favorecendo os interesses comerciais da Inglaterra e acabou por prejudicar todo o esforço português anterior de desenvolvimento manufatureiro, intensificado desde a ascensão de D. José I ao trono, em 1750. O mesmo se aplica ao Tratado de Navegação, Comércio e Amizade, de 1810, negociado por Lord Strangford.

Em abril de 1808, D. João revogou as proibições que pesavam sobre o desenvolvimento das manufaturas no Brasil e em maio, estabeleceu a Real Fábrica de

²⁴⁵ Ibidem, 2009, p. 266.

²⁴⁶ CARDOSO, J. L. *O liberalismo económico na obra de José da Silva Lisboa*, 2002, p. 157-158.

²⁴⁷ POMBO, N. Op. cit., 2015, p. 62.

Pólvora no Rio de Janeiro. Os efeitos foram logo sentidos, com a primeira medida arruinando a indústria de Portugal e que acabou por restaurar a atividade agrícola do país, situação que foi mais agravada pelo Tratado de Comércio feito com a Inglaterra em 1810. Dessa feita, a Inglaterra substituiu Portugal como fornecedora de tecidos manufaturados de algodão, controlando, em 1821, 67% dos tecidos importados no Brasil. Ao mesmo tempo, o Brasil assumiu o papel de fornecedor de matérias-primas para o complexo industrial inglês.²⁴⁸

Se primeiro a Inglaterra estava sendo favorecida, aos poucos se verificou nos portos brasileiros a presença de barcos norte-americanos e latino-americanos e, a partir de 1815, já na condição de Reino Unido, os portos brasileiros passaram a se ligarem a todas as nações europeias.²⁴⁹

Tanto para Sousa Coutinho quanto para Silva Lisboa, a liberdade comercial daria forte impulso ao desenvolvimento do império, embora tivessem conhecimento que não fora muito favorável a Portugal, outro fato a destacar é que essa liberdade de comércio e, conseqüente, assinatura de tratados com os ingleses, exigiam uma reforma na política econômica do império português.²⁵⁰

Quando, no início de 1812, D. Rodrigo de Sousa Coutinho falece repentinamente, seus projetos de reforma deixaram de ser discutidos, levando Silva Lisboa a reconhecer que, sem a presença do Ministro, não seria possível obter o apoio político necessário para a implantação desses planos.²⁵¹

Menciona Tereza Kirschner que, em carta dirigida ao Visconde de Strangford, Silva Lisboa referiu-se assim ao falecimento de seu protetor: “encontre-me com meu espírito penalizado com a perda do meu benfeitor, senhor conde de Linhares”.²⁵²

Foi para cumprir o desejo de Sousa Coutinho de divulgar o pensamento de Edmund Burke no império luso-brasileiro, que, no mesmo ano de 1812, Silva Lisboa publicou textos selecionados pelo secretário, sob o título de *Extractos das obras políticas e econômicas de Edmund Burke*.

No prefácio, dedicando a obra ao Lord Strangford, Lisboa cita que o conde de Linhares “tinha a mais entusiástica paixão por Burke e o considerava entre

²⁴⁸ VILLALTA, L. C. *O Brasil e a crise do Antigo Regime português (1788-1822)*, 2016, p. 129-131

²⁴⁹ Idem, 2016, p. 132

²⁵⁰ KIRSCHNER, T. C. *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu: itinerários de um ilustrado luso-brasileiro*, 2009, p.180

²⁵¹ Idem, 2009, p. 188

os salvadores da Grã-Bretanha e da sociedade”. Sousa Coutinho e Silva Lisboa julgavam que a publicação dessa obra poderia ser de alguma forma útil para iniciar o público do império nos corretos princípios políticos “que exaltam os sentimentos de lealdade e honra nacional e expelem os falsos princípios da anarquia e tirania da França”.²⁵³

Não é possível afirmar, nas palavras de Tereza Kirschner, quem era mais apaixonado pelos escritos de Burke: se Sousa Coutinho ou Silva Lisboa, mas certo é que o autor irlandês seria citado e elogiado em vários livros, periódicos e discursos do letrado brasileiro. Muito embora professassem religiões diferentes, como já mencionado anteriormente, Burke e Silva Lisboa foram ardorosos defensores da tradição, recusavam a aplicação de princípios abstratos à realidade e compartilhavam o horror ao ideário da Revolução Francesa.²⁵⁴

É interessante observar que Silva Lisboa em seus textos, nos quais faz referência a Burke, nunca menciona aqueles onde o irlandês trata de apoiar os interesses das colônias americanas e os interesses da Índia (áreas coloniais), nem os que ele critica o tráfico de escravos. Silva Lisboa centraliza seu interesse especificamente no aspecto contrarrevolucionário dos pensamentos de Burke. Assim, são as *Reflexões sobre a Revolução em França* a fonte de referência de Silva Lisboa em livros, periódicos e panfletos escritos à época do processo de independência do Brasil.²⁵⁵

Mesmo havendo o ideal de divulgar os pensamentos políticos de Burke no império luso-brasileiro, estranhamente o intuito de D. Rodrigo de Sousa Coutinho teria ficado esquecido, quando na segunda edição conhecida da obra de Silva Lisboa, publicada em 1822 por uma tipografia portuguesa deixou de constar as citações feitas ao seu benfeitor na parte do Prefácio. Tal supressão deixa transparecer que havia outro objetivo a ser alcançado com o mesmo texto, o que desafia a pesquisa a ter sua continuidade com vistas a esclarecer essa mudança tão inesperada.

²⁵² Ibidem, 2009, p. 189

²⁵³ Ibidem, 2009, p. 189

²⁵⁴ Ibidem, 2009, p. 190

²⁵⁵ KIRSCHNER, T.C. *Burke, Cairu e o Império do Brasil*, 2003, p. 682.

3.2. O funcionário leal à Coroa Portuguesa

A imagem mais recorrente de Silva Lisboa, já como Visconde de Cairu, é a dos retratos impressos em livros de História do Brasil: um homem calvo e encurvado, de baixa estatura, com semblante fechado.

Porém para se iniciar o relato de sua carreira profissional de funcionário da Coroa Portuguesa, é necessário citar que, após concluídos os estudos em Coimbra, ele retornou ao Brasil para atuar, inicialmente, como professor em Salvador, como consta dos relatos descritos por seu filho Bento, em 1839, no discurso feito no IHGB em sua homenagem.

Por Resolução de Consulta da Real Mesa Censória Silva Lisboa passou a exercer a cadeira de Filosofia Racional e Moral na Bahia, além de ter criado a cadeira da língua grega por cinco anos até passar de substituto a professor titular ou proprietário, como se dizia à época. Após vinte anos dedicados ao ensino, voltou à Lisboa em 1797, quando foi jubilado (aposentado), recebendo do Príncipe Regente D. João a mercê de Deputado e Secretário da Mesa da Inspeção da cidade de Salvador, prestando a seguir destacados serviços às atividades de agricultura e comércio daquela província, como lembrou seu filho na homenagem feita em sessão especial no IHGB.²⁵⁶

Tornou-se um estudioso da nova ciência econômica, por conhecer as dificuldades vividas pelos produtores coloniais no Brasil, impedidos de comercializar diretamente com o comércio estrangeiro. Esse impedimento retardava o desenvolvimento de sua própria terra, levando Silva Lisboa a estudar formas que pudessem auxiliar o comércio colonial. Para tanto, seria necessário deixar de lado o exclusivo colonial que os ligava à metrópole portuguesa.

Com a chegada dos franceses às portas de Portugal em 1807, o Príncipe Regente D. João tomou a difícil decisão de transferir a Corte portuguesa para sua colônia nas terras americanas, e, ao fazer uma parada em Salvador, teve a oportunidade de se encontrar com Silva Lisboa. Aproveitando de sua amizade com D. Fernando José de Portugal, futuro Marquês de Aguiar, o ilustrado baiano teve a chance de demonstrar ao regente a necessidade de abrir os portos às Nações amigas da Coroa de Portugal.

²⁵⁶ LISBOA, B. S. *Revista Trimensal de História e Geografia do IHGB*, 1839, p 186

José da Silva Lisboa ocupava o cargo de secretário da Alfândega quando redigiu o texto dessa nova lei, que seria tão importante para dar ao Brasil a possibilidade de ser economicamente livre, ao ponto de poder ser considerado como o momento inicial do que levaria ao seu processo de independência política.

Apesar de forte oposição, mas por força de seus argumentos, D. Fernando José de Portugal cedeu às suas persuasões e possibilitou que Silva Lisboa levasse ao regente sua proposta, que aceita se transformou na Carta Régia de 24 de janeiro de 1808 que liberou o comércio da colônia e deu fim aos atritos que já estavam ocorrendo na Bahia entre os produtores e comerciantes brasileiros e os compradores da metrópole.

Se as crises políticas foram controladas no Brasil, o mesmo não se deu na metrópole, quando os negociantes desaprovaram a decisão por estarem acostumados a se relacionar unicamente com as praças de Lisboa e Porto. Preocupados com a possível concorrência estrangeira, se esforçaram em tentar conseguir a revogação da Carta Régia, com alegações relativas aos males que ela trouxera para a Nação, privando o Estado português de suas rendas. Os negociantes e intermediários portugueses, em sua maioria, tinham a seu favor algumas pessoas influentes, participantes do governo que teriam possibilidade de reverter a situação junto ao regente.

Entretanto, Silva Lisboa havia caído nas graças de D. João, que, inclusive, o havia nomeado para o cargo de Professor de Economia Política, dando-lhe condições para escrever uma obra, ainda em 1808, na qual demonstrou sua vastíssima erudição e provasse sua argumentação: *Observações sobre o comércio franco, parte 1ª e 2ª*. Nessa obra, Silva Lisboa provou, utilizando o exemplo dos Estados Unidos da América, o quanto aquele comércio contribuía para curar os males e os prejuízos advindos do processo de independência que durara sete anos (1776 a 1803).

Mesmo sendo um funcionário real dedicado, Silva Lisboa se viu obrigado a reclamar o pagamento de seu ordenado de professor da cadeira de Economia Política que ficara ajustado para o valor de 400 mil réis a serem acumulados com os vencimentos de secretário e deputado da Mesa de Inspeção da Agricultura e Comércio da Bahia. Quando o príncipe regente, D. João, assinou o decreto que instituiu tal aula, em 23 de fevereiro de 1808, a iniciativa teve boa receptividade, mas somente junto a um grupo restrito de letrados brasileiros que davam importância ao fato de que tal conhecimento iria propiciar a modernização da vida econômica, social, além de

melhorar a governança na colônia. Entretanto, ao que parece, a aula não teve o sucesso esperado, visto que Silva Lisboa insistentemente cobrava seu pagamento, que não lhe estava sendo pago, muito embora, ao que parece, não tenha chegado a exercer efetivamente o cargo de professor naquela cadeira.²⁵⁷

Além dos requerimentos de cobrança dos seus vencimentos, onde revela “ter observado que o público não conhece a importância daquela ciência, nem está preparado para ela com os estudos competentes”, Silva Lisboa deixou registros dessa possível dificuldade em sua obra *Princípios de Economia Política para Servir de Introdução à Tentativa Econômica do Autor dos Princípios de Direito Mercantil* (1804), quando menciona que “doutrinas tão melindrosas da administração pública só devem ser dirigidas às magistraturas e empregos de finança e polícia, com sólidos conhecimentos prévios”. Nos requerimentos apresenta como argumento principal que era insustentável uma aula pública de economia política, o que o levou a descartar a responsabilidade que lhe havia sido delegada.²⁵⁸

Ciente que o curso não havia sido colocado em funcionamento, Silva Lisboa persistiu na missão de ser dignificado com ordenado compatível, justificando que o valor de 400 mil réis era idêntico ao de um professor de gramática e reclamando que a cadeira de mineralogia na Universidade de Coimbra ocupada por José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838) pagava-lhe o valor de 800 mil réis. Na visão de Silva Lisboa, o valor pago ao santista era excessivo, pois o ensino de “uma ciência que, posto seja muito útil, não tem comparação com a ciência econômica que o maior mestre da Riqueza das Nações, Adam Smith, considera própria do legislador e homem de Estado”.²⁵⁹

Com a abertura dos portos do Brasil, além das mercadorias, também chegavam ingleses e franceses que vieram se estabelecer na nova capital do Império Português. Os homens dedicados ao comércio atacadista eram em sua maioria ingleses, já os franceses optaram pela venda a varejo, abrindo pequenas lojas nas ruas dos Ourives (atuais Rodrigo Silva e Miguel Couto) e do Ouvidor, ou mesmo trabalhando nas atividades de padeiros, alfaiates, marceneiros, destiladores de licor, mascates ou fabricantes de rapé. Começava a imigração branca não-portuguesa, e logo

²⁵⁷ CARDOSO, J. L. O liberalismo econômico na obra de José da Silva Lisboa, (in) *Revista História Econômica & História de Empresas*, 2002, p. 153-154.

²⁵⁸ Idem, 2002, p. 154

²⁵⁹ Idem, 2002, p. 155

a seguir, também apareceriam no Brasil suecos, alemães, italianos, americanos ou mesmo aqueles vindos dos territórios vizinhos, das colônias espanholas.²⁶⁰

A próxima etapa de Silva Lisboa no serviço público, em agosto de 1808, foi com a criação do Tribunal da Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, quando foi nomeado como Deputado, ficando encarregado de uma das mais difíceis comissões a partir de 1809: apresentar um projeto de Código do Comércio. Todavia, apesar de muito empenho de sua parte por longo tempo, não conseguiu completar a tarefa devido ao seu falecimento em 1835.

No que tange ao recebimento de mercês, foi agraciado em 1810 com o Hábito de Cristo, os títulos nobiliárquicos de Barão e Visconde de Cairu só lhe foram concedidos, respectivamente, em 1825 e 1826, pelo Imperador D. Pedro I.

Em 1815, foi nomeado para ser censor, cabendo-lhe os exames das obras para a impressão e em 1821, foi indicado para ser membro da junta das Cortes para o exame das leis constitucionais discutidas então em Lisboa.

Durante os anos em que a Corte permaneceu no Rio de Janeiro, a cidade passou por intensas mudanças em vários aspectos: erguiam-se prédios, abriam-se oficinas e fábricas; florescia a agricultura; a cultura foi agraciada com a chegada das Missões Artísticas Francesa (1815-16) e Científica Austro-Alemã (1817), que aos poucos passaram a influenciar os brasileiros com suas pesquisas e conhecimentos das Belas Artes. Aos poucos, se aprimorava o gosto do público e melhorava a qualidade do que já era fabricado no Brasil, como medalhas e moedas de ouro, atividades antes proibidas e só liberadas com a instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro.²⁶¹

Silva Lisboa foi testemunha de todas essas mudanças, sempre procurando influir nas decisões reais, especialmente, as ligadas ao comércio internacional. Era um dos mais respeitados assessores de D. João VI para questões econômicas, como o fez quando o aconselhou para a instalação do primeiro Banco do Brasil, em 12 de outubro de 1808.²⁶²

Com o advento da Revolução do Porto em 1820, D. João VI foi obrigado a jurar a Constituição em fevereiro de 1821, momento no qual Silva Lisboa foi nomeado Inspetor dos Estabelecimentos Literários, cabendo-lhe o serviço de censurar todas as obras que fossem publicadas. Ao mesmo tempo em que tinha essas

²⁶⁰ MOTA, C. G. *Grandes Personagens da nossa História*, vol. II, p. 290, 1972.

²⁶¹ Idem, 1972, p. 290-293

²⁶² MOTA, C. G. Op cit, 1972, p. 293

atribuições tão espinhentas, também se ocupou com a publicação do jornal *Conciliador do Reino Unido*, através do qual buscava a concórdia e harmonia entre os súditos portugueses e brasileiros.

Não podendo mais evitar seu retorno à Europa, D. João VI embarca em abril de 1821, juntamente com vários componentes da Corte, chegando a Lisboa após três meses de viagem, no dia 3 de julho. Contudo, preocupou-se em deixar como governante do Brasil, na condição de Regente seu filho, o Príncipe D. Pedro. Era a forma que via para manter a união entre as partes principais do Império.

Com a promulgação do Decreto das Cortes Constitucionais, foram determinadas outras ações para demonstrar que o poder de governo voltava a ser de Portugal, tais como: o retorno do Príncipe D. Pedro; a abolição dos Tribunais e a remessa de tropas para o Brasil. Começou a movimentação de tornar o Brasil independente de Portugal, Silva Lisboa não hesitou em combater o movimento revolucionário, sempre como defensor da união do Império português.

A reação de Silva Lisboa é expressa através da publicação do panfleto *Reclamação do Brasil*, o qual, ao final, sempre assinava sob o pseudônimo “Fiel à Nação”. O compêndio se forma em quinze partes, sempre iniciando com referência a algum expediente legal proferido pelas Cortes Constitucionais, exceto nas partes IX, X, XII que iniciam com frases de manifestos de dezembro de 1820; as partes XI, XIII e XV que abrem o texto principal com versos de Luiz de Camões, enquanto que a parte XIV que traz uma frase de Tácito. A parte final apresenta o registro da data do último publicado: 19 de julho de 1822.

As suas *Reclamações* procuravam encaminhar “o espírito público para resistir à arrogada supremacia metropolitana e a defenderem os direitos do Príncipe Regente, de acordo com os princípios do verdadeiro liberalismo, contra os poderes despóticos e furor popular, procurando sempre expor as vantagens da Monarquia Constitucional, como os modelos vigentes na Inglaterra, França e Holanda há séculos”, conforme relembra o próprio Bento da Silva Lisboa em seu discurso em sessão especial no IHGB.²⁶³ Sempre a defesa de Silva Lisboa objetivava manter o Brasil ligado ao Império Português, não era intenção dele ver o Brasil independente, a princípio.

²⁶³ LISBOA, B. S. Op. Cit., 1839, p. 239

Há também outros dois escritos intitulados: *Memória Apologética das Reclamações do Brasil*, dividido em quatro partes, que se iniciam com frases do Padre Antonio Vieira e, ao final, as datas de finalização de cada: a primeira, em 19 de julho de 1822, e em 23 de julho de 1822 (partes II, III e IV); *Defeza das Reclamações do Brasil*, que inicia com uma frase da “Oração pela Corôa”, de Demóstenes, sem data, mas também como os demais, assinado pelo “Fiel à Nação”.

Esses escritos de Silva Lisboa causaram reações de outros panfletários, incitando uma guerra entre eles na defesa de seus argumentos, cada qual apresentando visões diferentes para os rumos que o Brasil deveria seguir. Os embates panfletários de Silva Lisboa serão apresentados em item próprio mais à frente.

Consolidada a independência do Brasil, contando com novo governante na pessoa do Imperador, D. Pedro I, restou a Silva Lisboa aceitar a nova situação. Mantendo-se ativo no governo, sempre exercendo cargos elevados, contando com a confiança do monarca.

Quando foi instalada a Assembleia Constituinte de 1823, Silva Lisboa foi um dos Deputados, em substituição a Cipriano Barata, representando a Província da Bahia. Posteriormente, já como Senador do Império, manteve sua posição política de defender os princípios liberais de uma monarquia constitucional, de forma independente. Com firmeza de caráter ele sustentava sua doutrina como se manifestou nas circunstâncias críticas, demonstrando sua fervorosa dedicação à Nação brasileira nos diversos discursos políticos feitos no ambiente parlamentar. Mesmo em idade avançada, sustentava seus argumentos com o vigor da mocidade: um entusiasta da defesa dos interesses do Império até o final da vida.

Foi também Desembargador da Mesa do Paço e da Casa do Rogo. Em 1832, lutou pela criação de uma Universidade no Brasil, que pretendia instalar no Rio de Janeiro, embora já se contasse com escolas de ensino superior, não se havia com um local que pudesse concentrar escolas das mais diversas áreas do conhecimento.

Apesar da independência política em 1822, não houve qualquer mudança no sistema de ensino no território brasileiro, nem ampliação ou diversificação, vez que a elite governante não vislumbrava vantagens na criação de universidades. Consta que, entre 1808 a 1882, diversos projetos foram propostos, mas como ocorreu com o de Silva Lisboa, nenhum deles foi aprovado.

Nas palavras de Alceu Amoroso Lima, durante o governo de D. João VI, Silva Lisboa foi uma espécie de “ministro sem pasta”. Foi tanto amigo do Conde de

Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a quem considerava seu benfeitor, quanto do Conde da Barca, D. Antonio de Araújo e Azevedo, que fora opositor de Sousa Coutinho. Contando com a confiança dos ocupantes do cargo de Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Silva Lisboa era constantemente convidado a participar do Conselho de Ministros, além de ter sido consultado em diversas ocasiões para atos importantes do período joanino.²⁶⁴

Suas ideias sempre eram direcionadas ao bem da Pátria e as obras escritas por ele, sobre temas no âmbito da Economia, Política, Religião ou Moral, sempre mereceram o reconhecimento por sociedades acadêmicas nacionais e estrangeiras, das quais era associado, tais como as Sociedades Promotoras da Indústria Nacional do Rio de Janeiro; da Agricultura da Bahia; a Filosófica da Filadélfia; a da Agricultura de Munique; da Propagação das Ciências Industriais; do Instituto Histórico da França e do Instituto Real para a Propagação das Ciências Naturais de Nápoles.

3.3. O início com os escritos econômicos

Há quem destaque a atuação política de Silva Lisboa, mas ninguém deve esquecer que ele dedicou-se à intensa produção literária, através de livros de temática variada, artigos políticos, ensaios, poesia, podendo chegar a um número próximo a 77 obras publicadas, dedicando-se a defender com ardor suas ideias, qualquer que fosse o assunto de seu interesse mais imediato. Muito se fala dos livros de economia, mas suas obras são abrangentes: moral, religião, educação, história, por exemplo.

Em seu retorno à Bahia, ao assumir o cargo de Secretário da Mesa da Inspeção, começou a trabalhar na sua obra, *Princípios de Direito Mercantil*, que foi publicada em Lisboa no ano de 1801 sob a forma de oito Tratados Elementares, tornando-se a primeira obra em língua portuguesa a se dedicar ao assunto. Através dessa obra, Silva Lisboa pôde demonstrar seus profundos conhecimentos não só de economia como também de Direito Civil e Marítimo. Teve reimpressões em Lisboa e até em Londres, obra citada constantemente por diversos advogados à época.

A inspiração para produzir uma nova obra veio da leitura do livro *Inquirição sobre a Riqueza das Nações*, de Adam Smith que havia sido publicada em 1776. Na obra do ilustrado escocês eram propagados os princípios que versavam

²⁶⁴ LISBOA, J. S. *Princípios da Economia Política*, 1956, p. 32-33.

sobre a indústria, abolição de monopólios e a liberdade do comércio, acima de tudo. Surge, então, a nova obra de Silva Lisboa intitulada de *Princípios da Economia Política*, publicada em Lisboa no ano de 1804, que teve boa aceitação entre os estudiosos do tema, além de ter contribuído para a prosperidade do Império português.

Silva Lisboa não foi só um divulgador da economia política no Brasil, mas coube a ele levantar a base dessa matéria em língua portuguesa. Em tudo que escreveu buscou dar grande importância à inteligência, à técnica aplicada à economia, pois para ele a inteligência estava ligada à moral, sendo essa um fator capital para o sistema econômico em sua concepção.

Em virtude da abertura dos portos brasileiros ao comércio com outras nações, Silva Lisboa aproveitou para registrar os argumentos a favor de tal ação quando escreveu a já citada obra, *Observações sobre o comércio franco*, parte 1ª e 2ª, publicada no mesmo ano de 1808.

Essa determinação de Silva Lisboa em provar o quanto a liberação do comércio direto com outras nações seria benéfica ao Brasil, trouxe-lhe alguns aborrecimentos. Tornou-se alvo de calúnia e intriga por parte de um censor que tendo lido a obra em questão, pôs à margem do exemplar as seguintes notas: “Hé réo de Estado, merece pena capital”, juntamente a outros termos da mesma natureza, como relata Bento da Silva Lisboa em seu discurso de homenagem ao pai.²⁶⁵

Uma questão sempre delicada nos escritos de Silva Lisboa refere-se à escravidão, nisso divergindo de Burke. Carlos Guilherme Mota cita uma frase de Silva Lisboa onde este coloca que “a maior parte (dos escravos) é bem inútil ao público e só destinada para servir aos caprichos e voluptuosas satisfações de seus senhores”.²⁶⁶

Como menciona Jorge Caldeira em seu mais novo livro, *História da Riqueza no Brasil*, “a escassez de letrados resultante da política metropolitana de associar a proibição de impressoras e de escolas superiores a uma feroz censura teve consequências enormes, impedindo que os brasileiros conhecessem a si mesmos e avaliassem o seu potencial depois da descoberta do ouro”.²⁶⁷ Silva Lisboa era um caso atípico de um letrado empenhado em disseminar o conhecimento.

²⁶⁵ Revista Trimensal de História e Geografia do IHGB, tomo primeiro, nº 1, abril de 1839, p. 229

²⁶⁶ MOTA, C. G. *Grandes Personagens da nossa história*, vol. II, 1972, p. 294

²⁶⁷ CALDEIRA, J. *História da Riqueza no Brasil*, 2017, p. 185

Ao lado da liberação dos portos, D. João também havia autorizado outros atos que permitiriam o desenvolvimento dos brasileiros, tais como a instalação do primeiro curso superior (escola de medicina em Salvador), só que com dois séculos e meio de atraso se comparado com as colônias espanholas fronteiriças ao Brasil e também com as colônias inglesas, e o desembarque da primeira prensa tipográfica que poderia funcionar legalmente nas terras brasileiras. Todas essas restrições possibilitaram a existência de uma massa ignorante de colonos, de fácil controle por parte dos representantes do governo da metrópole, já esses eram pessoas com maior grau de educação e conhecimento. Isso também impedia que os brasileiros conhecessem melhor as condições econômicas que a terra lhes podia proporcionar, levando ao desenvolvimento do Brasil e de sua gente.

Mais uma vez, é Jorge Caldeira que lembra

outro agraciado com autorização para imprimir as suas obras, José da Silva Lisboa, o futuro Visconde de Cairu, reiterou essa posição no campo da economia, e com uma estratégia retórica ainda mais curiosa que a do bispo (Azeredo Coutinho). [...] Cairu não estava convencido de que a produção de mercadorias fosse um ideal adequado para a economia. Eximia Adam Smith desse pecado e atribuía tal insensatez a Rousseau. [...] Cairu também contrapõe Aristóteles às ideias iluministas, e assim explica o processo da divisão do trabalho. [...] A retórica de Cairu seguia a mesma estratégia do bispo, invertendo os termos da crítica iluminista e apresentando a universalidade da razão como um caso particular a ser incorporado no modelo eterno – e, com isso, comprovando o valor universal do princípio da desigualdade de Aristóteles.²⁶⁸

Antes de mencionar as obras escritas por Silva Lisboa que têm merecido maiores destaques por estudiosos de sua vida ou de sua produção literária, se faz necessário ressaltar que ele também se dedicou a pesquisas científicas.

Os escritos mais conhecidos de Silva Lisboa podem ser divididos em três eixos, conforme levantamento feito por Antonio Penalves Rocha²⁶⁹ e por Nogueira de Paula²⁷⁰, com destaque especial para o primeiro grupo, sempre o mais lembrado:

a) Economia-Direito:

<i>Princípios de Direito Mercantil e Leis da Marinha</i> , 2 tomos	Régia Oficina Tipográfica	Lisboa	1798
--	------------------------------	--------	------

²⁶⁸ Idem, 2017, p. 198

²⁶⁹ ROCHA, A. P. *Visconde de Cairu*, 2001, p.51 a 53

²⁷⁰ LISBOA, J. S. *Princípios de Economia Política*, 1956, p. 7 a 9.

<i>Princípios da Economia Política, para servir de introdução à tentativa econômica do author dos Princípios e direito mercantil</i>	Impressão Régia	Lisboa	1804
<i>Observações sobre o comércio franco no Brazil, 2 volumes</i>	Impressão Régia	Rio de Janeiro	1808-1809
<i>Discurso sobre a Fraqueza do Comércio de Bueno Ayres</i>	Impressão Régia	Rio de Janeiro	1810
<i>Razões dos Lavradores do vice-reinado de Bueno Ayres</i>	Impressão Régia	Rio de Janeiro	1810
<i>Observações sobre a propriedade do Estado pelos liberaes princípios da nova legislação do Brazil</i>	Impressão Régia	Rio de Janeiro	1810
<i>Refutação das declamações contra o commercio inglez: extraídas de escriptores eminentes</i>	Impressão Régia	Rio de Janeiro	1810
<i>Reflexões sobre o Comércio de Seguros</i>	Impressão Régia	Rio de Janeiro	1810
<i>Observação sobre a franqueza da indústria e estabelecimentos de fábricas no Brazil</i>	Impressão Régia	Rio de Janeiro	1810
<i>Memória contra o Monopólio da Companhia dos Vinhos do Alto Douro</i>	Impressão Régia	Rio de Janeiro	1811
<i>Memória econômica sobre a fraqueza do commercio dos vinhos do Porto</i>	Impressão Régia	Rio de Janeiro	1812
<i>Ensaio sobre o estabelecimento dos bancos, para o progresso da indústria e riqueza nacional</i>	Impressão Régia	Rio de Janeiro	1812
<i>Sinopse da Legislação Principal do Senhor D. João VI pela Ordem dos Ramos da Economia do Estado</i>	Impressão Régia	Rio de Janeiro	1818
<i>Estudos o bem comum e Economia Política ou sciencia das leis naturaes e civis de animar e dirigir a geral indústria, e promover a riqueza nacional e prosperidade do Estado</i>	Impressão Régia	Rio de Janeiro	1819-1820
<i>Sabatina Familiar dos Amigos do Bem Comum</i>	Impressão Régia	Rio de Janeiro	1821-1822
<i>Leituras de economia política, ou direito econômico, 2 volumes</i>	Typographia Plancher-Seignot	Rio de Janeiro	1827
<i>Regras da praça ou bases de regulamento commercial conforme aos novos códigos de commercio da França, Hespanha e Legislação Pátria</i>	Typographia Nacional	Rio de Janeiro	1832

b) Política-História

<i>Observações sobre a Prosperidade do Estado pelos Liberais</i> <i>Princípios da Nova Legislação do Brasil</i>	Impressão Régia	Rio de Janeiro	1810
<i>Extractos das obras políticas e econômicas de Edmund Burke</i>	Impressão Régia	Rio de Janeiro	1812
<i>Memoria da vida publica de Lord Wellington</i>	Impressão Régia	Rio de Janeiro	1815
<i>Appendice à Memoria da vida de Lord Wellington</i>	Impressão Régia	Rio de Janeiro	1815
<i>Memoria dos benefícios políticos o Governo de el-rey nosso senhor D. João VI</i>	Impressão Régia	Rio de Janeiro	1818
<i>Synopse da legislação principal do senhor D. João VI pela ordem os ramos da economia do Estado</i>	Impressão Régia	Rio de Janeiro	1818
<i>Espírito de Vieira ou selecta e pensamentos econômicos, políticos, moraes, literários, com a biografia deste celebrado escritor</i>	Impressão Régia	Rio de Janeiro	1821
<i>Memoria a vida e virtudes da archiduqueza d'Austria D. Maria Anna (não obteve licença para publicação)</i>	Impressão Régia	Rio de Janeiro	1821
<i>Cauza do Brazil no júzo dos governos e estadistas da Europa</i>	Typographia Nacional	Rio de Janeiro	1822
<i>Roteiro brazilico ou coleção de princípios e documentos de direito político em serie de números</i>	Imprensa Nacional	Rio de Janeiro	1822
<i>Heroicidade Brasileira (censurado e impedido de circular)</i>	Impressão Régia	Rio de Janeiro	1822
<i>Introdução à História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil</i>	Impressão Régia	Rio de Janeiro	1823
<i>Império do Equador na Terra de Santa Cruz</i>	Impressão Régia	Rio de Janeiro	1823
<i>Independencia do Imperio do Brazil, apresentada aos monarchas europeos por Mr. Beauchamp</i>	Typographia Nacional	Rio de Janeiro	1824
<i>Contestação da História e censura de Mr. De Pradt sobre sucessos do Brasil</i>	Typographia Nacional	Rio de Janeiro	1825
<i>Historia dos principaes sucessos políticos do Imperio do Brazil</i>	Typographia Nacional	Rio de Janeiro	1826-1830
<i>Manual e política orthodoxa</i>	Typographia Nacional	Rio de Janeiro	1832
<i>Princípio da arte de reinar do príncipe catholico e imperador constitucional, com documentos pátrios</i>	Typographia Nacional	Rio de Janeiro	1832

<i>Justificação das reclamações apresentadas pelo Governo brasileiro ao e s.m.britanica, pelo que respeita as prezas feitas pelos cruzadores ingleses na costa occidental d’Africa</i>	Typografia do Diário de N. L. Neves	Rio de Janeiro	1834
--	-------------------------------------	----------------	------

c) Moral, Religião e Educação

<i>Constituição moral, e deveres do cidadão, Com exposição da moral publica conforme o espírito da Constituição do Imperio</i>	Typographia Nacional	Rio de Janeiro	1814-1825
<i>Supplemento à Constituição moral, contendo a exposição das principaes virtudes e paixões; e appendice das máximas de La Rochefoucauld, e doutrinas do cristianismo</i>	Typographia Nacional	Rio de Janeiro	1825
<i>Escola brasileira ou instrucção útil à todas as classes extrahida da sagrada escriptura para uso da mocidade, 2 vols.</i>	Typographia Plancher-Seignot	Rio de Janeiro	1827
<i>Causa da religião e disciplina ecclesiastica do celibato clerical. Defendida da inconstitucional tentativa do padre Diogo Antonio Feijó</i>	Imperial Typographia de Pedro Plancher-Seignot	Rio de Janeiro	1828
<i>Cartilha da Escola brasileira para instrucção elementar na religião do Brasil</i>	Typographia Nacional	Rio de Janeiro	1831
<i>Cathecismo da doutrina christã conforme ao código ecclesiastico da igreja nacional</i>	Typographia Nacional	Rio de Janeiro	1832
<i>Preceitos da Vida Humana ou Obrigações do Homem e da Mulher seguidos do Dever de Justiça</i>	Eduardo & Henrique Laemmert (Typoghaphia Universal de Laemmert)	Rio de Janeiro	1838 (data provavel)

O autor também foi homenageado quando quatro de seus escritos foram publicados postumamente, como destaca Penalves Rocha²⁷¹:

- a) Considerações sobre as doutrinas econômicas de M. João Baptista Say – Rio de Janeiro: *Minerva Brasiliense*, vols. I e III, 1844-45;
- b) Ensaio econômico sobre o influxo da inteligência humana na riqueza e prosperidade das nações, *Guanabara, revista artística, scientifica e litteraria do Rio de Janeiro*, nº II, t. I, 1851;

- c) Da liberdade do trabalho, *Guanabara, revista artística, científica e litteraria do Rio de Janeiro*, nº II, t. II, 1851;
- d) Apêndice dos princípios de economia política. In: ALMODOVAR, Antônio (introd. e dir.), *José da Silva Lisboa: escritos econômicos escolhidos (1804-1820)*, Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Econômico Português, coordenação de José Luís Cardoso, Lisboa: Banco de Portugal, 1993, vol. 5, t. I.

Dentre os livros publicados por Silva Lisboa, cabe destacar dois que provocaram reações de outros estudiosos das questões econômicas que envolviam o Império Português, provocando embates literários: sua primeira obra, *Princípios de Direito Mercantil* (1798), com resposta de Manuel Luís da Veiga; sua segunda obra, *Princípios da Economia Política* (1804), com reação por parte de Joaquim José Rodrigues de Brito.

Silva Lisboa também se destacou como periodista, fazendo a defesa de suas ideias através da impressão de panfletos e periódicos, tais como: *O Conciliador do Reino-Unido*; *Sabbatina familiar de amigos do bem-comum*; *Reclamação do Brazil*; *Atalaia*, os três foram publicados pela Imprensa Régia, enquanto que o *Honra do Brasil desafiada de insultos da Astréa espaaxina*, foi publicado pela Imperial Typographia de P. Plancher-Seignot.²⁷²

A produção de panfletos apresenta um novo perfil de Silva Lisboa, surgido no período do processo de independência do Brasil, quando através desses jornais ele se manifestava com relação a questões políticas, levando-o a se envolver em embates panfletários públicos com outras figuras de destaque na vida brasileira que também atuavam na nascente imprensa brasileira: Cipriano Barata, João Soares Lisboa, Frei Caneca e Gonçalves Ledo.

3.4. Os embates literários econômicos

Silva Lisboa, como se viu, foi um homem de cultura muito superior à dos melhores do seu tempo. Tinha uma ânsia pelo saber que nunca o abandonou, estava sempre estudando e a leitura era sua grande companheira.

²⁷¹ Idem, 2001, p. 54

Seu interesse por assuntos econômicos já o acompanhava desde a sua estada na Universidade em Coimbra. Posteriormente, o alargou ao tratar em extensos e diversos relatórios as questões que lhe eram tão caras por serem de interesse de sua *terra brasilis*: a produção do algodão e da cana, cujo cultivo veio a relatar de forma magistral; o tráfico de escravos, cujo aspecto desumano o interessava, mostrando-se um antiescravagista desde cedo, embora não tratando do assunto com a frequência esperada; a produção agrícola em geral, por ser o centro da economia brasileira. Todos esses assuntos econômicos passaram a ser sua marca pessoal, levando-o a ser considerado como o fundador da sociologia econômica brasileira.²⁷³

Esses embates críticos envolvendo os escritos de Silva Lisboa se relacionam às duas primeiras obras publicadas com o apoio dos governantes, bem como foram reações aos seus pensamentos políticos nas diversas fases pelas quais passou o Brasil no início do século XIX e que foram expostas através da publicação de panfletos ou jornais de curta duração.

Contudo o presente item vai se dedicar ao estudo, mesmo que superficial, dos embates a partir das duas obras iniciais de Silva Lisboa, deixando os panfletos políticos para o item em separado.

Os originais de sua primeira obra, *Princípios de Direito Mercantil e Leis da Marinha*, seguiram com Silva Lisboa no seu retorno a Portugal, já com a idade de 41 anos. Era uma obra inédita, sobre um assunto inteiramente novo na bibliografia portuguesa, sendo fruto de muitos anos de estudos do Direito Mercantil. A publicação ocorreu em 1798 e colocou Silva Lisboa diante de uma nova situação ao ver seu livro ser usado por alguns anos como se fosse um Código Comercial.

Todavia, manteve-se atento aos assuntos econômicos ao ponto de ter atuado, em 1816, como conselheiro na questão da moeda no Brasil do amigo Conde da Barca, Antonio de Araújo, quando emitiu o *Parecer acerca das moedas de Portugal e Brasil*.²⁷⁴

Como aconteceu com Edmund Burke, Silva Lisboa também teve que enfrentar opositores ao seu pensamento e que tiveram papel de importância em sua carreira como pensador do futuro do seu Brasil no início do século XIX.

²⁷² ROCHA, A. P. *Visconde de Cairu*, 2001, p.53.

²⁷³ LISBOA, J. S. *Princípios de Economia Política*, 1956, p. 21.

²⁷⁴ Idem, 1956, p. 23.

Para melhor entendimento do quanto cada adversário influenciou o pensamento de Silva Lisboa, pesquisas sobre cada um deles e das discussões literárias produzidas constituem o presente item desse capítulo.

3.4.1. Manuel Luís da Veiga

Eu conheço ser hum tanto atrevido em contrariar as opiniões de hum Author tão iluminado no Direito Mercantil, e tão bem conceituado na voz geral de todos os Commerçiantes; (os que não entendem aquillo mesmo que lem) mas como Verdade se faz digna de que a procurem os que são amantes della, rompo em todo o excesso para a ir descobrir, em alguns pontos daquela Obra, aonde ella se acha mascarada.

Manuel Luís da Veiga (1803)²⁷⁵

Ainda não reconhecido como uma autoridade na economia, Silva Lisboa teve que enfrentar o primeiro embate crítico a partir da publicação de sua primeira obra com Manuel Luís da Veiga em 1803.

Nome desconhecido de grande parte dos historiadores pelo caráter especializado da obra que produziu no início do século XIX versando sobre comércio, contabilidade e crítica política, Manuel Luís da Veiga deixou sua marca num momento de grande mudança no Império Português, em especial, pelas críticas feitas ao primeiro trabalho publicado por Silva Lisboa.

Nascido em Braga, Portugal, na década de 1770, tornou-se negociante, mas era homem de instrução invulgar, tendo sido responsável por manuais que ensinavam as artes mercantis distribuídos em terras portuguesas.

Manuel Luís da Veiga havia optado por fixar residência com toda a sua família no território brasileiro, tendo escolhido residir em Pernambuco, onde montou uma fábrica de cordas logo após a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, daí ter expressado sua opinião, em 1808, quando estava Londres tratando de seus negócios, escrevendo críticas contundentes às medidas tomadas pelo governo do Príncipe Regente, D. João, em relação ao comércio.

Além dos negócios, exerceu a atividade de lente concursado das Aulas de Comércio no Recife, nos anos de 1810. Também se envolveu, em 1817, no movimento revolucionário pernambucano na condição de participante

"entusiasmado", tendo constado seu nome na lista de presos, mas que respondeu pelos atos cometidos em liberdade. Veiga também se viu "envolvido nas tensões ocorridas no Rio de Janeiro em torno dos tratados de comércio de Portugal com a Grã-Bretanha em 1810, da censura régia que proibira um de seus escritos, e mesmo de sua participação em uma devassa que se abria na Corte, sob suspeita, nunca confirmada, de conspiração".²⁷⁶

Uma de suas obras de maior destaque foi *Novo Método das Partidas Dobradas para Uso Daqueles que não tiverem frequentado a Aula de Comércio* (1803). Foi um defensor da reorganização comercial feita pelo Marquês de Pombal, ficando bem claro tal posicionamento diante das críticas que fez à política joanina, atacando a do livre-comércio, em especial, a obra de Silva Lisboa que defendia tal prática. As críticas feitas em 1808, já citadas, se afinavam com o que pensavam os negociantes portugueses, após os prejuízos sofridos por esses com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro e a consequente assinatura dos tratados com a Grã-Bretanha.²⁷⁷

Também, em 1803, Veiga publicou outro texto, *Reflexões Críticas sobre a Obra de José da Silva Lisboa Intitulada Princípios de Direito Mercantil*, no qual deixou registrado seu gênio polêmico, que viria a lhe criar problemas tempos depois, já que não demonstrava medo de fazer inimidades no campo político.

Essa obra de Veiga tinha como objetivo avaliar o impacto e a validade dos conhecimentos apresentados no campo do direito mercantil para os negociantes e banqueiros portugueses. Era claramente uma crítica aos defensores do livre-comércio. Em seus argumentos, Veiga propunha a manutenção dos antigos costumes praticados pelos comerciantes portugueses, enquanto que Silva Lisboa tinha como principal proposta racionalizar os contratos de seguro e a criação de critérios precisos para segurados e seguradoras, inclusive, postulando a necessidade de criação de um código mercantil, transferindo a arbitragem para a esfera do direito civil.

Esse código específico que englobava e sistematizava as leis mercantis portuguesas se tornaria um avanço na questão legislativa sobre o assunto em toda a Europa.

²⁷⁵ VEIGA, M. L. *Reflexões Críticas sobre a Obra de José da Silva Lisboa, 1803, Prólogo, p. IV.*

²⁷⁶ SLEMIAN, A. *Obras de Manoel Luís da Veiga*, 2012, p. 15-17.

²⁷⁷ Idem, 2012, p. 17-18.

Todavia, a proposta de Silva Lisboa, na prática, permitia que o soberano pudesse, por justos motivos e em nome dos interesses do próprio Estado, restringir o exercício do domínio e da liberdade individual no campo mercantil.²⁷⁸

Com essa nova proposta, os interesses dos negociantes estavam ameaçados, porém a livre-concorrência não seria assim tão livre. Veiga foi o primeiro a confrontar os *Princípios do Direito Mercantil* partindo logo para acusar Silva Lisboa de ter feito meras compilações, com erros e confusões. Suas críticas estavam baseadas na suposição de dolo por parte dos seguradores nos contratos, o que para ele não se confirmaria, vez que seguradores e segurados acordavam livremente seus contratos com lucros seguros para aqueles.

Veiga acreditava que se tratava de uma questão simples, que não necessitava de regulamentação, já que o contrato entre as partes deixava claro o negócio proposto a partir da declaração do valor da carga e o pagamento da apólice referente ao prêmio.

Slemian destaca o pensamento de Antonio Manuel Hespanha sobre a posição de Silva Lisboa na qual o direito, sob a ótica iluminista, deveria ser positivado por meio de leis modernas capazes de expressar um ideal único do homem, enquanto que a visão de Veiga se caracterizaria por uma defesa do direito tradicional com os contributos doutrinários e metodológicos do jusracionalismo.²⁷⁹

Porém as discordâncias não se restringiram apenas à questão do seguro, iam para muito além, ao se referirem também ao fato de que Silva Lisboa era defensor da abertura comercial do Brasil, do conservadorismo e da moderação política, enquanto que Veiga se colocava em posição oposta, criticando o programa de governo joanino, chegando ao ponto de se aliar aos revolucionários pernambucanos de 1817.

A crítica de Veiga que recebeu o título de *Reflexões Críticas sobre a Obra de José da Silva Lisboa Intitulada Princípios de Direito Mercantil*, foi publicada em 1803 pela Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo, em Lisboa, mas com licença da Mesa do Desembargo do Paço.²⁸⁰

No Prólogo desse texto, Veiga ressalta que *Princípios de Direito Mercantil* foi publicada pela primeira vez em 1798 pela Régia Oficina Tipográfica, com a segunda tiragem em 1803, tendo causado grande alvoroço junto aos

²⁷⁸ Ibidem, 2012, p. 32.

²⁷⁹ Ibidem, 2012, p. 33.

²⁸⁰ Ibidem, 2012, p. 448-462.

negociantes portugueses, o que fez com que ele se interessasse por examiná-la atentamente, observando com exatidão as suas matérias, a fim de verificar se seu merecimento estava conforme as ideias que dela formavam os banqueiros ou seguradores.

Reconhece Veiga era um atrevimento de sua parte contrariar as opiniões de um autor tão iluminado no Direito Mercantil e bem conceituado junto aos comerciantes, mas ressaltou que estava atento à interpretação do autor, não desprezando os seus descuidos e faltas, destacando os erros de Direito observados nesse tratado, mostrando as repetições e contradições de seu editor.²⁸¹

No corpo de seu texto, *Reflexões Críticas*, Manoel da Veiga referencia sempre páginas da obra de Silva Lisboa a cada argumento contrário apresentado por ele, demonstrando uma leitura apurada para efetivar a sua crítica, sempre confrontando situações reais frente à doutrina proposta pelo autor. Acusa Silva Lisboa de se repetir em várias partes da obra, também de se valer de copiar, *ipsis litteris*, legislações produzidas por outros países e por Portugal, como no caso da Regulação da Casa dos Seguros. Tal procedimento indicava, na opinião de Veiga, que Silva Lisboa se valia desse expediente para aumentar volumes, sem mudança de matérias, indicando certa falta de método, obrigando o leitor a ler e reler por várias vezes o texto antes de chegar ao fim dele.

Outrossim, Veiga comprova que tal expediente de repetição é reconhecido pelo próprio Silva Lisboa na página 51 da Parte II do tratado, onde se lê que “tendo-se estabelecido e frequentemente repetido em diferentes lugares deste tratado a constante regra que o seguro é nulo [...]”.²⁸²

Assim, para comprovar o uso da constante repetição de frases e parágrafos inteiros por Silva Lisboa, Veiga cita a página 58 da 1ª parte e a página 69 da 3ª parte, ao que, se exasperando, o crítico exclama:

Miserável autor! Ainda não emendado do seu erro e das suas reincidências, torna a escrever literalmente, à página 68, da 3ª parte, os artigos 23, 24 e 32 da *Ordenação da França* sobre os seguros, cujos artigos se acham já por ele traduzidos e inferidos na 2ª parte da mesma obra, à página 239!

Quando considero que páginas inteiras se oferecem à minha vista tiradas de outras páginas abocanhadas pelo autor, pasmo! Ainda mais nos devemos confundir, se atendermos à miscelânea das matérias do seu tratado. Eu me persuado de que, se houvesse quem

²⁸¹ Ibidem, 2012, p. 449-450.

²⁸² Ibidem, 2012, p. 461.

aperfeiçoasse a produção do autor, ou ele mesmo, ela se reduziria a uma terça parte do seu tamanho.²⁸³

Desta feita, conclui Veiga sua crítica à primeira obra de destaque de Silva Lisboa, dizendo que “se os homens que escrevem e publicam os seus pensamentos não os dispõem pela ordem, método e estilo que requer o gosto do tempo, sacrificam-se ao mesmo a que se sacrificou o nosso filósofo e autor dos Princípios de Direito Mercantil. Todos desejam inculcar-se e fazer eterno o seu nome por meio das letras e das suas obras, porém poucos há que se sujeitem ao estudo, mortificação, trabalho, paciência e cultura que elas requerem, antes de se publicarem e saírem das mãos do seu autor”.²⁸⁴

Em 1808, Veiga produziu dois textos que abordavam tanto os efeitos da transferência da Corte para o Brasil como também da influência dos ingleses na política e na economia do Império Português: *Análise dos Fatos Praticados em Inglaterra e Reflexões Políticas sobre o Estabelecimento dos Negociantes Ingleses no Brasil*. Se o primeiro era contundente e provocativo ao ponto do próprio autor saber que lhe custaria o risco de fazer inimigos; o segundo, já tratava de forma mais direta das consequências da entrada dos britânicos no Brasil. Foi com o primeiro que mais uma vez o levou a se confrontar com Silva Lisboa, mas agora esse estava na condição de censor e responsável pela proibição da publicação do primeiro texto no Brasil.

O primeiro texto se referia a fatos relativos à apreensão de navios portugueses por ingleses no período da invasão francesa em Portugal, sendo de conhecimento dos ministros portugueses em Londres, em especial, de D. Domingos de Sousa Coutinho, e do cônsul-geral João Carlos Lucena, a quem Veiga chamava de “banqueiro nomeado”, já que possuía negócios em Londres, atuando no ramo financeiro e de representação mercantil através da empresa Lucena & Crawford.²⁸⁵

No segundo texto, Veiga se posicionava quanto a impossibilidade dos negociantes portugueses não terem como concorrer com os ingleses e que o governo restringira a liberdade desses no que tange ao estabelecimento dos seus agentes no Brasil, tornando a nova sede da metrópole extremamente dependente dos produtos manufaturados ingleses, face não existirem fábricas próprias instaladas no território

²⁸³ Ibidem, 2012, p. 462.

²⁸⁴ Ibidem, 2012, p. 462.

²⁸⁵ Ibidem, 2012, p. 34.

brasileiro, sendo que com essa entrada dos britânicos seria sepultada a possibilidade de que tais negócios viessem a ser assumidos pelos próprios brasileiros.

Por trazer críticas tão contundentes às autoridades portuguesas, a *Análise* de Veiga foi censurada no Rio de Janeiro, fato que parecia já ser esperado pelo autor, uma vez que no início de próprio texto ele havia deixado registrado que tudo o que ali escrevera sobre as arbitrariedades não deveria ser tomado como algo pessoal a D. Domingos, embora tenham ocorrido durante sua administração. Cita no próprio texto que na Inglaterra era possível o respeito dos direitos do Homem, com destaque para o de serem aceitas e consideradas as críticas feitas, sem qualquer censura. Entretanto, como era o procedimento normal no Império português, havendo censura prévia para publicação e circulação de escritos, o controle dos impressos e pessoas vistas como de comportamento divergente levariam à identificação desses como suspeitos de qualquer intenção revolucionária.²⁸⁶

Quando Veiga requereu licença ao Desembargo do Paço para poder divulgar sua obra no Brasil, essa lhe foi negada, considerando que fora Silva Lisboa o censor responsável pelo parecer, isso lhe pareceu um antigo ressentimento. Esse acontecimento foi objeto de estudos historiográficos sem que se detivessem tanto na obra *Análise* quanto na trajetória pessoal do seu autor. Segundo Slemian, o trabalho de Kirsten Schultz, em *Versalhes Tropical: Império, Monarquia e a Corte Real*, via Veiga como “uma voz inquestionavelmente dissidente” ao governo imperial, ressaltando para comprovação disso o envolvimento dele numa suposta insurreição na Corte que levou a abertura de uma devassa em 1810, e, em seguida, é citado o artigo “Censura, Circulação de Ideias e Esfera Pública no Brasil, 1808-1824”, de autoria de Lúcia Maria Bastos P. Neves, publicado na *Revista Portuguesa de História* em 1999, que analisou o caso no contexto da censura e da formação do espaço público no Brasil durante o período de permanência da Corte no Rio de Janeiro.

Nesse segundo texto destacado por Slemian é mencionado que cem exemplares da obra haviam sido comprados por um negociante, Manuel Pinheiro Guimarães, mas esse não os recebeu em virtude da interdição e impedimento da entrega em seu destinatário, em função de terem sido retidos pela Mesa do Desembargo do Paço. Também é mencionado que a censura de obras desse tipo devia-se ao fato de conter ofensas às elites intelectuais e dirigentes do reino, sendo

²⁸⁶ Ibidem, 2012, p. 36.

apresentado o parecer de Silva Lisboa que cita textualmente o ataque que Veiga havia feito a Hipólito José da Costa.²⁸⁷

Na obra de Andréa Slemian e Claudia Chaves dedicada a Manoel Luís da Veiga consta, no anexo de manuscritos, a cópia de *Censura à obra Análise*, que está no Arquivo Nacional (Desembargo do Paço, caixa 171, documento 13). Nesse manuscrito é o próprio Veiga que relata o ocorrido na entrega dos cem exemplares impressos em Londres e que seriam destinados a Manoel Pinheiro Guimarães.²⁸⁸ Pode-se com isso acompanhar todo o processo de apreensão da obra, constando parecer do Conde de Linhares, que reteve na Secretaria de Estado um exemplar, sob o argumento de que era “uma obra cheia de veneno político, de falsidades, e que pode aludir gente superficial, e ignorante além de ser um verdadeiro Libelo”, recomendando que outro exemplar fosse remetido ao Intendente Geral da Polícia. A seguir, lê-se o parecer emitido por Silva Lisboa, abaixo reproduzido, conforme transcrição das autoras já referenciadas:

Senhor,

O manuscrito de Manuel Luís da Veiga [ilegível] que Vossa Alteza Real foi servido mandar que eu informasse com o meu parecer, entendo não ser conveniente sair a livre; pois não é produção literária útil, ou indiferente, e contém muitas personalidades, e injúrias contra um ausente servo [?]do Reino, o Redator do Correio Braziliense. É posto seja notório tem-se este demasiado com abuso da liberdade da Imprensa da Inglaterra. Contudo, seria contra os bons costumes, e contra a honra da literatura nacional, permitir-se que se propicie pela nossa Imprensa, e menos pela da Regia Oficina, um folheto, que o mesmo suplicante reconhece em seu requerimento conter expressões ofensivas.

Além disso, neste folheto se excitam questões desagradáveis sobre os arrestos que os ingleses fizeram com os nossos navios, os quais depois Sua Majestade Britânica mandou restituir. A Política e o bem do Estado parecem exigir, que não se existe no público discussão sobre justo, acontecidos durante a momentânea hostilidade das Coroas Portuguesas e Inglesa, e a que se tem feito reparação, pelo feliz restabelecimento da amizade e Aliança que subsistem entre uma e outra Potência. Vossa Alteza Real porém Mandará o que for do Real Agrado.

José da Silva Lisboa²⁸⁹

Novamente, em 1810, os caminhos de Veiga e Silva Lisboa se encontraram, quando o negociante e seu sócio João Guilherme Purcell recorrem à Junta do Comércio pedindo privilégio exclusivo por 14 anos para a Fábrica de

²⁸⁷ Ibidem, 2012, p. 36-37.

²⁸⁸ Ibidem, 2012, p. 503 a 507.

Amarras e Cabos de Cairo de Pernambuco nos termos dos que foram concedidos à Companhia dos Vinhos do Alto Douro, para que só eles pudessem negociar e manufaturar o dito Cairo²⁹⁰.

Entre os deputados que julgaram o pleito estava Silva Lisboa. Na ocasião a resposta dada foi negativa a Veiga, pois a fundamentação usada pelos negociantes não se aplicaria ao caso por se tratar de privilégio exclusivo ao Inventor, ou Introdutor de alguma nova máquina, ou invenção nas Artes.²⁹¹

Veiga, apesar de se ver envolvido em situações ditas de cunho revolucionário (1810 e 1817), se considerava um bom vassalo, como tal também buscava pelos privilégios e se mostrava útil à Nação, quando julgava pertinente, até ao enfrentar os poderosos na defesa de seus interesses. Todavia, ciente das mudanças que ocorreram com a estada da Corte no Brasil, percebeu que não haveria futuro para regimes monárquicos tradicionais, absolutistas, acabando por se aliar a movimentos de ruptura. Também teve a percepção da importância que a imprensa passara a ter, mesmo com o poder da censura em impedir a divulgação de seus escritos e opiniões, uma vez que a imprensa havia se tornado uma poderosa arma política.

Como uma das suas últimas ações políticas, redigiu um “Memorial” dirigido às Cortes em 1821, num contexto da instalação dessas, objetivando a criação de um novo pacto político tendo por base um novo movimento de contestação e reação em relação aos regimes monárquicos tradicionais.

Nesse novo documento, Veiga incriminava o governador de Pernambuco, Luís do Rego Barreto, fazendo uso da referência e transcrição de uma “gazeta” que atacava a legitimidade dos atos do governador. Veiga apresentou argumentos políticos nos quais expunha a situação de Pernambuco, na qual a província se encontrava dividida entre os que apoiavam o governador e os que queriam sua destituição. Dentre os que apoiavam, Veiga relacionava grupos que sustentavam a conservação do antigo governo (funcionários públicos, homens de negócios, capitalistas arrematantes de contratos, dignidades eclesiásticas), constituída por aqueles que se beneficiavam da estrutura de privilégios e hierarquia, tão característica do Antigo Regime.

²⁸⁹ Ibidem, 2012, p. 506.

²⁹⁰ *Cairo*, em linguajar náutico, é a matéria fibrosa resultante de longo processo de curtimento da casca do coco debaixo do lodo de água salgada, que quando se reduz a fios pode ser utilizada na confecção das cordas a serem usadas nos navios como amarras, daí serem chamadas de “cabos de *Cairo*”, conforme verbete constante da obra de CAMPOS, Maurício da Costa, *Vocabulário marujo: ou, Conhecimento de todos os cabos necessários ao navio; do seu poliame e de todos os termos marujaes*, Rio de Janeiro: Oficina de Silva Porto & Cia, 1823, p. 30

O “Memorial” em questão foi trazido à luz pelas pesquisas de Andréa Slemian e Cláudia Chaves com publicação de 2016, sendo possível ler em seu conteúdo a denúncia acerca da resistência do governador em fazer uma mudança no governo como ocorrera na Bahia e no Pará com a constituição de uma Junta provisória, representando o movimento constitucionalista implantado pelas Cortes em Portugal. O governador chegara ao ponto de ameaçar as tropas e a população civil que apoiasse a constituição de uma junta provisória, no que fora seguido de perto por outros governadores da região, especialmente, pelo do Ceará.²⁹²

Contudo, em março, houve a criação de uma junta constitucional governativa e no mês seguinte, o governador deu ordens para que se esperassem as disposições das Cortes a este respeito. No mesmo mês de abril, o próprio D. João VI se submeteu ao poder das Cortes e jurou a Constituição. Mesmo denunciado, Rego Barreto foi considerado inocente por muitos dos seus deputados que representavam Pernambuco junto às Cortes no ano seguinte.

Ao falecer já em idade avançada, Manoel Luís da Veiga deixou uma pequena fortuna aos seus descendentes.

3.4.2. Joaquim José Rodrigues de Brito

Esta produção é daquele nosso patriota, que eu já prezava pelos seus Princípios de Direito Mercantil. Aí me vêm tecidos grandes elogios ao lado de uma austera censura, que me deu mais uma prova de que a maior parte das questões ou são de palavras, ou provêm de confusão de ideias: porque logo observei concordar ele essencialmente nos meus sentimentos: vindo a nascer a sua crítica já de proposições, que falsamente me imputa, já da diferente significação, que dá a alguns dos termos, com que me exprimo, e já das consequências, que quer arbitrariamente tirar dos meus princípios, e que eu estou tão longe de conceder-lhe, quanto elas iriam atacar todo o sistema das nossas Memórias.

Joaquim José Rodrigues de Brito (1805)²⁹³

Joaquim José Rodrigues de Brito (1753-1831) foi um escritor e economista português, nascido em Évora, que se formou em leis na Universidade de

²⁹¹ Ibidem, 2012, p. 512-514.

²⁹² SLEMIAN, A. e CHAVES, C. “Memorial” às Cortes de Lisboa de Manoel Luís da Veiga (1821), 2016, p. 123-144.

²⁹³ CARDOSO, J. L. *Portugal como Problema: A Economia como solução- Do Mercantilismo à Ilustração (1625-1820)*, 2006, p. 366.

Coimbra, onde também lecionou até se aposentar em 1823. Foi autor de um único livro publicado quando já estava com a idade de 50 anos e que se constituiu, à época, num marco na história do pensamento filosófico, político e econômico de Portugal: *Memórias Políticas sobre as Verdadeiras Bases da Grandeza das Nações*.²⁹⁴

Esse livro foi publicado pela Impressão Régia, em 1803, tendo sido oferecido ao Sereníssimo Príncipe do Brazil, Nosso Senhor, D. João:

[...] E dirigindo-se as presentes Memórias a simplificar muitos Principios desta Sciencia [a Política], e a reduzillos a axiomas, e regras, ainda que não desempenhem o seu objeto, eu me lisongeo que V. A. R. se dignará acolhellas, e dar-lhes o pezo, que ellas merecem.

Deos guarde a V. A. R., e lhe dilate a vida por largos anos para adiantamento das Artes, e das Sciencias, e para felicidade do seu Povo, como lhe deseja este, que he com o mais rendido acatamento

De V. A. R

O mais obediente, e fiel vassalo,

Joaquim José Rodrigues de Brito

José Luís Cardoso cita que a obra de Rodrigues de Brito se enquadra no processo de desenvolvimento tardio do jusnaturalismo filosófico e da doutrina do absolutismo esclarecido que se instalou em diversos Estados da Europa no final do século XVIII, funcionando como uma espécie de antídoto ideológico e político contra as ideias oriundas do movimento revolucionário francês. No campo econômico, a aposta na agricultura era prioridade e a liberação econômica, instrumento de um processo de desenvolvimento desses Estados. Logo, Rodrigues de Brito se tornou um dos pensadores portugueses mais representativos do ideário fisiocrata, ao divulgar princípios doutrinários e políticos dessa linha de pensamento surgida no século XVIII, que buscava adaptar as mudanças necessárias às condições particulares praticadas no Antigo Regime, em especial, mantendo-se os critérios de hierarquização social e o exercício do poder.²⁹⁵

A obra de Rodrigues de Brito está constituída por dois tomos, constando do Tomo I três partes ou *Memórias*: a primeira, sobre a *Base e Primário Systema Fundamental da Legislação de Portugal, e sobre os Systemas geralmente*; a segunda, sobre *as outras três Bases, ou Systemas Fundamentais, Commercio, Industria e Propriedade; ou sobre a necessidade de sua existência simultânea, e sua respectiva*

²⁹⁴ Idem, 2006, p. 321.

²⁹⁵ Ibidem, 2006, p. 321.

preferencia; e a terceira, sobre o Valor Político em geral; e sobre a base do Direito Natural. No Tomo II constam as *Memórias* quatro e cinco, a saber: sobre o valor dos *Metaes preciosos* e sobre o valor da *Moeda*.²⁹⁶

No Prefácio do Tomo I, Rodrigues de Brito já destacava os novos economistas surgidos em meados do século XVIII, responsáveis por ideias adotadas na França, Alemanha, Suécia e Inglaterra, dando um novo entendimento ao que se chamou de Economia Política. Cita a obra de Adam Smith sobre a *Riqueza das Nações*, na qual o autor mostrara sua predileção pelas antigas ideias aplicadas em seu país, mesmo que tivesse combatido o Sistema Mercantil adotado na Inglaterra.²⁹⁷

É justamente na terceira *Memória* do Tomo I, que se encontra o Capítulo III, cujo título se referencia a Adam Smith, *Resposta das aparentes objecções deduzidas de Smith*, e que será objeto de crítica por parte de Silva Lisboa em sua obra *Princípios de Economia Política*. Nessa sua segunda obra, Silva Lisboa dedicou o mais longo capítulo a refutar as ideias expostas por Rodrigues de Brito, ao defender a superioridade do sistema de economia política descrito por Adam Smith na obra *Riqueza das Nações*.

As questões se referem preferencialmente ao valor do trabalho, o valor das coisas, o preço real e nominal dos gêneros num mesmo tempo e lugar, o trabalho como a primeira moeda que pagou tudo e a lei da concorrência, levando-se em consideração a classe mercantil com seus ganhos, perdas, ações astutas, previdência, liberdade e obstáculos ao comércio, entre outros fatos que levam à determinação do valor e preço das coisas.

Rodrigues de Brito buscou conciliar as assertivas de Smith com os princípios propostos por esse, além de mencionar que

alguns escritores, como o mesmo Smith, afirmam com muita justiça que a renda, benefício, e salário constituem o preço das produções.[...] certo que em cada Nação a renda, que dá qualquer fundo de raiz, o benefício, ou interesses, que se deduzem dos fundos móveis, e os salários são diferentes; e a razão natural sem maiores provas demonstra que estas diferenças devem necessariamente influir no preço de todas as produções da natureza, e da indústria.²⁹⁸

Conclui Rodrigues de Brito afirmando que a propriedade está estabelecida e que ela não pode deixar de existir no estado atual da Europa; rendas, salários,

²⁹⁶ BRITO, J. J. R. *Memorias Politicas sobre as Verdadeiras Bases da Grandeza das Nações*, 1803

²⁹⁷ Idem, 1803, p. XI a XIII.

²⁹⁸ Idem, 1803, p. 35-36.

benefícios existem como consequência e que o trabalho, o uso e a concorrência dão o valor a todas as coisas, mas que deixava de examinar o que não pode saber com exatidão quanto a cada uma das causas tem no valor das produções.²⁹⁹

Publicada essa obra de tal relevância por Rodrigues de Brito, Silva Lisboa não pôde deixar de se manifestar quanto às críticas desferidas quanto aos escritos de Adam Smith, a quem devotava sua admiração, o que o levou a escrever sua obra *Princípios de Economia Política, para servir de instrução à tentativa economica do author dos Princípios de Direito Mercantil*, publicada em 1804 pela Impressão Régia.

A resposta advinda de Silva Lisboa demandou a dedicação de três capítulos especificamente a Adam Smith: Capítulo XI “Observações sobre a Crítica de um Inglês Moderno contra Adam Smith”; Capítulo XII “Observações Apologéticas acerca da Crítica que o Autor das Memórias Políticas faz contra Adam Smith”; e Capítulo XIII “Execução Filosófica e Ortodoxia Política das Doutrinas de Adam Smith”.³⁰⁰

O capítulo XI é aquele que representa o pensamento de Silva Lisboa contra críticas recebidas por Adam Smith através de um opúsculo anônimo, publicado em Londres, no ano de 1797, com o título de *Os essenciais princípios das riquezas das Nações, em contraposição a algumas falsas doutrinas do Doutor Smith*, texto em que ele classifica o título de arrogante ao ponto de contrastar com o conteúdo modesto da obra, demonstrando a distância existente entre os dois autores, dada a prestigiosa obra produzida por Smith. Destaca que o objetivo do crítico seria de instaurar a tese dos economistas franceses baseada no trabalho produtivo da terra, cujos entusiastas eram os Fisiocratas, que se colocavam contra a indústria manufatureira e mercantil. Conclui sua resposta mencionando que nenhum dos pensadores que antecederam Smith olhou para a sociedade como ele e que é mais fácil criticá-lo do que imitá-lo.³⁰¹

Já o Capítulo XII³⁰² é o que Silva Lisboa usa para responder às críticas de Rodrigues de Brito fez em sua obra *Memórias Políticas*. Para começar Silva Lisboa elogia a obra de Rodrigues de Brito, afirmando que se essa fosse uma daquelas que fenecem rapidamente, seria diferente seu curso, mas há de se respeitar a carreira construída pelo autor, notável economista português, professor da Universidade de

²⁹⁹ Ibidem, 1803, p. 39.

³⁰⁰ LISBOA, J. S. *Princípios de Economia Política, para servir de introdução a tentativa econômica do author dos Princípios de Direito Mercantil*, 1804, p. 135-137, 138-190, 191-200.

³⁰¹ Idem, 1804, p. 135-138.

³⁰² Idem, 1804, p. 138-190

Coimbra. Todavia, as críticas se iniciam quando Silva Lisboa reage às acusações feitas a Adam Smith de que esse teria se inspirado fortemente nas doutrinas dos economistas franceses, o que não procede, visto que essa concepção do sistema agrário já constava do texto denominado de *Econômicos*, de autoria do persa Xenofontes.

Na sua argumentação Silva Lisboa usa o exemplo da Holanda para demonstrar que nem sempre a agricultura é a melhor atividade econômica devido às condições do solo, sendo mais efetiva a exploração de outras atividades como a de pesca em alto mar, navegação de cabotagem e de longo curso e a reexportação de produtos coloniais, como a do trigo para a Inglaterra. Cita também a noção de oferta e procura na formação dos preços, dizendo que a demanda e o mercado criam o produto, usando Smith para provar que os produtos da agricultura não tem tão extenso mercado como as manufaturas. Nas palavras de Silva Lisboa:

Não he só do pão e vestido que o homem vive; e ainda para se ter muito e bom pão, e competente agasalho, he preciso que o Governo proteja com imparcialidade as artes manufacturas Sciencias, e toda a espécie de indústria útil; a fim de que possa haver em cada Nação o maior cumulo de riqueza em quantidade, perfeição, e valor, proporcionalmente às suas circunstancias.³⁰³

Ainda restam as considerações sobre a defesa da livre concorrência e da abolição dos monopólios, em que cita os conceitos de valor, moeda e preço. Aproveita para se valer de Burke ao afirmar que “tosa a sciencia da jurisprudência, o timbre e altivez do entendimento humano, com todos os seus efeitos, redundâncias, e erros, he sempre a collegida razão dos Séculos, a arte de combinar os princípios da justiça original com a infinita variedade dos interesses e negócios humanos. Não deve o seu tribunal ser usurpado pela philaucia e arrogância, que são os infalíveis satélites dos que não experimentarão sabedoria maior do que a sua própria.”³⁰⁴

Ao concluir sua defesa de Adam Smith, Silva Lisboa afirma que

assás e de sobejo, tenho feito apologia de Smith. Discordar do Author das Memórias não he desconhecer o seu merecimento, sendo eu o primeiro a respeitallo: discutir não he doestar. Defender o discípulo ao Mestre não he novo na República das Letras. Doeu-me de ver tanto engenho empregado em acusar sem razão o Smith plagiato dos Economistas Francezes, e de pouco uteis as tão nobres

³⁰³ Ibidem, 1804, p. 175

³⁰⁴ Ibidem, 1804, p. 187-188

doutrinas daquele grande homem. He justo não resistir à evidencia: he honorifico ceder em boa causa.³⁰⁵

Quanto ao Capítulo XIII Lisboa o usa para expor as ideias filosóficas e as doutrinas políticas de Adam Smith para chegar as suas próprias conclusões acerca do livro que ele mesmo havia escrito. Para fechar esse seu trabalho, ainda lembra que a ele só restava dizer de Smith o mesmo que Tácito disse de Cneu Julio Agricola, seu sogro e general romano de origem gaulesa que foi responsável por grande parte da conquista romana da Britânia (Inglaterra): “Homenageemos-te antes com a admiração com os louvores temporais e, se a natureza permitir, com a imitação.”³⁰⁶

Entretanto, esse embate entre o estudioso brasileiro e o professor português não se encerrou aqui. Rodrigues de Brito, ainda em 1804, dá nova resposta à Silva Lisboa ao publicar, em 1805, o terceiro tomo de suas *Memórias Políticas*. Essa atitude gerou uma nova resposta de Silva Lisboa que contra-argumentou através de um longo apêndice ao seu livro *Princípios de Economia Política*, obra que teria ficado inédita até recentemente, como afirma José Luís Cardoso.³⁰⁷

Ressalte-se que o referido documento, “Apêndice dos princípios de economia política”, encontra-se publicado na obra *José da Silva Lisboa: escritos econômicos escolhidos (1804-1820)*, incluída na Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Econômico Português, cuja coordenação foi de José Luís Cardoso, constando de seu volume V, tomo I, com introdução e direção de Antonio Aldomovar, publicado pelo Banco de Portugal em 1993.³⁰⁸

A resposta de Rodrigues de Brito, publicada em 1805 no Tomo III de sua obra, apresenta a parte em referência com o título de “Apologia em favor destas Memórias em resposta ao autor dos Princípios de Economia Política”, sendo que o mesmo se encontra publicada numa edição com introdução e direção de edição do Professor José Esteves Pereira pelo Banco de Portugal em 1992 e foi reproduzido em parte na obra *Portugal como Problema*, volume V, de José Luís Cardoso, já mencionada. Rodrigues de Brito, tal como Silva Lisboa, vai rebatendo cada argumento usado pelo brasileiro citando nos itens as páginas da obra daquele, sempre

³⁰⁵ Ibidem, 1804, p. 190

³⁰⁶ Ibidem, 1804, p. 220 e LISBOA, J. S. *Princípios da Economia Política*, 1956, p. 295.

³⁰⁷ CARDOSO, J. L. *Portugal como Problema: A Economia como Solução*, 2006, p. 321.

³⁰⁸ ROCHA, A. P. *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu, Coleção Formadores do Brasil*, 2001, p.

mantendo seu entendimento diverso da obra e do pensamento econômico liberal de Adam Smith.

No texto de introdução, na obra coordenada por José Luís Cardoso, ao final da apresentação da contenda, é ressaltada “a rapidez da resposta e reação, pelo tom elevado dos argumentos teóricos utilizados, pela ironia e artifícios retóricos de que ambos autores se socorrem, pela importância das matérias de política econômica em discussão, este debate travado entre Rodrigues de Brito e Silva Lisboa constitui um dos momentos mais ricos da emergência e da institucionalização da economia política como ciência respeitável e indispensável à acção de legisladores e governantes”.³⁰⁹

3.5. Os embates panfletários políticos:

Depois dos embates críticos sobre as suas duas primeiras obras, Silva Lisboa também se viu envolvido nos embates panfletários nos quais encontrou significativos adversários: Cipriano Barata, João Soares Lisboa, Frei Caneca e Gonçalves Ledo. Com essas as discussões eram direcionadas aos posicionamentos políticos de Silva Lisboa, visto sempre como um conservador e defensor da monarquia.

Porém tais embates se deram no período que antecedeu o processo de independência do Brasil, logo, há de se destacar fatos ocorridos em anos anteriores, de forma a tornar compreensível as posições contrárias dos letrados envolvidos.

Assim, é necessário rever a situação que deu azo à independência e a disputa entre brasileiros e portugueses pelo domínio das terras brasileiras.

A começar pela permanência da Corte no Rio de Janeiro por quatorze anos, que além do crescimento econômico da antiga colônia também propiciou um progresso intelectual. Obras antes proibidas por serem raras ou caras, fora das condições de aquisição dos brasileiros um pouco mais letrados, começavam a transitar mais facilmente pelo Rio de Janeiro, em especial, mesmo considerando que ainda teriam que ultrapassar os critérios de censura impostos pela censura.

Já não havia a proibição da instalação dos processos de impressão no Brasil, quadro esse modificado no momento em que foi instalada no Rio de Janeiro a

³⁰⁹ CARDOSO, J. L. *Portugal como Problema ...*, volume V, 2009, p. 322

Imprensa Régia, com vistas a não só publicar os atos do governo, mas também tornando possível a publicação de livros traduzidos e de panfletos, devidamente autorizados pelo monarca através de seus censores. Foi nesse momento que homens como Silva Lisboa começaram a se destacar na área literária, tanto na erudita como na popular.

Muito mais que um autor dedicado aos estudos acadêmicos, voltados à melhoria da governança do Império Português e o sucesso da maior colônia, levada ao posto de Metrópole desde a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, Silva Lisboa, tal como Burke, também expôs suas ideias através da publicação de panfletos críticos e políticos, sempre atuante na defesa dos argumentos liberais econômicos, mas conservadores nos aspectos políticos.

Essa atuação como periodista iniciou-se na fase em que as tensões entre Portugal e Brasil se tornaram mais intensas, após o retorno de D. João VI a Portugal, com a resistência do Príncipe Regente, D. Pedro, em cumprir as decisões das Cortes instaladas em Lisboa. Foram seis pequenos jornais, em forma de panfletos, com curta duração, tornando-o um jornalista ardente entre 1808 a 1823, inclusive, fazendo uso do anonimato ou de pseudônimos como “Fiel à Nação”, “Filopátris”, “Escandalizado”, entre outros.

Contudo, Silva Lisboa teve que interromper essa atividade no momento em que se tornou um dos membros da Assembleia Constituinte de 1823, representando o seu local de origem, a Bahia.

Outro fato que também movimentou a situação intelectual no Brasil foi a Revolução do Porto, quando surgiram as ideias que levariam à resistência por parte dos brasileiros a se sujeitarem às imposições indicadas pelas Cortes que fariam com que o Brasil retornasse à condição de mera colônia de Portugal. A Revolta de cunho constitucionalista deflagrada em 1820 trouxe uma situação de instabilidade, com a qual os governantes não estavam habituados.

A Europa vivia tempos da Santa Aliança, quando foram ressaltadas as memórias dos tempos de terror da Revolução Francesa e com isso deu-se destaque à ideologia reacionária dos países católicos, com repercussão imediata em seus territórios coloniais, ou mesmo nas ex-colônias. Portugal estava naquele momento enfrentando transformações políticas, com ares liberais, próximo à promulgação de uma Constituição, abandonando as ideias absolutistas derrotadas pelos revolucionários franceses.

Lembra Isabel Lustosa que no momento de hesitação de D. João VI, diante da revolução, entre os conselhos do seu Ministro Tomás António Vila Nova de Portugal (a favor da permanência do monarca no Brasil), do Conde dos Arcos e do Conde de Palmela (os dois aliados e esse último favorável ao retorno do rei para Portugal), é quando surge nas ruas um panfleto enigmático. Publicado nas prensas da Impressão Régia, em francês, havendo a suspeita que fora escrito por “um aventureiro, jogador profissional, ex-soldado da Revolução, ex-espião a soldo de Napoleão, informante do intendente de polícia”, identificado como sendo o Comendador e Coronel da Cavalaria F. Caillé de Geine. O panfleto apresentava o título de *Le Roi et la famille Royale de Bragance doiventils, dans les circonstances presentes, retourner en Portugal, ou bien rester au Brésil*.³¹⁰ Era uma disputa de influências entre dois nobres e um valido de origem modesta, enfrentamento esse acompanhado por Hipólito da Costa.³¹¹

Isabel Lustosa afirma também que o tal folheto se fizera imprimir com a rubrica do rei e por recomendação de Vila Nova de Portugal, praticamente era uma súmula das ideias do ministro acerca do assunto. Com a repercussão alcançada, acabou sendo recolhido, principalmente, por sua estreita ligação com o poderoso ministro e por levantar suspeitas sobre as intenções desse.³¹²

O folheto escrito em francês apresentava seis razões na defesa da permanência da família real no Brasil: Portugal é que precisava do Brasil; a partida da família real levaria à Independência do Brasil; ficando, o rei conservaria sua autoridade e teria um império de peso dentro da conjuntura mundial da época; o movimento revolucionário em Portugal se afrouxaria, mas, se o rei voltasse, ficaria nas mãos dos revoltosos; entre outras, deixava claro que o rei não deveria se precipitar, podendo a qualquer momento mudar de ideia e ir para Portugal com mais calma.

A princípio, fora atribuída a autoria a João Severiano Maciel da Costa, depois, ao publicista Silvestre Pinheiro Ferreira, sendo que, afirma Lustosa, “Varnhagen acreditava que Tomás António o teria escrito junto com João Severiano

³¹⁰ LUSTOSA, I. *Insultos Impressos: a Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)*, 2000, p. 24-25 e 448

³¹¹ Idem, 2000, p. 86-87.

³¹² Idem, 2000, p. 25, p. 83 a .

Maciel da Costa, a quem era muito chegado; entretanto, na correspondência de Tomás António aparece como seu autor F. Caillé de Geine”.³¹³

Possivelmente, com a publicação do panfleto iniciava-se a prática de se manifestar sobre problemas do país por meio de impressos. Passou a ser bem comum essa prática após a liberação da imprensa; todavia, Silva Lisboa, com a sensibilidade de quem atuava como censor há vários anos, via nisso o perigo da liberdade de imprensa, pois essa atividade literária possibilitava que qualquer um pudesse vir a público questionar a condução dos negócios do Estado.

É nesse contexto conturbado que Silva Lisboa se torna o primeiro brasileiro a redigir e publicar um jornal de sua propriedade, o *Conciliador do Reino Unido*, cujo primeiro número, composto por oito páginas, foi publicado em 1º de março de 1821. Como o próprio nome que lhe foi dado, buscava a reconciliação de Portugal e do Brasil, impedindo a separação, defendendo os direitos do Príncipe e as vantagens da monarquia constitucional.

Segundo Isabel Lustosa, como outros que lhe seguiram, esses jornais eram escritos e publicados por homens que ocupavam cargos públicos ou estavam ligados a pessoas que os ocupavam, o que se aplicava a Silva Lisboa, que, à época, atuava como membro do conselho de censura da Imprensa Régia, acumulando como o cargo de inspetor-geral dos estabelecimentos literários. Eram jornais que visavam à continuidade da união entre Portugal e Brasil, contando com a permanência de D. João VI no Brasil.³¹⁴

Quando publicou o *Conciliador do Reino Unido* já havia um clima de tensão que se confirmara com a partida de D. João VI, em abril. Com isso, Silva Lisboa assume o papel de jornalista, no qual se converte como o grande polemista das primeiras décadas do século XIX, fazendo da imprensa uma trincheira, atuando como aliado permanente do futuro D. Pedro I.

Foram publicados sete números até 28 de abril de 1821, que formavam ao final um volume de 67 páginas.³¹⁵ Destaque-se o fato de que o *Conciliador* ter começado a ser editado quando ainda vigorava a proibição de impressos publicados fora da Imprensa Régia, logo, teve que sair com a marca “*com licença*”, mantendo-se sua impressão naquela instituição até o último número (o 7º) em 21 de abril de 1821.

³¹³ Ibidem, 2000, p. 88

³¹⁴ Ibidem, 2000, p. 101

³¹⁵ Ibidem, 2000, p. 103.

Enquanto publicava o *Conciliador*, Silva Lisboa polemizou com inúmeras figuras da imprensa de sua época, em geral, de pensamento liberal: João Soares Lisboa, redator do *Correio do Rio de Janeiro*; Cipriano Barata, do *Sentinella da Liberdade*; Gonçalves Ledo, do *Revérbero Constitucional Fluminense*, e com José Bonifácio de Andrada, que fez um retrato caricato de Silva Lisboa: “fração de gente, charlatão idoso, que abocanha no grego, inglês, hebraico”, que “escreve folhetos a milhares, que ninguém lê, porque ninguém o entende, por mais que lhe dê títulos diversos”.³¹⁶

Também foi atribuída a Silva Lisboa a autoria do panfleto intitulado de *Despertar Brasiliense*, publicado em dezembro de 1821, documento que teve papel fundamental na decisão de D. Pedro de permanecer no Brasil, desobedecendo às Cortes, o que levou ao “Fico”, em 9 de janeiro de 1822, embora conste que o editor desse panfleto único tenha sido Francisco de França Miranda, quanto a essa atribuição de autoria, concordam os historiadores Hélio Viana e Isabel Lustosa.³¹⁷

No entanto, para corroborar com a suspeita, cabe mencionar que há uma cópia do panfleto no acervo da Coleção Manuel Barata, em poder do IHGB, que apresenta registrado na sua ficha catalográfica a referência de que autor seria José da Silva Lisboa (classificação 107.6.21.n.1). Nesse panfleto há a mais explícita defesa da permanência do príncipe no Brasil, além de instigar a desobediência às ordens das Cortes, acusando Portugal de alimentar a discórdia.

Posteriormente, Silva Lisboa publica outro periódico, o *Sabbatina familiar de amigos do bem-comum*, no período de 1821 a 1822 (o primeiro número com oito páginas é datado de 8 de dezembro de 1821), anonimamente, por cinco números entre dezembro de 1821 a janeiro de 1822, que veio a ser substituído pelo *Reclamação do Brasil*.

Ao se dar conta de que a reconciliação entre as duas pontes do reino não seria mais possível, Silva Lisboa não hesitou ao ver que D. Pedro havia se colocado à frente do movimento de independência e passando a combater em favor daquela causa. Foi quando escreveu *As Reclamações*, às quais se dedicará destaque à parte.

Em 15 de janeiro de 1822, surge nas ruas outro panfleto, *Heroicidade Brasileira*, também de autoria “desconhecida”, mas que suspeitava-se tratar de mais

³¹⁶ MOLINA, M. M. *História dos jornais no Brasil*, 2015, p. 186.

³¹⁷ LUSTOSA, I. *Cairu, panfletário: contra a facção gálica e em defesa do trono e do altar*, 1999, p. 6 e 33.

um panfleto da lavra de Silva Lisboa. Esse panfleto trazia críticas aos militares que não apoiaram D. Pedro no episódio do “Fico”. Acabou sendo recolhido, em cumprimento de portaria assinada por Francisco José Vieira, Ministro do Reino, por ordem direta do Príncipe Regente, que mandava que a Junta Diretiva da Tipografia Nacional “não consentisse a impressão de qualquer escrito sem a identificação do nome do autor, além de que deveria ser recolhido e sua circulação impedida por serem as suas proposições não só indiscretas, mas falsas...”³¹⁸

Tornava-se, assim, o primeiro caso de apreensão de publicações verificado no Brasil. Era o momento em que Silva Lisboa provava do mesmo remédio que havia aplicado a outros: a censura. Até então, sempre fora defensor da censura à imprensa e da soberania imperial para remediar quaisquer desordens sociais, inclusive, era comum ser qualificado como bajulador, adulator do poder, um exemplo de áulico (sinônimo mais erudito para os termos cortesão, palaciano, subserviente).

Contudo, José Bonifácio, ao ser nomeado Ministro do Reino, logo a seguir a ocorrência desse fato, retoma os princípios liberais que regulavam a lei de imprensa e anulou a referida portaria. Mesmo tendo sido recolhido, existe um exemplar no IHGB pertencente ao acervo da Coleção Manoel Barata (classificação catalográfica 107.6.21 n.4). Não obstante, em junho de 1822, o mesmo José Bonifácio revê esses mesmos princípios liberais e, em nome do Príncipe Regente, baixou o decreto da “suprema lei da salvação pública”, implantando uma política repressiva que ordenava que as tipografias encaminhassem ao procurador da Coroa e Fazenda um exemplar de todos os papéis que imprimissem, como também recomendava que os artigos deviam ser assinados pelos escritores para sua responsabilidade, o mesmo se aplicando aos editores e impressores.³¹⁹

Todavia, no tocante ao periódico *Reclamação do Brazil*, publicado por Silva Lisboa, em 1822, onde ele subscreve com o pseudônimo de “Fiel à Nação”, vê-se também o autor como severo crítico das novas ações que estavam se implantando no país às vésperas de se tornar independente.

O primeiro número de *Reclamação do Brazil* encontra-se já digitalizado e disponibilizado pela Hemeroteca da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, contando com quatro páginas. Entretanto, foi possível localizar na Biblioteca Digital Brasileira da USP um volume encadernado, também digitalizado, onde estão agrupadas as

³¹⁸ CARNEIRO, M. L. T e KOSSOY, B. *A Imprensa confiscada pelo Deops (1924-1954)*, 2003, p. 22.

³¹⁹ Idem, 2003, p. 22

quinze partes que compõem o conjunto do periódico, publicado entre 9 de janeiro a 22 de maio de 1822 (quatorze edições), sendo a última (15ª) datada de 19 de julho de 1822.

Também constituem o mesmo volume a parte denominada de *Memorial Apologético*, publicada em julho de 1822 junto com a parte XIV da *Reclamação do Brasil*, além das partes *Defeza da Reclamação do Brasil* e *Falsidades do Correio e Reverbero contra o Escriptor das Reclamações do Brasil*, nas quais Silva Lisboa rebate as provocações dos adversários Soares Lisboa, do *Correio do Rio de Janeiro*, e Gonçalves Ledo, do *Revérbero Constitucional Fluminense*.

No panfleto *Falsidades do Correio e Reverbero contra o Escriptor das Reclamações do Brasil* Silva Lisboa começa atacando no singular o redator do *Revérbero*, embora fosse de conhecimento público que aquele periódico tinha dois redatores, Ledo e Januário, mas não é possível pelo texto de Lisboa identificar a qual deles ele dirigiu a sua resposta. Sobre o *Correio*, Silva Lisboa promete não se estender, porque já se conhecia o caráter e o modo de vida daquele “libelista”, cujo periódico não passaria de “veículo diário de geral injúria”, muito embora o *Correio* tenha feito uma campanha mais intensiva contra Silva Lisboa, porém com menos consistência pelo ponto de vista da argumentação.³²⁰

A pendenga continuou por ocasião da publicação da edição de nº 13 do *Revérbero*, quando Januário assinou com suas iniciais uma carta-resposta, *Reflexões de um dos Redatores Dirigidas ao Sr. Fiel à Nação*, na qual diz que era com pesar que os redatores se viam obrigados a responder ao ataque proferido por um “escritor sisudo que, por isso mesmo, deveria dar o exemplo da moderação e da decência ou literária ou civil, se desmanchasse em palavras insultantes contra quem nunca o ofendera”.³²¹

Já o panfleto *Defeza da Reclamação do Brasil*, sem data, volta-se contra o redator do *Compilador Constitucional Político e Literário Brasiliense*, que na edição de nº 8 tentara difamá-lo.³²²

O *Correio do Rio de Janeiro* foi lançado em abril de 1822, cujo editor era o português João Soares Lisboa, saindo às ruas após o fim da proibição de publicações de impressos que não saíssem das prensas da Imprensa Régia, era tido como um

³²⁰ LUSTOSA, I. *Cairu, Panfletário...*, 1999, p. 21-22

³²¹ Idem, 1999, p. 22.

³²² Ibidem, 1999, p. 23.

jornal de clara inclinação política liberal. Acabou enfrentando problemas com a censura imposta no início do reinado de D. Pedro I, chegando a ter suspensa a sua publicação em outubro de 1822.

Esse jornal foi um dos primeiros publicados diariamente no Brasil, sendo impresso na Officina de Silva Porto, onde Soares Lisboa era o administrador. Soares Lisboa acabou fazendo inimigos na Corte por ser muito direto em seus artigos e por não ser um erudito, já que não tinha educação formal. Por isso, acabou sendo o primeiro editor processado pelo que seria hoje considerado um crime de imprensa, mas acabou sendo absolvido. Foi perseguido pelo governo de José Bonifácio de Andrada e teve que fugir para Buenos Aires.³²³

A segunda fase do *Correio do Rio de Janeiro* começou em agosto de 1823 com o retorno de Soares Lisboa ao Brasil, mas acabou extinto por pressão das autoridades em novembro de 1823. Em dezembro de 1823, o citado redator foi anistiado dos crimes que lhe eram imputados, contudo, como condição para isso, deveria deixar o Brasil.

Contrariando a decisão, não deixou o país, mas passou a viver em Pernambuco, onde aderiu ao movimento *Confederação do Equador*, liderado por Frei Caneca. Soares Lisboa acabou sendo morto em combate no dia 30 de setembro de 1824. Ficou conhecido como admirador de outro jornalista panfletário, Cipriano Barata.³²⁴

O *Correio do Rio de Janeiro* já havia transcrito muitos dos artigos inflamados de Cipriano Barata, que, como Soares Lisboa, também acreditava que o poder do imperador emanava do povo e que ele deveria estar sujeito às Cortes e às leis.³²⁵

Já o *Revérbero Constitucional Fluminense* também foi um dos primeiros panfletos a serem publicados após o retorno da Corte para a Europa, logo depois de ter sido extinta a proibição de circulação de impressos que não fossem publicados através da Imprensa Régia. Foi um dos primeiros a se opor diretamente ao domínio português, tornando-se um verdadeiro doutrinador da Independência do Brasil.

Tinha por editores os amigos maçons, Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, que o distribuíram no período entre setembro de 1821 a outubro de

³²³ MOLINA, M. M. *História dos Jornais no Brasil: Da era colonial à Regência (1500-1840)*, 2015, p. 199-200.

³²⁴ Idem, 2015, p. 201

1822, sempre defendendo um projeto político nacionalista, que visava a implantação de uma monarquia constitucional brasileira, livre do poder de Portugal e regulado por leis próprias. Foi inspirado pela Revolução Liberal do Porto, de 1820, pois repudiava as ordens provenientes de Lisboa e era franco incentivador da atitude adotada por D. Pedro de permanecer no Brasil.

O *Revérbero* (que significa “luz refletida”) atuou como um elemento de ligação entre os liberais. Foi impresso pela Officina de Moreira e Garcez, uma tipografia nova e de poucos recursos, cujos proprietários eram simpatizantes dos ideais liberais. Esse jornal teve 48 edições e três números extraordinários, publicando artigos doutrinários na seção “Reflexões”, a mais importante do jornal, além de transcrever informações do exterior em colaboração com outros jornais, como o *Diário das Cortes* de Lisboa, o *Campeão Portuguez* e o *Correio Braziliense*, de Hipólito da Costa.

Soares Lisboa e Gonçalves Ledo, com mais outros quatro redatores, se reuniram na tipografia Silva Porto para produzir um documento conhecido como *Representação do povo do Rio de Janeiro*, em maio de 1822, no qual foi feita a defesa da necessidade de uma Assembleia Constituinte no Brasil, para evitar submeter-se às determinações das Cortes de Lisboa. Foi assinado por cerca de seis mil pessoas.³²⁶

Para Silva Lisboa, como diz Molina, sempre disposto a atacar qualquer indício de liberalismo ou ameaça do poder real absoluto, “a *Representação* era um projeto anticonstitucional e incendiário, de sedição popular, o plano mais anômalo, cerebrino e extravagante, que se podia imaginar nas atuais circunstâncias”, numa referência ao temido espectro da Revolução Francesa, que tanto o apavorava, ele escrevera que a requerida Assembleia era mera farsa e paródia da que perdeu a França e a Europa.³²⁷

Gonçalves Ledo, ante o radicalismo do momento político e a violência das medidas tomadas por José Bonifácio, sentiu-se ameaçado de morte, fugiu do país e foi para Buenos Aires, como Soares Lisboa, tendo seus bens confiscados. Já Januário Barbosa foi preso e deportado para a França. Ambos só retornaram ao Brasil em 1823, quando foi a vez de José Bonifácio ser deportado para a França. Ainda no exílio, Gonçalves Ledo viu amigos lançarem em agosto de 1823 um novo jornal, *O Sylpho*:

³²⁵ Ibidem, 2015, p. 309

³²⁶ Ibidem, 2015, p. 202

³²⁷ Ibidem, 2015, p. 202

Periódico Fluminense, que já tinha um tom mais moderado, ligado à Maçonaria, que passou a defender os dois amigos até serem absolvidos.³²⁸

Reclamação do Brasil foi um pasquim áulico de propaganda dos interesses de grupos portugueses e conservadores em meio ao contexto da Independência do Brasil, muito embora, como já dito anteriormente, Silva Lisboa se colocasse contra a emancipação brasileira, chegando mesmo a ridicularizar a elevação de colônia a estado, todavia, não tenha apoiado as ordens impostas pelas Cortes de Lisboa.

Esse jornal chegou a atacar os esforços para a redação da Constituição, a de 1824, voltando-se diretamente contra a Assembleia Constituinte convocada em 1822, o que se encerrou com a instalação dessa e a convocação de Silva Lisboa para ser membro da mesma, na qualidade de suplente, acabando por assumir a titularidade em substituição de ninguém menos que o liberal Cipriano Barata, seu conterrâneo e histórico opositor. Barata fora eleito pela Bahia, embora estivesse vivendo em Recife, onde publicava seu periódico *Sentinella da Liberdade na Guarita de Pernambuco de Onde Grita: Alerta!*³²⁹

Cypriano José Barata D’Almeida (1762-1838), mais conhecido por Cipriano Barata, nasceu em Salvador, filho de um tenente das tropas portuguesas, foi panfletário, agitador, exaltado, o jornalista que conheceu mais prisões militares em toda a história da imprensa brasileira ao ser condenado pelo crime de opinião. Publicou diversos jornais cujos títulos começavam com *Sentinella da Liberdade na Guarita da [...] complementando com o nome da prisão da qual escrevia*. Em 1798, durante a Inconfidência Baiana, foi denunciado à rainha D. Maria pelo padre José da Fonseca Neves por “publicar suas depravadas paixões entre os rústicos povos, já com palavras, já com escritos”, tendo confiscada a sua biblioteca composta por 74 livros, além de seus cinco escravos. Foi preso e absolvido após um ano na prisão.³³⁰

Posteriormente, já morando em Recife, se tornou amigo de vários revoltosos e foi um dos inspiradores da Revolução Pernambucana, de 1817.³³¹

Durante as Cortes Constitucionais de Lisboa, em abril de 1822, se envolveu em briga com outro representante da Bahia, português e dez anos mais

³²⁸ Ibidem, 2015, p. 196

³²⁹ LUSTOSA, I. Cairu, *Panfletário: contra a facção gálica e em defesa do trono e do altar*, 1999, p. 24.

³³⁰ MOLINA, M. M. Op. cit., 2015, p. 307.

³³¹ Idem, 2015, p. 194 e 307.

novo; durante as sessões, se opôs ao pedido de que o príncipe D. Pedro saísse do Brasil e, por fim, se negou a assinar e jurar a Constituição feita em Portugal. Para não ser preso, fugiu para a Inglaterra, sem passaporte, de onde retornou ao Brasil, desembarcando em Pernambuco. Colaborou com a *Gazeta Pernambucana*, começando assim sua vida jornalística, logo depois lançou seu próprio jornal.³³²

Era de Recife que Cipriano Barata rebatia os ataques que sofria da imprensa do Rio, em especial, de Silva Lisboa, a quem conhecia bem. Eram conhecidos de longa data, ambos baianos e decanos da imprensa brasileira, mas com tendências políticas opostas. Valiam-se de estilo de escrita eloquente, com fórmulas repetitivas com uso de adjetivos considerados ofensivos de parte a parte.³³³

Em 1835, Cipriano Barata escreveu o último *Sentinela da Liberdade*, após 13 anos de duração. Já no ano seguinte abandonou o jornalismo e a política, passando a viver em Natal, como professor de língua francesa, vindo a falecer dois anos depois, aos setenta e cinco anos, em julho de 1838.

Depois da independência, Silva Lisboa ainda publicaria outros jornais: *Atalaia*, em 1823, (o primeiro número com quatro páginas é datado de 31 de maio de 1823); *Rebate Brasileiro contra o “Typhis Pernambucano”*, em 1824; *Apelo à Honra Brasileira contra a Facção Federalista de Pernambuco*, em 1824; *Triumpho da Legitimidade Contra a Facção de Anarquistas*, em 1825; *Honra do Brasil desafiada de insultos da Astréa espaaxina*, em 1828, onde subscreveu com o pseudônimo de “Escandalizado”, cujo primeiro número, com quatro páginas, foi publicado na data de 8 de abril de 1828.

O primeiro jornalista a escrever no Rio contra as atividades do jornalista Barata foi Silva Lisboa em seu periódico *Atalaia*, o último que publicou antes da dissolução da Assembleia Constituinte. O *Atalaia* teve quatorze edições até 2 de setembro de 1823, servindo de divulgador da política de D. Pedro I, exerceu grande crítica aos opositores do imperador, defendeu o culto católico em contraposição às sociedades secretas e celebrou a aclamação de D. Pedro em outubro de 1822.

Também fez oposição a outro pasquim, o liberal *O Sylpho*, lançado em agosto de 1823, que era editado pelos amigos maçons Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, ex-editores do *Reverbero Constitucional Fluminense*, fechado no ano anterior após a fuga de Gonçalves Ledo do Brasil.

³³² Ibidem, 2015, p. 307.

³³³ LUSTOSA, I. Op. cit., 1999, p. 26.

O Sylpho foi um dos últimos jornais da “facção gálica” com o qual Silva Lisboa polemizava, usando da estratégia de depreciar o adversário. *Atalaia* e *Sylpho* partiram para uma discussão política por vários números, sobrando xingamentos de ambas as partes: o primeiro chama o segundo de “galomaníaco” e o segundo, em resposta, chama do primeiro de “anglomaníaco”. Os debates giravam em torno de questões de modelos constitucionais: o *Atalaia* elogiava a Constituição inglesa, enquanto que o *Sylpho* defendia o modelo francês.³³⁴

Com relação ao *Rebate Brasileiro contra o “Typhis Pernambucano”* é importante destacar que se trata de combate travado entre Silva Lisboa e Frei Caneca. Foi um folheto de quinze páginas, distribuído em abril de 1824, no qual Silva Lisboa revelava seu temor quanto “as más artes declamatórias do redator podem ter feito impressão no vulgar”. Era o reconhecimento da influência do *Typhis*, que, para ele, usava a “linguagem de *sans-culotismo*, dos vis doutores do Palais Royal, somente acreditando nos alfarrábios da escola veterinária do Barata”. No texto, o jornal é qualificado como “incendiário papel”, afirma que Frei Caneca e seus companheiros são “charlatães em polícia, que se nos metem à cara, como luzes do mundo, não passando de noturnos pirilampos”.³³⁵ Toda essa reação é desencadeada em virtude da liderança de Frei Caneca no movimento revoltoso ocorrido em Pernambuco, em 1824, conhecido como “Confederação do Equador”, que pretendia constituir uma república independente no Norte e Nordeste do Brasil, cabendo ao *Typhis* o papel de órgão divulgador das ideias daquele movimento revolucionário.

Joaquim da Silva Rabelo, depois, Frei Joaquim do Amor Divino Rabelo, ou Frei Caneca (1779-1825), nasceu no Recife, tendo sido ordenado em 1801 com apenas 22 anos no Seminário de Olinda, quando escolheu o nome “Caneca” em homenagem ao pai, fabricante de vasilhames. Foi um dos grandes jornalistas brasileiros, de espírito rebelde e indomável, tornou-se herói e mártir. Seu jornal, numa fase de supressão da liberdade de imprensa, manteve-se na resistência que pagou com o próprio martírio.³³⁶

Frequentou várias sociedades de estudos e lojas maçônicas, onde teve contato com as ideias liberais, que o levaram a participar da Revolução Pernambucana, em 1817. Ao final desse movimento, foi condenado à prisão pelo

³³⁴ Idem, 199, p. 27.

³³⁵ MOLINA, M. M. *História dos jornais no Brasil: Da era colonial à Regência (1500-1840)*, 2015, p. 316.

período de quatro anos em Salvador. Durante o tempo na prisão, escreveu um compêndio de gramática da língua portuguesa. Ao retornar à Pernambuco, defendeu os direitos dos portugueses residentes no Brasil.³³⁷

Depois de ter diversos escritos seus publicados no *Correio do Rio de Janeiro*, em dezembro de 1823, Frei Caneca publica o primeiro número do *Typhis Pernambucano*, impresso através das prensas das Typographia de Miranda & Cia e Typographia Nacional, circulando semanalmente, sempre às quintas-feiras.³³⁸

Em 1824 se opôs à dissolução da Assembleia Constituinte e à deportação dos irmãos Andrada, que, na opinião de Frei Caneca, se tornaram bodes expiatórios, condenados sob o pretexto de afastá-los do país. Também questionou o direito de D. Pedro de promulgar a Constituição, usurpando o direito do povo, além de criticar a Carta Magna outorgada, na qual o imperador se atribuía o direito de arrogar-se como o Poder Moderador, que “era a chave mestra da opressão da nação brasileira”, na opinião de Frei Caneca, que defendia a liberdade de imprensa e o fim da escravidão.³³⁹

Foi por essas posições que se viu combatido por Silva Lisboa, em abril de 1824, com a publicação do *Rebate Brasileiro contra o “Typhis Pernambucano”*.

O último número do *Typhis* circulou em agosto de 1824, quando Frei Caneca se juntou às tropas que combatiam no interior da província durante a Confederação do Equador. Ao ser esmagado o movimento revolucionário, Silva Lisboa escreveu: “acabemos não só em Pernambuco como em todo o Brasil com os Demagogos e Revolucionários”. Frei Caneca acabou preso e condenado à morte na condição de líder do movimento, mas antes de ser executado, em janeiro de 1825, foi destituído de suas dignidades canônicas por determinação do bispo do Rio de Janeiro.³⁴⁰

O *Triumpho da Legitimidade Contra a Facção de Anarquistas* foi editado por 14 edições entre o período de 9 de dezembro de 1825 e 28 de janeiro de 1826, sempre dedicado à questão da Província Cisplatina, porém não abandonou outras questões internas do conturbado processo de independência, que envolvia a adesão, mesmo que forçada, ao novo Império e a neutralização de movimentos de revolta. A

³³⁶ SODRÉ, N. W. *História da Imprensa no Brasil*, 1977, p. 106

³³⁷ MOLINA, M. M. Op. cit., 2015, p. 314

³³⁸ Idem, 2015, p. 315.

³³⁹ Ibidem, 2015, p. 316.

³⁴⁰ Ibidem, 2015, p. 316.

Guerra da Cisplatina teve seu início em 1825, envolvendo o Império brasileiro numa disputa com as Províncias Unidas do Rio da Prata pela posse da Província Cisplatina, atual região do Uruguai. O panfleto surgiu com o objetivo de fazer propaganda da campanha brasileira junto ao público brasileiro e era assinado por Silva Lisboa com o pseudônimo de “Imperialista Firme”.³⁴¹

Na edição de nº 5, em 21 de dezembro de 1825, Silva Lisboa se dedicou a comemorar a repressão à “Confederação do Equador”, que serviria de exemplo ao que poderia vir a ocorrer na região da Cisplatina, que fora fundada por portugueses no século XVII, passando ao domínio espanhol no século seguinte e, por fim, sendo reincorporada ao Brasil após a transferência da Corte para o Rio de Janeiro.

Como os habitantes não aceitavam pertencer ao Império brasileiro, surgiu um movimento de libertação da província, que contava com o apoio dos argentinos, que pretendiam eles mesmos anexar a região ao seu território. A declaração de guerra do Brasil à Argentina e aos revoltosos começou a ser vista como uma medida impopular, uma vez que implicaria em altos gastos a serem supridos com o aumento de impostos. Daí a importância desse panfleto para modificar a visão dos brasileiros sobre a situação, pois a economia já se encontrava em desequilíbrio em função do processo de independência.

A Inglaterra atuou como mediadora do conflito, forçando um acordo em 1828 para a independência da região Cisplatina. D. Pedro I já estava em meio a uma crise política que só teve fim com a sua abdicação em 1831.

Já o *Honra do Brasil desafiada de insultos da Astréa espaaxina* surgiu no intervalo de dois anos e meio após a extinção do *Triumpho da Legitimidade Contra a Facção de Anarquistas*. Foi impresso na tipografia de Pierre Plancher entre abril a agosto de 1828, totalizando 31 edições. Aparentemente, foi o último panfleto do qual Silva Lisboa foi o editor.

Como mencionado anteriormente, era assinado pelo pseudônimo “Escandalizado”, sempre se posicionando em defesa das inclinações absolutistas de D. Pedro I, atacando explicitamente e de forma impetuosa o periódico de linha liberal, *Astréa*, de Antonio José do Amaral e José Joaquim Vieira Souto.

Segundo Nelson W. Sodré, com esse periódico, Silva Lisboa se “despediria do gênero, mas não da colaboração de imprensa, onde marcou sempre sua

³⁴¹ SODRÉ, N. W. *História de Imprensa no Brasil*, 1977, p. 112

posição direitista, participando ativamente no debate dos problemas que se sucediam no palco político.”³⁴²

Silva Lisboa passou a colaborar em diversas folhas diferentes, destacando-se os artigos que publicou através do *Diário do Rio de Janeiro*, sob o pseudônimo de “Jurista”, quando pregou a favor da política “caramuru” no Período Regencial, atacando a figura de Evaristo da Veiga.³⁴³ Através de seus artigos Silva Lisboa defendia o imperador, crescentemente autoritário, além de atacar os liberais e polemizava principalmente com o jornal *A Aurora Fluminense*, de Evaristo da Veiga. Ressalte-se que o próprio D. Pedro I escreveu no jornal.³⁴⁴

³⁴² Idem, 1977, p. 127

³⁴³ Ibidem, 1977, p. 142

³⁴⁴ MOLINA, M. M. Op. cit., 2015, p. 223

Capítulo 4 – RELEITURAS DE UM LIVRO

A leitura de todos os bons livros é como uma conversa com os melhores espíritos dos séculos passados, que foram seus autores, e é uma conversa estudada, na qual eles nos revelam seus melhores pensamentos.

René Descartes (1596-1650), filósofo, físico e matemático francês, autor de *“Discurso sobre o Método”*

Quando surgiu a proposta de analisar o livro produzido por Silva Lisboa a partir da tradução e releitura da principal obra de Edmund Burke, havia a necessidade de se aprofundar nas questões levantadas por historiadores que se dedicam à chamada “história do livro” ou “história da leitura”. Para tanto, é preciso destacar que as condições de pesquisa variam muito de lugar para lugar e de época para época, não sendo possível chegar a um padrão para se escrever a “biografia” de um livro.

Todavia, pode-se tratar do autor ao editor, ao impressor, ao livreiro e ao leitor. Não se pode esquecer, nesse caso, que ainda se tem a figura do tradutor, que também pode ser visto como autor, que seu entendimento pode afetar seus textos, servindo para rebater críticas sobre a obra anterior ou compartilhar a mesma opinião. Só não se pode esquecer que o autor através de sua produção pode transmitir mensagens e até esperar ter condições de prever a reação que sua obra vai causar junto aos leitores.³⁴⁵

Nas palavras de Roger Chartier, o século XVIII pode ser caracterizado também como sendo responsável pela “revolução da leitura”, considerando dois aspectos: o primeiro, referente ao crescimento e à diversificação da produção impressa, uma vez que a oferta de livros proliferava em espaços europeus, como na Alemanha onde em 1710 foram 21 mil e, em 1790, 65 mil obras publicadas, por exemplo. Se no início a produção se voltava para a religião, mas na década de 1770 surgem os livros que os livreiros denominavam de “filosóficos”, que eram divulgados clandestinamente, em especial, na França como no caso da literatura pornográfica, canônica ou moderna, além das “obras mais radicais da época das Luzes e todo um conjunto de sátiras, libelos e crônicas escandalosas que denunciavam o despotismo do príncipe e a corrupção dos grandes”. Esses “livros filosóficos”, como cita Chartier,

³⁴⁵ DARNTON, R. *A questão dos livros: passado, presente e futuro*, 2010, p.193

eram publicados em tipografias instaladas na Suíça e nos Países Baixos ou nos principados alemães, acabavam confiscados ao entrarem no território francês, eram considerados mercadoria proibida, e talvez por isso, eram muito procurados.³⁴⁶

Quem também destaca esse tipo de literatura “proibida” é Robert Darnton quando trabalha com a questão relativa ao que os franceses liam no século XVIII e opta justamente por essa parte da produção literária apreciada pelo público leitor francês. Lembra Darnton que “para leitores franceses do século XVIII, literatura ilegal era virtualmente a mesma coisa que literatura moderna”. Entretanto, era um nicho que enfrentava o poder governamental, uma vez que “o Estado tentava controlar a palavra impressa submetendo-a a instituições que representavam o absolutismo de Luís XIV: censura, polícia e uma guilda monopolista, que detinha a maior parte dos privilégios e os impunha inspecionando os carregamentos locais”, uma vez que “para ser publicado legalmente, um livro precisava transpor todos os obstáculos desse sistema e estampar um privilégio real impresso com todas as letras, que servia também como um selo real de aprovação”. Assim, “qualquer obra que se afastasse desses padrões comumente era impressa em outro país e depois contrabandeada para a França”, eram editores, agentes que atuaram num sistema clandestino para levar os livros aos leitores, sendo que era mínima a quantidade de obras proibidas que estariam ligadas ao movimento revolucionário.³⁴⁷

Apesar de no século XVIII a produção de livros apresentarem as mesmas condições desde Gutemberg, sem mudanças seja nas técnicas, no trabalho ou nas tiragens, a atividade editorial continuou a ser submetida à censura prévia do soberano, sendo exceção a Inglaterra onde não havia tal procedimento desde 1695. Cabia ao soberano ou a seus representantes conceder privilégios, autorizações ou licenças, por isso essa atividade estava sempre ameaçada de condenação, após a publicação e distribuição, sendo reprimida por toda a Europa mediterrânea, extremamente religiosa, como os reinos de Portugal, Espanha ou Itália. Nessas regiões encontravam a resistência e perseguição da Inquisição.³⁴⁸

³⁴⁶ CHARTIER, R. *Uma revolução da leitura no século XVIII?* (In) *Livros e Impressos: retratos do Setecentos e do Oitocentos*. (org.) NEVES, L. M. B. P., 2009, p. 6 e 97

³⁴⁷ DARNTON, R. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*, 1998, p. 11 e 12

³⁴⁸ CHARTIER, R. *Uma revolução da leitura no século XVIII?* (In) *Livros e Impressos: retratos do Setecentos e do Oitocentos*. (org.) NEVES, L. M. B. P., 2009, p. 101

A “revolução da leitura” de Chartier estava refletida na maneira de se ler com a leitura silenciosa (antes era voltada para o grupo, um lia e outros ouviam), como também no século XIX chegava a democratização do público do impresso. Outra mudança relevante estava em assinalar as múltiplas diferenças, distâncias, rupturas e limites que o século das Luzes trouxe a partir do século XVIII. A leitura passa a atingir um maior número de leitores ou leitoras; aqueles que podem ser vistos como letrados popularizavam os textos para os que não tinham tanta condição, seja por não serem alfabetizados, seja pelas precárias condições para a aquisição do material de leitura.³⁴⁹

A revolução em andamento na França que alterou todo o perfil e organização da sociedade do final do século XVIII faz com que se levantem questões que estão presentes no trabalho já citado de Robert Darnton: “os livros provocam revoluções?”, “até que ponto o Iluminismo se difundiu?”, sendo que os livros representam o meio de circulação de ideias entre as diversas partes do mundo.³⁵⁰

Essa circulação dos livros envolvia uma rede de comunicação onde encontramos como agentes: “os autores, editores, tipógrafos, livreiros, bibliotecários e leitores, que, no decorrer do século XVIII e início do XIX, modificavam seu comportamento ante a pressão do Estado, da Igreja, da economia e dos vários grupos sociais”. Os pesquisadores da história do livro inicialmente se detinham nos autores, visando identificar através dos textos estudados a marca do patronato, da censura, das inimizades, das rivalidades e da necessidade financeira. Depois o alvo passou a ser os tipógrafos e editores, sendo que esses últimos tinham condições de traçar as estratégias de mercado, formato, ilustração, tipologia e aspecto gráfico. A seguir, vieram os livreiros, que atuavam como intermediários culturais, facilitando o acesso dos livros aos leitores.³⁵¹

Como a parte mais difícil era a questão da leitura, restou ao historiador buscar a ideia de como os leitores interpretavam os textos, seja na leitura solitária, seja na leitura em conjunto, em grupo, em sociedades literárias. A situação da recepção das ideias ainda é uma incógnita, como também o é o intuito por parte do

³⁴⁹ Idem, 2009, p. 102

³⁵⁰ DARNTON, R. Op. cit, 1998, p. 197

³⁵¹ Idem, 1998, p. 198 e 200

autor de transmitir seus pensamentos ou concepções sobre determinado assunto para o seu futuro leitor.

Da mesma forma como Darnton lidou com os livros franceses proibidos e se deteve na maneira como editores e livreiros discutiam e manuseavam esse tipo de livros além de verificar dados relativos às vendas, tornando-se possível obter um quadro nítido da demanda literária francesa³⁵², também não temos melhores condições para avaliar como livros sobre questões mais delicadas podiam ser recebidos pelos leitores nas áreas coloniais, como o Brasil.

Nos mais diversos reinos, a leitura mais comum estava ainda sob a forma de panfletos impressos em tipografias espalhadas pelas cidades mais importantes de cada reino e poucos eram aqueles autores que viam suas ideias impressas como livros. Panfletos, discursos, artigos em jornais, eram os formatos mais usuais, tanto na Grã-Bretanha de Edmund Burke, como em Portugal ou no Brasil de Silva Lisboa. Era através desses meios de comunicação com a massa popular que os homens ilustrados, pensadores, filósofos expressavam suas ideias contra ou a favor das práticas do Antigo Regime.

Na pesquisa de Darnton foi constatado que “os leitores não encomendaram, em dois anos, uma única obra dos quatro grandes *philosophes*: Montesquieu, Voltaire, Diderot e Rousseau; ao contrário, deram preferência a popularizadores e vulgarizadores do Iluminismo: Raynal, Mercier, Mirabeau”.³⁵³ Em continuidade, viu-se que a categoria geral mais importante era a política, que tinha um uso inapropriado, visto que o público leitor pertencia a uma sociedade da qual o povo não participava do processo político. A política do Antigo Regime era palaciana. Apesar disso, os três gêneros básicos eram a teoria política, panfletos específicos sobre assunto do momento ou libelos, sendo esses os mais vendidos, pois eram “virulentos ataques aos indivíduos que ocupavam as posições de prestígio e poder: ministros, cortesãos, membros da família real”.³⁵⁴

³⁵² Ibidem, 1998, p. 200

³⁵³ DARNTON, R. *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*, 2007, p. 141.

³⁵⁴ Idem, 2007, p. 144 e 145.

Também era esse tipo de literatura mais popular que também circulava na principal colônia portuguesa, o Brasil. Eram panfletos manuscritos inflamados que estavam presentes na Inconfidência Baiana (1798), como eram reuniões literárias a essência da Sociedade onde ocorreu a denominada Conjuração do Rio de Janeiro (1794), por exemplo.

Um dos livros a destacar que estava em poder dos inconfidentes mineiros de 1789 era o *Recueil des loix constitutives des États-Unis de l'Amérique*, que foi publicado em Paris, em francês, em 1778, tendo dedicatória dirigida à Benjamin Franklin. Tratava-se de um compêndio que reunia documentos de extrema importância no processo de independência dos Estados Unidos: a Declaração de Independência, uma primeira redação dos Artigos de Confederação, um censo das colônias inglesas de 1775, uma lei de navegação, o grau de doutor honoris causa concedido ao general George Washington pela Universidade de Harvard e as Constituições de seis dos treze Estados originais americanos: Pensilvânia, Nova Jersey, Delaware, Maryland, Virgínia e Carolina do Sul; trazendo também documentos relativos à Carolina do Sul e Boston. A posse desse livro demonstrava a intenção dos revoltosos a seguirem os passos dos americanos do norte.³⁵⁵

Kenneth Maxwell afirma que “pouco antes de ser preso em 10 de maio de 1789 no Rio de Janeiro, ciente de que estava sendo seguido, Tiradentes entregou seu exemplar do *Recueil* a Francisco Xavier Machado, porta-estandarte dos Dragões de Minas, para que este o levasse de volta a Minas Gerais. Em Vila Rica, Xavier Machado entregou o *Recueil* aos agentes do governador de Minas. O exemplar constituiu a base para uma urgente investigação separada da devassa de Minas”.³⁵⁶

A dedicatória do livro a Benjamin Franklin ocorreu em virtude de que ele chegara a Paris em 21 de dezembro de 1776 para representar o Congresso Continental e para conseguir o apoio da França em sua guerra de independência da Grã-Bretanha. A própria Declaração de Independência chegou a Londres em agosto de 1776, seguindo depois para a Escócia, Irlanda, Holanda, Alemanha, Escandinávia e Espanha, além da Dinamarca e em Florença, traduzida em francês.³⁵⁷

³⁵⁵ MAXWELL, K. *O livro de Tiradentes*, 2013, p. 10

³⁵⁶ Idem, 2013, p. 13

³⁵⁷ Ibidem, 2013, p. 14-15

A pesquisa de Maxwell identificou que os conspiradores mineiros dispunham de dois exemplares do *Recueil*, sendo que no que estava em poder de Tiradentes apresentava no seu frontispício de que teria sido publicado “*en Suisse*” [na Suíça], mas justamente por esse detalhe é o que se pode chamar de uma “edição pirata”. Maxwell afirma que os dois exemplares na verdade teriam sido publicados em Paris e ambos foram levados para Minas Gerais em 1788 por dois ex-alunos brasileiros da Universidade de Coimbra: José Álvares Maciel e José Pereira Ribeiro.³⁵⁸

Os inconfidentes viam semelhanças entre suas intenções e o que levou à revolta dos colonos americanos: a cobrança excessiva de impostos pelas metrópoles, Inglaterra e Portugal. Durante o processo que os condenou foi possível revelar uma ligação direta entre eles e Thomas Jefferson, autor da Declaração de Independência americana, inclusive, havendo troca de correspondência entre as partes.³⁵⁹

Essa pesquisa de Maxwell demonstra o quanto todos esses homens eram bem informados sobre os fatos que estavam ocorrendo nas diversas partes do mundo: América, Europa, Caribe, etc. Além disso, possuíam boas bibliotecas, sendo identificado que livros e informações chegavam rapidamente, em contraste com os despachos oficiais que seguiam a vagarosa burocracia de Lisboa, por exemplo. Há de se ressaltar que Cláudio Manuel da Costa era conhecido por ter traduzido a obra *A riqueza das Nações*, de Adam Smith.³⁶⁰

Outro fato a ser destacado quanto ao livro de Tiradentes é com relação ao editor, Claude Ambroise Régnier, que foi membro da Assembleia Nacional em 1789, caindo em desgraça na época do Terror, contudo, posteriormente, veio a colaborar com Napoleão, chegando a ser ministro da Justiça e ministro da Polícia, além de que Napoleão o fez Duque de Masse. Faleceu em 1814.³⁶¹

Como já mencionado, além do processo de independência americana, outros dois movimentos foram objetos de preocupação para o governo português: a Revolta em São Domingos e a Revolução Francesa.

³⁵⁸ Ibidem, 2013, p. 26

³⁵⁹ Ibidem, 2013, p. 28

³⁶⁰ Ibidem, 2013, p. 34-35

³⁶¹ Ibidem, 2013, p. 55

A rebelião dos escravos na colônia francesa de São Domingos, em 1791, foi influenciada pela Revolução Francesa, considerando o fato de que era a mais rica colônia do mundo por ser o maior produtor mundial de açúcar e café, e tal levante “traumatizou os proprietários de escravos em economias de bases escravagistas em todas as Américas, dos Estados Unidos ao Brasil”. Ressalte-se que, quando o Conde de Resende, prendeu os membros da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, em 1794, foram confiscadas duas cartas que revelaram o impacto dos acontecimentos do Haiti no Brasil. Também o levante ocorrido na Bahia em 1798 envolvendo artesãos negros e mestiços reforçou o medo da elite brasileira branca e as autoridades portuguesas de que o exemplo da Revolução Haitiana se difundisse no Brasil.³⁶²

É nesse momento que se vê a reação de D. Rodrigo de Sousa Coutinho perante a ameaça de revoltas em decorrência do que houve no Haiti e em Minas Gerais, uma com sucesso e outra fracassada. D. Rodrigo, já ministro da Marinha e Domínios Ultramarinos (1796), viu nisso um incentivo para a reforma a ser feita na política colonial portuguesa. Para início dessa mudança, buscou conquistar muitos jovens brasileiros para seu projeto. Com relação ao movimento baiano, influenciado pela Revolução francesa e haitiana, a reação de D. Rodrigo já foi de grande fúria, pois havia sido descoberto que “o Diretório (1795-1799) na França pensara na possibilidade de apoiar o movimento anticolonial na Bahia, valendo-se inclusive de informes sobre a Bahia, fornecidos por oficiais da Marinha que tinham visitado a cidade”.³⁶³

Diante desses fatos, D. Rodrigo ordenou que os revolucionários baianos, com suas “abomináveis ideias jacobinas”, fossem punidos sem a menor condescendência.³⁶⁴ Como se observa, os movimentos revolucionários que vinham ocorrendo em fins do século XVIII eram motivos de grande preocupação por parte de D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

Ainda jovem, atuando como ministro plenipotenciário de Portugal junto ao Reino da Sardenha, teve chance de ir à Paris, quando lhe foi concedido pelo governo português passar um ano em viagem de *conhecimento e observação*, mantendo contato naquela ocasião com D’Alembert e o Abade Raynal. Quando em

³⁶² Ibidem, 2013, p. 56-57

³⁶³ Ibidem, 2013, p. 58

conversa com o Abade Raynal, anotou as desordens que há no governo da França, especialmente no que tange à administração das finanças e os imensos gastos que devastavam o tesouro real francês. Na resposta de Sousa Coutinho ao Abade, cita Maria de Lourdes Viana Lyra que “é digno de nota por traduzir a sua impressão sobre a situação da França, às vésperas da Revolução de 1789, ou seja, a sua visão sobre as funções do Estado, [...] revelando a aguda percepção sobre a questão central do cenário europeu: o acirramento da disputa entre as grandes potências”:

Dito memorável e que explica bem quanto a França seria terrível se unisse à força que a natureza lhe deu, uma sábia e justa administração [...] uma situação que lhe dá uma inteira superioridade no Mediterrâneo e grande poder no Oceano [...] se a França nesta guerra pudesse aniquilar a marinha inglesa, que seria depois a Europa e qual seria melhor para ela, se ser feitora dos ingleses, ou escrava dos franceses?³⁶⁵

D. Rodrigo retomou o projeto de diversificação da economia imperial portuguesa iniciada por Pombal, como também deu andamento ao *programa reformista* necessário para que Portugal pudesse se colocar em um lugar mais destacado no contexto europeu, considerando que era profundo conhecedor da situação nacional, extremamente dependente das riquezas coloniais, vivendo contando com a arrecadação dos impostos para garantir a sobrevivência do império português. Para não incorrer nos erros verificados na França, acreditava ser importante implantar uma política fiscal mais justa para dar continuidade às reformas planejadas.

Ao assumir o posto de Ministro da Marinha e Ultramar em 1796, Sousa Coutinho já tinha em mãos estudos sobre as condições físicas e econômicas de todas as partes do império, que lhe foram passados por intelectuais pertencentes ao quadro da Academia Real de Ciências de Lisboa, da qual ele mesmo pertencia e nunca se afastara, mesmo vivendo fora de Portugal por algum tempo. Dentre as questões levantadas e que mereceriam atenção estavam: o melhor preparo técnico para aumento da atividade mineradora; maior incremento da agricultura e do comércio no interior do Brasil e abertura de vias de comunicação; abolição do sistema de contratos e diminuição da carga tributária. Com base nessas e outras informações o plano de

³⁶⁴ Ibidem, 2013, p. 58

³⁶⁵ LYRA, M. L. V. *A utopia do poderoso império*, 1994, p. 62.

reformas visava à melhoria da administração do império e que deveria não tardar a ser posto em prática.³⁶⁶

A modernização da administração do Estado português era a melhor saída para a sobrevivência do império e da monarquia, além de conservar os seus tão vastos domínios. Logo, Sousa Coutinho, pautado nas ideias de mudança moderada pregada pelo Abade Raynal, inspirado na concepção de império atlântico de Adam Smith e seguindo o caminho indicado pelo bispo Azeredo Coutinho, resolve expor suas propostas de programa reformador do sistema político através do texto “*Discurso pronunciado perante a Junta de Ministros e outras pessoas sobre assuntos referentes ao desenvolvimento econômico e financeiro de Portugal e Domínios Ultramarinos, principalmente o Brasil*”, em 1798.³⁶⁷ Destaque-se também que Sousa Coutinho tinha em mira a crise que se apresentava com os acontecimentos franceses que abalaram a estabilidade do continente europeu, sem esquecer o quanto a Independência dos Estados Unidos pôde influenciar movimentos revoltosos nas possessões coloniais, áreas extremamente importantes para a economia das metrópoles europeias, como Portugal.

Um dos primeiros atos de D. Rodrigo para a implantação dessa política reformada, além das questões econômicas e políticas, foi na área cultural com a fundação da *Casa Literária Arco do Cego*, que começou a funcionar em 1799 arregimentando estudantes brasileiros para a tradução dos estudos científicos e técnicos produzidos por países mais adiantados, como também para colaborarem na elaboração de guias práticos para a divulgação do conhecimento experimental na colônia. Em conjunto com essa tem-se também a fundação do Seminário de Olinda, em 1798, instituição que concentraria a divulgação do saber e a formação ideológica de uma camada dirigente na colônia.³⁶⁸

Outra preocupação estava em uma eventual perda das colônias, do Brasil, em especial, o que apontava para que Portugal adotasse mecanismos que pudessem lhe livrá-lo do atraso em relação aos reinos vizinhos e do temor em se tornar submisso aos espanhóis novamente. Também estava na mente de Sousa Coutinho que seu plano de reformas pudesse sustar eventual processo revolucionário, pois o peso da carga

³⁶⁶ Idem, 1994, p. 63-64.

³⁶⁷ Ibidem, 1994, p. 65.

tributária era um problema para o desenvolvimento da exploração das riquezas e podia servir de estímulo aos movimentos de libertação colonial. Todavia, em sequência à modernização da política fiscal viria a reorganização do Estado com vistas a uma maior integração do mundo português, instituiria um *sistema federativo*, que constituiria o “Poderoso Império”.³⁶⁹

Como afirma André Mansuy-Diniz Silva,

D. Rodrigo teve a sorte de encontrar colaboradores de grande qualidade, que o entenderam, o apoiaram, e o aconselharam na sua acção reformadora. Eram homens formados pela Universidade de Coimbra, mineralogistas, botânicos, matemáticos, [...] magistrados, oficiais da marinha, governadores das Capitanias, etc. Faziam parte daquilo que chamei de *constelação brasileira*, porque muitos deles eram nascidos no Brasil e conhecedores do seu país. [...] Eram homens *esclarecidos*, preocupados com o progresso do Brasil e do Império português.³⁷⁰

Deixando de lado as questões econômicas e políticas, concentrando as atenções nas reformas culturais, ressalte-se a importância da Casa Literária Arco do Cego, centro literário e tipográfico dirigido pelo botânico mineiro Frei José Maria da Conceição Veloso, que funcionava como centro de ocupação providencial àqueles estudantes que precisavam aumentar seus recursos pecuniários em troca das traduções que lhes eram designadas conforme os interesses que os textos originais pudessem ter para a nova política de Sousa Coutinho. Dentre os estudantes brasileiros encontravam-se os irmãos Martim Francisco e Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, Manuel Jacinto Nogueira da Gama; José Feliciano Fernandes Pinheiro; Antonio Vieira de Carvalho; José Gregório Navarro.³⁷¹

Infelizmente, mesmo tendo contribuído para os planos de reforma, a Casa Literária Arco do Cego foi extinta em 1801 pelo mesmo D. Rodrigo, já acumulando o cargo de Presidente do Real Erário, mas suas oficinas foram incorporadas à Imprensa Régia, criada em 1768. E que estava diretamente subordinada ao novo cargo que ele passara a ocupar. Frei José Maria da Conceição Veloso e Hipólito José da Costa foram nomeados para os cargos de Diretores Literários, tendo por função principal

³⁶⁸ Ibidem, 1994, p. 66.

³⁶⁹ Ibidem, 1994, p. 81-82

³⁷⁰ SILVA, A. M.D. *Uma figura central da Corte Portuguesa no Brasil: D. Rodrigo de Sousa Coutinho*, 2010, p. 141.

³⁷¹ Ibidem, 1994, p. 84-85.

selecionar os títulos a serem publicados para dar divulgação aos novos conhecimentos.³⁷²

Já o caminho traçado para o Seminário de Olinda sob a direção do Bispo Azeredo Coutinho só foi instalado em fevereiro de 1800, contando em seus quadros como professor de retórica o Padre Miguel Joaquim de Almeida Castro, que posteriormente seria conhecido como Padre Miguelinho, um dos revolucionários de 1817. O Seminário de Olinda foi concebido mais como colégio do que seminário, tendo iniciado suas funções com um número bem menor de seminaristas do que estudantes de fora, leigos e religiosos da capitania, dentre eles outros participantes do movimento de 1817, bem como futuros expoentes do cenário político brasileiro: Frei Caneca, Frei Leandro do Sacramento, Joaquim Nunes Machado, entre outros, como Pedro de Araújo Lima, o futuro Marquês de Olinda. Dadas as proporções que teve o movimento revolucionário ocorrido em Pernambuco em 1817, contando com a participação de grande parte dos estudantes do Seminário, foi possível constatar que “o esforço dos ilustrados reformistas para evitar a propagação da revolução no mundo português não fora suficiente para impedir a retomada, no Brasil, do ideal da encantadora liberdade do homem e do direito da participação ativa do cidadão nas diretrizes do Estado”.³⁷³

Considerando os planos de D. Rodrigo em possibilitar a divulgação dos conhecimentos técnicos e científicos, compreende-se sua decisão de implementar a Imprensa Régia no Rio de Janeiro após a transferência da Corte portuguesa, de cuja Junta Diretora fazia parte o letrado José da Silva Lisboa, que atuara ativamente do projeto reformador e de unidade luso-brasileira proposta pelo ministro ilustrado.

Instalada a Imprensa Régia, passa a circular semanalmente o jornal *A Gazeta do Rio de Janeiro*, diretamente subordinado ao ministro Conde de Linhares, que também atuou na criação do curso de Economia Política e da Real Academia Militar, contando no primeiro com a indicação de Silva Lisboa para lecioná-lo.

Também tinha relevante papel no projeto do novo império lusitano José Bonifácio de Andrada, que permanecera em Lisboa com altas atribuições no encargo do reerguimento do Reino de Portugal, tendo sido enviada correspondência de Sousa

³⁷² Ibidem, 1994, p. 87.

Coutinho a José Bonifácio, em abril de 1810, com fartos elogios pela “admirável conduta que desde a restauração do Reino permitiu o desenvolvimento do patriotismo” e com pedido de desculpas por não tê-lo nomeado ministro. As críticas ao projeto de mudança da administração e políticas de Estado vinham através dos escritos de Hipólito da Costa em seu jornal *Correio Brasiliense*, no sentido de que mesmo com a escassez de fidalgos lusos aptos aos cargos máximos dos ministérios, houve dispensa desse item para possível nomeação de brasileiros para os cargos, por não estarem na mesma classe, serem cortesãos e não terem talento como estadistas. Bonifácio era um exemplo, pois só foi nomeado Conselheiro do Reino em 1820, num contexto de novas mudanças, mesmo tendo alcançado grande projeção entre os reformistas ilustrados.³⁷⁴

Entretanto, cabe destacar também que D. Rodrigo, querendo dar a José da Silva Lisboa, provas de sua consideração e amizade, nomeou seu filho Bento da Silva Lisboa oficial da secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, em agosto de 1809. Bento havia acompanhado seu pai na transferência de Salvador para o Rio de Janeiro, continuando seus estudos de retórica com Manoel Ignácio da Silva Alvarenga e com o próprio pai, filosofia, moral, história sagrada e profana, direito natural e internacional, estudos indispensáveis para a carreira pública.³⁷⁵

Foi também Bento quem fez a tradução da obra *Riqueza das Nações*, de Adam Smith, publicada pela Impressão Régia, em 1811, possivelmente, por sugestão de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, já que eles trabalhavam juntos na Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, embora não haja menção a figura do ministro na dedicatória (dirigida ao Príncipe Regente D. João) ou no prefácio.³⁷⁶

Todavia, D. Rodrigo só teve seu valor político reconhecido em dezembro de 1808, quando lhe foi conferido o título de Conde de Linhares, sem, contudo, viver o suficiente para ver o resultado de todo o seu esforço na implementação de uma nova administração pública, com a introdução de novos métodos de trabalho com base em informações estatísticas, desburocratização dos processos administrativos, decisões políticas firmes, formação de uma elite mais preparada, formação de um exército

³⁷³ Ibidem, 1994, p. 95.

³⁷⁴ Ibidem, 1994, p. 140

³⁷⁵ MORAES, A. J. M. *Apontamentos Biographicos do Barão de Cayru*, 1863, p. 4-5.

³⁷⁶ LISBOA, B. S. *Compendio da Obra Riqueza das Nações de Adam Smith*, 1811.

nacional, modernização da atividade agrícola e das manufaturas, bem como suas tratativas quanto à liberdade de comércio a partir do Tratado de 1810, que estimulou uma maior competição, quantidade e melhoria significativa dos produtos manufaturados. Todo esse empenho teve um preço alto a ser pago, vendo sua saúde degradar-se nos últimos dias.³⁷⁷

A morte súbita de D. Rodrigo, em janeiro de 1812, causou suspeitas sobre a *causa mortis*, gerando boatos espalhados rapidamente por toda a cidade do Rio de Janeiro, disseminando forte tensão entre os diversos grupos envolvidos no processo de implementação do projeto de um *novo império lusitano* com sede no Brasil. A causa oficial refere-se ao fato do ministro ter sido vítima de uma *violenta febre maligna*, mas os boatos indicam que poderia ter ocorrido um envenenamento, ou mesmo, suicídio ou assassinato resultante do conflito estabelecido face ao choque de interesses diversos que o transformaram no alvo principal, conforme afirma Maria de Lourdes Viana Lyra.³⁷⁸

Em seu texto, Ana Cristina Araújo descreve na visão de D. Gabriella, esposa de D. Rodrigo, os fatos que antecederam ao falecimento do Ministro:

Quando sobreveio o episódio fatídico da morte de D. Rodrigo, ocorrido a 26 de janeiro de 1812, no Rio de Janeiro, D. Gabriella expôs a sua aflição ao amigo e descreveu aos cunhados, com riqueza de pormenores, a doença súbita e o passamento do ministro. Segundo os médicos a morte teria sido causada por malária. Mas D. Gabriella insiste que o motivo que, em seu entender, provocou o mortal acidente que vitimou D. Rodrigo foi a violenta discussão que ela mesma presenciou, em sua casa, entre o marido e o embaixador inglês, Lord Strangford.³⁷⁹

Coincidência ou não a morte de D. Rodrigo ocorreu pouco depois dos trâmites finais do Tratado de 1810, assinado com a Inglaterra, no qual se decidira pela “não instalação da Inquisição no Brasil e quando fora iniciado acirrado debate sobre a extinção da Companhia do Alto Doiro”. Justamente devido a isso, engrossam os boatos de que a morte de D. Rodrigo por envenenamento teria sido aplicado por adversários políticos, ou mesmo pelo próprio em virtude ele estar se sentindo infeliz

³⁷⁷ SILVA, A. M.D. *Uma figura central da Corte Portuguesa no Brasil: D. Rodrigo de Sousa Coutinho*, 2010, p. 156.

³⁷⁸ LYRA, M. L. V. Op. cit., 1994, p. 145

³⁷⁹ ARAÚJO, A. C. Narrar e silenciar o cotidiano. A correspondência de Gabriella Asinari di San Marzano Sousa Coutinho (1789-1821), p. 290, 2016.

ante a agressão física recebida da parte do monarca, que contrariado por pressões sofridas em virtude da orientação política do ministro, o teria atacado com sua bengala, de acordo com uma das versões, ou teria agredido o ministro inglês Strangford, grande amigo de Sousa Coutinho. Também há um comentário de mesmo conteúdo escrito pelo cronista inglês Luccock, indicando como causa da morte a versão de assassinato por envenenamento.³⁸⁰

Maria de Lourdes Viana Lyra, em sua obra *A utopia do poderoso império*, relata que teria ocorrido pouco caso por parte da Corte em relação à doença e morte do ministro, cita também que:

O reacionismo da aristocracia aliado às dificuldades enfrentadas principalmente pela burguesia mercantil portuguesa, que havia perdido a exclusividade do comércio do Brasil, a resistência de todos em aceitar os privilégios do Novo Mundo em detrimento do Reino europeu e, ainda, a submissão cada vez maior aos desígnios da Corte londrina, podem ser apontados como componentes ocasionadores da incômoda posição do ministro que teimava em propor mais reformas, perseguindo o sonho de, através delas, atingir o pleno desenvolvimento e a conseqüente *regeneração* da nação portuguesa.³⁸¹

Em contraste com essa situação, surge em defesa do falecido ministro, José Bonifácio, que atuou ao seu lado no projeto político, expressou o sentimento de perda que interrompeu a trajetória de tão importante figura como também relaciona o cenário de antagonismo político-ideológico em torno do projeto em execução. E o elogio fúnebre foi feito pelo amigo e companheiro de ideias, José da Silva Lisboa, mencionando que fora a sua primeira aspiração a grandeza do novo império lusitano e publicado originalmente pelo jornal “O Investigador Portuguez”, de maio de 1812:

O iluminado diplomata, pela liberdade de seus princípios e pureza de patriotismo, conhecendo os genuínos interesses nacionais, quis assegurar ao seu príncipe a privativa glória de ser o primeiro monarca que fez cumprir o ostensivo plano de regedor do universo [...] acrescentou às colunas da Monarquia, não só novos rumos do comércio e crédito público inteiramente de sua criação, como o salitre, pólvora e ferro, mas também outros recursos de defesa nacional [...] Assim acabou um dos mais insignes varões do império português, morrendo não menos vítima da própria virtude e energia [...] que ansiava em exaltar a glória do seu soberano [...] de constituir modelo das testas Coroadas, semelhante aos Titos e

³⁸⁰ LYRA, M. L. V. Op. cit., 1994, p. 145.

³⁸¹ Idem, 1994, p. 146.

Antoninos [...] a morte deste servidor do Estado e honra de Portugal se pode justamente considerar como uma calamidade nacional.³⁸²

Diante das próprias palavras de Silva Lisboa, é possível se confirmar a existência de questões que indispunham o monarca, ministros, altos funcionários, grandes proprietários e grandes comerciantes, havendo um antagonismo entre os grupos de força, com propósitos distintos, girando em torno da defesa de genuínos interesses nacionais, influenciando na implementação da política reformista, por depender da aceitação de todos a um projeto de Estado que daria ao Brasil um maior destaque em detrimento a Portugal, o que não era desejado pela maioria dos nobres e negociantes portugueses, que se viam preteridos pelo monarca e governados por representantes ingleses.³⁸³

Assim, a morte de D. Rodrigo foi uma perda para aqueles que se empenhavam na realização do projeto reformista, pois o maior defensor dessas novas ideias não estava mais atuando. Sousa Coutinho acreditava ser possível evitar a revolução e alcançar o progresso através dessas reformas que ele havia estruturado. Somente os ilustrados brasileiros o viam com bons olhos, por ter raízes no Brasil, que por isso tinha condições de conduzir essa nova política e evitar que explodissem movimentos revolucionários no território da América portuguesa. Tornada realidade esse projeto, os colonos brasileiros teriam um papel de maior relevância no contexto do império português, sem necessidade de contar com transtornos revolucionários.

Sem a figura de D. Rodrigo de Sousa Coutinho no comando dessa política, assumiram esse papel posteriormente: João de Almeida Melo e Castro, Conde de Galveias (1812-1814); Antonio de Araújo e Azevedo, Conde da Barca (1816-1817); Fernando José de Portugal e Castro, Marquês de Aguiar (1817); João Paulo Bezerra de Seixas, Barão de Itaguaí (1817); Tomás Antonio de Vila Nova Portugal (1817-1821); Pedro de Sousa Holstein, Duque de Palmela (1817-1820), e Silvestre Pinheiro Ferreira (1821), todos enfrentando períodos conturbados na política interna do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. O ápice dessa crise política ocorreu com a chegada dos embates por ocasião das Cortes em 1820, levando ao retorno de D. João VI a Portugal para jurar a nova Constituição e reassumir o trono na

³⁸² Ibidem, 1994, p. 147, e “O Investigador Portuguez”, vol. 3, maio/1812, nº 12, p. 629 a 632.

³⁸³ Ibidem, 1994, p. 148.

antiga metrópole em 1821. A maior consequência foi a deflagração também do processo de Independência do Brasil em 1822.

Em pesquisa direta ao acervo do Fundo Conde de Linhares, que se encontra no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, já citado em texto publicado na Revista do IHGB de julho/setembro de 2013³⁸⁴, vê-se que consta do Catálogo dos livros da biblioteca de D. Rodrigo (cód. Referência PT/TT/CLNH/0004) alguns exemplares de livros em suas edições originais, em inglês, de autores como Edward Gibbon, John Locke, David Hume, John Milton, Alexander Pope, Adam Smith, entre outros. Como também está relacionado, às fls. 97 do referido catálogo, um exemplar da obra de Edmund Burke, *Reflections on the Revolution in France*, publicado em Londres no ano de 1790.

Segundo Carolino, essa biblioteca contava com 1334 títulos, correspondendo a 3907 volumes, sendo, tipicamente, uma biblioteca de finais de Setecentos, refletindo o mundo intelectual de um homem ilustrado português, mas que viveu transitando por outras cortes europeias em missões diplomáticas que lhe foram confiadas. Ressalta o autor do artigo que “em 30 de julho de 1788, Rodrigo de Sousa Coutinho obteve do papa Pio VI a autorização para ler e possuir todo tipo de obra proibida, exceção feita aos livros de astrologia judiciária e aos escritos de caráter supersticioso”.³⁸⁵ Outro destaque feito por Carolino em seu texto refere-se à atenção dada por D. Rodrigo, em particular, à Revolução Francesa, devido a existência, na sua biblioteca, de títulos como Burke, *Reflections on the Revolution in France* (Londres, 1790, e sua tradução francesa *Reflexons sur la Révolution de France*, Paris, 1790) ou Brandes, *Considèrations politiques sur la Révolution de France* (1791), o que indicaria que

D. Rodrigo refletiu atentamente sobre a situação política criada com a Revolução de 1789 e suas consequências para os demais países europeus. Resultado da reflexão política e econômica consubstanciou-se, como se sabe, na proposta de transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, mais tarde precipitada pelas invasões francesas.³⁸⁶

³⁸⁴ CAROLINO, L. M. *O Poder dos Livros: A Biblioteca de Rodrigo de Sousa Coutinho*, 2013, p. 114

³⁸⁵ Idem, 2013, p. 122

³⁸⁶ Ibidem, 2013, p. 125

A questão que ficou a respeito da tradução da obra de Burke por Silva Lisboa é identificar por que uma mesma obra escrita no final do século XVIII, se confrontando com as ideias surgidas com a Revolução Francesa, indicando que o processo revolucionário estava seguindo um caminho equivocados, poderia ser usada para defender o *status quo* de uma monarquia ainda absolutista, na primeira edição (1812); uma monarquia à beira de se tornar constitucional, reduzindo os poderes do monarca, na primeira vez em que foi publicada a segunda edição (1821), e por fim, a publicação da segunda edição (1822), dita “a mais correta” num momento em que a mesma monarquia, agora constitucional, estava prestes a perder sua maior colônia que vivia momentos indicativos de um processo de independência liderado pelo herdeiro de ambos os reinos. Um mesmo texto publicado em três ocasiões diferentes por ação de um mesmo homem, tradutor, censor e inspetor de estabelecimentos literários, um representante do governo e da monarquia. Qual seria o papel dessa obra editada sob a forma de um pequeno livro num discurso conservador em momentos de crise política?

Considerando as preocupações de D. Rodrigo com possíveis movimentos revolucionários se justifica que ele tenha sugerido que Silva Lisboa produzisse uma obra com base na tradução de textos de Edmund Burke, que também se preocupava com as influências das novas ideias libertárias poderiam trazer para uma Europa transtornada, que por vezes parecia passar por momentos como os que a Grã-Bretanha havia transposto no século XVII e que recuperara seu caminho ao final do processo revolucionário, reencontrando a paz sob o governo de um rei, sob os cuidados de um Parlamento forte.

4.1. A questão editorial e a censura no Antigo Regime

A vontade de saber é reconduzida pela maneira como o saber é disposto numa sociedade.

Michel Foucault (1926-1984), filósofo, filólogo, historiador e crítico literário francês - “A Ordem do Discurso” (1970)

Antes de nos dedicarmos a questão do livro e da censura no Brasil dos séculos XVIII e XIX, cabe ressaltar de forma mais genérica a situação editorial no

mundo do Antigo Regime. Para tanto, nos valemos dos estudos de um especialista, Robert Darnton, que há muito se dedica ao tema e que nos ilumina o caminho a ser percorrido para entendermos a situação em que se colocavam os livros e as ações dos censores, papel desempenhado por algum tempo por Silva Lisboa na Corte portuguesa.

Em sua obra, *Censores em ação: Como os Estados influenciaram a literatura*, Darnton analisa três períodos em que a censura estatal influenciou na literatura de três Estados diferentes: no século XVIII na França do Antigo Regime; no século XIX na Índia Britânica e no século XX na Alemanha Oriental comunista. Entretanto, para a presente pesquisa os fatos destacados por Darnton que nos interessam são os afetos à França do século XVIII.

A França, com relação à censura praticada pelos órgãos estatais, bem como referente à atuação da polícia na repressão ao comércio de livros ilegais ou proibidos, apresenta grande semelhança ao que ocorria em Portugal e nos seus territórios coloniais, cujos procedimentos relativos à censura e à atividade editorial serão tratados a seguir em item próprio.

Segundo Darnton, a França oferece os exemplos mais dramáticos quanto à atividade repressiva à liberdade de expressão: prisão de autores, condenação das obras de literatura mais importantes como ilegais, como ocorreu com Voltaire, Rousseau e a própria *Encyclopédie*. Na opinião dele era necessário pesquisar como os censores operavam de fato: o que faziam, como entendiam suas tarefas e como essas se encaixavam na ordem política e social vigente à época.³⁸⁷

Inicia sua análise pela forma como se constituía um livro comum no século XVIII, a começar pela a folha de rosto, que tinha por função resumir e fazer propaganda do conteúdo do livro para o leitor, mas havia uma ausência: o nome do autor; o nome mais destacado era do homem que legal e financeiramente mostrava-se responsável pelo livro, identificado ao pé da página com o endereço: o livreiro, que atuava também como publicador (atualmente é chamado de editor), aquele que comprava manuscritos dos autores, realizava sua impressão e vendia os produtos

³⁸⁷ DARNTON, R. *Censores em ação: Como os Estados influenciaram a literatura*, 2016, p. 20

finalizados em sua loja. Ao pé da página estava impressa a mais importante informação sobre o livro: “com a aprovação e o privilégio do rei”.³⁸⁸

É nesse ponto que se encontravam as atividades do livreiro e do censor, já que sem a aprovação real não era possível a impressão e venda de um livro. As aprovações eram sanções formais concedidas pelos censores da corte, inclusive, tais aprovações se faziam registrar no próprio livro, trazendo em seu texto as opiniões dos censores devidamente identificados. Após o privilégio, impresso a seguir das aprovações: uma carta do rei era emitida para os funcionários de seus tribunais, notificando-os de que o rei garantiu ao autor do livro (aí surge pela primeira vez o nome do autor) o direito exclusivo de reproduzi-lo e de coloca-lo à venda por meio de intermediários na guilda dos livreiros. Afirma Darnton que “o privilégio é um texto longo e complexo, cheio de estipulações acerca dos atributos físicos do livro: que devia ser impresso em papel bom e em tipos belos, em conformidade com os regulamentos do comércio do livro; que devia seguir critérios de controle de qualidade com relação a feitura do papel, o calibre dos tipos gráficos (a letra *m* seria exatamente da largura de três *l*); tudo isso demonstrava a interferência do Estado no comércio livreiro de forma a reforçar as guildas.”³⁸⁹

Após o texto do privilégio, seguia-se uma série de parágrafos onde se descrevia o registro do livro junto à guilda dos livreiros e que fora dividido em porções, estando sob a responsabilidade de livreiros diversos a sua distribuição. Tudo isso está devidamente registrado no início do exemplar, demonstrando que o privilégio estava dividido em três níveis: o livro em si, o livreiro e a guilda. Sempre com o beneplácito real, concedido a indivíduos particulares ou a grupos, pela tradição e pela graça do rei.³⁹⁰

Já com relação aos censores, Robert Darnton destaca que os censores em seus relatórios escreviam como homens de letras, sejam eles relatórios positivos (com elogios ao livro e ao autor) ou negativos (com condenações aos mesmos), afinal, a

³⁸⁸ Idem, 2016, p.22

³⁸⁹ Idem, 2016, p. 25

³⁹⁰ Ibidem, 2016, p. 26

aprovação era um endosso de um livro e de que um privilégio seria concedido por sanção real.³⁹¹

Lembra Darnton que o sistema de privilégios criado pelo Estado francês permitiu o surgimento de escapatórias, de “permissões tácitas”, “tolerâncias”, “permissões simples”, “permissões da polícia”, tudo surgido a partir de soluções dadas pelos funcionários dos livreiros que criavam categorias que podiam ser usadas para permitir que livros viessem a público sem receber um endosso oficial. A permissão tácita não conferia um direito exclusivo de publicar uma obra, mas requeriam a aprovação de um censor e a inscrição num registro, não constando o nome do censor no livro, como também o endereço do suposto editor era falso, sugerindo que o livro fora publicado fora da França. Já a permissão simples ou tolerância era um acordo informal no qual o diretor do comércio de livros aceitava fazer vista grossa à venda “escondida” do livro. Com relação à permissão da polícia, esta era concedida pelo diretor-geral da polícia para obras curtas, efêmeras, podendo ser revogadas se causassem alguma ofensa.³⁹²

Com relação ao cargo de censor, Darnton indica que muitos homens de letras se mostravam dispostos a aceitar o emprego de censor, embora as atribuições do cargo fossem pouco atrativas: pouca ou nenhuma remuneração, nenhuma repartição, nenhum gabinete, somente um lápis azul fornecido pelo governo, além de ser um trabalho maçante e de constante risco de ofender pessoas importantes ou até de incorrer em algum insulto. Contudo, a recompensa para a maioria dos censores estava no fato de que ser listado como “Censeur du Roi”, o que significava ocupar um lugar proeminente entre os servos da Coroa, podendo levar a nomeações mais lucrativas. A medida em que ocorria um aumento na produção de livros, que podia ser verificado pelo aumento no pedido de permissão para publicação ao longo do ano, crescia o número de censores. Junto com eles autores e editores participavam de uma indústria em franca expansão, muito embora fossem os censores que menos lucravam com ela.³⁹³

Outro item abordado por Darnton diz respeito à atuação da polícia no combate à atividade ilegal de distribuição e venda de livros não autorizados, que, à

³⁹¹ Ibidem, 2016, p. 28-29

³⁹² Ibidem, 2016, p. 30-31

época, se delineava como um próspero negócio, considerando o número restrito de inspetores do comércio de livros diante de uma crescente indústria que funcionava sem preocupações com o Estado, que tentava regulamentá-la.³⁹⁴

As autoridades envolvidas sabiam muito bem quais as dificuldades a serem enfrentadas; entretanto, dependiam muitas vezes de informantes avulsos para terem conhecimento da chegada de um carregamento de livros ilegais. Quando avisados, eram feitas batidas nos locais de armazenamento ou mesmo nas livrarias onde os livros seriam distribuídos, vendidos mesmo que de forma discreta. Nessas ações as mercadorias eram apreendidas e os comerciantes envolvidos eram interrogados. Nada muito diferente do que ainda hoje se vê numa batida policial contra um contrabando qualquer e era assim mesmo que era visto pelos franceses do século XVII: um trabalho policial. Cabe destacar, como nas palavras escritas pelo próprio Darnton, que “polícia” naquela época, era um conceito amplo, que cobria a maioria dos aspectos da administração municipal, inclusive iluminação, higiene e provisão de alimentos.³⁹⁵

A polícia parisiense servia de modelo para essa atividade, sendo elogiada até por Voltaire no que tange ao fato de ter alcançado o mais elevado estágio da civilização, em especial, a polícia literária que confiscou muitas das obras dos *philosophes* com muitas outras que jamais entraram na história literária, mas eram também alvos da repressão do Estado. É importante lembrar que essa atividade era desempenhada pelos inspetores do comércio de livros a quem cabia a tarefa de policiar a literatura. A atividade iniciava-se com rondas para a inspeção das grandes editoras e livrarias e frequentemente, também eram feitas buscas por livros ilegais, quando entravam nos sótãos, aposentos escondidos nos fundos dos estabelecimentos, gráficas secretas e depósitos clandestinos. Era a busca pelos “livros ruins” como eram chamados pelos próprios inspetores, levando em consideração que eram tão maus que até a possibilidade de submetê-los ao crivo dos censores estava fora de questão, só restando a sua completa destruição ou encarceramento nos depósitos da Bastilha,

³⁹³ Ibidem, 2016, p. 36

³⁹⁴ Ibidem, 2016, p. 65

³⁹⁵ DARNTON, R. Op. cit, 2016, p. 66

mesmo que entre os autores estivessem também famosos e conhecidas personalidades, não somente escritores menores e obscuros.³⁹⁶

A atividade de repressão à literatura ilegal praticamente obrigava que os inspetores e a polícia conhecessem as rotas desse comércio: onde ficavam guardados, os transportadores, as feiras livres onde eram distribuídos pela população mais pobre que sobrevivia desse comércio marginal, já que os maiores lucros ficavam com quem corria os maiores riscos como os comerciantes periféricos, que buscavam manter estoques suficientes para atender à demanda. Eram os chamados *bouquiniste* (pequeno livreiro que, em geral, trabalhava numa barraca de feira), que muitas vezes atuavam na região do Palais-Royal, área aberta a todos em Paris, servindo de abrigo a todo tipo de atividade suspeita (prostituição, jogos de apostas, mexericos políticos e venda de livros ilegais). Esses pequenos livreiros obtinham seus estoques com os citados livreiros periféricos de Paris, que, por sua vez, eram abastecidos por gráficas e depósitos clandestinos estabelecidos nas províncias ou mesmo no exterior.³⁹⁷

Embora pudesse ser uma atividade lucrativa, enfrentavam-se grandes riscos, o que levava negociantes clandestinos muitas vezes à falência, especialmente, quando a especulação ultrapassava seus recursos, obrigando-os a suspender pagamentos e buscar acordos com seus credores ou mesmo, em última instância, fugir para outro lugar, chegando ao ponto de abandonar as famílias à própria sorte.³⁹⁸

Via-se a partir dessa atividade literária que o Estado estava crescendo, enfrentava um novo desafio que foi configurado através da institucionalização da burocracia, que como termo surgiu na década de 1750, traduzindo em seu conceito a confiança depositada no trabalho feito em escritórios/gabinetes através do preenchimento de formulários com a prática de procedimentos racionais para executar tarefas rotineiras diante de uma hierarquia de empregados assalariados³⁹⁹. Como na França absolutista estudada por Darnton, o mesmo surgiu em Portugal a partir do governo pombalino e suas reformas.

³⁹⁶ Idem, 2016, p. 67

³⁹⁷ Ibidem, 2016, p. 78

³⁹⁸ Ibidem, 2016, p. 93

4.1.1 – A censura e a liberdade de expressão no Brasil:

Quando alguém defende a liberdade de expressão e de imprensa, não está reivindicando uma liberdade absoluta. Enquanto existirem sociedades organizadas, sempre deve existir, ou pelo menos sempre haverá de existir, algum grau de censura.

George Orwell (1903-1950), pseudônimo de Eric Arthur Blair, escritor, jornalista e ensaísta político inglês - “A Revolução dos Bichos” (prefácio da edição de 1945)

Do início do século XVI a 1768 a atividade de censura em Portugal estava sob os cuidados do Ordinário (bispo ou juízo eclesiástico), da Inquisição e do Desembargo do Paço, sendo que no início cabia ao Santo Ofício aprovar os impressos a serem publicados, estendendo-se depois também à circulação dos livros, onde se via o grande empenho da Igreja em controlar a entrada de livros no país. Para tanto os funcionários do Santo Ofício chegavam a vistoriar os navios que atracavam nos portos portugueses para indagar aos capitães se havia a bordo livros prejudiciais à religião.⁴⁰⁰

Coube a D. José I, em 1768, transferir a responsabilidade da censura para um único órgão, a Real Mesa Censória. Essa foi mais uma medida de cunho reformista e regalista que valorizava a razão e as ciências, um esforço secularizador de forma a condenar o que soasse como ameaça ao Antigo Regime. Contudo, com a subida ao trono de D. Maria I, a Real Mesa Censória foi substituída pela Real Comissão Geral para o Exame e a Censura dos Livros, em 1787, justificando a iniciativa com a inoperância do órgão que a antecederia. Mas a rainha logo apresentou problemas que a impediam de governar, e, em 1794, sob a regência informal do príncipe D. João, houve o retorno ao sistema da tríplice censura assumido conjuntamente pela Inquisição, Ordinário e Desembargo do Paço, cabendo a este exercer o papel preponderante. Com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro,

³⁹⁹ Ibidem, 2016, p. 37

⁴⁰⁰ ALGRANTI, L. M. *Livros de Devoção, Atos de Censura: Ensaio de História do Livro e da Leitura na América Portuguesa (1750-1821)*, 2004, p. 133-134.

em 1808, o Desembargo do Paço passou a ser o responsável por verificar a impressão, o comércio e a circulação de livros.⁴⁰¹

Ressalte-se que no início do século XIX no Rio de Janeiro ainda encontrava-se em atividade o controle alfandegário da entrada de livros, comprovada pela pesquisa de Leila Algranti junto ao Arquivo Nacional em consulta às listas de títulos de obras que esperavam licença da Mesa do Desembargo do Paço para serem liberadas nas alfândegas para comércio ou uso particular de seus proprietários. Isso caracterizava que a Coroa ainda mantinha o princípio geral de controlar o que deviam ou não ler seus súditos europeus e americanos, muito embora o sistema de censura tivesse sofrido algumas mudanças entre os séculos XVI e XVIII, até mesmo em função da transferência da Corte para o Brasil, como mencionado anteriormente.⁴⁰²

O fato de que a Corte estava instalada no Rio de Janeiro fez com que fossem feitos ajustes no sistema de censura régio, exigindo que se nomeassem novos censores e se criasse todo o aparato para seu funcionamento, além da publicação de portarias, leis e alvarás que precisariam ser publicados e divulgados a partir da antiga colônia, suscitando a criação da primeira tipografia brasileira através do estabelecimento da Imprensa Régia, fundada no Rio de Janeiro em 13 de maio de 1808 com o objetivo de “imprimir exclusivamente toda a legislação e papéis diplomáticos”. Todavia, foi necessário que, um mês depois, se autorizasse a impressão de outros títulos e assuntos, uma vez que não havia no Brasil qualquer outra gráfica instalada até aquele momento, já que isso havia sido proibido pela própria Coroa. Com o passar do tempo, mas com reservas, foi autorizado que funcionassem novas tipografias de particulares na Corte e em outras localidades, o que viabilizou a administração do Império a partir do novo continente.⁴⁰³

Por decreto de 27 de setembro de 1808, o príncipe regente D. João tornou o Desembargo do Paço responsável pela censura no Brasil, reforçando os procedimentos existentes sobre remessa de livros para a área colonial americana, visto que mesmo embarcados na Europa estavam sujeitos a vistoria, a fim de que se identificassem obras que pudessem ameaçar a estabilidade da Coroa ou os princípios

⁴⁰¹ VILLALTA, L. C. *Censura literária e circulação de impressos entre Portugal e Brasil (1769-1821)*, 2006, p. 112-113

⁴⁰² ALGRANTI, L. M. *Op. cit.*, 2004, p. 134

⁴⁰³ *Idem*, 2004, p. 137

religiosos e morais da Igreja, ficando essas proibidas de circular tanto no Reino quanto nas colônias. Para tanto, foram escolhidos os censores régios e nomeados os diversos agentes para ocuparem demais cargos afetos a essa nova atividade no Brasil.

Esses homens eram da confiança do monarca e deveriam defender os interesses da Coroa no exercício de suas funções. Dentre aqueles que exerceram essa atividade de censura estavam o frei português Antônio de Arrábida, professor dos filhos de D. João, e os brasileiros ex-estudantes da Universidade de Coimbra, José da Silva Lisboa (futuro Visconde de Cairu) e Mariano José Pereira da Fonseca (futuro Marquês de Maricá). Todos eram homens de letras da época, formados em leis, ciências ou teologia. Eram os responsáveis pela circulação de livros na Corte do Rio de Janeiro, sendo que Silva Lisboa e Arrábida acumularam a função de censores da Imprensa Régia.⁴⁰⁴

Foi imposta a necessidade de licenças especiais para se liberarem livros na alfândega como medida acauteladora e de praxe no sistema de censura português, sendo extensivo a todos os súditos, independente da condição social, do ofício ou do cargo que ocupassem. O mesmo se aplicava ao carregamento, seja de pequeno porte relativo a livros pessoais, seja constituído de vários caixotes remetidos do Reino e de outros países por livreiros e comerciantes. Todos se sujeitavam à fiscalização e liberação somente após verificação dos censores régios.⁴⁰⁵

Como não havia um procedimento único a ser seguido, muitas vezes a atividade dos censores se mostrava confusa, como cita Leila Algranti ao mencionar que os pareceres emitidos pelos censores por vezes eram baseados em listas confusas, mal elaboradas dos livros que estavam bloqueados na alfândega, como também continham apenas o título incompleto ou pouco legível das obras, dificultando a sua identificação, além do fato de que havia problemas de títulos e autores homônimos ou de obras em idiomas estrangeiros, que eram listadas em português, confundindo os responsáveis pela censura. Se o parecer fosse favorável, os livros eram liberados, caso contrário, se identificados como proibidos ou simplesmente suspeitos, eram negadas as licenças. Por vezes, após a leitura das obras, eram censurados apenas trechos dos

⁴⁰⁴ Ibidem, 2004, p. 227-228.

⁴⁰⁵ Ibidem, 2004, p. 228

livros antes que pudessem ser publicados. Ao final, ainda cabia ao monarca deliberar sobre a licença, sempre seguindo os conselhos contidos no parecer do censor.⁴⁰⁶

Nem com todos esses órgãos criados para controlar a atividade literária foi possível conter a entrada, a posse e a leitura de livros proibidos, como já citado no início deste capítulo. A falha no controle alimentava-se da ineficácia de algumas pessoas poderem legalmente ler determinados livros e autores que eram proibidos para a maioria da população, uma vez que livreiros acabavam por vender algumas dessas obras a leitores privilegiados, permitindo que brechas existentes possibilitassem a circulação, posse e leitura de livros proibidos. As autoridades tinham consciência da vulnerabilidade das alfândegas, pois era sabido que uma das formas de driblar a fiscalização dos juízes era ocultar que se estivesse a transportar ou remeter livros.⁴⁰⁷

Outro fato a ser mencionado refere-se aos pedidos direcionados, em épocas diferentes, à Mesa Censória e ao Desembargo do Paço para obter autorização para ler ou ter (ou ambos) livros proibidos. Os requerentes alegavam que o objetivo de tal solicitação era conhecer melhor os tais livros e trabalhar com empenho para combater e refutar tais ideias perniciosas que eles continham. Para conseguirem tais licenças era necessário conhecer e investigar sobre os solicitantes, já que essas licenças eram equivalentes a mercês, logo, não eram concedidas a qualquer um. Entenda-se como mercedores dessas licenças os homens que possuísem condição social ou categoria profissional obedecidos critérios que norteavam a censura e a ação política geral adotada pela Coroa a partir do Reformismo Ilustrado implantado pelo Marquês de Pombal.⁴⁰⁸

A concessão através de tais provisões seguia escalas de liberdade de leitura, definindo limites a serem obedecidos pelos leitores, ou seja, ora permitindo a leitura sem posse, ora a posse plena por períodos determinados, ou mesmo, trazendo instruções detalhadas sobre as formas de guarda e proteção dos livros. Ressalte-se que a provisão era concedida em função das “letras, instrução e capacidade do

⁴⁰⁶ Ibidem, 2004, p. 228-229

⁴⁰⁷ VILLALTA, L. C. Op. cit., 2006, p. 114

⁴⁰⁸ DENIPOTI, C. e FONSECA, T. N. L. Censura e mercê – os pedidos de leitura e posse de livros proibidos em Portugal no século XVIII, 2011, p. 143

suplicante” e tal concessão poderia ser entendida como um privilégio ou mercê da Coroa.⁴⁰⁹

Ao se estudarem os pedidos para terem autorização especial para acesso aos livros proibidos Cláudio Denipoti e Thaís Fonseca destacam que esses poderiam servir de “indicativo da circulação dessas obras em Portugal ao longo do século XVIII”, como também de que os solicitantes teriam um “conhecimento prévio socialmente disseminado sobre os livros *defesos* e seu conteúdo, que desejam conhecer para combater – pelo menos na versão oficial apresentada aos censores”.⁴¹⁰

Nos anos iniciais da estada da Corte no Rio de Janeiro, as conturbações políticas ocorridas na Europa e nas Américas espanhola e portuguesa, trouxeram uma repercussão negativa na circulação das pessoas e no comércio livreiro, seja pela situação das invasões francesas em Portugal, seja posteriormente nos períodos de movimentos revolucionários em 1817 tanto no Brasil quando houve Revolução Pernambucana, movimento republicano que instalou um governo provisório naquela província, como em Portugal com a Conspiração organizada por um grupo de jovens oficiais. Nas alfândegas, houve apreensões e confisco de livros julgados proibidos, tanto na remessa de Portugal para a América quanto no percurso contrário.

Todavia, os ares liberais começaram a surgir no reino português a partir da Revolução no Porto em 24 de agosto de 1820, levante militar que instaurou uma Junta Governativa e a convocação da reunião das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes, formando um governo e convocando eleições para deputados sem a consulta ao rei D. João VI.

Esse movimento teve reflexos não só em Lisboa, como na Ilha da Madeira, Açores e também no Pará e na Bahia, chegando mesmo a causar uma sublevação da guarnição militar na Corte ainda instalada no Rio de Janeiro. Já no início de 1821, em 30 de janeiro, as Cortes reunidas decretam a formação de um Conselho de Regência para exercer o poder em nome de D. João, decidindo também pela libertação de presos político e exigindo o regresso imediato do rei.

⁴⁰⁹ Idem, 2011, p. 144

⁴¹⁰ Ibidem, 2011, p. 151

Em 24 de fevereiro de 1821, D. João assina um decreto onde aprova a Constituição que se está fazendo em Portugal, recebendo-a no Reino do Brasil e mais domínios.⁴¹¹ Também por Decreto de 2 de março de 1821, D. João VI trata da Liberdade da Imprensa, sendo decidido que estava suspensa a prévia censura que a legislação de então exigia para a impressão e publicação de escritos.⁴¹²

Neste ponto cabe mencionar um fato lembrado por Leila Algranti referente a José da Silva Lisboa, ocupante também do cargo de Inspetor Geral dos Estabelecimentos Literários (Decreto de 26 de fevereiro de 1821⁴¹³), que “diante da nova situação política que se vivia em ambos os lados do Reino Unido – após a revolução do Porto, propôs mudanças urgentes no sistema de censura, embora não pregasse sua extinção total”. Ao explicar suas propostas ao monarca, Silva Lisboa teria revelado “um pouco dos sentimentos ambíguos desses letrados da época das Luzes”, pois no documento pesquisado pela autora Silva Lisboa cita que se “travava uma guerra entre editores e censores, era o espelho de uma época em que não havia mais sentido nem lugar para a censura de livros e de ideias”, propunha “o aumento do número de censores das classes literárias que não estivessem no imediato serviço do rei e concedendo aos editores a faculdade de elegerem os censores”; “a dispensa de censura de obras já impressas em Portugal e, para tornar mais ágil a burocracia, sugeria que a simples rubrica do diretor de estudos em um pedido de impressão fosse suficiente para liberá-la”.⁴¹⁴

Os mesmos temas (censura, liberdade de expressão e de imprensa) foram assuntos posteriormente de decretos promulgados pelas Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, em Lisboa, antes mesmo de ser formalizada a Constituição a ser jurada por D. João VI:

- a) Decreto nº 23, de 9 de março de 1821, onde reconhecem os seguintes princípios, por serem os mais adequados para assegurar os direitos individuais do Cidadão, e estabelecer a organização e limites dos poderes políticos do Estado, em que na Secção I, dos direitos

⁴¹¹ Collecção das Leis do Brazil de 1821, parte II, 1889, p. 22

⁴¹² Collecção das Leis do Brazil de 1821, parte II, 1889, p. 25

⁴¹³ Collecção das Leis do Brazil de 1821, parte II, 1889, p. 23

⁴¹⁴ ALGRANTI, L. M. Op. cit, 2004, p. 248-250

individuais do Cidadão, inciso 8, no qual decidem que a livre comunicação dos pensamentos he um dos mais preciosos direitos do homem [...] todo Cidadão pode conseguintemente, sem dependência de Censura prévia, manifestar suas opiniões em qualquer matéria, com tanto que haja de responder pelo abuso desta liberdade nos casos, e na forma, que a Lei determinar; no inciso 9, no qual definem que as Cortes farão logo esta Lei, e nomearão um Tribunal Especial, para proteger a Liberdade da Imprensa, e cohibir os delictos resultantes do seu abuso; no inciso 10, no qual consta que quanto porém aquelle abuso, que se pode fazer desta Liberdade em matérias Religiosas, fica salva aos Bispos a censura dos escriptos publicados sobre Dogma e Moral, e o Governo auxiliará os mesmos Bispos, para serem castigados os culpados;⁴¹⁵

- b) Decreto nº 106, de 4 de julho de 1821, onde consta que as Cortes Geraes, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, querendo desenvolver e determinar os princípios, que sobre a Liberdade da Imprensa estabelecerão nos Artigos oitavo, nono e décimo das Bases da Constituição, por conhecerem que aquella Liberdade he o apoio mais seguro do Systema Constitucional, decretam o seguinte: Título I – Sobre a extensão da Liberdade da Imprensa; Título II – Dos abusos da Liberdade da Imprensa, e das penas correspondentes; Título III – Do Juízo competente para conhecer dos delictos cometidos por abuso da Liberdade da Imprensa; Título IV – Da ordem do Processo nos Juízos sobre os abusos da Liberdade da Imprensa; e, Título V – Do Tribunal Especial da Protecção da Liberdade da Imprensa.⁴¹⁶

Em 25 de abril de 1821, D. João VI retorna a Portugal após treze anos vivendo no Brasil e deixa D. Pedro na condição de regente do Reino do Brasil. Em 1º de outubro de 1822, o rei é obrigado a jurar a nova Constituição portuguesa, na qual

⁴¹⁵ Collecção das Cartas de Lei, Decretos, etc. das Cortes Geraes, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, 1822, p. 18.

⁴¹⁶ Idem, 1822, p. 126 a 143.

perde diversas prerrogativas e já tendo perdido o Brasil, pois a independência fora proclamada e dias depois, D. Pedro viria a ser aclamado como Imperador.

Diante do que se expôs nesse item, fica claro que Silva Lisboa tinha livre acesso a obras proibidas ou suspeitas, na condição de censor e até de Inspetor dos Estabelecimentos Literários ou Diretor de Estudos, podendo conhecer autores e pensamentos mais liberais e divergentes dos que eram liberados para os leitores súditos portugueses. Como também, sendo um dos homens de confiança do rei D. João VI, tinha trânsito livre na Corte e podia acompanhar de perto os movimentos políticos que vinham ocorrendo na primeira metade do século XIX.

4.2. O autor, o editor e a obra

O escritor escreve seu livro para tentar explicar a si mesmo o que está além de sua compreensão.

Gabriel García Márquez (1927-2014), escritor, jornalista, editor e ativista político colombiano, autor de “Cem anos de solidão”(1967)

Antes de se iniciar qualquer discussão filosófica acerca da figura do autor ou da obra produzida, cabe uma investigação histórica sobre os papéis desempenhados pelos vértices da questão: AUTOR, EDITOR, LEITOR e OBRA, levando-se até a criação de legislação que pudesse compreender e auxiliar na convivência pacífica entre as partes, sem prejuízos das atividades executadas pelos seus principais artífices.

Ao consultar-se qualquer dicionário, encontrar-se-ão diversas definições sobre o que seja AUTOR, dependendo da aplicação da palavra e seu sentido num texto, seja literário, seja judicial. Um autor é aquele que está na origem de ou que é causa de; aquele que é o responsável por; aquele que faz uma obra literária ou o que propõe uma ação contra outro; aquele que detém o direito exclusivo de exploração reconhecido a qualquer um sobre toda criação original; que manifesta sua personalidade, nas letras, ciências, artes (pintura, música, escultura, filme, fotografia e texto escrito), etc.

Entretanto, o conceito de AUTOR e de AUTORIA se alterou no tempo, em especial, no tocante ao ato de escrever uma obra literária, já que o presente trabalho se dedica à análise de uma obra escrita, deixando de lado as outras formas de expressão artística.

EDITOR é o termo usado hoje para identificar aquele que é o responsável por uma editora ou nela trabalha; entretanto, nos séculos anteriores esse termo se confundia com os de LIVREIRO, TIPÓGRAFO, IMPRESSOR, que servia para identificar aquele que vivia da produção ou comercialização de livros ou outros materiais gráficos que reproduziam textos de autores anônimos ou identificados.

LEITOR é, primeiramente, aquele que tem a capacidade e o hábito de ler, seja para si, mentalmente, ou para outrem, em voz alta, sendo que para isso foi alfabetizado, de forma a que consiga ler os mais diferentes textos; contudo, na teoria literária, o leitor é uma das três entidades envolvidas numa história, juntamente com o narrador e o autor, que podem ser ou não a mesma pessoa, mas somente o autor e o leitor pertencem ao mundo real, já o narrador só existe no mundo da história que está sendo contada ao leitor que o compreende como tal. Sua função é estudada pelas teorias da recepção.

OBRA tem como significado geral ser um trabalho realizado ou a realizar pelo homem, mas que assume outros significados atrelados a determinadas atividades humanas, tais como: na literatura se aplica tanto a um escrito como a totalidade de uma produção de um autor; na engenharia designa um projeto executado ou pendente de execução; na arquitetura também se aplica à execução de um projeto de reforma ou de construção com intenção estética e técnica definida; no campo das artes é o equivalente a um trabalho artístico, como uma pintura, uma escultura, uma peça musical, etc.

Não obstante todos esses conceitos e significados, esses quatro termos estão muito unidos no aspecto literário, que é o que está mais afeto ao presente trabalho de pesquisa.

Se buscarmos por eles na história, os encontraremos em diversas fases dentre as muitas que a literatura já passou. Por isso, comecemos pelo AUTOR, pois sem a iniciativa dele de executar algum trabalho, os demais não seriam visíveis, em especial, no universo da criação.

Para muitos, autor não é só quem escreve, mas também aquele que tem a sua obra publicada, mas a noção de AUTOR teria tido sua origem no final da Idade

Média, sendo que somente a partir de pensamentos como o Empirismo inglês, o Racionalismo francês e a Reforma, que foi consagrado o prestígio ao indivíduo, ao autor, pela importância que passou a ser dada ao papel da consciência, dos sentidos, da razão como fontes do conhecimento humano.⁴¹⁷ Segundo Barthes, o *autor* ainda é colocado no centro das análises literárias, pois a explicação de uma obra é sempre buscada do lado de quem a produziu.⁴¹⁸

Em seguida, por volta dos séculos XIV e XVI, o movimento do humanismo trouxe mais valorização do indivíduo e foi no século XV que o autor ganhou mais destaque com a invenção da imprensa por Gutenberg (1398-1468), que tornou a produção textual mais rápida, possibilitando que o autor assinasse suas obras, deixando de ser anônimo, um desconhecido.

Até o surgimento da prensa de tipos móveis, os escritos eram reproduzidos em forma manuscrita, o que limitava muito essa atividade por parte dos copistas, tendo um custo alto e uma produção muito reduzida. Além disso, por serem poucas as pessoas alfabetizadas, a aquisição de livros era baixa e o repasse dos conhecimentos neles contidos se dava através da leitura coletiva.

Havia, pois, um entendimento no período de transição entre a Idade Média e época moderna que os autores eram

representados no ato de escrever por suas próprias obras e não mais no de ditar ou de copiar sob o ditado divino; [...] são reunidos em um mesmo manuscrito várias obras de certos autores, relacionadas a um mesmo tema; [...] os textos incluídos são identificados pelo nome próprio de seu autor. [...] O inglês evidencia bem esta noção e distingue o *writer*, aquele que escreveu alguma coisa, e o *author*, aquele cujo nome próprio dá identidade e autoridade ao texto. [...] No francês antigo, distingue-se entre os *écrivains* e os *auteurs*; o escritor (*écrivain*) é aquele que escreveu um texto que permanece manuscrito, sem circulação, enquanto o autor (*auteur*) é também qualificado como aquele que publicou obras impressas.⁴¹⁹

Com a produção aumentada pela imprensa gráfica, a atividade literária passou a ser vista como uma boa fonte de renda, mas que ainda dependia de um investimento considerável devido ao custo de aquisição do equipamento de impressão e demais materiais, tendo um retorno não confirmado; logo, se tornava uma atividade de risco elevado, já que a recuperação dos gastos dependia da venda de livros para um público ainda reduzido, daí a inexistência de regulamentação da atividade literária.

⁴¹⁷ BARTHES, R. *O rumor da língua*. 2004, p.58

⁴¹⁸ Idem, 2004, p. 58

É com a evolução da imprensa e o crescente interesse econômico dos editores para eliminar a concorrência que surgiu a primeira forma de controle da atividade mediante a intermediação do poder real com a concessão de privilégios para aquele que se dispusesse a investir no direito de reproduzir determinados livros. Essa situação só beneficiava quem reproduzia a obra, em pouco reconhecendo as prerrogativas do autor.

Porém, antes de entrelaçar as funções do autor, do editor e do leitor, em aspectos legais, aprofundemos a questão do autor no aspecto mais filosófico contando com a visão de estudiosos do assunto, a começar com Michel Foucault.

É Foucault quem destaca, ainda no âmbito da análise do discurso, que nesse processo um elemento preponderante é o autor, na condição não só de

indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, [...] como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência; [...] na ordem do discurso científico, a atribuição a um autor era, na Idade Média, indispensável, pois era um indicador de verdade.⁴²⁰

Ainda é mencionado pelo filósofo francês que

o autor só funciona para dar um nome a um teorema, um efeito, um exemplo, uma síndrome; [...] na ordem do discurso literário, e a partir a mesma época, a função do autor não cessou de se reforçar: todas as narrativas, todos os poemas, todos os dramas ou comédias que se deixava circular na Idade Média no anonimato ao menos relativo, eis que, agora, se lhes pergunta (e exigem que respondam) de onde vêm, quem os escreveu.⁴²¹

É a partir desse momento histórico que se pede ao autor que, ao produzir um texto, coloque nele seu nome, que revele suas intenções ao produzi-lo, bem como que, em seu conteúdo, expresse seus sentimentos, indique suas experiências de vida. O autor passa a ser o responsável por articular as palavras e dar-lhe sentido, numa linguagem coerente e real, ou mesmo que seja coerente numa ideia ficcional, se for o caso. Já não se pode desconsiderar que muitos textos estão ao largo da verdade, refletem ideias ficcionais, onde o autor inventa um texto no qual a obra se torna a representação das ideias que ele se propõe a expor a seus leitores.

O autor pode representar em seu texto as influências que recebe de sua época e como essa se modifica no passar do tempo; o autor pode também modificar

⁴¹⁹ CHARTIER, R. *A Aventura do Livro*, 1998, p.32

⁴²⁰ FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*, 2014, p. 25-26.

⁴²¹ Idem, 2014, p. 26

sua forma de escrever ou aquilo que escreve, adaptando sua obra à sua realidade. A cada nova posição do autor tem-se mudanças no que é dito e no perfil de cada obra produzida. Como relaciona Foucault, “novo objeto pede novos instrumentos conceituais e novos fundamentos teóricos”.⁴²²

Em meados do século XX a discussão sobre essas questões referentes a função do autor voltam à tona a partir de dois filósofos: em 1968, pelas mãos de Roland Barthes, com o texto intitulado “A morte do autor” e, 1969, com a conferência feita por Michel Foucault onde ele questiona “O que é o autor?”.

No entender de Barthes “a escritura é a destruição de toda voz, de toda origem; [...] desde que um fato é contado, produz esse desligamento, a voz perde a sua origem, o autor entra na sua própria morte, a escritura começa; [...] a narrativa nunca é assumida por uma pessoa, mas por um mediador, de quem, a rigor, se pode admirar a *performance*, mas nunca o ‘gênio’; [...] é a linguagem que fala, não o autor”.⁴²³

Lembra Barthes que

a linguística acaba de fornecer para a destruição do Autor um instrumento analítico precioso, mostrando que a enunciação em seu todo é um processo vazio que funciona perfeitamente sem que seja necessário preenche-lo com a pessoa dos interlocutores; o autor nunca é mais do que aquele que escreve.⁴²⁴

Na sua justificativa da “morte do autor”, Barthes ressalta quanto a natureza da tragédia grega é ambígua, pois

o texto é tecido de palavras de duplo sentido que cada personagem compreende unilateralmente (o mal-entendido é o trágico); há alguém que ouve cada palavra na sua duplicidade e ouve mais: esse alguém é precisamente o LEITOR ou ouvinte; [...] o leitor é o espaço mesmo onde se inscrevem, sem que nenhuma se perca, todas as citações de que é feita a escritura; a unidade do texto não está em sua origem, mas no seu destino; o leitor é um homem sem história, sem biografia, sem psicologia; ele é apenas esse alguém que mantém reunidos em um mesmo campo todos os traços do que é constituído o escrito. [...] O leitor, jamais a crítica clássica se ocupou dele; para ela não há outro homem na literatura a não ser o que escreve. [...] Sabemos que, para devolver à escritura o seu futuro, é preciso inverter o mito: o nascimento do leitor deve pagar-se com a morte do Autor.⁴²⁵

⁴²² Ibidem, 2014, p. 33

⁴²³ BARTHES, R. Op. cit, 2004, p. 58-59

⁴²⁴ Idem, 2004, p. 60

⁴²⁵ Ibidem, 2004, p. 64

É justamente em função da polêmica surgida com o texto de Barthes sobre o desaparecimento da figura do autor, que Foucault em sua célebre conferência destaca as condições que possibilitaram o nascimento do sistema de autoria, traçando as regras históricas e culturais de seu funcionamento. Surge a nova questão que busca saber “quem fala”, considerando os mecanismos de tempo e espaço que levaram à legitimação da atribuição de um nome próprio aos textos publicados e com isso às noções de autoria e obra.

Ao iniciar sua conferência, Foucault levanta três aspectos relevantes para se chegar a uma resposta: a impossibilidade de tratar o autor como um nome próprio comum; a relação de apropriação já que o autor não é exatamente nem o proprietário nem o responsável pelos seus textos; a relação de atribuição, pois o autor é aquele a quem se pode atribuir o que foi dito ou escrito; e a posição do autor, sua posição no livro (função dos prefácios, o copista, o narrador, o confidente, o memorialista), sua posição relativa aos diferentes tipos de discurso.⁴²⁶

Com relação à “morte do autor” Foucault ressalta que “essa relação da escrita com a morte também se manifesta no desaparecimento das características individuais do sujeito que escreve: através de todas as chicanas que ele estabelece entre ele e o que ele escreve, o sujeito que escreve despista todos os signos de sua individualidade particular; a marca do escritor não é mais do que a singularidade de sua ausência; é preciso que ele faça o papel de morto no jogo da escrita” e conclui afirmando que “tudo isso é conhecido: faz bastante tempo que a crítica e a filosofia constataram esse desaparecimento ou morte do autor”, concordando com o pensamento de Barthes.⁴²⁷

Ainda questionando a “morte do autor”, Foucault argumenta a possibilidade de ser preservada a existência do autor, o que estaria ligada à noção de escrita, pois, “a rigor, ela deveria permitir não somente dispensar a referência ao autor, mas dar estatuto à sua nova ausência”, já que “no estatuto que se dá atualmente à noção de escrita, não se trata, de fato, nem do gesto de escrever nem da marca do que alguém teria querido dizer; esforça-se com uma notável profundidade para pensar a condição geral de qualquer texto, a condição ao mesmo tempo do espaço em que ele se dispersa e do tempo em que ele se desenvolve”.⁴²⁸ Ao final, o filósofo francês

⁴²⁶ FOUCAULT, M. *Estética: literatura e pintura, música e cinema*, 2009, p. 264-265

⁴²⁷ Idem, 2009, p. 269

⁴²⁸ Ibidem, 2009, p. 270-271

lembra que o uso da noção de escrita poderia acabar por manter os privilégios do autor, fazendo com que esse subsista. A forma de escrever, o tempo e o lugar que influenciaram um autor pode ser relevante para mantê-lo “vivo”.

Para Foucault o nome do autor não é somente um elemento em um discurso, mas ele exerce certo papel em relação ao discurso, pois também assegura uma função pela qual se pode agrupar um certo número de textos, relacionando-os entre si, dando uma homogeneidade ou autenticação de uns pelos outros.⁴²⁹ O nome do autor pode funcionar para caracterizar certo modo de ser do discurso, permitindo que se identifique um autor pela forma como escreve e se coloca diante das questões que aborda em seus textos; com isso pode-se diferenciá-lo de outros que o sigam e procuram copiar seu estilo de escrita.

No entanto, Chartier ao revisitar o tema da conferência de Foucault aponta para uma complexidade ainda maior, a começar pela extensão do período em que ocorre o surgimento da função autor, incluindo também nessa genealogia a mudança dos suportes materiais dos textos, e dá a devida importância ao que o filósofo francês já havia investigado dizendo que

[...] a genealogia da “função autor” para os textos literários possui uma duração muito mais longa que aquela que Foucault nos sugeriu,, e nesta genealogia de longa duração não podemos colocar em jogo unicamente a ordem do discurso, mas também a ordem dos livros [...].⁴³⁰

Como dito anteriormente ao mencionarmos o pensamento de Foucault, tanto o autor quanto a obra surgem a partir de uma seleção dos textos que compõem as obras, desde que tais textos selecionados possam contribuir para constituir uma unidade coerente e homogênea que é tratada por Chartier assim como uma

[...] função de classificação dos discursos, que permite as exclusões ou as inclusões em um *corpus*, atribuível a uma identidade única. Ela é, nesse sentido, fundadora da própria noção de obra e caracteriza certo modo de existência comum de alguns discursos que são atribuídos a um único lugar de expressão.⁴³¹

Embora com críticas à cronologia proposta originalmente por Foucault, Chartier também se baseia em três momentos para o estabelecimento da função autor, a destacar:

⁴²⁹ Ibidem, 2009, p. 273

⁴³⁰ CHARTIER, R. *O que é um Autor? Revisão de uma genealogia*, 2012, p. 61

⁴³¹ Idem, 2012, p. 29

1. *Séculos XVI-XVII*: quando a função autor é objeto de uma apropriação penal, havendo sanção aos indivíduos que produzissem discursos transgressores; era necessário legitimar certos discursos em detrimento de outros, seja por motivos políticos, seja por motivos religiosos;

A noção de autoria foi construída aos poucos, a partir do momento em que a obra passou a ser considerada responsabilidade de alguém específico, quando as pessoas que produziam textos transgressores ou perigosos poderiam ser julgados como réus, podiam ser punidos, logo, era a chamada “apropriação penal”;

Eram passíveis de punições, por exemplo, todos os autores que fossem considerados hereges ou suspeitos de heresia; os títulos específicos que fossem publicados por impressores ou vendidos por livreiros que estivessem relacionados em listas como o Índice da Igreja inquisidora; e aquelas que tivessem sido publicadas anonimamente e posteriormente fosse possível identificar seu autor verdadeiro;

2. *Séculos XVII-XVIII*: que para Foucault era época em que conviviam diversos discursos que apresentam relações diferentes com a função autor, sendo que, por exemplo, havia diferenciação quanto aos discursos, pois, enquanto com os livros de textos científicos sempre houve a dependência do nome do autor para lhes dar credibilidade, o mesmo não ocorria com os textos ditos literários que aceitavam serem publicados anonimamente; entretanto, nos séculos em questão, teria havido uma inversão no tocante aos livros literários, que passaram a ser vinculados aos nomes dos autores;⁴³²

3. *Séculos XVIII-XIX*: para Foucault surgia ali a relação entre a função autor e as concepções burguesas de propriedade e indivíduo, juntamente com a questão do direito de propriedade das obras, embora essa já estivesse presente desde o fim do século XVIII, no que Chartier discorda ao lembrar que a história dos direitos autorais começa no século XVI na Inglaterra numa disputa entre livreiros e impressores, o que veio a ser

⁴³² FOUCAULT, M. Op. cit, 2009, p. 273-274

regulado pelo Estatuto da Rainha Ana de 1710, mesmo assim deixando pouco espaço de manobra para o autor, origem da obra em questão.

Nesse ponto se entrelaçam os interesses de duas peças desse quebra-cabeça, o AUTOR e o EDITOR (na pessoa dos impressores e dos livreiros), mas sempre em torno da OBRA e ainda não considerando a figura do LEITOR. Afinal, aquele que escreve um texto que só vira obra no momento em que esse é publicado, tornado o indivíduo um autor, tudo sob os auspícios de um impressor ou livreiro, ou o chamado editor.

Como já foi dito anteriormente, antes que fosse reconhecido o direito do autor sobre sua obra, a primeira oportunidade que houve para atrelar a sua identidade esteve relacionada ao que Foucault denominou de “apropriação penal” com vistas à efetivação de censura e interdição dos textos qualificados como subversivos pelas autoridades políticas e/ou religiosas, o que levava os autores, editores ou mesmo leitores à morte e as obras à total destruição para evitar a disseminação das ideias perversas.

Contudo, em contraponto a isso houve a concessão de proteções, privilégios, recompensas ou pensões por parte dos poderes reais e religiosos, que eram vislumbrados pelos leitores nas dedicatórias inclusas na parte inicial das obras. É desse início que se tratará a seguir.

Assim, como diz Chartier “o autor, o livreiro-editor, o comentador, o censor, todos pensam em controlar mais de perto a produção do sentido, fazendo com que os textos escritos, publicados, glosados ou autorizados por eles sejam compreendidos, sem qualquer variação possível, à luz de sua vontade prescritiva”.⁴³³

A defesa da propriedade de uma obra literária, ao contrário do que se possa pensar não nasceu de iniciativa por parte da figura do autor, mas “deriva diretamente da defesa da livraria que garante um direito exclusivo sobre um título ao livreiro que o obteve”, já que se viu surgir “as tentativas da monarquia em abrir a perspectiva tradicional dos privilégios que levam os livreiros-editores a ligar a irrevocabilidade de seus direitos ao reconhecimento da propriedade do autor sobre sua obra”.⁴³⁴

⁴³³ CHARTIER, R. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*, 1998, p. 7

⁴³⁴ Idem, 1998, p. 38

Os autores que vivem de sua capacidade de produção de escritos só aparecem no século XVIII, antes disso, eles só tinham duas opções na vida de literato: ser provido de benefícios, cargos, postos, caso ele não pertencesse a uma linhagem aristocrática ou burguesa, dispondo de uma fortuna patrimonial própria; ser obrigado a entrar nas relações de patrocínio e recebe uma remuneração não imediata de seu trabalho como escritor, sob a forma de pensão, recompensa ou emprego. São relações de clientela muito comuns nas sociedades de Antigo Regime.⁴³⁵

Estando na segunda opção, cabe ao autor retribuir na forma de dedicatória, que pode ser ofertando uma cópia manuscrita com bela caligrafia e ricamente ornada, mas ao ser impressa essa retribuição e reconhecimento da ajuda recebida pode estar na oferta de um exemplar do livro impresso, luxuosamente encadernado composto em pergaminho; a oferta pode estar impressa no corpo do livro, logo na parte inicial, no “paratexto” ao lado das indicações de autoria e de impressão. A retórica usada nos textos das dedicatórias visa oferecer ao rei, político, nobre a obra em questão, sempre tendo por objetivo final a obtenção de alguma recompensa, proteção por temor de alguma forma de punição ou mercê em forma de cargos ou títulos.

Na França do século XVIII conforme indica Chartier os editores franceses enfrentam uma crise que advém da censura severa, forçando que os autores procurem publicar suas obras fora do reino (Suíça, Províncias Unidas, principados alemães), e que acabavam entrando clandestinamente na França, onde eram ansiosamente procurados pelos leitores para lucro dos editores estrangeiros. Para serem impressos na França os textos tinham que receber a chancela do poder real, obtendo autorização expressa impressa no próprio livro, contendo o selo real. Com todo esse quadro, inclusive com esquemas de autorização que forjavam uma impressão no exterior com distribuição permitida na França, restava aos autores poucas saídas a não ser vir a ser beneficiado por um estatuto jurídico particular que reconhecesse sua propriedade.⁴³⁶

Começam a surgir ideias relativas ao fato de o autor ser o detentor da propriedade sobre as obras e essa não desapareceria com a cessão do manuscrito aos editores. O editor é aquela figura que busca por textos, encontra os autores e controla o processo que vai da impressão até a distribuição dos livros. Pode ser o proprietário de uma gráfica, mas pode ser um intermediário que se vale dos serviços de um outro

⁴³⁵ CHARTIER, R. *A Aventura do Livro*, 1998, p. 39

⁴³⁶ Idem, 1998, p. 44-45.

profissional da área gráfica a quem paga pela publicação. Também pode ser aquele que possui uma livraria através da qual é feita a distribuição e venda dos livros.

Por haver tantas combinações para definir essa figura, pode-se denominá-lo tanto de “gráfico-editor” quanto de “livreiro-editor”. Esse último era mais comum nos séculos XVI, XVII ou XVIII estando mais ligado ao comércio dos livros, pois ele vendia os livros que ele mesmo editava, além de fazer trocas com outros colegas e vende os livros que aqueles produzem. Era em torno da livraria que girava a atividade editorial. Algumas adquiriam papel relevante no mercado livreiro e editorial, podendo até deter o monopólio de obras de uma determinada área do conhecimento.

No mercado francês, Chartier menciona que havia um certo favorecimento entre a monarquia e os livreiros parisienses a partir do século XVII, estando essa relação baseada na fidelidade prometida ao monarca. No tocante ao caso inglês, a monarquia no século XVI já havia delegado à comunidade, à corporação dos livreiros-gráficos de Londres, o poder de censura, de exame prévio dos livros em troca do controle dos monopólios sobre as edições, que se dava da seguinte forma: se um gráfico londrino adquiria um manuscrito, ele o registrava na comunidade e passava a possuir o manuscrito de forma perpétua com direito exclusivo de editá-lo e reeditá-lo indefinidamente. Em ambos os lados do Canal da Mancha os editores eram protegidos pelos monarcas e detinham o monopólio da atividade editorial.⁴³⁷

As questões de falsificações feitas por livreiros-editores do interior dos reinos, além do contrabando de publicações vindas do exterior, causavam prejuízos consideráveis aos detentores dos privilégios reais, o que acabou por chegar a uma decisão importante por parte de uma monarca, mas a partir de uma iniciativa dos próprios livreiros-editores.

Os autores não tinham nenhuma garantia de seus direitos, mas os livreiros-editores temiam que eles pudessem vir a se tornar proprietários e com isso seus lucros fossem reduzidos. Foi na Inglaterra, depois de 1709, e na França, depois de 1777, que os autores puderam reivindicar privilégios, em lugar antes ocupado pelos livreiros, chegando ao ponto de se tornarem seus próprios editores. Entra no sistema a intervenção do Estado com vistas a regular o direito do autor a partir da limitação do *copyright* a quatorze anos (mais quatorze anos suplementares se o autor ainda estivesse vivo). O Estatuto de 1709 tenta quebrar os monopólios dos livreiros

⁴³⁷ Ibidem, 1998, p. 54-55

londrinos atribuindo aos autores o direito deles mesmos pedirem o *copyright*, mas como Chartier destaca “o privilégio do livreiro é *uma graça baseada na justiça* e não uma *propriedade de direito*, e prevê a perpetuidade e a patrimonialidade dos privilégios obtidos por um autor em seu próprio nome”.⁴³⁸

Na verdade os livreiros e gráficos londrinos consideravam que o objeto da propriedade era o manuscrito da obra que havia sido registrado pelo livreiro após cessão do autor, mantendo esse direito ao se tornar um livro impresso, continuando também extensivo o direito de cópias. Durante o século XVIII tudo foi alterado, passando a propriedade estar ligada ao texto, ao que expressa, ao estilo, ao que traduz e transmite.⁴³⁹

No século XVII no momento em que a Inglaterra passava pela reestruturação do poder monárquico foi editado em 1662 o *Licensing Act*, que foi alvo de críticas de John Locke que argumentava que o privilégio comportava um regime de censura preventiva, tornando sem efeito a liberdade de expressão, dando um caráter perpétuo ao privilégio da atividade de imprimir e poderes nacionais de regulação já concedidos aos membros da *Company of Stationers* (associação de comerciantes de livros de Londres, fundada em 1557), que passaram a produzir edições caras e de péssima qualidade, além de autorizar a Coroa a inspecionar a casa dos que fossem suspeitos de possuir livros em situação irregular, fomentando perseguições, sem contar que o monopólio sacrificava além da liberdade de imprensa, a de comércio e de cultura. Com a grande oposição, o *Licensing Act* foi encerrado em 1694, mas com isso instalou-se o caos no comércio de livros devido ao surgimento indiscriminado de cópias e também de impressão direcionada somente aos livros considerados rentáveis.⁴⁴⁰

Em 1709 foi apresentado na Câmara dos Comuns um projeto de lei que previa o fim do regime de privilégios e da censura, reconhecendo, ainda que precariamente, direitos aos autores, que, apesar da forte resistência por parte dos impressores e livreiros, foi convertido em lei em 1710, passando a ser conhecido como Estatuto da Rainha Ana, que apresentou novas noções de autoria individual, originalidade estética e propriedade literária. Daí surgiu o primeiro sistema de “Direitos Autorais”, extinguindo-se o regime de privilégios e o sistema *interna*

⁴³⁸ CHARTIER, R. *A ordem do livro*, 1998, p. 39

⁴³⁹ CHARTIER, R. *A aventura do livro*, 1998, p.67

corporis do *stationer's copyright*. Com esse estatuto os autores passaram a ser detentores dos direitos de suas obras, que poderiam ser transferidos aos editores, estabelecendo uma nova forma de regulação do comércio livreiro.⁴⁴¹

Muito embora no início do estatuto não houvesse a intenção de proteger os autores, uma vez que constava em seu conteúdo a menção às práticas abusivas dos editores, impressores e livreiros, também constava a seguir que aquela legislação estaria sendo promulgada “para prevenir então tais práticas para o futuro, e para o encorajamento dos homens instruídos a compor e a escrever livros úteis”.⁴⁴²

Essas novas concepções ficam registradas pelo pensamento de Diderot reproduzido por Chartier na seguinte assertiva

toda obra é propriedade legítima de seu autor porque uma composição literária é a expressão irredutivelmente singular dos pensamentos e sentimentos do autor; [...] que propriedade pode um homem possuir se uma obra de sua mente – o fruto exclusivo de sua criação, seus estudos, suas noites, sua idade, suas pesquisas, suas observações; se suas melhores horas, os momentos mais belos de sua vida; se seus próprios pensamentos, os sentimentos de seu coração, a parte mais preciosa dele mesmo, aquela que não perece, que o torna imortal – não lhe pertence?⁴⁴³

Quando um historiador se debruça em pesquisas para levantar a história do livro, da leitura, os personagens são sempre os mesmos:⁴⁴⁴

- o **autor** (tornando-se até objeto de grande número de publicações de biografias de grandes escritores) cujas condições básicas da autoria continuam ainda obscuras nos diversos períodos históricos;
- os **editores** (sua evolução distinta do mestre livreiro e o gráfico) que ainda carecem de maiores estudos quanto a sua atividade e relacionamento com os autores;
- os **gráficos** (os responsáveis diretos pela produção e difusão dos livros) no tocante a existência de edições diferentes de um texto e estados diferentes de uma mesma edição), em especial, quanto à parte econômica e financeira da atividade nas diversas áreas do

⁴⁴⁰ ZANINI, L. E. A. *O Estatuto da Rainha Ana: estudos em comemoração dos 300 anos da primeira lei de copyright*, 2010, p. 33

⁴⁴¹ Idem, 2010, p. 33-34

⁴⁴² Ibidem, 2010, p. 34

⁴⁴³ CHARTIER, R. *A mão do autor e a mente do editor*, 2014, p. 140-141

⁴⁴⁴ CHARTIER, R. *A questão dos livros*, 2010, p. 208-216

trabalho de impressão e os avanços tecnológicos que afetariam o gerenciamento da mão de obra;

- os *distribuidores* (pouco se sabe sobre a forma como os livros chegavam às livrarias depois de saírem das gráficas), os meios de transportes usados nos diferentes períodos históricos, a influência dos trajetos e tempo para a distribuição e no fluxo do comércio livreiro, o custo do livro acrescido do frete e forma de transporte, entre outros detalhes;
- os *livreiros* (sua atuação como agente cultural, intermediando a oferta e demanda nos pontos de contato) como também pouco se sabe sobre o mundo social e intelectual pelo qual transitavam, como operavam sua rede comercial, interna e externa à sua região de atuação principal, sem contar os vínculos com o poder político;
- os *leitores* (a prática da leitura alterando de oral, em grupos, para leitura silenciosa e solitária) com os esforços para dominar a palavra escrita, extraindo significado dos textos, não se limitando a decifrá-los, o estudo e análise das reações sentidas pelas diversas leituras dos discursos de estilos diferentes, as alterações das formas de transmissão do pensamento autoral e também pelo uso do controle da massa de leitores pelo Estado ou pela religião, entre outras funções e usos.

Após toda essa caminhada pela história do livro, ainda cabe incluir uma questão de grande relevância para a conclusão do presente trabalho, que está afeta à prática da tradução e como as ideias do autor original podem ser apropriadas e adaptadas pelo segundo autor, na figura do tradutor.

Concebe-se que tanto Burke como Silva Lisboa têm a função de autores nas edições em estudo, um como fonte de inspiração e o outro como meio de transmissão das propostas do primeiro, restando entender como se deu esse processo ao final das três publicações do trabalho desenvolvido pelo brasileiro.

4.3. O dilema da tradução

São os autores que fazem as literaturas nacionais, mas são os tradutores que fazem a literatura universal.

José Saramago (1922-2010), escritor português, Prêmio Nobel de Literatura de 1998, autor de “Ensaio sobre a Cegueira” (1995)

Em sua obra, *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*, Maria Beatriz Nizza da Silva ressalta a diferença entre linguagem vulgar e linguagem literária, sendo que “aquele segmento da sociedade que domina a escrita é exatamente aquele que acredita numa diferença entre a língua vulgar e a língua literária, e nos impõe a sua visão como a única”.⁴⁴⁵ Continua a autora em sua digressão que existe um total divórcio entre língua literária e língua popular, especialmente, no que se refere a adequação do discurso ao seu objeto, uma vez que a língua popular permaneceu confinada à oralidade ou à epistolografia familiar, sendo que a sociedade não letrada só fala, pouco escreve, mantendo-se silenciosa para os historiadores, que acabam por se valer dos folcloristas para ampliar a sua perspectiva quanto a formas poéticas e de narrativas usadas na dimensão oral.⁴⁴⁶

Como lembra Maria Beatriz Nizza da Silva da teoria da tradução exposta num artigo de *O Patriota*, onde transparece claramente a posição referente aos autores que tomam por modelo “a língua dos clássicos”:

É necessário conhecer exatamente o gênio das duas línguas, possuir magistralmente a língua para que se traduz, para saber se corresponde uma expressão a outra, e quando isto não acontece, o que se deve substituir. Isto requer demais muito gosto, adquirido pela aturada lição dos clássicos, e este será sempre um escolha para quem aprende a língua pelo comércio familiar de pessoas pouco instruídas, ou ainda muito ignorantes.⁴⁴⁷

Há de se ter cuidado com o fato de que uma mesma e única obra literária dar lugar, simultaneamente, a tipos de discursos bem distintos, como Foucault

⁴⁴⁵ SILVA, M. B. N. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*, 1977, p. 170

⁴⁴⁶ Idem, 1977, p. 170-171

⁴⁴⁷ SILVA, M. B. N. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*, 1977, p. 171

exemplifica com a obra *Odisseia*, a de Homero, que surge com uma nova forma na interpretação dada por James Joyce em *Ulysses*.⁴⁴⁸

O importante para Foucault é que ambos os textos desempenham dois papéis que são solidários, que permite a construção de novos discursos, mas que, o segundo, não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, o de dizer o que o primeiro havia articulado. Partindo de dizer pela primeira vez aquilo que já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito, além de permitir-lhe dizer algo além do texto original. Conclui Foucault que “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”.⁴⁴⁹

Outra questão mencionada por Foucault é a apropriação social dos discursos, na qual a educação é o principal instrumento pelo qual todo indivíduo pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, sendo importante dizer que “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo”.⁴⁵⁰

Todavia, iniciar-se-á esta parte com a questão da TRADUÇÃO, já que o objeto do presente estudo teve sua origem na tradução feita da obra de Edmund Burke por Silva Lisboa, mesmo que não da totalidade do texto, nem tampouco se constituiu somente de um único texto do irlandês, mas foi composto de outros textos extraídos de discursos proferidos no Parlamento britânico no século XVIII.

Outras questões a serem levantadas se referem aos conceitos de representação, apropriação e adaptação, considerando que um texto traduzido pode apresentar compreensão diferente ao leitor do que o que teria sido escrito em seu original. Para tanto, cabe analisar perspectivas diversas sobre a função do tradutor.

Voltemos a um termo já avaliado que é a Hermenêutica, que tem por origem o nome do deus Hermes, o mensageiro divino, aquele responsável por transmitir as mensagens dos deuses aos homens. Como lembra Gadamer “a tarefa do *hermeneus* consiste em traduzir para uma linguagem acessível a todos o que se manifestou de modo estranho ou incompreensível; assim, a tarefa da tradução sempre tem uma certa *liberdade*; pressupõe a plena compreensão da língua estrangeira e, mais

⁴⁴⁸ Idem., 2014, p. 23

⁴⁴⁹ Ibidem, 2014, p. 23-25

⁴⁵⁰ Ibidem, 2014, p. 41

do que isso, a compreensão da verdadeira intenção de sentido do que se manifestou”.⁴⁵¹

Logo, uma das atribuições da Hermenêutica é fazer sempre essa transferência de um mundo para outro, seja do mundo dos deuses para o dos homens, seja da escrita de um autor para o leitor, ou mesmo do mundo de uma língua estrangeira para o mundo da própria língua (a do leitor).

Nesse ponto, destaca-se o pensamento de Ricoeur quando diz que a tradução une dois parceiros: o autor estrangeiro e o leitor, destinatário da obra traduzida, sendo que entre eles há a figura do tradutor, que faz passar a mensagem inteira de um idioma para o outro. Lembra também Schleiermacher que demonstrava isso num paradoxo de duas frases: “levar o leitor ao autor” e “levar o autor ao leitor”, o que pode envolver um voto de fidelidade e ao mesmo tempo uma suspeita de traição.⁴⁵²

Ricoeur também cita a necessidade da renúncia ao ideal de uma tradução perfeita, já que o tradutor vive uma angústia constante, chegando a lembrar a obra “A tarefa do tradutor” de Walter Benjamin, onde esse diz que “o sonho da tradução perfeita equivale ao desejo de um ganho para a tradução, de um ganho que seria sem perda”. Para Ricoeur, “a felicidade de traduzir é um ganho quando, ligada à perda do absoluto linguístico, ela aceita a distância entre a adequação e a equivalência, a equivalência sem adequação; admitindo e assumindo a irreducibilidade do par do próprio e do estrangeiro, o tradutor encontra sua recompensa no reconhecimento do estatuto incontornável da dialogicidade do ato de traduzir com o horizonte razoável do desejo de traduzir”. Isso é o que Ricoeur chama de *hospitalidade linguística*.⁴⁵³

Buscou-se no livro do Gênesis o mito da Torre de Babel: a compreensão da necessidade de unir os homens através da tradução, pois aquela imensa construção teria sido feita por homens de uma mesma origem e que falavam uma só língua, mas Deus se preocupou que acabasse por chegar à morada dos Deuses no céu. Assim, como forma de interromper o feito interpôs seu poder de forma a fazer com que aqueles homens não pudessem continuar unidos, e para isso lhes deu várias línguas evitando que pudessem se entender entre si. Em continuidade, os fez se dispersarem, indo povoar outras regiões do mundo. Inclusive essa torre mística serviu de inspiração

⁴⁵¹ GADAMER, H. G. *Verdade e Método II*, 2011, p. 112.

⁴⁵² RICOEUR, P. *Sobre a tradução*, 2011, p. 22

⁴⁵³ Idem, 2011, p. 29-30.

para o livro “*Depois de Babel: questões de linguagem e tradução*”, escrito em 1975 por George Steiner, mas que somente foi publicado no Brasil pela Editora UFPR em 2005, do qual Ricoeur retira a ideia principal de que “compreender é traduzir” ou “traduzir é interpretar”. O mito demonstra o quão prejudicial para os homens pode ser o impedimento da comunicação, mas Ricoeur tem uma leitura mais positiva do mito.⁴⁵⁴

Steiner aborda em sua obra o que chama de “tradução intralinguística”, que trata do ato de comunicar, mesmo que dentro de uma língua única, pois a comunicação é sempre tradução, já que ao recebermos uma mensagem temos que decodificar o que é dito e transformar em algo compreensível, seja através da fala ou da escrita. Ricoeur volta no assunto quando afirma que

o fato mesmo da tradução, o qual pressupõe em cada locutor a aptidão a aprender e a praticar outras línguas além da sua; essa capacidade parece solidária de outros aspectos mais dissimulados concernindo a prática da linguagem, aspectos que nos conduzirão, em fim de percurso, à vizinhança dos procedimentos de tradução intralinguística, isto é, para dizê-lo por antecipação, à capacidade reflexiva da linguagem, essa possibilidade sempre disponível de falar sobre a linguagem, de coloca-la a distância, e assim, de tratar nossa própria língua como uma língua entre outras. [...] Os homens falam línguas diferentes, mas além da sua língua materna podem aprender outras.⁴⁵⁵

Questionada a possibilidade de existir a tradução perfeita, Ricoeur menciona que “é sempre possível *dizer a mesma coisa de outro modo*; é o que fazemos quando definimos uma palavra por outra do mesmo léxico, como fazem os dicionários”.⁴⁵⁶

Portanto, afirma Ricoeur, estando diante de uma polissemia,

o sentido é delimitado pelo uso, o qual consiste essencialmente em triar a parte do sentido da palavra que convém ao resto da frase e com este concorre para a unidade do sentido exprimido e oferecido à troca; é cada vez o contexto que, como se diz, decide sobre o sentido assumido pela palavra numa tal circunstância do discurso; a partir daí, as disputas sobre as palavras podem ser sem-fim: o que você quis dizer? Etc.[...] Há também os contextos escondidos e o que chamamos de *conotações*, as quais nem sempre são intelectuais, mas afetivas, nem sempre são públicas, mas próprias a um meio, uma classe, um grupo, até mesmo um círculo secreto; há, assim,

⁴⁵⁴ RICOEUR, P. *Sobre a tradução*, 2011, p. 33-35

⁴⁵⁵ Idem, 2011, p. 35-36.

⁴⁵⁶ Ibidem, 2011, p. 50

toda uma margem do não dito, percorrida por todas as figuras do escondido.⁴⁵⁷

Continua Ricoeur em sua explanação abrindo o campo de ação da tradução ao observar que da palavra se vai à frase, que é a primeira unidade do discurso, trazendo com ela mais fontes de ambiguidade em relação ao significado (o que se diz) e ao referente (aquilo sobre o que se fala). Com as frases, monta-se o texto, que dá-se forma ao discurso e acompanhado da retórica e suas figuras de estilo, vai contribuindo para o convencimento pela argumentação apresentada. São as relações complicadas entre o pensamento e a língua, surgindo o grande dilema do tradutor, segundo Ricoeur: deve-se traduzir o sentido ou as palavras? E chega-se a Steiner: “compreender é traduzir”?

Ricoeur dá voz a Steiner quando cita que este

explora os usos verbais nos quais é visada outra coisa que não o verdadeiro, o real, ou seja, não somente o falso manifesto, a saber, a mentira – ainda que falar seja poder mentir, dissimular, falsificar –, mas também tudo o que podemos classificar como outra coisa que não o real: o possível, o condicional, o optativo, o hipotético, o utópico.⁴⁵⁸

Desse ponto vê-se que através dos textos podem-se conhecer várias visões de mundo, diferentes conforme a cultura de onde se originam. Se lembrarmos de vários fatos históricos pode-se notar a constante presença de relatos vindos de mercadores, viajantes, embaixadores, espiões que para exercer suas atividades cotidianas precisaram aprender outras línguas e atuaram várias vezes como tradutores, aproximando os diversos reinos e povos do mundo, facilitando as relações políticas e econômicas.

Não se deve esquecer que, por diversas razões, podemos encontrar o maior risco da tradução: a traição criadora do original, apropriação igualmente criadora da língua de acolhida, o que Ricoeur chama de *construção do comparável*. Essa construção do comparável “tornou-se mesmo a justificativa de uma dupla traição, na medida em que os dois mestres incomensuráveis tornaram-se comensuráveis pela tradução-construção. [...] Esta construção se faz ao nível do *sentido*”.⁴⁵⁹

⁴⁵⁷ Ibidem, 2011, p. 52.

⁴⁵⁸ Ibidem, 2011, p. 54

⁴⁵⁹ Ibidem, 2011, p. 69

Como diz Gadamer,

tudo que é dito não tem sua verdade simplesmente em si mesmo, mas remete amplamente ao que não é dito. Todo enunciado é motivado, isto é, a tudo que é dito podemos perguntar com razão: *Por que dizes isso?* Um enunciado só consegue tornar-se compreensível quando no dito compreende-se o não dito.⁴⁶⁰

Segundo Gadamer, o tradutor ao ter um texto em suas mãos não pode simplesmente transpor o seu conteúdo de uma língua para outra “sem transformar-se ele próprio no sujeito que diz”, o que levaria o tradutor a “conquistar em si próprio o espaço infinito do dizer que corresponde ao que é dito na língua estrangeira”, pois “cria-se uma dimensão em que o sentido das palavras e a forma das frases da tradução imitam o original, mas não se cria espaço para a tradução”, mas falta-lhe o que é dito no original que sustenta o sentido, já que “nenhuma tradução pode substituir o original” e isso “acontece por ser impossível traduzir o que no original está como pano de fundo ou nas entrelinhas”. Logo, conclui Gadamer, “nenhuma tradução é tão compreensível como o original” e justifica dizendo que “a tarefa do tradutor nunca deve ser retratar o que é dito, mas colocar-se na direção do que é dito, isto é, no seu sentido, para transferir aquilo que deve ser dito para a direção de seu próprio dizer”.⁴⁶¹

Os estudos já realizados sobre a atividade da tradução literária apuraram que em algum período havia uma liberdade concedida ao tradutor para acrescentar, ampliar ou omitir, excluir partes do original, alterando até mesmo o sentido das obras. Como lembra Peter Burke em sua obra em conjunto com R. Po-chia Hsia, *A tradução cultural nos primórdios da Europa Moderna* (2009):

A contração, a liberdade de subtrair, assumia formas diferentes. Textos longos podiam ser abreviados na tradução, reduzidos até a metade de sua extensão original. Outras omissões eram uma forma de expurgo. [...] Passagens podiam ser omitidas – sem aviso aos leitores – por razões religiosas, morais ou políticas. [...] O expurgo era igualmente comum em traduções para o vernáculo. [...] A liberdade das traduções renascentistas também incluía a liberdade de acrescentar material, ou, como os retóricos diziam, de “ampliar”. Não era incomum que os tradutores vertessem uma palavra do original por duas, talvez por insegurança, embora possivelmente porque expressões compostas agradavam aos ouvidos dos leitores do período. [...] As ampliações podiam introduzir novas mensagens, além de reforçar as existentes.⁴⁶²

⁴⁶⁰ GADAMER, *Verdade e Método II*, 2011, p. 181

⁴⁶¹ Idem, 2011, p. 181-182

⁴⁶² BURKE, P (org). *A tradução cultural nos primórdios da Europa Moderna*, 2009, p. 38-39

Lembra também Chartier que “as diferenças entre essas traduções e os textos originais não foram só resultado de liberdades tomadas pelos tradutores”⁴⁶³, mas poderiam ter origem em diferenças culturais entre as partes. Todavia, permanece a questão que contrapõe a fidelidade e a liberdade no trabalho do tradutor.

Temos a visão de Walter Benjamin que diz que “fidelidade e liberdade – liberdade na reprodução do sentido e, a serviço dessa liberdade, fidelidade à palavra – são os velhos e tradicionais conceitos presentes em qualquer discussão sobre traduções” e continua afirmando que “a fidelidade na tradução de cada palavra isolada quase nunca é capaz de reproduzir plenamente o sentido que ela possui no original; [...] o sentido não se esgota no visado; ele adquire essa significação precisamente pela maneira como o visado se liga, em cada palavra específica, ao modo de visar” e completa que “a literalidade com relação à sintaxe desmantela toda e qualquer possibilidade de reprodução do sentido, ameaçando conduzir diretamente à ininteligibilidade”.⁴⁶⁴

Por outro lado, cabe registrar também a opinião de Gadamer ao dizer que

é indubitável que por mais que o tradutor tenha conseguido entrar na vida e nos sentimentos do autor, a tradução de um texto não é uma simples ressurreição do texto anímico original do escrever, mas uma reconstituição do texto guiada pela compreensão do que se diz nele. Não há dúvida de que se trata de uma interpretação e não se uma simples co-realização. Projeta-se sobre o texto uma outra e nova luz, procedente da nova língua e destinada ao leitor da mesma. A exigência de fidelidade que se coloca numa tradução não pode neutralizar a diferença fundamental entre as línguas.⁴⁶⁵

Surge outro conceito a ser analisado que é o da interpretação, que é em si uma reiluminação do texto a ser traduzido para poder ser mais facilmente lido pelo ator final, o leitor.

Ainda com base no pensamento de Gadamer, destaque-se que no momento em que o tradutor faz o seu trabalho a partir de um texto escrito em língua diversa da sua há de observar a importância que o sentido a ser compreendido precisa ser contextualizado e que “quando alguém domina de verdade uma língua, não somente já não necessita de traduções, mas inclusive qualquer tradução lhe parece

⁴⁶³ CHARTIER, R. *A mão do autor e a mente do editor*, 2014, p.189

⁴⁶⁴ BENJAMIN, W. *Escritos sobre mito e linguagem*, 2011, p. 114

⁴⁶⁵ GADAMER, H. G. *Verdade e Método I*, 1997, p. 562

impossível; compreender uma língua não é, por si mesmo, nenhum compreender real, e não encerra nenhum processo interpretativo, mas é uma realização vital”.⁴⁶⁶

Já cabe a Richard Palmer citar que

uma obra não fala quando é cortada em pedaços de modo a que o leitor analítico veja como e porquê ela é feita de uma certa maneira; temos que deixar falar a obra, sabendo ouvir quer aquilo que é dito por meio de palavras quer aquilo que é dito mas que se mantém presente por detrás das palavras. [...] É útil termos presente que o significado não é uma ideia objetiva e eterna, mas algo que emerge de uma relação. Uma relação errada produzirá um significado distorcido e incompleto.⁴⁶⁷

Dentro dessa discussão sobre o papel da tradução na atividade literária, há pontos a serem destacados: a manipulação dos textos através da tradução e, mais particularmente, como se dava a tradução no Brasil Colonial e na Corte.

A começar pelo uso da tradução como forma de manipulação, pode-se considerar, primeiramente, que o tradutor pode sofrer a tentação de vir a enganar o leitor que não tem acesso ao texto original, sendo que tal ação por parte do tradutor pode ter diversas formas, tais como: pode ser um tradutor sem grande preparo e fazer uma tradução ruim; pode ser um bom tradutor, mas agir de forma premeditada para alterar o sentido do texto para obter um resultado diferente do que o planejado pelo autor; ou o tradutor pode ser levado a mentir para o leitor por circunstâncias adversas, até mesmo para bajular a quem lhe patrocinou.

Como já foi demonstrado anteriormente, a ação de traduzir é muito difícil em vários aspectos, requerendo do tradutor um preparo específico, podendo haver uma contradição nas suas ações obrigando-o a mentir e a fingir para ser um bom tradutor, até ao fazer certas adaptações ao original para ajustá-lo à nova língua em que será apresentado. A tradução pode se tornar uma traição ao autor, intencionalmente ou não.

Outra circunstância interessante se mostra quando é o próprio autor quem atua como tradutor, pois assim o novo texto pode se transformar numa nova versão, pois o autor pode corrigir, revisar e até manipular o texto quando o verte para outra língua.

No presente trabalho o que interessa é a possibilidade de manipulação do texto original no tocante a supressão de ideias, sentidos do original de Burke para a

⁴⁶⁶ Idem, 1997, p. 561

⁴⁶⁷ PALMER, R. *Hermenêutica*, 1996, p. 228

nova versão em português feita por Silva Lisboa, além da chance de ter sido também alterado nas edições subsequentes nas quais não consta mais a dedicatória aos nobres a quem Silva Lisboa havia ofertado a primeira edição, já se observando a supressão de alguns textos que constavam da versão de 1812 nas subsequentes de 1821 e 1822.

Segundo Cyril Aslanov,

a manipulação no ato da tradução não se restringe ao trabalho pontual do tradutor frase por frase, palavra a palavra; ela também pode incidir sobre o conjunto constituído pela versão final do texto. [...] Essas manipulações repercutem no estatuto ontológico do texto e lançam dúvida sobre sua autenticidade, sobre a honestidade do tradutor e sobre a legitimidade da tradução em geral.⁴⁶⁸

A própria questão da obra produzida por Silva Lisboa trazer como título algo que não está diretamente ligado à principal obra de Burke que criticava a Revolução Francesa, muito embora tenha ficado a tradução conhecida justamente por essa parte do livro do brasileiro como sendo a primeira vez que a obra do britânico a ser vertida para a língua portuguesa. O título de *Extractos das Obras políticas e econômicas do grande Edmund Burke* dá a impressão de que se trata de um compêndio constituído de diversos textos de Burke, não apenas da mais conhecida, *Reflexões sobre a Revolução na França*.

A essa mesma obra, *Reflexões sobre a Revolução na França*, coube parte ínfima diante do seu conteúdo original, o que mais corresponderia a quase uma resenha feita por Silva Lisboa, destacando algumas partes do original, provavelmente, aquelas que mais lhe interessassem para o contexto da sua obra. Como afirma Cyril Aslanov “dependendo do horizonte cultural, o fator da bajulação pode derivar de uma tradução deliberadamente falsa, ou não menos eficaz para captar a atenção do público”, ou mesmo, para atender a demanda dos nobres a quem na primeira edição Silva Lisboa dedicou seu trabalho de compilação do pensamento de Burke.⁴⁶⁹

Continuando nessa linha de interpretação e análise, coloca-se a questão de como era considerada a atividade de tradução no Brasil, que, a princípio, se iniciou logo após a descoberta, quando os primeiros náufragos, degredados se estabeleceram nas terras brasileiras e depois com a chegada dos jesuítas que tiveram que se comunicar com os índios e catequizá-los; era a tradução oral do português para o tupi-guarani, ou demais línguas nativas. Com o passar do tempo e o início da efetiva

⁴⁶⁸ ASLANOV, C. *A tradução como manipulação*, 2015, p. 16

⁴⁶⁹ Idem, 2015, p. 86

colonização, a tradução passou a estar presente através dos negociantes, comerciantes, ou mesmo dos invasores franceses, holandeses, o período da União Ibérica com a presença de espanhóis, como também posteriormente foram com os viajantes que vieram ao Brasil para explorar a natureza, com objetivos científicos e que se aventuravam pelo interior do território, produzindo narrativas especiais, mas isso já a partir do início do século XIX, com o estabelecimento da família real e da Corte no Rio de Janeiro. Eram as missões estrangeiras, compostas por estudiosos austríacos, alemães e franceses.

Quanto à atividade de tradução escrita, essa só veio a se constituir após a instalação da Imprensa Régia, pois antes disso os livros que aqui chegavam, oficialmente ou por contrabando, eram poucos considerando que a maioria dos habitantes era analfabeta. Os livros vinham ou na língua de origem para atender à demanda daquele pequeno número de letrados capazes de ler obras em línguas estrangeiras, ou já traduzidas pelos editores portugueses ou mesmo aqueles livros impressos através da Imprensa Régia ou mesmo os produzidos através da Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801).

No período colonial os destaques na atividade de tradução ficam com o jesuíta José de Anchieta que deixou obras escritas em português, castelhano, latim e tupi e também com o poeta barroco, advogado e crítico de costumes Gregório de Matos Guerra, tradutor de Gôngora e Quevedo, mas há outros como: D. Diogo Gomes Carneiro, Frei Ignácio de Jesus Maria, Padre João Filipe Bettendorf, Padre Francisco de Mattos. Além dos religiosos e bacharéis de direito, outros profissionais também se dedicaram à tradução durante os séculos XVII e XVIII, avançando pelo XIX.⁴⁷⁰

Segundo Lia Wyler no final do século XVIII o movimento das Luzes em Portugal, que priorizou o ensino das ciências na Universidade de Coimbra, incentivou as expedições científicas do Império Português e levou à fundação da Academia Real de Ciências em Lisboa, teve a participação de um brasileiro estudioso da história natural, com especial dedicação à botânica: o Frei José Mariano da Conceição Veloso, que foi para Lisboa em 1709 em companhia de seu protetor D. Luís de Vasconcelos e Sousa, que acabara de deixar o cargo de Vice-rei no Brasil. A ida do frei para Portugal tinha como objetivo conseguir publicar o seu estudo intitulado de *Flora Fluminensis*, originário de pesquisas realizadas nas regiões do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São

⁴⁷⁰ WYLER, L. *Línguas, poetas e bacharéis: uma crônica da tradução no Brasil*, 2003, p. 63-64

Paulo e Espírito Santo. Também foi apresentado pelo Frei José Mariano à Coroa um plano para reunir e editar memórias descritivas de novas técnicas e culturas desenvolvidas em países estrangeiros que pudessem ser úteis ao progresso do Brasil, e nesse plano a tradução tinha papel relevante. Para tanto, ele precisaria reunir jovens brasileiros, estudantes em Lisboa e Coimbra, que além de políglotas estivessem familiarizados com as ideias iluministas.⁴⁷¹

O projeto acabou sendo abraçado por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que determinou que a direção coubesse ao Frei José Mariano da Conceição Veloso. No início do projeto as obras escritas, adaptadas ou traduzidas foram impressas em várias tipografias de Lisboa, como as de Simão Tadeu Ferreira, João Procópio Correia da Silva e Antonio Rodrigues Galhardo. Somente em 1799 ganhou um espaço próprio com a montagem de uma oficina própria que contava com as mais avançadas especificações técnicas e que recebeu o nome de Tipografia Calcográfica, Tipoplástica e Literária do Arco do Cego, que no pouco tempo de existência publicou obras escritas em latim e português, além de traduções, sendo que cerca de duas dezenas dessa foram assinadas pelo próprio Frei José Mariano.⁴⁷²

As obras produzidas tinham cunho científico e objetivavam melhorar o desempenho de Portugal e suas colônias nas áreas de agricultura, indústrias ainda incipientes, de forma a possibilitar que o reino português ficasse em pé de igualdade na concorrência com as outras metrópoles europeias.

Pela Casa Literária do Arco do Cego passaram diversos letrados brasileiros que depois vieram a se destacar na vida política nacional, tais como os irmãos Antonio Carlos e Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Manoel Jacinto Nogueira da Gama, Hipólito da Costa. Além desses trabalhou como tradutor o poeta português Manuel Maria Barbosa de Bocage.⁴⁷³

Depois de dois anos de criada, a tipografia do Arco do Cego foi extinta e seu acervo incorporado à Imprensa Régia de Lisboa, tendo sido nomeados por decreto de 1801 para ocuparem a direção dessa nova tipografia os professores régios Custódio José de Oliveira e Joaquim José da Costa e Sá, além do bacharel Hipólito José da

⁴⁷¹ Idem, 2003, p. 73-74

⁴⁷² Ibidem, 2003, p. 74

⁴⁷³ Ibidem, 2003, p. 75-76

Costa e permaneceu na atividade frei José Mariano, cabendo aos quatro decidir sobre as obras a serem impressas depois de acurada tradução e revisão.⁴⁷⁴

Cabe destacar que essa foi a primeira vez que o governo tinha investido recursos para reunir um grupo de tradutores visando a produção de obras de utilidade pública, concedendo aos mesmos pagamentos em termos de moradia e alimentação, o que não voltaria a se repetir, mas que, principalmente, teve incrível valor para o Brasil do século XIX, quando houve a transferência da Corte para o Rio de Janeiro.

Um detalhe importante a ser mencionado refere-se ao fato de que, mesmo nas traduções, havia por parte do tradutor a preocupação de oferecer a obra a alguém, um nobre de preferência. Essa prática era comum até fins do século XIX, quando começaram a surgir os acordos internacionais sobre direitos autorais. Até então, o tradutor se considerava como também sendo o autor da obra traduzida, o que propiciava que as mesmas recebessem indicações que as denominavam de obras “adaptadas”, “traduzidas livremente”, “inspiradas por” e “à maneira de”.⁴⁷⁵

Daí ver-se a dificuldade encontrada pelo tradutor em sua atividade, já que por vezes a tradução pode ser impossível de ser feita e cabe ao tradutor encontrar saída para isso dentro do texto, adaptando o sentido do que o autor queria dizer ao usar uma palavra ou expressão na língua do leitor que corresponda ao mesmo sentido. Isso pode ser visto como uma quebra de fidelidade ou mesmo uma traição para com o autor original, mas pode ser apenas uma interpretação como opção para manter a mensagem inicial destinada ao novo leitor.

No texto “Escutar os mortos com os olhos”, Roger Chartier chama a atenção sobre quão poderosa é a leitura ao ponto de dar voz àqueles que nos antecederam. A frase que compõe esse título foi extraída da obra de Quevedo e usada por Chartier como título da aula inaugural no *Collège de France* na inauguração da cadeira dedicada ao estudo das práticas da escrita. Essa sentença remete à “relação que os historiadores cultivam com homens e mulheres do passado cujos sofrimentos e esperanças, decisões racionais e sonhos extravagantes, liberdade e restrições eles se empenham em compreender – e ajudar outros a compreender.”⁴⁷⁶

Dar voz aos mortos, tentar compreender os objetivos que tinham ao escrever seus textos, tudo isso pode conduzir a uma suposta busca pela verdade;

⁴⁷⁴ Ibidem, 2003, p. 75

⁴⁷⁵ WYLER, L. Op. cit., 2003, p. 64

⁴⁷⁶ CHARTIER, R. *A mão do autor e a mente do editor*, 2014, p. 7

entretanto, nem se sabe o quanto se pode chegar perto da chamada verdade. Heidegger, diz Gadamer,

nos ensinou o que significa para o pensamento do ser o fato de a verdade precisar ser arrebatada da ocultação e do velamento das coisas como um roubo, [...] mas o velamento pertence à ação e ao falar próprios dos seres humanos, pois o discurso humano não transmite apenas a verdade, mas conhece também a aparência, o engano e a simulação. Há um nexos originário, portanto, entre ser verdadeiro e discurso verdadeiro. A desocultação do ente vem à fala no desvelamento da proposição.⁴⁷⁷

É a partir dessas concepções que se vai proceder a análise da obra de Silva Lisboa sobre os textos de Edmund Burke, publicada em três momentos diferentes.

⁴⁷⁷ GADAMER, H G. *Verdade e Método II*, 2011, p. 59-60.

Capítulo 5 – A DESCOBERTA DE UMA OBRA

A leitura de todos os bons livros é como uma conversa com os melhores espíritos dos séculos passados, que foram seus autores, e é uma conversa estudada, na qual eles nos revelam seus melhores pensamentos.

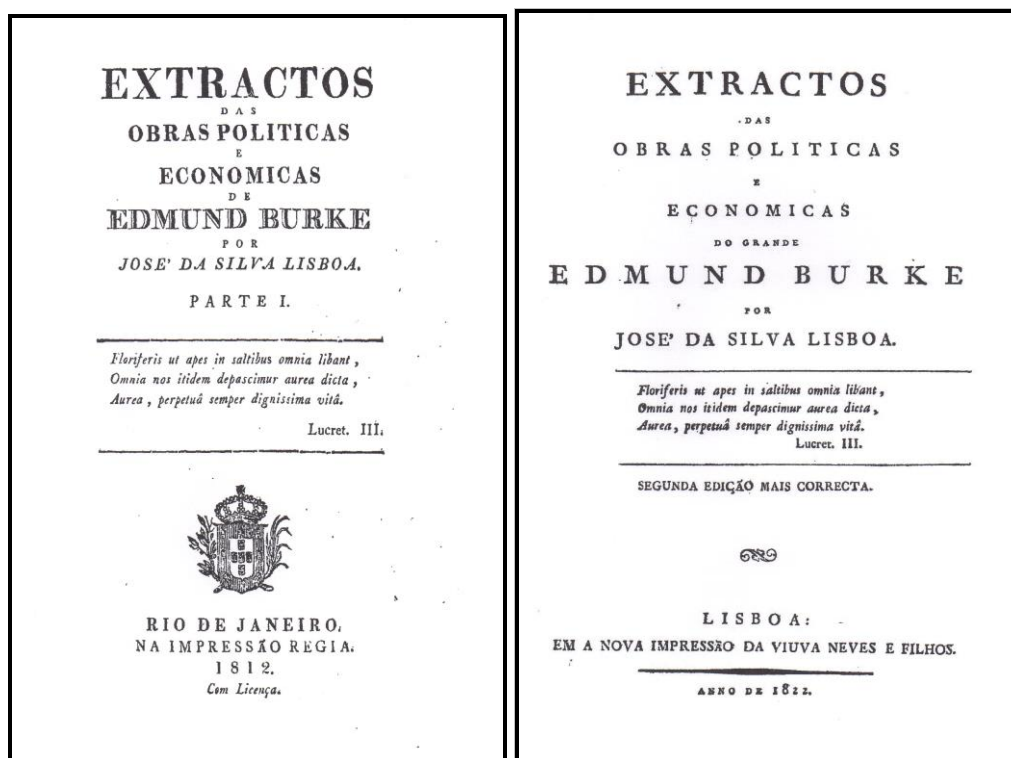
René Descartes (1596-1650), filósofo, físico e matemático francês, autor de “Discurso sobre o Método”

Muito se tem falado sobre as obras de Silva Lisboa, mas sempre os olhos dos pesquisadores se voltam para aquelas que tiveram como foco as questões econômicas, as influências de Adam Smith, Thomas Malthus e de David Ricardo, sempre voltados para o liberalismo econômico, embora seja sempre lembrado que nas questões de política, moral e religião os pensamentos de Silva Lisboa se caracterizavam de forma mais conservadora, e é nesse ponto que destacam a tradução que ele fez do livro de Edmund Burke, *Reflexões sobre a Revolução na França*.

Entretanto, ao que parece, não houve um empenho maior para ler, confrontar e analisar as ideias que Silva Lisboa expressou na sua obra *Extractos das Obras Políticas e Econômicas de Edmund Burke*. Muito embora fosse notada a admiração de Silva Lisboa pelos pensamentos de Burke, inclusive, encontram-se muitos deles citados em outras obras de Lisboa, não parece que tenha sido feita uma análise mais detalhada do quanto o livro de Lisboa era ou não uma tradução, adaptação ou apropriação criada a partir da interpretação que ele mesmo dava a Burke.

Ao iniciar a presente pesquisa, o primeiro questionamento fora sobre se era uma tradução da forma como conhecemos hoje ou se era uma tradução no estilo vigente à época que permitia que o tradutor praticamente se tornasse um co-autor em decorrência dos acréscimos e supressões que pudesse fazer ao seu bel prazer na obra em que havia se inspirado. Seria um trabalho de confrontação entre o texto original de Burke (em inglês e na tradução atual) com o que foi produzido por Silva Lisboa, sem contar com a dificuldade de poder identificar os demais textos burkeanos de que se valeu o escritor baiano para compor o seu volume, uma vez que não há a indicação no conteúdo da obra brasileira dos títulos originais dos textos e discursos proferidos pelo irlandês.

A partir desse ponto, restava ainda a comparação entre as duas edições conhecidas da obra de Silva Lisboa, a de 1812 pela Imprensa Régia, publicada no Rio de Janeiro, e a de 1822 pela Nova Impressão Viúva Neves e Filhos, publicada em Lisboa, a começar pela alteração no título, pois para a de 1812 foi atribuído o *Extractos das Obras Políticas e Econômicas de Edmund Burke*, enquanto que a segunda se apresentava como *Extractos das Obras Políticas e Econômicas do Grande Edmund Burke* e a indicação de que se tratava da *segunda edição a mais correta*, ressaltando que em nenhuma das duas há menção de que se trata de uma tradução já que a autoria aparece como “*por José da Silva Lisboa*”, o que poderia indicar apenas que ele teria sido o responsável pela seleção dos textos extratados das obras de Burke, como se observa nas imagens abaixo:



Todavia, no decorrer das pesquisas realizadas, buscando por outros exemplares disponíveis em bibliotecas, foram encontradas as seguintes cópias:

- a) na Biblioteca Brasileira Guita e José Midlin da USP, há cópia digitalizada da edição de 1822, contando com o *ex-libris* da Coleção

de Rubens Borba Alves de Moraes, acesso disponível por (<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4224>)

b) no site Scribd é disponibilizada a cópia digitalizada da Biblioteca Midlin da USP com acesso pelo:

<https://pt.scribd.com/document/255060930/Extractos-das-Obras-Politicase-Economicas-do-Grande-Edmund-Burke-por-Jose-da-Silva-Lisboa>

c) na National Library of Austrália se encontram os dois acessos ao volume único da edição de 1812, a partir de exemplar pertencente ao acervo da Kress Library of Business and Economics, Harvard

<https://catalogue.nla.gov.au/Record/801724>

<https://catalogue.nla.gov.au/Record/6014030>

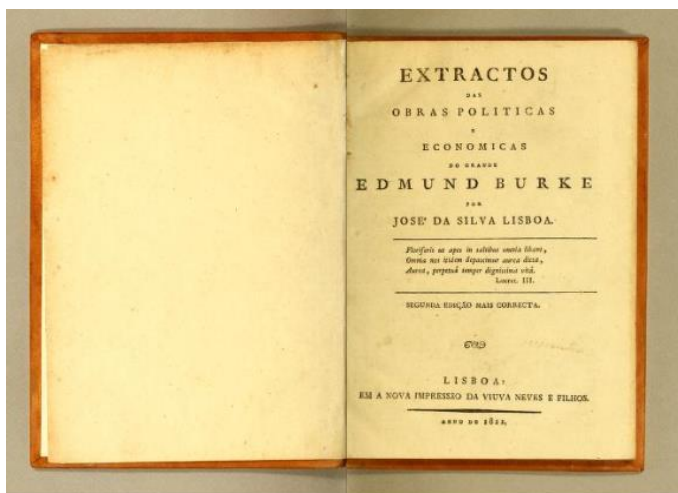
d) através da John Carter Brown University foram disponibilizadas cópias digitalizadas das duas edições, a saber:

- **1812**: está com uma versão incompleta com apenas 86 páginas, contendo na primeira imagem uma etiqueta datilografada, constando registro de que se trata de uma cópia originária da Biblioteca Municipal de São Paulo, fotografado por Darcy Carvalho, em 1972, sendo de um exemplar sem página de rosto, que está disponível pelo acesso:

https://archive.org/details/ExtractosDasObrasPoliticaseEconomicasDeEdmundBurkePorJoseDaSilva_969

- **1822**: está completa com 88 páginas, não sendo possível confirmar se é um volume único ou parte de um volume onde estão juntos outros textos, acessível por:

<https://archive.org/details/extractosdasobra00burk>



Buscando localizar um exemplar para ser tocado, possibilitando a verificação manual das folhas e da constituição física do volume, foram efetuadas consultas às páginas da rede mundial de computadores pertencentes às Bibliotecas Nacionais do Brasil, no Rio de Janeiro, e de Portugal, em Lisboa, sendo identificados os seguintes volumes disponíveis para consulta física:

a) Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro:

Edição de 1812: publicado em volume único formado por duas partes e um apêndice, localizado no acervo de Livros Raros, contendo os carimbos da Real Bibliotheca e da Biblioteca Nacional e Pública da Corte;

Edição de 1822: incluso como o primeiro de um volume de miscelânea, localizado no acervo de Livros Raros, contendo *ex-libris* da Coleção J. A. Marques e apresentando na folha de rosto uma assinatura não identificada.

Ambos os volumes foram objetos de análise detalhada a ser relatada neste capítulo, havendo detalhes importantes para a conclusão do trabalho.

b) Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa:

Edição de 1812: em volume único, localizado no Fundo Geral de Monografias;

Edição de 1822: sempre em volumes de miscelânea, constam cinco exemplares no Fundo Geral de Monografias e um no de Impressos Reservados, sendo esse o que foi pesquisado *in loco* para análise detalhada da edição.

Com relação a essa edição de 1822 foi identificado outro exemplar disponível na Biblioteca João Paulo II da Universidade Católica Portuguesa, também em Lisboa, conforme consulta ao site PORBASE-Base Nacional de Dados Bibliográficos, mantido pela BN Portugal com acesso a outros acervos mantidos em mais de 170 bibliotecas portuguesas. Entretanto, não foi possível verificar se está também em volume de miscelânea.

Não obstante haver registro desses volumes já conhecidos, a referida consulta ao acervo da Biblioteca Nacional de Portugal, situada ao lado da Universidade de Lisboa, trouxe uma grande surpresa ao identificar um exemplar até aquele momento desconhecido da obra de Silva Lisboa. Havia a indicação da existência de uma segunda edição produzida através da mesma Nova Impressão Viúva Neves e Filhos só que no ano de 1821, trazendo o título alterado para *Extractos das Obras Políticas e Econômicas do Grande Edmund Burke*, mui úteis para a Regeneração de Portugal. Esse volume encontra-se no acervo dos Impressos Reservados, sendo objeto de análise *in loco* no decorrer da pesquisa. Também esse, incluso em volume miscelânea.

A descoberta dessa edição trouxe novas perspectivas para a pesquisa a fim de esclarecer as divergências identificadas inicialmente no confronto entre as edições de 1812 e de 1822 no tocante à supressão da dedicatória a Lord Strangford e a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, além de faltarem os parágrafos iniciais do Prefácio.

A análise agora comporta, portanto, mais um elemento, o volume de 1821, cuja cópia digitalizada foi obtida junto à Biblioteca Nacional de Lisboa. Entretanto, a opção foi a de analisá-la em conjunto com a de 1822, em virtude de não ter sido identificada nenhuma diferença relevante além da alteração do título, apresentando as duas a mesma fonte de impressão: a tipografia da Viúva Neves e Filhos.

5.1. A obra de Edmund Burke criada por Silva Lisboa

Se a revolução está errada, então o rei está certo, mas se a revolução está certa, então o rei está errado.

Maximilian Robespierre (1758-1794), advogado e político francês, um dos líderes jacobinos da Revolução Francesa e do período do *Terror*

Como já dito na parte inicial dessa pesquisa, Edmund Burke demonstrou grande preocupação com o andamento do processo revolucionário francês ao redigir sua principal obra, tendo como parâmetro de análise os fatos já vividos na Grã-Bretanha durante o século XVII quando ocorreram as Revoluções Inglesa e Gloriosa.

Para Burke o modelo ideal de movimento revolucionário que pode obter um sucesso no final é o da Revolução Gloriosa de 1688. Nas palavras de Koselleck, tal efeito modelar advém de que “ali fora possível depor uma odiosa dinastia sem derramamento de sangue, substituída por uma forma de governo parlamentarista, com divisão de poderes, dirigida pelas classes superiores”.⁴⁷⁸

Burke em sua obra parece indicar que o processo revolucionário francês iria enfrentar um caminho tortuoso, o que pode sintonizar com as palavras de Koselleck também sobre esse período da história francesa:

diagnosticou-se repetidas vezes que no decurso da Revolução Francesa, com a transição da monarquia para a monarquia constitucional, desta para a constituição republicana, com sua manifestação despótico-terrorista, o retorno à constituição burguesa e o estabelecimento da ditadura de Napoleão, todas as possibilidades de organização humana haviam ocorrido em dez anos.⁴⁷⁹

O medo de Burke se mostrou quase uma previsão e não somente decorrente de uma mentalidade conservadora.

Koselleck questiona também o que o ser humano pode prever: a realidade vindoura ou apenas possibilidades. O historiador alemão indaga se

a previsão se orienta pelo medo, pela razão ou – nas palavras de Hobbes – por ambos ao mesmo tempo? Ela é conduzida pela fé em uma profecia? Ou baseia-se no recurso a uma necessidade fundamentada pela filosofia da história? Ou é alimentada pela crítica ou pelo ceticismo?⁴⁸⁰

E ainda complementa, que “o fato de uma previsão ter se cumprido e outra não ou se deve à mera sorte, ao acaso, ou permite encontrar critérios para explicar por que as coisas se passaram assim – por que uma previsão se cumpriu e outra não”.

⁴⁷⁸ KOSELLECK, R. *Futuro Passado*, 2006, 2ª reimpressão, 2011, p. 68.

⁴⁷⁹ KOSELLECK, R. *Estratos do Tempo: estudos sobre história*, 2014, p.183.

⁴⁸⁰ Idem, 2014, p. 191.

Ao que conclui Koselleck, que

previsões só são possíveis porque na história existem estruturas formais que se repetem, mesmo quando seu conteúdo é singular e preserva um caráter surpreendente para os envolvidos; sem as constantes, de duração variada, presente nos eventos vindouros seria impossível prognosticar qualquer coisa.⁴⁸¹

Essa conclusão se vê aplicada na visão e análise de Burke, uma vez que, ainda nas palavras de Koselleck

em muitos aspectos – não só no processo contra o rei, que levou à sua execução -, o decurso da Revolução Francesa de 1787 a 1815 se parece com o decurso da Revolução Inglesa de 1640 até 1660-1688. Não surpreende, portanto, que as previsões da Revolução Francesa recorressem repetidamente ao exemplo da Revolução Inglesa e que os diagnósticos feitos no decurso da Revolução Francesa se baseassem repetidamente em analogias com o paralelo inglês, em busca de credibilidade. Cromwell era a figura ditatorial cuja encarnação Robespierre queria evitar, mas que mais tarde seria superada por Napoleão.⁴⁸²

Ao se destacar que antes mesmo que a primeira edição em língua portuguesa de parte da obra de Edmund Burke, *Reflexões sobre a Revolução na França*, incumbência passada a Silva Lisboa por D. Rodrigo de Sousa Coutinho ainda no início da segunda década do século XIX, fosse publicada em 1812, outra ação adotada por D. Rodrigo precisa ser mencionada. Por ser ele um crítico contundente da Revolução Francesa, em agosto de 1798, havia se preocupado em enviar ao então vice-rei, Conde de Resende, vários exemplares de uma obra sobre o governo da França, *Mercúrio Britânico, ou notícias históricas e críticas sobre os negócios atuais por J. Mallet du Pan. Traduzido em português*, cujo primeiro tomo saiu em agosto de 1798 (ao todo saíram 32 números, o último em janeiro de 1800).

Ressalta Maria Beatriz Nizza da Silva sobre tal fato que “essa obra tinha sido traduzida em português, em Londres, e tinham sido encomendados pela Coroa vários exemplares, alguns dos quais foram enviados ao vice-rei para que ele os divulgasse na capitania.” A preocupação de D. Rodrigo em divulgar o que ocorria na França (crimes odiosos e horrendos, que manchavam a nação francesa, partiam de um

⁴⁸¹ Ibidem, 2014, p. 193

⁴⁸² Ibidem, 2014, p. 194

governo pérfido e feroz) não foi suficiente para agilizar a chegada ao Rio de Janeiro dos tais exemplares até, pelo menos, dezembro de 1798.⁴⁸³

É desconhecido o responsável pela tradução dessa obra, cujo autor Mallet du Pan, suíço exilado em Londres, iniciara o referido periódico com a descrição do que a Suíça sofrera com os franceses. D. Rodrigo acreditava firmemente que a divulgação desse periódico junto aos súditos da colônia portuguesa na América fosse de suma importância ao ponto de a primeira leva de 120 exemplares ser remetida ao Rio de Janeiro com o objetivo de que “a todos possa chegar a doutrina puríssima que prega o autor contra os princípios revolucionários dos franceses.”⁴⁸⁴

Em pesquisa realizada no acervo da *Gazeta de Lisboa*, localizou-se no suplemento nº XII de 22 de março de 1799 o seguinte aviso com referência à venda do periódico *Mercúrio britânico*:

Nas lojas dos dous Irmãos *Marques*, Mercadores de Livros na rua bela da *Rainha*, e na de *José Tiburcio*, Capellista, na rua direita de *Belém*, se continua a vender o *Mercurio Britanico* pelo preço de 300 reis cada Numero. Para maior comodidade do Público se ordenou ao Correspondente em *Londres*, que aqui dirigisse a dita obra, não só pelos Paquetes, mas também por todos os Navios mercantes, que viessem para os portos de *Portugal*: motivo, por que se prometeo aprontar aos Assinantes dous Numeros em cada mez independentemente da chegada dos Paquetes; e não obstante a avultada despeza que se faz, pagaraõ de assinatura pelos vinte e quatro Numeros do presente anno 5\$600: os que somente quizerem subscrever por seis mezes 3\$200, e 1\$600 cada trez mezes; recebendo gratuitamente os mesmos Assinantes os Supplementos, que se juntarem ao dito *Mercurio Britanico* nos referidos tempos.

Como se observa, D. Rodrigo vinha a tempos se preocupando com a divulgação das ideias que se contrapunham aos ideais revolucionários franceses e a tradução de Silva Lisboa foi mais um passo nessa direção. Contudo, para que isso se concretizasse era necessário que a peça literária apresentasse um discurso condizente com essas ideias, que a retórica usada fosse de igual estilo e que a interpretação dada pelo leitor correspondesse ao que se esperava dele no momento em que a tradução foi feita, com o objetivo de que as concepções revolucionárias não se instalassem na sociedade do reino ou da colônia portuguesa na América.

Maria Beatriz Nizza da Silva cita que no início do século XIX surgiram textos que dificilmente se enquadrariam na classificação já conhecida, principalmente

⁴⁸³ SILVA, M. B. N. *Cultura letrada e cultura oral no Rio de Janeiro dos vice-reis*, 2013, p. 225.

por terem um caráter nitidamente popular. Era o caso das obras e folhetos destinados a combater e denegrir Napoleão Bonaparte, o chamado “*terrível corso*”. Esses textos surgiram primeiro em Portugal, muito em função da presença dos próprios franceses em terras lusas, e depois no Rio de Janeiro. A autora afirma que o auge dessas publicações teria sido entre os anos de 1808 e 1809, muito embora o interesse tenha se prolongado até pelo menos o ano de 1815. Essas obras se dirigiam contra Napoleão, seus mais célebres generais ou contra os franceses em geral.⁴⁸⁵

Maria Beatriz ainda lembra que o próprio Silva Lisboa procurou abater o prestígio militar de Napoleão em sua obra *Memórias da vida pública de Lord Wellington*, publicada pela Imprensa Régia em 1815.⁴⁸⁶

A obra de Edmund Burke foi escrita ainda nos tempos iniciais da Revolução Francesa, talvez previsse a fase do Terror, sem supor que haveria logo a seguir um regicídio, nem tampouco podia vislumbrar o surgimento de Napoleão que se coroaria Imperador; contudo, mesmo assim essa obra se mantém ainda em discussão, sendo constantemente republicada em todo o mundo. Segundo Modesto Florenzano, se não fosse ter escrito *Reflexões sobre a Revolução na França*, Burke não faria parte de qualquer coleção de clássicos, uma vez que de todos os seus textos, somente este nunca deixou de ser continuamente publicado e traduzido, tornando-se desde seu aparecimento uma das obras mais marcantes e influentes do pensamento ocidental.⁴⁸⁷

Continua Florenzano ao afirmar que “nenhuma outra das publicações de Burke (à exceção de duas póstumas, vindas à luz entre 1756 a 1796) compara-se em tamanho e qualidade às *Reflexões*, e nenhuma outra conheceu, nem de longe, o mesmo sucesso e consagração”.⁴⁸⁸ Depois de ter publicado as *Reflexões* em 1790, Burke ainda escreveu: *A Letter to a Member of the National Assembly; An Appeal from the New to the Old Whigs* e *Thoughts on French Affairs*, todos em 1791; *Remarks on the Policy of the Allies with respect to France*, em 1793; em 1795, *Thoughts and Details on Scarcity* (publicado postumamente em 1800); em 1796, A

⁴⁸⁴ Idem, 2013, p. 226

⁴⁸⁵ SILVA, M. B. N. Op. cit., 1977, p. 215

⁴⁸⁶ Idem, 1977, p. 221

⁴⁸⁷ FLORENZANO, M. *Edmund Burke (1729-1797)* (In) *Os Historiadores: vol. I de Heródoto a Humboldt*, 2012, p. 258

⁴⁸⁸ Idem, 2012, p. 259

Letter to a Noble Lord, e as quatro *Letters on a Regicide Peace*, entre os anos de 1796 e 1797.⁴⁸⁹

É ainda lembrado por Modesto Florenzano que “graças às *Reflexões* (e a seguir, aos demais escritos contra a Revolução), Burke obteve da Coroa uma pensão anual, ao se aposentar em 1794, bem como obteve o reconhecimento e a gratidão de praticamente todas as Cortes e aristocracias da Europa”, afinal, as *Reflexões* se tornaram o texto fundador do moderno conservadorismo.⁴⁹⁰

Com o estabelecimento da Corte em terras brasileiras, foi criada a Imprensa Régia no Rio de Janeiro, com isso foi encerrada a proibição de imprimir que existia há mais de três séculos, sendo possível aos habitantes alfabetizados terem acesso a livros que fossem publicados no Brasil, que circulariam livremente e estariam escritos ou traduzidos para o português, alimentando as atividades literárias no Brasil.

Mesmo assim, como já mencionado anteriormente, essa liberdade era limitada, uma vez que a censura ainda se fez presente por mais treze anos, mantendo-se na alfândega o controle de bagagem para confisco de livros considerados proibidos, como também as raras livrarias ainda estavam proibidas de publicar listas de títulos que não passassem pelo crivo prévio dos censores e dos agentes da Coroa, por fim. É importante lembrar mais uma vez que José da Silva Lisboa foi nomeado para o cargo de censor no Decreto de 27 de setembro de 1808 e que participou também da Junta Diretora da Imprensa Régia, além de ter papel de destaque nas atividades de político, autor e tradutor de várias obras na área da educação, economia, política e história ao longo de sua vida.

Desta feita, pode ser importante destacar que coube a ele, como conta no início da obra, a tarefa delegada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho para produzir um livro tendo por base os escritos do político Edmund Burke, com especial destaque para sua principal obra, *Reflexões sobre a Revolução na França*. No entanto, a obra escrita por Silva Lisboa veio a público somente após o falecimento do ministro Sousa Coutinho, tendo sido publicada pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro em 1812, ainda

⁴⁸⁹ Ibidem, 2012, p. 263

⁴⁹⁰ Ibidem, 2012, p. 262-263

em plena vigência do poder de Napoleão, com lutas na Espanha, avanços em direção à Rússia, além de mais uma contenda com o Papa da época, Pio VII.

Mesmo havendo registros de que dois exemplares da obra de Burke faziam parte do acervo da biblioteca de D. Rodrigo (uma em inglês e outra em francês, ambas de 1790), não é possível afirmar que ele tenha fornecido um deles para que Silva Lisboa se baseasse no momento de se dedicar ao seu livro, *Extractos das Obras Políticas e Econômicas de Edmund Burke*, uma vez que em seu conteúdo existem outros escritos de Burke que não estão inclusos nessa obra, o que pode indicar que Silva Lisboa teve acesso a eles de outra forma.

Há de ser considerada também a possibilidade de que se trate de uma “tradução livre” ou mesmo uma adaptação de algum texto do Burke, pois não há no trabalho de Silva Lisboa qualquer referência aos textos originais que ele teria se valido para complementar o livro além da obra principal que ocupa a primeira parte da edição de 1812.

Tal situação nos remete a outro caso analisado por Maria Lucia Pallares-Burke, que se refere ao trabalho feito pela jovem educadora potiguar Nísia Floresta Brasileira Augusta (pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto) que, em 1832, traduziu e editou o livro de Mary Wollstonecraft Godwin, *Vindication of the Rights of Women*, de 1792, com seus próprios recursos, recebendo o título na tradução brasileira de *Direitos das mulheres e injustiças dos homens*. No livro *Nísia Floresta, O Carapuceiro e outros ensaios de tradução cultural*, de 1996, Maria Lucia, trabalhando com o conceito de “tradução cultural”, coteja a tradução com o original e descobre que jamais houve a tal tradução para o português da obra de Wollstonecraft, pois, na verdade, Nísia teria traduzido um livreto de 1739, intitulado *Woman not inferior to man: or, a Short and Modest Vindication of the Natural Right of the Fair-Sex to a Perfect Equality of Power, Dignity and Esteem with the Men*, de autor desconhecido que se escondia através do pseudônimo de Sophia, a Person of Quality, que muitos suspeitam tratar-se de Lady Mary Wortley Montagu (1689-1762).⁴⁹¹

No trabalho de pesquisa de Pallares-Burke ainda havia a indicação que Nísia também teria se apropriado de trechos de texto ainda mais antigo de François

⁴⁹¹ WYLER, L. Op. cit, 2003, p.87

Poulain de la Barre, *De l'égalité des deux sexes*, de 1673, sendo atribuído pela autora uma nova qualificação para o que Nísia Floresta havia feito: “plágio-tradução de outro plágio”. Todavia, houve reação contra a suposição de Pallares-Burke por parte da estudiosa do trabalho de Nísia Floresta, Constância Lima Duarte, da UFMG, que contra-argumentou no sentido de que “a autora [Nísia] definitivamente não realizava uma *tradução* da Wollstonecraft, e muito menos *plagiava* a inglesa ou qualquer outro autor; [...] o que realmente ela faz é se apropriar e adaptar à realidade brasileira as muitas ideias a respeito do tema que circulavam na época, e tratar a questão feminina a partir de uma perspectiva nacional, o que altera fundamentalmente o problema”.⁴⁹²

Ainda em defesa da autora potiguar, Constância diz que “o livro de Nísia contém uma intencionalidade e o projeto pessoal e político da autora: o de interferir na sociedade de seu tempo e esclarecer as mulheres” e também destaca que no próprio livro publicado em 1832 foi feito constar pela própria autora na capa que esse fora “traduzido livremente do francês para o português da obra de Mistriss Godwin”.⁴⁹³

Em continuidade aos seus argumentos a favor de Nísia, Constância Lima Duarte, que é favorável a outra leitura do episódio, ou seja, que Nísia apropriou-se, sim, das ideias dominantes na Europa, mas que seu gesto não deve ser considerado como “plágio”, mas como “uma *apropriação* e uma *desconstrução* de escritos europeus realizadas da perspectiva da *periferia*, visando à construção de um *outro texto*”, entregando ao seu público *um outro produto* e que o fato de ter incluído na capa a citação de que se tratava de um texto “livremente traduzido” não deve ser desprezado, já que seria bem mais simples se ela tivesse realizado uma tradução literal e se colocado como porta-voz de discursos alheios, sem incluir naquela escrita sua própria experiência e visão de mundo diante das condições de vida das mulheres de sua época.⁴⁹⁴

Diante desse caso, pode-se também vislumbrar que o trabalho realizado por Silva Lisboa apresente a forma de uma apropriação, não sendo efetivamente uma tradução literal, mas que, baseado nos textos de Burke, tenha feito uma adaptação ou mesmo uma reinterpretação voltada para o público leitor brasileiro, acrescentando sua

⁴⁹² DUARTE, C.L. *Nísia Floresta e Mary Wollstonecraft: diálogo ou apropriação?*, 2001, p. 155

⁴⁹³ Idem, 2001, p. 155

⁴⁹⁴ Ibidem, 2001, p. 159-160

visão diante dos pontos elencados pelo irlandês, ajustando aos interesses políticos do Império Português a quem servia.

Considerando o exíguo tempo para a conclusão da presente pesquisa, o exame mais detalhado do conteúdo do livro produzido por Silva Lisboa, ou seja, no tocante à interpretação dada por ele aos escritos de Burke, ficará adiado, optando-se pela análise direcionada a sua composição, publicação e distribuição, com vistas a tentar identificar as possibilidades de que tenha ocorrido uma interferência externa na decisão de fazer uma nova edição tantos anos após a primeira e que apresenta divergências importantes em sua composição.

Partimos para a análise da composição das edições, contextualizando e identificando itens relevantes da publicação, considerando todas as alterações existentes entre as edições, suas características em termos de expressão de pensamento em virtude do posicionamento político e social na época em que vieram à luz, pois o quadro mundial e, em especial, as circunstâncias vividas pelo Império Português eram diversas da primeira década do século XIX.

5.2. A situação conjuntural do Reino Unido

Como já destacado no início deste capítulo foi constatada a existência de três e não duas edições da obra produzida por Silva Lisboa sob a inspiração dos escritos de Edmund Burke.

A primeira, de 1812, publicada após o falecimento do benfeitor de Silva Lisboa, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, já encontrou o Império Português sendo governado por D. João na condição de príncipe regente, tendo em vista as condições precárias da saúde mental da Rainha D. Maria I, considerada incapaz para governar desde o início de 1792.

Antes que fosse publicada a primeira das novas edições, o Brasil, que já era sede do Império português, viu uma outra transformação quando em dezembro de 1815 houve a elevação a Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Em 1816, assumia o trono com a morte de D. Maria I, o agora rei, D. João VI, sendo aclamado como tal em 1818. Iniciava-se um novo período para o Brasil, que já se destacava no ambiente político, assumindo o papel principal dentro do Império português, deixando

para Portugal um papel menor, ainda sofrendo com a invasão francesa e o governo regencial.

Como cita Kirsten Schultz, Silva Lisboa, já como censor em 1818, a história parecia reservar ao Brasil “a amplificação do território da May-Pátria para a Monarquia Lusitana, [obtido] pelos mais justos títulos de descoberta, ocupação, e conquista conforme as Leis das Nações”, era o surgimento do que a autora chamou de novo Império Lusitano, ou o Império do Brasil, sendo visto esse momento por Silva Lisboa como “a Consolidação mais conveniente, e decisiva à Grandeza e Estabilidade da Monarquia Lusitana, e sua condigna Representação na Ordem das Potencias mais influentes no progresso da civilização em ambos os Hemisferios”.⁴⁹⁵

Schultz indica que “a criação do Reino Unido e a Aclamação tornaram-se assim celebrações da derrota da Revolução Francesa”, com o Reino do Brasil emergindo “como um bastião vitorioso contra a propagação de insurgências republicanas da vizinha América espanhola e um obstáculo contra a influência dos Estados Unidos”.⁴⁹⁶ Além disso, a partir de 1811 a legislação apoiada por D. Rodrigo referente aos direitos dos negociantes do Brasil poderem comerciar diretamente com as demais áreas de domínio português, viu-se que o Brasil assumia a posição de empório do comércio que ligava a Europa e a Ásia, o que nas palavras de Schultz significava dizer que isso “simplesmente invertia as hierarquias e desigualdades entre Portugal e Brasil, que a abertura dos portos supostamente teria destruído” e que “interesses distintos dentro do império continuavam a aparecer como necessariamente superiores ou subordinados um a outro”. Com os papéis se invertendo com o fim do “antigo sistema colonial”, os portugueses se viam e se sentiam na condição de Colônia.⁴⁹⁷

Com o Brasil crescendo em importância e Portugal se considerando desprestigiado, abandonado pelo seu monarca, que se adaptara tão bem ao território tropical e não pensava mais em voltar ao frio continente europeu, a situação nos anos seguintes foi se agravando. Após a derrota dos franceses pelos exércitos portugueses e ingleses, o espírito que se implantou em Portugal foi o de buscar a regeneração do reino em seu território.

⁴⁹⁵ SCHULTZ, K. *Versalhes tropical: império, monarquia e a Corte real portuguesa no Rio de Janeiro*, 2008, p. 279.

⁴⁹⁶ Idem, 2008, p. 281

⁴⁹⁷ Ibidem, 2008, p. 285.

Mencionando os ingleses, há de se recordar o papel importante que tiveram não somente através dos pensamentos de Burke, que influenciaram Silva Lisboa a se empenhar na publicação desse livro, mas o quanto o governo inglês participou de importantes decisões do governo português a partir da instalação da Corte no Brasil.

Como já mencionado, os ingleses escoltaram D. João e toda a sua Corte no processo da transmigração para o Brasil, como também atuaram na expulsão dos franceses da Península Ibérica; logo, a ligação entre as Coroas portuguesa e inglesa fora vista como a salvação do pequeno reino luso diante dos avanços das tropas napoleônicas. Entretanto, aos poucos a influência inglesa nas decisões do governo monárquico português passara a ser alvo de críticas ao ponto de, em 1815, “negociantes e varejistas expressarem uma percepção semelhante de que a prosperidade britânica se dava em detrimento dos interesses dos vassallos portugueses, denunciando, numa petição apresentada à Coroa, que os britânicos eram inescrupulosos”.⁴⁹⁸

Era um quadro inusitado, pois o rei estava no Brasil, Portugal estava sendo governado por uma junta da qual um dos elementos era representante do governo inglês, logo, um movimento como este seria de se esperar que ocorresse mais dia, menos dia. Portugal vivia entre ser uma colônia do Brasil ou um protetorado inglês, já que “Beresford recebeu plenos poderes para organizar a defesa, o que, na realidade, significava a direção suprema do País; oficiais britânicos serviam no exército nacional, que se tornara inglês no tipo de organização”. Além disso, “o rei D. João VI não manifestava desejos de regressar à Europa, [...] a regência mantinha intactos os antigos métodos de governação, não mostrando qualquer disposição de os adaptar ao ideário moderno. Através do País, o descontentamento contra o rei, os Ingleses e a regência eram acompanhados por uma situação econômica e financeira deplorável. Por toda a parte lavrava um fermento revolucionário, que bem depressa conduziria à rebelião”.⁴⁹⁹

Afinal, havia certo imobilismo por parte dos regentes que ficaram incumbidos de governar Portugal; restou a eles gerir uma nação empobrecida, desmoralizada, sob domínio dos militares ingleses, depois de ter sofrido todas as atrocidades feitas pelo exército francês de Napoleão.

⁴⁹⁸ SCHULTZ, K. Op. cit., 2008, p. 307-308

⁴⁹⁹ MARQUES, A. H. O. *Breve História de Portugal*, 2009, p. 400.

Há de ser lembrado ainda que esperava-se que o Congresso de Viena (1814-1815) fosse consolidar a restauração das dinastias absolutistas e monárquicas do Antigo Regime após a derrocada de Napoleão Bonaparte; entretanto, o que se viu foi o aceleração do processo do aparecimento das nacionalidades, opondo conservadores e reformadores ou liberais, como ocorreu com Portugal, onde ideias de constitucionalismo e nacionalismo estavam surgindo com força.

Os que eram chamados de regeneradores liberais buscavam, ao se oporem aos tratados de 1815, reformar as instituições e garantir a emancipação dos povos, utilizando para tal o capital teórico constituído pela herança revolucionária. Foi justamente todo esse processo político-diplomático que conduziu em Portugal à Revolução de 1820, o momento fundador do liberalismo oitocentista e representou um dos aspectos do triunfo do “regeneracionismo liberal” face ao “restauracionismo realista”, que estava ocorrendo na França, Rússia, Áustria e Prússia.⁵⁰⁰

Essa situação conflituosa envolvendo, como vimos, ingleses, brasileiros e portugueses foi se arrastando até chegar ao ano de 1820, quando por força da Revolta Liberal do Porto houve a instalação das Cortes, que acabaram determinando o retorno de D. João VI a Portugal em 1821 e levando, por consequência, à Independência do Brasil em 1822.

Todo esse quadro, portanto, merece um desdobramento para que novos itens possam ser destacados, pois são esses que permitirão uma maior compreensão da época em que foram publicados os volumes da obra de Silva Lisboa.

5.3. A análise detalhada de cada edição

Por muito tempo a obra de Silva Lisboa tinha sido o primeiro contato dos falantes do português com os escritos de Edmund Burke.

Silva Lisboa, embora alinhado com o pensamento liberal econômico de Adam Smith, mantinha-se na linha mais conservadora da política, da moral e da religião, sendo um conhecido representante do moralismo mais ferrenho e franco defensor da monarquia do Antigo Regime, sempre obediente a todas as tradições e rituais de representação daquela sociedade absolutista.

⁵⁰⁰ MATTOSO, J. *História de Portugal*, v. 5 “O Liberalismo”, 1998, p. 41.

Pode-se ver nisso um posicionamento contraditório, ou mesmo que ele agisse tal como um caleidoscópio, mudando sua face ao sabor dos “sacolejos” das decisões reais.

Sendo sempre um fiel súdito de seu rei, nunca se negou a aceitar as mais difíceis e improváveis missões que lhe foram atribuídas, sejam elas determinadas pelo próprio monarca ou por seus representantes. Procurou sempre agir da melhor forma que atendesse os objetivos da monarquia, mesmo quando assumiu a posição a favor da independência do Brasil e se colocou ao lado do então príncipe e futuro imperador, D. Pedro I. Suas querelas nos periódicos enfrentando outros ativistas políticos ficaram famosas, até aqueles escritos em que se escondeu por trás de um pseudônimo, mas que ainda assim pelo estilo permitiram a sua identificação.

Silva Lisboa, como Edmund Burke, nunca se furtou de dizer o que pensava e de defender suas ideias contra aqueles que lhe faziam oposição, justificando com argumentos válidos as suas propostas e ideais.

Ao ser chamado por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, seu benfeitor como ele mesmo o identificava e a quem dedicou um opúsculo elogioso por ocasião de seu falecimento, para mais uma tarefa a ser cumprida, não fugiu e procurou fazer o melhor possível dentro de sua concepção do que seria a tal obra.

Se Silva Lisboa era possuidor dos livros escritos por Burke, não temos como saber, não tendo sido encontrado qualquer registro relativo aos volumes que pudessem compor sua biblioteca ou mesmo, se ele tinha uma biblioteca própria. Entretanto, nota-se sua admiração pelo irlandês em função das diversas citações atribuídas a esse nos escritos de Silva Lisboa, sejam em livros, sejam em panfletos.

O presente trabalho não vai se ocupar de fazer a análise dos textos, com vistas a avaliar o tipo de tradução que foi feita, se Silva Lisboa teria feito uma tradução *ipsis litteris* (palavra por palavra, frase por frase) ou houve uma reinterpretação do sentido do que foi escrito, ajustando ao português e ao leitor a quem se destinava.

Mesmo fazendo uma leitura mais rasa, já se percebe que não se trata de uma tradução com o conceito que se tem hoje na atualidade dessa atividade. Portanto, a análise vai se ater aos detalhes de composição, em especial, para o confronto entre as edições em português e não envolvendo os originais escritos por Edmund Burke.

E se ainda quisermos fazer uma confrontação entre o tipo de tradução feita por Silva Lisboa com a que seu próprio filho, Bento, fez da obra principal de Adam

Smith, *Riqueza das Nações*, podemos chegar a conclusão de que ambos possuíam conceitos diferentes da atividade de tradutor. Parece-nos que já no início do seu *Compêndio*, publicado em 1811, Bento da Silva Lisboa se aproximou mais do resultado que temos hoje em dia.

Cabe ainda ressaltar alguns pontos do que Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, editor do *O Patriota, Jornal Literário, Político, Mercantil etc do Rio de Janeiro*, no nº 3 do periódico em Março de 1813, escreveu no seu “*Discurso sobre a Traducção*”, já adaptado ao português atual:

- Chama tradução “a cópia, que se faz em uma língua, de um discurso, já pronunciado em outra”. Esta definição, que pertence a M. Beauzée, lhe parece exata, e compreende o gérmen do que tenho a dizer neste discurso;
- Deve-se conhecer muito bem uma língua e outra, e a matéria do discurso pronunciado; o rigor com que se deve trasladar pensamentos, imagens, figuras, e até palavras;
- Para bem traduzir, não basta conhecer simplesmente as Gramáticas das línguas, mas é necessário não deixar escapar a menor das suas belezas;
- As frases de uma língua não podem muitas vezes passar a outra, e cumpre substituí-las por outras equivalentes, uma metáfora por outra;
- É necessário escrever, como escrevera o autor na língua em que se traduz, e daqui vem uma infinidade de erros de linguagem;
- Duas palavras desta denominação (sinônimos) indicam pontos de vista ou acepções diversas, e não se poderá jamais tomar uma pela outra; e alguns autores pouco cuidadosos da língua materna têm caído neste defeito;
- É necessário perceber bem o sentido do autor, conhecer a energia da linguagem que ele emprega, e trasladar o seu pensamento, sem detrimento da expressão, quanto o permitir a analogia das duas línguas;

- Se vê recomendada uma escrupulosa fidelidade com as mesmas palavras, sem querer compor;
- É para notar que escritores, aliás de muito merecimento, tenham entendido que não devem ser fiéis às traduções; outros porém, não menos instruídos, e por ventura mais sensatos, consultam o sentido óbvio e literal do autor.

Curiosamente, ao introduzir o texto sobre tradução, Manuel Ferreira de Araújo Guimarães (1778-1838), baiano, militar da Marinha, professor de Matemática, jornalista e político, ele inicia dizendo que já tendo aparecido ao público na qualidade de tradutor, sendo exposto a censuras por isso, julgou ser seu dever tratar das Traduções. Em continuidade, ele menciona que “existe nesta Corte huma testemunha muito respeitável da nota de *muito fiel*, que hum Sabio poz à minha primeira tradução. Elle fez o meu elogio, quando intentou condemnar-me. [...] Não querendo responder pessoalmente, desprezarei sarcasmos, insultos, e caminharei diretamente ao meu alvo”.⁵⁰¹ Dá até para pensar que ele estava se referindo justamente à Silva Lisboa, que era visto sempre como um súdito muito fiel à D. João VI e que, inclusive, passou a usar o pseudônimo de *Fiel à Nação* quando publicou *Reclamação do Brasil*, em 1822.

Consideremos o que Silva Lisboa produziu sobre os escritos de Edmund Burke em função ao que lhe foi legado por Sousa Coutinho e a partir disso, tradução ou reinterpretação, faremos a análise do material obedecendo a ordem em que foram publicados, devendo ser destacado o fato de que na capa ou mesmo no título da obra não consta menção a que seja uma tradução. O que se lê é *Extractos das Obras Políticas e Econômicas de Edmund Burke, por José da Silva Lisboa*, deixando livre a interpretação de que seja uma tradução, ou uma nova obra dando nova interpretação aos escritos, adaptando-os ao público leitor em português, restando, todavia, a dúvida se o sentido do que escreveu Burke foi mantido ou alterado ao bel prazer de Silva Lisboa.

⁵⁰¹ GUIMARÃES, M. F. A. *Discurso sobre a Traducção, O Patriota*, nº 3, 1813, p. 69.

5.3.1 – A publicação pela Imprensa Régia em 1812

Essa edição foi assim descrita na obra conjunta de Ana Maria de Almeida Camargo e Rubens Borba de Moraes, *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro* (1993)⁵⁰²:

- Item nº 299: *Extractos das Obras Políticas e Econômicas de Edmund Burke por José da Silva Lisboa. Parte I.* [citação de Lucrecio] [armas] Rio de Janeiro, na Imprensa Régia, 1812. Com Licença.

20 x 12,5; f. de rosto, 5 p.p. s. n. com dedicatória, p. em branco, p. IX a XXII com “PREFÁCIO”, p. 1 a 142, p. s.n. com erratas, p. em branco.

A obra, em duas partes, é dedicada a Lord Stranford. No prefácio o autor explica que os “presentes Extractos forão feitos á instancias do Ministro e Secretario d’Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra, o Ill^{mo} e Ex^{mo} Sr. Conde de Linhares, D. Rodrigo de Souza Coutinho”, que “tinha a mais entusiastica paixão por Burke, considerando-o entre os salvadores da Gram Bretanha, e da Sociedad.”. A primeira parte contém “*Reflexões sobre a Revolução na França*”. Ao anunciar o aparecimento da obra, em 11 de abril de 1812, a *Gazeta do Rio de Janeiro* apresentava Burke como “hum dos mais eminentes Oradores do Parlamento de Inglaterra, e o maior Antagonista da Revolução Franceza”. José Honório Rodrigues assinala a grande influência exercida por Burke sobre os conservadores brasileiros, em especial José da Silva Lisboa (*Independência: revolução e contra-revolução*, v. 1, p. 4).

- Item nº 300: *Extractos das Obras Políticas e Econômicas de Edmund Burke por José da Silva Lisboa. Parte II.* [citação de Lucrecio] [armas] Rio de Janeiro, na Imprensa Régia, 1812. Com Licença.

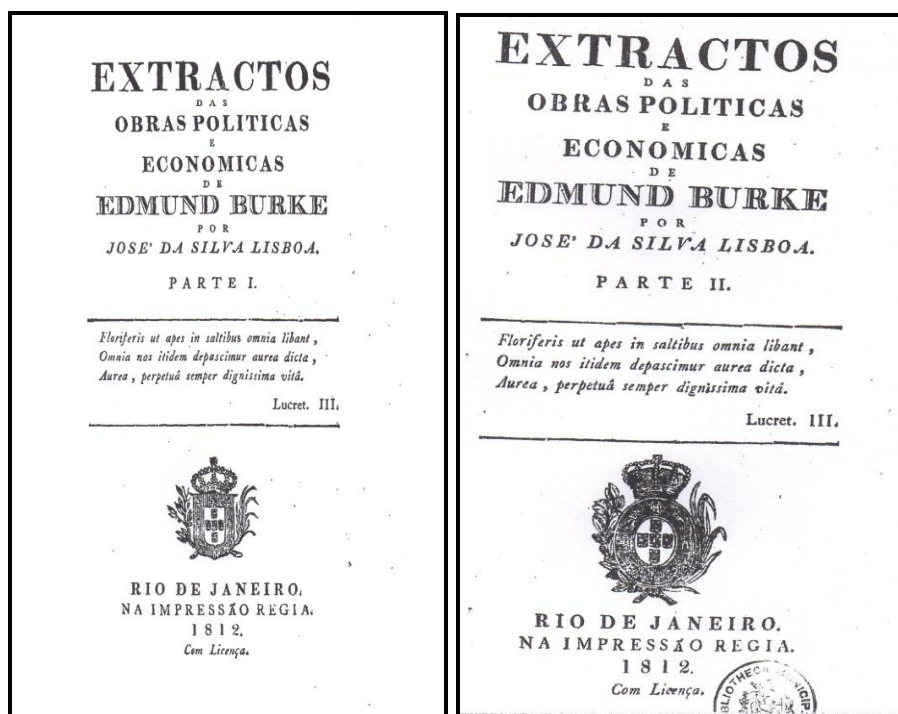
20 x 12,5; f. de rosto, p. 3 a 136, p. s. n. com erratas, p. em branco; as pp. 18^a e 104^a vêm em branco.

Nesta segunda parte da obra é analisada a proposta de paz entre Inglaterra e França.

Importante dizer que o volume único que está no acervo da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, apresenta na primeira folha o carimbo da Bibliotheca Nacional e Pública da Corte, no verso, o carimbo da Biblioteca Nacional com a data

⁵⁰² CAMARGO, A. M. A. e MORAES, R.B., *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*, 1993, p. 100 e 101

de 1850 e na última folha, encerrando o volume, foi aposto o carimbo da Real Bibliotheca, o que indica que sempre esteve em poder de uma instituição pública, desde sua impressão.



É interessante começar a análise pela configuração da obra, ou seja, da forma como as partes que a compõem foram dispostas para poder avaliar as pretensões de Silva Lisboa no momento em que atende uma determinação partida de D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

A edição de 1812 de *Extractos das Obras Políticas e Econômicas de Edmund Burke, por José da Silva Lisboa*, está dividida em duas partes. No frontispício de cada uma das partes consta como epígrafe uma citação em verso de Lucretius ou Lucrécio, em latim, o que está mantido nas edições seguintes:

Floriferis ut apes in saltibus omnia libant,
Omnia nos itidem depascimur aurea dicta,
Aurea perpetua semper dignissima vita.⁵⁰³

⁵⁰³ Trad.: como abelhas no prado florido alimentam-se de todas suas palavras douradas, de suas palavras de ouro, para sempre dignas da vida eterna. (In) PASSANNANTE, G. *the Lucretian Renaissance: Philology and the Afterlife of Tradition*, Chicago, University of Chicago Press, 2011, p. 56, acesso 11/07/2018 em:

Como boa parte dos homens letrados de seu tempo, Silva Lisboa também tinha por hábito se utilizar dos textos clássicos da Antiguidade para ilustrar seus pensamentos. Lucret, ou melhor, Lucrécio (99-55 a.C) foi um dos mais significativos poetas romanos, autor de *De rerum natura*, traduzido como sendo “Sobre a natureza das coisas”, poema de onde foi extraído os versos que compõem o frontispício da obra de Silva Lisboa.

É um poema que louva a Vênus, sendo composto por cerca de 7.400 versos hexâmetros heroicos em seis livros e tornou-se o principal texto sobrevivente da doutrina epicurista. Foi sempre muito citado por autores como Cícero, Ovídio, Vitruvius e Quintiliano, mas a única cópia desse poema foi redescoberta em um mosteiro no ano de 1417 pelo secretário papal e caçador de manuscrito Poggio Bracciolini (1380-1459). Em essência o poema é um tratado de física e psicologia. Depois de descoberto circulou às escondidas desde a Idade Média, tinha valor reconhecido e era antigo demais para ser censurado por qualquer poder (secular ou religioso), mesmo apresentando ideias que discordavam das doutrinas católicas e dos dogmas aristotélicos-tomísticos.

Posteriormente, foi lido por outros importantes pensadores, como Erasmo, Maquiavel, Giordano Bruno, Montaigne, Spinoza, Rousseau, Voltaire, Hume, Schelling, Mill, Marx, Schopenhauer, entre outros. A tradução em português foi feita por Antonio José de Lima Leitão (1787-1856) e, posteriormente, por Agostinho da Silva, publicado pela Editora Abril Cultural no volume V da Coleção “Os Pensadores”, em 1985.⁵⁰⁴

https://books.google.com.br/books?id=-_j3NuB9PggC&pg=PA56&lpg=PA56&dq=Floriferis+ut+apes+in+saltibus+omnia+libant.+Omnia+nos+itidem+depascimur+aurea+dicta,+Aurea+perpetua+semper+dignissima+vita.&source=bl&ots=GPgP5bsT26&sig=4SMo3N5_hIE_w7m9gQJLVQ6BtA&hl=en&sa=X&ved=0ahUKEwjliIDZtJfcAhXKf5AKHRJnBuUQ6AEINTAD#v=onepage&q=Floriferis%20ut%20apes%20in%20saltibus%20omnia%20libant%2C%20Omnia%20nos%20itidem%20depascimur%20aurea%20dicta%2C%20Aurea%20perpetua%20semper%20dignissima%20vita.&f=false

⁵⁰⁴ SCHWOB, M. *Lucrécio e A Natureza da Coisa*, 1896.

Traz também a indicação que a publicação feita pela Impressão Régia foi *com licença*. Logo na página seguinte tem-se o texto que compõe a *dedicatória* do livro, onde o autor/tradutor oferece sua obra ao “*Illmo. Exmo. Sr. Percy Clinton Sydney, Lord Visconde e Barão de Strangford, nobre inglês que fazia parte do Conselho Privado de Sua Magestade Britânica*”, descrito por Silva Lisboa também como *Cavaleiro da Ordem Militar do Banho, Grã-Cruz da Ordem Portuguesa da Torre e Espada, enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da dita Sua Magestade na Corte de Portugal*.

É citado que o motivo que levou Silva Lisboa à dedicação seria que Strangford havia sido o responsável pela tradução das obras de Luiz de Camões em língua inglesa. Na continuidade, Silva Lisboa menciona que o trabalho foi uma *especial recomendação do Homem extraordinário deste País, o Sr. Conde de Linhares*”. Silva Lisboa também lembra a ligação entre Strangford e Sousa Coutinho quando destaca que esse “*enquanto vivo, cooperou energicamente com V.E. em esclarecida Diplomacia para a estabilidade e grandeza do Império Lusitano, estreitando os vínculos de Amizade e Aliança, que há séculos felizmente subsistem entre as Coroas e Nações Portuguesa e Inglesa*”. Outros itens a observar foram também os estreitos laços econômicos, políticos e até dinásticos entre as duas nações, lembrando, por exemplo, o casamento do rei Charles Stuart II, que assumiu o trono após a restauração da monarquia inglesa ao final do período do governo dos Cromwell, com a infanta Catarina de Bragança, filha do rei D. João IV, o Restaurador, que durou de 1662 a 1685.

Em continuidade, Silva Lisboa, como um fiel súdito, reafirma sua esperança de reconhecimento quando “*persuado-me ter justos motivos de esperar da Benignidade de V.E. haja por bem de aceitar este tributo da minha veneração ao seu Illustre Character Literário e Político*” e humildemente ainda diz que “*reconhecendo a impossibilidade de exprimir com a devida exacção e elegância os elevados pensamentos, e egrégias phrases, de hum Author tão abalisado pela singularidade de seus conceitos e termos, confio na candura de V.E. que será indulgente em relevar os defeitos desta Collecção; considerando perdoável o esforço, com que hum natural deste Mundo Novo deseja contribuir à intrucção e ordem pública*”.

E Silva Lisboa, enfim, conclui sua *dedicatória* oferecendo “*aos Compatriotas hum nobre padrão da Literatura Britannica, mui próprio a exaltar os*

sentimentos de Lealdade e Honra Nacional, e expelir por toda a parte os falsos princípios da Anarchia e Tyrania da França”.

Percy Clinton Sydney Smythe, o 6º Visconde Strangford (1780-1855), foi diplomata irlandês, atuando como embaixador do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda em Lisboa na época em que ocorreram as guerras decorrentes das invasões napoleônicas na Península Ibérica. Ressalte-se o fato de ser irlandês como Burke e ter feito seus estudos no mesmo Trinity College de Dublin.

Em 1800 entrou para os Negócios Estrangeiros e foi enviado a Lisboa em 1802, quando, bem jovem, aos 22 anos, assumiu o cargo de secretário da Delegação Britânica em Portugal. Era visto como um janota, por temperamento parecia um manobrista diplomático, um defensor arrogante dos interesses britânicos a qualquer preço, um egoísta capaz de atuar de má-fé quando as circunstâncias exigiam; além disso, tinha um caráter questionável. Atuou como um agitador dissimulado, usando uma rede de espões e uma combinação de intriga e intimidação, passando a ser visto com reservas por todos os lados, inclusive, pelos próprios ingleses.⁵⁰⁵

Logo aprendeu bem a língua portuguesa e ganhou notoriedade por ter publicado no *Edinburgh Review* vários poemas de Camões e parte da obra *Os Lusíadas*. Entretanto, essa sua produção literária levantou também suspeitas sobre sua conduta e probidade, pois apesar de ter sido bem popular, a tradução incerta do original em português chamou a atenção por apresentar certas semelhanças com a obra do poeta Tom Moore, que morava no andar superior ao de Strangford, motivando uma resenha condenatória feita pelo poeta e crítico Robert Southey, que chamou o livro de fraude literária.⁵⁰⁶

Além disso, a tradução também teve sua qualidade questionada na crítica feita pelo poeta Lord Byron, em forma de versos em seu poema *English Bards*:⁵⁰⁷

Irlandês Strangford! Com seus olhos azuis, e orgulhosas mechas ruivas,
Aprende, se tu não puderes concordar com a percepção do teu autor,
Nem vendas seus sonetos como se fossem teus
Corrige Strangford! Corrige seu moral e seu gosto;
Sê cálido, sê puro, sê amoroso, mas sê casto
Para de enganar; restitui-lhe sua harpa furtada
Não ensines, o Poeta Luso a copiar Moore.

⁵⁰⁵ WILCKEN, P. *Império à Deriva: a Corte Portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*, 2005, p. 22

⁵⁰⁶ Idem, 2005, p. 22

⁵⁰⁷ LIGHT, K. *A Viagem Marítima da Família Real: a transferência da corte portuguesa para o Brasil*, 2008, p. 214

Em 1807 foi nomeado como ministro interino na corte portuguesa, envolvendo-se nas negociações para a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, quando a escolta foi feita por navios ingleses, mas por ter ficado adoentado não fez parte da comitiva real portuguesa, tendo chegado ao Brasil somente em julho de 1808 para assumir o cargo, então, de ministro plenipotenciário e enviado especial da corte britânica. Ao chegar, foi se apresentar ao regente D. João e logo percebeu que este não tinha pretensões de retornar à Europa tão cedo, estando quase decidido a permanecer em terras brasileiras. Isso beneficiaria os negócios com a Grã-Bretanha, que desejava ver seus produtos consumidos na América do Sul tendo o Brasil atuando como seu empório.⁵⁰⁸

Já estabelecido, Strangford tornou-se uma presença muito poderosa, pois a Inglaterra havia se tornado a protetora militar da Corte e com isso ele era capaz de fazer D. João aceitar qualquer proposta que lhe fizesse. Em pouco tempo essa influência passou a ser incômoda até para os ministros da corte portuguesa, mas sua presença tinha uma razão: promover um tratado comercial no qual os privilégios que os produtos ingleses já tinham em Portugal fossem transferidos para o Brasil e com isso estabeleceram uma nova rota comercial que os fizessem recuperar mercado que havia sido perdido com o Bloqueio Continental imposto por Napoleão na Europa. Em 1810, o tratado foi firmado, tendo Strangford um aliado de peso: D. Rodrigo de Sousa Coutinho, mesmo havendo uma feroz oposição. Strangford mantinha fortes ligações com o embaixador de Portugal em Londres, D. Domingos de Sousa Coutinho, irmão de D. Rodrigo.⁵⁰⁹

A morte de D. Rodrigo em janeiro de 1812 foi uma desgraça para Strangford, mesmo tendo, ocorrido divergências entre eles na questão da Banda Oriental. Sousa Coutinho “era um defensor ferrenho da aliança anglo-portuguesa e o único aliado do britânico numa corte hostil. Foi o início de um declínio sistemático da influência de Strangford no Rio, que acabaria por leva-lo a ser chamado de volta à Londres”.⁵¹⁰

A chegada dos anos de 1813 e 1814, quando a derrota de Napoleão estava a caminho, a manutenção da aliança luso-anglicana perdia força e Strangford via sua influência sobre o governo do Rio de Janeiro e os negócios com o restante da América

⁵⁰⁸ WILCKEN, P. Op. cit., 2005, p. 126

⁵⁰⁹ Idem, 2005, p 151-152

⁵¹⁰ Ibidem, 2005, p. 160

espanhola diminuir. Com o reingresso no governo português de Antônio de Araújo e Azevedo, Conde da Barca, em 1814, a situação de Strangford foi se deteriorando, pois já não conseguiu influenciar D. João para que não nomeasse Araújo, pessoa que sabia ser contrário à ligação de Portugal com a Inglaterra. Esse fato e ainda a questão de que a permanência do soberano no Brasil já se tornava um problema para a corte inglesa, fez com que o príncipe regente britânico, o futuro Jorge IV, escrevesse a D. João “expressando o desejo da Grã-Bretanha de concluir o que ela havia iniciado em Lisboa, anos antes, e devolver a família real à Portugal”, para tanto, uma esquadra britânica foi enviada ao Rio para escoltar a corte em sua volta à Europa.⁵¹¹

A esquadra chega ao Rio de Janeiro em dezembro de 1814 e Strangford fica em situação delicada para ambos os lados, pois teve que explicar ao seu Ministério que, após tantos gastos com a viagem de dois meses, esta fora infrutífera. D. João não tinha intenção de retornar tão cedo e foi o próprio Strangford quem viajou nos navios em abril de 1815, já que nos últimos tempos seu acesso a D. João estava sendo impedido e isso tornava insustentável sua posição de enviado. Era o final de um relacionamento difícil, pois o irlandês havia começado a personificar os projetos imperialistas da Grã-Bretanha e os novos tempos Governo da Corte não eram mais tão favoráveis para os ingleses. O próprio D. João escreveu ao regente inglês uma carta de protesto sobre a conduta de Strangford no Rio, dizendo⁵¹²:

há tempos que ele abusava desta confiança, quer com discursos indecentes e escandalosos que proferia sobre a sua influência no governo, quer tomando a liberdade de usar de frases injuriosas contra alguns de meus primeiros magistrados e outros empregados, quer, enfim, desculpando-se algumas vezes sob o pretexto de indisposição de saúde para não ir à corte nos dias mais célebres, ao mesmo tempo que aparecia na cidade para tornar visível sua pouca atenção. Nada iguala, porém, as expressões que lorde Strangford ousou proferir perante mim por causa da nomeação que acabo de fazer de um ministro de Estado.

Como esses fatos que levaram à derrocada do Lorde Strangford ocorreram após a publicação da obra de Silva Lisboa, justifica-se que, em 1812, este tivesse enviado uma carta ao representante britânico na qual responde a uma carta recebida do irlandês sobre a tradução da obra de Burke que lhe havia dedicado.

Nesta carta Silva Lisboa expressa toda a sua honra em receber “tantas expressões de benevolência próprias de seu animo generoso, e faustos de trabalhos

⁵¹¹ Ibidem, 2005, p. 162-163

literários, permitindo-me publicar sob o amparo de Seu Illustre Nome a tradução de alguns extractos de Mr. Burke.” Entretanto, continua se justificando que “novo ataque de gôta me impossibilita ir já beijar as mãos de V.Exça por aquella sua Bondade; o que farei quanto antes.”

Também faz menção ao sentimento pelo falecimento de D. Rodrigo, ao escrever que “devo porem dizer, que, pela carta preciosa de V.Exça, não só recebi conforto de meu espirito penalizado com a perda de meu Benfeitor, Snr. Conde de Linhares”. Por fim, encerra ainda encaminhando um pedido antes de agradecer ao dizer que “peço à V.Exça que me perdoe esta impertinência, dignando-se considerar a pureza dos motivos, com que desejo manifestar algum signal de agradecimento e do profundo respeito”, e se despede com as habituais reverências tão próprias da sociedade de Antigo Regime.⁵¹³

Após a dedicatória, presente nos livros escritos sob os auspícios do soberano ou de algum outro nobre, e que no presente volume ocupa cinco páginas, vê-se a seguir o Prefácio, onde se espera do autor uma descrição do que se pretende apresentar no livro. O Prefácio está impresso em quatorze páginas, numeradas em algarismos romanos de IX a XXII e no presente caso, Silva Lisboa começa informando que “os presentes Extractos forão feitos à instancias do Ministro e Secretario d’Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra, o Illmo. e Exmo. Sr. Conde de Linhares, D. Rodrigo de Souza Coutinho, que Deos haja em gloria”, explica que o ministro tinha grande admiração por Burke, considerando-o como um salvador da Grã-Bretanha e da sociedade.

Devido à grande admiração de Sousa Coutinho por Burke, Silva Lisboa recebeu a ordem para fazer o livro e seguindo as recomendações, que o fizesse divulgar o quanto antes. Entretanto, devido ao seu falecimento, D. Rodrigo não pode ver seu pedido sair do prelo, Silva Lisboa chama a atenção sobre o seu benfeitor ao destacá-lo como

monumento do fervoroso espírito publico, que tanto distinguiu o seu iluminado Ministerio, e nada tinha mais à peito do que o fazer espalhar as luzes dos verdadeiros princípios políticos, e econômicos, que sustentão as Monarchias legítimas, e constituem execráveis as Revoluções e desordens civis, extremosamente desvelando-se em todos os expedientes, que podessem concorrer à segurança, defesa, e prosperidade do Estado, para quem só viveo.

⁵¹² Ibidem, 2005, p. 164-165

⁵¹³ Arquivo Nacional, Fundo Cairu, BR RJANRIO R7.0.0.10, 1812 (atribuída)

Silva Lisboa continua seu prefácio afirmando que seu intento foi o de satisfazer, da melhor forma possível, os ardentes votos de D. Rodrigo, acelerando a edição, respeitando sua última vontade, de maneira a prestar-lhe essa homenagem como sinal de gratidão a quem tanto lhe tinha honrado com sua amizade. Cita também Tácito, senador e historiador romano, estudioso dos reinados de Tibério, Cláudio e Nero, ao citar sua visão de amizade: “o principal officio dos amigos não era darem inúteis lagrimas ao falecido, mas lembrarem-se do que elle queria, e cumprirem o que havia ordenado”, não se esquecendo de indicar a mesma frase em latim no rodapé.

A parte inicial do “Prefácio” se fecha com um segundo parágrafo, onde Silva Lisboa ressalta que as obras feitas por grandes homens devem ser propriedade de todos os países, devendo haver mais interesse naqueles que compõem o Novo Mundo na atual conjuntura e se propõe a apresentar as obras que fez para o julgamento do público.

A partir do terceiro parágrafo já se refere ao autor inspirador, Edmund Burke, seus pensamentos e ideias expostas nas obras selecionadas. São ao todo mais treze parágrafos, sempre se referindo a Burke, suas obras, os assuntos tratados por ele, com especial destaque para os fatos criticados por ocasião da Revolução Francesa.

Devendo ser observado que no penúltimo parágrafo Silva Lisboa menciona que “os mais distintos Escritores da Inglaterra são admiradores de Burke; e o quase unanime parecer da parte sã dos pensadores de boa fé, he que elle apresentou o padrão do maior espirito publico, empregado para os melhores destinos”, elogia a sabedoria e a eloquência de Burke, que permitiram que desse conselhos aos governantes, permitindo o resgate da Europa perante a barbaridade francesa e dando orientação de como se prevenir de futuras revoluções com o emprego de reformas nos Estados.

Não se pode deixar de observar que, para encerrar o seu Prefácio, o último parágrafo, ao que parece - e está dito por Silva Lisboa -, é a reprodução de um testemunho público do Corpo Acadêmico da Universidade de Oxford dirigido por carta ao próprio Burke, elogiando-o por seus talentos em prol do bem público. Seria um manifesto, ou mesmo, uma carta congratulatória, agradecendo pelas obras que ele fez e que engrandeceram a literatura britânica.

Os estudantes ainda reconheceram os eminentes serviços prestados à Constituição, sempre promovendo também a causa da religião e da moralidade,

terminando por dizer que “damos esta prova de que honramos o Advogado por quem ellas tem sido tão eloquente e effectivamente defendidas”.

Infelizmente não foi possível lograr êxito em localizar uma cópia da referida carta, mas foi localizada a informação de que a motivação da carta teria sido o fato de que a Universidade de Oxford havia recusado um título honorífico a Burke, conforme afirma J. G. A. Pocock, justamente quando o irlandês estava no “apogeu da fama contra-revolucionária, porque seus membros não estavam seguros quanto à sua relação com o clero”. A carta, registrada sob o título de *Letter from Residents Graduates wish to confer honorary degree on account of Oxford*, de 21 de dezembro de 1790, está inclusa na obra *The Correspondence of Edmund Burke*, volume VI, pp. 193-195, com organização de Alfred Cobban e Robert A. Smith, publicada em conjunto pelas Universidades de Cambridge e Chicago, no ano de 1967.⁵¹⁴

Entretanto, foi possível localizar a resposta que Burke deu em carta entregue ao seu amigo e político *Whig*, William Windham, datada do mesmo dia 21 de dezembro de 1790, onde Burke expressa toda a sua alegria com as palavras gentis e pelo apoio recebido dos estudantes naquele momento escrevendo que “expresso a estes dignos cavalheiros o consolo e o apoio que sinto por sua aprovação, num momento em que estou, em declínio de idade, força e faculdade, em meu último esforço da longa e longa luta que, com você e tantas outras pessoas excelentes, fiz para livrar-me da mais perigosa e maligna enfermidade pela qual a Constituição da Grã-Bretanha foi atacada”, referindo-se aos riscos que ele anteviu em virtude da Revolução francesa.⁵¹⁵

Não é possível descobrir de que forma Silva Lisboa teve acesso ao original ou mesmo a uma cópia da carta dos alunos da Universidade de Oxford, ou mesmo, que esta estivesse publicada numa obra que reunisse a correspondência do escritor irlandês, mas a tradução que ele fez se ajusta ao que lê-se na resposta de Burke, que ora traduzi livremente.

Em continuidade à análise da edição de 1812, observa-se que a sua “Parte I” é dedicada somente à obra *Reflexões sobre a Revolução na França* composta por 142 páginas, já se notando no primeiro parágrafo que não é uma tradução literal, uma vez que não se apresenta na forma de uma carta como no original, começando de

⁵¹⁴ POCOCK. J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*, 2013, p. 242.

imediatamente com uma análise sobre a situação da França diante do movimento revolucionário.

Se comparado com atuais edições, tomando como exemplo duas delas: a edição publicada pela Penguin Classics de 2004, em inglês, apresenta-se com 293 páginas, já a edição traduzida em português da Edipro, de 2014 conta com 230 páginas, conclui-se que, guardadas as devidas proporções quanto ao tamanho de cada uma das edições, tipos e tamanhos de letras, a de Silva Lisboa é bem resumida, restando a leitura comparativa para se confirmar se todo o conteúdo escrito por Burke foi selecionado ou se somente algumas partes o foram.

No entanto, é importante dizer que Silva Lisboa não se baseou apenas na principal obra de Edmund Burke, optando ou lhe sendo indicado que se valesse também de outros escritos que foram publicados em razão do mesmo movimento revolucionário ocorrido na França em 1789.

Contudo, é importante ressaltar que um dos textos incluídos tem um cunho mais pessoal ao tratar a questão da concessão de uma pensão a Burke pelo governo inglês, assunto que muito se assemelha com o que também ocorreu com Silva Lisboa após ter servido ao Reino Português e ao Império Brasileiro.

A análise da “Parte II” apresenta a dificuldade de relacionar os textos originais com os usados por Lisboa, o que também permanece quando se busca o conteúdo do texto em português se comparado com o de Burke.

A composição da “Parte II” é formada por 136 páginas divididas entre as seguintes seções:

- a) “Observações sobre o Genio e Character da Revolução Franceza, e a Necessidade da Guerra contra a Facção Usurpadora”, p. 3 a 17 (15 páginas);
- b) “Pensamentos sobre a Proposta de Paz entre Inglaterra e França, que Burke intitulou Paz Regicida em 1796”, p. 19 a 76 (58 páginas);
- c) “Rompimento da Negociação da Paz, Demonstração dos Recursos para continuação da Guerra”, p. 77 a 103 (27 páginas);
- d) “Apologia de Edmund Burke por si mesmo sobre a sua PENSÃO DO GOVERNO”, p. 105 a 136 (32 páginas);

⁵¹⁵ Tradução livre feita por esta autora a partir da carta inclusa no compêndio *Correspondence of the Right Honourable Edmund Burke, between the year 1744 and the period of his decease in 1797*, vol.III, 1844, p. 180-182.

Muito embora os quatro textos da edição de 1812 possam ser encontrados em exemplares separados, originais, de época, já digitalizados e disponibilizados na rede mundial de computadores, foi possível encontrá-los reunidos também numa única publicação que compõe o volume V da obra intitulada *The Works of The Right Honourable Edmund Burke, revised edition*, publicado em 1866, impresso através de Little, Brown, and Company, em Boston, EUA, que está disponível para consulta no Google Books.

Os três primeiros textos usados por Silva Lisboa por citarem a Paz Regicida, provavelmente, são parte de um grupo de quatro que receberam o nome de *Letters on a Regicide Peace* (Cartas sobre a Paz Regicida), onde duas foram publicadas em 1796 e a terceira e a quarta, que estranhamente foi a primeira a ser escrita em 1795, foram publicadas postumamente em 1797. Citaremos apenas as cartas que foram usadas por Silva Lisboa nessa sua seleção dos escritos de Burke:

Three Letters to a Member of Parliament on the Proposals for Peace with the Regicide Directory of France:

- “Letter I: On the Overtures of Peace” (109 páginas);
- “Letter II: On the Genius and Character of the French Revolution as it regards others Nations” (42 páginas);
- “Letter III: On the Rupture of the Negotiation; The Terms of Peace proposed, and the Resources of the Country for the Continuance of the War” (125 páginas).

Fazendo a correspondência entre as seções do livro de Silva Lisboa e as cartas de Burke, as cartas estariam ordenadas da seguinte forma: letter II, letter I e letter III. Por último está aquela que se refere ao pedido de pensão que originalmente tem o título de *Letter to a noble lord on the attacks made upon Mr. Burke and his pension, in the House of Lords, by the Duke of Bedford and the Earl of Lauderdale*, que é composta por 57 páginas.

Não se fazendo a análise do conteúdo escrito, do sentido do texto, apenas se comparando a composição, observa-se que o texto de Silva Lisboa, baseado nas cartas escritas por Burke, apresenta-se em versão resumida, pois a quantidade de

páginas para cada um dos textos é bem menor do que o original, mesmo se considerando que podem ter formatos gráficos diferentes.

A última parte dessa edição, de folhas 1 a 50, está intitulada de “Appendice”, que parece ser um escrito original de Silva Lisboa, muito embora apresente uma frase em inglês como epígrafe, a qual se refere a um trecho de um escrito de Burke denominado de “Letter I, on a regicide Peace”: “Spain rendered subject to them, and hostile to us: Portugal bent under the yoke”.

Terminada a avaliação da estrutura da edição de 1812, cabe ainda mencionar a forma que foi lançada e distribuída. Para tanto, foi efetivada pesquisa ao acervo digital da *Gazeta do Rio de Janeiro*, disponibilizado pela Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, onde encontrou-se a citação da venda do livro em questão em dois números:

- nº 30, do sábado, dia 11 de abril de 1812, onde consta na parte referente aos AVISOS: “Sahirão à Luz: [...] A Parte I dos *Extractos das celebradas Obras de Edmund Burke*, hum dos mais eminentes Oradores do Parlamento de Inglaterra, e o maior Antagonista da Revolução Franceza,. Por José da Silva Lisboa. (Edição elegante. 8º gr.). Vende-se na loja de Paulo Martin, por 960 reis.”;
- nº 61, de quarta-feira, dia 29 de julho de 1812, onde consta na parte referente aos AVISOS: “Vendem-se na Loja de Paulo Martin, o *Compendio da Obra da Riqueza das Nações* de Adam Smith, em três volumes por 2\$400, traduzida do original inglez. – *Extractos das Obras Políticas e Economicas do Orador Inglez Edmund Burke*, traduzidas em Portuguez, parte 1ª e 2ª, por 1\$920, ambas as partes com Appendice. – *Commercio Franco no Brazil*, 3 vol. Por 2\$400. – Observações sobre o *Commercio de Buenos-Ayres*, 2 vol. Por 1\$600. – *Observações sobre a franqueza do Commercio no Brasil*, 2 vol. Por 2\$400. – *Observações sobre a propriedade do Brasil*, 1 vol. Por 1\$280. – *Refutação das Declamações contra o Commercio Inglez*, 2 vol. Por 2\$400. – *Reflexão sobre o Commercio dos Seguros*, por 480 reis. – *Princípios de Economia Política*, por 3\$200.”

Embora essa primeira edição tenha sido publicada através das máquinas da Imprensa Régia, sua distribuição e venda ficou sob a responsabilidade de um livreiro particular, o que era normal ocorrer, já que não caberia ao órgão oficial de imprensa comercializar seus produtos. O livreiro em questão era um dos mais destacados à época: Paulo Martin.

Tornou-se quase uma tradição que livreiros franceses atuassem no Brasil, negócio que se intensificou no Rio de Janeiro onde se instalaram tipógrafos e livreiros no início do século XIX, embora já em fins do século XVIII se encontrem registros de licenças concedidas pela Mesa do Desembargo do Paço no Rio de Janeiro aos requerimentos feitos pelos livreiros para liberar seus livros retidos nas Alfândegas ou mesmo em pareceres de censores ou também em pedidos de diversos livreiros radicados em Lisboa para despachar livros para as principais províncias do Brasil. Esses negociantes eram inicialmente denominados de *tratantes em livros* logo que vieram para o Brasil, mas com frequência se dedicavam também a outros ramos de negócios.⁵¹⁶

Juliana Queiróz cita em seu artigo o trabalho anterior de Márcia Abreu que analisou detidamente os pedidos direcionados ao Rio de Janeiro e endereçados à Real Mesa Censória no período em que ela esteve ativa (1769 a 1826)⁵¹⁷:

O sistema de controle da movimentação livresca instalado em Portugal – embora complicasse significativamente a vida dos leitores, entretendo seu contato com as obras que queriam ter diante dos olhos – fez com que se registrasse a presença de obras beletrísticas nos domínios portugueses, permitindo não apenas conhecer a preferência dos leitores brasileiros, mas também compará-lo com a dos reinóis, avaliando a sintonia dos gostos e a quantidade de impressos presentes nos dois lugares.

A instalação da Imprensa Régia no Brasil é um dos principais fatores que “teriam levado o comércio livreiro carioca da primeira metade do século XIX a contrariar o secular trânsito de livros vindos de Portugal em direção às terras brasileiras, revelando um movimento inverso de envio de livros editados na antiga colônia e endereçados à ex-metropole”, como escreve Juliana Queiróz, que mais uma vez faz referência a trabalho de Márcia Abreu:⁵¹⁸

Mesmo custando caro, as publicações cariocas pareciam interessantes para o experiente livreiro europeu Paulo Martin, que considerou vantajoso importa-las, ainda que tivesse de pedir autorização à censura, transportar os livros pelo Atlântico e liberá-los na alfândega lisboeta, antes de poder coloca-los à venda. Talvez seu interesse viesse do fato de que os títulos não estarem disponíveis em Portugal ou se devesse à reconhecida qualidade tipográfica dos impressos dados à luz no Rio de Janeiro. De qualquer forma, a

⁵¹⁶ NEVES, L. M. B. P. *Comércio de livros e censura de ideias: A atividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822)*, 1992, p. 61.

⁵¹⁷ QUEIRÓZ, J. M. *Brasil e Portugal: relações transatlânticas e literárias no século XIX*, 2013, p. 190.

⁵¹⁸ Idem, 2013, p. 191

remessa de livros produzidos no Brasil para serem vendidos em Lisboa revela a perspicácia dos Martin, que eram capazes de tirar proveito das melhores condições, fosse como livreiros, fosse como editores.

A profissionalização de livreiros e impressores no Brasil foi acontecendo lentamente, já que levou tempo até que os custos fossem mais compensadores. Devido ao papel de destaque da França nessa área, era mais barato que se imprimissem livros em Paris. Aos poucos, o mercado brasileiro passou a ser interessante e atrativo, pois havia condições de consumo de livros em francês, mesmo aqueles que estariam mais visados pela censura na Europa.

Outra questão a ser levantada, diz respeito ao fato de que o monopólio da Imprensa Régia foi encerrado em 1821, quando se passou a permitir a legalização e o estabelecimento de mais tipografias nas diversas províncias do território brasileiro, como também se viu o incremento do comércio livreiro. Daí se constatar que o Rio de Janeiro, na condição de capital do Império português, acompanharia um aumento significativo no número de livrarias e de tipografias.⁵¹⁹

Paulo Martin era um livreiro-editor francês que atuava em Portugal desde 1778, mandou seu filho, já nascido português, para estabelecer uma casa de comércio de livros no Rio de Janeiro, em 1799, embora para a Junta de Comércio de Lisboa tenha informado que ia para o Brasil a fim de trabalhar como caixeiro de uma casa de negócio pertencente a outro livreiro de origem francesa, João Roberto Bourgeois.⁵²⁰

Assim, pode-se destacar que o primeiro francês a aportar no Brasil para fazer negócios de editor e livreiro foi Paulo Martin Filho, tornando-se o mais expressivo livreiro a atuar no Rio de Janeiro já no começo do século XIX. Mais isso não foi tão fácil como pudesse esperar, uma vez que quase isso não aconteceu pelo fato de que, com medo da concorrência, a Junta Comercial portuguesa havia tentado barrar a emissão do seu passaporte, em decorrência de uma consulta apresentada por negociantes portugueses que afirmavam que “esses marcadores estrangeiros já lhes tinham causado vários prejuízos e, não contentes, queriam aumentá-los”; e ainda completavam alertando “para a existência de decretos que proibiam aos estrangeiros a

⁵¹⁹ Ibidem, 2013, p. 192

⁵²⁰ HALLEWELL, L. *O Livro no Brasil*, 2012, p. 100.

abertura de casas de comércio no Brasil, muito principalmente de livros que no tempo presente são assaz perigosos”.⁵²¹

Foram os filhos de Paulo Martin, Paulo Augusto e João José que vieram para o Brasil tratar dos negócios da família através da casa Paulo Martin Filho, estabelecida à Rua da Quitanda nº 33, atuando no comércio transatlântico de livros. Esse endereço era local onde Paulo Martin havia começado a trabalhar com João Roberto Bourgeois.

Desde o primeiro número da *Gazeta do Rio de Janeiro* era Paulo Martin o seu distribuidor oficial, onde também eram publicados os seus anúncios e seus catálogos de onde se pode obter listas de algumas das obras modernas e constitucionais que se achavam à venda em sua loja, além de folhetos impressos por sua conta.⁵²²

De acordo com Maria Beatriz Nizza da Silva, era naquele periódico que havia a divulgação das obras “que saíam dos prelos da Imprensa Régia e as que os livreiros importavam da Europa na crença de que existia um mercado para elas”, também menciona com relação à Paulo Martin que além de livreiro, ele era editor “no sentido atual do termo, ou seja, financiava a impressão das obras que depois punha à venda. Num total de 36 títulos, 25 tinham sido financiadas por ele”.⁵²³

Cabe ressaltar, como cita Hallewell, um fato determinante para o desenvolvimento das publicações no Brasil refere-se à Imprensa Régia no tocante a ter executado uma quantidade apreciável de trabalhos para a livraria de Paulo Martin e outros livreiros do Rio, ou por encomenda dos autores, o que pode ser distinguido pelo uso das expressões *por ordem de S. A. R.*, nas publicações oficiais, e *com licença de S. A. R.* usado nas outras publicações. Com esses serviços feitos para particulares, era possível aumentar a renda do prelo, como já ocorrera em Lisboa, que no século XVIII os títulos encomendados por pessoas ou entidades fora do governo chegaram a corresponder a 77,4 % do que era impresso.⁵²⁴

Segundo ressalta Lúcia Bastos foi Rubens Borba de Moraes quem afirmou que Paulo Martin foi, provavelmente, o primeiro editor do Brasil. Foram romances, novelas, orações fúnebres e poemas, produzidos pela Imprensa Régia, todos editados

⁵²¹ NEVES, L. M. B. P. *Impressores e Livreiros: Brasil, Portugal e França, Ideias, Cultura e Poder nos primeiros anos do Oitocentos*, 2011, p. 238

⁵²² NEVES, L. M. B. P. Op. cit, 1992, p. 64

⁵²³ SILVA, M. B. N. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): Cultura e Sociedade*, 2007, p. 185.

⁵²⁴ HALLEWELL, L. Op. cit. 2012, p. 117

por este livreiro, ainda de acordo com Borba de Moraes, Martin foi “homem empreendedor, que fazia publicidade de seus produtos”.⁵²⁵

Paulo Martin, em troca de suas contribuições à Coroa e por sua atuação no mercado livreiro no Brasil, obteve a mercê do Hábito da Ordem de Cristo em 1817. Contudo, não se ateve somente a essa atividade. Envolveu-se em outros negócios e também na política. Foi sócio da Companhia de Seguros Providence e, depois, da Tranquilidade, em sociedade com Joaquim José Pereira de Faro e José Antonio Lisboa⁵²⁶; e na política, foi eleito compromissário da freguesia de Santa Rita, no Rio de Janeiro, em 1821.

Consta que teria falecido em data não especificada, entre fins de 1823 e início de 1824, fato confirmado através de uma notícia publicada no *Diário do Rio de Janeiro* de 17 de abril de 1824, onde consta que seu primo J. B. Bompard, na qualidade de testamenteiro do falecido Paulo Martins, “roga a todas as pessoas que tiverem dado obras ou alguns papéis para vender na sua loja, hajam de vir buscar, ou seus produtos, com toda a brevidade possível.”⁵²⁷

Como se pode notar, Paulo Martin Filho, desde 1810, surge na *Gazeta* como “o livreiro que melhor fazia a publicidade das obras à venda em sua loja”. Muitas vezes para atrair os profissionais de várias áreas tinha seus anúncios redigidos de forma a que os títulos fossem agrupados por temas, e aproveitava o fato de que o Rio de Janeiro era a cidade onde se vendiam mais livros, ao ponto de livreiros de outras cidades, como Silva Serva, de Salvador, vir à capital para fazer a divulgação de suas publicações.⁵²⁸

Concluindo, se justifica o fato da obra de Silva Lisboa ter sua divulgação feita na *Gazeta do Rio de Janeiro*, como também que o livro tenha tido sua venda anunciada pela loja de Paulo Martin, já que todos estavam ligados à Imprensa Régia.

Além do mais não se pode esquecer que Silva Lisboa ocupava cargo de censor e mantinha pela função contato com os livreiros que atuavam na cidade do Rio de Janeiro. Ressaltando-se que não foi somente esse livro de Silva Lisboa que foi vendido através da loja de Paulo Martin, mas vários deles e também os seus periódicos que foram anunciados em notas na *Gazeta do Rio de Janeiro* até 1822.

⁵²⁵ NEVES, L. M. B. P. Op. cit. 2011, p. 239-240

⁵²⁶ Idem, 2011, p. 240

⁵²⁷ Ibidem, 2011, p. 240-241

⁵²⁸ SILVA, M. B. N. Op. cit., 2007, p. 191

A ausência de notícias referentes à divulgação e venda de uma segunda edição que causa estranheza, por isso há de se verificar, como proposto a seguir.

5.3.2 – As publicações pela Viúva Neve e filhos em 1821 e 1822

Como já mencionado no início deste capítulo, a despeito de nunca se ter tido notícias que existissem duas edições publicadas em Portugal, uma delas havia vindo à luz, como se dizia à época, um ano antes daquela que sempre foi referenciada nos mais diferentes livros sobre a vida e obra de Silva Lisboa. Esse volume desconhecido só pôde ser localizado agora graças à tecnologia aplicada aos grandes arquivos e bibliotecas dos países desenvolvidos, que cuidam bem de seus acervos e os registram corretamente em bancos de dados livremente consultados através das páginas dessas instituições mantidas na rede mundial de computadores.

Em pesquisa no acervo da Biblioteca Nacional de Portugal quando buscava identificar quantos possíveis exemplares do livro de José da Silva Lisboa sobre as obras de Edmund Burke poderiam existir guardados naquela instituição, verificou-se que estavam registrados de três exemplares, cada um apresentando uma data de publicação diferente (1812, 1821 e 1822).

A surpresa ficou maior por conta de constar um exemplar cuja ficha catalográfica o apresentava registrado com o título diferente das demais já conhecidas.

A edição até então desconhecida apresenta como título *Extractos das Obras Políticas e Econômicas do Grande Edmund Burke* mui úteis para a Regeneração de Portugal, sendo informado de que se tratava da segunda edição, publicada no ano de 1821, também através da tipografia Nova Impressão da Viúva Neves e Filhos, em Lisboa, estando composto por 88 páginas, com a dimensão de 22 cm, estando incluso em volume de tipo miscelânea.

O que primeiro chamou a atenção foi o fato de que se tratava também de uma *segunda edição*, e que esse parâmetro se relacionava, evidentemente, com a primeira, aquela publicada em 1812 pela Imprensa Régia, no Rio de Janeiro. Contudo, acreditava-se que só existissem duas publicações e que a segunda seria, na verdade, a editada em 1822. Ambas, todavia, foram impressas pelas prelos da tipografia portuguesa, Nova Impressão Viúva Neves e Filhos, de Lisboa.

Ressalte-se, no entanto, que nessa última consta referência de que seria a *segunda edição mais correta*. Acreditava-se que tal qualificação estaria se referindo

diretamente à primeira; todavia, dado o conhecimento da edição de 1821, a referência de *mais correta* indicaria a referência comparativa com essa de 1821, até então desconhecida.

Observe-se que o registro catalográfico da obra em poder da Biblioteca Nacional de Portugal cita duas referências externas como sendo por parte de autores/bibliógrafos Rubens Borba de Moraes (1899-1986) e Augusto Victorino Alves Sacramento Blake (1827-1903), que só mencionam a edição de 1822, o mesmo ocorrendo na edição seguinte, a de 1822.

No volume V de seu *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, às páginas 193 a 203, Blake descreveu no verbete em nome de José da Silva Lisboa a vida do autor baiano e suas obras, constando referenciadas com relação aos *Extractos das Obras Políticas e Econômicas de Edmund Burke* somente as edições de 1812, do Rio de Janeiro, e a de 1822, a de Lisboa.⁵²⁹

O mesmo se aplica ao que consta no *Diccionario Bibliographico Portuguez*, de Innocencio Francisco da Silva (1810-1876), que em seu volume XIII indica apenas as edições de 1812 e de 1822.⁵³⁰ Também consultada a *Bibliographia Brasiliana*, de Rubens Borba de Moraes, só são citadas as edições de 1812 e 1822.⁵³¹

Considerando que essa publicação de 1821 não foi identificada por nenhum dos mais destacados bibliógrafos brasileiros e portugueses em seus trabalhos, nos quais é relacionada toda ou parte da obra de Silva Lisboa, parece que o exemplar existente na Biblioteca Nacional de Portugal é o único representante daquela edição.

Ao que consta no registro catalográfico se trata de um exemplar de 88 páginas, tal como a edição de 1822, apresentariam os dois o mesmo conteúdo, já que possuem o mesmo número de páginas, a despeito de essa última estar constando como sendo *a segunda edição mais correta*.

Ainda deveria se conferida não só essa divergência, mas também restaria saber o que levou o autor a qualificar que a primeira “segunda edição” não era tão correta como ele esperava, motivando-o a uma nova publicação no ano seguinte. Haveria erro no conteúdo? O que pode ter sido alterado se ambas possuem a mesma quantidade de páginas? Houve troca de textos, se houve, com isso não teria alterado o

⁵²⁹ BLAKE, A.V.A.S. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, 1899, p. 196.

⁵³⁰ SILVA, I. F. *Diccionario Bibliographico Portuguez*, volume V, 1860, p. 126, e volume XIII, 1885, p. 203.

⁵³¹ MORAES, R.B. *Bibliographia Brasiliana*, volume I, 1983, p. 494-495.

número total de páginas? Haveria ainda a dedicatória ou também fora excluída já nessa primeira publicação através da tipografia portuguesa?

Somente uma análise detalhada do exemplar, *in loco*, poderia elucidar esse motivo, além de abrir uma nova frente para essa pesquisa, seja pelo fato de ser uma edição desconhecida, seja pelo fato de, na complementação do título, haver clara referência ao movimento de *Regeneração* ocorrido em Portugal que levou à deflagração da Revolução de 1820, outro detalhe que não passou despercebido.

Em consulta pessoal, em março de 2018, foi possível também naquela ocasião solicitar que fosse fornecida cópia integral digitalizada dessa obra, até então de desconhecida existência e nunca questionado quanto à possibilidade de existir ou não uma segunda edição que não fosse tão correta, e que tivesse vindo à luz em data anterior a 1822, quando a segunda edição já conhecida foi publicada em Lisboa.

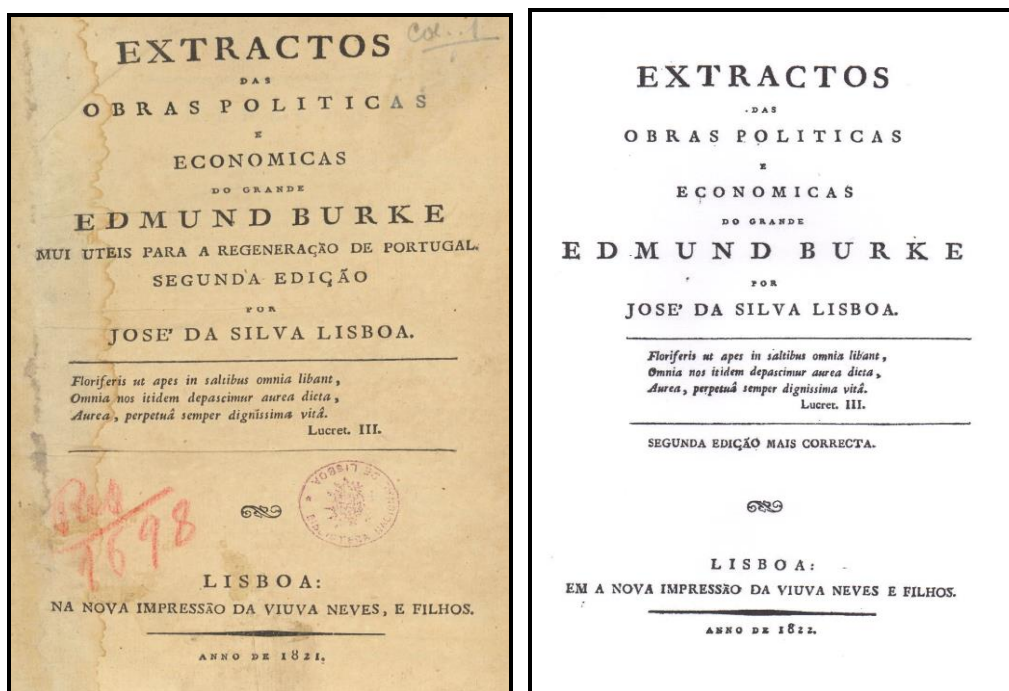
O único exemplar da segunda edição da obra de Silva Lisboa sobre os escritos de Edmund Burke, publicado em língua portuguesa, manteve-se escondido por quase duzentos anos, muito embora recentemente, em meio à pesquisa, foi possível encontrar uma referência à mesma no texto “From publishing to the Publisher – Portugal and the changes in the world of print in the 19th century”, da autoria de João Luís Lisboa, professor da Universidade Nova de Lisboa, que fez parte do livro *The Cultural Revolution of the 19th century: Theater, the Book-trade and Reading in the Transatlantic World* organizado pelas professoras Márcia Abreu (UNICAMP) e Ana Cláudia Suriani da Silva (University College London), publicado em Londres em 2016.

A citação a essa edição da obra de Silva Lisboa está relacionada ao fato de que o texto trata da história de alguns dos editores portugueses, incluindo a tipografia Nova Impressão Viúva Neves e Filhos.

Vê-se, a seguir, na imagem da capa do exemplar em poder da Biblioteca Nacional de Portugal que o livro apresenta o carimbo daquela instituição, mas ainda com a denominação de Biblioteca Nacional de Lisboa, devendo ser mencionado que o mesmo encontra-se iniciando um volume dito *Miscelânea*, pois há outros três de diferentes autores, editoras e ano de publicação.

Considerando que ambas apresentam-se idênticas, mesmo contando a de 1822 com a informação de que seria a *segunda mais correta*, como se vê na imagem abaixo, optou-se por fazer a análise comparativa com a de 1812 usando a de 1821, por

ser a primeira da dita segunda edição, uma vez que as duas da década de 1820 possuem o mesmo conteúdo.



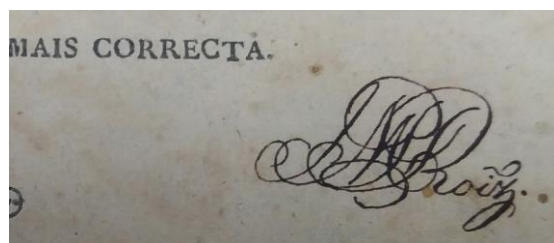
Antes, porém, restava verificar se essa de 1822 também se apresentaria na mesma forma de *Miscelânea*, ou seja, encadernada juntamente com outras diferentes obras para constituir um mesmo volume. Para tanto, se fez necessário consultar o volume que se encontra no acervo da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro. Há de ser ressaltado que essas edições divergem daquela inicial, de 1812, que foi editada pela Imprensa Régia em exemplar de volume único, embora dividido em duas partes.

O exemplar de 1821, em poder da Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa, está iniciando um volume seguido das obras: *Palmatoria contra Pedreiros-Livres, Refutação à Herética pravidade de seus Modernos Escriptos, e a Introducção do Manifesto do Grande Oriente Lusitano, por Censor Profano*, de Antonio Maria do Couto, pela Impressão Alcobia, Lisboa, 1821; *Contestacion à Las Observaciones de D. Juan Bernardo O’Gavan sobre la suerte de Los negros de Africa, y Reclamacion contra El Tratado celebrado com Los Ingleses em 1817*, de John Bowring, pela Imprenta de D. Leon Amarita, Madrid, 1821; e por último consta *Bosquejo sobre o Commercio em escravos, e Reflexões sobre este trafico considerado moral, política e christamente*, Impresso por Ellerton e Handerson, Londres, 1821.

Já o exemplar de 1822, em poder da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, abre o volume que foi constituído com as seguintes obras, em ordem: *Manifesto em que o Desembargador José Accusio das Neves expõe, e analisa os procedimentos contra elle praticados pelos ex-regentes do reino e os seus fundamentos*, pela Officina Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1821; *Processo do tenente general Manuel de Brito Mozinho, copiado literalmente por seu irmão... do grande processo que se formou em consequência dos acontecimentos de 30 de abril de 1824*, pela Imprensa Régia, Lisboa, 1828; *Discurso relativo ao estado presente de Portugal e Manifesto da Junta Suprema de Sevilha para a criação do Supremo Governo. Offerecidos à Nação Portuguesa*, pela Nova Officina de João Rodrigues Neves, Lisboa, 1808; *Testamento político ou Carta escrita pelo grande D. Luís da Cunha ao senhor rei D. José I, antes de seu governo...*, pela Imprensa Régia, Lisboa, em 1820; e por último consta *Representação do Marques de La Romana e Suprema Junta Central de Hespanha*, pela Imprensa Régia, Lisboa, 1810.

Pode-se observar que, enquanto a *Miscelânea* da edição de 1821 se compõe de um volume onde todas as partes foram publicadas no mesmo ano de 1821, no volume no qual está a edição de 1822 os textos que foram juntados apresentam datas que vão de 1810 a 1828, o que indica que a sua encadernação se deu em data posterior à 1828.

Deve ser mencionado com relação ao volume da obra de 1822, *a mais correcta*, que o mesmo apresenta na folha antecedente à da identificação da obra o selo *ex-libris* da Collecção J. A. Marques, e na folha de rosto, propriamente dita, consta aposta uma assinatura não identificada, mas que pode pertencer a alguém que tivesse o nome composto por J. M. P. Rodriguez:



Considerando haver a identificação pelo *ex-libris* que o exemplar pertence à Collecção J. A. Marques é importante que se diga que essa coleção foi doada à Biblioteca Nacional brasileira, em 1899, pelo bibliógrafo fluminense João Antonio

Marques, residente em Portugal. Pela doação de tão precioso acervo (composto de 6.308 volumes), ele teve seu nome escolhido para ser o patrono da Seção de Obras Raras daquela instituição desde então. Nesse grande acervo bibliográfico, que chegou ao Rio de Janeiro remetido de Lisboa em 27 caixotes⁵³², estão ‘incunábulo’, edições *princeps*, camonianas, além de diversos outros impressos e manuscritos relativos ao período colonial brasileiro, conforme consta da própria página relativa àquela seção no site da Biblioteca Nacional.

Isso indica que o volume da obra de Silva Lisboa, impresso em 1822 em Portugal, foi adquirido de outra pessoa (provavelmente o dono da assinatura não identificada) naquele país pelo destacado bibliógrafo, somente tendo chegado ao Brasil no final do século XIX, sendo sua origem de acervo particular até aquele momento.

Após cuidadosa apreciação dos dois volumes, referenciados como sendo *segunda edição*, foi possível verificar que são idênticos em formatação: tamanho de tipos, fonte utilizada, distribuição do texto nas folhas e dimensões dos volumes, além do que até algumas falhas de impressão são idênticas, o que pode levar à suposição de que foi utilizada a mesma matriz para compor os dois livros, de 1821 e de 1822.

Considerando tal composição, a análise será feita comparando-se a disposição dos textos impressos na edição da Imprensa Régia, de 1812, com as produzidas pela Nova Impressão Viúva Neves e Filhos, de 1821/1822, tomando-se essas como se fossem livro único, composto por 88 páginas, sem divisão por partes, somente por subtítulos, não se fazendo referências individualizadas para essas duas “segundas” edições.

Antes de dar continuidade à análise em tela, é mister informar que na leitura comparativa realizada entre os dois volumes (1812-1821), foi verificado que houve alterações no corpo dos textos, utilização de grafias diferentes em algumas palavras (por exemplo: troca de ph por f, de ch por qu, etc.), como também notou-se que a pontuação divergia entre uma versão e outra, por vezes assumindo lugares no texto que viriam até a prejudicar a compreensão da leitura. Entretanto, esses detalhes não serão especificados, cabendo apenas a citação dos parágrafos ou partes de frases

⁵³² FARIA, F. L. *Livros Impressos em Portugal no Século XVI existentes na Biblioteca Nacional no Rio*

ou de notas que foram completamente alterados na sua escrita, desconstruindo o estilo do autor Silva Lisboa e o que foi simplesmente excluído do texto original, uma vez que essas alterações podem ser relevantes para a conclusão dos motivos que levaram à impressão desses volumes ter ocorrido em Portugal após uma década da publicação da primeira versão, dando a resposta ou pelo menos indícios para se chegar ao entendimento da hipótese inicial do presente trabalho.

Dadas essas explicações, será iniciada a avaliação começando pela divisão do texto, enunciando as partes que o compõem por sua titulação, sendo de grande importância mencionar que não se fez constar nessa(s) publicação(s) a integralidade da “Dedicatória” dirigida ao Lord Strangford e a homenagem a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, tendo o início marcado imediatamente pelo “Prefácio”.

O “Prefácio”, de páginas numeradas em algarismos romanos de III a VII, se inicia a partir do que, na edição de 1812, era o terceiro parágrafo, já dedicado a Edmund Burke, seguindo até o último parágrafo que é aquele da citação da carta recebida pelo político e escritor irlandês com as homenagens dos estudantes de graduação da Universidade de Oxford. Foram excluídos totalmente os dois parágrafos iniciais que se referenciavam ao fato de que fora D. Rodrigo que havia solicitado a Silva Lisboa que se dedicasse a produzir uma obra baseada nos pensamento de Burke, político britânico de grande relevância e que mereceria ser conhecido pelo público de língua portuguesa.

Logo após a folha de rosto com título, indicação do autor e do impressor, segue-se de imediato o texto produzido por Silva Lisboa referente à principal obra de Burke, *Reflexões sobre a Revolução da França*, distribuído pelas páginas numeradas de 1 a 52. Dessa parte do livro deve ser destacado que:

- foi alterada a frase que constava na edição de 1812 às fls. 31: de “viciosa ou fracamente em grande parte da mesma” para “em grande parte de viciosos, e fracos...” como constou na página 12 da edição de 1821;

- não foi incluída parte da frase constante na edição de 1812 às fls. 33, “convulsões dos Estados, e particularmente em todas as grandes” na edição de 1821 em suas páginas 12/13;
- a parte inicial do último parágrafo da página 35 da edição de 1812, “A Deos não praza que eu insinue cousa alguma...” , passou a constar na página 13 da edição de 1821 como “Praza a Deos que eu não insinue cousa alguma...”;
- na página 15 da edição de 1821 foi suprimida da frase a palavra “militares” que constava na frase “rejeitasse o serviço dos talentos e virtudes civis, militares e religiosas,...” que se lia na página 39 da edição de 1812;
- a nota que constou na página 70 da edição de 1812 teve um acréscimo ao final da frase na nota da página 16 da edição de 1821, passando a contar com uma nova oração: “mas fantástica reforma; porque os homens não podem reformar o que he Divino.”;
- foi alterada a última frase da página 89 da edição de 1812, de “He de malina, acre e invejosa disposição, sem gosto pela realidade da virtude, ou nem ao menos pela sua imagem,...”, passando a ser “He de huma disposição perversa, acre e invejosa, inimigo da verdadeira virtude, e até da sua própria imagem, ...”, como consta na página 34 da edição de 1821;
- foi alterada o final da frase que inicia a página 103 da edição de 1812, “quando vem a ser assaz grande, que tente a cubiça do povo indigente” que passa a ser lida na página 38 da edição de 1821 como “e se franqueia huma grande porta a insaciável cobiça do povo indigente”;
- o final do parágrafo que inicia a página 115 da edição de 1812 que encerra como “e sem o espírito preservativo das Communidades?” é alterado na pontuação, deixando de se encerra numa interrogação para ganhar uma vírgula e uma frase em continuidade na página 42 da

edição de 1821, passando a “Communidades, ainda que nelles prevalecessem hum gosto igual ao delas?”;

- o primeiro parágrafo da página 118 da edição de 1812 teve seu final juntado com nova sentença, alterando a frase seguinte, passando de “e alguns desenvolverão eloquência em suas fallas e escritos. Isto não podia executar-se sem poderosos e cultivados talentos” para constar na página 43 da edição de 1821 como “e alguns desenvolverão eloquência em suas fallas e escritos, o que se não podia executar sem grandes, e cultivados talentos”;
- a frase que completava o parágrafo inicial da página 122 da edição de 1812 foi alterado de “Huma das excelências do methodo de reformar prudente he o em que o tempo he hum dos assistentes, e cuja operação vem a ser quasi imperceptível” passou a ser lida como “He das prerrogativas que deve acompanhar do methodo de reformar com prudência, he, que hum dos seus assistentes seja o tempo, que faz a sua operação, quazi imperceptível” na página 45 da edição de 1821;
- o último parágrafo da página 122 da edição de 1812 teve sua primeira frase unida com a segunda passando de “O verdadeiro Legislador deve ter hum coração cheio de sensibilidade. Elle deve amar e respeitar a sua espécie, e muito temer de si próprio” passou a ser lida como “O verdadeiro Legislador deve ter hum coração cheio de sensibilidade: deve amar e tremer de seu amor próprio” na página 45 da edição de 1821;
- a última fase do parágrafo que compõe a maior parte da página 123 da edição de 1812 foi alterado no seu final, passando de “Onde os grandes interesses do Genero Humano se transmitem pela longa sucessão de gerações, também a sucessão de reformas deve ser admitida nos Conselhos da resoluções que profundamente envolvem taes interesses” passou a ser lido como “Como os interesses do Genero Humano se transmitem pela longa sucessão de gerações, também a sucessão de reformas se deve transmitir para mediatas resoluções, que

profundamente combinem seus interesses” na página 45 da edição de 1822;

- o último parágrafo no final da página 123 da edição de 1812 foi modificado de teve seu início alterado de “Por isso os melhores legisladores tem muitas vezes sido satisfeitos com o estabelecimento...” para “Por isso os melhores legisladores tem muitas vezes achado mais conveniente conservar o estabelecimento...” como constou na página 45 da edição de 1822.

Encerrada aquela que na edição de 1812 correspondeu à “Parte I”, na edição de 1821, dando sequência a numeração de páginas, só um travessão separava o último parágrafo daquele texto inicial do título da seção seguinte que manteve o título de “OBSERVAÇÕES sobre o genio e caracter da revolução Franceza, e sobre a necessidade da guerra contra a Facção Usurpadora”, ocupando o espaço entre as páginas 52 a 57.

Nesse novo texto, com relação à exclusões e modificações, deve-se ressaltar as seguintes alterações:

- na página 9 da “Parte II”, referente ao mesmo escrito de Burke de igual título, há a marcação de (*) no início de frase logo após “Os philosophos...”, nos remetendo a uma nota de pé de página, na qual Silva Lisboa discorre sobre os *falsos philosophos*, uma nota que ocupa a metade da página e continua no rodapé da página seguinte; entretanto, a mesma frase consta no meio do segundo parágrafo da página 54 na edição de 1821, sem, contudo, apresentar nem a marcação nem a referida nota de rodapé, que foi simplesmente excluída da obra;
- na página 11 da “Parte II”, da edição de 1812, no meio do parágrafo, a frase “Não tendo a possibilidade de se vingarem de Deos, deleitão-se em desluzir, descompor, torturar, e destruir a sua imagem de homem” passou a ser lida na edição 1821 em sua página 55 como “Não tendo a possibilidade de se vingarem de

Deos, deleitão-se em arrancar do coração dos homens sua imagem, ou ao menos em a ofuscar, confundir e desfigurar”;

- na segunda frase a seguir na mesma página 11 da “Parte II”, da edição de 1812, a frase “Então desesperavão de dar curso as suas opiniões,...” foi alterada para “Então não tinham esperanças de dar hum universal curso as suas opiniões...” na página 55 da edição de 1821;
- na página 17 da “Parte II”, da edição de 1812, a segunda frase do parágrafo inicial sofreu duas alterações, passando de “Se não nos animamos a arrostar a portentosa energia gálica, que não he sofreada por alguma consideração de Deos, ou dos homens; que he sempre vigilante, e sempre em ataque; que não permite a di mesma repouso, e não sofre a ninguem ficar huma hora com impunidade;...” para ser lida da seguinte forma: “Se nos não animamos a arrostar a portentosa energia gálica, que se não embaraça com as cousas de Deos, ou dos homens; que está sempre vigilante, e sempre em ataque; que não permite a si mesma repouso, e que não sofre, que pessoa alguma fique impune;...” como faz constar da página 57 da edição de 1821;

A seguir, no espaço das páginas 57 a 77 da edição de 1821, foi impresso o texto intitulado de “PENSAMENTOS sobre a Proposta de Paz entre a Inglaterra e a França, que Burke intitulou Paz Regicida em 1796”, que também foi impressa logo em sequência ao último parágrafo do texto anterior, separados apenas por um travessão.

Nessa parte da obra os destaques dentre as alterações, exclusões e/ou inclusões identificadas, são as descritas a seguir:

- a frase ao alto da página 20 da “Parte II” da edição de 1812 foi alterada, passando de “Estou no fim da minha carreira para pensamento, e acção” para ser lida na página 57 da edição de 1821 como “Estou no fim da minha carreira e mal posso discorrer e trabalhar”;

- a penúltima frase do parágrafo que encerra a página 46 da “Parte II” da edição de 1812 que estava escrita assim: “Não fallo mais de dignidade nacional: a terra assenta já mui de leve sobre as cinzas do Timbre Inglez” pode ser lida na página 67 da edição de 1821 como sendo: “Não fallo mais de dignidade nacional: o timbre Inglez está a expirar”;
- a frase que se lê no meio do parágrafo da página 59 da “Parte II” da edição de 1812 como: “A maldade foi recíproca, e realiada por filhos contra os pais”, foi escrita na página 71 da edição de 1821 como: “Foi igual, e recíproca a maldade dos filhos contra os pais”;
- no final da página 63 da “Parte II” da edição de 1812, onde está o parágrafo cuja frase “Os que dizem ao contrário, mentem a si, e aos outros” apresenta ao final a marca (*) indicando a leitura da nota de rodapé, na correspondente página 71 da edição de 1821, simplesmente, não traz nem a marcação nem a nota, que foi totalmente excluída, sendo essa uma nota relativa à questão do espírito humano aliado à religião;
- por fim, na página 68 da “Parte II” da edição de 1812, consta ao final do segundo parágrafo a frase: “Aquella regra justifica a Declaração cathégorica do Governo Britannico de 29 de outubro de 1793, que o estado de cousas, ...”, nesta frase a alteração que consta na página 74 da edição de 1821 refere-se somente a data da citada Declaração, passando para “26 de outubro de 1793”.

Dando continuidade à comparação entre as edições de 1812 e 1821/1822, observou-se que a parte relativa ao título “ROMPIMENTO da Negociação de Paz, Demonstração dos Recursos para continuação da Guerra”, que ocupa o espaço de páginas 77 a 103, foi simplesmente excluída da edição de 1821/1822. Da mesma forma, a última parte da edição de 1812, intitulada de “Appendice”, também não foi incluída na edição de 1821/1822.

Restou encerrar a edição de 1821/1822 com a parte intitulada de “APOLOGIA De Edmund Burke, por si mesmo, sobre a sua Pensão do Governo”, que na edição de 1812 ocupava o espaço entre as páginas 105 a 136, e nas segundas edições ficou com o espaço de páginas 77 a 88.

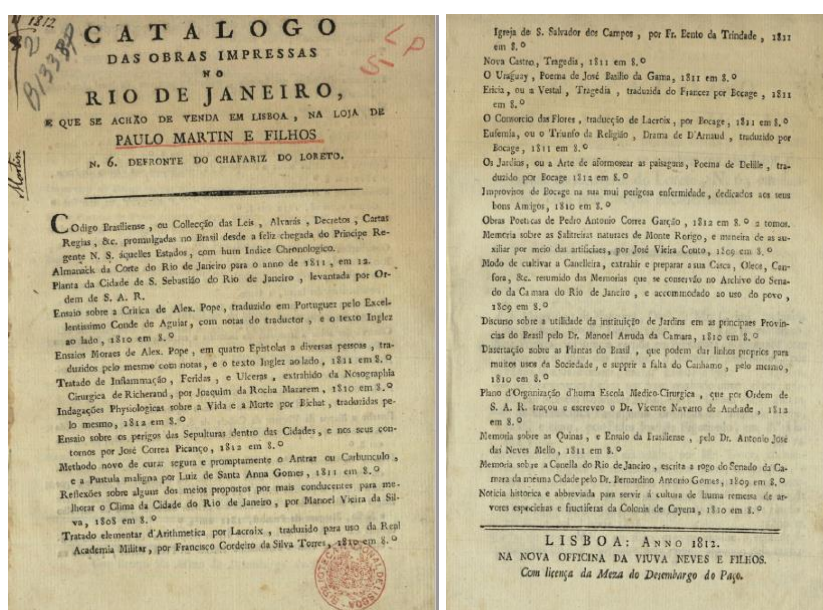
As alterações, exclusões e/ou inclusões que merecem ser destaque, a despeito de eventuais modificações de grafia ou troca de palavras soltas, são as seguintes:

- na página 106 da “Parte II” da edição de 1812 o último parágrafo teve sua primeira frase alterada de “Para que os partidistas da Revolução Franceza não me deixão na escuridade e inacção?” para “Porque me não deixão os partidistas da Revolução Franceza na escuridade e inacção?” na página 78 da edição de 1821;
- o maior parágrafo da página 113 da “Parte II” da edição de 1812 foi excluído em sua totalidade como se observa da continuidade dos dois parágrafos que o antecedem e sucedem em sua correspondente página 80 da edição de 1821/1822;
- a frase no meio do parágrafo de página 128 da “Parte II” da edição de 1812 que se lê como: “He fatal objecção a todas as novas fantásticas republicas, que o prejuízo da Nobreza não he cousa que se possa forjar”, foi alterado para “Todas as novas fantásticas Repúblicas tem como indispensável extinguir a Nobreza julgando hum impossível reformalla” como consta da página 85 da edição de 1821/1822;
- na página 129 da “Parte II” da edição de 1812, a penúltima frase que compõe o primeiro parágrafo foi alterada de “Pertendem tão detestáveis caracteres, que lamentemos depois os infortúnios?” foi alterada para “E pertenderão homens de tão detestável caracer, que depois lamentemos os seus infortúnios?” como se lê na página 86 da edição de 1821;

- a nota de rodapé constante da página 131 da edição de 1812 marcada por (*) logo a seguir da expressão *Academia de philosophos*, foi também excluída da edição de 1821, como se observa na página 86.

Desta análise das edições de 1821 e 1822, restou ainda a indagação relativa ao editor da(s) obra(s). Afinal, se na primeira a responsável pela publicação em 1812 foi a Imprensa Régia, através da qual Silva Lisboa já tinha publicado outras obras, além de atuar como censor desde 1808, ainda não está claro a razão pela qual essas publicações foram feitas em Portugal, para onde Silva Lisboa nunca mais voltou desde que retornara após um período de estudos na Universidade de Coimbra. E ainda não há informações suficientes sobre sua ligação com a tipografia responsável pelas impressões, pertencente à Viúva Neves e Filhos.

Um catálogo das obras impressas no Rio de Janeiro e que se achavam à venda em Lisboa na loja de Paulo Martin e filhos, estabelecido de frente ao Chafariz do Loreto, na atual região do Chiado, encontra-se no acervo da Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa. Ele permite verificar que a impressão foi feita no ano de 1812 pela Nova Officina da Viúva Neves e Filhos, *com licença da Meza do Desembargo do Paço*, como se vê da imagem abaixo, que comprova existir, desde então, ligação entre o distribuidor da primeira edição com o responsável pela impressão das duas edições seguintes.



Já outro *Catálogo da loja de Paulo Martin*, desta vez referente a obras vendidas no Rio de Janeiro, mas trazidas de Portugal, em 1822, pertence ao acervo da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro. Nele se constata que dentre as obras relacionadas estão títulos como: *Portugal Regenerado por Borges Carneiro*, *O dia 24 de agosto e 15 de setembro*, *História das Cortes*, *Paralelo entre Corcundas e Liberaes*, *Projeto de Regimento para as Cortes*, *Que dizem os Inglezes da Revolução de Portugal*, *Seis cartas contra Bereford*, além de estampas de *Gomes Freire nos Campos Elysios*, *El-Rei Constitucional*, *Juramento da Constituição Portuguesa*, *Fidelidade dos Portuguezes a seu Soberano* e *Manoel Borges Carneiro*, entre outras.

Tal acervo pode indicar que a referida loja estava vendendo obras de cunho político que se relacionavam ao movimento de *Regeneração* e que tinha levado à Revolta ocorrida no Porto em 1820.

A partir da identificação que haveria um elo entre os dois livreiros, Paulo Martin e Viúva Neves & Filhos, restava ainda saber mais sobre a influência desses em Portugal, seu papel entre os livreiros daquele país justamente naqueles anos tão atribulados, mas não houve tempo suficiente para explorar, por exemplo, os trabalhos a esse respeito.⁵³³

As buscas por informações sobre as atividades da Nova Impressão Viúva Neves e Filhos, iniciaram-se com o levantamento de quantas obras poderiam ter sido produzidas por esse editor e que existiam no acervo da Biblioteca Nacional de Portugal.

Consultado a partir de parte do nome (Viúva Neves e Filhos), independente de ano de publicação, chegou-se ao número de 143 (cento e quarenta e três), limitando-se aos anos de 1821 e 1822, apurou-se que dentre essas, 26 eram do ano de 1821 e 17 eram do ano de 1822, inclusos aí os volumes da obra de Silva Lisboa.

A partir da seleção de dois títulos (um para cada ano), foram efetuadas pesquisas na tentativa de localizar algum artigo que pudesse fazer referência ao editor e com isso, poder identificar o papel da Nova Impressão Viúva Neves e Filhos no

⁵³³ Em particular, CURTO, Diogo Ramada; Manuela D. DOMINGOS; Dulce FIGUEIREDO & Paula GONÇALVES, *As gentes do livro. Lisboa, século XVIII*, 2007.

mercado português. Para o ano de 1821, o selecionado foi *O cidadão literato: periódico de política e literatura*, já para o ano de 1822, *O cidadão lusitano: breve compendio, em que se demonstrão os fructos da constituição e os deveres do cidadão constitucional*.

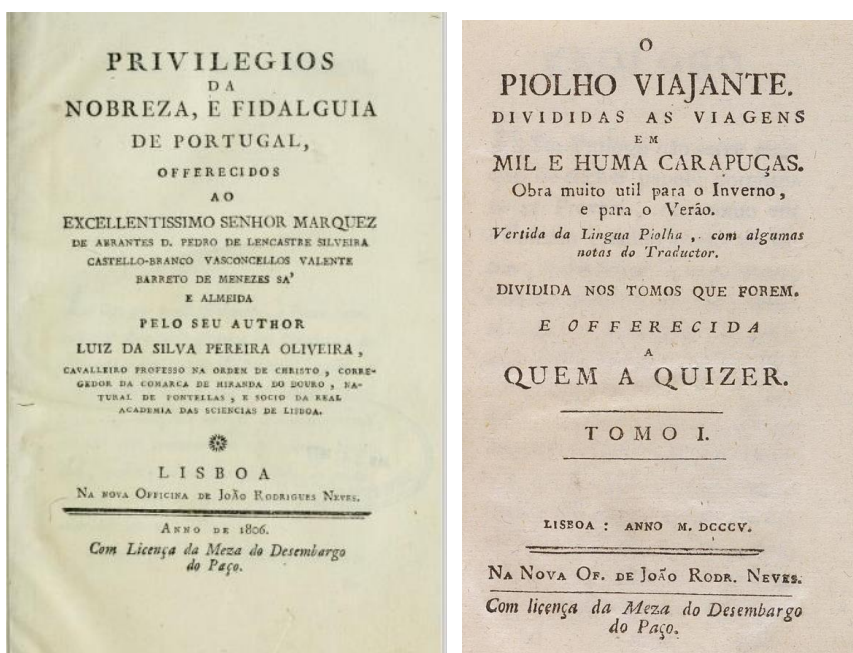
Na pesquisa sobre *O cidadão lusitano* foram localizados volumes do ano de 1822 já digitalizados, sendo que um volume publicado pela Nova Impressão da Viúva Neves e Filhos e outro pela Typographia de M. P. de Lacerda, também de 1822, onde se observa que o responsável pelo periódico era o Abade de Medrões, Innocencio Antonio de Miranda, deputado das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, se tratando, portanto, de uma publicação de cunho político e que se preocupava com a divulgação do movimento nas Cortes. No volume da outra tipografia, observa-se o uso da expressão *Segunda Impressão mais correctã e accrescentada*. Foi possível verificar que o responsável pela obra foi um político liberal, muito polêmico e que a obra alcançou enorme relevo, muito embora tenha sido combatida pela Igreja, sendo, inclusive, incluída no *Index Librorum Prohibitorum*, com proibição de leitura sob pena de excomunhão.

No entanto, foi na pesquisa feita a partir do outro item selecionado, *O cidadão literato*, que se identificou um artigo que fora publicado em inglês numa obra organizada pela historiadora brasileira Márcia Abreu (UNICAMP), de autoria do pesquisador português da Universidade Nova de Lisboa, João Luís Lisboa, que apresentava um breve histórico da tipografia da Viúva Neves e Filhos, *From Publishing to the Publisher - Portugal and the changes in the world of print in the 19th century..*

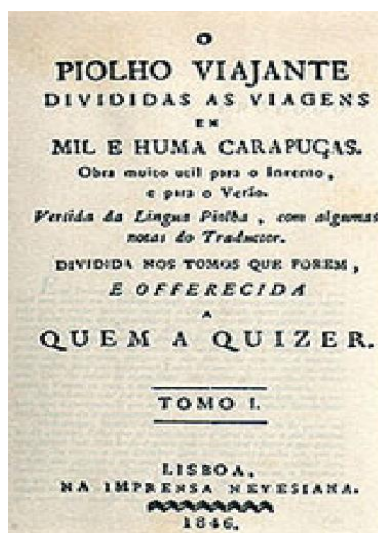
A obra, *The Cultural Revolution of the Nineteenth Century: Theatre, The Book-trade and Reading in the Transatlantic World*, foi publicada em Londres no ano de 2015, tendo sido originário do projeto de pesquisas patrocinado pela FAPESP, “A circulação transatlântica de impressos – A globalização da cultura no século XIX”, iniciado em 2011 e concluído em 2016, que tinha por finalidade conhecer os impressos e as ideias em circulação entre Inglaterra, França, Portugal e Brasil, como não há previsão de publicação dessa obra em português, foi necessária a leitura pela versão existente em inglês disponibilizada pelo Google Books.

A partir do texto de João Luís Lisboa, pode ser conhecida a história da tipografia:

- teve sua origem no século XVIII, quando foi estabelecida a Nova Officina de João Rodrigues Neves na cidade de Lisboa, sendo esse um impressor com um catálogo típico do Antigo Regime.
- nos primeiros anos do século XIX ele produziu comédias e interlúdios de autores contemporâneos, e publicou fábulas de Fedro, traduzidas em versos dramáticos;
- de suas prensas saíram várias obras que incluem o nome de Gomes Freire de Andrade (participante da Conspiração de 1817), *Ensaio sobre o methodo de organizar em Portugal o exercito*, Lisboa, em 1806, e obras de referência como *Privilégios da nobreza e fidalguia de Portugal*, de Luiz da Silva Pereira Oliveira, de 1806, e o início do *Piolho Viajante*, em 1803;



- com relação ao *Piolho Viajante*, chegou a ser publicado por outros tipógrafos, mas retornou aos descendentes de João Rodrigues Neves em meados do século XIX quando a tipografia já era denominada de Nevesiana:



- foi um impressor muito ativo no período da Guerra Peninsular (1807-1814), produzindo abundante material anti-Napoleônico entre os anos de 1808 a 1811;
- em 1812, após o falecimento do patriarca, assumiram os negócios sua viúva e filhos, alterando o nome da tipografia para Nova Impressão Viúva Neves & Filhos, assim permanecendo por cerca de 20 anos, e dentro de uma linha de continuidade, iniciada com a publicação de obras destinadas à leitura leve, mesmo que de entretenimento em tom moralista, foi dado a devida importância à publicação teatral, que representava um filão com vendas garantidas;
- os anos de 1812 a 1820 foram marcados pela variedade de interesses, com a proliferação de gramáticas, manuais para aprender a ler, além de obras de conhecimento acadêmico ou mesmo as de conteúdos mais leves e até de sabedoria popular, outro destaque foi para a publicação de livros com regras para jogos, especialmente, os de cartas;
- uma nova tendência também começou a se disseminar, a impressão de catálogos, na forma de prestação de serviços a outros livreiros, disponibilizando suas máquinas de prensar para aqueles que precisavam fazer pedidos e escolher os trabalhos de impressão que viriam a usar; Deve-se destacar que o primeiro catálogo de livros feito pela Viúva Neves, em 1812, logo após ter assumido a empresa, foi

justamente o catálogo das obras a serem vendidas no Rio de Janeiro pela livraria Paulo Martin e Filhos, já citado anteriormente;

- o período da gestão da Viúva Neves é marcado pelo aumento de textos políticos, mudança introduzida a partir da revolução liberal, em 1820, era o momento em que a política tornou-se parte definitiva do panorama editorial;
- pela característica das publicações que faziam, a Viúva Neves e Filhos demonstraram que entenderam o quanto a política se tornara um assunto efervescente no mercado de livros, tanto que entre as primeiras publicações desta oficina, estava *Manual político do cidadão constitucional*, publicado logo após a revolução ainda em 1820;
- as prensas da Viúva Neves e Filhos também se ocuparam com a produção de periódicos como o *Minerva Constitucional* (novembro e dezembro de 1820) e *O Patriota* (setembro de 1820 a dezembro de 1821), já em 1821 veio a publicação de *O cidadão literato: periódico de política e literatura*;
- também é citado que eles “produziram uma antologia de escritos de Edmund Burke, anunciada como *muito útil para a regeneração de Portugal*, editada por José da Silva Lisboa e publicada pela Viúva Neves, em 1821, em pelo menos duas edições” (a menção à edição de 1821 está no texto de João Luís Lisboa na página 75, no penúltimo parágrafo, sendo essa a única referência até hoje encontrada em algum livro dessa edição);
- com o retorno do regime absolutista em 1823, a imprensa imprimiu vários textos elogiando D. Miguel e textos anti-maçônicos;

O texto de João Luís Lisboa conclui o relato da trajetória dessa tipografia destacando que, com a consolidação do liberalismo e a morte da Viúva Neves, a empresa entrou em nova fase, quando assumiu o nome de *Tipografia Nevesiana*, de 1833 até o início da década de 1850, sendo que no período entre 1835 e 1846 houve a

separação dos irmãos Neves e com isso a separação dos trabalhos de impressão e publicação.

Ainda com relação a essa tipografia, feita pesquisa no acervo da Biblioteca Nacional de Portugal, pelo nome do editor João Rodrigues Neves, foram localizadas 86 (oitenta e seis) obras, cujas publicações estão dentro do período de 1794 a 1811. Dentre essas obras, uma merece especial menção: *Informação dada ao Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda D. Rodrigo de Sousa Coutinho por D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho*, de 1808, estando esta entre outras do mesmo autor na listra dos impressos dessa tipografia. Foi localizado também na Seção de Avisos da Gazeta de Lisboa, nº 30, de 29 de julho de 1799, a informação acerca da localização do citado tipógrafo:

A V I S O.

João Rodrigues Neves, Contratador de livros, que até agora affitia no Pateo das Religiofas de Santa *Martha*, mora agora na calçada do *Duque*, nas casas do Excellentiffimo Marquez de *Niza*, defronte da rua da *Oliveira*, onde tem para vender muitos livros bons e raros de *Historia Portugueza*, e outros de varias Faculdades; e tambem compra quaesquer que se lhe offereção. Igualmente tem para vender o quadro do Excellentiffimo Marquez de *Pombal*, conhecido pelo nome de *Mr. Devisme*.

LISBOA. NA REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA.

Digitized by Google

Já foram analisadas as edições, investigada a tipografia, ainda não é possível se confirmar a razão de tais publicações após mais de dez anos da primeira, tampouco se teria partido do próprio Silva Lisboa a iniciativa de providenciar a publicação de ambas, justamente num momento de crise política do governo de D. João VI.

Haveria também de ser considerada a possibilidade da iniciativa de enviar um exemplar original da edição de 1812 para a tipografia Viúva Neves e Filhos ter sido de Paulo Martin, ou de ambos os editores, que, de forma acordada, teriam visto nesse mesmo momento de crise pelo qual passava o Reino Português, uma oportunidade de editar uma versão reduzida e revisada da obra de Silva Lisboa, sem seu conhecimento.

Com vista a tentar esclarecer esses fatos ainda desconhecidos, partiu-se para identificar qual hipótese estava mais próxima da realidade. A começar por

revisitar as obras do próprio Silva Lisboa para verificar se ele mencionou alguma vez essas duas edições.

No que se refere aos editores, Paulo Martin e Viúva Neves, já se apurou que os dois mantinham estreitas ligações para produção e venda de livros. De acordo com o que foi estudado por Lúcia Bastos, “Paulo Martin trouxe à luz dois catálogos datados de 1821 e 1822, considerados os primeiros que um editor-livreiro mandou fazer separadamente, sendo anunciados na *Gazeta* e, em um novo jornal, o *Diário do Rio de Janeiro*, [...] relacionavam uma série de panfletos políticos, sendo chamados de *folhetos constitucionais* pelo livreiro e que possuíam a clara preocupação de explicar para os cidadãos a verdadeira importância do sistema constitucional e de certos pontos fundamentais do vocabulário político liberal”.⁵³⁴

A mesma autora ainda acrescenta que no último dos catálogos quase 70% eram de obras de cunho político, incluindo, “diálogos jocosos a respeito do despotismo, estampas que representavam alegorias relacionadas à *Regeneração Portuguesa*, retratos de alguns deputados portugueses, além de outros livros sobre o assunto diversos, como moral, ciência econômica, história e dois dicionários”. E, para finalizar sobre Paulo Martin pode-se dizer que, “ao vender tais escritos, contribui para fomentar o clima febril que as discussões políticas propiciavam” e que ele estava atento à movimentação política da época, ao ponto de divulgar nos seus anúncios, um pouco mais de dois meses após a publicação, o decreto da liberdade de imprensa de 28 de agosto de 1821.⁵³⁵

Outro destaque a ser feito é que a viagem de travessia do Atlântico naquele tempo levava de seis a oito semanas; assim, o pedido de um livreiro e a remessa da mercadoria poderia demorar quase doze semanas, acrescentando também a isso o tempo de despacho da mercadoria e as irregulares saídas dos navios. O que pode justificar que as duas segundas edições foram feitas seguidas, em 1821 e 1822, pressionadas pelo intenso movimento dos acontecimentos entre a Revolução de 1820, a viagem de retorno de D. João VI para Portugal, a decisão de D. Pedro de permanecer na antiga colônia e a proclamação da independência do Brasil.

⁵³⁴ NEVES, L. M. B. P. *Impressores e Livreiros: Brasil, Portugal e França, ideias, Cultura e Poder no primeiros anos do Oitocentos*, 2011, p. 250.

⁵³⁵ Idem, 2011, p. 250-251

Tendo a segunda edição de 1821 a citação no título de que seria *mui útil para a Regeneração de Portugal*, até se justifica que tivesse apenas circulado naquele país e nunca chegado qualquer volume no Brasil até hoje. Como também a edição de 1822, já sem esse adendo ao título, ter circulado também somente em Portugal e o único exemplar na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro ter chegado no final do século XIX, por doação de uma vasta coleção bibliográfica, vinda de Portugal.

Ainda é necessário dizer que essa hipótese pode ser reforçada pelo fato de terem sido excluídas a dedicatória, os dois primeiros parágrafos do “Prefácio” e várias notas de rodapé que se referiam diretamente aos nobres Lord Strangford, representante dos ingleses, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro reconhecidamente anglófilo, e ao próprio Burke, político britânico. Afinal, uma das principais motivações da Regeneração de Portugal seria afastar a influência dos ingleses na política e na economia portuguesas.

Também cabe a essa hipótese a menção do papel do editor na publicação de uma obra, já que “livros são produto da ação combinada do autor e do editor, às vezes gestados mais pelo autor, outras vezes criados pelo editor; [...] mesmo em situações nas quais o editor não tem qualquer pretensão de co-autoria, são inúmeros os exemplos de sua velada intervenção, junto ao autor, no texto, inclusive em livros que se tornaram famosos; [...] incisões, revisão, copidesque e até aposição de títulos são intervenções, em geral esquecidas, mas que contribuem, na maioria das vezes, para tornar melhor o trabalho do autor; que as aceita de boa vontade, ou relutantemente, ou as recusa e execra, com ou sem razão”.⁵³⁶

Complementando a hipótese de que as edições portuguesas de 1821 e 1822 foram feitas por iniciativa dos editores, podendo ou não ter aval de um terceiro externo, mas sem o conhecimento de Silva Lisboa está o fato de que um homem como ele, não aceitaria excluir a parte da *dedicatória*, prática do Antigo Regime, exemplo maior da adulação que existia entre os homens *bem nascidos*, que buscavam com isso dignificar a sua atividade literária, patrocinada por nobres de destaque nas Cortes, ao ponto de se tornar parte integrante de qualquer livro impresso naquele período. Era a indicação de que o escritor estava compartilhando a autoria com o seu benfeitor e,

⁵³⁶ BRAGANÇA, A. *Sobre o editor. Notas para sua história*, 2005, p. 222-223.

numa sociedade de mercês, como a da Corte portuguesa, em troca o autor receberia graças, dádivas e dons.

Como bem disse Ana Carolina Delmas, em sua dissertação, “a dedicatória impressa era a personificação da troca de benefícios por prestígio e afirmação de poder; manifestação textual dessa relação de interdependência, da troca de poder simbólico por privilégios com rendimentos materiais”.⁵³⁷ É também Ana Carolina Delmas quem destaca que Silva Lisboa interrompeu suas atividades de autor em 1812, retomando em 1818, após a aclamação de D. João VI, quando foi publicada a *Memória dos Benefícios Políticos do Governo de El-Rei D. João VI*, que apesar de ser uma obra na qual não há dedicação ao rei, Silva Lisboa aproveita para fazer os últimos elogios a este, “à fidelidade da nação portuguesa e aos sucessos do governo”, em consequência, naquele mesmo ano, após a coroação de D. João VI, Silva Lisboa foi nomeado desembargador da Casa da Suplicação do Reino do Brasil.⁵³⁸

Em continuidade, Ana Carolina Delmas ainda lembra que “Silva Lisboa conservou a prática das dedicatórias, homenagens e textos laudatórios em toda sua trajetória, transferindo-os, a partir do regresso de D. João para Portugal, em abril de 1821, para o novo regente e, posterior soberano, Pedro I; tal atitude possibilitava uma nova troca de benesses entre súdito e a Coroa, rendendo-lhe, de um lado, prestígio e, de outro, fornecendo apoio ao governo vigente”⁵³⁹

Pelo que se observa, não seria da personalidade de Silva Lisboa concordar com a supressão da dedicatória constante em sua obra numa eventual segunda edição, pois isso iria contra seu natural comportamento como súdito.

Outro detalhe importante é que, em 1821, foi decretado pelo Governo revolucionário o fim da censura, o que fez com que autores e editores não necessitassem passar suas obras pelo crivo dos censores. Nas duas edições não há qualquer referência a uma possível licença por parte do órgão censor para suas publicações, local de trabalho de Silva Lisboa, já que a Corte ainda estava instalada

⁵³⁷ DELMAS, A. C. G. “Do mais fiel e humilde vassalo”: uma análise das dedicatórias impressas no Brasil joanino, 2008, p. 37.

⁵³⁸ DELMAS, A. C. G. Visconde de Cairu: o mais fiel e humilde vassalo do Brasil, 2010, p. 8.

⁵³⁹ Idem, 2010, p. 8

no Rio de Janeiro. Dessa forma, as ditas edições não teriam que correr o risco de serem vistas pelo próprio Silva Lisboa.

Como lembra Tereza Kirschner,

entre 1821 e 1828, Lisboa publicou nove jornais e cerca de trinta e dois panfletos, a maior parte sob pseudônimos, [...] tratou de questões do momento, interpretando-as inicialmente sob a ótica da tradição política à qual se filiava, anteriormente expressa nos seus livros, e construindo aos poucos, sob o impacto dos acontecimentos, um dentre os possíveis projetos políticos que se esboçavam para aquela parte do império português até então genericamente denominada Brasil.

A mesma autora cita que, em 1821, Silva Lisboa passa a publicar o periódico, *Sabatina Familiar dos Amigos do Bem Comum*, de curta duração, encerrando em janeiro de 1822, e que ele sempre “defendeu com vigor a união do império português pregando *a paz e a concórdia* entre portugueses de Portugal e do Brasil”, sendo que somente a partir de janeiro de 1822, “começou a fazer severas críticas às medidas tomadas pelas cortes reunidas em Lisboa, que considerava arbitrárias e despóticas”.⁵⁴⁰

Não há condições, pelo que se sabe da personalidade de Silva Lisboa, que ele aceitasse se posicionar a favor do movimento de *Regeneração*, cujos objetivos tinham diretamente o intuito de fazer o Brasil retornar à condição de colônia de Portugal. Tampouco, Silva Lisboa teve a oportunidade de voltar a Portugal após seu retorno dos estudos em Coimbra, ainda no final do século anterior, logo, qualquer possível contato com a tipografia Viúva Neves e Filhos estaria inviabilizada, restando a intermediação de Paulo Martin, que sempre atuou na divulgação e venda de suas obras por longos anos, sejam livros ou periódicos.

Pesquisas realizadas nos exemplares do periódico, *Gazeta do Rio de Janeiro*, referentes aos anos de 1821 e 1822, digitalizados pela Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, não foi possível localizar qualquer anúncio das edições portuguesas da obra de Silva Lisboa baseada nos escritos de Edmund Burke, como já havia ocorrido em 1812, sendo localizados os lançamentos de outras das obras de Silva Lisboa sempre publicadas pela Imprensa Régia ou Nacional, conforme as datas.

⁵⁴⁰ KIRSCHNER, T. C. *Burke, Cairu e o Império do Brasil*, 2003, p. 683-684,

Na leitura analítica que foi feita confrontando-se as edições de 1812 com as de 1821/1822, notou-se que as alterações sofridas nos textos descaracterizavam a forma de escrita mais rebuscada de Silva Lisboa, optando por frase mais limpas, simplificadas, além de terem sido feitas diversas exclusões, inclusive do texto “Rompimento”, da “Parte II” da edição de 1812, e do “Appendice”, o que reduziriam os extratos selecionados por D. Rodrigo e Silva Lisboa, todos esses itens não se coadunam com o que Silva Lisboa teria projetado para a obra tão recomendada pelo seu benfeitor.

Outra característica encontrada é que as edições de 1821 e 1822 não formam um livro efetivamente, como ocorreu com a de 1812, foram transformadas em parte de um compêndio no modelo de *Miscelânea*, tão em moda à época, o que reduziria a sua visibilidade dentre as obras de Silva Lisboa que sempre foram publicadas em volume único ou em vários volumes, tal como uma coleção.

Partindo para uma pesquisa nos conteúdos das obras publicadas por Silva Lisboa, ainda em vida, vê-se que em várias delas ele faz uso de ideias de Burke, citando diversas passagens de sua obra, *Reflexões sobre a Revolução na França*, ou mesmo de alguns dos discursos proferidos no Parlamento.

Entretanto, tomando por base as publicações de Silva Lisboa pesquisadas, encontra-se referência específica à obra sobre os escritos de Edmund Burke, editada em 1812, em duas delas, sendo que uma foi publicada em 1821 e a outra em 1822:

- a) *Espírito de Vieira*, pela Impressão Régia, com licença, em 1821, página XXXIX, nota de rodapé: “Edmund Burke, celebrado Antagonista dos Revolucionários de todos os países, não disse, em substância, melhor que o P. Vieira. Permitta-se-me aqui lembrar as eloquentes passagens da Tradução de várias suas Obras, que *dei a luz nesta Côrte em 1812*”;
- b) *Roteiro Brazílico*, pela Typographia Nacional, em 1822, página 8 da parte “Direito Político” n. 1: “Como está ordenada a convocação da Assembleia Geral, pareceo-me ser oportuno, antes de tudo, fazer hum compendio de Maximas do celebrado Politico Burke, *de que dei copiosos Extractos em 1812*”.

Já nas obras, *O Conciliador do Reino Unido* (1821), *Introdução à História dos Principaes Successos Políticos do Império do Brasil* (1825) e *História dos Principaes Successos Políticos do Império do Brasil dedicada ao Senhor D. Pedro I* (1827), Silva Lisboa, seja no periódico contemporâneo aos fatos, seja nas obras históricas, se posiciona contrário ao movimento de *Regeneração*, pois em sua concepção o Reino deveria permanecer unindo Portugal e Brasil, não aceitando as propostas dos revolucionários e também daqueles que se posicionavam a favor da independência do Brasil, à qual só aderiu após tomar conhecimento do que estava sendo planejado nas Cortes e que retirariam muitos dos privilégios comerciais, políticos e administrativos já adquiridos pelo Brasil, causando grande prejuízo aos brasileiros.

Ainda no intuito de robustecer o argumento do desconhecimento da publicação das edições em Portugal por parte de Silva Lisboa, foi verificado que sequer seu filho Bento, no memorial apresentado ao IHGB em sua homenagem, ao relacionar as obras de seu pai, somente menciona a publicação em 1812.⁵⁴¹

Em todas as obras referenciais que tratam das obras de Silva Lisboa indicam a existência da segunda edição de 1822, mas todas elas foram editadas após mais de cinquenta anos de seu falecimento, como também de seu filho, Bento. E os demais pesquisadores que os seguiram durante os séculos XX e XXI, se valeram de suas citações para indicar a segunda edição como de Silva Lisboa impressa em 1822, a saber:

- a) *Diccionario Bibliographico Portuguez, estudos applicáveis a Portugal e ao Brazil*, de Innocencio Francisco da Silva, pela Imprensa Nacional, em Lisboa, 1860, tomo V, p. 126, só cita a edição de 1812, em 2 tomos;
- b) *Diccionario Bibliographico Portuguez, estudos applicáveis a Portugal e ao Brazil*, de Innocencio Francisco da Silva, continuado e ampliado por Brito Aranha, pela Imprensa Nacional, em Lisboa, 1885, tomo XIII, p. 203, cita a edição de 1812, em 2 tomos, e a *Segunda edição*

⁵⁴¹ LISBOA, B. S. José da Silva Lisboa, Visconde de Cayrú - Memoria escripta por seu filho o Conselheiro Bento da Silva Lisboa, *Revista Trimensal do IHGB*, abril/1839, p. 232

mais correcta, de 1822, destacando não terem reimprimido o appendice nesta edição;

- c) *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, de Augusto Victorino Alves Sacramento Blake, pela Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1899, volume V, p. 196, cita a edição de 1812, de que “fez-se segunda em Lisboa, 1822, sem o appendice”;
- d) *Bibliographia Brasiliana*, de Rubens Borba de Moraes, de 1958, reeditado em conjunto, em inglês, pela UCLA/USA e Livraria Kosmos/RJ, em 1983, p. 494-495, cita inicialmente a edição de 1822, deixando a menção à primeira, de 1812, numa pequena referência ao final do tópico;

Também consultadas obras históricas referenciais que tratam da vida e obra de Silva Lisboa e que destacam alguns itens que podem corroborar com a hipótese de que ele desconhecia até falecer a existência das edições portuguesas:

- Vida e Escriptos de José da Silva Lisboa (Visconde de Cayru), por Valle Cabral, publicado na *Revista Brasileira*, terceiro ano, tomo X, por N. Midosi, editor, Rio de Janeiro, 1881, em diversas edições, com páginas diferentes e não sequenciais: é citada a obra baseada nos escritos de Burke impressa em 1812; menciona que no Decreto de 18 de fevereiro de 1821, Silva Lisboa é indicado para deputado da Junta de Cortes que trataria das leis constitucionais a serem discutidas nas Cortes de Lisboa, incluindo os melhoramentos que fossem úteis e adequados ao Brasil; relata que Silva Lisboa é nomeado em 26 de fevereiro de 1821 ao cargo de Inspetor Geral dos Estabelecimentos Literários, tendo por atribuição fazer a censura de todas as obras destinadas à imprensa; menciona que depois dos acontecimentos de 26 de fevereiro de 1821, data da regeneração política do Reino do Brasil, Silva Lisboa começou a publicar o periódico *O Conciliador do Reino Unido*, pregando a concórdia e boa harmonia entre os cidadãos, advogando a causa do Brasil com argumentos irrefutáveis; foi

Silva Lisboa o maior advogado, o mais forte sustentáculo de D. João VI e do príncipe D. Pedro, não se sujeitando às ideias de outrem, a não serem as da ordem e da justiça; a partir de setembro de 1821, considerando as providências determinadas pelas Cortes, Silva Lisboa atira-se de corpo e alma na luta pela independência do Brasil, escrevendo o periódico *Reclamações do Brasil* onde se colocava contra as ordens retrógradas das Cortes constituintes, tornando-se antagonista dos “refalsados constitucionais e facciosos da cabala anti-brazilica”. Nesse trabalho, em sua última parte, p. 403-404, é relacionada a obra, com citação às edições de 1812 e de 1822, essa como sendo “a segunda mais correcta”. Ao que consta, o autor também desconhecia a existência da edição de 1821 como os demais.

- A obra biobibliográfica feita por Vale Cabral foi “realizada a partir das melhores e mais autorizadas fontes, os documentos arquivais, os jornais de época, os livros de registro da Imprensa Nacional, as notícias contemporâneas, a tradição escrita pelo seu filho Bento da Silva Lisboa e oral transmitida pelo seu neto José da Silva Lisboa; é obra segura, exata, correta, um excelente guia para o estudo biobibliográfico de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu”, conforme consta da página 35 de artigo referente aos “Anais da Imprensa Nacional (1823-1831)” publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional*, volume 73, de 1954.
- *História da Litteratura Brasileira*, por Sylvio Romero, pela B.L. Garnier- Livreiro Editor, Rio de Janeiro, em 1888, tomo I (1500-1830), p. 636 a 645: menciona que Silva Lisboa “nunca mais sahiu d’esta cidade, onde faleceu em 1835”; “passou toda a sua vida política a combater os excessos de um e outro lado: absolutistas e revolucionários tiveram-no por inimigo”, “de todos os nossos homens ilustres da época Silva Lisboa foi aquelle que menos tempo viveu em Portugal, seis ou sete anos e não mais, estudou ali a língua inglesa”; “entrou a ler especialmente os livros ingleses de

política e economia nacional, adquiriu assim esse espírito liberal, mas liberal de factos e não de palavras, esse espírito utilitário e pratico, indispensável à marcha social dos povos”; também destaca os panfletos dizendo que “a ideia capital de todos eles é a defesa da independência do Brazil e do governo constitucional representativo; nesse intuito Lisboa atacou tanto as Cortes portuguesas como, por exemplo, os revolucionários pernambucanos de 1824, feria à direita e à esquerda com decidida e inabalável coragem”, observa Sylvio Romero, ao final, que o maior defeito de Silva Lisboa era o gosto na confecção dos volumes, sempre sobrecarregados de divisões, sub-divisões, apêndices, suplementos, explicações, etc, o que torna sua leitura muito fatigante, contudo, sempre é lembrado por ter sido patriota e erudito, exemplo de constância, coragem e de vigor intelectual;

- *História da História do Brasil*, de José Honório Rodrigues, vol. II, tomo I – A Historiografia Conservadora, Editora Nacional, São Paulo/SP, 1978-1988: na página 155 é citado que “foi sua grande admiração por Edmund Burke que o levou a traduzir e publicar uma antologia desse pensador político, os *Extractos das Obras Políticas e Econômicas de Edmund Burke*; Burke representou um papel preeminente em todas as principais questões durante 30 anos, desde 1765, e continua a ser considerado um escritor importante na história da teoria política”, na nota de rodapé é referenciada a edição de 1812 e a 2ª edição mais correta, de Lisboa em 1822; para descrever os fatos da vida de Silva Lisboa, o autor se vale da biografia escrita por Vale Cabral, já citada anteriormente e de onde extrai as informações biográficas (p. 157).

Ao final do presente capítulo, pode-se concluir afirmando que a hipótese inicialmente levantada que dizia respeito a identificar os motivos pelos quais Silva Lisboa teria decidido excluir a dedicatória e homenagens ao ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, bem como se a obra baseada nos escritos do político irlandês Edmund Burke poderia ser considerada uma tradução no conceito literal do termo,

termina com a indicação de que, possivelmente, as edições feitas em Portugal pela Nova Impressão Viúva Neves e Filhos nos anos de 1821 e 1822 foram produzidas com intuito de apoiar o movimento de *Regeneração de Portugal*, ocorrido a partir da Revolta do Porto em 1820, sem o conhecimento e consentimento de Silva Lisboa, uma vez que ele não era um apoiador daquela causa da forma como foi pensada, sendo ferrenho defensor da manutenção do Reino Unido de Portugal e Brasil diante das propostas das Cortes instaladas em Lisboa em 1821.

Com relação à tradução, o que se definiu é que a obra seria uma reinterpretação do pensamento de Burke, cabendo ser feito um desenvolvimento dessa análise quanto à leitura, interpretação mediante a confrontação entre os originais em inglês dos textos usados e o que foi produzido por Silva Lisboa, mas já adiantando que o que se encontra publicado, até pelo tamanho reduzido das peças, não seria uma tradução literal dos textos selecionados para compor a obra em português. A reinterpretação teria o caráter seletivo dos assuntos que fossem de conveniência do governo luso-brasileiro na divulgação das ideias do britânico junto ao público leitor brasileiro ou mesmo português, de forma a apoiar o regime monárquico absolutista.

Considerações Finais

Percorrido todo o trajeto até chegar ao final dessa pesquisa que, a princípio, visava apenas a tradução de uma obra em inglês para o português, em sua primeira versão feita ainda em 1812, o trabalho desenvolvido acabou por vislumbrar um novo horizonte de respostas.

Diante do que se expôs no capítulo anterior, mesmo não se analisando a interpretação dada por Silva Lisboa aos escritos de Edmund Burke selecionados por ele ou por D. Rodrigo para fazer parte da obra publicada então, nem se verificando a qualidade ou a especificidade da tradução, ou seja, se, ao fim e ao cabo, o que foi produzido foi uma releitura dos escritos ou não, ficou patente que as alterações efetuadas no momento da nova edição de 1821/1822 levam fortemente a pensar na possibilidade de que Silva Lisboa não teve participação na decisão de publicá-la.

Como não há registros que confirmem a participação de Silva Lisboa na opção de encaminhar sua obra para nova publicação na Nova Impressão Viúva Neves e Filhos em Lisboa, para chegar à comprovação da hipótese ora levantada, foi preciso reavaliar a hipótese inicial do trabalho. Nesta, se buscava também a justificativa para a ausência da dedicatória na segunda edição. Com a falta de documentos que pudessem ser assertivos, foram feitas mais pesquisas de forma a encontrar evidências ou indícios do desconhecimento por parte de Silva Lisboa das edições portuguesas da obra, publicadas na década de 1820.

Passa-se, portanto, a descrever o que seriam os indícios que podem nos levar a responder da melhor forma possível à hipótese agora levantada sobre as edições da década de 1820, começando pelos fatos que estavam sendo vividos por Silva Lisboa na Corte do Rio de Janeiro no início de 1821, quando os efeitos da Revolução do Porto de 1820 iniciavam a serem sentidos.

Ele participava do seleto grupo de conselheiros do rei D. João VI, tendo participado de reuniões decisivas quanto às providências a serem adotadas depois da instalação das Cortes em 1821. Foi nomeado para participar da Junta que iria elaborar as propostas que atendessem às demandas brasileiras a incluir na Constituição em elaboração, como também foi nomeado para o cargo de Inspetor Geral dos

Estabelecimentos Literários, com a responsabilidade de ser censor do que seria impresso. Também não estava mais se dedicando à produção de obras mais densas, ficando com as atividades de escrever panfletos e vender periódicos, até de curta duração, onde expunha suas ideias acerca dos acontecimentos políticos que envolviam as relações de Portugal e Brasil, sempre preocupado em manter as partes do reino unidas e cuidando dos interesses brasileiros, em especial. Tudo isso sempre com a devoção de um fiel vassalo do rei, sem nenhuma aptidão para se revoltar contra o *status quo*.

Nunca se pronunciou a respeito das novas edições de sua obra com os escritos de Burke em nenhum de seus panfletos ou livros produzidos após a tumultuada época das Cortes e da independência brasileira. Tampouco o fez seu filho, ao homenageá-lo em sessão no IHGB após seu falecimento. Todos os estudiosos que citam a edição de 1822 - porque a de 1821 era uma quase total desconhecida na historiografia sobre Silva Lisboa - , o fazem em produções bem posteriores à morte dele e de seu filho (a do neto é desconhecida não podendo ser considerada na avaliação).

Pelo que se lê das edições portuguesas, todas as alterações sofridas pelo texto demonstram que quem as fez não escreve com o mesmo estilo rebuscado de Silva Lisboa e nem com os mesmos critérios em questão dos detalhes. Tudo o que no texto de 1812 que pudesse referenciar a presença dos ingleses que tanto influenciaram o governo de D. João em seu início como pleno governante, foi excluído e, assim, a obra deixou de apresentar as características de uma obra literária de Antigo Regime, como são as de Silva Lisboa.

Considerando o perfil de Silva Lisboa, que tendia a defender ardorosamente tudo em que acreditava e a divulgar seu pensamento, não parece razoável que deixasse de falar na obra, nem caso fosse sua a ideia de reeditá-la, nem caso também não concordasse com o produto final, se dele tivesse tomado conhecimento.

Assim, conclui-se que as edições de *Extractos das Obras Políticas e Econômicas de Edmund Burke* que foram publicadas nos anos de 1821 e 1822 pela Nova Impressão Viúva Neves e Filhos, talvez com a ciência do livreiro Paulo Martin,

distribuidor das obras de Silva Lisboa publicadas pela Imprensa Régia e parceiro de negócios em Portugal com a tipografia da família Neves, não eram do conhecimento de Silva Lisboa. Por este motivo compreende-se a exclusão da *dedicatória ao Lord Strangford e a D. Rodrigo de Sousa Coutinho*, e dos dois parágrafos iniciais do “Prefácio”, além das demais alterações aplicadas ao texto, inclusive, de notas de rodapé, na parte intitulada de “Rompimento da Negociação de Paz” e do “Apêndice”, tanto quanto explica-se a aparente ausência de sua distribuição no mercado livreiro do Brasil na época em questão.

Finalmente, quanto à hipótese inicialmente proposta de avaliar o tipo de tradução feita das obras e escritos de Burke, chegou-se à sugestão de que se tratou, grosso modo, de uma releitura ou reinterpretação. Entretanto, este aspecto ainda carece de mais estudos e de análise mais aprofundada, especialmente, no que tange a uma confrontação entre o texto original em inglês com aquele publicado em português, mais reduzido, mesmo na primeira edição de 1812. Isso pode gerar novo trabalho de pesquisa a ser desenvolvido a seguir para chegar a entender qual o intuito de apresentar os pensamentos do político irlandês ao público leitor, coadunando-se com a política do governo naquele momento. Afinal, naquela conjuntura, sob qual perspectiva as ideias de Burke poderiam ser realmente úteis à monarquia portuguesa? E qual era a possibilidade dos instrumentos mentais de Silva Lisboa se mostraram adequados para compreender, efetivamente, as ideias de Burke?

Referências

1. Fontes

BURKE, Edmund. *Reflections on the Revolution in France and on the Proceedings in certain societies in London relative to the event in a letter intended to have been sent to a gentleman in Paris*, London, 1791.

_____. *Observations on the Reflections of the Right Hon. Edmund Burke on the Reflection in France, in a letter to the Right Honourable the Earl of Stanhope*, London, 1790.

_____. *A Vindication of the Right Honourable Edmund Burke's Reflections of the Revolution in France in answer to all his opponents*, London, 1791.

_____. *Thoughts on the Prospect of a Regicide Peace, in a series of letters*, London, 1796: Letter 1: On the Overtures of Peace; Letter 2: On the Genius and Character of the French Revolution as it regards other Nations

_____. *A Third Letter to a member of the Present Parliament, on the Proposals for Peace with the Regicide Directory of France by the Late Right Honourable Edmund Burke*, Rivingtons, 1797.

_____. *A Letter from the Right Honourable Edmund Burke to a Noble Lord, on the attacks made upon him and his pension, in the House of Lords, by the Duke of Bedford and the Earl of Landerdale, early in the present sessions of Parliament*, London, 1796.

_____. *A Vindication of the Duke of Bedford's attack upon Mr. Burke's pension: in reply to a letter from the Right Honourable Edmund Burke to a Noble Lord*, London, 1796.

_____. *The Works of The Right Honourable Edmund Burke, Revised Edition, vol. V*, Boston: Little, Brown and Company, 1866.

BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a Revolução Francesa*. Tradução José Miguel Nani Soares – 1ª ed. São Paulo: EDIPRO, 2014.

_____. *Reflections on the Revolution in France*. London: Penguin Books Ltd, 2004.

_____. *Futher Reflections on the Revolution in France*. Indianapolis: Liberty Fund, 1992.

- BRITO, Joaquim José Rodrigues de. *Memórias políticas sobre as verdadeiras bases a grandeza das nações, e principalmente de Portugal*. Lisboa: Imprensa Régia, 1803-1805.
- DEPONT, Charles-Jean-François. *Answer to the Reflections of the Right Hon. Edmund Burke*. London: J. Debrett, Piccadilly, 1791.
- GUIMARÃES, Manuel Ferreira de Araújo. Discurso sobre a Tradução. (In) *O Patriota Jornal Litterário, Político, Mercantil, etc, do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro*: Imprensa Régia, nº 3, março de 1813, p. 69-78.
- LISBOA, Balthazar da Silva. *Annaes do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia Imp. E Const. De Seignot-Plancher e Cia, volumes I a VII, 1834-1835; Rio de Janeiro: Editora Leitura/UERJ, volume VIII, 1967.
- LISBOA, José da Silva Lisboa. *Princípios de Economia Política, para servir de introdução à tentativa econômica do author dos Princípios de Direito Mercantil*. Lisboa: Imprensa Régia, 1804.
- _____. *Extractos das Obras Políticas e Econômicas de Edmund Burke*. Rio de Janeiro, Imprensa Régia, 1812.
- _____. *Extractos das Obras Políticas e Econômicas do Grande Edmund Burke Mui úteis para a Regeneração de Portugal*. Segunda Edição. Lisboa: Nova Imprensa da Viúva Neves e Filhos, 1821.
- _____. *Extractos das Obras Políticas e Econômicas do Grande Edmund Burke*. Segunda Edição Mais Correcta. Lisboa: Nova Imprensa da Viúva Neves e Filhos, 1822.
- _____. Carta dirigida ao Visconde e Strangford sobre a publicação da tradução de alguns extratos do Mr. Burke. Fundo Visconde de Cairu, Arquivo Nacional, código de referência BR RJANRIO R7.0.0.10, 1812 (atribuída).
- PRICE, Richard. *A Discourse on the Love of Our Country*. 2 ed. London: George Stafford, 1789.
- VEIGA, Manoel Luís da. *Reflexões Críticas sobre a Obra de José da Silva Lisboa, intitulada, Princípios de Direito Mercantil: feitas por hum homem da mesma profissão*. Lisboa: Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1803.
- WOLLSTONECRAFT, Mary. *A Vindication of the Rights of Men, in a Letter to the Right Honourable Edmund Burke*. 2 ed. London: J. Johnson, 1790.

Collecção das Leis do Brazil de 1821, parte II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

Collecção das Cartas de Lei, Decretos, etc. das Cortes Geraes, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1822.

2. Bibliografia

ABREU, Márcia. “Duzentos anos: os primeiros livros brasileiros” (In) *Impressos no Brasil. Dois séculos de livros brasileiros*. BRAGANÇA, Aníbal e ABREU, Márcia [org.] São Paulo, SP: Editora UNESP, 2010.

_____. *Os caminhos dos livros*. Campinas/SP: Mercado de Letras, Fapesp, 2003.

ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de Devoção, Atos de Censura: Ensaio de História do Livro e da Leitura na América Portuguesa (1750-1821)*. São Paulo, SP: Hucitec: Fapesp, 2004 (Estudos Históricos nº 55).

ALVES, Marieta. *O Comércio Marítimo e Alguns Armadores do século XVIII na Bahia*. (In) *Revista de História*, v. 31, nº 63, São Paulo, SP: USP, 1965; (In) *Revista de História*, v. 40, nº 81. São Paulo: USP, 1970.

ARAÚJO, Ana Cristina. Narrar e silenciar o cotidiano. A correspondência de Gabriella Asinari di San Marzano Sousa Coutinho (1789-1821). (In) *Revista Portuguesa de História* – t. XLVII (2016) – p. 269-291 - Acessado em 21/02/2018: <https://hdl.handle.net/10316.2/40689>

ARIS, Reinhold. *History of Political Thought in Germany 1789-1815*. London: Frank Cass & Co. Ltd, 2006.

ARISTÓTELES. *Órganon: Categoria, Da Interpretação, Analíticos anteriores, Analíticos posteriores, Tópicos, Refutações sofisticas*. Tradução, textos adicionais e notas Edson Bini. – Bauru, SP: EDIPRO, 2005. (Série Clássicos Edipro).

_____. *Tópicos*. Revisão do texto Levi Condinho. Concepção Gráfica Branca Vilallonga. Tradução J. A. Segurado e Campos. – Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007.

_____. *Retórica*. Prefácio e introdução Manuel Alexandre Júnior; tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. – São Paulo, SP: Editora WMF Martins Fontes, 2012 (Coleção obras completas de Aristóteles).

- ARENDDT, Hannah. *Sobre a Revolução*. Tradução Denise Bottmann – São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2011.
- ASLANOV, Cyril. *A tradução como manipulação*. – 1 ed. – São Paulo, SP: Perspectiva: Casa Guilherme de Almeida, 2015.
- BARRETO, Célia de Barros [et. al]. *História Geral da Civilização Brasileira, O Brasil Monárquico*, tomo II: O Processo de Emancipação, vol. 1. 9ª ed. – Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2003.
- BARROS, Thiago Henrique Bragato. *Uma trajetória da Arquivística a partir da Análise do Discurso: inflexões histórico-conceituais*. - São Paulo, SP: Editora UNESP; São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2015.
- BARTHES, Roland. *O Rumor da Língua*. – São Paulo, SP: Martins Fontes, 2004.
- BENEVIDES, Francisco da Fonseca. *No Tempo dos Franceses*. – Barcarena, Portugal: Marcador Editora, 2012.
- BENJAMIN, Walter. *Escritos sobre mito e linguagem (1915-1921)*. Organizado, apresentado Jeanne Marie Gagnebin; tradução Susana Kampff Lages e Ernani Chaves. – São Paulo, SP: Livraria Duas Cidades, Editora 34, 2011.
- BERLIN, Isaiah. *Rousseau e outros cinco inimigos da liberdade*. Organização e notas Henry Hardy; tradução Tiago Araújo; Lisboa, Portugal: Gradiva, 2005.
- _____. *Against the Current: Essays in the History of Ideas*. Edição Henry Hardy; New Jersey, USA: Princeton University Press, 2013.
- BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina: Da Independência a 1870*. Vol.III. Tradução Maria Clara Cescato. – São Paulo, SP: Ed. Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF – Fundação Alexandre de Gusmão, 2001.
- BLAKE, Antonio Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Volume V – Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Nacional, 1899.
- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez & Latino: áulico, anatômico, architectonico*. Collegio das Artes da Companhia de Jesus: Coimbra, Portugal, 1712-1728.
- BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Tradução Carmen C. Varriale [et al.]; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cascais. – Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.

- _____. *Liberalismo e Democracia*. Tradução Marco Aurélio Nogueira – São Paulo, SP: Brasiliense, 2005.
- BRAGANÇA, Aníbal. Sobre o editor. Notas para sua história. (In) *Em Questão*, UFRS, Porto Alegre, RS, vol. 11 n. 2, p. 219-237, jul/dez.2005.
- BRANNIGAN, Cyril. *Ballitore Quaker School and its unique curriculum: 1726-1836*. (In) *Irish Educational Studies*, vol. 5, n° 2 – Dublin, Ireland: Education Studies Association of Ireland, 1985 (p. 302-314).
- BURKE, Peter e HSIA, R. Po-chia (org.) *A tradução cultural nos primórdios da Europa Moderna*. Tradução Roger Maioli dos Santos. – São Paulo, SP: Editora UNESP, 2009.
- CABRAL, Alfredo do Valle. Vida e Escriptos de José da Silva Lisboa, Visconde de Cayru. (In) *Revista Brasileira*, 3º ano, Tomo IX, p. 235 a 250; Tomo X, p. 151 a 164, 271 a 287, 395 a 418,- Rio de Janeiro, RJ: Nicolau Midosi Editor, julho a setembro de 1881;
- CALDEIRA, Jorge. *História da riqueza no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Estação Brasil, 2017.
- CALMON, Pedro. *A bala de ouro: história de um crime romântico*. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio Editora, 1947.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida, e MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*, - São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo: Kosmos, 1993.
- CAMPOS, Maurício da Costa. *Vocabulário marujo: ou, Conhecimentos de todos os cabos necessários ao navio; do seu poliame e de todos os termos marujaes*. – Rio de Janeiro, RJ: Oficina de Silva Porto & Cia., 1823.
- CARDOSO, José Luís (org.) *Portugal como Problema: A Economia como solução – Do Mercantilismo à Ilustração*. Vol. V.- Lisboa, Portugal: Fundação Luso-Americana e Público, 2006.
- _____. O liberalismo económico na obra de José da Silva Lisboa (In) *Revista de História Econômica & História de Empresas*, volume 5, n° 1, São Paulo, SP: ABPHE, 2002.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, KASSOY, Boris (org.) *A Imprensa confiscada pelo Deops (1924-1954)*. São Paulo, SP: Ateliê Editorial: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Arquivo do Estado, 2003.

- CAROLINO, Luís Miguel. O Poder dos Livros: A Biblioteca de Rodrigo de Sousa Coutinho. (In) *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, RJ, a. 174 (460) p. 109-140, jul/set. 2013.
- CHÂRTELET, François (org.) *História das ideias políticas*. – Tradução Carlos Nelson Coutinho. - 2 ed. – Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed., 2009.
- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun*. – Tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. – São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Ed. UNESP, 1998.
- _____. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Tradução Mary Del Priore. – Brasília, DF: Editora UnB, 2 ed., 1998.
- _____. *A História Cultural: entre práticas e representações*. – Tradução Maria Manuela Galhardo. - 2 ed. – Alges, Portugal: DIFEL, 2002.
- _____. *Os Desafios da Escrita*. – Tradução Fulvia M. L. Moretto. – São Paulo, SP: Ed. UNESP, 2002.
- _____. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. – Tradução Patrícia Chittoni Ramos. – Porto Alegre, RS: Ed. UFRGS, 2002.
- _____. *Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação*. – Tradução Maria de Lourdes Meirelles Matencio. Campinas/SP: Mercado das Letras; Associação de Leitura do Brasil (ALB), 2003.
- _____. *O que é um Autor? Revisão de uma genealogia*. – Tradução Luzmara Curcino; Carlos Eduardo de Oliveira Bezerra. – São Carlos, SP: EdUFSCar, 2012.
- _____. *A mão do autor e a mente do editor*. – Tradução George Schlesinger. – 1 ed. – São Paulo, SP: Editora UNESP, 2014.
- COBBAN, Alfred. *A Interpretação Social da Revolução Francesa*. Tradução André Luiz Barros da Silva. – Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor Ltda, 1989
- CORRÊA, Manoel Pio. *Primórdios da Revolução Francesa*. – Rio de Janeiro, RJ: Documenta Histórica, 2009.
- COWIE, Leonard W. *Edmund Burke, 1729-1797: a bibliography*. – Westport, Connecticut, Estados Unidos: Greenwood Press, 1994.
- CROUZET, Maurice. *História Geral das Civilizações. V. 11. O Século XVIII: o último século do Antigo Regime*/Rouland Mousnier, Ernest Labrousse:

- colaboração Marc Bouloisau; Tradução Vítor Ramos. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1995.
- _____. *História Geral das Civilizações. V. 12. A Sociedade do Século XVIII perante a Revolução*/Rouland Mousnier, Ernest Labrousse: colaboração Marc Bouloisau; Tradução Vítor Ramos. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1995.
- CURTO, Diogo Ramada; Manuela D. DOMINGOS; Dulce FIGUEIREDO & Paula GONÇALVES. *As gentes do livro: Lisboa, século XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2007.
- DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. Tradução Hildegard Feist. – São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. Tradução Luís Carlos Borges – São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2007.
- _____. *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. Tradução Daniel Pellizzari – São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010.
- _____. *Censores em ação: como os Estados influenciaram a literatura*. Tradução Rubens Figueiredo – 1ª ed. - São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2016.
- DELMAS, Ana Carolina Galante. “*Do mais fiel e humilde vassalo*”: uma análise das dedicatórias impressas no Brasil joanino. Rio de Janeiro, RJ, Dissertação de Mestrado, UERJ, 295 p.
- _____. Visconde de Cairu: o mais fiel e humilde vassalo do Brasil. *XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio Memória e Patrimônio*, UNIRIO, julho de 2010.
- Acesso em 20/04/2018:
http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276732895_ARQUIVO_AnaCarolinaGalanteDelmas.pdf
- DENIPOTI, Claudio e FONSECA, Thaís Nívea de Lima. Censura e Mercê – os pedidos de leitura e posse de livros proibidos em Portugal no século XVIII. (In) *Revista Brasileira de História da Ciência*. – Rio de Janeiro, RJ, v. 4, n. 2, julho a dezembro de 2011, p. 139-154.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. – São Paulo, SP: Alameda, 2005.
- DUARTE, Constância Lima. Nísia Floresta e Mary Woolstonecraft: diálogo ou apropriação?. (In) *O Eixo e a Roda: Revista de Literatura Brasileira*, UFMG, v. 7, p. 153-161, maio/2001. Acesso em 19/06/2018:
http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea_roda/article/view/3105

- ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Tradução Pedro Süsskind; prefácio Roger Chartier. – Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed., 2001.
- FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder: a formação do patronato político brasileiro*. – 3ª ed. revista. – São Paulo, SP: Globo, 2001.
- FARIA, Francisco Leite de. *Livros Impressos em Portugal no Século XVI existentes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. (In) Separata do Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, vol. XXXIV, 2ª parte. – Coimbra, Portugal: Coimbra Editora Ltda, 1979.
- FISHER, Mark. *Inside the Club*. (in) Standpoint Magazine, London-UK, March/2015.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. – 3 ed. – Rio de Janeiro, RJ: Forense-Universitária, 1987.
- _____. *Ditos e Escritos: Estética – literatura e pintura, música e cinema*. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta, tradução Inês Autran Dourado Barbosa – v. III, 2 ed. – Rio de Janeiro, RJ: Forense-Universitária, 2009.
- _____. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. – 24 ed. – São Paulo, SP: Edições Loyola, 2014.
- FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda, GOUVEA, Maria de Fátima (org.) *O Antigo Regime dos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2001.
- FURET, François e OZOUF, Mona. *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Tradução Henrique Mesquita. – Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1989.
- _____. *Pensando a Revolução Francesa*. Tradução Luiz Marques e Martha Gambini. 2ª ed. – Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1989.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Volume I, Tradução Flávio Paulo Meurer. Revisão da tradução Ênio Paulo Gianchini. 3ª edição. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- _____. *Verdade e método: complementos e índice*. Volume II, Tradução Ênio Paulo Gianchini. Revisão da tradução Márcia Sá Cavalcante-Schuback. 6ª edição. – Petrópolis/RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2011.

- _____. *O problema da consciência histórica*. Organização Pierre Fruchon; Tradução Paulo César Duque Estrada. – 2 ed. – Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2003.
- GALLO, Max. *Revolução Francesa: Às armas, cidadãos! (1793-1799)*, vol.2. Tradução Júlia da Rosa Simões, - Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.
- GARCIA-HERNANDEZ, José Ramón. *Edmund Burke: La solución liberal reformista para la Revolución Francesa*. – Madrid, España: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2016.
- GÉRARD, Alice. *A Revolução Francesa (Mitos e Interpretações)*. Tradução Sérgio Joaquim de Almeida; revisão Celso Fróes Brocchetto e Jorge Vasconcellos. Coleção Kronos nº 8. - São Paulo, SP: Perspectiva, 1999.
- GERMANA, Nicholas A. *The Anxiety of Autonomy and the Aesthetics of German Orientalism*. Rochester, New York/USA: Camden House, 2017.
- GERSON, Brasil. *História das Ruas do Rio (e da sua liderança na história política do Brasil)*. – 6ª ed. – Rio de Janeiro, RJ: Bem-Te-Vi, 2013.
- GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org). *O Brasil Imperial*, vol. I: 1808-1821. – 3ª ed. – Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2014.
- HEISE, Eloá. *Heine e Castro Alves: Divergência na convergência*. (In) Revista Pandaemonium Germanium, USP – São Paulo, SP, n.2, 1998, p. 23-33.
- HIMMELFARB, Gertrude. *Os Caminhos para a Modernidade: Os Iluminismos britânico, francês e americano*. Tradução Gabriel Ferreira da Silva. – São Paulo, SP: É Realizações Editora, 2011.
- HILL, Christopher. *O Século das Revoluções, 1603-1714*; tradução Alzira Vieira Allegra.-São Paulo, SP: Editora UNESP, 2012.
- _____. *O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640*. Tradução, apresentação e notas Renato Janine Ribeiro – São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1987.
- HOLANDA, Sérgio Buarque (org). *Grandes Personagens da Nossa História*, São Paulo, SP: Editora Abril Cultural, 1972.
- JANCSÓ, István. Na Bahia contra o Império: História do Ensaio de Sedição de 1798. - São Paulo, SP/ Salvador, BA: Hucitec; EDUFBA,1996 (Estudos Históricos nº 24)
- KIRK, Russell. *Edmund Burke: redescoberto um gênio*; tradução Márcia Xavier de Brito, 1 ed. – São Paulo, SP: É Realizações, 2016.

- KIRSCHNER, Tereza Cristina. *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu: itinerários de um ilustrado luso-brasileiro.* - São Paulo, SP: Alameda; Belo Horizonte, MG: PUC-Minas, 2009.
- _____. Burke, Cairu e o Império do Brasil. (In) JANCSÓ, István. *Brasil: Formação do Estado e da Nação.* - São Paulo, SP: Hucitec; Ed. Unijuí: Fapesp, 2003.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês.* Tradução Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. - Rio de Janeiro, RJ: EDUERJ: Contraponto, 1999.
- _____. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.* Tradução Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. - Rio de Janeiro, RJ: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. 2ª reimpressão: fevereiro de 2011.
- _____. *Estratos do Tempo: estudos sobre história.* Tradução Markus Hediger. - 1 ed. - Rio de Janeiro, RJ: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2014.
- LEFEBVRE, Georges. *1789. O surgimento da Revolução Francesa.* Prefácio e posfácio de Albert Soboul; prefácio à edição alemã de Claude Mazauric; tradução Cláudia Schilling. 2ª ed. - Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2011
- LEVIN, Yuval. *O grande debate: Edmund Burke, Thomas Paine e o nascimento da esquerda e da direita.* Tradução Alessandra Bonruquer. - 1 ed. - Rio de Janeiro, RJ: Record, 2017.
- LIGHT, Kenneth. *A viagem marítima da família real: a transferência da corte portuguesa para o Brasil.* Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed., 2008.
- LISBOA, Bento da Silva. *Biographia dos Brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc.: Memória escripta por seu filho o Conselheiro Bento da Silva Lisboa e lida na Sessão do Instituto Histórico em 24 de agosto de 1839.* (In: Revista Trimensal de História e Geografia do IHGB - 3ª ed. Tomo primeiro, nº 1, abril de 1839 - Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908), p. 185 a 191;
- _____. *Compendio da Obra da Riqueza das Nações de Adam Smith.* Traduzido do original inglez por Bento da Silva Lisboa, Official da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra.- Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1811.
- LISBOA, João Luís. From publishing to the Publisher - Portugal and the changes in the world of print in the 19th century. (In) ABREU, Marcia e SILVA, Ana Claudia Suriani da. (org). *The Cultural Revolution of the 19th century: Theatre,*

- the Book-trade and Reading in the Transatlantic World*, Londres, Inglaterra: I.B.Tauris Publishers, 2016, p. 69-86 e 260-261.
- LISBOA, José da Silva. *Princípios de Economia Política*. Introdução Alceu Amoroso Lima; Edição comentada Prof. Nogueira de Paula; em comemoração ao Bicentenário do Nascimento de Cayru (1756-1956). Rio de Janeiro: Pongetti Editores, 1956.
- LUSTOSA, Isabel. *Cairu, panfletário: contra a facção gálica e em defesa do trono e do altar*. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1999.
- _____. *Insultos Impressos: A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império: Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822*. Rio de Janeiro, RJ: Sette Letras, 1994.
- MACKINTOSH, James. *Vidiciæ Gallicæ and Other Writings on the French Revolution*. Edited and with an Introduction by Donald Winch. Indianapolis, Indiana/USA: Liberty Fund Inc., 2006.
- MARQUES, António Henrique Rodrigo de Oliveira. *Breve História de Portugal*. 7ª ed. Lisboa, Portugal: Editorial Presença, 2009.
- MATTOSO, José (dir.) *História de Portugal. O Liberalismo (1807-1890)*, vol. V, - Lisboa, Portugal: Editorial Estampa, 1998.
- MATTOSO, Kátia M. de Queiróz. *Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora*. Salvador, BA: Corrupio, 2004.
- MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da devassa: A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal (1750-1808)*. Tradução João Maia, 5ª ed., - São Paulo, SP: Paz e Terra, 2001.
- _____. *A Revolução Francesa (1789-1799)*. - São Paulo, SP: Ed.Ática, 1989.
- _____. *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. Tradução Irene Hirsch, Lólio Lourenço de Oliveira ... [et.al.] - São Paulo, SP: Paz e Terra, 1999.
- _____. *O livro de Tiradentes: Transmissão atlântica de ideias políticas no século XVIII*. Coord. Kenneth Maxwell; org. Bruno Carvalho, John Huffman e Gabriel de Avilez Rocha; tradução Maria Lucia Machado e Luciano Vieira Machado - 1ª ed. - São Paulo, SP: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O Brasil holandês (1630-1654)* - São Paulo, SP: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

- _____. *O Negócio do Brasil* – São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2011.
- _____. *Um imenso Portugal: história e historiografia*. – São Paulo, SP: Ed. 34, 2002.
- MIDDLETON, Richard. *Guerra da Independência dos Estados Unidos da América, 1775-1783*. Tradução Jussara Vila Rubia Gonzales. – São Paulo, SP: Madras, 2013.
- MOLINA, Matias M. *História dos jornais no Brasil: Da era colonial à Regência (1500-1840)*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2015.
- MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O Rei no Espelho: a Monarquia Portuguesa e a Colonização da América: 1640-1720*.- São Paulo, SP: Hucitec; FAPESP, 2002 (Estudos Históricos nº 45).
- MORAES, Alexandre José de Mello. *Apontamentos Biographicos do Barão de Cayru*.- Rio de Janeiro: Typographia Brasileira, Editor J.J. do Patrocínio, 1863.
- MORAES, Rubens Borba de. *Bibliographia Brasiliana: Rare books about Brazil published from 1504-1900 and works by Brazilians authors of the Colonial period*, volume I, - Los Angeles/EUA: UCLA Latin American Center Publications; Rio de Janeiro/Brasil: Livraria Kosmos Editora, 1983.
- MOTTA, Carlos Guilherme (coord.). *Os Juristas na Formação do Estado-Nação Brasileiro*. Volume I, Século XVI a 1850. Coleção Juristas Brasileiros. – São Paulo, SP: Quartier Latin, 2006.
- _____. *A ideia de revolução no Brasil e outras ideias*. – São Paulo, SP: Globo, 2008.
- NEVES, Guilherme Pereira das. *História, teoria e variações*. – Rio de Janeiro, RJ: Contra Capa: Companhia das Índias, 2011.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Comércio de livros e censura de ideias: A actividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822), (In) *Ler História*, nº 23, Lisboa, Portugal, 1992, p. 61-78.
- _____. *Corcundas e constitucionais: cultura e política (1820-1823)*. – Rio de Janeiro, RJ: Revan: Faperj, 2003.
- _____. *Napoleão Bonaparte: imaginário e política em Portugal (c. 1808-1810)*. – São Paulo, SP: Alameda, 2008.
- _____. (org.) *Livros e impressos: retratos dos Setecentos e do Oitocentos*. – Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2009.

- _____. Impressores e Livreiros: Brasil, Portugal e França, Ideias, Cultura e Poder nos primeiros anos do Oitocentos. (In) *Revista do IHGB*, ano 172, nº 451, abr./jun./2011, p. 231-256.
- _____. As Belas Letras na Livraria de Jean Baptiste Bompard (1824-1828). (In) *História* (São Paulo) vol. 32, nº 1, jan./jun., UNESP: São Paulo, SP, 2013, p. 79-98.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*.-7ª ed. - São Paulo, SP: Hucitec; FAPESP, 2001. (Est.Históricos nº 1).
- NOVALIS. *Pólen: fragmentos, diálogos, monólogos*. Tradução, apresentação e notas Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo, SP: Iluminuras, 2001.
- OTT, Carlos. *A Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Salvador*. Nº 21, Rio de Janeiro, RJ: IPHAN/MEC, 1960.
- PAINE, Thomas. *Direitos do Homem*. Tradução Edson Bini, Bauru, SP: EDIPRO, 2005 (Série Clássicos Edipro)
- PALMER, Richard E. *Hermenêutica*. Tradução Maria Luísa Ribeiro Ferreira, Lisboa, Portugal: Edições 70, 1996.
- PARADA, Maurício (org). *Os Historiadores: clássicos da história. Vol. I: de Heródoto a Humboldt*. – Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-Rio, 2012.
- PEREIRA, Miriam Halpern. *Do Estado Liberal ao Estado-Providência: um século em Portugal*. – Bauru, SP: Edusc, 2012.
- PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Língua Brasileira*. – Ouro Preto, MG: Typographia de Silva, 1832.
- POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. Sérgio Miceli (org.); tradução Fábio Fernandez. – 1. Ed. 1. Reimpr. – São Paulo, SP: Editora Universidade de São Paulo, 2013.
- POMBO, Nívia. *Dom Rodrigo de Sousa Coutinho: pensamento e ação político-administrativa no império português (1778-1812)*. 1 ed. – São Paulo, SP: Hucitec, 2015 (Estudos Históricos nº 88)
- PRICE, Richard. *Um discurso sobre o amor ao nosso país*. Tradução Guilherme Tadeu de Paula. (In) *Revista Espaço Acadêmico*, nº 194, julho/2017, p. 145-160, Departamento de Ciências Sociais, Universidade de Maringá/PR.
- QUEIRÓZ, Juliana Maia. *Brasil e Portugal: relações transatlânticas e literárias no século XIX*. (In) *Revista Polifonia*, v.20, n. 28, julho/dezembro-2013, p. 189-203, Instituto de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso/UFMT.

- QUINTILIANO, Marco Fabio. *Instituições Oratórias*. Tradução Jeronymo Soares Barboza, 2ª ed. Tomos I e II – Paris/França: Livraria Portuguesa de J. P. Aillaud, 1836.
- RAMINELLI, Ronald. Baltazar da Silva Lisboa: a honra e os apuros do juiz naturalista. (In) Vainfas, Ronaldo; Santos, Georgina Silva dos; e Neves, Guilherme Pereira das (org). *Retratos do Império: trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. 1 ed. Niterói, RJ: EdUFF, 2006, p. 279-296.
- REZENDE, Antônio Martinez de. *Dicionário do latim essencial*. – 2. Ed. – revisada e ampliada – Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2014 (Coleção Clássica).
- ROCHA, Antonio Penalves. *Visconde de Cairu* – Coleção Formadores do Brasil - São Paulo, SP: Ed. 34, 2001.
- _____. *A recolonização do Brasil pelas Cortes: histórias de uma invenção historiográfica*. – São Paulo, SP: Ed. UNESP, 2009.
- ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. Tradução Christian Edward Cyrill Lynch, São Paulo, SP: Alameda, 2010.
- SCHLEIERMACHER, Friedrich D. E. *Hermeunêutica – Arte e técnica da interpretação*. Tradução e apresentação Celso Reni Braida. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes tropical: império, monarquia e a Corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Tradução Renato Aguiar. – Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2008.
- SCHWOB, Marcel. *Lucrecio e A Natureza das Coisas*. (In) *Vidas Imaginadas*, 1896
Acessado em 07/05/2018:
<http://ensaiosnotas.wordpress.com/2016/07/04/lucrecio-e-a-natureza-das-coisas>)
- SCRUTON, Roger. *O que é Conservadorismo*. Tradução Guilherme Ferreira Araújo, - 1 ed., - São Paulo, SP: É Realizações, 2015.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640*. – São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, Coleção Brasileira (vol. 336), 1968.
- SILVA, Ana Rosa Clochet da. *Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. – São Paulo, SP: Hucitec: Fapesp, 2006. (Estudos Históricos nº 63).

- SILVA, Andréa Mansuy-Diniz. *Uma figura central da Corte Portuguesa no Brasil: D. Rodrigo de Sousa Coutinho*. (In) Martins, Ismênia; Motta, Márcia (org.). *1808 – A Corte no Brasil*. Niterói, RJ: Editora da UFF, 2010, p. 133-157.
- SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário da língua portuguesa*. (recompilado, 1813). – Lisboa, Portugal: Typographia Lacerdina, 1789.
- SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Vol.V, - Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional, 1860.
- SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Vol.XIII, por Brito Aranha – Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional, 1885.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília, DF, INL, 1977 (Coleção Brasileira nº 363).
- _____. *Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Luso-Brasileiro, 1750-1822*. Vol. VIII. – Lisboa, Portugal: Editorial Estampa, 1986.
- _____. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): cultura e sociedade*. Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2007.
- _____. *Cultura letrada e cultura oral no Rio de Janeiro dos vice-reis*. 1. Ed. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2013.
- SLEMIAN, Andréa. *Política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. – São Paulo, SP: Hucitec, 2006 (Estudos Históricos nº 64).
- SLEMIAN, Andréa e CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Obra de Manoel Luís da Veiga. Estudo introdutório e organização*. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- _____. “Memorial” às Cortes de Lisboa de Manoel Luís da Veiga (1821). *Constitucionalismo e formas de governo no Brasil*. (IN) *Análise Social*, 218, LI (1º), Lisboa, Portugal: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2016.
- SOBOUL, Albert. *A Revolução Francesa: edição comemorativa do bicentenário da Revolução Francesa, 1789-1989*. Tradução Rolando Roque Silva. – 9ª ed. – Rio de Janeiro, RJ: DIFEL, 2007.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 2ª ed. – Rio de Janeiro, RJ: Edições do Graal, 1977.
- SOUSA, Avante Pereira. *A Bahia no século XVIII: Poder político local e atividades econômicas*. - São Paulo, SP: Alameda, 2012.

- SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. - São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2006.
- SOUZA, Ricardo Luiz de. *Tocqueville, Burke, Paine: revolução, democracia e tradição*. Ponta Grossa, PR: Editora UEPG, 2013
- TAVARES, Francisco Muniz. *História da revolução de Pernambuco em 1817; notas de Manuel de Oliveira Lima*. - 5 ed. - Recife, PE: Cepe, 2017.
- TENGARRINHA, José (org). *História de Portugal*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2001.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *O Antigo Regime e a Revolução*; Tradução de Yvonne Jean. - 4ª ed. - Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1997.
- TREVELYAN, George McCaulay. *A Revolução Inglesa: 1688-1689*. Tradução Leda Bozacian. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- VAINFAS, Ronaldo (org). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Objetiva, 2000.
- VILLALTA, Luiz Carlos. Censura literária e circulação de impressos entre Portugal e Brasil (1769-1821) (In) Eliana de Freitas Dutra e Jean-Yves Mollier (org.) *Política, Nação e Edição: o lugar dos impressos na construção da vida pública. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo, SP: Annablume Editora, 2006, p. 111-134.
- _____. *O Brasil e a crise do Antigo Regime português (1788-1822)*. Rio de Janeiro, RJ: FGV Editora, 2016.
- WIKER, Benjamin. *Dez livros que todo conservador deve ler – mais quatro imperdíveis e um impostor*. Tradução Mariza Cortazzo, - Campinas, SP: VIDE Editorial, 2016.
- WILCHEN, Patrick. *Império à deriva: A corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*, tradução Vera Ribeiro. - Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2005.
- WOOD, Gordon S. *A revolução americana*. Tradução Michel Teixeira. - 1 ed. - Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2013.
- WOOLF, Virgínia. *The Art of Biography* (In) *The Death of the moth and other essays*, 1942. Disponível em:
<https://ebooks.adelaide.edu.au/w/woolf/virginia/w91d/chapter23.html> e em:
<http://gutenberg.net.au/ebooks12/1203811h.html>. Acessos em: 26/08/2018.
- _____. *A Arte da Biografia*, tradução de Norida Teotônio de Castro. *Revista Dispositiva*, PUC-MG, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 200 - 207, nov. 2012.

Disponível em:

<http://periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva/article/view/4302/4452>.

Acesso em: 26/08/2018.

WYLER, Lia. *Línguas, poetas e bacharéis: uma crônica da tradução no Brasil*. – Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

XAVIER, Francisco Cândido. *Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho, ditado pelo espírito de Humberto de Campos*.- Rio de Janeiro, RJ: FEB-Federação Espírita Brasileira, 1987.

_____, *Os Mensageiros, ditado pelo espírito André Luiz*. - Rio de Janeiro, RJ: FEB-Federação Espírita Brasileira, 2010.

ZANINI, Leonardo Estevam de Assis. O Estatuto da Rainha Ana: estudos em comemoração dos 300 anos da primeira lei de copyright. (In) *Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região*, Brasília,DF, v. 22, n. 9, p. 27-38, out. 2010.

INTERNET:

https://www.thebandordhaughtons.co.uk/page_ballitorequakervillage.htm (acessado em 30/08/2017)

<https://www.thejournal.ie/old-quaker-school-kildare-glanbia-1050067-Aug2013/> (acessado em 23/09/2017)

[https://en.wikisource.org/wiki/Shackleton,_Abraham_\(DNB00\)&olid=4990279](https://en.wikisource.org/wiki/Shackleton,_Abraham_(DNB00)&olid=4990279) (acessado em 30/08/2017)

https://en.wikipedia.org/wiki/Trinity_College,_Dublin (acessado em 30/08/2017)

<https://www.tcd.ie/about/history/> (acessado em 23/09/2017)

https://en.wikipedia.org/wiki/James_William_Edmun_Doyle (acessado em 30/08/2017)

<https://www.britannica.com/biography/James-Boswell> (acessado em 30/08/2017)

https://en.wikipedia.org/wiki/James_Boswell (acessado em 30/08/2017)

https://en.wikipedia.org/wiki/Samuel_Johnson (acessado em 30/08/2017)

https://www.artble.com/artists/joshua_reynolds (acessado em 30/08/2017)

https://en.wikipedia.org/wiki/Joshua_Reynolds (acessado em 30/08/2017)

https://en.wikipedia.org/wiki/David_Garrick (acessado em 30/08/2017)

<https://www.britannica.com/biography/David-Garrick> (acessado em 30/08/2017)

<https://www.britannica.com/biography/Pasquale-Paoli> (acessado em 30/08/2017)

https://en.wikipedia.org/wiki/Pasquale_Paoli (acessado em 30/08/2017)

https://en.wikipedia.org/wiki/Charles_Burney (acessado em 30/08/2017)

<https://www.britannica.com/biography/Charles-Burney> (acessado em 30/08/2017)

<https://www.britannica.com/biography/Thomas-Warton-the-Younger> (acessado em 30/08/2017)

https://en.wikipedia.org/wiki/Thomas_Warton (acessado em 30/08/2017)

<https://www.britannica.com/biography/Oliver-Goldsmith-Anglo-Irish-author> (acessado em 30/08/2017)

https://en.wikipedia.org/wiki/Oliver_Goldsmith (acessado em 30/08/2017)

https://www.finebooksmagazine.com/fine_books_blog/2014/12/dr-johnsons-dining-club.phtml (acessado em 30/08/2017)

[https://en.wikipedia.org/wiki/The_Club_\(dining_club\)](https://en.wikipedia.org/wiki/The_Club_(dining_club)) (acessado em 30/08/2017)

<https://en.wikipedia.org/wiki/Debrett%27s> (acessado em 12/10/2017)

https://en.wikipedia.org/wiki/John_Debrett (acessado em 12/10/2017)

https://en.wikipedia.org/wiki/Richard_Price (acessado em 12/10/2017)

https://www.romanticismanthology.com/timeline/currentaffairs/currentaffairs_14.html (acessado em 12/10/2017)

https://en.wikipedia.org/wiki/Richard_Price (acessado em 12/10/2017)

https://en.wikipedia.org/wiki/Old_Jewry_Meeting-house (acessado em 12/10/2017)

https://en.wikipedia.org/wiki/Old_Jewry (acessado em 12/10/2017)

https://pt.wikipedia.org/wiki/Mary_Wollstonecraft (acessado em 02/08/2017)

https://pt.wikipedia.org/wiki/Uma_Reivindicao_dos_Direitos_dos_Homens (acessado em 17/10/2017)

https://pt.wikipedia.org/wiki/Thomas_Paine (acessado em 02/08/2017)

https://en.wikipedia.org/wiki/James_Mackintosh (acessado em 17/10/2017)

OLIVEIRA, E. M. da R. *A Arte Poética de Horácio por Pedro José da Fonseca*. In: <http://www2.dlc.ua.pt/classicos/fonseca.pdf>, acessado em 31/10/2017

<http://www.ghtc.usp.br/server/Lusodat/pes/00/pes00836.htm>, acessado em 31/10/2017

<https://www.geni.com/people/Balthasar-da-Silva-Lisboa/6000000061231967858>, acessado em 06/09/2017

<https://www.geni.com/people/Antonio-da-Silva-Lisboa/6000000062672630854>, acessado em 06/09/2017

<https://www.geni.com/people/Daniel-da-Silva-Lisboa/6000000062672516929>, acessado em 06/09/2017

<https://www.geni.com/people/Bento-da-Silva-Lisboa-2º-Barão-de-Cairu/6000000061229200214>, acessado em 06/09/2017

<https://www.geni.com/people/Nicolau-da-Silva-Lisboa/6000000061231493328>, acessado em 06/09/2017

<https://www.geni.com/people/Joana-da-Silva-Lisboa/6000000061229928837>, acessado em 06/09/2017

<https://www.geni.com/people/Eufrosina-da-Silva-Lisboa/6000000061231452198>, acessado em 06/09/2017

<https://www.geni.com/people/Izabel-da-Silva-Lisboa/6000000061231020685>, acessado em 06/09/2017